

INTELECTUAIS EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

*diálogos
intercâmbios
redes de sociabilidade*

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
[organizadores]

série:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

 **fflch**
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



ISBN 978-65-87621-85-2
DOI 10.11606/9786587621852

Intelectuais em Circulação na América Latina: diálogos, intercâmbios, redes de sociabilidade

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
(Organizadores)

[SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2021

PROLAM
Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina
USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

I61 Intelectuais em circulação na América Latina [recurso eletrônico] /
 Organizadores: Júlio César Suzuki, Maria Margarida Cintra Nepomuceno,
 Gilvan Charles Cerqueira Araújo de. -- São Paulo : FFLCH/USP,
 PROLAM/USP, 2021.
 6.969 Kb ; PDF. -- (Diálogos interdisciplinares)

ISBN 978-65-87621-85-2
DOI 10.11606/9786587621852

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Integração. 3. Cultura. 4.
Intelectuais. 5. Cooperação internacional. I. Suzuki, Júlio César. II.
Nepomuceno, Maria Margarida Cintra. III. Araújo, Gilvan Charles Cerqueira
de.

CDD 980

Capa: Trabalho gráfico e técnico de Fábio Molinari Bitelli.



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e
respeitando a Licença Creative Commons indicada.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos
autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

ENCUENTROS DE CULTURA E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO	1
<i>Júlio César Suzuki; Maria Margarida Cintra Nepomuceno; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo</i>	
DIPLOMACIA CULTURAL, INTERCÂMBIOS E REDES INTELLECTUAIS ENTRE BRASIL E EUA NOS ANOS 1940	7
<i>Adriana Mendonça Cunha; Talita Emily Fontes da Silva</i>	
A “CONEXÃO LATINO-AMERICANA”: HISTÓRIA DAS AMÉRICAS, ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DE EUGENIO PEREIRA SALAS E RUGGIERO ROMANO	33
<i>Bruno Silva; Heraldo Galvão</i>	
GUSTAVO BARROSO: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO DESTE ANTISSEMITA (1933-1937)	58
<i>Cícero Joao Costa Filho</i>	
CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE RAÇA E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: FLORENTINA SOUZA, LÉLIA GONZÁLEZ E SUELI CARNEIRO	82
<i>Cristiane Santos de Souza Paixão; Josenildes da Conceição Freitas</i>	
INTERPRETAÇÕES DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA: COTEJOS ENTRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E MOVIMENTO DECOLONIAL	99
<i>Danilla Aguiar; Nivalter Aires</i>	
AS DESCOBERTAS DO BRASIL: AS REVISTAS TRAVEL IN BRAZIL E CULTURA POLÍTICA COMO FERRAMENTAS DE PROPAGANDA DO DIP- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA	116
<i>Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins; Francisco Fabiano de Freitas Mendes; Ana Paula Leite Vieira</i>	
CERCANÍAS EPISTEMOLÓGICAS: ANTONIO CANDIDO Y ÁNGEL RAMA	138
<i>Lucila Navarrete; Carlos Alberto Rodríguez</i>	

JOAN PONÇ Y BRASIL: POÉTICAS TRANSATLÁNTICAS	160
<i>Margareth dos Santos</i>	
O <i>NUEVO CINE LATINOAMERICANO</i> E SEUS ESPAÇOS DE LEGITIMAÇÃO: UM ESTUDO DE INSTITUIÇÕES QUE MARCARAM SUA HISTÓRIA E SUA REDE TRANSNACIONAL	182
<i>Fabián Núñez; Mariana Martins Villaça;</i>	
A FORMAÇÃO DE UMA REDE COLABORATIVA ACADÊMICA ENTRE LATINO-AMERICANISTAS NA USP: O ENCONTRO DE PESQUISADORES DA AMÉRICA LATINA (EPAL) 2003-2020	217
<i>Margarida Nepomuceno; Mayra Coan Lago</i>	
<i>NO SE SABE DE QUIÉN ESTA VOZ</i> : MEMÓRIA DO INTERCÂMBIO ARTÍSTICO ENTRE CECÍLIA MEIRELES, RAFAEL ALBERTI E LUÍS SEOANE.....	236
<i>Mayra Moreyra Carvalho</i>	
REDES LATINO-AMERICANAS DE COLABORAÇÃO INTELLECTUAL: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE VALORES	265
<i>Regiane Nitsch Bressan; Clarissa Correa Neto Ribeiro; Bárbara Carvalho Neves</i>	
INTERCULTURALIDAD EN LA INTERNACIONALIZACIÓN CURRICULAR DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN UNIVERSIDADES ARGENTINAS Y BRASILEÑAS: MEMORIAS DE UNA RED COLABORATIVA DEL ÁREA DE PSICOLOGIA	283
<i>Gracia Maria Clérico; Roberta Vasconcelos Leite; Maurício Guedes</i>	
DIÁLOGOS E PROJETOS DA INTELLECTUALIDADE LATINO- AMERICANA A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ANTONIO CANDIDO E ÁNGEL RAMA	308
<i>Alex Antônio Rosa Costa; Ana Carolina Cangemi; Meire Oliveira Silva</i>	

EL PARAGUAY YERBERO EN EL PENSAMIENTO BARRETIANO: CRÍTICA SOCIAL, ANARQUISMO Y SOCIEDAD EN <i>LO QUE SON LOS YERBALES, 1908</i>	330
<i>Clara Eliana Cuevas</i>	
COLEÇÕES E TRADUÇÕES: INTERCÂMBIO ARGENTINO- BRASILEIRO NOS SALÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	346
<i>George Leonardo Seabra Coelho</i>	
CONOCER A UN VECINO PELIGROSO. VICENTE QUESADA Y EL DESCUBRIMIENTO DEL MUNDO INTELLECTUAL BRASILEÑO (1880-1890).....	361
<i>Nicolás Arenas Deleón</i>	
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DO CENÁRIO PERNAMBUCANO DO SÉCULO XX: O DIÁLOGO SOCIOCULTURAL DO CINEASTA CLÁUDIO ASSIS	389
<i>Daiane Stefane Lima Antunes</i>	
DEBATE E PARTICIPAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E SEU ENSINO DOS ANOS DE 1970 À ATUALIDADE: ARGENTINA, MÉXICO E BRASIL.....	419
<i>Beatriz Pedro; Maria de Lourdes Garcia Vazquez; Sylvia Adriana Dobry</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	454
SOBRE OS ORGANIZADORES	467

ENCUENTROS DE CULTURA E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

Em continuidade à série *Diálogos Interdisciplinares*, temos a satisfação de apresentar três novas publicações, com a participação do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), que respondem ao desafio de analisar, dentro do campo cultural, sob diversas perspectivas a formação de redes colaborativas entre inúmeros atores sociais, intelectuais, literatos, artistas e pensadores que estiveram e/ou ainda permanecem atuando em distintas frentes nos países da América Latina : *A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina, Intelectuais em Circulação na América Latina: diálogos, intercâmbios, redes de sociabilidade e Organismos Internacionais nas políticas para a América Latina. Arte e Cultura de resistência às Hegemonias.*

São apresentados trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras, de universidades do Brasil e América Latina, que visam refletir as experiências desenvolvidas no campo sociocultural a respeito da importância da dimensão cultural nas políticas de cooperação entre os países, na formação de redes de sociabilidade entre intelectuais e demais sujeitos sociais e políticos, que circularam em diferentes momentos históricos na região, contribuindo assim para o fortalecimento, reformulação ou redefinição de novos sentidos de integração entre as sociedades latino-americanas.

Os textos aportam reflexões sobre as políticas das instituições governamentais e de organismos internacionais que exerceram e ainda exercem protagonismo na cena cultural da América Latina além de nos apresentar momentos históricos importantes que contribuíram para enriquecer nosso conhecimento sobre os fazeres artísticos e o pensamento da América Latina.

Os autores e as autoras trabalham a partir de perspectivas próprias, com abordagens pluralistas, no âmbito de cenários específicos, uma vez que são oriundos de campos de conhecimento diferentes, mas todos confluem para o mesmo propósito, que é o de promover, difundir, desvelar experiências culturais e, sobretudo, humanas, de sujeitos sociais que valorizam a cooperação entre saberes, as possibilidades de intercâmbio de diferentes vivências e a aceitação/reafirmção de uma complexidade cultural próprias da América Latina.

Do ponto de vista da formulação conceitual, as contribuições de cada um dos autores e das autoras compuseram um original e colorido *ñanduti* capaz de fazer frente, como diria o peruano Juan Acha em *Definición Latinoamericana de las Artes* (Revista CESA, 2004), aos velhos e anacrônicos paradigmas eurocentristas que até bem pouco tempo tentavam definir nossa arte, nossa cultura, *Nuestra América*. Essa é nossa tarefa!

No primeiro texto da coletânea, denominado *A Diplomacia Cultural, intercâmbios e redes de intelectuais entre Brasil e EUA nos anos de 1940 e 1950*, as autoras Adriana Mendonça Cunha e Talita Emily Fontes da Silva discutem a circularidade de ideias entre intelectuais dos EUA e Brasil, especialmente entre o educador americano Robert King Hall e o escritor brasileiro Érico Veríssimo.

Em “*Conexão Latino-Americana*”: *História das Américas, ensino das Américas, ensino de História e a Historiografia de Eugenio Pereira Salas e Ruggiero Romano*, Bruno Silva e Heraldo Galvão analisam as relações entre intelectuais latino-americanos no pós Segunda Guerra, tendo como base os cursos ministrados pelo historiador italiano Ruggiero Romano, na Universidade do Chile, a convite de Eugenio Pereira Salas.

Em *Gustavo Barroso: um olhar historiográfico deste antissemita (1933-1937)*, Cícero Joao Costa Filho nos apresenta o resultado de suas pesquisas sobre a fundamentação do Integralismo Brasileiro, movimento conservador criado em 1932, que reuniu lideranças como Plínio Salgado e pensadores como o jurista Miguel Reale, responsável pela elaboração de uma política ideológica que defendia a manutenção de um Estado nacional forte

Em *Contribuições para os estudos da raça e gênero na América Latina: Florentina Souza, Lélia González e Sueli Carneiro*, Cristiane Santos de Souza Paixão e Josenildes da Conceição Freitas, pesquisadoras de Literatura e Cultura, trazem uma discussão atualizada dos estudos de raça e Gênero em países da América Latina destacando o ativismo dessas intelectuais, presentes no título do texto, na promoção de diálogos entre os seus trabalhos, cooperação e formação de redes de solidariedade.

Já Danilla Aguiar e Nivalter Aires analisam igualmente o papel dos intelectuais na formação de redes e a influência do eurocentrismo e do colonialismo cultural em *Interpretações do Marxismo na América Latina: Cotejos entre a Teoria Marxista da Dependência e Movimento Decolonial*, destacando o quanto esses grupos de intelectuais, em decorrência dos embates e conjunturas em que surgiram, são influenciados pelas correlações de força entre as classes burguesas (locais e

imperialistas) e as classes trabalhadoras e subalternizadas em vista dos projetos de poder em disputa.

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins, Francisco Fabiano de Freitas Mendes e Ana Paula Leite Vieira desenvolvem, em *As descobertas do Brasil: as revistas Travel in Brazil e Cultura Política como ferramentas de propaganda do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda*, um estudo comparativo entre duas publicações do DIP- Departamento, *Travel in Brazil* e *Cultura Política*, com o objetivo de analisar de que maneira essas publicações serviram aos propósitos do Estado Novo (1937-1945). Ambas eram dirigidas por intelectuais de renome tais como Cecília Meireles (*Travel*) e Almir de Andrade (*Cultura Política*).

Lucila Navarrete e Carlos Alberto Rodríguez nos apresentam, em *Cercanías epistemológicas: Antonio Candido y Ángel Rama*, a passagem de Antonio Candido pelo Uruguai, especificamente pela Universidad de La Republica, em 1960, oportunidade em que profere várias conferências e dá início a uma longa amizade com o escritor uruguaio Ángel Rama, relação que cultivou até a morte de Rama, em 1983. Navarrete e Rodríguez analisam vários textos procurando confirmar a importância da crítica como fenômeno sociocultural, premissa defendida por ambos os escritores.

Em *Joan Ponç y Brasil: poéticas transatlânticas*, Margareth dos Santos nos apresenta a trajetória do pintor catalão Joan Ponç nas suas relações com brasileiros, como o poeta João Cabral de Melo Neto e Raul Bop nos anos 40, em Barcelona, e o período em que residiu no Brasil por aproximadamente 10 anos (de 1953 a 1962) e manteve uma produtividade e uma rede de contatos importantes da vida artística nacional.

O movimento denominado *Nuevo Cine Latino-americano* se deu com a junção efetiva de várias instituições ligadas ao cinema e ao papel de intelectuais de inúmeros países da Região, como a Unión de Cinematecas de América Latina, o Comitê de Cineastas da América Latina, os Festivais Internacionais del Nuevo e Cine e outros, mediações focais de Mariana Martins Villaça e Fabián Rodrigo Magioli Núñez que, em *O Nuevo Cine Latino-americano: rede transnacional e espaços de legitimação*, demonstram o esforço coletivo e criativo de inúmeros atores dos mais diferentes pontos da Região em torno desse movimento artístico.

Em *A formação de uma rede colaborativa acadêmica entre latino-americanistas a partir do PROLAM/USP: o EPAL (2013-2020)*, Margarida Nepomuceno e Mayra

Coan Lago oferecem uma visão geral sobre o Encontro de Pesquisadores da América Latina (EPAL), criado na Universidade de São Paulo a partir do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, em 2013. Essa iniciativa já reuniu estudantes de pós-graduação e professores de dezenas de universidades do Brasil e países da América Latina ampliando as possibilidades de colaboração acadêmica.

Mayra Moreyra Carvalho refere-se à atuação de Cecília Meireles junto aos escritores e demais artistas da América Latina, em *No se sabe de quién esta voz: memória do intercâmbio artístico entre várias iniciativas como Cecília Meireles, Rafael Alberdi e Luís Seoane*, analisando uma tradução do poeta espanhol Rafael Alberti feita por Cecília Meireles e publicada na Revista Letras e Artes, o que representa a circularidade existente entre a produção dos escritores e do artista gravador espanhol Luiz Soane na década de 1940, especialmente entre intelectuais do eixo Brasil-Argentina, no qual se encontrava Alberti.

Interessante análise de Regiane Nitch Bressan, Clarissa Correia Neto Ribeiro e Bárbara Carvalho Neves, em *Redes latino-americanas de colaboração intelectual*, sobre cooperação cultural na América Latina aproxima campos de conhecimento, até bem pouco tempo tratados de forma separada, como Relações Internacionais e produção acadêmica. O debate nos aponta para uma perspectiva ampliada sobre a importância da contribuição acadêmica-científica voltada para estudos regionais na formação de redes colaborativas com propósitos integracionistas.

Tratando-se do eixo Brasil-Argentina, temos *Interculturalidad en la internacionalización curricular de la educación superior en universidades argentinas y brasileñas: memorias de una red colaborativa del área de psicología*, de Gracia Maria Clérico, Roberta Vasconcelos Leite e Maurício Guedes, um interessante projeto, destinado a estudantes adolescentes argentinos e brasileiros. A análise apresenta uma inédita iniciativa entre docentes argentinos e brasileiros que visa um intercâmbio curricular entre universidades e a elaboração de cursos que reúnam interesses de ambos os países. A experiência, que integra docentes de Psicologia do Brasil e Argentina, já vem se desenvolvendo desde 2016 e compreende a uniformização de planejamento, compartilhamento de métodos didáticos e materiais teóricos, elaboração de trabalhos curriculares conjuntos, além de outras atividades.

Novamente a relação entre Cândido e Rama é analisada, agora, por Alex Antônio Rosa Costa, Ana Carolina Cangemi e Meire Oliveira Silva, enfatizando a

perspectiva de cada um dos autores sobre a América Latina, sua formação e contradições. *Dois olhares em um projeto sobre a América Latina: a correspondência entre Ángel Rama e Antonio Candido* acrescenta às discussões sobre identidade da América Latina as colaborações de dois críticos literários com formações diferentes, mas igualmente conscientes do papel social que desempenhavam por meio da Literatura.

El Paraguay yerbero en el pensamiento barretiano: crítica social, anarquismo y sociedad en lo que son los Yerbales, 1908, de Clara Eliana Cuevas, exhibe um período bastante produtivo do escritor espanhol, naturalizado latino-americano, Rafael Ángel Barrett y Álvarez de Toledo no Paraguai. Suas crônicas foram amplamente divulgadas nos periódicos do Paraguai, resultando em atritos com o Estado, especialmente sobre os “yerbalistas” o que valeu o exílio a demais países da América Latina, tendo falecido, aos 34 anos de idade, na França.

Prosseguindo com as análises da colaboração cultural dos países do eixo Brasil-Argentina, George Leonardo Seabra Coelho, em *Coleções, traduções e intelectuais: intercâmbios latino-americanos nos salões da Academia Brasileira de Letras*, relata o intercâmbio cultural entre intelectuais dos dois países, no âmbito da Academia de Brasileira de Letras, nas décadas de 1930 e 1940. São analisados anais, revistas e textos produzidos por autores que se aproximaram tendo como cenário o ambiente literário brasileiro.

Nicolás Arenas Deleón analisa a intrigante iniciativa do escritor argentino Vicente Quesada com autores brasileiros ainda no século XIX para incluí-los em uma rede de intelectuais latino-americanos em atividade na América Latina. *Conocer a un vecino peligroso. Vicente Quesada y el descubrimiento del mundo intelectual brasileño (1880-1890)* trata dos desafios enfrentados por Quesada quando esteve no Brasil em trabalho diplomático e por meio dos periódicos locais para aproximar autores “republicanos” da região com autores do império brasileiro.

Em *As manifestações artísticas do cenário pernambucano do século XX: o diálogo sociocultural do cineasta Claudio Assis*, Daiane Stefane Lima Antunes apresenta os marcos referenciais que atuaram na formação e produção artística do cineasta recifense Claudio Assis e o diálogo que ele manteve com os movimentos Memorial e Mangubeat.

Nos anos de 1960-1970, no Brasil, México e Argentina, houve um intenso diálogo entre as universidades, especificamente no campo da Arquitetura, buscando alternativas pedagógicas e precursoras de um ativismo que pretendia acompanhar o clima de efervescência cultural e política daquele momento. Sobre essas experiências e expectativas da época, Sylvia Adriana Dobry, Maria de Lourdes Garcia Vazquez e Beatriz Pedro analisam esses intercâmbios em *Debate e participação em Arquitetura e Urbanismo e seu ensino: dos anos 1970 à atualidade. Argentina, México e Brasil*, com destaque para as experiências do Taller Total (Argentina), Autogoverno e Sistema Modular (México) e reformas no ensino da Arquitetura na FAU de São Paulo e Brasília.

Desejamos aos leitores uma ótima experiência de aprendizagens e reflexões a todos os percursos dos trabalhos aqui reunidos, tendo no horizonte as reflexões, experiências e partilhas sobre a América Latina.

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
[Organizadores]

DIPLOMACIA CULTURAL, INTERCÂMBIOS E REDES INTELECTUAIS ENTRE BRASIL E EUA NOS ANOS 1940

Adriana Mendonça Cunha¹

Talita Emily Fontes da Silva²

INTRODUÇÃO

Reciprocidade, compreensão mútua, cooperação. Sob esses princípios, a partir dos anos 1940, a diplomacia cultural interamericana, encabeçada pelos Estados Unidos, intensificou sua atuação em diferentes frentes, visando a construção de “pontes de boa vontade” junto as nações do “Hemisfério Ocidental”. Neste cenário, um crescente número de indivíduos, das mais diversas áreas e interesses, passou a compor o intenso fluxo de intercâmbios, que eram defendidos como um dos pilares da chamada política da boa vizinhança.

Ao passo que latino-americanos foram convidados e estimulados a conhecer os Estados Unidos, os países da América Latina também abriam suas portas para receber cidadãos estadunidenses. É neste ponto que nos deparamos com dois personagens, situados em lados opostos da linha do Equador, que nos possibilitam compreender, a partir das suas trajetórias, algumas das dinâmicas dos programas de intercâmbios: o escritor brasileiro Erico Verissimo e o pesquisador estadunidense Robert King Hall.

Hall e Verissimo tiveram suas trajetórias marcadas pela efervescência das ações de diplomacia cultural interamericana, que tinham como mola propulsora as incertezas e as tensões globais da década de 1930, que desencadearam a Segunda Guerra Mundial em 1939. Enquanto Verissimo foi convidado por duas vezes ao longo dos anos 1940 a participar de programas de intercâmbios culturais rumo aos Estados Unidos, Hall iniciou suas relações com o Brasil em 1940, quando foi contemplado com uma bolsa do

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/Fiocruz). Mestra em Educação e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: adriana@getempo.org.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/Fiocruz). Mestra pelo Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: talifontes.20@gmail.com.

Brazilian Fellowship Program. Por meio dessas experiências, ambos escreveram livros, entraram em contato com diversos intelectuais, promovendo a construção de redes colaborativas entre personalidades das duas nações.

Logo, considerando as trajetórias dessas duas figuras, e suas contribuições em projetos que visavam aproximar Estados Unidos e Brasil no contexto da política da boa vizinhança, o objetivo das próximas páginas desse capítulo será discutir os processos de circulação de ideias entre esses dois países nos anos 1940 a partir de Érico Veríssimo e Robert King Hall.

O texto foi organizado em três etapas. Em um primeiro momento, é apresentado um quadro geral das relações Brasil – Estados Unidos, com alguns apontamentos quanto as mudanças na diplomacia cultural interamericana, especialmente a partir da década de 1930. Após esse panorama, o foco volta-se aos dois personagens centrais dessa discussão: Erico Verissimo e os caminhos que trilhou nos Estados Unidos; seguido pelas redes tecidas Robert King Hall em solo brasileiro.

POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA, DIPLOMACIA CULTURAL E RELAÇÕES BRASIL-EUA

Durante o século XIX, as relações entre Brasil e Estados Unidos eram tímidas e se davam, majoritariamente, nos campos econômico e diplomático. Ainda não havia esforços governamentais significativos para estreitar os laços entre os dois países. No entanto, isso não impediu que diversos intelectuais brasileiros começassem a ver nos Estados Unidos “*um espelho no qual o Brasil deveria se mirar*” (WARDE, 2000, p. 37). Este foi o caso do advogado alagoano Aureliano Tavares Bastos, que, entre 1860 e 1870, se inspirou no modelo escolar de Massachusetts para pensar em um programa de instrução pública para o Brasil (SOUZA, 2012).

Os contatos com a sociedade estadunidense foram sendo alargados a partir do surgimento da União Pan-Americana em 1889. Criada por iniciativa dos Estados Unidos, a organização era presidida pelo Secretário de Estado e tinha como objetivo fomentar acordos políticos, econômicos e culturais com a América Latina. Sua instituição e funcionamento foram marcados por desconfianças e resistências de intelectuais e líderes latino-americanos que temiam o imperialismo estadunidense. Mas, apesar dos temores, a nova organização abriu caminho para uma maior influência dos

EUA no continente, assim como ajudou a angariar recursos privados para a promoção de intercâmbios intelectuais entre estadunidenses e latino-americanos (ROCHA, 2020).

Mesmo com tais iniciativas, o estreitamento das relações começou a ocorrer, de fato, depois que os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial, em 1917, para garantir a vitória da Tríplice Aliança. Potência em ascensão, após o conflito, os estadunidenses se tornaram os principais concorrentes dos europeus pelos mercados latino-americanos (MCCANN, 1995). Embora as relações entre Brasil e Estados Unidos ainda estivessem pautadas por assuntos econômicos, nota-se o crescimento das trocas culturais e educacionais entre os dois países por meio dos intercâmbios patrocinados por organizações privadas.

Entre as décadas de 1910 e 1930, as instituições filantrópicas foram responsáveis por criar as ferramentas necessárias para estabelecer os contatos intelectuais e culturais entre os países. Confiantes na ideia de que os intercâmbios promoveriam o conhecimento mútuo e a paz entre as nações, essas organizações financiavam pesquisas, patrocinavam viagens de estudantes, escritores e personalidades proeminentes aos Estados Unidos a fim de fortalecer as relações transnacionais. Fundações como a Carnegie, Rockefeller e John Simon Guggenheim construíram uma “*diplomacia das ideias*” através da tradução e publicação de livros, concessão de bolsas de estudo, exposições e intercâmbios (NINKOVICH, 1981).

No Brasil, a Fundação Rockefeller atuava, desde 1916, patrocinando programas sanitários e de educação médica. A Faculdade de Medicina de São Paulo, por exemplo, foi uma das instituições que mais recebeu investimentos da fundação. Muitos médicos brasileiros foram contemplados com bolsas para fazer cursos de especialização nos Estados Unidos, construindo importantes vínculos entre a fundação, instituições e cientistas brasileiros e estadunidenses (PALMER, 2007).

Enquanto as fundações privadas promoviam as relações culturais interamericanas como estratégia de aproximação entre as nações, no final dos anos 1920, a postura intervencionista dos Estados Unidos em países vizinhos, conhecida como *Big Stick*, passou a ser questionada não só pelos latino-americanos, como também por alguns estadunidenses³. Em 1928, um memorando do subsecretário de

³ Expressão popularizada durante a gestão de Theodore Roosevelt (1901-1909), o *Big Stick* (grande porrete) representava o intervencionismo do país junto aos latino-americanos, onde o diálogo por parte do governo estadunidense era caracterizado por uma “*fala macia, com um grande porrete na mão*”. In:

estado, J. Reuben Clarck, chamava a atenção para a necessidade de reavaliar as ações de ingerência e criar mecanismos para conter o crescimento do antiamericanismo na região (GIRARD, 2012).

Pensando nisso, a presidência de Herbert Hoover (1929-1933) decidiu lançar as bases para uma política de boa vizinhança que seria desenvolvida, efetivamente, pelo sucessor Franklin Delano Roosevelt (ESPINOSA, 1977). Resgatando, sob novas bases, a Doutrina Monroe, a política da boa vizinhança se pautava na defesa do panamericanismo e da solidariedade interamericana. As relações entre EUA e América Latina deveriam ocorrer através de trocas comerciais, científicas e culturais, de acordos militares para defesa do continente e da busca pelo entendimento mútuo.

A mudança na postura do governo estadunidense para com a América Latina resultava não só do crescente antiamericanismo dentro do continente como também da conjuntura internacional. Os anos 1930 marcaram uma diversificação nas relações exteriores das repúblicas latino-americanas. Com a crise internacional do capitalismo, acirrou-se a busca pelos mercados latino-americanos com novos e antigos atores marcando presença na região: EUA, Inglaterra, Itália, Alemanha, Espanha, União Soviética e Japão (CERVO, 2013).

Dentre estes países, a Alemanha representava o polo de preocupações do governo estadunidense pela crescente aproximação com as nações latino-americanas. Desde 1933, com a ascensão do regime nazista, o mundo vivia sob o espectro de um novo conflito do qual, provavelmente, os Estados Unidos não poderiam se manter neutros. Neste contexto, a América Latina passou a figurar como área estratégica para os interesses comerciais alemães, fazendo crescer os vínculos com diversos países da região (LOCHERY, 2015).

Para além das questões comerciais, outros fatores tornavam a Alemanha uma ameaça para os Estados Unidos. Existia, entre muitos militares latino-americanos, uma forte admiração pelo exército alemão, vista com desconfiança por parte do governo estadunidense (MOURA, 1980). Outro fator preocupante eram os imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa residindo em países como Argentina, Brasil e Chile. No caso do Brasil, existia um número considerável de alemães e japoneses não assimilados

vivendo em colônias onde mantinham o uso da língua, as práticas educacionais, culturais e laços políticos com seu local de origem.

A presença desses grupos facilitaria o trabalho de propaganda do regime nazista e a influência dos alemães na região. Além disso, é importante salientar que, desde a República de Weimar (1919-1933), a Alemanha investia no intercâmbio acadêmico no intuito de melhorar a imagem do país no exterior e contribuir para o restabelecimento das atividades comerciais e políticas (SILVA, 2018). Por meio de tais iniciativas, muitos contatos foram estabelecidos com intelectuais, militares, políticos e membros da elite latino-americana.

Entre os anos 1920 e 1930, as trocas entre alemães e latino-americanos prevaleceram nos campos da medicina, ciências naturais e engenharia. No Brasil, figuras como o microbiologista e patologista Henrique da Rocha Lima contribuíram para criar conexões entre instituições e cientistas dos dois países. Como Rocha Lima, muitos médicos e cientistas brasileiros estudaram e/ou trabalharam na Alemanha e estabeleceram relações que perduraram mesmo depois de seu retorno ao Brasil. Defensor do intercâmbio germano-brasileiro, Rocha Lima incentivou a vinda de pesquisadores alemães para trabalhar em instituições como a Universidade de São Paulo (SILVA, 2013).

Toda esta conjuntura colocou em evidência a necessidade do governo estadunidense em atuar no campo cultural. O uso massivo de propaganda pelo regime nazista foi visto como uma ameaça aos Estados Unidos e à própria sobrevivência da democracia. O avanço da Alemanha serviu, então, de “*contexto e pretexto*” para que o governo estadunidense adotasse a diplomacia cultural como uma ferramenta decisiva da sua política externa (GRAHAM, 2015, p.54).

Vários autores apontam a Conferência Pan-Americana para a Manutenção da Paz, realizada, em 1936, em Buenos Aires, como marco fundamental para o estabelecimento de uma diplomacia cultural pública voltada para a América Latina (ESPINOSA, 1997; NINKOVICH, 1981; GRAHAM, 2015). Nesta reunião, o governo Roosevelt, mediante a *Convention for the Promotion of Inter-American Cultural Relations*, declarou sua intenção de estabelecer a cooperação com os latino-americanos e se comprometeu a promover uma política oficial de patrocínio de intercâmbios educacionais e culturais.

Entre o final dos anos 1930 e início da década de 1940, foram criadas agências para combater as investidas alemãs e promover a política da boa vizinhança. Em 1938, o Departamento de Estado criou a Divisão de Relações Culturais (DRC) para viabilizar intercâmbios com os países latino-americanos, conforme previsto pela Convenção de Buenos Aires, com a colaboração das instituições privadas que já atuavam na área (universidades e organizações filantrópicas). Os ideais de reciprocidade e diálogo alicerçavam os discursos dessa nova fase, de maneira a convencer os latino-americanos da perspectiva de cooperação por parte do governo estadunidense. (GRAHAM, 2015).

Nessa primeira leva de iniciativas voltadas a aproximação dos EUA com seus vizinhos, a fundação de institutos binacionais tinha um papel essencial. Para tanto, um ano depois da ratificação da *Convention for the Promotion of Inter-American Cultural Relations*, é fundado no Brasil o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU). Instituição privada criada em 1937, seu objetivo principal era a promoção das relações entre os dois países (KROPF, 2020).

Essa estratégia seguia o modelo de outras instituições já consolidadas como a Aliança Francesa, que atuava em solo brasileiro desde 1886. Em 1930, foi criado o Instituto Teuto Brasileiro de Alta Cultura para difusão da língua e cultura alemã no Brasil. Tais iniciativas realizavam “*a expansão cultural através do aprendizado da língua, facilitando e fortalecendo as relações internacionais em todos os sentidos*” (LESSA, 1998, p.115). A partir desses centros, buscava-se estabelecer cooperação técnica e científica, o que significava também o desenvolvimento do comércio e da influência cultural.

Mais do que promover o ensino e a difusão do inglês, o IBEU visava contribuir com a promoção das trocas culturais e educacionais, por meio da organização de cursos, visitas e palestras de artistas, cientistas e intelectuais dos mais variados ramos do conhecimento. O contexto de guerra transformou o instituto num importante veículo de disseminação da cultura estadunidense, como comprova a criação do IBEU, em 1941, em Santa Catarina, um estado marcado pela concentração de imigrantes alemães (GOETZINGER, 2014).

A própria fundação do IBEU, no Rio de Janeiro, mobilizou figuras como Oswaldo Aranha, Gilberto Freyre e Stephen Duggan, diretor do *Institute of International Education* (IIE). Criado em 1919, o IIE era responsável por promover intercâmbios educacionais, atuando como um “*centro de informação e aconselhamento*

junto às instituições que ofereciam bolsas e auxílios, intermediando contatos, colaborando na seleção dos beneficiários e administrando os benefícios concedidos” (KROPF, 2020, p.101).

Já com a guerra em andamento, a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) foi um outro marco importante no âmbito das relações culturais interamericanas. Comandado pelo empresário Nelson Rockefeller e diretamente vinculado à presidência, o *Office* refletia a apreensão do governo estadunidense com a situação no continente. O avanço nazista na Europa tornava urgente a criação de medidas rápidas e eficazes para conquistar o apoio dos latino-americanos ao lado dos Aliados. Para realizar tal tarefa, o OCIAA organizou acordos econômicos, intercâmbios educacionais e culturais, investindo sobretudo nas áreas de rádio, cinema, imprensa e propaganda (TOTA, 2000).

O *Office* teve papel fundamental na promoção de viagens de artistas e intelectuais estadunidenses ao Brasil e de brasileiros, como Cândido Portinari, aos Estados Unidos. Estas trocas não se limitaram a esfera cultural, mas se estenderam ao campo científico, promovendo a colaboração de pesquisadores estadunidenses com instituições brasileiras como a Universidade de São Paulo (FREIRE JUNIOR, 2017).

Enquanto a guerra se alastrava na Europa, o Brasil – que vivia sob a ditadura do Estado Novo – havia se transformado no principal alvo da política externa estadunidense. A posição estratégica no continente e a abundância de recursos minerais e matérias-primas importantes para um conflito bélico tornavam o país um aliado indispensável. Com a rendição da França em maio de 1940, os Estados Unidos passaram a temer uma vitória nazista na Europa, cogitando uma invasão no continente americano, partindo da África em direção ao nordeste brasileiro (MCCANN, 1995).

A ameaça de um ataque nazista preocupava especialmente pela presença de imigrantes não assimilados no Sul do país. Em 1942, o *Office of Strategic Services* (OSS), o serviço de inteligência do governo estadunidense, produziu um relatório onde expressava o temor de uma invasão alemã com apoio dos estrangeiros, chegando a cogitar a ocupação militar da região (TOTA, 2000).

Diante da situação, era urgente conseguir o apoio de Vargas e o rompimento entre o Brasil e os países do Eixo. Isso seria dificultado pela relutância do presidente brasileiro em interromper as relações diplomáticas com a Alemanha. Sua posição era baseada nas vantagens que os acordos comerciais, firmados com os alemães ao longo dos anos 1930,

ofereciam graças ao comércio de compensação. Outro ponto a favor dos alemães era a disposição em vender armamentos ao governo brasileiro, coisa que os Estados Unidos, por restrições internas, não poderiam oferecer (MOURA, 1980).

Vargas optou por adotar uma *equidistância pragmática*, negociando ao mesmo tempo com Estados Unidos e Alemanha em busca de benefícios para o desenvolvimento nacional. Internamente, os militares liderados por Góis Monteiro (Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas) e Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) defendiam a aproximação com a Alemanha. Já grupos mais liberais, ligados ao ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, se posicionavam a favor de uma aliança com os Estados Unidos (MOURA, 1980).

Os esforços do governo estadunidense para estabelecer a política da boa vizinhança foram aproveitados por Getúlio Vargas para conseguir recursos financeiros em troca do apoio aos Aliados. O presidente brasileiro tinha como metas o rearmamento das Forças Armadas e o financiamento para a construção de uma usina siderúrgica. Por isso, buscou manter relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha e, mesmo depois do bloqueio britânico, continuou utilizando a posição estratégica do país no continente para obter benefícios junto aos Estados Unidos (MOURA, 1980).

Entre 1940 e 1942, diversos tratados comerciais e militares foram firmados entre os dois países, assegurando o fornecimento de armas e o financiamento para a construção da siderúrgica. O Brasil, por sua vez, deveria garantir o abastecimento de matérias-primas e a autorização para a instalação de bases militares estadunidenses no Nordeste. Além destes acordos, a diplomacia cultural seria uma ferramenta indispensável para selar o apoio do Brasil aos EUA (TOTA, 2000).

O cinema, o rádio, a imprensa, a tradução e publicação de livros, e os intercâmbios culturais e educacionais seriam fundamentais na construção da “*amizade*” entre os dois países. Na busca para “*persuadir*” o Brasil a se aliar aos Estados Unidos, inúmeros personagens foram mobilizados, de cientistas e educadores à músicos, atores, diretores, políticos e empresários (VALIM, 2017). Erico Veríssimo e Robert King Hall seriam dois, dentre os muitos indivíduos, que a partir de interesses específicos e de suas trajetórias individuais atuariam para a construção de relações de cooperação cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

**AS IDAS E VINDAS DE ERICO VERISSIMO NAS TERRAS DE TIO SAM
(1941/1943 – 1945)**

Em 16 de janeiro de 1941, o *The Department of State Bulletin* noticiava que em breve desembarcariam em Nova Iorque três ilustres cidadãos vindos de “*outras repúblicas americanas*”. Seriam estes o arquiteto argentino Mario José Buschiazzo (1902 – 1970), o historiador dominicano Emilio Rodriguez Demorizi (1904 – 1986), e o escritor e editor brasileiro Erico Verissimo. Em solo ianque, os convidados seriam conduzidos diretamente a Washington D.C., onde receberiam as primeiras orientações e detalhes quanto ao roteiro da viagem (DEP. OF STATE, v. IV. 1941. P. 96).

Essa iniciativa, na qual o governo estadunidense abria suas portas para receber “figuras ilustres” latino-americanas, era uma novidade nos esforços da diplomacia cultural do país. Em caráter oficial, os recursos para esse projeto haviam recebido a aprovação do presidente Franklin Roosevelt em julho de 1940 (UNITED STATE, 1942). Logo, Verissimo, Demorizi e Buschiazzo estavam no rol dos primeiros latino-americanos a participar desse tipo de intercâmbio, que ficaria conhecido como *Leader Grantees*.

Sob a coordenação da Divisão de Assuntos Culturais do *Department of State*, o projeto se alinhava aos pilares de reciprocidade e conhecimento mútuo que regiam a Política da Boa Vizinhança. Para tanto, durante os intercâmbios, que tinham duração de dois a três meses, os participantes eram convidados a realizar palestras em distintas instituições, ao mesmo passo que eram levados a conhecer os Estados Unidos “com profundidade”, abrindo espaço, inclusive, para encontros com personalidades locais alinhadas aos interesses dos viajantes (ESPINOSA, 1977. p.281 – 282). Em contrapartida, esperava-se que ao retornar aos seus países de origem, esses intelectuais se comprometeriam a escrever ou falar sobre suas experiências de viagem (U. STATES, 1942. p.1).

Inserido nessa rede, Erico Veríssimo foi o primeiro brasileiro a ser contemplado com um *Leader Grantees*. Naquele momento, com seus 35 anos, o escritor gaúcho colhia os primeiros frutos da repercussão nacional de suas obras, com destaque a *Olhai os Lírios do Campo* (1938), que havia se tornado um grande sucesso comercial, vendendo várias edições consecutivas. Sua ida aos Estados Unidos em 1941, por sua vez, reflete muito mais que sua consolidação na cena literária brasileira. Em grande

medida, Veríssimo é um interessante personagem que nos permite enxergar com maior clareza o que estava em jogo em projetos de intercâmbios que compunham a vasta estrutura de diplomacia cultural interamericana

Ao observar a trajetória de autor de *O tempo e o vento* (1949 - 1962) por meio de lentes mais amplas, pode-se verificar que sua relação com a nação norte americana permeou boa parte da sua carreira. Logo, para um breve diagnóstico de algumas das razões que fizeram de Verissimo um dos primeiros brasileiros cotados ao *Leader Grantees*, é preciso considerar sua atuação como mediador da cultura ainda na década de 1930.

Para além de um romancista que trilhava os caminhos da consagração nacional, Verissimo também se destacava por seu papel como editor da Livraria do Globo, localizada em Porto Alegre/RS. Ao longo dos anos 1930, a parceria entre Verissimo e Henrique Bertaso, herdeiro da Livraria e chefe do setor editorial, rendeu a empresa um espaço de prestígio no mercado livreiro, em grande medida alcançado graças a tradução de grandes sucessos, em sua maioria de língua inglesa (BALZAN, 2016). De olho nas tendências e buscando dinamizar a aquisição de produções, Bertaso mantinha contato com agentes de editoras dos EUA, enquanto Verissimo participava diretamente de quase todas as etapas que envolviam a seleção, tradução e publicação das obras. Nesse sentido, o romancista e editor expressava seu interesse pelas novidades da literatura estadunidense (BALZAN, 2016).

Em paralelo a essas atividades, nesse mesmo período Verissimo colaborou com a fundação do Instituto Cultural Brasileiro - Norte Americano (ICBNA), também em Porto Alegre, ocupando a vice-presidência da primeira gestão. Inaugurado em julho de 1938, o ICBNA foi o terceiro centro binacional com esse propósito criado no Brasil⁴, sendo o primeiro na região Sul.

Logo, ao colocar lado a lado os diversos papéis exercidos por Erico Verissimo e a agenda da diplomacia cultural dos Estados Unidos no início dos anos 1940, o que se verifica é uma confluência de interesses. Como destacado anteriormente, o Sul do Brasil era uma área que despertava grande preocupação ao governo estadunidense. Cidades como Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis eram apontadas como localidades que

⁴ Em janeiro de 1937 é fundado o Instituto Brasil Estados Unidos (IBEU) no Rio de Janeiro, seguido pela inauguração da União Cultural Brasil Estados Unidos na cidade de São Paulo, em junho de 1938 (ESPINOSA, 1977. p.238).

nutriam “simpatia ao Eixo” e precisavam de ações que motivassem a “unidade do Hemisfério” (HANSON, 1944. p. 23).

Na mesma medida, a ampliação da circulação de livros junto aos países do Hemisfério Ocidental era um outro item caro as estratégias da Boa Vizinhança. Os países europeus exerciam um predomínio do mercado editorial latino-americano. Deste modo, a diminuição do fluxo de importações entre Europa e América Latina, devido ao estopim da guerra, abriram caminho para que o governo estadunidense, junto as editoras privadas do país, intensificassem seus esforços para atrair esse novo público (HANSON, 1944. p.32 -35; MORINAKA, 2019). O discurso pan-americanista estimulava uma melhor recepção de autores latino americanos nos Estados Unidos, e vice versa, assim como representantes de editoras buscavam estabelecer parcerias, baratear custos e melhorar a qualidade das traduções.

Se esse cenário já não seria o suficiente para compreender o interesse do *Department of State* em Verissimo, o escritor gaúcho ainda preenchia outro pré-requisito importante para ser contemplado com uma *Leader Grantees*: nunca ter visitado os EUA (UNITED STATES, 1942. p.1). Com esses atributos, ao desembarcar em solo ianque pela primeira vez em 1941, Verissimo estava em condições perfeitas para estabelecer redes que o transformariam num embaixador cultural das relações BRA-EUA.

Durante os três meses em que permaneceu nos Estados Unidos, o escritor cruzou o país de leste a oeste, visitando 10 cidades, seguindo roteiro de viagem elaborado pelo próprio *Department*. Na programação, haviam sido agendadas 24 palestras em diversas instituições, onde o viajante deveria realizar uma fala sobre o Brasil. Em paralelo aos compromissos formais, o intercambista era conduzido aos mais variados tipos de recepção, que iam desde suntuosos coquetéis com ilustres figuras do âmbito cultural e político estadunidense, à jantares em residências de famílias que “*nunca tive notícia e que por sua vez até há pouco tempo ignoravam por completo a minha existência.*” (VERÍSSIMO, 1973. p. 144). Em algumas dessas recepções faziam-se presentes vários literatos e indivíduos de outros tantos segmentos sociais. Ao que parece, era um ambiente onde escritores, poetas, advogados, músicos, com os seus drinks em punho, circulavam pelos salões a discutir sobre os mais variados assuntos. Verissimo retrata seus anfitriões como calorosos e sedentos de informações da distante nação de onde veio.

Em encontros aparentemente casuais, ou mais intimistas, o gaúcho teve oportunidade de conhecer figuras como Pearl S. Buck (1892 – 1973), Robert Nathan (1894 – 1985), assim como personalidades estrangeiras que, por circunstâncias variadas, estavam nos EUA, como o escritor inglês Aldous Huxley⁵ (1894 – 1963) e o alemão Thomas Mann (1875 – 1955). O cuidadoso roteiro elaborado pelos anfitriões ainda contava com visitas a museus, bibliotecas, pontos turísticos, entre outros locais que poderiam ser de interesse do brasileiro.

As minúcias dessa expedição foram publicadas por Verissimo poucos meses após seu retorno ao Brasil, no volumoso *Gato preto em campo de neve* (1941). O que nas palavras do romancista seria um “*relato simples e objetivo*”, na verdade, como salienta Carlos Minchillo (2015, p.148 – 149), não é nem simples, muito menos objetivo. A obra que chega a nossas mãos é um registro detalhado e cuidadoso, no qual o autor trabalhou exaustivamente (MINCHILLO, 2015. p.149). Encontram-se em suas páginas desde retratos aparentemente despretensiosos do cotidiano, à dados precisos quanto a número de impressos consumidos no país, a quantidade de cidadãos estadunidenses que vão aos cinemas semanalmente, ou o número de livros disponíveis na Biblioteca do Congresso.

No campo da diplomacia cultural interamericana, *Gato Preto em campo de neve* foi um sucesso em ambos os sentidos. Do lado brasileiro, a obra tornou-se um *best seller*, vendendo cerca de 15 mil exemplares em aproximadamente dois meses (SMITH, 2013), despertando a curiosidade do público para a cultura estadunidense. A simpatia e o otimismo foram os pincéis utilizados por Verissimo para retratar os “vizinhos do Norte”, com notas de humor e um toque de didatismo. Com essa fórmula, buscou desmistificar a nação, ao mesmo passo em que traçou um perfil do Estado norte-americano como uma estrutura que, apesar de seus defeitos, merecia admiração e respeito. Com isso, Verissimo cumpriu com êxito os propósitos estabelecidos pelo *Leader Grantees*, atestando que esse modelo de intercâmbio poderia de fato ser um instrumento de aproximação dos povos do Hemisfério.

Para tanto, do lado estadunidense, a repercussão positiva dessa iniciativa pode ser encontrada na obra de Manuel Espinosa (1977), que tece uma série de elogios a

⁵ Vale registrar a importância desse encontro para Verissimo. O escritor gaúcho foi o responsável pela tradução de *Point counter point* (1930) - *Contraponto* (1933). Essa obra tornou-se um grande sucesso de vendas para a Livraria do Globo, ajudando fortemente na consolidação da empresa no mercado. Além disso, *Contraponto* serviu de inspiração para que Verissimo escrevesse *Caminhos Cruzados* (1934), que mais a frente veio a ser sua primeira obra traduzida para o inglês.

Veríssimo, apontando o escritor como o “primeiro e um dos comentadores mais perspicaz” dos Estados Unidos e das “características ianques”, sendo responsável pela divulgação de uma imagem positiva dos Estados Unidos no Brasil (ESPINOSA, 1977. p. 286).

Os frutos positivos colhidos pelo próprio Erico Veríssimo nessa experiência são uma outra interessante face dessas ações, que nos permite vislumbrar os “nós” que compõem a rede de relações da diplomacia cultural interamericana. Em meio ao *Gato Preto em campo de neve*, por exemplo, há o registro de um almoço em Nova Iorque, no qual o romancista brasileiro dividiu a mesa com Doris Patte e Theodore Purdy, representantes da MacMillan (VERÍSSIMO, 1973. p.252). A MacMillan era naquele período uma das editoras de maior prestígio nos EUA, reconhecida pela publicação de sucessos como *E o vento levou* (1936). Os anfitriões, descritos nesse momento como simpáticos e acolhedores, tornaram-se aliados fundamentais de Veríssimo em solo estadunidense. Richard Candida Smith (2013) aponta que a tradução e a publicação de *Caminhos Cruzados – Crossroads –* só foi possível em 1943 graças as mobilizações desses personagens. Após esse primeiro lançamento, a Editora MacMillan passou a publicar um livro de Verissimo a cada dois anos. Nesse ritmo, o gaúcho se tornou o escritor latino-americano mais lido nos Estados Unidos durante as décadas de 1940 e 1960, com nove de seus livros traduzidos e comercializados com sucesso (SMITH, 2017).

Após este primeiro intercâmbio do romancista gaúcho, há o registro de um razoável número de brasileiros que também foram contemplados com *Leader Grantees*. Ao longo de 1941, encontramos no *The Department of State Bulletin*, os nomes de nove personalidades, que assim como Verissimo, desembarcaram em Nova Iorque e são noticiadas como cidadãos proeminentes em suas áreas de atuação. Entre eles estão: o historiador Sergio Buarque de Hollanda, o escritor José Lins do Rego, a escritora e tradutora Carolina Nabuco; o professor e deputado Pedro Calmon, entre outros⁶ (DEP. OF STATE, vol. IV - V.1941). Logo, tomando como base a experiência de Verissimo, é possível ter uma noção de como cada um desses intercâmbios contribuiu para um movimento cada vez maior de circulação de ideias entre norte e sul.

⁶ Completando a lista, entre os brasileiros contemplados pela *Leader Grantees* em 1941 temos: o médico e professor Antonio Carlos Pacheco e Silva; o professor de direito Jorge Americano; o artista e escritor Luís Jardim, o músico Francisco Mignone; e o jornalista Oswaldo Orisco.

Nesse sentido, não podem ser desprezadas as assimetrias existentes na construção desses projetos de intercâmbios. Se a partir de 1941 assiste-se a um circuito cada vez mais intenso de intercambistas latino-americanos com destino aos Estados Unidos, a recíproca não era a mesma. Segundo dados apresentados pelo relatório *The Cultural Cooperation Program* (HANSON, 1944), até 1943, 250 representantes da América Latina haviam visitado os EUA financiados pelo *Leader Grantees*, enquanto 25 estadunidenses haviam feito o movimento contrário. Com isso, é notório que apesar do discurso de reciprocidade e conhecimento mútuo, os estadunidenses não pareciam estar tão dispostos a verem “com seus próprios olhos” o que realmente existia além das suas fronteiras.

Voltando aos trilhos da trajetória de Erico Veríssimo, o sucesso da primeira expedição levou o *Department of State* a realizar, em 1943, um novo convite ao escritor. A proposta consistia em um intercâmbio de dois anos, no qual Veríssimo atuaria como professor de uma Universidade estadunidense a sua escolha. Aceitando o convite, escolheu como destino a Universidade da Califórnia, mudando-se para a cidade de Berkeley, com toda a família, em setembro de 1943 (VERÍSSIMO, 1973).

Em vários aspectos, essa segunda estadia contrasta com a primeira experiência do escritor em solo ianque. A começar pelo próprio contexto que a nação anfitriã estava imersa. Se nos primeiros meses de 1941, a Segunda Guerra Mundial ainda parecia um som distante para os cidadãos estadunidenses, em 1943 o país já havia passado pelo traumático *Pearl Harbor*, e encontrava-se em plena ofensiva de guerra. Outro ponto interessante de ser observado é a diferença de tratamento de acordo com a natureza dos intercâmbios. As “pompas” destinadas a recepção de um *leader* em 1941, deram lugar a um caótico e constrangido desembarque de um professor com sua família em Miami, sem nem ao menos possuir documentos que comprovassem sua ligação com a Universidade da Califórnia ou com o *Department of State* (VERÍSSIMO, 2007. p.24). Para chegar a Califórnia, precisaram atravessar o país de trem, com recursos escassos, percorrendo os estados do Sul, que pouco tinham a ver com os EUA impresso nos cartões postais. Nas palavras do próprio romancista, haviam entrado na casa de Tio Sam pela “*porta dos fundos*” (VERÍSSIMO, 2007. p.54).

Chegando finalmente ao seu destino, Veríssimo foi levado a desempenhar um duplo papel. Além de assumir a cadeira de Literatura Brasileira na Universidade da Califórnia, de acordo com Candida Smith (2017), o gaúcho também atuou como uma

espécie de embaixador do panamericanismo. Veríssimo era conduzido à distintas cidades com o objetivo de participar de eventos que buscavam divulgar o Brasil, os países latino-americanos, e engajar a população local a favor da união do Hemisfério Ocidental (SMITH, 2017).

Diante desse quadro, é possível identificar uma certa mudança nos objetivos atribuídos as ações de intercâmbios arquitetadas pelos EUA. Se em 1941, a dinâmica da *Leader Grantees* era moldada para construir uma boa imagem dos Estados Unidos para o público externo, as atividades desempenhadas por Veríssimo em 1943 tinham por foco a conquista do público doméstico estadunidense. Candida Smith (2017) afirma que as palestras e cursos ministrados por Erico Veríssimo integravam um grandioso programa financiado pelo Governo estadunidense. Assim como o escritor brasileiro, um número extenso de intelectuais havia sido convidado a participar destas iniciativas, que tinham por objetivo fortalecer as relações culturais e comerciais entre as repúblicas americanas em tempos de guerra, fundamentado nos ideais do panamericanismo.

Veríssimo chegou até mesmo a produzir uma obra destinada ao público estadunidense. *Brazilian literature: an outline* (1945), foi produzida a partir de anotações realizadas pelo próprio autor para um ciclo de palestras que realizou em Berkeley (MINCHILLO, 2015. p.186). Publicado pela Editora MacMillan, o livro teve uma vendagem inicial considerável, atingindo 5 mil exemplares.

Entretanto, ao retornar ao Brasil em 1945, Veríssimo não demonstrou o mesmo empenho em produzir um relato entusiasmado de suas novas experiências. Foi apenas em 1946 que veio a público *A volta do gato preto*, uma obra bem menos robusta, que apresenta ao leitor um narrador pouco otimista e desencantado. Tendo a guerra como pano de fundo, o autor dispensa as extensas narrativas panorâmicas que caracterizam *Gato Preto em campo de Neve*, e passa a priorizar fatos de seu cotidiano como professor universitário “que mal havia concluído o ginásio”. Críticas aos EUA são recorrentes, assim como ao Brasil, imerso na ditadura do Estado Novo. Por fim, o melancólico encerramento de *A volta do gato preto*, com o texto *O samaritano e a Bomba*, é um claro indício de como a visão entusiasmada do seu primeiro intercâmbio, havia sido substituída pela semente da desconfiança, ao encarar um país que havia amedrontado o mundo ao devastar as cidades de Hiroshima e Nagasaki com duas bombas atômicas.

**AS IDAS DE VINDAS DE ROBERT KING HALL NA TERRA DO ZÉ
CARIOCA (1940/1942)**

Inegavelmente, a política da boa vizinhança promoveu importantes trocas entre intelectuais, cientistas, educadores e artistas estadunidenses e latino-americanos. Tais encontros foram estimulados pelo *Department of State* através do patrocínio de programas de intercâmbios e viagens. Um exemplo bastante conhecido foi a visita de Walt Disney ao Brasil, em 1941, e a criação, no ano seguinte, do personagem Zé Carioca, o amigo brasileiro do Pato Donald (TOTA, 2000).

Como observado até aqui, esse conjunto de ações tinha como objetivo não só promover a cultura estadunidense como estimular o entendimento mútuo com os latino-americanos em busca de aliados na guerra. O estreitamento das relações entre EUA e América Latina proporcionou um maior interesse de pesquisadores estadunidenses em estudar a região. Foi o caso de Robert King Hall (1912-1981) que empreendeu várias investigações sobre a educação brasileira ao longo da década de 1940.

Quando realizou a primeira viagem ao país, em 1940, Hall cursava o doutorado em educação comparada pela Universidade de Michigan (UM) e era professor da *Cranbrook School*, uma renomada escola privada para rapazes também em Michigan (HALL, 1940). Seu primeiro contato com a América Latina ocorreu em 1935, quando empreendeu uma excursão pela região, visitando vários países (HALL, 1936). Neste período, Hall fazia mestrado em educação pela Universidade de Chicago e se debruçava sobre a reforma do ensino secundário na Argentina.

Ao ingressar no doutorado na UM, Hall decidiu fazer um estudo comparado sobre o controle federal exercido no ensino secundário na Argentina e Chile. O Brasil foi incluído depois que Hall foi convidado, após a desistência de um dos alunos, para integrar um programa de intercâmbio promovido entre a UM e o Instituto Brasil-EUA (IBEU). O convênio em questão era o *Brazilian Fellowship Program*, assinado entre as duas instituições em 1938, para a promoção de trocas educacionais entre os dois países. Através dele, o IBEU oferecia três bolsas, financiadas pelo Itamaraty, a pesquisadores estadunidenses em troca da mesma quantidade para brasileiros nos EUA (KROPF, 2020).

De maneira geral, a pesquisa de Hall buscava identificar se o processo de centralização do ensino secundário, promovido pelas reformas em curso nas repúblicas

ABC (Argentina, Brasil e Chile) eram uma novidade ou um traço histórico destes países.

Mas, acima de tudo, a questão central era saber se o controle federal era um *“instrumento para providenciar oportunidades educacionais para a juventude destes países, ou está produzindo uma ordem social que consistirá numa ameaça à democracia.”* (HALL, 1941, p.04). Estas questões estavam diretamente relacionadas ao contexto de guerra vivenciado no período. Os Estados Unidos temiam a aproximação da América Latina com a Alemanha nazista e a possibilidade de apoio ao Eixo no conflito.

Tal posicionamento, teria graves implicações aos Estados Unidos, visto que *“ao sul dos Estados Unidos estão vinte repúblicas latino-americanas. Seu destino e o dos Estados Unidos estão ligados pelo comercio, tratados e necessidades de defesa comuns.”* (HALL, 1941, p.03). Interessava a Hall descobrir se as reformas educacionais que ocorriam nestes países eram um indício da adoção de regimes totalitários, semelhantes ao da Alemanha nazista ou Itália fascista.

Vale ressaltar que, desde 1930, o Brasil era governado por Getúlio Vargas. Em 1937, Vargas deu um golpe de estado e decretou o Estado Novo, um regime antidemocrático, inspirado no fascismo italiano. Esta conjuntura, aliada ao já mencionado contexto de guerra e a forte presença de imigrantes alemães, japoneses e italianos residentes no país, alimentava as desconfianças dos Estados Unidos.

No que se refere à educação, os quinze anos de governo Vargas foram marcados pela criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a elaboração de uma série de reformas que organizaram o ensino em bases nacionais. Não por acaso, Hall se voltou para os dois mais importantes campos de atuação do regime: o ensino secundário e a nacionalização dos estrangeiros.

Na realização destes estudos, Hall contou com uma ampla rede de colaboradores. Durante os seis meses que passou no país, o pesquisador estadunidense entrevistou o ministro da educação, Gustavo Capanema, e foi recebido por figuras como Anísio Teixeira e Gilberto Freyre, estes últimos, com um histórico de estudos realizados nos EUA. Além disso, enquanto esteve no Brasil, Hall foi assessorado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido por Lourenço Filho.

No INEP, Hall recebeu auxílio de Paschoal Lemme, responsável pela seção de documentação do instituto. Lemme havia realizado, em 1939, viagem de estudos a Universidade de Michigan como integrante do convênio IBEU/UM. Além de auxiliar

Hall na procura por documentação, Lemme intermediou um encontro do pesquisador estadunidense com Anísio Teixeira. Com este último, Hall estabeleceria relação duradoura, com trocas de correspondências ao longo dos anos 1940 e 1950.

Os exemplos de Hall e Lemme e suas participações no mesmo programa de intercâmbio ajudam a ilustrar as assimetrias das trocas entre Brasil e EUA. Isso fica perceptível no relato do educador brasileiro sobre sua experiência na UM, publicado na revista *Educação* (ABE) em 1940. Nele, Lemme afirmava ter ficado impressionado com “*a seriedade com que se estuda aqui e o rigor dos estudos, na High School, no College, ou nos cursos de graduação. A disciplina espontânea é admirável, porque o trabalho é árduo e voluntariamente aceito*”. (LEMME, 1940, p.15).

O artigo de Lemme revelava sua admiração pela estrutura educacional dos Estados Unidos, levantando o debate sobre a situação do Brasil. As universidades estadunidenses eram, na sua avaliação, “*mais do que uma máquina de dar aulas, é uma complexa instituição, devotada ao progresso da ciência, da pesquisa e da cultura, sem esquecer a formação artística e a educação moral, física e cívica*” (LEMME, 1940, p.15). Mesmo diante do deslumbramento, um elemento deixou o brasileiro pesaroso: os estadunidenses não sabiam nada sobre o Brasil.

O Brasil é um ilustre desconhecido aqui na América. Quando me apresentava como brasileiro, a pergunta imediata era sempre a mesma: “Do you speak Spanish?” muitos poucos sabem da existência da língua portuguesa, da extensão de território em que ela é falada, da significação e importância do Brasil numa vaga “South America”. (...) Dos três que deveriam vir do Brasil, um não conseguiu licença da autoridade a que está subordinado. Foi impossível explicar tal fato aqui. Um sentimento de inferioridade e de constrangimento impediu-nos... Depois, não seríamos entendidos. (LEMME, 1940, p.15).

O texto de Lemme revela as distâncias entre as “*duas Américas*”, evidenciadas no constrangimento do educador brasileiro ao constatar que, nos EUA, não se conhecia nada sobre o Brasil. O sentimento de “*inferioridade*” de Lemme demonstra as assimetrias dos encontros, especialmente se comparado com a experiência de Robert King Hall no Brasil. A passagem de Hall pelo país foi amplamente divulgada pelos periódicos que o classificavam como um “*especialista*”, mesmo que ainda não fosse um pesquisador reconhecido no seu país.

Paschoal Lemme, por sua vez, parece não ter recebido tratamento semelhante nos Estados Unidos, mesmo sendo um educador conhecido no Brasil. Seu relato revela

não só o desconhecimento de seus pares estadunidenses sobre “*a importância do Brasil na vaga South America*”, como a sensação de “*não ser compreendido*”.

Enquanto isso, no Brasil, Hall conseguiu realizar suas investigações e estabelecer diálogo com figuras eminentes do campo educacional brasileiro. Estes contatos seriam mobilizados, posteriormente, em novas viagens que o pesquisador faria ao país no pós-guerra. Mais que isso, estes encontros não só forneceram informações e fontes a Hall como permitiu o estabelecimento de uma ligação com o campo educacional brasileiro, o que faria com que ele fosse convidado, em 1949, a prestar assessoria técnica ao INEP no programa de educação rural coordenado pela instituição⁷.

No que se refere as suas observações sobre a educação brasileira, Hall apontava que o controle federal era uma característica histórica e não representava, naquele momento, um perigo à segurança interamericana. Entretanto, o pesquisador estadunidense foi bastante crítico ao modelo de organização do nosso sistema educacional, especialmente no que se refere a centralização do ensino secundário.

Ao seu ver, o Brasil era uma nação gigantesca, com diferenças climáticas, econômicas e culturais, o que tornava inadequado manter um modelo de ensino único para todo o país. Hall sugeria uma maior flexibilidade do ensino secundário de modo que “*as autoridades educacionais podiam estudar a possibilidade do estabelecimento de escolas secundárias com currículos diferentes conforme as zonas brasileiras*”. (HALL, 1941, p.154). Defensor de um sistema descentralizado e federativo, semelhante ao sistema educacional estadunidense, Hall indicava que o ensino secundário brasileiro era enciclopédico, conteudista e elitista.

Tal posicionamento foi reafirmando não só na sua tese, como em entrevistas concedidas a jornais brasileiros. Ao *Diário de Pernambuco* (PE), em setembro de 1940, Hall apontou a necessidade de o país desenvolver “*um método mais elástico de controle federal*”. Embora concordasse com a necessidade de existir um certo controle federal, no sentido de traçar diretrizes nacionais básicas e fornecer apoio financeiro, o pesquisador defendia que era fundamental não “*sacrificar a determinação local de muitas questões que são de importância regional*” (HALL, 1940, p.03).

⁷ Sobre a colaboração de Hall com o INEP, ver: CUNHA, Adriana Mendonça. *História, educação e relações Brasil-EUA: Robert King Hall e o programa de construção de escolas rurais do INEP (1949-1951)* Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018

Todavia, para Hall não era o ensino secundário o maior problema da educação brasileira (e latino-americana), e sim as altas taxas de analfabetismo registradas no país. Aliada a isso, a presença de contingentes de estrangeiros não nacionalizados, oriundos da Itália, Alemanha e Japão, representava, no momento de guerra, um perigo muito maior que uma educação secundária centralizadora.

Em sua opinião, um país marcado pela desigualdade social, pelo analfabetismo e com um ensino secundário elitista e de difícil acesso para a maior parte da população, eram os estrangeiros e as pessoas não escolarizadas o grande problema de segurança nacional. Pessoas não alfabetizadas pareciam muito mais suscetíveis de serem enganadas e/ou recrutadas pela propaganda do Eixo. Por isso, nacionalizar os estrangeiros e eliminar a presença de grupos pró-nazistas era fundamental e Robert King Hall deu bastante atenção a esse tema.

De fato, tal perigo já havia sido identificado pelo regime estadonovista que buscava nacionalizar e unir o país. Desde 1938, o governo começou a emitir decretos fechando escolas estrangeiras, construindo novas escolas, tornando obrigatório o uso de português nas colônias, limitando a entrada de livros no país, entre outras ações. O objetivo de tais medidas era nacionalizar os imigrantes de origem alemã, japonesa e italiana, reduzindo a ameaça, no caso de uma guerra contra o Eixo.

Conforme observou Hall, “*os brasileiros, filhos de estrangeiros, eram analfabetos brasileiros, visto que só conheciam a língua de seus pais. Eles não tinham nenhum elo com a cultura nacional*” (HALL; STANTON, 1941, p. 28). Portanto, a solução seria dada pela ação do governo federal na construção de escolas para atender, ao mesmo tempo, a população em idade escolar e os jovens e adultos que haviam sido alfabetizados em línguas estrangeiras, como o alemão e o japonês.

Para Hall, as ações do regime Vargas eram elogiáveis pois, pela primeira vez, o Brasil tratava do problema dos estrangeiros de maneira efetiva, buscando nacionalizá-los. Na sua avaliação, as ações empreendidas pelo Estado Novo ajudavam a imprimir o nacionalismo na educação, um elemento necessário considerando-se a conjuntura de guerra e o contingente de estrangeiros vivendo no país. No entanto, o pesquisador criticou a violência do processo, marcado por perseguições e agressões contra os estrangeiros.

Ao retornar aos Estados Unidos, Hall voltou a lecionar na *Cranbrook School* e, em 1941, concluiu o doutorado. Mesmo após a conclusão da tese, continuou a pesquisar

a educação brasileira, viajando ao país, em 1942, para estudar a propagação da língua inglesa (*A Manhã*, 1942, p.03). Seu interesse pelo tema estava ligado ao cargo que ocupava como diretor assistente da comissão de estudos da língua inglesa da Universidade de Harvard. Já no Brasil, ministrou um curso de especialização de inglês para funcionários do Itamaraty (ITAMARATY, 1942, p.73).

Embora esta tenha sido uma viagem rápida, alguns pontos são bastante importantes, a começar pelo seu contínuo interesse pelo Brasil⁸. Outro aspecto, é o objeto de estudo, a propagação do inglês no Brasil, um elemento fundamental para as relações culturais e educacionais entre os dois países, não só como veículo da cultura estadunidense, mas também como requisito prático para os intercâmbios.

Sobre isso, Hall criticava a ação indiscriminada dos decretos de Vargas quanto à entrada de livros, às escolas comandadas por imigrantes e à proibição do ensino de uma língua estrangeira para menores de 14 anos, pois todas elas acabavam limitando a disseminação do inglês no país. O pesquisador estadunidense reconhecia a existência de “*jovens professores, recém-formados em escolas alemãs, ensinando em língua alemã, com livros nazistas, às vezes até financiados pelos nazistas*” e a importância do governo brasileiro em combatê-los (HALL, 1942, p.80).

No entanto, estas medidas eram injustas, uma vez que as relações entre Brasil e EUA estavam pautadas na “*sinceridade das intenções*”. Como bons vizinhos, amigos e aliados na luta contra o Eixo, os estadunidenses não deveriam receber o mesmo tratamento que alemães e japoneses. Hall destacava, ainda, a crescente “*popularização do inglês e da cultura estadunidense*” entre os brasileiros como mais uma justificativa da proximidade entre estas duas nações (HALL, 1942).

Não à toa, uma publicação estadunidense *The Redpath Bureau*, classificou Hall como “*um brilhante intérprete panamericano*” (The Redpath Bureau, 1942, p.01). A palavra “*intérprete*” assumia um duplo sentido, considerando-se o fato de Hall falar e escrever em português e espanhol, revelando que o domínio destes idiomas era um atributo importante de sua identidade como “*autoridade*” em assuntos da América Latina.

Por fim, destacava, ainda, que Hall “*fez um estudo especial sobre as colônias alemãs e japonesas no Brasil*”, apontando-o como um especialista no tema. Esta

⁸ Infelizmente, ainda não me foi possível, ainda, obter maiores informações sobre esta viagem visto que os arquivos estão fechados devido a pandemia da Covid-19.

afirmação indica que sua análise sobre a nacionalização dos estrangeiros teve, nos Estados Unidos, maior relevo do que sua pesquisa sobre a educação secundária. Também revela que, depois de suas passagens pelo Brasil, ele se tornou conhecido no campo educacional estadunidense, levando-o não só a ocupar posições em instituições como a Universidade de Harvard, mas também a receber um convite para atuar no Japão no pós-guerra.

CONCLUSÃO

O contexto de guerra colocou em caráter de urgência o investimento do governo estadunidense na diplomacia cultural. Esse instrumento seria um caminho viável para estabelecer um maior contato e firmar aliança com os países do continente americano sob sua liderança. Neste cenário, o Brasil foi se tornando o principal aliado dos Estados Unidos, ocupando espaço privilegiado nos programas de intercâmbios traçados entre os dois países sob os auspícios do *Department of State*.

Personagens como Erico Verissimo e Robert King Hall são alguns dos inúmeros escritores, educadores, pesquisadores, artistas, intelectuais que tiveram suas carreiras projetadas em solo nacional e, em muitos casos, internacional, graças as oportunidades oferecidas pelos intercâmbios promovidos entre os dois países. A criação de programas patrocinados pelo Estado e convênios assinados por instituições provocaram uma “ida e vinda” de personagens como os aqui referenciados.

Em casos como o de Verissimo, o fato de ser um escritor conhecido e com bons relacionamentos tornou-o um alvo da política da boa vizinhança pela ressonância que seus relatos teriam no Brasil. Isso pode ser comprovado pelo seu retorno aos EUA e mesmo nas obras que publicou sobre suas experiências em solo estadunidense. Como um escritor famoso e divulgador da literatura estadunidense, Erico foi recrutado para atuar como um “embaixador cultural”.

No caso de Hall, há um fenômeno oposto, um pesquisador que não era conhecido em seu país, na verdade, um estudante de doutorado em início de carreira. O objetivo não era que Hall divulgasse, nos EUA, o Brasil, mas pesquisasse e conhecesse a nossa educação, de maneira a entender o papel que esta nação aliada tinha no cenário internacional diante de um mundo em guerra. Na época, poucos estadunidenses desejavam viajar ao Brasil e, em sua maioria, sequer sabiam se comunicar, visto que o

português não era uma língua conhecida nos EUA. Convênios como o estabelecido entre a UM e o IBEU ajudaram a estimular tais trocas.

Enquanto Verissimo, em seu primeiro intercâmbio, foi guiado de maneira a ver o que de melhor o país de Tio Sam tinha a oferecer, Hall foi desbravando o Brasil, numa busca para conhecer nossa educação. Em ambos os casos, contatos estabelecidos, encontros e trocas com outros personagens foram fundamentais para seus itinerários e produções.

Suas viagens permitiram um maior conhecimento e trocas entre Brasil e EUA, além de terem colaborado na projeção destes personagens. Erico se tornou o escritor brasileiro mais lido nos Estados Unidos, o que representava não só ganhos pessoais, como ajudava a divulgar a literatura brasileira. Hall, ao se interessar pela nacionalização das colônias alemãs e japonesas, conseguiu se projetar em seu país como um “especialista” no tema, o que oportunizou um convite a atuar no Japão, num período em que os japoneses eram completos desconhecidos mesmo para os acadêmicos estadunidenses.

Tudo isso demonstra que o processo de trocas entre Brasil e EUA, proporcionadas pela política da boa vizinhança e o contexto de guerra, foram importantes em diversas dimensões. Elas permitiram formação de redes intelectuais, divulgação de obras e da cultura, projeção profissional para os indivíduos que fizeram parte do processo. Isso, no entanto, não exclui as assimetrias deste processo, revelado por casos como o de Lemme e Hall. É preciso estar atento as complexidades das relações, dificuldades, disparidades e desigualdades, mas não se pode deixar de enxergar nestes processos um intenso fluxo de ideias e conhecimentos que atravessaram fronteiras e produziram diferentes interpretações em diferentes personagens.

FONTES

HANSON, H. *The Cultural-cooperation Program, 1938-1943*. Department of State publication. U.S. Government Printing Office, 1944.

UNITED STATES. *The Department of State bulletin*. Vol. IV – V. Washington: Office of Media Services, Bureau of Public Affairs. 1941.

UNITES STATES. *The Program of the Department of State In Cultural Relations*. Washington: U.S. Govt. Print. Off., 1942.

VERÍSSIMO, Erico. *Gato preto em campo de neve*. 15ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo S.A. 1978

VERÍSSIMO, Erico. *A volta do Gato Preto*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

HALL, Robert King. What Will It Cost? *Bulletim of the Pan American Union*, July 1936, p. 549-563.

HALL, Robert King. Cranbrook: uma experiência na formação de líderes. *Revista Formação - Revista Brasileira de Educação*, ano III, nº 25, agosto de 1940, p. 30-38.

HALL, Robert K. *Federal Control of Secondary Education in the ABC Republics*. Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirement of the degree of Doctor of Philosophy. University of Michigan, Ann Arbor, 1941.

HALL, Robert King; STANTON, Margaret Gwellian. Combate ao analfabetismo nas repúblicas ABC. *Revista Formação - Revista Brasileira de Educação*, ano IV, nº 36, julho de 1941, p. 18-29.

HALL, Robert King. English teaching in Argentina and Brazil. *The Elementary English Review*, vol. XIX, n. 03, March 1942, p. 77-84.

ROBERT King Hall: leading authority on Latin America. Traveling Culture. *The Redpath Bureau*, 1942, p.01-02.

LEMME, Paschoal. Universidade de Michigan (primeiras impressões). *Revista Educação*, nº01, jan./1940, p.15.

NO RECIFE UM EDUCADOR NORTE-AMERICANO. *Diário de Pernambuco*. Recife, terça-feira, 03 de setembro de 1940, ano 15, nº 207, p. 03.

O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E A EDUCAÇÃO. *A Manhã*. Rio de Janeiro. Domingo, 19 de abril de 1942, p.30.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório. Rio de Janeiro, 1942, p.73.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Carina. *Erico Veríssimo - Editor: Contribuições para a história do livro no Brasil*. Nonada, Porto Alegre, v.1, n.26, 1º Semestre 2016.

CERVO, Amado. *Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

ESPINOSA, J. Manuel. *Inter-American Beginnings of U.S. Cultural Diplomacy (1936-1948)*. Washington, D.C.: Department of State, 1977.

FREIRE JUNIOR, Olival. Diplomacia cultural no contexto da Segunda Guerra: o caso da Engenharia Metalúrgica na USP. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.142-153, jul./dez. 2017.

GIRARD, Jolyon P. Good Neighbor Policy. In: LEONARD, Thomas M. (Ed.). *Encyclopedia of U.S. – Latin American Relations*. Washington: CQ Press, 2012.

GOETZINGER, Camila. O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940. *Revista Santa Catarina em História*, vol. 8, n. 2, p.61-75, 2014.

GRAHAM, Sarah Ellen. *Culture and Propaganda: the progressive origins of American Public Diplomacy, 1936-1953*. New York: Ashgate Publishing, 2015.

KROPF, Simone P. Circuitos da boa vizinhança: Diplomacia cultural e intercâmbios educacionais entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.36, n. 71, p.91-118, maio/ago. 2020.

LESSA, Mônica Leite. Aliança francesa no Brasil: política oficial de influência cultural (1886-1930). *Clio Histórica*, n.17, n.1, 1998, p.115- 133.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Tradução: Lourdes Sette. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Tradução: Jayme Taddei e José Lívio Dantas. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MACEDO, Karitha Bernardo. A Noção de “Superioridade” Estadunidense na Política da Boa Vizinhança. *Revista Neiba: Cadernos Argentina - Brasil*. V.II, nº1. 2013.

MINCHILLO, Carlos A. C. *Erico Verissimo, escritor do mundo: circulação literária, cosmopolitismo e relações interamericanas*. São Paulo: EDUSP, 2015.

MORINAKA, Eliza Mitiyo. *Livros, trocas culturais e relações internacionais Brasil-Estados Unidos em um contexto de guerra (1941-1946)*. *Varia Historia* 35, nº 69, dez de 2019. p.691–722.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NINKOVICH, Frank A. *The Diplomacy of Ideas: U.S. foreign policy and cultural relations (1938-1950)*. Cambridge University Press, 1981.

PALMER, Steven. *Gênese da saúde global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Tradução: Annabella Blyth. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935)*: Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho. 2016. 258f. Doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, André Cândido Felipe da. A diplomacia das cátedras: a política cultural externa alemã e o ensino superior paulista – os casos da USP e da Escola Paulista de Medicina (1934-1942). *História (São Paulo)*, v.32, n.01, p.401-431, jan./jun. 2013.

SILVA, André Felipe Cândido da. Dimensões históricas da internacionalização: o papel da diplomacia cultural alemã na mobilidade acadêmica transnacional (1919-1945). *Política e Sociedade*, Florianópolis, Vol. 17, Nº 38, Jan./Abr. de 2018, p. 256-303.

SMITH, Richard Cândida. *Érico Veríssimo, um embaixador cultural nos Estados Unidos*. Tempo 19, nº 34 JUN. de 2013: 147–73. <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173412>.

SMITH, Richard Cândida. *Improvised Continent: Pan-American and Cultural Exchange*. Penn Press, 2017.

SOUZA, Josefa Eliana. *O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873): concepções a partir do modelo norte-americano*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema na política de boa vizinhança durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo: Perspectiva*, 2000, vol. 14, n.2, p.37-43.

**A “CONEXÃO LATINO-AMERICANA”: HISTÓRIA DAS AMÉRICAS,
ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DE EUGENIO PEREIRA
SALAS E RUGGIERO ROMANO**

Bruno Silva¹

Heraldo Galvão Júnior²

INTRODUÇÃO

No ano de 1960 foi fundado, como parte da Universidade do Chile, o *Centro de Investigaciones de Historia Americana*. A bem da verdade, a materialização desse organismo de pesquisa começa, em 1957, sob a batuta do historiador Eugenio Pereira Salas (1904-1979); formado no início do século XX, pelo Instituto Pedagógico da Universidade do Chile, o pesquisador estudou em universidades da França, Alemanha e Estados Unidos; neste último, em 1933, para uma especialização de dois anos que versava sobre a história latino-americana, na Universidade de Berkeley/Califórnia. Em 1938, Pereira Salas fundou o Instituto Chileno-Norteamericano de Cultura, sendo seu primeiro presidente. Em 1962, se tornou responsável pela Academia Chilena de História e, em 1974, recebeu o Prêmio Nacional de História, criado nesse mesmo ano. Com uma vasta produção acadêmica voltada à área de história da América Latina, entende-se que o historiador teve papel fundamental na articulação de uma vertente historiográfica que buscava pensar uma epistemologia americana para se desenvolver as pesquisas a respeito da História do Novo Mundo.

Em termos muito gerais, no sentido de se compreender o mundo acadêmico chileno no qual Pereira Salas estava inserido, há certo consenso de que, em relação ao Ensino Superior naquele país, a Universidade do Chile, ao longo do século XX

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio junto à *University of Texas* (UT / Austin) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professor Adjunto de História da América na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: slvbruno@unifesspa.edu.br.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio junto à *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS / Paris) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professor Adjunto de História da América na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: heraldogalvao@unifesspa.edu.br.

principalmente, se modernizou e ampliou profundamente suas atividades. O campo das humanidades, dessa forma, começou a ter importância fundamental e áreas, como história e literatura, passaram a ter papel relevante nas formações dos cidadãos. E, embora o campo da historiografia nacional tenha alcançado grande êxito, não se pode deixar de perceber que a arena literária também foi representativa por conta da produção de intelectuais como Gabriela Mistral e Pablo Neruda, que se tornariam cânones de uma consagrada literatura da nação (VILLALOBOS, 2017).

As historiadoras Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino lembram que, ao longo do século XX, a América Latina foi marcada por momentos importantes da produção cultural e, em certa medida, esses movimentos se articularam aos pensamentos utópicos e às buscas por grandes transformações sociais. No Chile, especialmente, a *Nueva Canción* teve ampla relevância, sobretudo a partir da década de 1930, quando se iniciaram as agitações pela valorização da música típica daquele país. Desse modo, trajetórias como a de Violeta Parra (1917-1967) são representativas dessa seara que, sobretudo durante as décadas de 1960/70, aglutinou novos músicos que se incorporaram aos movimentos culturais, elevando a politização da cena musical no Chile. À vista disso, a década de 1960 também foi um período de enorme renovação na esfera da literatura latino-americana, pois diversos escritores ganharam projeção internacional, essencialmente aqueles cujas obras exploravam o gênero do realismo mágico (PRADO; PELLEGRINO, 2014).

Considerando-se a questão política, muito superficialmente aqui abordada, Jonathan Hartlyn enfatiza que “o Chile funcionou relativamente bem como uma democracia que tinha o espectro mais amplo de partidos da América Latina desde o começo da década de 1930 até o início da década de 1960” (HARTLYN, 2015, p. 176). Dessa maneira, se Prado e Pellegrino lembram a importância da politização das artes que, ao longo das décadas de 1960/70 se torna mais evidente, Hartlyn indica que nesse mesmo período “o centro de gravidade político do sistema partidário do Chile, altamente polarizado, desviou-se decididamente para a esquerda” (HARTLYN, 2015, p. 176). Isto é, nesses anos, ao mesmo tempo em que as esquerdas latino-americanas impulsionadas por Cuba se radicalizavam e iam em direção à luta armada, a busca por soluções que intervalassem as fronteiras entre “reforma” e “revolução” dividiu a cena. O Chile, nesse sentido, é um exemplo emblemático. Historicamente visto com excepcionalidade perante a América Latina devido à prematura conquista da

estabilidade política, nos anos que se seguiram à emancipação da Espanha, “o país atravessou importantes reformas políticas e sociais ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX com uma considerável continuidade das instituições públicas e partidos políticos consolidados” (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 159).

À vista disso, o ambiente universitário representativo da fundação do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), no qual o encontro entre Eugenio Pereira Salas e Ruggiero Romano (1923-2002) – que será abordado de forma mais substancial mais a frente – se materializou, é representativo de um momento de efervescência política e cultural em parte considerável da América Latina, no bojo da Guerra Fria; mas, também simbólico de um meio acadêmico chileno que se edificara sob forte tradição da construção do Estado nacional, através de uma das suas facetas, isto é, a da educação. Deste modo, pelo menos até a década de 1980, as universidades foram financiadas pelo Estado – algo distinto do que se tem hoje naquele país; e Sol Serrano destaca que, no decorrer do século XX, a Universidade do Chile continuou a promover, desvinculada de sua função de superintendência da educação secundária, a modernização da estrutura intelectual do país tanto em relação à produção de conhecimento quanto no desenvolvimento das profissões: “Ella encarnó el símbolo de la democratización de las elites dirigentes del país, símbolo que le dio un gran poder político y que contribuyó a consolidar su desarrollo científico y profesional (SERRANO, 2016, p. 279).

Assim sendo, uma das marcas da Universidade do Chile e do ambiente no qual ela esteve centrada desde sua formação, no século XIX, do ponto de vista da análise histórica, é o papel que o Estado teve – na sua relação com essa instituição – como condutor de uma determinada promoção da modernização da sociedade, visando assim diferentes aspectos como a incorporação de díspares setores da população na chamada cultura escrita. Logo, a relação estatal com a universidade foi fundamental no sentido da incorporação do conhecimento científico e técnico, sem contar a busca pela formação de elites dirigentes, intentando a valorização da meritocracia como base para a ascensão social; enfim, como destaca Serrano (2016, p. 279), “la constitución del conocimiento como forma de propiedad y el valor de los certificados en el mercado de servicios; la ruptura de la unidad del universo católico, la secularización y la democratización de la sociedad”.

Então, pode-se afirmar, com certa segurança, que parte considerável da produção historiográfica de Pereira Salas, como professor e pesquisador, ocorreu nesse ambiente acadêmico chileno, aqui apresentando de forma bem resumida. Além disso, a passagem do historiador pelos Estados Unidos, em fins da década de 1930, também é representativa a fim de mapear as escolhas teóricas e metodológicas que, em linhas gerais, acompanharam a vida do intelectual. E isso, como se poderá perceber, fica evidente no encontro promovido por Pereira Salas, no Chile, no início dos anos sessenta, entre diferentes historiadores que se debruçavam, à época, sobre a história do continente americano.

Quando esteve em Berkeley, Pereira Salas trabalhou com o historiador Herbert Eugene Bolton (1870-1953), especialista em história das fronteiras e entusiasta das pesquisas acerca da América hispânica. Bolton seguiu a senda aberta por Bernard Moses (1846-1930), cientista político e historiador americano que fundara, em 1895, a primeira cátedra de história hispano-americana nos Estados Unidos. Este último participou, como representante do país da América do Norte, no 4º Congresso Científico Latino-Americano, ocorrido no Chile em 1909. Dessa forma, as discussões realizadas entre Salas e Moses, durante a estadia do chileno na Califórnia, visava o ensino de história da América que se afastasse dos postulados nacionalistas, enfatizando principalmente as pesquisas que difundissem a história da América Latina, focando sobretudo naquilo que deveria ser considerado como original do novo continente. Em outras palavras, a concepção de história defendida pelos dois pesquisadores se aproximava de uma perspectiva globalizante que visava um passado histórico continental, no qual se iluminassem mais as aproximações do que, efetivamente, aquilo que havia de específico entre a história das distintas regiões da América.

Com essa perspectiva, de uma história da América com uma epistemologia própria, foi que, no ano de 1962, o historiador chileno Eugenio Pereira Salas, então diretor do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), convidou o colega de ofício Ruggiero Romano, professor italiano que, na ocasião, atuava na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), em Paris, para ministrar um curso junto ao recém-criado instituto de pesquisas do departamento de Filosofia e Letras da Universidade do Chile, em Santiago, cujo surgimento havia contado com o apoio da Fundação Rockefeller. Assim, com ênfase na palestra de Romano, sucedida em 1963, os acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no pós-guerra – com foco para as

políticas educacionais – e a partir do papel dos intelectuais acadêmicos no campo da História, busca-se, com este capítulo, analisar nos laços dessa “conexão latino-americana” os fundamentos e a agenda da narrativa historiográfica americanista que se colocava como base dos pesquisadores convidados para ministrar suas aulas no Chile.

O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA NA AMÉRICA LATINA DO PÓS-GUERRA

Entre os anos de 1943 e 1962 ocorreram, em diferentes partes da América Latina, as Conferências Interamericanas de Educação. A primeira, no início da década de 1940, ocorrida no Panamá, é representativa das discussões a respeito do que se deveria ensinar, na América Latina, na disciplina de história. Portanto, quando Pereira Salas propõe discussões metodológicas, no âmbito do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), no Chile de 1963, para que se considerasse as especificidades americanas na promoção da historiografia sobre a região, a disciplina história vinha sendo objeto de disputa de grupos diversos, na América Latina, desde fins da Primeira Guerra, mas com evidente acentuação a partir dos acontecimentos do segundo conflito.

Dessa forma, pensar uma narrativa histórica que aproximasse os diferentes países da América, em certa medida, seria uma maneira de evitar que conflitos como aquele ocorrido em outras partes do mundo, na Europa especialmente, ocorressem no novo continente. Portanto, as Conferências sobre a educação – e nisso a América Latina se encontrava profundamente interligada com os debates internacionais – alertavam para as disputas em torno de que tipo de educação se colocaria em prática ao findar a guerra. Portanto,

[...] ao mesmo tempo em que se reconstruíam os sistemas logísticos, de segurança e ordem pública, fez-se necessário recuperar as heranças históricas, artísticas e intelectuais em suas variadas manifestações. Sem essas riquezas e suas salvaguardas, pouco voltaria a ter sentido. Foi refletindo sobre tais questões que teve início a Unesco ao ser discutida na Conferência de Ministros da Educação Aliados (Came), reunidos em Londres, na Inglaterra, ainda no transcorrer do confronto bélico. [...] Entre os propósitos em pauta se pode listar a facilitação dos encontros de nomes representativos das áreas educacionais e da cultura de todos os países em paz; o fomento ao livre trânsito de ideias e informações, fazendo-as chegar, por exemplo, em escolas, universidades, estabelecimentos de pesquisa ou meios de comunicação

disponíveis; a criação de mecanismos para usufruir das conquistas e legados, avaliando seus usos pelas sociedades; o estímulo aos estudos e à reflexão dos problemas vigentes para o desafio de pacificar o mundo, ao fazer convergir o progresso científico e o bem-estar humano etc. (FURTADO, 2020, p. 157).

Isto posto, se na Europa o movimento nesse sentido – a busca por uma saída educacional no pós-guerra – se deu, em 1942, com a Conferência de Ministros da Educação Aliados em Londres, a conexão latino-americana estava posta e atenta à disputa internacional, em 1943, para dar prosseguimentos nas discussões em terras americanas, essencialmente em relação ao papel da educação na contenção de conflitos entre as nações.

Em síntese, a pauta universal considerava as ponderações que, como apresentado anteriormente, na década de 1930, Herbert Eugene Bolton colocava como proposição em suas aulas, em Berkeley, nas quais Pereira Salas se encontrava. Isto significa: a salvaguarda de uma narrativa que resguardasse os pontos de integração cultural e histórica que aproximavam os países do continente americano tinha como finalidade o ensino de uma História da América que se distanciasse das asseverações de cunho nacionalistas e, em certa medida xenófobas, tecidas quase sempre com base nas presumidas particularidades dos países da região. Algo que era entrevisto por governantes e por parcela considerável dos intelectuais como medular para minar a paz nas Américas.

Consequentemente, no Panamá, de 25 de setembro a 4 de outubro de 1943, os ministros de Educação do continente americano encaminharam as discussões de maneira afinada com o que se passara, em Londres, no ano anterior. Não obstante, ambicionando mapear as singularidades, principalmente, das nações componentes da chamada América Latina naquele contexto histórico. Intentavam assim, ministros e intelectuais presentes naquela conferência, zelar para que o futuro das relações entre os povos do continente fosse redimensionado a partir de uma releitura da História da América e, por conseguinte, do ensino dessa mesma disciplina. Com isso, visavam uma síntese histórica que privilegiasse não só o que havia de uno, mas também aquilo que se materializava na pluralidade presente do caldo cultural que unia tais nações.

Quer dizer, não se defendia o fim dos contornos geopolíticos, tampouco o rechaço às peculiaridades inerentes às culturas locais, porém, os ministros de Estado tencionavam que, através do estudo da história do continente – desde o início até o

processo de construção daquelas nações –, seria plausível a forja de uma narrativa que coadunassem os diferentes povos constituintes da América a fim de estreitar as relações e minorar conflitos internos. Dessa forma, o documento aglutinador dos conteúdos abordados no Panamá salientava que

correspondendo ao desejo de uma crescente e franca solidariedade espiritual entre os povos da América, o ensino ministrado à juventude deve empregar todos os meios tendentes a esse elevado fim; que o conhecimento da história, ao refletir esforços semelhantes e ideais comuns, não só nas campanhas emancipadoras dos povos da América, mas também na organização constitucional das Repúblicas do Continente, é um meio eficaz para demonstrar que as origens comuns ou semelhantes corresponde uma política de fraternal compreensão e inalterável convivência em todos os tempos (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 2).

À vista disso, as recomendações foram sendo entrelaçadas com o plano de pensar um ensino de história da América que, imposto à juventude, surtiria resultância imediata, posto que este seria o segmento daquelas sociedades mais suscetível a “propagar boas doutrinas”; dentro em breve, era imprescindível que se propagasse o conhecimento, em todo o continente, dos fundamentos do direito e das bases constitucionais dos povos daquela região. Posto isso, se recomendava que

[...] os Governos das Repúblicas Americanas tomem, se ainda não o tiverem feito, as disposições necessárias para incluir em seus planos e programas de ensino um curso obrigatório de História da América, desde as suas origens até o início do século atual, bem como noções sobre as características sociológicas, geográficas e econômicas do continente (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 2-3).

Assim, além da reescrita da história, presumivelmente visando a paz interna do continente, os ministros de educação deveriam se esforçar para estreitar laços com os intelectuais de seus países, almejando a realização de um concurso para a elaboração de um livro que contivesse a História da América. Tal alfarrábio, considerando que deveria ser um catálogo de grande tamanho, deveria antepor, de saída, a origem comum dos povos americanos, esquadrinhando que estes estavam sob

um mesmo plano de cultura, pela tradição de suas raças aborígenes, pelo esforço conjugado de seus descobridores, colonizadores, libertadores e organizadores, o que, cada dia exprime, com maior veemência, seu destino comum; que, conseqüentemente, o ensino da

História da América deve consistir na fiel interpretação dos feitos comuns, pois que eles constituem o mais eficiente vínculo de união espiritual (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 3).

Igualmente, o livro de História da América vencedor do certame deveria rever aquelas abordagens que privilegiavam a história das pátrias e evidenciar uma História americana; resumidamente, um compêndio que se assentaria em todos os estabelecimentos de ensino, mormente aqueles do ciclo fundamental, do continente americano. Tal proposição, de uma obra preambular no sentido de alvitrar um ensino de história quase salvacionista, não deve ser compreendida como uma trivial retórica desse ou daquele país com vistas ao domínio dos demais; diversamente, precisa ser lida numa chave de interpretação que dialogava com os movimentos políticos e sociais mais amplos que se desenhavam no ocaso da Segunda Guerra.

Isto posto, o certame deveria considerar os livros que buscassem narrar, como um só fenômeno histórico, a formação e o desenvolvimento dos países do Novo Mundo, “dando-se maior importância à evolução institucional e aos fatores determinantes de sua fisionomia política, social e econômica [...]” (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 3); a História da América e o Ensino de História, então, em conjunto, deveriam empenhar-se nos aspectos partilhados, o que “em vez de rivalidades e desconfiança, se infundam, no espírito da juventude americana, os sentimentos de cooperação e a confiança entre os povos do Novo Mundo, ao mesmo tempo que se firmem os princípios da democracia, justiça e liberdade, os quais estimularam a emancipação desses povos e os unem num destino comum” (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 3).

Surpreendentemente, ainda hoje – se bem que na área de história a incidência seja menor – algumas pesquisas tendem a interpretar no substrato desses movimentos, como este aqui referido, os encontros interamericanos de educação através do enfoque quase transcendente de uma consolidação do poderio norte-americano dentro do hemisfério. Melhor dizendo, os Estados Unidos teriam mudado a tática de ação naquele período, repercutindo, através de sua diplomacia, uma provável solidariedade entre as nações das distintas partes da América. Usualmente, então, se estribando nas ideias do panamericanismo que, grosso modo, enfatizava tais aproximações com vistas à defesa da democracia e das instituições republicanas; malgrado – em muitos dos casos – esses encontros sobre a educação, e tantos outros assuntos, tenham sido marcados pela presença de países que, inquestionavelmente, viviam sob a égide de ditaduras.

Sendo assim, as interpretações menos perspicazes, principalmente quando se tem como parâmetro recortes históricos muito dilatados e permeados por explicações tipológicas, tendem a descambar para a compreensão de que o projeto de um livro em comum com vistas ao Ensino de História na América, ao fim e ao cabo, era representativo de mais uma dentre tantas facetas da retórica estadunidense no intuito de consolidar sua influência em solos e, no caso mais especificamente aqui aventado, mentes latino-americanos. Essa compreensão, quase sempre desprovida de fundamento empírico e do cotejo de diferentes fontes históricas, desvela um atalho nebuloso uma vez que os movimentos desses países da América Latina, no bojo daquelas discussões, entre 1943 e 1963, devem ser analisados como um tema amplo e de contornos indefinidos. O estudo das particularidades, quiçá, seja a forma para enfrentar essas experiências – desses países partícipes desses encontros – para desnudar a grande diversidade que se apresentava ao longo dos debates.

Com efeito, se essas relações fossem analisadas sem se considerar as classes intelectuais, de cada país, envolvidas nesses meandros da política educacional, compreendendo que parte considerável dessa massa crítica latino-americana estava a serviço da diplomacia norte-americana quando da construção das narrativas históricas da América, escapariam as idiosincrasias referentes aos processos históricos locais, arena privilegiada das formações individuais de cada uma daqueles participantes das conferências sobre a educação na América Latina.

Em outros termos, o encontro ocorrido no Chile, em 1963, sob o financiamento da Fundação Rockefeller – instituição filantrópica norte-americana –, no qual se reuniram reconhecidos historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, do Brasil, Ruggiero Romano, da Itália e Max Savalle, do próprio Estados Unidos, seria então uma pauta com o objetivo de atender às demandas estadunidenses no sentido de reescrita da história latino-americana. Com vistas aos desígnios de uma americanização das mentes dos demais países, tiveram por base, principalmente, os debates esboçados nas Conferências de Educação, ocorridas entre 1943 e 1963.

Uma amostra do que se intenciona fiar ao longo das reflexões presentes se encontra na investigação *Imperialismo e Educação na América Latina: as Conferências Interamericanas de Educação (1943-1963)*, dos pesquisadores Fernando César Ferreira Gouvêa e Leandro Oliveira da Silva. No artigo, categorizado pelos autores, aprioristicamente, como produto de uma indagação recente, os professores defendem

que as conferências, nesta ocasião analisadas, foram materializadas diante de um momento histórico no qual o imperialismo estadunidense se fazia presente debaixo da égide da retórica de cooperação continental.

Isto significa que da “política da boa vizinhança” até a “Aliança para o progresso” haveria um desenrolar-se que, considerando a abordagem dos autores do texto, a diplomacia americana teria se valido das “Conferências Interamericanas de Educação como instrumento do imperialismo estadunidense para a América Latina” (GOUVÊA; SILVA, 2020, p. 2). As costuras historiográficas operacionalizadas pelos autores são tracejadas no sentido de confirmarem que

O imperialismo cultural estadunidense na América Latina, no contexto da Política da Boa Vizinhança, consistiu numa ofensiva ideológica nos países da região, a partir de um discurso interamericanista de fraternidade continental, que objetivava afastar a perspectiva reativa nutrida pelos países latino-americanos nos anos da política do Big Stick, superando, paralelamente, a investida ideológica alemã no continente [...]. Para tanto, a estratégia concebia a política de afirmação dos EUA como parceiro estratégico por meio da conquista de corações e mentes dos povos latino-americanos, recorrendo a inundação do discurso de fraternidade continental nos diversos aparelhos da indústria cultural e de formação da opinião pública, tais como a indústria do entretenimento, o rádio, a música, o folclore, a literatura e o jornalismo impresso. Neste contexto de imperialismo cultural, a educação dos países latino-americanos também foi considerada uma área de atuação estratégica para os interesses estadunidenses na região. Foi exatamente neste período que ocorreu a primeira reunião interamericana de educação, que deu início a série de encontros (GOUVÊA; SILVA, 2020, p. 13).

O enunciado dos autores, dessa forma, leva o leitor a crer que, segundo os objetivos gerais daqueles encontros, para se pensar o ensino de história no continente americano do pós-guerra, intuía “fornecer os subsídios ideológicos para a formação de consenso nos países latino-americanos em torno da hegemonia regional dos EUA” (GOUVÊA; SILVA, 2020, p. 2).

Conquanto, sem nenhum dado empírico que permita vislumbrar a recepção feita, pelos países da América Latina, dessa retórica estadunidense bem articulada, evidencia-se um perigo com qual se deve ter muita acuidade: o de que os intelectuais e políticos latino-americanos presentes naquelas conferências não atuaram no sentido de construção dos documentos, hoje utilizados como fontes históricas pelos pesquisadores. Em outros termos, a diplomacia brasileira de hoje, motivadora de chacoteio pela

comunidade internacional, não pode ser a base para os pesquisadores pensarem o comportamento das legações que, no pós-guerra costumavam as alianças políticas e, no caso em tela, os parâmetros educacionais da América Latina.

Entrementes, isso foi o que levou à tessitura do presente capítulo. É necessário reafirmar que os intelectuais latino-americanos, desde o século XIX, defenderam perspectivas que visavam uma pauta do ensino de história da América que, de alguma maneira, rejeitasse as lógicas nacionalistas e fundamentassem as análises em recortes mais globais. Nem sempre esse tipo de pauta foi vencedora em âmbitos locais, contudo ela existia e se coadunava com os momentos históricos distintos pelos quais a história da América Latina foi se construindo, isto é, a partir das revoluções de independências, há cerca de duzentos.

Ao cotejar as conclusões de Gouvêa e Silva (2020) com a documentação advinda dos movimentos da intelectualidade latino-americana, que circula nos meios letrados e políticos da época, o caso emblemático aqui explicitado é o do Chile. O encontro de Pereira Salas com diferentes pesquisadores da História da América não pode ser visto como fruto de uma arguta diplomacia norte-americana que visava, com “retóricas” bem engendradas, “tocar os corações latino-americanos” para que se pensasse uma história comum em torno de um ideário de civilização ocidental.

Se esse foi, como defende os autores supracitados, o interesse maior dos norte-americanos ao participarem daquelas conferências, também se pode dizer o mesmo dos outros países, especialmente aqueles da América Latina que defenderam também as suas pautas. Ao fim, pode-se presumir que se as pesquisas efetuadas pelos intelectuais levados ao Chile, no ano de 1963, eram subsidiadas por instituições norte-americanas que, inquestionavelmente, se alinhavam às políticas diplomáticas de Washington para os demais países do continente, ainda assim não se pode analisar como malogro a participação dos latino-americanos naqueles congressos, tensionando a favor das demandas da educação de suas nações. Em relação aos embates diplomáticos, a historiadora Cecília Azevedo adverte que

A despeito da assimetria de poder, verificaram-se formas de resistência e especialmente a diversidade de posições dos diferentes atores individuais e institucionais envolvidos, favorecendo diálogos e influências inusitados. A ideia tão corrente nas décadas anteriores a respeito da ‘americanização’ da América Latina foi deixada de lado, uma vez que historiadores, como antropólogos, deixando de ver

culturas como essências ou unidades coerentes, resistiram às fórmulas simplificadoras disponíveis: o triunfo apocalíptico do poder que a tudo submete e devora, por um lado, e o apego romântico à ideia de resistência camaleônica dos dominados, por outro (AZEVEDO, 2011, p. 294).

Trilhando a chave interpretativa proposta por Cecília Azevedo, compreende-se que, embora a instituição e os indivíduos envolvidos no evento da Universidade do Chile, em 1963, estivessem inseridos no bojo das discussões políticas a respeito de se pensar uma maneira própria e menos eurocêntrica para se fazer e ensinar a história da América, estes são intelectuais representativos de uma corrente latino-americana que, há tempos, pensava e sondava, com base em análises de fontes – e o caso de Pereira Salas é Ruggiero Romano, com suas obras aqui escrutinadas –, modelos historiográficos que dessem conta de uma epistemologia mais ajustada e congruente para se escrever e ensinar a história da América Latina.

Isto posto e embora não se possa compreender os meandros da política educacional dos países deslocado das orientações e decisões político-partidárias e ideológicas, optou-se por lançar luz, neste artigo, sobre o papel da intelectualidade latino-americana nas pautas propostas e recomendadas nas Conferências Interamericanas de Educação, uma vez que um olhar mais atencioso permite vislumbrar que eram proposições aventadas por diferentes meios acadêmicos e intelectuais da América Latina, em profícuo diálogo com outros redutos de produção de conhecimento do mundo, e não só dos Estados Unidos. Pereira Salas, no Chile, é representativo dessa circulação de corpos, ideias e pesquisas; Ruggiero Romano, o italiano, também pensaria em corpos teórico-metodológicos, a partir de sua inserção junto à intelectualidade latino-americana, mais adequados para a narrativa da História da América. Algo menos eurocêntrico, quiçá, longe da órbita estadunidense do que se queria, do ponto de vista político, como História.

Quando, no Panamá, em 1943, os ministros de educação defenderam a urgência do maior intercâmbio intelectual entre as nações do continente americano, recomendaram que os principais trabalhos dos eruditos e dos cientistas da Américas fossem traduzidos nos quatro idiomas do continente, fazendo com que esses materiais circulassem em diferentes bibliotecas das nações da América, “no princípio de uma por todas e todas por uma”; tão logo, igualmente, enfatizaram “o intercâmbio de revistas

científicas em todos os campos profissionais e científicos”; no momento que advogaram a favor de “um programa de biblioteconomia, em conexão com a organização dessas bibliotecas, a fim de que se difundissem o conhecimento e o saber americanos em todos os países” (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 24), a despeito de uma análise pouco acertada nos conduzir por conclusões que possam evidenciar o papel elementar da diplomacia norte-americana, no intuito de homogeneizar a América Latina com os pressupostos históricos e culturais que norteavam o país mais ao norte do continente, há que se considerar alguns pontos importantes.

Previamente, há que se refletir que, dos escombros da Londres de 1942, saiu o encontro no qual alguns dos representantes dos países aliados se reuniram para ponderarem, relativamente, uma saída para a reorganização dos sistemas educacionais das nações no pós-guerra. Era o que, muito genericamente, poderíamos adjetivar com o engendramento do que viria a ser a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), efetivamente aprovada em 1945 e materializada em ano subsequente, estribada na máxima de que se a guerra nasce das mentes dos homens, seria preciso agir nesse campo para manter a paz. Em relação aos vislumbres que se desenvolvem nos anos finais da guerra, André Furtado sintetiza, destacando que

Desse modo, quanto às atuações em seu ano de abertura e planejamento para o seguinte, o grande projeto da Unesco respeitava ao estudo sobre o *status* das *Tensões e Compreensões Internacionais*. Neste sentido, visando integrar vários domínios, as áreas de Filosofia, Humanidades, Artes e Letras se encarregaram de elaborar um questionário para enviar a intelectuais de renome em todo o mundo. O intuito consistia em mensurar os elementos que cada sociedade dispunha para viabilizar o entendimento entre os povos. Depois seriam verificadas as respostas no tocante às suas articulações aos aspectos culturais, em geral, e históricos, em particular, inclusive pelo viés comparativo. Isso correspondia a avaliar as ideias que os conjuntos sociais tinham de si, as técnicas aplicadas ao ensino formal, a política e a psicologia para transformar as *mentalidades* talvez predispostas a um nacionalismo agressivo (FURTADO, 2020, p. 160-61).

Em tal caso, pode-se entrever que as Conferências Interamericanas de Educação, principalmente aquela ocorrida no cenário da Segunda Guerra, em 1943, no Panamá, se consideradas fora do binômio Estados Unidos *versus* América Latina, pode revelar um espaço de atuação das diferentes nações que, representadas pelos seus ministros da educação – ora representantes de uma determinada classe intelectual local – intentaram a participação mais efetiva dos Estados na construção da História da América;

certamente não a única, tampouco com balizas que enlanguessessem as particularidades de cada nação.

De fato torna-se mais proveitoso refletir sobre a reunião dos ministros, no Panamá, em consonância com aquela estabelecida na Londres de 1942 e que resultaria na fundação da Unesco em 1945. Um novo elo sobre o Atlântico; a pauta: o mundo no pós-guerra. Esses encontros foram feitos tanto na América quanto no Reino Unido sob a batuta de políticos mas, também, com a acolhida das ideias de indivíduos experientes na área educacional, na América Latina.

Por outro lado, observar as conferências como área de atuação contínua da diplomacia norte-americana no sentido de dominar, culturalmente, com um discurso retórico, os países latino-americanos, é ignorar uma tradição local de costuras, trocas, resistências etc., comum aos países da América Latina e que não foi sobrepujada, pelo desejo norte-americano de dominação. Além disso, do ponto de vista da contextualização, é difícil pensar os Estados Unidos como o grande vencedor naquele momento, muito embora o poderio fosse desigual em termos econômicos principalmente; porém, todos estavam no jogo e, analisar as conferências de educação como espaço privilegiado do predomínio estadunidense em meio à guerra – do ponto de vista da ideologia educacional para a construção de uma história da América única –, faz parecer uma antecipação descontextualizada de período posterior, quando a denominada Guerra Fria (1947-1991) estava em curso.

Destarte, o encontro dos intelectuais no Chile, em 1963, ao que nos parece, é representativo dessa forte conexão latino-americana na área da produção de uma historiografia que, claro, não dispensasse a presença dos Estados Unidos, mas que, ao contrário, privilegiasse uma análise mais global da História dos países da América Latina em relação às suas origens, desenvolvimentos e particularidades nacionais. Sem embargo, ressaltando os pontos de convergências que aproximavam a cultura e história desses países americanos. Em outros termos, os encontros ocorridos na Universidade do Chile, na sede *Centro de Investigaciones de Historia Americana*, são representativos dessa força da intelectualidade latino-americana no intento de como tecer a narrativa histórica e de que modo ensinar a história da América a partir das traumáticas experiências deixadas pela Segunda Guerra.

Mesmo assim, há evidências documentais de que, ao longo das décadas de 1950/60, as recomendações apresentadas pelos ministros de educação dos Estados, no

decorrer das conferências, foram, aos poucos, matizando a maneira como se deveria pensar a educação para os cidadãos da América Latina; se antes, a história e as humanidades, no geral, obtiveram papel de relevo nos debates no tocante à formação dos latino-americanos, relativamente à Terceira Reunião Interamericana de Ministros da Educação, também ocorrida no ano de 1963, em Bogotá na Colômbia, se percebe mudanças substanciais nos discursos.

Em meio ao contexto do discurso que inaugurou, por parte dos Estados Unidos, a ideia de Aliança para o Progresso (1961), representativa também deve ser a experiência cubana, uma vez que a Revolução guardava um profundo sentido de reação ao imperialismo estadunidense, a lógica do apoio aos projetos para investimentos nas áreas de educação de cada país foi apossando-se, cada vez mais, de viés utilitarista: “A educação geral deve completar-se com adequada preparação para o exercício eficiente de uma profissão ou ocupação remunerativa e socialmente útil” (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 72). Assim, se em 1943 havia a preocupação de compreender a universidade como elemento importante no sentido da construção de uma história em comum para o ensino de história da América; em 1963, vinte anos depois portanto, se discutia que a educação, na América Latina deveria considerar que

As oportunidades de educação superior devem ser diversificadas e consideravelmente ampliadas a fim de que se possa atender, no nível superior, às necessidades de formação profissional, difusão cultural e pesquisas científicas e humanísticas, bem como de especialização e aperfeiçoamento daqueles que já exercem uma profissão. A universidade, como culminância do sistema educacional, deve criar os órgãos e meios pertinentes que lhe permitam manter-se em contacto com as entidades públicas e privadas para apreciar de maneira oportuna as necessidades educacionais a que lhe cumpre atender e contribuir para o planejamento social e econômico dos países e regiões, para a formação de dirigentes e para a realização das pesquisas que exige o progresso da sociedade; deve estudar os problemas nacionais e internacionais, apresentar de maneira objetiva as suas conclusões sobre os mesmos, em foros, conferências e assembleias, e estender os benefícios de sua ação cultural e social por meio de serviços de extensão universitária. A participação das universidades no processo do planejamento e nos estudos que esse processo requer, bem como a integração de sua própria atividade no plano nacional de desenvolvimento educacional, não pode implicar menoscabo algum ao seu regime de autonomia docente, administrativa, técnica, de investigação e financeira. Como contribuições das mais eficazes para o melhoramento dos serviços educacionais, as universidades deveriam incrementar suas atividades no campo das pesquisas pedagógicas e encarregar-se da preparação do

peçoal especializado que se torna necessário ao sistema educacional, especialmente de peçoal docente para o ensino de grau médio, para supervisão e administração do ensino em todos os níveis e para as diversas especialidades técnicas no setor da educação. Dever-se-ia igualmente intensificar o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades americanas. (BRASIL/MEC/INEP, 1965, p. 78).

Em vista disso, no evento de 1963 não se encontrava mais, de forma tão evidente, a preocupação com o papel dos intelectuais latino-americanos na construção de um ensino de história que privilegiasse articular pesquisas, livros, bibliotecas etc., com a História da América em geral. Ao contrário, como se pode vislumbrar, as universidades, principalmente, deveriam ser vistas como celeiros de formação para o mundo do trabalho, ainda que se perceba o destaque para a necessidade da difusão cultural e o viés humanístico que deveriam ser apregoados naquelas instituições.

Contudo, ao que se percebe, aquela verve – o “combate pela História” – mais pulsante que buscara articular, para manter a paz e a união dos povos, as relações nacionais com vistas à forja de uma história de cunho mais globalizante, pelo menos do ponto de vista das ações políticas naqueles eventos como o de 1963 em Bogotá, desbotaram se comparadas ao seu ímpeto pretérito. Porém, continuou sendo veementemente defendido que dever-se-ia igualmente intensificar o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades americanas. Posto isso, presume-se que os cursos de História da América, aqueles organizados por Pereira Salas e que aconteceram no Chile, em 1963, são representativos daquela cultura acadêmica que se desenvolveu e, diante das tragédias das guerras, se intensificou nos moldes dos questionamentos acerca do que se devia ou não considerar na construção das narrativas históricas do Novo Mundo. A questão estava inserida há tempos, não porque impostas pelos corifeus da diplomacia americana, tampouco por conta da ação deliberada da Aliança para o Progresso, mas porque os intelectuais da América Latina se configuravam como importantes nas discussões acadêmicas relativas ao ensino de história e a escrita da história dos países americanos.

POR UMA, POR OUTRAS, POR VÁRIAS HISTÓRIAS DAS AMÉRICAS: DE VOLTA AO CENTRO DE INVESTIGACIONES DE HISTORIA AMERICANA (1963)

Alguns meses antes de sua morte, ocorrida em 1979, o historiador chileno Eugenio Pereira Salas declarava, para o jornal *El Mercurio*, de Santiago, que a indagação do historiador “consiste en describir y comprender la individualidad de nuestro pueblo, que, siendo actor de su historia, es tambien el objeto y el resultado de desta” (YOACHAM, 2005, p. 18). Pode-se cogitar que, quando abordava a questão da individualidade de seu povo, a análise de Pereira Salas perpassava os limites geográficos do Chile; talvez, considerando as escolhas teórico-metodológicas feitas pelo pesquisador ao longo de sua carreira acadêmica, ele abordasse a América Latina como um todo, quando das suas derradeiras manifestações públicas.

Desta hipótese clarificam-se inquietações. No ano de 1963, naquele mesmo em que o historiador recebeu Rugiero Romano no Chile, Pereira Salas publicou um artigo intitulado *Los relojes y la noción del tiempo en la época colonial*; neste, o professor, em um profícuo diálogo com as obras de pesquisadores como Jacques Le Goff (1924-2014), se colocou a estudar as maneiras como, em fins da Idade Média, se media o tempo nas sociedades ocidentais europeias. Salas enfatizava, dessa forma, que naquela fase da história da Europa, usualmente, era o transcurso balizado pela Igreja que representava a tradição milenarista e agrícola; sendo, portanto, uma concepção católica de contagem dos tempos que, pelo menos do que se tem conhecimento, dominava as sociedades.

Ainda assim, a partir das transformações ocorridas, a datar do século XIV principalmente, no que o autor caracterizava como “psicologia social”, outras contas do tempo começaram a surgir. Simultaneamente ao tempo da Igreja, então, nessa ocasião, foi se impondo uma contagem baseada em outros aspectos como, a título de exemplo, a faina do comerciante. Expressão da laicização das sociedades, como destacava Pereira Salas, foi a forma secular do mercador abordar o tempo. Uma nova era, talvez. Quiçá, o tempo de um novo homem: o burguês. A expressão evidente dessas transformações no cômputo da existência teria sido, como aponta o historiador, a generalização do uso do relógio mecânico. Melhor dizendo, o tempo civil se sobrepondo àquele outro, o ecumênico; o litúrgico.

E, apesar da forma muito interessante como Pereira Salas tece seu texto, arquitetando pressupostos e comprovação documental de vária ordem, para o artigo corrente interessa sublinhar que – principalmente *vis-à-vis* o contexto histórico latino-americano no qual o historiador produz essas reflexões – o chileno parte da análise histórica do que ele caracteriza como profundas mudanças na *mentalidade* europeia em fins do medievo para, em seguida, verificar como tal fenômeno pode ser observado diante das sociedades que se construíram na América, herdeiras dos destroços das conquistas. Tempo litúrgico *versus* tempo civil, algum entre os dois teria se sobressaído no ambiente colonial, singularmente no Chile?

A narrativa de Pereira Salas é cativante, o leitor o acompanha em cada detalhe. Há de considerar que se trata de uma viagem no tempo sendo, este último, tema por excelência do artigo do historiador chileno. O autor arrematava que, se no começo do século XV, várias cidades da Europa contavam com a presença de relógios públicos, não se podia dizer o mesmo da América nas centúrias seguintes. Nas cidades coloniais, então, a inserção de tal objeto não foi tão simples. Ao contrário, destacava o historiador, os casos das tentativas de adição dessas parafernálias em ambiente do Chile, nos dois primeiros séculos pós-conquista, são dignos de notas pitorescas e tentativas quixotescas.

À vista disso, o cabildo de Santiago tentou arquitetar um relógio público e, mesmo assim, verifica-se – com bases em diferentes fontes de época voltadas à conta dos tempos – que no Chile colonial, o ritmo dos campanários era fortemente marcado pela contagem prevalecente no período medieval europeu. Conseqüentemente, era perceptível – de acordo com as fontes históricas instrumentalizadas por Pereira Salas - a presença de relógios mecânicos no Chile dos séculos XVI e XVII. Não obstante, se impôs a tradição agrária de medição, “con su intuición meteorológica del tiempo y la hora litúrgica de las campanas” (SALAS, 1963, p. 5). Resumidamente, tanto nos círculos oficiais, aquele da governança, quanto em meios populares, a conta do tempo, de acordo com o autor, foi marcada pelo valor da liturgia religiosa.

No decurso do XVIII, enfim, a presença daqueles instrumentos se torna mais evidente. Diante do exposto, o autor defende a tese de que, tanto a Europa quanto o Chile passaram por transformações na métrica do tempo quase que simultaneamente. Ou por outra, até fins do período colonial, o chileno não teria a hora marcada em seu corpo; assim dizendo, ainda era muito tímida a marcação do tempo através dos relógios

mecânicos. Em suma, a tese de Pereira Salas estava afinada com a ideia de uma Longa Idade Média; afinal, como pensava Le Goff “não seria absurdo estender os séculos ‘medievais’ até as transformações, esta sim novas, ‘modernas’, provocadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial” (FRANCO JR, 2001, p. 157).

Não é o propósito, no presente texto, enveredar pelas discussões a respeito das referências teóricas de Pereira Salas no que tange a ser ele, o historiador ou não, precursor da *histoire des mentalités* no Chile. Interessa menos a corrente historiográfica ao qual ele se filiava e mais ao tema que o intelectual escolhe, no início daquela década de 1960, para encaminhar suas reflexões. Em outros termos, a distinção de como a contagem do tempo, no Chile colonial, deveria ser abordada em chave explicativa bem distinta daquela de outras paragens. Diferentemente de muitos espaços da Europa, o relógio não se impôs na colônia.

Em outras palavras, retoma-se o percurso do autor, desde sua passagem pelos Estados Unidos, e a sua busca por uma História da América Latina com uma perspectiva própria, considerando seu tempo e espaço. É diante dessas reflexões, inseridas num contexto de vasta interferência externa, por parte da política estadunidense, que em 1962, Sérgio Buarque de Holanda, Ruggiero Romano e Max Hicks Savelle são convidados por Pereira Salas para, através de suas pesquisas, buscarem “*estimular en un nivel intelectual elevado la rebusca y la enseñanza de la Historia de América*” (SALAS, 1963).

Por ora, é fundamental deter-se nas falas introdutórias do historiador italiano Ruggiero Romano (1923-2002) que, assim como Salas, também defendia que, no Novo Mundo, se constituiu uma espécie de sociedade feudal aos moldes americanos, na qual observaríamos uma economia natural, plasmada em um ambiente com a realidade completamente diferente daquela europeia; ou seja: “os direitos foram exercidos sobre sujeitos considerados racialmente distintos e carentes de evangelização. Tais indivíduos eram vistos, ademais, como inferiores no tocante às técnicas de produção” (SILVA; FURTADO, 2019, p. 357). Ruggiero Romano destacava que

La economía americana de los siglos XVI-XVIII (y más allá todavía) es una economía esencialmente natural, con un margen mínimo de economía monetaria, apenas suficiente para permitir las maniobras de los “capitalistas” (este término lo uso en el sentido en el cual se le encuentra en los textos de los siglos XVII y XVIII, de tenedores de capitales, nada más). Encomienda, monocultivo, asientos de trabajo y

tantos otros fenómenos de la historia americana [...]. / De esta manera, no queda más que hablar de economía “feudal” ... Y en realidad estamos en la presencia de un mundo feudal (en el sentido económico esencialmente) con todas las varias implicaciones que un feudalismo transporta consigo (ROMANO, 1963, p. 47).

De modo igual a Pereira Salas, Ruggiero Romano obteve formação clássica. Titulado pela Universidade de Nápoles, na área de Filosofia e Letras, rumou para França onde, diante das pesquisas de Fernand Braudel (1902-1985) e o grupo da revista dos *Annales* a partir do ano de 1947, nos legou uma vasta obra que aborda especialmente os aspectos econômicos da hispano-América. Ruggiero Romano, em sua aula inaugural, apresentou questões interessantes e que iam ao encontro das reflexões do historiador anfitrião no tocante à utilização do aporte conceitual, bem como das terminologias e gramáticas europeias para se entender o passado do continente americano. E tendo como ponto de partida aquilo que fora seu grande esforço de pesquisa ao longo da sua vida, a história econômica no período colonial, questionava:

¿Tenemos la certeza de no estar errados en el aplicar a problemas de historia americana una terminología, una gramática, unas sintaxis conceptuales, construidas enteramente sobre el bagaje de la experiencia historiográfica europea? Digo esto porque me he convencido de que es necesario, para dar una vida real a los estudios de historia de la economía sudamericana de la época colonial, rehacer, *ex Novo*, los instrumentos intelectuales de base (ROMANO, 1963, p. 44).

Romano era de ascendência napolitana, e sempre destacou a educação ilustrada que ele havia recebido, assim como a importância da sua família que, desde o século XVIII, teria feito parte de uma elite responsável por estudos cuja meta era levar tal conhecimento ao homem moderno. Sua cátedra em História Econômica em Paris foi conquistada por meio da *EPHE*, na qual passou a trabalhar em 1955. Nas décadas de 1960 e 1970, recebeu, por exemplo, estudantes peruanos que se doutoraram sob sua orientação, tais como: Heraclio Bonilla (1942-...), Juan Manuel Burga Díaz (1942-...) e Alberto Flores Galindo (1949-1990) (MARTÍNEZ, 2001, p. 226).

Foi um autor que pesquisou em diferentes universidades da América Latina ao longo dos anos de 1950/60 e que, até o ano em que realizou sua conferência em Santiago, suas publicações mais conhecidas eram: *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne, 1547-1611* – em coautoria com Fernand Braudel (1951); *Le*

commerce du royaume de Naples avec la France et les pays de l'Adriatique au XVIIIe siècle (1951); *Commerce et prix du blé à Marseille au XVIIIe siècle* (1956). Em 1999, ao apresentar uma coletânea sobre a história da América ao lado de Marcello Carmagnani e Alicia Chávez, o texto sintetizava aquilo que fora, ao longo das pesquisas de Romano, sua grande preocupação:

En una época en que predomina una tendencia intelectual deconstructivista, que se refleja en la historiografía en una escasa atención a los vínculos entre las especificidades locales y en un precario interés por los conceptos, conviene precisar que nuestro ámbito de reflexión es más general, ya que nos ocupemos de América, que es para nosotros, al igual que para José Martí, 'nuestra' América; es decir, una realidad que no si es ni española, ni portuguesa, ni latina, ni otra cosa que no sea, simplemente, 'nuestra', la que es, la que así aparecer ante nuestros ojos el día de hoy. En suma, una América que no tiene necesidad de etiquetas para justificarse, explicarse o ser explicada (CARMAGNANI; CHÁVES; ROMANO, 1999, p. 7).

A presença de Ruggiero Romano, no Chile em 1963, pode ser compreendida como mais uma daquelas tentativas que, para intelectuais como Pereira Salas, era de grande importância, ou seja, uma epistemologia da história que fincasse suas bases nas realidades do Novo Mundo. No caso do autor italiano, a tese principal defendida era de que a América, quando da conquista e da implementação do poderio econômico europeu em suas terras, sequer poderia ser chamada de colônias, uma vez que os traços de um feudalismo, adaptado ao terreno americano, desnudaria qualquer possibilidade de se pensar nessas regiões com algo muito próximo daquilo que teria ocorrido, na Europa, em termos de modernização.

Para Romano, talvez, o choque mais violento que se deu, quando das conquistas, tenha sido, definitivamente, as concepções distintas que os homens do Velho Mundo e os "americanos" possuíam em relação a natureza e a cultura. Para os primeiros, havia uma total separação; quanto aos homens do Novo Mundo, era uma questão de troca, de vínculo estreito, quiçá, uma quase deificação da natureza. Os europeus pensavam que a natureza deveria ser subordinada aos homens, fazendo dela um uso eminentemente instrumental; os indígenas, ao contrário, não possuíam tal relação com o ambiente. Muitos outros elementos, como o trabalho e a propriedade, estiveram em campos opostos no choque entre as duas culturas.

Pereira Salas e Ruggiero Romano refletiram saídas para reescrever a História da América; utilizaram como aporte teórico-metodológico, à época, a ideia de uma longa Idade Média. Essa era a possibilidade possível para aqueles intelectuais pensarem as especificidades das nações da América Latina. Ou por outro, uma probabilidade de se pensar a escrita da História e o Ensino de História da formação das nações latino-americanas, considerando que, sob o céu do Novo Mundo, a bagagem cultural europeia precisou se adaptar, malgrado a importância que ambos os autores atribuem ao processo de conquista e colonização dos povos americanos. Apesar disso, ressaltam as especificidades advindas desse choque cultural que se converteu no que somos até hoje.

Pereira Salas pensava o Chile colonial muito próximo da maneira como ocorria a contagem do tempo no mundo medieval, ou seja, esse fator se transformou na Europa ao mesmo tempo que na América. Romano insistia na ausência de uma burguesia colonial e negava mesmo a presença do capitalismo no âmbito da economia americana dos séculos XVI e XVII, principalmente. Ambos refletiam sobre os entrelaçamentos advindo da conquista da América, nos quais – grosso modo – a última havia mimetizado as estruturas europeias. Mas, conforme Romano, era preciso considerar as especificidades latentes dentro das tentativas de se fazer uma História Atlântica, perspectiva em voga no campo das escolas historiográficas naquele momento.

Em outros termos, a América Latina, para esses autores, poderia participar daqueles entendimentos de uma história mais globalizante, altamente defendida principalmente a partir das Conferências Interamericanas de Educação, entre 1943 e 1963 – que também foram evocadas em Londres em 1942 e 1945 – e representativa do modelo de história que se acastelou no pós Segunda Guerra, momento no qual se gerou um novo olhar prezado pelos pesquisadores do hemisfério norte, a ideia de que, desde o século XVIII, as duas bordas do Atlântico teriam sido marcadas por uma série de transformações decorrentes das revoluções que, ao fim e ao cabo, teriam solidificado as bases da civilização ocidental (PALMER, 1959).

Salas e Romano combateram por uma história da América, por outras histórias da América, por várias enfim. As tentativas de se pensar um Ensino de História que, grosso modo, não lançasse luz aos delírios nacionalistas de unidades impossíveis, foram aceitos por esses intelectuais; essa era a nova maneira que se buscava para evitar que as mazelas das guerras ocorridas no mundo não voltassem a ocorrer. Ainda assim, se os

ministros da educação reunidos em diferentes conferências no pós-guerra, na América Latina, foram felizes em defender certa aproximação, almejando as singularidades de cada país mas, no conjunto da História do continente, quase que uma História Geral, não foram capazes de manter a ideia de apagar os traços das culturas locais em nome de um conceito de civilização ocidental, História Atlântica etc.

Se o relógio medieval introduzido no Chile colonial enferrujou seus ponteiros e foi substituído por outra métrica; se o capitalismo falhou, nos séculos XVI e XVII, na tentativa europeia de importá-lo para o Novo Mundo, como destacou Romano; ambos os casos demonstram que a travessia do Atlântico e a chegada de instrumentos, ideias e crenças, precisaram se adaptar ao novo ambiente. A escolha metodológica e teórica feita pelos autores para explicar que a América Latina não podia ser analisada com base numa única matriz foi a perspectiva da longa Idade Média. Mas, no avançar dos anos, Romano destacaria que a América não tinha necessidade de etiquetas para ser explicada e se explicar.

Procurou-se, com toda essa digressão, escrutinar as conexões latino-americanas, entre os anos 1940 e 1960, para que fosse possível se pensar a História das Américas, o Ensino de História e a Historiografia na América Latina à luz das discussões em torno da reescrita histórica a partir de fins da Segunda Guerra Mundial. Intentou-se, assim, demonstrar que historiadores do hemisfério e alguns americanistas estavam atentos aos debates internacionais a respeito da defesa de uma história ocidental e que reagiram no âmbito de seus círculos intelectuais àquelas premissas.

Por outro lado, os países latino-americanos, aqui apresentados como partícipes atuantes nas conferências internacionais com o fito de pensar a história da América mais pelas proximidades do que pelas dessemelhanças, também souberam agir no sentido de defender as especificidades de cada país. Essa é a maior tradição da América Latina, com seus cenários geograficamente diferenciados, povoados por uma infinidade de atores políticos, econômicos e culturais que, cotidianamente desenvolvem sua atividade individual, familiar e coletiva, mas sem perder de vista o mundo (CARMAGNANI; CHÁVES; ROMANO, 1999, p. 8). Uma América capaz de escrever sua História e ensinar essa história ao seu modo, com historiadores criativos que são aptos para inverter, inclusive, a lógica textual canônica, encerrando o capítulo com uma epígrafe.

A América sempre soube, desde seus primórdios, onde se situa a arte. A sua arte que, originária de expressões sincréticas, guarda o desassossego inicial imposto pelos invasores às civilizações autóctones, as quais, contudo, souberam resguardar ao longo dos séculos o destino narrativo do continente. Foram elas que, junto às demais etnias que se instalaram mais tarde nas Américas, liberaram a criação de urdiduras narrativas consoantes com enredos carnosos, côncavos, carnavalescos. [...] Graças assim a tantos instigantes escribas, auscultamos as vísceras da História, reinventamos a linguagem dos mortos e os devolvemos à vida.

Nélida Piñon

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Cecília. Relações interamericanas no século XX: percursos e debates acadêmicos. In: AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald. *História da Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BRASIL/MEC/INEP. Conferências Interamericanas de Educação: recomendações (1943-1963).

CARMAGNANI, Marcello; CHÁVEZ, Alicia; ROMANO, Ruggiero. Presentación. In: CARMAGNANI, Marcello; CHÁVEZ, Alicia; ROMANO, Ruggiero. *Para una historia de América I. Las estructuras*. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999.

FRANCO JR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FURTADO, André. Credo Ut Intelligam: os escritores ibero-americanos nas vitrines do Greenwich literário pós-1945. In: VENANCIO, Giselle; TAVARES, Mariana; GONÇALVES, Roberta. *Tessituras Históricas*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

GOUVÊA, César; SILVA, Leandro. Imperialismo e Educação na América Latina: as Conferências Interamericanas de Educação (1943-1963). In: *History of Education in Latin America*. HistELA, v. 3, 2020.

HARTLYN, Jonathan. A democracia na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: A América Latina Após 1930: Estado e Política*. São Paulo: EDUSP, 2015.

MARTÍNEZ, Teodoro Hampe. Ruggiero Romano (1923-2002): gran maestro de la historia económica. *Historica*, v. 25, n. 2, 2001, p. 225-234. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/historica/article/view/8718>. Acesso em 10 abr. 2021.

PALMER, Robert Roswell. *The age of democratic revolution: a political History of Europe and America, 1760-1800*. New Jersey: Princeton University Press, 1959.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROMANO, Ruggiero. Historia de los precios e Historia colonial hispano-americana. In: ROMANO, Ruggiero; HOLANDA, Sérgio Buarque de; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA) / Universidad de Chile, 1963.

SALAS, Eugenio Pereira. Los Relojes y la Noción del Tiempo en la Época Colonial, en 1884, p. VIII. *Boletín de la Academia Chilena de la Historia*, Afio xxx, No 68, Santiago, 1963.

SALAS, Eugenio Pereira. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA) / Universidad de Chile, 1963.

SERRANO, Sol. *Universidad y nación: Chile en el siglo XIX*. Santiago de Chile: Universitaria, 2016.

SILVA, Bruno; FURTADO, André. Novo Mundo historiográfico: As Américas na pauta de Sérgio Buarque de Holanda, Ruggiero Romano e Max Savelle. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 27, 2019, p. 347-378. Disponível em <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/3464>. Acessado em 10 abr. 2021.

VILLALOBOS, Sergio R. *Breve historia de Chile*. Santiago de Chile: Universitaria, 2017.

YOACHAM, Cristian Guerrero. Eugenio Pereira Salas, Historiador. In: *Cuadernos de Historia*. Departamento de Ciencias Históricas, Universidad de Chile, Marzo 2005.

**GUSTAVO BARROSO: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO DESTE
ANTISSEMITA (1933-1937)**

Cícero João da Costa Filho¹

INTRODUÇÃO

É tacitamente reconhecida pela historiografia integralista que Gustavo Barroso assumiu um posicionamento aberto no combate a figura do judeu. Não se pode analisar o antissemitismo do autor sem compreender, ainda que de maneira breve, a conjuntura de crise do país, situação que gerava a necessidade de um novo país, com projetos políticos os mais díspares. Ainda que o antissemitismo de Barroso no seio da AIB tenha sido tema secundário, mera tática política para chegar à liderança do movimento na disputa com Plínio Salgado, como aventa Hélió Trindade (1974), a temática integralista, desde a década de 1990 com o estudo de Maria L. Tucci Carneiro (1995), não parou de suscitar trabalhos. Mas, em meio a tantos olhares sobre o ‘Integralismo’, o tema é passível de um debate pelas diferentes posturas de seus integrantes, bem como pela leitura de seus diversos pesquisadores. Todo esse cenário é positivo para a pesquisa histórica. A partir da problemática de Trindade proposta em sua tese, uma série de obras, hoje bastante conhecidas, inspiram muitos trabalhos que objetivam tocar em alguma particularidade sobre o tema. Uma série de trabalhos surgiram após o surgimento do livro de Trindade, que sofreu severas críticas de José Chasin (1978) e de Wanderley Correia dos Santos (1978). Neste cenário surgiram as convicções de Gilberto Vasconcellos, Marilena Chauí, Renato Benzaquem, Fábio Bertonha, passando por ligeiras reflexões de prefácios de livros de Antônio Candido e Florestan Fernandes, que de uma forma ou de outra tocam na temática integralista, sem maiores aprofundamentos.

Lembremos o livro de Hélió Silva (1971), onde o autor aborda historicamente o Integralismo, assim como os livros de Jeffrey Lesser (1995) e Stanley Hilton (1977), buscando compreender a estrutura sócio-política a ideologia nacionalista do Integralismo. Em artigo específico sobre a evolução dos estudos do integralismo vale

¹ Possui pós-doutorado com o título de pesquisa intitulado Forças do mal: os prejuízos “raciais” da figura do judeu na produção integralista de Gustavo Barroso (1933-1937) sob a supervisão do Prof. Marcos Silva.

lembrar a excelente análise de Rodrigo Santos de Oliveira (2010), onde aborda os momentos de análise acerca do movimento criado por Plínio Salgado. Outro estudo importante é o primeiro volume de *Estudos sobre o Integralismo*, organizada de Giselda Brito (2007). Neste primeiro momento de nossa reflexão, podemos afirmar que a figura de Gustavo Barroso não vai além daquilo que Trindade em sua obra clássica afirmou: o chefe de milícias dos camisas verdes assumiu declaradamente uma posição aberta antissemita nas hostes integralistas. Respeitando o trabalho do autor citado, e de todos os outros que reabilitam o integralismo, haja vista ser este um trabalho que analisa a influência e possível existência de particularidades fascistas no movimento ideológico integralista, analisamos trabalhos mais próximos de nossa preocupação, que é averiguar o antissemitismo de Barroso. Uma historiografia mais recente, mais já bem conhecida é composta pelos trabalhos de Maria Luiza Tucci Carneiro (1995), Marcos Shor (1992), Eduardo Calaça (1992), Roney Cytrynowicz (1992), Carlos Augusto Nóbrega de Jesus (2006), Natália Reis (2004), Ivair Ribeiro (2007), Rodrigo Santos de Oliveira (2009), dentre outros trabalhos.

Não propomos nenhuma contribuição nova, apenas um olhar mais específico sobre a natureza do antissemitismo do autor de *A História Secreta do Brasil* (1958), buscando explorar o imaginário (as diversas denominações utilizadas pelo integralista é o principal instrumento de avaliação), perverso sobre a figura do judeu. O antissemitismo do escritor é formado tanto por elementos do ‘antissemitismo tradicional’ como do ‘antissemitismo moderno’, pois a nosso ver o último é sempre uma reformulação do primeiro, nuançado pela questão racial, instrumentalizado na década de 1920, momento tenso da história política brasileira. Em sua produção integralista – e nela que se presencia o ataque ao judeu – presenciamos tanto a divulgação do escritor que concebe a imagem do judeu como ‘povo’, apelando para aspectos morais de fundamentação religiosa, tratando de um ‘judeu errante’, ‘ateu’, contrário ao Cristo dos cristãos; como vemos a imagem do judeu como ‘raça’, algo problemático em Barroso, pois se o integralista nunca admitiu que seu antissemitismo fosse racial, mas sim moral e ético. Assim, não há em Barroso um antissemitismo religioso como apregoa o chefe dos camisas verdes, visto que o critério racial desponta justamente para justificar razões religiosas de um povo que não aceitou Jesus como o Messias. Daí é que se entende como todos os antissemitas, a figura de um judeu ganancioso, usurpador, provocador da decadência das nações, de caráter anárquico, engatando correntes que iam do

Liberalismo ao Comunismo, dominando a imprensa, presente em redes de espionagem e terrorismo, negociando armas e até envolvido no tráfico e exploração de mulheres, como na famosa rede *Zwi Migdal*.

Para boa parte da historiografia, o antisemitismo de Barroso não possui ligação racial, é moral (argumentação do próprio Barroso), incidindo sobre o ‘espírito’ judeu, ‘ganancioso’, ‘usurpador’, e acima de tudo ‘inassimilável’; para outros, o chefe dos camisas verdes combatia a raça judia, propondo até a eliminação desta, como pensa Marcos Shor, Roney Cytrynowicz, Carlos Nóbrega de Jesus e Natália Reis. Para que não paire dúvidas sobre essa ‘possível’ eliminação, a defesa de Barroso em nome da destruição do judeu é muito clara, devido à malevolência deste segundo olhar do escritor. A maior parte dos trabalhos que trazem a figura de Barroso no cenário intelectual brasileiro obviamente traça sua importância no movimento integralista, e como todos os integrantes desse movimento, uma figura seduzida pela figura dos regimes fortes, dentre estes, o da Itália, Portugal e Espanha. Após os clássicos estudos de uma ‘primeira geração de pesquisadores integralistas’, como Gilberto Vasconcellos, Marilena Chauí, José Chasin, dentre outros, os estudos após a década de 1990 só cresceram, provocando pesquisas regionais, como o trabalho de Caldeira (1999) e Geertz (1977). Vale ressaltar a significativa importância do GEINT, com eventos espalhados por todo o Brasil, produção de artigos, e a publicação de um segundo volume de um estudo sobre o integralismo.

Barroso é um divulgador da eficiência político ideológica dos regimes fortes, que rechaça a participação do povo na formação do estado pelas visões do liberalismo democrático, motivo de toda a sua crítica ao judeu, revolucionário, inclinado à anarquia, capaz de qualquer coisa para a obtenção do lucro. Veremos a linguagem extremamente violenta do escritor, fazendo uso de uma verdadeira ‘profilaxia social’, como ‘vermes’, ‘bactérias’, ‘micróbios’, ‘parasitas’, ‘cupins’, ‘camarilha de ladrões’, termos que deixam fora de dúvida um projeto de eliminação como o do Partido Nacional Socialista alemão.

INDEFINIÇÃO POLÍTICA: DO ESTADO AUTORITÁRIO CORPORATIVISTA A UM BRASIL SEM ESTADO!

Gustavo Barroso é uma figura de extrema importância para recuperarmos o Brasil dos anos 1930, período conturbado da política brasileira. Experimentando um período de descrença com as democracias liberais (daí o surgimento dos regimes que apelavam para o fortalecimento do Estado), a experiência do primeiro conflito mundial, os efeitos que impactaram o mundo do trabalho quando da crise econômica de 1929, Barroso nos remete a um tempestuoso Brasil que parecia não mudar sua estrutura conservadora de poder, dada a presença de um liberalismo que sempre excluiu a população. É de suma importância recuperar a concepção deste importante intelectual e militante integralista, do que na época, para Antônio Candido, foi uma grande sedução para os jovens brasileiros, no caso, o Integralismo, vigente de 1932 a 1937.

Gustavo Barroso escreveu “Ensaio de sociologia sertaneja e folclore, História e biografia, literatura didática, literatura histórica, ensaios sobre arqueologia e museologia, contos e novelas regionais, romances, literatura infantil e Ensaio de temas gerais, somados a crônicas, livros de inspiração integralista, discursos, conferências de teatro, memórias, antologias”. (MENEZES, 2006) Esta vastíssima obra é de um pensador católico, nacionalista, conservador, admirador das forças armadas, que viveu a transição de um Brasil governado pelas elites rurais para um Brasil onde as classes médias urbanas ganhavam cada vez mais espaço. Encontrar o Estado nacional brasileiro nunca foi tarefa simples e a elite sempre transformou um problema de ordem política e econômica concernente a esta, num problema de foro nacional. (OLIVEIRA, 1990) Uma vez que não existe Estado sem nação, nação sem povo, o pensamento do integralista e intelectual Barroso, não está dissociado da questão racial do país, uma vez se tratar de um Projeto de Brasil, mesmo que para alguns de seus estudiosos o escritor não tenha elaborado uma Teoria de Estado, diferente de Miguel Reale. Seu Projeto de Brasil não se dissocia dos tantos projetos de Brasil, que justificados por problemas econômicos remetem à formação nacional-étnica do país, tema insidioso no pensamento social brasileiro. (MENEZES, 2009)

O pensamento de Gustavo Barroso nos faz pensar à ‘transição-superação’ de um Brasil marcado pela presença de um estado regido politicamente pelas tradicionais oligarquias, com práticas bem conhecidas de autoritarismo e violência, pela corrupção e

pela miséria da população em geral. Neste cenário, vemos aparecer novos autores políticos pertencentes a setores de profissionais liberais, industriais não ligados à economia rural, um importante número de intelectuais, figuras importantes da igreja, trabalhadores nacionais e estrangeiros, na crítica aos efeitos do liberalismo em benefício de um estado que melhor atendesse as reivindicações da população e de setores médios urbanos.

Dentre as possíveis alternativas políticas do novo Brasil, veríamos tendências políticas ideológicas que pregavam o fortalecimento do Estado, conservando a estrutura de um país operado por uma elite aristocrata, uma rica ideologia crítica a este Estado, a alternativa comunista e um pequeno número daqueles que defendiam a eliminação do Estado, como os anarquistas. Diversos intelectuais se reuniam em busca das raízes brasileiras, significativas instituições surgiam como o Centro Dom Vital, o Partido Comunista Brasileiro, o grupo Anta e o Verde-amarelo. Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia mantinham suas convicções abertamente de direita, ao passo que Mário e Oswald de Andrade, se afinavam com o pensamento de esquerda, principalmente o último; e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), grande opositora do Estado sob o nome de Prestes. Frente às incertezas do futuro, ao receio das elites com relação ao povo, sustentava-se que o Estado nacional brasileiro precisava ser forte. Setores dissidentes dos militares (no caso, os tenentes) e remanescentes ligados à economia rural, se envolveram na formação deste novo Brasil fortalecendo o ideário de um Estado forte.

Principal nome depois de Plínio Salgado, Gustavo Barroso fundamentou sua ideia de Brasil combatendo o judeu, a seu ver, responsável por todo o ‘mal’ que pairava em vários locais do mundo. Por ser o judeu um povo que agia sempre de maneira oculta, adentrando instituições secretas como a maçonaria, a partir de elementos cristãos, Barroso combatia o liberalismo democrático, o judaísmo internacional, correntes como o marxismo, o materialismo, em defesa de um mundo hierárquico, sem divisões de classes, sem partidos, sem ideias que colocasse em choque o Brasil. O projeto de Barroso era um Brasil integral, que integrasse as diferenças, daí a ideia de soma, sob a bandeira maior do *Sigma*.

A partir da influência de regimes autoritários como o Nazismo e o Fascismo, na qual o escritor cearense era simpatizante, somado à divulgação de uma literatura racista nos 1930, Barroso atacou impiedosamente o judeu, adotando uma linguagem racista,

alertando para a invasão e o perigo deste no Brasil. Ainda que nunca tenha admitido que sua hostilidade ao judeu tivesse relação racial, no período em questão houve um recrudescimento de particularidades do pensamento racista existente a partir das leituras científicas datadas de 1870. Abraçado por políticos vinculados à antiga aristocracia, juntamente por setores de extrema direita, como a Igreja, burocratas, funcionários públicos, médicos, professores, e outros setores médios, a ideologia integralista tornou-se o primeiro partido de massa no Brasil, conforme Trindade. (LENHARO, 1985; CARNEIRO, 2001).

Na era Vargas, o Estado nacional brasileiro buscou aglutinar os mais variados estratos sociais sem perder a função de realizar a hegemonia de classe, exigindo uma “arquitetura moderna” (GOMES, 2005). Com a emergência de diversos estratos sociais, advindas daí ideologias as mais díspares, o Brasil de Gustavo Barroso enfrentou um suposto ‘vazio político’, precisando inserir todos estes estratos para se fazer nação. Ainda que nenhuma classe fosse possuidora de um projeto ideológico para propor um modelo de Estado, como aponta Chauí, vimos despontar uma pluralidade de matizes ideológicos, que circulavam da extrema direita, a vertentes do Socialismo e do Comunismo, em que a participação de vanguardistas, tradicionalistas e radicais, “no projeto de construção do Estado Nacional, quando literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados trabalhando lado a lado”. (OLIVEIRA, 1982, p. 508)

Lidando com problemas históricos de nossa formação nacional, dentre estes um pensamento autoritário, tinha-se um *Brasil legal x Brasil real*, conforme Oliveira Viana (2005), de artificialidade política, contaminada pela invasão do público pelo privado, da presença marcante do personalismo, da influência das ideias estrangeiras, etc. Na década 1930, o liberalismo conservador da constituição de 1891 foi problematizado por esse Estado nacional brasileiro, ainda que esse novo Brasil jamais fosse dissociado das mãos de antigos homens com força política significativa para mandar em seus estados, às vezes influenciando todo o país. Este novo Brasil não deixou de ser dominado por uma economia agrária, que almejava a industrialização, formado por seus ‘males de origem’ (e de continuidade) que bem caracterizaram seu aspecto tradicional. Isso exigiu uma reformulação das práticas ditas democráticas e (por que não dizer?) do próprio Liberalismo. A questão racial como em todos os projetos de Brasil é um componente indispensável do discurso que encontra os problemas nacionais e propõe seus

problemas, montando assim uma nação brasileira expurgada de nossos ‘males de origem’.

Nesse momento, há que destacar a conjuntura turbulenta do momento, que põe em cheque as democracias liberais, os regimes totalitários ganham cada vez mais adeptos na Europa, como uma das mais interessantes alternativas para a formação do estado nacional brasileiro, que é a alternativa socialista. As ideias de Marx e de Engels deflagram o bolchevismo russo de 1917, nas mãos de ‘bandidos e criminosos’, pessoas ‘sem pátria’ que dificultavam a formação da identidade brasileira, conforme visão de Barroso, e de setores simpatizantes de um estado forte. Construída sob um pensamento conservador, que considerou o povo incapaz de lidar com uma experiência democrática, o modelo de Estado que acabou vingando foi pensando por homens como Alberto Torres, Francisco Campos, incorporando neste nacionalismo o viés xenofóbico, onde o judeu transforma-se em perigo, em ‘raça indesejável’.

Não é gratuito a preocupação do Estado com a ‘melhor raça’ (uma discussão já presente nas falas de parlamentares da Assembleia de São Paulo nas três últimas décadas do século XIX, diante da abolição da escravatura) em que o imaginário judeu é bastante amplo, indo do parasita que se preocupa apenas em lucrar com a capacidade de infiltração, estando presente em instituições secretas, como a maçonaria, maquinando a história e a política mundial, conforme pregava os *Protocolos dos Sábios de Sião*. O judeu é responsável por todo o caos mundial, põe em desordem o mundo harmônico dos idos medievais, com a hierarquia regida sob as mãos divina sob a política maior do Trono e do Altar. Todos os problemas nacionais das décadas de 1920 e 1930 incidirá sob o judeu conspirador, parasita, açambarcador, sem pátria, que opera em nome da ‘mão oculta’: instala-se oficialmente a *Questão Judaica*.

O pensamento antissemita de Gustavo Barroso traz consigo uma discussão inacabada que sempre suscitou discussões, que é o problema racial. Uma vez que o seu antissemitismo propõe um novo projeto de Brasil, é antes de tudo um movimento político, como tal a tônica das raças é parte integrante do conhecer o Brasil, apontar os elementos do seu atraso e propor os remédios para o Brasil do ‘futuro’. Estamos preocupados com a natureza do antissemitismo de Barroso. Lendo seus trabalhos integralistas, alguns de seus leitores afirmam que o desconhecimento de sua vasta produção intelectual deve-se a sua adesão ao integralismo brasileiro, ou seja, em decorrência de seu posicionamento abertamente antissemita, diversos aspectos do

pensamento barrosiano, como por exemplo, sua fecunda contribuição na área literária, folclórica, ensaística e museológica. Nossa preocupação é averiguar a fala do escritor integralista com relação à figura do judeu.

Ainda que não tenha elaborado uma Teoria do estado brasileiro como o fizera Miguel Reale, Barroso é uma figura de extrema importância para recuperamos as tendências políticas da época, as questões ideológicas e sociais do momento, e de forma específica, sua visão com relação à *Questão Judaica*, parte do projeto integralista. O integralismo surge em 1932, criado por Plínio Salgado, respaldando ainda que pouca apareça nas discussões do movimento o combate ao judeu. Embora não seja responsável direto pelo surgimento de obras de cunho antissemita, foi no seio deste movimento que se disseminou o ódio ao judeu, que para Barroso era o principal responsável pelos males do Brasil e do mundo.

Pensando a formação de um novo Brasil, Barroso corrobora com a imagem malevolente do judeu, sendo este agente do materialismo judaico, do comunismo, do bolchevismo, agenciando secretamente o domínio do mundo. Ainda que Barroso negasse seu antissemitismo, negasse qualquer relação com a politiza nazista, em suas obras vemos o imaginário moderno antissemita: o judeu não se mistura, não está adaptado ao campo, é errante, acabando por dificultar o problemático processo de formação da identidade do país onde se encontra. O judeu corrompe toda forma de organização social onde está presente.

O que fazer para construir este novo Brasil, urbano, com os conhecidos problemas que, de tempos em tempos, dificultavam a identidade do país? Antes da ‘consolidação’ deste novo Estado, que culminou na personificação de Vargas como solução dos problemas nacionais, a questão racial que tinha o judeu como ameaça à formação do Estado nacional brasileiro, já era uma constante desde o último quartel do século XIX. Em São Paulo, é criado, em 1911, o Departamento Estadual de Trabalho (DET), cujo objetivo era o controle das migrações rurais, a elaboração de pesquisas sobre o custo de vida, salário e condições de trabalho da classe operária, quando médicos e engenheiros juntavam-se em estudos sobre condições de moradia, urbanização e saúde pública, bem antes da reforma constitucional. Em 1926, uma comissão da Câmara dos Deputados voltou suas preocupações à Legislação Trabalhista. Não por acidente, em 1923, a Lei Eloy Chaves cria as Caixas de Aposentadoria e pensões para os empregados da companhia da estrada de ferro. Neste cenário, conforme

Munakata “o corporativismo foi a solução encontrada no Brasil”. (MUNAKATA, 1981, 83)

A obra de Barroso nos leva a recuperar todo este cenário que pontua continuidades clássicas da história nacional. Se o escritor cearense em boa parte de sua obra não escondeu sua hostilidade em relação aos judeus, nunca assumiu que seu antissemitismo tivesse relação racial, era antes de tudo ‘moral’, cabendo-nos uma investigação mais apurada.

ANTISSEMITISMO DE GUSTAVO BARROSO: SUA NATUREZA

É indispensável entendermos o movimento integralista, seu surgimento e seus objetivos para a formação de um novo Brasil, para que possamos compreender o antissemitismo de Barroso. Em um momento de exacerbado nacionalismo, vários autores trataram de assimilar qual ideologia seguir, se aquelas que exigiam o fortalecimento do Estado ou a que democratizava a estrutura política brasileira, oferecendo ao povo a capacidade de intervir no processo político. É neste terreno que homens de direita e de esquerda levantam suas bandeiras em defesa de seus projetos de Brasil. Era evidente a preocupação de um Brasil que combatia uma economia agrária, preocupado com a mecanização de corpos e de almas, estereotipando e marginalizando todos os problemas nacionais sobre a figura do judeu, postura de vários intelectuais, dentre estes, de Gustavo Barroso.

Intelectual simpático a um regime forte, como o Fascismo e no Nazismo, em menor grau, com o salazarismo, (BERTONHA, 2001) o pensamento de Barroso nos remete à formação de um Brasil dirigido por um grande chefe, espécie de um grande pai. As obras integralistas de Barroso antes de qualquer doutrinação ideológica oferecem os rumos de um Brasil forte, um país que só com o regime integral salvaria a destruição ocasionada pela maldade judaica. A Ciência eugênica e a Educação Física eram de fundamental importância na construção da nação, e o diferente mostrava-se perigoso, desconhecido, podendo a qualquer instante colocar o processo de formação do país em risco. (BERCITO, 1991)

Adentrando ao pensamento de Barroso, vemos a presença de uma Teoria das Raças, a crença de um autor preso ao pensamento positivista, evolucionista, defendendo até a eliminação de um ‘bando de criminosos’, ‘bactérias’, ‘cupins’, termos utilizados

pelo autor quando se referia ao judeu. Nossa preocupação é justamente esta: qual a natureza do antissemitismo de Barroso? Como a hostilidade ao povo judeu é configurada em sua obra? Até mesmo em seu trabalho memorialístico vimos a presença da negatividade do judeu. Nos ajuda muito investigar nuances de Barroso enquanto homem político, pois alguns trabalhos chamam a atenção para questões como: o fato de ter sido Barroso o segundo nome do Integralismo, tendo este movimento ligação direta com o nazismo e o fascismo, embora com especificidades próprias a cada país, não o levou a tomar o ideário antissemita como estratégia política? A disputa política entre Barroso e Plínio Salgado pela chefia do movimento contribuiu ainda mais para a radicalização de um projeto racista por parte do escritor cearense? O discurso integralista não exacerbou ainda mais a visão antissemita de Barroso, em contraposição a autores que em tese não combatiam os judeus ‘abertamente’, como Plínio Salgado e Reale, pois tais líderes sabiam que discriminar racialmente o judeu jamais seria aceito em um Brasil católico da época? (NOBREGA, 2006)

Se não havia a presença das velhas teorias científicas colocando a supremacia de seres em detrimento de outros, presenciou-se o medo dos ‘indesejáveis’, olhar apenas possível por uma ideologia de estado sutil, mas não menos racista e exclusivista, que preparava o progresso do país controlando socialmente pessoas ‘desviantes’, grupos de imigrantes, fundamentadas justamente nos tradicionais apelos raciais tão bem conhecidas de nossa elite (CARNEIRO, 2001). Se toda a obra de Barroso não se volta contra os judeus, é incontestável seu posicionamento de hostilidade ao judeu em toda sua produção integralista.

Os estudos por nós analisados contextualizam a figura de Gustavo Barroso e sua visão antissemita. Tucci Carneiro (1995) aponta uma política oficial antissemita por parte do Estado brasileiro, em contraposição à visão de Lesser, que afirma que justamente em um momento máximo das circulares secretas, estes tiveram sua maior entrada no país. Os dois autores apontam o forte nacionalismo da época como crucial para a simpatia da elite brasileira, conservadora e racista, como responsável pela simpatia aos movimentos de direita. A ‘Questão Judaica’, por exemplo, surge na década de 1920 não por acidente, aliás, a hostilidade do judeu data de antes, o Estado por necessidade política cria a figura deste como o grande inimigo do Brasil. Diversas eram as razões infundadas para a incriminação ao judeu: por este não ter tradição agrícola, não se fixando no campo, era o suficiente para um triste imaginário. O judeu colocaria

em risco ou até mesmo suplantaria tradicionais setores, estabelecendo um mundo novo (desconhecido), independente da participação destes setores. Arrolar os elementos de todo um imaginário malevolente é apenas tocar numa parte da questão! Como na Europa, no Brasil, setores conservadores (Igreja, médicos, funcionários públicos, parcela significativa de homens que ocupavam cargos importantes no Estado, e boa parte da classe média), compactuaram com o antissemitismo da AIB. Quais as raças bem vistas pelo estado Brasileiro?

Grande parte dos estudos que aborda o antissemitismo de Barroso não veem racismo em sua hostilidade ao judeu, poucos são os estudos que afirmam que o integralista possuía um projeto de eliminação dos judeus, como o de Natália Reis. Nossa posição acompanha este projeto de eliminação dos judeus, tão bem trabalhada pela autora citada. O temor comunista (MOTTA, 2002) aumentando ainda mais o ‘perigo vermelho’ com a Revolução de 1917 orquestrada pelo ‘judaísmo internacional’, a expulsão de judeus para várias partes do mundo, a agitação política que acirrava cada vez mais a posição ideológica do país, somada ao imaginário negativo do Judeu ao longo da história, só contribuiu para aumentar um discurso intolerante por parte da elite brasileira, tornando o judeu uma ‘raça indesejável’, algo a ser combatido. Barroso fez uma verdadeira campanha antissemita, conclamando a mocidade brasileira a não medir esforços em benefício do Brasil integral, era na verdade um movimento religioso.

A historiografia recorre ao período da época, com suas vertentes ideológicas e as tensões do momento para perscrutar a natureza do antissemitismo de Barroso, dada a conjuntura autoritária em que nasce sua obra integralista. Embora não se detenha ao tema, Trindade já enquadra Barroso como adepto de uma postura antissemita radical, contribuindo para uma série de trabalhos surgidos posteriormente. Ainda que o autor negue que seu antissemitismo tenha raízes raciais, encontramos falas tipicamente racistas. Algumas denominações como ‘verme’, ‘lama humana’, ‘bactéria’, ‘micróbios’, ‘carrapatos’, configuram uma verdadeira ‘profilaxia social’. (CARNEIRO, 1990)

Nessa ótica, é compreensível que o autor de *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo* esteja sempre pensando na ideia de conspiração, no domínio mundial orquestrado pelos judeus, farsa literária tão bem analisada por Cohn (1969). A influência do ‘Judaísmo Internacional’ era tanta que dominava algumas organizações secretas (a mais importante a maçonaria), o comunismo e o liberalismo. Tudo que estivesse ligado ao judeu é alvo de crítica. Por exemplo, o bolchevismo russo só acobertava o interesse mercantil e o

comunismo foi senão reflexo da democracia liberal empreendida pelo judeu, era preciso combater o ideal ‘moscovita’.

A nosso ver Barroso se mostra um pensador extremamente racista. Ao longo de seus livros o escritor se justifica falando que seu antissemitismo não possui ligação racial, mas em seus textos o que se vê do começo ao fim é a incriminação do judeu como culpado pelos males do mundo. O antissemitismo de Barroso é racial, o autor quando fala de um antissemitismo moral ou religioso, logo desfere o judeu por agressões racistas: a ideia de parasita e de raça que não se mistura é muito antiga. O antissemitismo reinante na Europa criado pela Igreja foi reelaborado no século XVIII, num quadro cheio de tensões que bem serviu á política destrutiva de Hitler.

Barroso é um intelectual antissemita convicto na malevolência do judeu, não sem razão que diversas vezes em sua obra tratou de justificar sua hostilidade ao povo de Israel. Se o antissemitismo foi tema secundário no projeto da AIB, tendo conquistado milhares de adeptos devido a seu ‘simplismo de pensamento’, ou até mesmo utilizado pelo escritor cearense como tática política para se contrapor politicamente a Plínio Salgado, segundo Trindade, estamos interessados no discurso antissemita deste importante intelectual e político do Brasil da década de 1930. Concordamos com Cytrynowicz (1992) quando chega a afirmar que o antissemitismo é o eixo principal da produção de Gustavo Barroso.

Uma corrente historiográfica sobre a gênese antissemita de Gustavo Barroso é representada por Tucci Carneiro, que aproxima Barroso do Nazismo, sem ver nele um ‘racista’. Para Carneiro, o racismo de Barroso é um ‘racismo político’. É problemático entender o que uma autora do porte de Carneiro, concebe por ‘racismo político’, preferimos a ideia de escritor racista motivado por questões políticas, argumento que se mantém de pé quando se trata de camadas sociais ameaçadas pelo novo, caso, do escritor cearense. A pesquisadora identificou todo um discurso de intolerância e de preconceito do Estado brasileiro às populações judias quando da análise das circulares secretas orquestradas pela alta cúpula da Elite Rio Branco. Lembremos a constituição de 1934, que conforme Milgram “estabeleceu pela primeira vez normas e leis para regular a entrada de estrangeiros”, somado a toda a admiração do escritor cearense pela política do III Reich. A considerarmos o ‘racismo político’ de Barroso, seu antissemitismo incidia sobre o judeu conspirador, símbolo do mal, desprovido do apelo racial (LESSER, 1995). Conforme a autora é indiscutível o antissemitismo de Barroso,

somente possível devido às práticas de um estado autoritário que ficou em silêncio diante da hostilidade aos judeus, restringindo a entrada destes ao país. Não bastasse o massacre nos campos de concentração nazista, ‘sob as máscaras do nacionalismo’ o Estado encobriu a brutal política de hostilidade aos judeus. (CARNEIRO, 2001)

O clássico trabalho de Anita Novinsky aborda historicamente a situação dos cristão-novos, mostrando restrições de mobilidade social a estes, onde já existia no período da Inquisição em Portugal um ‘Código sobre Pureza da Raça’, tema que Carneiro em livro específico faz uma excelente análise. Notemos que ainda que este seja o ‘antissemitismo tradicional’, presencia-se claramente a existência um elemento racial, que é a ideia de pureza de raça! (NOVINSKY, 1992)

Carneiro foi quem primeiro analisou este antissemitismo, designado por Maio (1992) de ‘corte moderno’, embora analise ligeiramente o ‘antissemitismo tradicional’ de conversão dos cristãos novos na Bahia, tema central de Novinsky. Analisando circulares secretas no Itamaraty por meio das relações entre os diversos diplomatas em suas respectivas embaixadas, acessíveis somente em 1995, a autora vê uma ‘política oficial’ por parte do Estado brasileiro barrando a entrada de judeus. Tangidos pelo Nazismo, os refugiados judeus foram estrategicamente direcionados para as Américas, especificamente, Argentina, Canadá e Brasil.

A intolerância contra os judeus esteve presente nos setores oficiais do Estado brasileiro, por meio de políticas de restrição migratória. Conforme a autora “o discurso antissemita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto”. Carneiro reconhece em Barroso um antissemita de ‘corte moderno’, mais próximo ao Nazismo do que simpatizante a um antissemitismo de traço clássico, de traço religioso. Para sustentar sua tese acerca de Barroso, Carneiro arrola a influência de autores racistas como Bertrand, Léon Bloy, Edouard Drumont, Bernard Lazare e Leon de Poncis. É de se perguntar se diante a influência de tais escritores racistas, Carneiro concebe o antissemitismo de Barroso como sendo um ‘racismo político’. _

Carlos Nóbrega de Jesus defende o posicionamento radical de Barroso, em contraposição às posições de Plínio Salgado e Miguel Reale. De outro modo, não apenas Barroso aderiu ao antissemitismo, como os demais líderes do Integralismo o fizeram, a diferença era que o líder cearense defendia abertamente seu antissemitismo, ao passo que Salgado e Reale diluíram a hostilidade ao judeu ora combatendo o

comunismo, ora ao capitalismo deste. Discussões políticas acerca de pontos essenciais do Integralismo, no que pese as divergências teóricas não escondiam o antissemitismo de Barroso, de Plínio e de Reale. Para Nóbrega, “da mesma forma que Barroso, o chefe do Sigma e Miguel Reale encobriram seu antissemitismo na suposta luta contra o domínio do capitalismo estrangeiro, em nome da defesa da nacionalidade” (JESUS, 2006, p. 117). Ainda com Nóbrega, o judeu, na visão de Barroso, era simbólico, tese tomada de empréstimo de Lesser, espalhando seu ódio às ideologias a ele associadas como o Iluminismo, Comunismo, Capitalismo e Protestantismo. Acerca da natureza do antissemitismo deste, Nóbrega conclui que: “é importante salientar que o aparente nacionalismo do título e dos conteúdos das obras do autor é subproduto do antissemitismo explícito, fundamentado em concepções difamatórias e discriminatórias, que revelam o caráter racista do autor”. (Ibidem, 117)

Outra corrente historiográfica que separa o antissemitismo de Barroso da perversão racial traz nomes como os de Antônio Rago. Para o autor, a posição de Barroso não tinha ligação racial, estava ligada a aspectos morais, uma vez que o judeu é retratado como eterno conspirador, sempre açambarcador, obstando a formação da cultura brasileira. Sua hostilidade ao judeu não era sintoma do Nazismo, pois o escritor não defendia o confinamento dos judeus em guetos, seu plano seria mais amplo e profundo: começaria por meio de uma revolução espiritual, conforme pregava o *Manifesto Integralista*. As crenças católicas de Barroso, seu caráter forte e o apego às tradições justificariam assim seu antissemitismo.

Hélgio Trindade, em sua tese *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, introduz a análise sobre as possíveis relações entre Fascismo e Nazismo na elaboração do discurso da AIB, o que de modo específico fará Fábio Bertonha em seus alguns estudos. O trabalho de Trindade é esclarecedor acerca da relação do Fascismo com o Movimento do *Sigma*, espalhado pelo Brasil, apoiado por alguns setores militares e por extratos da classe média, juntamente com a participação da Igreja Católica, mas não adentra a questão específica do antissemitismo de Barroso. Em sua tese, Trindade perscruta as semelhanças ou a adoção do fascismo na AIB.

Trindade identifica Barroso como um antissemita radical, em contraposição às visões de Salgado e Reale, na AIB, levantando a hipótese de que a questão antissemita fora secundária ao movimento, uma vez que no Brasil não existiu conflitos étnicos, o que não abalou o desenvolvimento da cultura judaica no país, como nos lembra

Cytrynowicz. Conforme Trindade, “Gustavo Barroso é praticamente o único teórico de uma corrente antissemita radical, ao passo que os outros doutrinadores, sem contestar aspectos nocivos da ação judaica, especialmente ao nível das finanças internacionais, parecem mais reticentes em aceitar a tese de que se pode reduzir o conjunto dos adversários do movimento ao judaísmo”. (TRINDADE, 1979, p. 224)

Chasin inaugura uma nova visão sobre o Integralismo no Brasil, explode a separação entre Nazismo e Fascismo com o *Sigma*. Para além das simpatias de Barroso com as ideologias do nazifascismo e da historiografia integralista que aborda o pensamento dos intelectuais do *Sigma* como mero mimetismo dos movimentos de extrema direita na Alemanha e na Itália, o autor nos leva a considerar a formação do Estado nacional brasileiro, de tradição rural, formada por um ‘Capitalismo tardio’. Dessa forma, o autor inicia seu estudo analisando ‘ontologicamente’ o Integralismo, chamando atenção para as condições econômicas e históricas do país, mostrando as possíveis singularidades do Fascismo presente no Integralismo. O autor quer captar toda a objetividade histórica e, partindo de conceitos seguros e de uma metodologia própria à especificidade histórica da época, combate a visão determinista de Marilena Chauí (1978) que explica o surgimento do Integralismo partindo de uma ótica de classes. Chasin faz uma leitura residual almejando “não deixar nada de fora”, a fim de descortinar a fragilidade do discurso integralista, crítica direcionada especificamente a Gilberto Vasconcellos. O autor chega à conclusão da ‘utopia romântica’ tributária de uma visão liberal que encara a situação brasileira análoga à realidade dos países que possuem condições de surgimento para regimes totalitários. Trata-se de uma análise profunda, conforme Antônio Candido, que sofre de certa prolixidade, tributária que é de ‘imprecisões luckasianas’, herdadas por sua vez da leitura de Marx. Para Antônio Candido, a maior contribuição do autor foi transformar o que era “fato” em “problema” (CANDIDO, 1978, p. 15). Chasin mostra como o ‘Integralismo não é o Fascismo à brasileira’. Para além do mimetismo de ideias, da visão de alguns estudiosos que vêem o integralismo como reação ao Liberalismo em um Brasil que vivenciou a formação de um ‘Capitalismo tardio’, conforme o autor a visão de Plínio Salgado estava ligada à terra, consequência da dependência econômica do país, da situação de um país explorado, ao passo que o antissemitismo de Barroso era fruto de seu nacionalismo, que via o judeu como explorador.

Nessa perspectiva, as obras antissemitas de Barroso, publicadas entre 1933 a 1938, como nos lembra José Chasin, são tangentes a uma lógica de um ‘anticapitalismo romântico e cristão’, razão da aversão do escritor cearense para com os judeus, ou seja, seu antissemitismo nada mais é do que reação anticapitalista, representada pela figura do judeu, equivalência do Capitalismo Internacional. Daí o pensamento do integralista se inserir “na mesma identidade do nacionalismo defensivo nascido nos contornos da ‘Via Colonial’ de objetivação capitalista”. Nessa perspectiva o antissemitismo de Barroso justifica-se por conta da ideia do complô conspiratório, uma vez que o judeu é possuidor de um plano de dominação mundial, presente nos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Portanto, para o autor tratado, Barroso é desprovido de uma postura racista biológica, deixando claro a natureza de seu antissemitismo numa de suas obras: “ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita, nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age politicamente dentro das nações, no sentido de um plano preconcebido e levado adiante através dos séculos.”. E mais: “religião e raça nada tem a ver, propriamente, com o antijudaísmo”. (RAGO FILHO, 2008, 211)

Zilda Gricoli (2004) não vê uma ‘política oficial’ antissemita por parte do Estado brasileiro, ideia corroborada por Marcos Chor e Cytrynowicz. Tais autores reconhecem o antissemitismo de Barroso, a existência de um estado com práticas de hostilidade aos judeus, à simpatia de Vargas ao Nazismo e ao Fascismo, mas combatem a ‘supervalorização’ antissemita presente no Estado brasileiro, conforme estudo de Carneiro. Esta autora pontua a Constituição de 1934 restringindo a presença de semitas no Brasil, provando assim a existência de uma política oficial antissemita por parte de um Estado intolerante, “além de atribuir papel central ao antissemitismo no contexto da ditadura Vargas, a historiadora eleva o Estado Novo à condição de comitê executivo anti-judaico”. (MAIO e CALAÇA, 2000, p. 23)

Estes trabalhos reconhecem o antissemitismo do Estado brasileiro, reconhecem a sua intolerância em relação aos judeus, mas acreditam no desenvolvimento da cultura judaica no Brasil, mesmo com a restrição da entrada destes ao país. Com a constituição de 1934 que proibia a entrada de judeus no Brasil, apenas reforçando a imagem de um estado intolerante, tais estudos relativizam o forte antissemitismo do Estado brasileiro, cerne das análises de Carneiro.

Este é o caso dos trabalhos de Cytrynowicz e Marcos Chor, que surgem em 1992, que não escondem algumas práticas antissemitas, “uma vez que o preconceito

presente em esferas do governo, do Itamaraty, do corpo diplomático, da ação da polícia política, no Integralismo e em círculos intelectuais não se transformou em ações concretas dentro do Brasil ou em violência aberta”. (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 396-397). Implicações de ordem política como, por exemplo, a rivalidade de Barroso com Plínio Salgado na liderança do movimento não basta para o entendimento do antissemitismo daquele. Toda e qualquer justificativa acerca do antissemitismo do escritor somente reforça a fala e posicionamento deste importante antissemita (reacionário e antidemocrático), bem situado socialmente e politicamente, figura que ocupou cargos importantíssimos no Brasil da época. É indispensável olhar o integralista Gustavo Barroso como um homem das elites, que mesmo perdendo espaço político, disseminou e foi figura crucial na representação danosa do judeu. Mesmo que algumas vezes em sua obra chegue a afirmar que seu antissemitismo é desprovido de racismo, tem ligação moral, toda sua obra integralista é fundamentada sob uma ótica racista, extremamente trágica. Estes dois pesquisadores, ao analisarem as obras antissemitas de Barroso à luz ora do totalitarismo europeu, ora do forte nacionalismo em que vivia o país, não pensam que a ação do Estado brasileiro explique por si só a situação da cultura judaica, ou melhor: a ‘política oficial do estado brasileiro’ sofreu flexibilidade, sendo indispensável estudarmos suas particularidades, uma vez que a identidade judaica foi preservada. Um número maior de imigrantes adentrou o país durante a restrição da política imigratória e a relação do estado brasileiro oscilou conforme determinados grupos sociais judaicos.

Um dos olhares que nos leva a esta relativização são os estudos de Avraham Milgram (1994) e Lesser (1995), que esmiúçam as políticas migratórias existentes no momento. Lesser vê ambiguidades na política imigratória do governo Vargas, indo de encontro ao clássico estudo Carneiro. De maneira estratégica, o autor vê brechas nas políticas imigratórias, pressionado por alguns países e por uma perspectiva modernizante. O Estado brasileiro adotou uma política ambígua tratando de maneira diferente determinados grupos judeus, valorizando a capacidade intelectual e a habilidade mercantil e posse de capitais, frente um Brasil que se ‘modernizava’. Judeus que podiam contribuir com a economia do país foram bem vindos.

Roney Cytrynowicz, embora reconheça o antissemitismo nas esferas do poder, inclusive com a proibição do *íidiche* nas escolas de São Paulo, pensa que este não fora capaz de impedir manifestações culturais judaicas presentes em entidades religiosas,

filantrópicas, assim como em escolas e até mesmo em programas de rádio. Conforme este autor “o antissemitismo era um ponto do ideário do movimento, mas não foi acionado localmente e não resultou em ações concretas”, com exceção de Barroso. Conclui o autor que “o antissemitismo, com exceção de Barroso, mantinha o preconceito com um ponto secundário e genérico”, corroborando o ponto de vista de Trindade. (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 396). A ideia central é que “o preconceito presente em esferas do governo, do Itamaraty, do corpo diplomático, da ação da polícia política, no Integralismo e em outros círculos intelectuais não se transformou em ações concretas dentro do Brasil”, argumento bem conhecido de Robert Levine. As circulares secretas tão bem analisadas por Carneiro foram passíveis de fraudes e manipulação, diante de uma política imigratória flexível, com uma hostilidade que recaía sobre o ‘judeu em potencial’ e não dos que residiam no Brasil. A questão racial tornava-se ainda mais problemática em um país que teoricamente nunca enfrentou uma ‘guerra de raças’, somado aos resquícios da ideia de branqueamento, tornando problemática ainda mais o que de real acontecia sobre a figura do judeu. Mas, lembramos o posicionamento de Cytrynowicz quando afirma que o antissemitismo é o eixo central das obras integralistas de Barroso.

Visão que não pode nos escapar é a de Bernardo Sorj. Conforme este autor, no Brasil, as práticas antissemitas foram limitadas, Rio de Janeiro e São Paulo foram situações à parte, em um país onde parte da elite intelectual elaborou a clássica ideologia do branqueamento, buscando regenerar socialmente um país de mestiços, responsáveis pelos males do país, argumento utilizado pela elite política para ‘prover’ o progresso do país. Dada a ‘cordialidade das raças’, ideologia clássica da literatura sobre a questão racial brasileira, cada raça ocupava seu lugar na estrutura social de maneira harmônica. Combatendo a tese de DaMatta (a hierarquia das três raças), Sorj afirma que no Brasil o antissemitismo foi limitado. Em uma sociedade onde os males residem no passado, ficou para o futuro a formação do brasileiro. O ‘mal’ brasileiro, diferente de outras nações, seria interno, o que permitiu a entrada sem choques de outras nacionalidades. É dessa forma que Sorj justifica “a quase inexistência de antissemitismo” no Brasil. (SORJ, 1997)

Não nos resta dúvida sobre a intolerância do Estado brasileiro com relação à caça a figura do judeu, mas não basta tal constatação na avaliação sobre a natureza do antissemitismo de Gustavo Barroso. Como esclarece Cytrynowicz, existiu um processo

dialético na construção deste Estado, onde o judeu e a sociedade foram parte desse todo, o judeu não pode ser visto de modo passivo. A tese de Carneiro, em seu clássico estudo, ainda que se trate de um estudo de fundamental importância não dá conta sobre a natureza do antissemitismo do escritor cearense. A hostilidade de Barroso ao judeu se dá por ser este integrante de setores tradicionalistas, que mesmo com acesso de novos setores urbanos corroboram com a imagem malevolente do judeu, em que este é uma grande ameaça à formação do país, em seus variados aspectos. Como na Europa, essa imagem malevolente surge de setores tradicionais temerosos pelo novo, pela perda de seus antigos privilégios (POLIAKOV, 1985). Barroso alegava a impossibilidade de o judeu (branco!) se ‘misturar’, formando quistos raciais, dificultando a construção da ‘identidade brasileira’, o que comprova uma visão autoritária e eurocêntrica, uma vez que cada cultura possui suas especificidades. Para Chor, Gustavo Barroso é possuidor de uma ‘Teoria das Raças’, sendo adepto da concepção poligenista, onde o branco é superior. Afirma o autor que:

na versão barrosiana, o povo judeu teria sofrido a influência da raça ariana no momento de sua criação. Ao considerar a precedência da raça ariana, Barroso faz uma leitura que destoa da tradição judaico-cristã do velho testamento. Assim, o pensador integralista incorpora a visão de alguns pensadores franceses e alemães, principalmente do século XIX, que realçaram a trajetória ímpar da raça ariana, indicando sua existência desde o alvorecer do mundo antigo. Essas reflexões viriam a exercer grande influência no século XX, com o surgimento do pensamento nazista. (CHOR, 1992, p. 114-115)

Marcos Chor tipifica o antissemitismo de Barroso de ‘corte moderno’, seguindo a visão de Hannan Arendt, que em seu clássico *Origens do Totalitarismo* dedica parte deste estudo em analisar o ‘antissemitismo moderno’. Da hostilidade nos mais variados aspectos a figura do judeu, a autora investiga o antissemitismo como arma política, agora ganhando corpo internacional, no momento de formação de alguns estados modernos, especificamente, a França e Alemanha, a partir do século XIX. Matizando uma tipologia antissemita (histórico, sociológico, político, ideológico), podemos considerar Barroso um adepto do ‘antissemitismo moderno e tradicional’, que em tese ojerizava o judeu não motivado por critérios raciais, mas sim morais e culturais. Mas em nenhum momento podemos esquecer o ódio impiedoso ao judeu, fazendo uso de uma

terminologia extremamente racista. Gustavo Barroso jamais foge ao aspecto racial quando se refere ao judeu!

Natália dos Reis assume posição, que consideramos coerente diante da obra do autor: trata-se de um escritor racista, que defendia a eliminação dos judeus. Possuidor de um projeto de eliminação dos judeus e de uma ‘Teoria da História’, embora ora negasse o racismo, ora o afirmasse, num movimento dúbio, contrário a outros escritores integralistas, Barroso acreditava no branqueamento da população brasileira. Adepto do poligenismo, mesmo sendo um escritor cristão, convicto da existência de várias raças, para a autora,

afirmar que a proposta barrosiana não tinha conteúdo racial, mas apenas ideológico e político seria negar tudo o que o próprio Gustavo Barroso afirmou nas linhas de sua obra **O Quarto Império**, que foi inclusive, extensamente analisado por Maio, em seu trabalho. Nela estão presentes as linhas mestras de uma teoria das raças, de uma visão da História como determinada pelas características raciais dos arianos e dos semitas, consubstanciada na idéia de luta entre essas duas raças e seus valores. Ocorre que Barroso utiliza um arsenal moralista e religioso a sua proposta de branqueamento e predomínio da raça branca, tanto em termos culturais como raciais. (CRUZ, 2004, p. 219-220).

Chama atenção à visão da autora, o que nos faz adentrar ainda mais a questão antissemita. Para ela, o antissemitismo presente na AIB assumia um conteúdo nazista: as alas, tanto as de Barroso quanto as de Plínio Salgado e Reale, não apresentavam tons diferentes de antissemitismo: baseavam-se na eliminação da raça judia. Para Carlos Nóbrega de Jesus se Salgado e Reale não assumiram claramente um racismo, não era por serem teóricos menos racistas, mas por saberem do esfacelamento do movimento integralista numa cultura de caráter católico. Preocupados com a formação da identidade nacional, em tempos de construção desta identidade, o argumento de assimilação e de cordialidade entre as raças mascarou um projeto extremamente racista.

Barroso defende o processo de eliminação dos judeus na cultura brasileira, porque acredita no mal acarretado pela presença deste no Brasil. A ideia de um complô judaico é uma constante em sua produção, a questão antissemita é o eixo central de sua obra. O camisa verde erige uma história mítica manietada pela ideia de complô, arquitetado pelos judeus, presentes seja em organizações secretas, instituições financeiras, nos regimes democráticos liberais, nos regimes de esquerda, em serviços de

espionagem, na comercialização de armas, e no tráfico e redes de prostituição de mulheres. Desde o nascimento de Cristo, na Idade Média, o judeu já orquestrava o mundo reunindo-se em todo da cabala. Tudo que se ligue ao judeu é duramente criticado por Barroso.

Gilberto Vasconcelos, em sua tese, pouco esclarece sobre a questão antisemita inculcada na AIB, e seu trabalho vem mostrar como o Integralismo sofreu forte influência de algumas correntes levadas a cabo pelo modernismo paulista, mas seu trabalho deve ser lido. Afirma Vasconcelos,

Os camisas-verdes não estavam apenas convictos de terem fígado nossa essência coletiva; eles viam em sua doutrina a última expressão do caráter nacional, um fruto do “idealismo das três raças” (Gustavo Barroso), o resultado das “energias profundas da raça”, diria Plínio Salgado. Essa fantasmagoria, como já assinalai, não é típica dos intelectuais brasileiros. O integralismo é uma doutrina puramente mimética, não resta a menor dúvida. Isso não exclui entretanto, o fato de ter abeberado de uma tradição intelectual no Brasil. A preocupação com a psicologia de nosso povo, nos discursos liberais dos anos 30, antecipa em muitos aspectos a retórica dos camisas verdes (VASCONCELOS, 1979, p. 69).

O escritor integralista Sergio Vasconcelos é contundente quando afirma que Gustavo Barroso nunca assumira posição racista, mostrando trechos onde Barroso nega ser um escritor racista. Para Vasconcelos, o antissemitismo de Barroso nada mais era do que um ‘anti-racismo’, ou seja: sabendo da dificuldade de o judeu se misturar na cultura brasileira, Barroso combatia o racismo do judeu, no que originava um ‘anti-racismo’. Conforme Vasconcelos, a ideia de ver em Barroso um escritor racista é coisa de ‘ilibados pesquisadores’ fingidos de marxistas, que simplificam o pensamento do escritor cearense. (VASCONCELOS, 2017)

Diante destes trabalhos questionamos: em que residia o antissemitismo de Barroso, uma vez que o autor nunca chegou ao poder e nunca propôs um projeto de eliminação clara aos judeus? Se Barroso não recorre a escritores como Gobineau, Chamberlain, Ammom, Lapouge, possui sim uma visão solidificada sobre o judeu, implicando, ainda que esparsamente, comportamento e aptidões extremamente racistas. Não se vê em Barroso explicitamente uma Teoria das Raças clara e consistente formada pela hierarquia inata das raças, da força determinista e da lei do mais apto, como nos

tempos de Sívio Romero, mas sim um calhamaço de informações desencontradas sobre vários impérios onde cada raça dominaria fases da história!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num país formado sob a insígnia do preconceito, não foi surpreendente num dado momento de nossa história a formação de um pensamento de teor nazista de eliminação ao judeu, como o de Gustavo Barroso. Formado sob a ideologia da Igreja, somada ao pensamento racista e xenofóbico das elites conservadoras brasileiras, o integralismo mostrou, ainda que fosse tema pouco importante nas discussões da AIB, a hostilidade à figura do judeu. Num tenso momento de nossa história, a linguagem intolerante de Barroso para com o judeu nos remete ao discurso racial orquestrada em momentos de formação da nação, instrumentalizado todas as vezes que o país atravessava momentos de crise, de crise política.

Pensador católico, importante divulgador antissemita no Brasil e na América, simpatizante dos estados fortes, Barroso empreendeu uma leitura racista sobre o judeu, imagem antes de tudo imaginária, mas muito real aqui no Brasil. Fazendo uso de uma verdadeira ‘profilaxia social’, Barroso pensou um judeu como ‘vírus’, ‘bactéria’, ‘toxina’, ‘carrapato’. Do ponto de vista moral, o judeu era açambarcador, ganancioso, era um sanguessuga, de caráter anárquico, pondo em risco o desenvolvimento da nação onde se encontrava. Materialista, ateu, liberal, o judeu estava ligado à maçonaria, responsável por todos os movimentos liberais e anárquicos, colocando o mundo numa desordem sem precedentes. Barroso ainda que negue seu racismo, é um autor que se prende a aspectos raciais, recorrendo a uma Teoria das raças e detentor de um projeto de eliminação do judeu, visto ora como povo, ora como raça.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, J.J. *O inimigo eleito: os judeus, poder e anti-semitismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CRUZ, N.R. *O integralismo e a questão racial. A intolerância como conflito*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Antissemitismo nos Textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH, 1992.

IOKOY, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1939-1975)*. São Paulo: Humanitas, 2004.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: revisão e as estratégias da intolerância, 1987-2003*. São Paulo: UNESP, 2006.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEVINE, Robert. *O regime Vargas: anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LUIZETTO, Flávio V. *Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na constituição de 1934*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1975.

MAIO, Marcos Shor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MAIO, Marcos Shor; CALAÇA, Carlos Eduardo. “Um balanço da bibliografia sobre o antissemitismo no Brasil”. In: GRINBERG, Keila (Org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005. p. 425-469.

MENEZES, Eduardo Diathay Bezerra de. *Gustavo Barroso: um cearense ariano*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

MILGRAM, Avraham. *Os judeus do vaticano: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. *Legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOVINSKY, A. *Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. 1982. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional. Coleção Temas Brasileiros, volume 54*. Brasília: Editora da UNB. p.508

RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica a miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. São Paulo: PUC, 1989.

TRINDADE, Hélio Henrique. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2.º Ed. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: a análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VASCONCELOS, Sérgio. *Gustavo Barroso, racista?* Disponível:
<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=30> Acesso em 20 de maio de 2014

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE RAÇA E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: FLORENTINA SOUZA, LÉLIA GONZÁLEZ E SUELI CARNEIRO

Cristiane Santos de Souza Paixão¹

Josenildes da Conceição Freitas²

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos as contribuições das intelectuais afro-brasileiras Florentina Souza, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro para os estudos de raça e gênero na América Latina e Caribe com vistas à identificação de deslocamentos epistêmicos empreendidos pelas autoras, as quais inserem nos debates as populações afrodescendentes tradicionalmente subalternizadas que constituem as sociedades do território. Para discutir essas questões, elegemos os seguintes artigos das intelectuais: “Mulher, cultura e insubmissão na diáspora”, inserido no conjunto de ensaios de Florentina Souza publicados em sua obra *Olhares sobre a literatura afro-brasileira*, em 2019, pela editora Quarteto; “Gênero e raça na sociedade brasileira”, que constitui a obra *Escritos de uma vida*, de Sueli Carneiro, publicada em 2020 pela editora Jandaíra; e “Por um feminismo afro-latino-americano”, que integra a obra intitulada *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, coletânea organizada por Flávia Rios e Márcia Lima e publicada em 2020 pela editora Zahar.

Nessa abordagem, mobilizamos a noção de diáspora das discussões de Paul Gilroy (2001) a partir do “Atlântico negro”, entendido como área de dispersão negra na qual se insere a América Latina e o Caribe, área esta redefinida pelo autor como um lugar onde se estabelecem entre afrodescendentes laços de solidariedade que extrapolam fronteiras nacionais. O mesmo espaço compõe a “América”, espaço onde Lélia

¹ Doutoranda e Mestra no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista FAPESB. Integrante do Projeto de pesquisa EtniCidades: Escritoras/es afro-latinas/os 2 (ILUFBA - UFBA) e do Projeto Linguagens, Culturas e Ambientes GLICAM (IFBAIANO - CAMPUS VALENÇA). Professora da Universidade do Estado da Bahia – Brasil. E-mail: crisjcinfo@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana pela Universidade de São Paulo-USP. Integrante do projeto de pesquisa EtniCidades: Escritoras/os afro-latinas/os 2 (ILUFBA - UFBA). Professora no Setor de Espanhol do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: jdcfreitas@ufba.br

Gonzalez identifica uma “experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada” de modo a contribuir no combate ao racismo, presente nas diferentes sociedades latino-americanas às quais pertencemos (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Antes de dar início à essa proposta discursiva discussão, apresentamos uma sucinta biografia das intelectuais negras, nas quais reunimos informações de sua trajetória que acreditamos essenciais para pontuar suas atuações e contribuições em âmbito nacional e transnacional. Tecemos, desse modo, uma discussão sobre os deslocamentos que essas mulheres instauram no próprio exercício de sua atividade intelectual, provocando uma rasura epistêmica.

Considerando o impacto dessas três vozes para os estudos contemporâneos afro-latino-americanos e caribenhos sobre gênero e raça, e de seus artigos anteriormente mencionados, dialogamos a partir das reflexões propostas nos textos das autoras sobre as categorias de raça e de gênero, uma vez que seus textos apontam a importância dos debates dessas questões e atualizam a temática na América Latina e Caribe. Além disso, discutimos sobre a invisibilidade e exclusão das mulheres negras nas sociedades multirraciais e hierarquizantes da região.

INTELECTUAIS NEGRAS NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS AFRO-LATINO-AMERICANOS

Quando se pensa em intelectual, o que nos vem à mente é a imagem do homem branco, ligado aos grupos hegemônicos. Isso foi cristalizado no imaginário coletivo a partir de uma pedagogia repetitiva da representação que excluiu o homem negro/a mulher negra da possibilidade de exercer essa atividade. E mesmo com alguns avanços no combate ao racismo e sexismo em diversas áreas do conhecimento, segundo Florentina Souza (2019), a prevalência de autores/as brancos/as se mantém. A autora inclusive destaca que, embora esse cenário tenha sofrido alterações, o quadro, de modo geral, ainda é marcado pela desigualdade étnico-racial e de gênero.

A subordinação sexista na vida intelectual negra continua a desvalorizar as intelectuais, isso porque, conforme sinaliza bell hooks (1995), o conceito de intelectual é ocidental, sexista/racista, levando-nos a diferenciar o que é um intelectual, eliminando a possibilidade de lembrarmos-nos de mulheres negras como representativas desse

trabalho. Na lógica do “patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar ‘interdito’” (HOOKS, 1995, p. 468). Mas, assim como fizeram nossas ancestrais, desde sempre, estamos aqui, através da resistência ativa, questionando e exigindo nosso direito de afirmar a presença e as proposições de intelectuais negras, como Florentina Souza, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

Nascidas entre os anos 1930 e 1950, as intelectuais negras Florentina Souza, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são mulheres contemporâneas cuja juventude, formação acadêmica e intelectual transcorreram num cenário nacional afetado pelas mobilizações internacionais das décadas de 1960 e 1970 em torno dos direitos civis, das pautas de raça, de gênero, de sexualidade, de classe, assim como pelas reivindicações contra o *apartheid* na África e em prol da independência das nações africanas. Nesse contexto, também afetado pela ditadura militar, o ativismo sociopolítico e intelectual de mulheres negras contava com uma menor adesão, se o compararmos a momentos posteriores, pois era fortemente reprimido naquela sociedade, ainda quando recém-saída daquele regime.

Florentina da Silva Souza³ nasceu em Salvador-Bahia, em 1955, e ingressou no curso de Letras com Língua Estrangeira-Inglês da Universidade Federal da Bahia em 1974. Concluiu o mestrado em Literatura Brasileira na Universidade Federal da Paraíba, em 1985, e o doutorado em Estudos Literários na Universidade Federal de Minas Gerais, no ano 2000. É professora titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Bahia e atua como docente nos cursos de graduação em Letras, no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) do Instituto de Letras da UFBA e no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO) da mesma Universidade⁴.

Pesquisadora e debatedora de temas como literatura brasileira, afro-brasileira, estudos de cultura, estudos étnicos, de gênero e da diáspora, a intelectual afro-baiana é autora de um vasto conjunto de artigos, ensaios e de obras, como: *Afro-descendência em*

³ Consideramos pertinente acrescentar que nossa opção por apresentar as biografias das autoras em ordem cronológica decrescente e, portanto, a partir do nome da intelectual afro-baiana Florentina Souza, como leitoras e leitores poderão constatar, insere-se aqui como uma tentativa de inscrever na história do feminismo negro do Brasil a intensa participação e longa trajetória de lutas de mulheres negras situadas em um espaço geográfico que não usufrui da mesma projeção sociopolítica, econômica e cultural que historicamente contempla o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, o que, portanto, incide, na maioria das vezes, na visibilidade de seus esforços, de seu trabalho.

⁴ Informações baseadas no currículo Lattes.

Cadernos Negros e Jornal do MNU (2005) e *Olhares sobre a literatura afro-brasileira* (2019). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia (APNB) e vice-coordenadora do Centro de Estudos Afro-Orientais - UFBA.

A intelectual também coordenou o projeto intitulado “Ações Afirmativas Conexões de Saberes: diálogo entre as universidades e as comunidades populares”, em parceria com a UFBA, MEC e SECAD⁵. Atualmente, coordena, no Instituto de Letras da UFBA, o grupo de pesquisa EtniCidades, no qual se insere o subprojeto “EtniCidades: escritoras/es e intelectuais negras/os afro-latinas/os”. Em 2021, recebeu o Prêmio *Stuart Hall Outstanding Mentor Award* da *Caribbean Philosophical Association*⁶.

Nascida em São Paulo, capital, em 1950, Aparecida Sueli Carneiro Jacoel ingressou no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1971 e concluiu o doutorado na mesma instituição, em 2005⁷. É fundadora e coordenadora executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988. A intelectual afro-paulistana é ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro, além de integrante do grupo de pesquisa “Discriminação, preconceito e estigma”, da Faculdade de Educação da USP, da Articulação Nacional de Ongs de Mulheres Negras, e de conselhos consultivos como o da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e do projeto Saúde das Mulheres Negras (BARTHOLOMEU, 2019). É uma das vozes proeminentes no debate sobre racismo, sexismo e direitos humanos no país e possui inúmeros artigos e ensaios publicados sobre os temas, além de ser autora de obras como *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil* (2011) e *Escritos de uma vida* (2018).

A filósofa teve uma ativa participação em eventos que culminaram na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, eventos estes que reuniram mulheres de distintos países da América Latina e Caribe para a discussão em torno das pautas feministas e antirracistas no final do século XX. Ademais, ela contribuiu para a elaboração do documento intitulado “Propostas das Mulheres Negras

⁵ Secretaria de Educação à Distância, Alfabetização e Diversidade. Trata-se de um órgão vinculado ao Ministério da Educação.

⁶ O *Stuart Hall Outstanding Mentor Award* prestigia ativistas, professores, acadêmicos e teóricos de diversas áreas do conhecimento que têm favorecido o surgimento e ampliação de comunidades críticas influentes na proposição de se alterar “a geografia da razão”, uma premissa da *Caribbean Philosophical Association*. Informação (LARSON, 2021).

⁷ Informações baseadas no currículo Lattes.

Latino-americanas e Caribenhas para Beijing” que apresentou, em seus 15 pontos, proposições dessas mulheres em favor de uma maior inserção política, econômica e social do segmento na região. Mais recentemente, a escritora recebeu da *Latin American Studies Association* o Prêmio *LASA2021 Kalman Silvert*⁸.

Por sua vez, Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, em 1935, mas mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro. No início dos anos 1950, a intelectual afro-belo-horizontina ingressou no curso de licenciatura em História e Geografia na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde também concluiu o bacharelado em Filosofia, em 1962, e, posteriormente, o mestrado em Comunicação Social. Era doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), curso que foi interrompido com seu falecimento por infarto do miocárdio no ano de 1994⁹. Atuou como docente e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de ter lecionado em outras universidades e integrado diferentes organizações e entidades como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Também foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), do coletivo de Mulheres Negras N’Zinga e do bloco afro Olodum.

Seu ativismo em prol das comunidades negras, e mais precisamente da mulher negra, também se manifesta no expressivo conjunto de produções textuais de sua autoria, como a obra *Festas populares no Brasil* (1987), e tantos outros artigos e ensaios reunidos em coletâneas como *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras* (2018), organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), além da coletânea escolhida para este estudo.

Entre as homenagens e prêmios póstumos dedicados à autora, podemos citar o *Prêmio Lélia Gonzalez*, criado em 2010 pelo governo da Bahia no intuito de ampliar políticas públicas para as mulheres no estado, além do prêmio *Lélia Gonzalez de Manuscritos Científicos sobre Raça e Política*, lançado em 2020 pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) com o objetivo de fomentar a pesquisa sobre identidades e desigualdades raciais.

⁸ O *Kalman H. Silvert Award* prestigia intelectuais, pesquisadores e estudiosos de diferentes âmbitos do saber que têm fomentado discussões, interesse, engajamento e a construção de redes e de espaços de debate nos estudos da América Latina e Caribe. (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2021).

⁹ Informações baseadas nas obras de Alex Ratts (2006, 2010) e Portal Literafro.

Através de sua atividade intelectual, essas mulheres têm apresentado outras interpretações do Brasil, contribuindo para os estudos de raça e gênero na América Latina e Caribe. Concebemos aqui a atividade intelectual a partir da perspectiva de Florentina Souza, isto é, como “atividade crítica de produção de conhecimento gerada em contextos culturais diversos”. A autora sinaliza que essa “concepção circula mais no plano do desejo do que propriamente no plano concreto, embora autores, do Brasil e de fora, empreendam esforços para propor conexões e trocas de saberes como via de circulação efetiva de epistemologias marcadas pela diversidade” (SOUZA, 2019, p. 184), de modo a provocar um deslocamento epistêmico.

Esse deslocamento se projeta nos próprios perfis das referidas intelectuais, em sua proatividade, nas rasuras que provocam nos papéis pré-definidos pelo empreendimento do patriarcado colonial branco para elas e para nós, mulheres negras. Sua capacidade de liderança e de articulação político-acadêmica e sociocultural constituem pré-requisitos que nos permitem vislumbrar representações e imagens potentes sobre nós, contrariando, dessa maneira, expectativas racistas e machistas em relação a nosso trabalho intelectual, como também sinaliza bell hooks (1995, p. 469):

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva.

A autora deixa entrever que, através do discurso e do projeto colonial, a produção e a disseminação de uma iconografia negativa da identidade da mulher negra, a qual é vista como “mais próxima da natureza”, “corpo sem mente” (HOOKS, 1995, p. 469), sem nenhuma capacidade intelectual, tiveram o intuito de assegurar o lugar de privilégio da supremacia branca. Essas e tantas outras representações semelhantes introjetadas no imaginário coletivo terminam por negar às mulheres negras a capacidade de desenvolverem atividades intelectivas.

Contrastando com essas representações e contribuindo para reverter os efeitos negativos que elas provocam para a estima e autoafirmação étnico-identitária das comunidades negras, em suas obras, Florentina Souza (2019), Sueli Carneiro (2020) e Lélia Gonzalez (2020) fazem um movimento contrário, refutam a ideia de passividade e

subserviência inata da mulher negra e lhes restitui valor. Essas intelectuais buscam, através de sua atividade e em sua atuação, reinterpretar e reconstruir nossas histórias e (re)significá-las, potencializam outras referências e produções não canônicas e não estudadas e assumem o que Edward Said (2005, p. 40) propõe como função do intelectual: “desafiar e derrotar o silêncio imposto” e levantar-se contra os instrumentos de poder, a favor dos interesses coletivos.

Nessa perspectiva, nos apropriamos das ideias de Gomes (2009) para pensar nas diferentes maneiras de ser intelectual negro. Segundo a autora, nem todos são partícipes de pensamentos e produções emancipatórias, pois “[...] há aqueles que se nutrem de ideias conservadoras e outros não. Há aqueles que possuem uma relação mais orgânica com o movimento negro e outros não” (GOMES, 2009, p. 424).

De certo modo, Sueli Carneiro, Florentina Souza e Lélia Gonzalez podem ser lidas como intelectuais políticas e ativistas que têm uma relação orgânica com seu grupo. Suas produções se desenvolvem desse engajamento mais orgânico e sempre na intenção não de servir a um objetivo acadêmico abstrato, mas de “informar a prática política”. Queremos destacar que, quando nos referimos a “intelectual orgânico”, estamos localizando o pensamento a partir das ideias discutidas e propostas por Gramsci. Para o referido autor, “os intelectuais orgânicos estão ativamente envolvidos na sociedade; isto é, eles lutam constantemente para mudar mentalidades e expandir [...]”, ou seja, estão sempre em movimento (GRAMSCI 2001 *apud* SAID, 2005, p. 20).

Essa dinâmica caracteriza a trajetória individual das mulheres sobre as quais nos detemos nesta discussão. Sua vida é marcada pela inter-relação entre “ação, prática e teoria”, movimento que constitui a atitude de enfrentamento das/dos intelectuais negras/os, seu “processo de opositividade” (SOUZA, 2019, p. 193) aos saberes, práticas, discursos e instâncias hegemônicas. De acordo com Gramsci (2001 *apud* SAID, 2005), o intelectual orgânico está sempre se articulando para pensar propostas para seu grupo; o que é possível constatar na atuação dessas mulheres, em seus esforços por viabilizar uma maior interlocução entre o ambiente acadêmico e a sociedade, assim como para ampliar, na América Latina e Caribe, o intercâmbio entre mulheres que vivenciam opressões do racismo e do sexismo, como apontam os textos de sua autoria selecionados para nortear este trabalho.

Tais esforços se expressam de modo diverso e também nos diferentes espaços onde as intelectuais atuam, como as associações, órgãos consultivos, grupos de

pesquisa, organizações, coletivos etc., ou ainda nos eventos e/ou encontros nacionais e internacionais que promovem ou dos quais participam. Neles, essas mulheres demonstram a coragem de assumir-se como porta-vozes das comunidades negras e seu comprometimento em intervir a favor das pautas e demandas dessas comunidades, ainda que em situações ou circunstâncias tão adversas.

O empenho dedicado por intelectuais a pesquisas que começaram a ganhar alcance na sociedade brasileira, assim como em comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, segundo Nilma Lino Gomes (2009), contribuiu para a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as¹⁰, em 2000, e ainda para o surgimento de associações locais como a Associação Baiana de Pesquisadores Negros¹¹, fundada em 2004.

Nas duas associações, Florentina Souza atuou como vice-presidente¹² e pôde acessar um espaço decisivo para a reflexão crítica e propagação, para além das fronteiras nacionais, dos saberes produzidos no ambiente acadêmico, atentando para seu diálogo com as experiências vivenciadas pelas comunidades negras. Como pesquisadora, a intelectual também criou, no ano 2000, o grupo de pesquisa Afro-identidades na Bahia, o qual atualmente denomina-se EtniCidades e abarca outros subprojetos. Desde então, o projeto tem contribuído para ampliar, na América Latina e Caribe, a interlocução dos estudos de gênero, de raça, de literatura e cultura desenvolvidos no Brasil; um esforço que tem sido enriquecido com a participação de escritoras/es e intelectuais afro-latino-americanas/os e caribenhas/os, como o professor e pesquisador colombiano Darío Henao, a escritora cubana Teresa Cárdenas e a escritora uruguaia Cristina Rodríguez, em eventos (como seminários, minicursos, palestras etc.) realizados no próprio Instituto de Letras da UFBA.

¹⁰ Uma entidade nacional articuladora de produção teórica e de intervenção política, como ressaltava Nilma Lino Gomes (2009, p. 426), é responsável pela organização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), evento bienal que favorece a socialização ou intercâmbio de pesquisas, de discussões sobre a temática racial com estudiosos latino-americanos, afro-americanos e africanos, além de fortalecer redes nacionais e transnacionais de solidariedade.

¹¹ A entidade objetiva incentivar e valorizar pesquisas empreendidas por pessoas negras e sobre temas de interesse diverso dessa comunidade. Congrega para o diálogo com pesquisadores/as de instituições nacionais e estrangeiras visando fortalecer uma rede de pesquisadores/as negros/as, bem como contribuir para a construção e a ampliação do conhecimento humano, numa perspectiva antirracista. É responsável pela organização do Congresso Baiano de Pesquisadores Negros (CBPN), evento bianual, que ocorre desde 2007, e reúne pesquisadores das mais diversas regiões do país e do exterior.

¹² A pesquisadora foi 2ª vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, de 2010 a 2012, e da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia, de 2009 a 2011.

Contribuindo para ampliar “essa perspectiva internacionalista” (CARNEIRO, 2020, p. 175) ou integradora da região, e reafirmar as constantes intervenções da pesquisadora Sueli Carneiro em prol da questão racial e de gênero, cabe mencionar o importante papel do Geledés, Instituto da Mulher Negra, fundado por ela em 1988, para visibilizar as pautas das mulheres negras reivindicadas pelos movimentos negro-feministas situados dentro e fora do Brasil. Consciente das limitações do feminismo tradicional no que se refere à condição da mulher negra, de acordo com Carneiro (2020, p. 169-170), o Geledés se inscreve na sociedade brasileira como uma “plataforma de luta” que tem como propósito tratar de particularidades de gênero e, ao mesmo tempo, de “questões gerais” demandadas pela pauta racial. Propondo a “atualização e adequação de matrizes culturais negro-africanas às necessidades contemporâneas da luta negra, em especial das mulheres negras”, o instituto se inspira na “tradição de organização político-religiosa das mulheres yorubás” e tem como “missão institucional” a “promoção e a valorização política da temática da mulher negra, em especial, e combate às diversas manifestações de racismo, sexismo e exclusão social presentes em nossa sociedade”.

O instituto também foi responsável pela elaboração do painel Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas – Balanços e Perspectivas para o Terceiro Milênio que, no *Foro de Mar del Plata*¹³, apresentou um panorama sobre o impacto do racismo e do machismo na vida das mulheres negras da América Latina e do Caribe. O painel foi criado no intuito de exigir de chefes e governos de Estado a incorporação das demandas dessas mulheres em seus documentos oficiais e em suas políticas públicas (RIBEIRO, 1995, p. 455).

Somando-se a esses esforços no sentido de uma maior integração no continente, pontuamos a ativa participação de Lélia Gonzalez em diferentes encontros promovidos pelos movimentos feministas da região, como o *II Encuentro del Taller de Mujeres de las Américas*, realizado na Cidade do Panamá, em 1987, e o *Encuentro Regional de Dawn/Mudar*, ocorrido no mesmo ano, em La Paz. Ao mesmo tempo que expõe a ausência da pauta racial nas discussões do feminismo latino-americano, e de uma maior abertura deste aos segmentos de mulheres das comunidades populares, em seus relatos sobre essas experiências, a pesquisadora evidencia uma crescente rede de entrosamento,

¹³ Evento realizado na Argentina de 20 a 24 de setembro de 1994, preparatório da IV Conferência Mundial da Mulher-Pequim'95, também conhecida como Conferência de Beijing.

de trocas, de parcerias entre mulheres latino-americanas e avanços resultantes desses momentos de compartilhamento e de discussão de ideias e estratégias de intervenção no território.

Sobre sua participação no encontro ocorrido em La Paz, a repercussão das discussões em torno da temática racial no evento, e o próprio texto “Por um feminismo afro-latino-americano”, Lélia comenta: “Saí de lá revigorada, confiante de que uma nova era estava se abrindo para todas nós, mulheres da região. Mais do que nunca, meu feminismo foi fortalecido. E o título desse trabalho foi inspirado nessa experiência” (GONZALEZ, 2020, p. 150).

VOZES-MULHERES NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO

As discussões sobre as questões étnico-raciais, segundo Gomes (2009, p. 408), começaram a ganhar mais destaque a partir dos anos 1990, com a entrada de pesquisadoras/es oriundos de diferentes grupos étnico-raciais que passaram a se inserir de maneira mais significativa nas diferentes universidades e produzir outros tipos de conhecimentos, potencializando e analisando outras referências que não foram e ainda não são legitimadas pelo grupo seletivo da intelectualidade. A crescente inserção de mulheres negras nesse grupo de pesquisadores tem impulsionado a luta contra a opressão de gênero e de raça, ou seja, “vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como também a de gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2020, p. 172).

Os textos de autoria das intelectuais selecionadas para este estudo reiteram a pertinência da pauta racial no debate de gênero e atualizam a temática na América Latina e Caribe. Fornecem uma percepção mais integrada das opressões de raça e de suas imbricações com opressões de gênero em suas sociedades.

Lélia Gonzalez coloca em pauta essa discussão em seu texto “Por um feminismo afro-latino-americano”, que, como confirma Alex Ratts (2010), resultou de encontros com mulheres latino-americanas no Panamá e na Bolívia, em 1987, dos quais Gonzalez participou. No pensamento nacional, a ativista evidencia um sentimento de dominação que deriva da condição racial dos segmentos negros, assim como aponta silenciamentos e esquivas no tratamento relegado a essa temática no país:

Em nossa opinião, quem melhor sintetizou esse tipo de dominação racial foi um humorista brasileiro quando afirmou: ‘no Brasil não existe racismo porque os negros reconhecem o seu lugar’. Vale a pena notar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da ‘democracia racial’, na medida em que nas suas análises sobre nossa realidade social nunca vislumbraram alguma coisa além das contradições de classe. (GONZALEZ, 2020, p. 144)¹⁴.

A autora aponta, na sociedade brasileira, uma aceitação consensual do negro em condição de subordinação e a diluição da temática racial em discussões que explicam as desigualdades no país apenas pelo viés de classe (GONZALEZ, 2020). Além disso, a intelectual negra denuncia o negligenciamento do feminismo em relação ao debate racial e defende um movimento feminista capaz de absorver as vozes e inquietações das camadas populares, de modo que seja inclusivo de mulheres de procedência étnico-cultural diversa.

Em sua tentativa de melhor compreender as condições em que vivem as mulheres do continente, Gonzalez destaca a sofisticação do racismo latino-americano que, aliado à discriminação sexual, aprofunda a condição de subordinação das ameríndias e das “amefricanas” na região. Essas mulheres, segundo a autora, “sofrem mais brutalmente” as precariedades decorrentes da “concentração de renda e benefícios sociais” provocados pela exploração capitalista (GONZALEZ, 2020, p. 146-147). Ao mesmo tempo, a intelectual põe em manifesto manobras do racismo latino-americano que encontram sustentação nos mitos da democracia racial, da cordialidade brasileira, e na ideologia do branqueamento.

Ao falar das opressões e situações de violência vivenciadas pela mulher negra, a ativista Lélia Gonzalez salienta o caráter sexista e racista da sociedade brasileira, da qual as sociedades latino-americanas pouco diferem. A escritora associa a “superexploração sexual das mulheres amefricanas” no continente à superexploração econômica que também afeta as ameríndias. Para a autora, “[o] caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” que “transforma diferenças em desigualdades” (GONZALEZ, 2020, p. 145-147).

O próprio termo “amef리카”, além de remeter ao território cunhado por Gonzalez como “América”, que corresponde ao espaço geográfico para onde vieram

¹⁴ No mesmo texto da autora publicado em 1988, o humorista Millôr Fernandes é mencionado como autor dessa frase.

africanas/os/es escravizadas/os/es e aquelas/es cuja chegada às Américas é muito anterior à de Colombo, elucida a condição do ser mulher negra nas sociedades que viveram/vivem sob o mesmo sistema de dominação e/ou exploração, e são profundamente afetadas pelo racismo. Aponta um lugar onde historicamente se processam violências e exclusões contra os grupos negros femininos e que demandam enfrentamentos, resistências, adaptações, reinterpretações e reelaborações desses segmentos. Este também constitui o espaço político-cultural que a autora insere na categoria da “Amefricanidade” (GONZALEZ, 1988, p. 76-77).

Por isso, conforme sinaliza Sueli Carneiro em seu texto “Gênero e raça na sociedade brasileira”, é necessário enegrecer o movimento feminista brasileiro, o que significa considerar o impacto do fator racial na análise e interpretação das condições de vida dos diferentes segmentos femininos, no intuito de formular na agenda de lutas feministas políticas assistenciais mais igualitárias e efetivas para as mulheres, em áreas como saúde, educação, emprego, segurança pública, renda, moradia etc. Para a autora, o combate ao racismo precisa ser assumido pelos movimentos feministas de caráter nacional e internacional como “prioridade política” (CARNEIRO, 2020, p. 170), pois é essencial para a cidadania das mulheres negras, segmento que, é importante salientar, junto a tantos segmentos negros, como os LGBTQIA+, no país, é um dos mais fortemente afetados por exclusões e opressões raciais¹⁵.

Importa ainda lembrar que, segundo a filósofa, há uma dimensão de gênero e raça camuflada no discurso de construção da identidade nacional brasileira, que não só exclui a ativa e histórica participação dessa mulher na formação socioeconômica e político-cultural do país, mas também naturaliza, e até mesmo sublima, uma série de violências e opressões contra esta em ditos populares, em diferentes mídias e inclusive na própria literatura.

De modo semelhante, em seu texto “Mulher, cultura e insubmissão na diáspora”, Florentina Souza também aponta que há necessidade do “enegrecimento do feminismo e a feminização de reivindicações sócio-políticas e culturais”. Para essa intelectual negra, atualmente, os espaços conquistados pelos movimentos de mulheres

¹⁵ É o que confirmam os dados do Atlas da Violência 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ao reconhecer a pequena redução no índice de homicídios femininos nos últimos anos, o documento acrescenta: “se verificarmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial” (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 37).

negras trazem para “a cena política e cultural o debate a respeito das articulações entre as variáveis de raça, classe e gênero” (SOUZA, 2019, p. 208).

Daí podemos apreender que as exclusões e violências decorrentes dessas três variáveis demandam da mulher negra uma “tríplice militância” (CARNEIRO, 2020, p. 169) que termina por ser ampliada se pensarmos em situações de opressão derivadas do heterossexismo, do capacitismo, de preconceitos regionais, e tantas outras comuns aos segmentos negro-femininos na América Latina e Caribe, “*atravesados por conflictos armados internos, desplazamiento forzado, pobreza extrema*”, além de um “*socialismo de siglo XXI con tintes dictatoriales*”, como sinalizará Ochy Curiel (2009, p. 5).

Contudo, como nos informa Gonzalez, tanto nos tempos de escravização como nos dias atuais, as mulheres negras sempre resistiram às explorações. O movimento feminista negro estava atento à situação da mulher negra na sociedade brasileira e à democracia racial, e ao fato de que o mito de cordialidade existente no Brasil não modificou a situação das mulheres negras. Isso contrapõe os discursos que foram disseminados sobre a passividade da mulher negra. De fato, as mulheres negras não aceitaram as humilhações, as violências sofridas no período da escravidão. Elas resistiram e resistem.

Beatriz Nascimento, assim como Lélia Gonzalez, também fazia parte desse movimento que discutia sobre a exclusão da mulher negra no Brasil, e complementa que elas estavam em luta constante:

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão-de-obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra ‘um destino histórico’. (NASCIMENTO, 1990 *apud* RATTS, 2006, p. 128, grifo nosso).

Ao mesmo tempo que a sociedade colonial (re)produziu uma série de estereótipos e representou a mulher negra como objeto e passiva, percebemos que uma outra versão da história não foi propagada. Nela, Florentina Souza salienta uma contínua atuação e intervenção das mulheres negras na vida sociocultural brasileira, em diferentes setores nos quais resistiram/resistem “à objetificação, construindo redes, negociando espaços como agentes, vivenciando tensões decorrentes da situação e, principalmente, insurgindo-se contra as imposições culturais de um grupo hegemônico

europizado” (SOUZA, 2019, p. 203); o que nos permite uma nova perspectiva de análise da história sob a ótica da mulher negra.

Essas negociações resultavam não apenas de duros enfrentamentos, como os levantes e lutas armadas que contaram com a participação de mulheres negras ou foram lideradas por estas, mas, de acordo com Wlamyra Albuquerque (2009) e Florentina Souza (2019), eram alcançadas mediante o uso de estratégias insurgentes que consistiam em dissimulações, fugas, sabotagens e inclusive na mobilização de dispositivos legais através dos quais escravizadas burlavam o regime escravagista. Nesse campo de atuação insurgente, destacamos ainda o estabelecimento de sociedades, associações, irmandades religiosas ou *cofradías* que visavam a emancipação de mulheres escravizadas, agilizavam a gestão de processos de alforrias, permitiam a arrecadação de contribuições para proporcionar benfeitorias às comunidades negras, além de colaborar para a mobilidade social de libertas e libertos.

Assim, Souza (2019) reativa memórias mais distantes e mais recentes de iniciativas e/ou estratégias negro-femininas na diáspora, que nos conectam enquanto mulheres afro-latino-americanas e caribenhas, e, ao mesmo tempo, ressalta nossa capacidade de intervenção na sociedade. A escritora remonta resistências de mulheres negras ao empreendimento colonialista e patriarcal que se ampliam e/ou se reelaboram na vida sociopolítica e cultural contemporânea da nação brasileira e de nações latino-americanas e caribenhas, desdobrando-se como “facetas da reação histórica de insurgência diante do epistemicídio e do silenciamento” (SOUZA, 2019, p. 205).

Para a autora, contos, cânticos, cantigas de ninar, narrativas, e até mesmo pragas proferidas por essas mulheres, atestam, em performances orais e na escrita rudimentar, sua preocupação em registrar a memória “antes mesmo de acessarem a escrita ocidental” (SOUZA, 2019, p. 205) na diáspora. No acesso dessas mulheres à educação, à cultura letrada, ou ainda ao espaço de produção literária, a intelectual sublinha o intuito de agenciamento negro no sentido de melhor intervir em favor de suas coletividades; um esforço constatado na escrita literária “amefricana” de autoria feminina:

Isto ocorreu não somente no Brasil, em outros países da diáspora como Colômbia, Cuba, Estados Unidos encontramos registros de mulheres negras, escravizadas ou não, que romperam as amarras históricas e culturais e escreveram ou participaram da vida social de suas épocas, como María Remedios del Valle (Argentina); Virginia

Brindis de Salas (Uruguai); María Helena Moyano (Peru) ou mais contemporâneas: Victoria Santa Cruz, Sônia Guimarães, bell hooks, Toni Morrison, entre outras. São participações resultantes de construções sociais forjadas nos embates com as estruturas de opressão. (SOUZA, 2019, p. 205).

Esses nomes e os de tantas outras mulheres negras remetem a solidariedades decorrentes da condição de gênero, de raça, dentre outras categorias de opressão, que se manifestam em uma série de estratégias, articulações e negociações que datam da época da escravidão e foram essenciais para garantir a própria sobrevivência e a preservação de suas comunidades no território. Essas articulações se perpetuam nas várias diligências e modos de enfrentamento dessas mulheres ao empreendimento colonialista patriarcal branco e hetero sexista; o que significa que “[a]s lutas das mulheres, pois, não se restringiam à sobrevivência cotidiana, elas descobriram pequenos espaços de liberdade que lhes possibilitasse um viver menos doloroso” (SOUZA, 2019, p. 198-199).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARTHOLOMEU, Juliana Stefany Silva. Sueli Carneiro. In: *ENCICLOPÉDIA de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/autor/sueli-carneiro>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 151-184.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). *Atlas da violência*. Brasília: Livraria Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acesso em: 30 jan.2021.

CURIEL PICHARDO, Rosa Inés Ochy. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe*. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/75231/ochycuriel.2009.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro Universidade Cândido Mendes: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura da Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 419-441.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. *Tempo brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun., 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). *Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 09 jul. 2018.

LARSON, Matthew. *The Caribbean Philosophical Association's 2021 Award Winners*. 12 feb. 2021. Disponível em: <http://www.caribbeanphilosophicalassociation.org/cpa-awards.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Congratulations to the LASA2021 Kalman Silvert Awardee: Sueli Carneiro. 08 feb. 2021. Disponível em: <https://lasaweb.org/en/news/kalmansilvert2021/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RATTS, Alex. *As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez*. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Estudos feministas*, n. 2, 446-457, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16459/15033/50735>. Acesso em: 26 jan. 2021.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). *Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SAID, Edward. Representações do intelectual. In: SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Florentina. Mulher, cultura e insubmissão na diáspora. *In*: SOUZA, Florentina. *Olhares sobre a literatura afro-brasileira*. Salvador: Quarteto, 2019. p. 195-214.

**INTERPRETAÇÕES DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA: COTEJOS
ENTRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E MOVIMENTO
DECOLONIAL**

Danilla Aguiar¹

Nivalter Aires²

INTRODUÇÃO

Diversas redes de intelectuais rebatem a influência eurocentrista e o colonialismo cultural que, junto com a propriedade privada, marcam as formações econômico-sociais da América Latina. Destacamos duas dessas correntes de pensamento importantes, no âmbito das Ciências Sociais, que são a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e o Movimento Decolonial.

Diante disso, objetivamos cotejar as interpretações do marxismo na América Latina em dois momentos históricos distintos: inicialmente, considerando a abordagem dos Teóricos Marxistas da Dependência – em crítica às leituras dualistas dos Partidos Comunistas e do Estruturalismo Cepalino – e, num segundo momento, o Movimento Decolonial, que em sua heterogeneidade, incorpora ou rejeita concepções marxistas para análise e transformação da nossa realidade.

Para isso consideramos, principalmente, o contexto de surgimento de tais movimentos, os principais intelectuais envolvidos e o anti eurocentrismo que marca esses grupos. Por fim, nas considerações finais, indicamos a relação que se estabelece entre ambos os movimentos em relação ao Brasil, no contexto latino-americano.

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculada ao Departamento de Educação. Pesquisadora do Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq) e do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais – LENTE (UFRN/CNPq). E-mail: danilla@ufrn.edu.br.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq). E-mail: aires.nivalter@gmail.com.

No pós-segunda grande guerra, diante das disputas dos blocos hegemônicos no âmbito da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, a questão do desenvolvimento estava colocada, sobretudo aos países da periferia do capitalismo global, que se tornaram a arena privilegiada neste período.

Nesse contexto foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que implementou comissões econômicas regionais. Para a América Latina, em fins da década de 1940, com sede em Santiago no Chile, foi instituída a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que agregou diversos jovens intelectuais da América Latina, entre eles o brasileiro Celso Furtado. Quem exerceu importante liderança intelectual foi o experiente economista argentino Raul Prebisch, tão logo juntou-se a esse grupo.

Raul Prebisch, em crítica a interpretação corrente de inspiração ricardiana das vantagens comparativas, propôs a formulação inicial das ideias sobre a deterioração dos termos de troca do mercado global, ao qual a América Latina estava em posição desfavorecida na divisão internacional do trabalho, devido a especialização agrário-exportadora. De modo que o setor exportador era percebido como o principal obstáculo ao “desenvolvimento econômico”.

Em termos nacionais, a interpretação estruturalista cepalina (dualista) compreende a existência de dois setores, não articulados entre si, em que o setor “atrasado” aparece mais como um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, ao não produzir uma adequada oferta de alimentos, e, por outro lado, ao não criar um mercado interno consumidor para a produção do último setor.

Essa teoria aparece como um poderoso discurso em favor da hegemonia da fração industrial do capital, uma vez que a proposta de superação do dualismo passa pela modernização do setor “atrasado” através da industrialização. O fortalecimento do setor industrial “moderno”, dentro dessa abordagem, possibilitaria a superação da deterioração dos termos de troca, aos quais estes países subdesenvolvidos eram/são submetidos no mercado global, onde lhes cabe o papel de exportadores de produtos primários (OLIVEIRA, 2003).

Essa leitura desenvolvimentista/cepalina, em alguma medida, coaduna com a proposição dos Partidos Comunistas (PCs) (stalinizados) que, a partir das chamadas “teses feudais” – de acordo com as indicações do VI Congresso da Terceira

Internacional Comunista de 1928 –, entendiam que a Revolução nos países latino-americanos deveria acontecer em duas etapas, uma primeira democrática, no qual uma suposta burguesia nacional, encabeçada pela fração industrial, deveria levar a cabo essa revolução com apoio das classes trabalhadores e os camponeses. E só em uma etapa posterior o caráter socialista da revolução deveria ser reivindicado. Por isso a forte associação dos PCs ao desenvolvimentismo na sua busca pela “revolução democrática”.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), a qual intentamos investigar neste trabalho, surge no contexto latino-americano em crítica a essas interpretações na qual uma pretensa burguesia nacional teria um papel destacado a desempenhar na busca pelo “desenvolvimento”. Questionando uma série de determinantes que condicionam essa posição de dependente por parte da América Latina, no âmbito do mercado mundial.

Desse modo, os intelectuais que desenvolvem a TMD parte dessas críticas, amparados no marxismo enquanto referencial teórico e metodológico, propondo que a dependência seria, na verdade, um aspecto da reprodução do capitalismo na esfera internacional e que as formações econômico-sociais da América Latina em conjunto, desde a colonização, couberam o papel de subordinadas diante da formação do mercado capitalista global.

Os principais intelectuais que compõem a TMD são os brasileiros: Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos e Vânia Bambirra. Eles fizeram parte da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), criada em 1961, e depois agregaram-se como professores na recém inaugurada Universidade de Brasília (UnB), a partir de 1962, quando entraram em contato com as ideias de André Gunder Frank, que em alguma medida os inspirou. Diante disso começaram a propor uma interpretação marxista (heterodoxa) aos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo.

Entretanto, com o golpe militar de 1964 no Brasil, os trabalhos que estavam sendo produzidos foram interrompidos. Por exemplo, a tese de doutoramento de Ruy Mauro Marini sobre o bonapartismo no Brasil perdeu-se quando da primeira invasão da Universidade pelo exército, de acordo com seu memorial (MARINI, 2011b). Em 1964, foram expulsos da UnB. Theotônio Dos Santos e Vânia Bambirra inicialmente viveram na clandestinidade e em seguida buscaram exílio, enquanto Ruy Mauro Marini chegou a ser preso e torturado, indo para o exílio em seguida (PRADO; CASTELO, 2013).

O reencontro dos três aconteceu no Chile, entre 1970 e 1973, onde se consolidou a Teoria Marxista da Dependência no âmbito do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) ligado à Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Esse grupo estava em busca de respostas ao problema do subdesenvolvimento a partir de uma interlocução privilegiada com a CEPAL, para isso partiram do arcabouço teórico que dispunham e começaram pelos enfoques críticos, como a rediscussão do marxismo (DOS SANTOS, 2018). Nesse sentido, esses teóricos da TMD – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – partiram do uso do marxismo, inclusive criando novas categorias, para compreender e explicar a particularidade do subcontinente.

É importante contextualizar que o debate científico na América Latina despontava com relativa autonomia e numa forte perspectiva transdisciplinar. A CEPAL ilustra muito bem esse movimento do esforço de produzir uma teoria que explicasse as particularidades latino-americanas, desde o lugar onde os problemas são sentidos. Mesmo antes da CEPAL, na década de 1920, mas, principalmente, a partir de 1930 e 1940, um conjunto de intelectuais estavam realizando esse esforço, destacamos o peruano José Carlos Mariátegui e o brasileiro Josué de Castro, entre tantos outros.

Nesse sentido, o pensamento que era produzido tinha uma forte carga ante eurocêntrica, porque buscava nas particularidades do subcontinente a razão do seu subdesenvolvimento, rejeitando de princípio a ideia de que o desenvolvimento seria uma “escada” na qual todos poderiam subir, desde que seguisse determinada cartilha. A TMD insere-se nessa trilha, mas sem rejeitar o avanço teórico e metodológico proposto pelo marxismo, fugindo de um certo “essencialismo” latino-americano, ao qual outros movimentos irão apoiar-se.

No âmbito do CESO, que era liderado por Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra somou-se ao esforço de uma parte dos cientistas sociais do subcontinente na busca por superar o pensamento desenvolvimentista (cepalino) e estabelecer a teoria marxista da dependência. O resultado desse esforço foi o livro *O Capitalismo Dependente Latino-americano*, cuja primeira versão (ainda mimeografada) data de 1970. Nesta obra, a autora buscou compreender o capitalismo latino-americano a partir da análise da acumulação e reprodução dependentes, dividindo os países da América Latina em dois grupos, a partir das suas especificidades e semelhanças – Tipo A: países com início antigo de industrialização; Tipo B: países cujo industrialização foi produto

da integração monopólica – produzindo um estudo particularmente rico, pensando a América Latina de conjunto (BAMBIRRA, 2015).

Ruy Mauro Marini também aprofundou seu interesse pela realidade latino-americana enquanto esteve no Chile. Tendo a teoria marxista como fio condutor para o entendimento dessa realidade, buscou aplicar as categorias elaboradas por Marx para compreensão da América Latina (MARINI, 2011b). Daí surge seu importante trabalho *Dialética da Dependência* publicado pela primeira vez em 1973 (MARINI, 2011a).

A partir dessa reflexão, Ruy Mauro Marini (2011c, p. 185) indica que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”. Ou seja, além das formas de extração de mais valor descritas por Marx – absoluto e relativo –, nas sociedades dependentes há uma terceira que consiste em reduzir o consumo do trabalhador abaixo do limite normal para sua reprodução. Em termos capitalistas, isso significa que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor (MARINI, 2011a).

Além da interlocução crítica com a CEPAL, lançavam a crítica às leituras stalinistas dos PCs, ao propor que a dependência seria um aspecto da reprodução do capitalismo na esfera internacional, de modo que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são processos complementares. E à América Latina, desde a colonização, coube o papel de subordinação diante da formação do mercado capitalista global.

Ruy Mauro Marini (2011a) lançou mão de uma abordagem teórica criativa que deu destaque às relações internacionais, às trocas desiguais e à posição dependente da América Latina no mercado capitalista internacional, elaborando categorias como “mais valia extraordinária”, “superexploração do trabalho” e mesmo “subimperialismo”.

Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso, também exilado no Chile, em parceria com Enzo Faletto, havia lançado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, cuja primeira edição é de 1969, em crítica as correntes que indicavam a impossibilidade de se atingir o desenvolvimento na periferia pela via capitalista, lançaram a abordagem do desenvolvimento dependente e associado. Nesse sentido, propunham a possibilidade:

[...] de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 18).

Ou seja, indicavam a possibilidade de desenvolvimento, sem, necessariamente, romper com a relação de dependência do sistema econômico da periferia em relação ao centro. Inclusive Fernando Henrique exerceu um importante papel na deturpação e ocultação do debate proposto pela TMD no Brasil, em sua busca para se consolidar sua posição como hegemônica no âmbito da Teoria da Dependência.

Para Marini, diferentemente de Cardoso e Falleto, a superação da dependência deveria passar não pela associação com o capital estrangeiro, mas pela busca da integração regional (em nível de América Latina), para assim ter peso o suficiente e influir nas decisões internacionais, de modo que a integração latino-americana era a alternativa para superar a dependência ao capital imperialista dos países centrais (GARBIERO, 2018). Mas a saída não poderia limitar-se à integração latino-americana. Marini (1974) apontava que não há anti-imperialismo possível por fora da luta pela liquidação do capitalismo, ou seja, fora da luta pelo socialismo.

Além disso, diferentemente das interpretações “etapistas” que marcaram o pensamento stalinizado dos Partidos Comunistas latino-americanos naquele período, Marini (1974) rejeitava a pauta de defesa de uma revolução democrática de aliança entre a classe trabalhadora e uma burguesia nacional, que supostamente teria interesses anti-imperialistas e anti-oligárquicos. Para ele, a revolução latino-americana deveria ter um caráter socialista, construindo uma economia que pudesse expressar os interesses das classes trabalhadoras contra os interesses da burguesia. No novo bloco histórico de forças, resultante da revolução latino-americana, não deveria haver lugar para a burguesia.

O governo da Unidade Popular no Chile, com Allende na presidência, foi um laboratório para múltiplas experiências no qual diversos intelectuais, exilados brasileiros inclusive, participaram do governo na busca por uma transição eleitoral ao socialismo. Entretanto, contra o governo da coalizão de esquerda da Unidade Popular de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, que reprimiu violentamente os movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, desmantelando as formas de organização popular e constituiu-se no primeiro laboratório para a implementação das ideias neoliberais no subcontinente.

A partir do golpe no Chile, mais uma vez, se dispersaram os teóricos marxistas da dependência. Ruy Mauro Marini foi para o Panamá, enquanto que Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra foram para o México. Com a Lei da Anistia, no Brasil, em

1979, começaram a retornar ao Brasil. Primeiro Theotônio e Bambirra em 1980, filiando-se, em seguida, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. E em 1985 Ruy Mauro retornou, mas sem associar-se diretamente a nenhum partido no país.

O grande diferencial da TMD, além de uma incorporação criativa do marxismo, foi que eles pensavam a América Latina de conjunto. Ainda que reconhecendo as particularidades de cada país, consideravam que a dinâmica do comércio capitalista internacional tinha grande peso na conformação da condição de dependência por parte dos países do subcontinente.

MOVIMENTO GIRO DECOLONIAL: ORIGEM E IMPACTO TEÓRICO-POLÍTICO

O argumento pós-colonial e os estudos subalternos – duas fontes teóricas que, para além das particularidades latinoamericanas, nos aparecem como chaves para pensar a constituição do Movimento Decolonial – ecoam para além do universo anglo saxão, chegando à América do Norte e América Latina na década de 1990. O papel dos estudos das humanidades na consolidação do domínio colonial passou a fazer parte da academia estadunidense com o grupo *Foreign Culture*, ou Culturas Estrangeiras, na mesma década, onde se abriu espaço para se estudar o pós-modernismo, os estudos culturais e a teoria feminista, e, conseqüentemente, para a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Contudo, essas teorias pareciam desconectadas da realidade social latino-americana, ou seja, faltava o estudo da dependência econômica e a crítica às ideologias eurocêntricas.

A partir do descontentamento com esse distanciamento e com a necessidade de rearticular uma nova repolitização da teoria, o venezuelano John Beverly, a nicaraguense Ileana Rodríguez, Robert Carr, de Trinidad e Tobago, entre outros intelectuais de setores da esquerda que viviam nos Estados Unidos, fundaram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, e no ano de 1995 publicam o “Manifesto inaugural” do grupo – originalmente publicado em 1993 na revista *Boundary*, editada pela *Duke University Press* –, inserindo a região no debate pós-colonial. De acordo com este manifesto, Ranajit Guha teria inspirado a fundação de um “projeto similar dedicado ao estudo subalterno na América Latina” tratando-se de processos que “convidam a

buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente” (MANIFESTO, 1998, p. 70 *apud* BALLESTRIN, 2012). O manifesto ressalta que, além do Grupo de Estudos Subalternos indiano, outros movimentos locais foram fundamentais na condução dos Estudos Latino-americanos pelo grupo, a exemplo das revoluções mexicana (1910), cubana (1959) e nicaraguense ou sandinista (1979). Ou seja, são intelectuais engajados politicamente, em maior ou menor medida, com relevante atuação nos espaços acadêmicos e também em fóruns e movimentos sociais. Esses movimentos de resistência pontuavam a necessidade de reconceitualizar a relação entre Estado, nação e povo (BALLESTRIN, 2012).

Entendemos que a constituição de grupos de estudos latino-americano é parte de uma formação que é constante e que está atenta aos processos políticos do subcontinente, de (re)subalternização de nossos sujeitos históricos revolucionários, como o índio, o camponês, o mestiço, o negro, e outros sujeitos oprimidos por diferenças de sexo, orientação sexual, nacionalidade, crença.

Ainda na década de 1990 é marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Trata-se de um marco teórico na luta travada no campo da história das ideias que busca romper com o ocidental-centrismo, a partir do enfrentamento da colonialidade.

O grupo latino-americano de estudos subalternos discorria sobre as sociedades plurais, inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizadas em contraste com as sociedades “desenvolvidas” e tinha como seu grande expoente o argentino Walter Dignolo, reconhecido pela sua produção acadêmica em torno da questão colonial e geopolítica do conhecimento, com foco na influência da racionalidade e modernidade/colonialidade demonstradas no seu desenvolvimento de teorias sociais e políticas. A necessidade de revisão da constituição histórica da modernidade e seu lado obscuro com reflexos na América Latina, ou seja, o sua perspectiva crítica divergências com alguns termos ainda utilizados para caracterizar o grupo subalternista latino-americano, faz com que Dignolo e outros intelectuais do subcontinente desagreguem o grupo de estudos subalternos latino-americano alegando que os estudos subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêtricos” (MIGNOLO, 2007, p. 14-15), fundando ainda nesta década, mais precisamente em 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade como parte do movimento decolonial por impulsionarem o questionamento do ocidental-centrismo nas ciências.

A categoria de colonialidade aparece como a contrapartida fundamental para enfatizar as consequências da modernidade nos países subdesenvolvidos e é radicalizada com o “giro decolonial”. A cientista política Luciana Ballestrin indica que este termo foi utilizado primeiramente por Nelson Maldonado Torres em 2005, ano em que “organizou encontro em Berkeley chamado *Mapping Decolonial Turn*, onde o grupo Modernidade/Colonialidade dialogou com um grupo de filósofos caribenhos e filósofas latinas”, na reunião a decolonialidade passou a fazer parte do argumento de resistência teórico-prático, junto aos elementos modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2012, p. 16; CASTRO GOMÉZ e GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2007).

Se o pós-colonialismo busca compreender como, contemporaneamente, essas marcas do ordenamento colonial e imperial seguem operando, o argumento decolonial radicaliza essa compreensão, expandindo-a para além das heranças da ordem racial (negros, indígenas) e propõe análises de outras marcas na sociedade, como a de gênero, a de heteronormatividade, de religiosidade, etc. Foi um termo posteriormente bastante difundido por Walter Mignolo. Para o argentino, o movimento decolonial estaria em marcha desde o momento em que se propõe uma ruptura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como se pensava no Grupo Modernidade/Colonialidade (MIGNOLO, 2008).

A diversidade de formação e nacionalidades sempre foi uma característica dos intelectuais que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade, entre os mais destacados, podemos citar, além do semiótico argentino Walter Mignolo, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o filósofo argentino Enrique Dussel, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, além do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein e o sociólogo peruano e destacado intelectual latino-americano, Aníbal Quijano. Contemporaneamente se juntam ao grupo o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, o conhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a linguista estadunidense Catherine Walsh, a semiótica argentina Zulma Palermo e o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres.

A partir deste conjunto diversificado de autores o argumento decolonial foi sendo paulatinamente estruturado – a partir da radicalização da categoria de colonialidade – recobrando no espaço acadêmico temas como identidade, multiculturalidade, ao mesmo tempo aproximando a história latino-americana, a

formação dos Estados Nação e o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de colonialidade do poder e do saber. Trata-se de um processo de mudanças que as Ciências Sociais vinham enfrentando, principalmente na América Latina no que se refere à sua (re)construção por diferentes correntes de pensamento crítico.

O grupo de intelectuais decoloniais objetiva analisar a maneira que o mundo se desenvolve na atualidade, partindo desde a investigação da política global e das relações sociais de modelos e teorias de conhecimento que sirvam para interpretar as diferentes temporalidades e localidades de poder e de conhecimento no subcontinente.

Ao recuperar criticamente o *ethos* científico ao passo que se verifica a aplicabilidade de categorias para a realidade latino-americana, o pensamento decolonial propõe a criticidade das teorias estabelecidas, inclusive de teorias contestadoras como a pós-colonial e, muitas vezes, o próprio marxismo. Se por um lado a colonização impunha uma hierarquia dos seres, a colonialidade aparece como uma experiência onde se verifica múltiplas formas de subalternização. Trata-se, pois, de estabelecer a teoria social latino-americana composta por intelectuais conscientes e críticos, segundo definições dos autores dessa corrente.

A epistemologia colonial foi determinante para que o colonialismo fizesse da América Latina uma sociedade colonialista fundacional, onde, pela primeira vez, a colonização e o racismo agiam em favor do capitalismo (BALLESTRIN, 2012). Vários autores destacam que o fenômeno da colonialidade representaria o lado obscuro da modernidade (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2010). Ao trazer ao debate o colonialismo como uma das formas contemporâneas de dominação, os autores do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, posteriormente o Grupo Modernidade/Colonialidade e ainda o Movimento Decolonial buscam fundamentalmente romper esse ciclo e avançar em termos de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo racismo, imperialismo e neocolonialismo.

Há uma abrangência de pensamentos e estratégias teóricas entre os que compõem o movimento decolonial, que os diferenciam entre si principalmente quanto à articulação da perspectiva latino-americana e marxista. Em nossa leitura, trata-se, pois, de buscar uma articulação fecunda entre os elementos não eurocêntricos do marxismo e a colonialidade, marcante na formação econômico-social latino-americana, tendo como plano de fundo o capitalismo mundial, mas, em análise dialética com as questões

concretas de cada país. Trabalho teórico-político já realizado pelo peruano José Carlos Mariátegui, pioneiro marxista latino-americano.

Podemos ainda ressaltar aspectos sobre a heterogeneidade da guinada decolonial. Aníbal Quijano e Enrique Dussel, por exemplo, compõem o núcleo clássico da teorização sobre descolonização, com produções anteriores a partir de uma perspectiva crítica sobre a América Latina. Quando se fala em produção teórica alternativa à hegemonia vigente na academia na década de 1960, o filósofo Enrique Dussel ([1975] 1977) explana que os argumentos que formaram o terreno que possibilitou a ascensão do “giro descolonizador” emergiram num difícil espaço de inserção ainda no contexto das ditaduras latino-americanas. Na Argentina, por exemplo, seu país de origem, surgiu um grupo que posteriormente se generaliza chamado Filosofia da Libertação.

Dussel, como muitos outros intelectuais, foi exilado para o México, onde desenvolveu sua primeira obra teórica, *Filosofia da Libertación en la América Latina*, de 1975, em que propunha uma mudança no ponto de partida do estudo, tendo como base o oprimido, indo de encontro às tendências modernas da época. Tratava-se de uma tarefa interdisciplinar, empreender um giro descolonizador no saber e na teoria latino-americana. Essa guinada epistemológica modificaria a forma de se produzir saberes partindo do sistema do método, utilizando-se da dialética e totalidade para as formulações dessa corrente clássica decolonial.

Aníbal Quijano, por sua vez, executa uma importante missão teórica ao destacar em seus escritos a função que a América Latina desempenhou no desenvolvimento do capitalismo, indicando que antes da colonização do subcontinente não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estariam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades. Aponta-nos que o conceito de colonialidade do poder exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional europeizado, que legitimaria nossa dependência financeira e intelectual (QUIJANO, 2005). Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor.

Sob outro prisma, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez e Edgardo Lander são intelectuais que fazem parte do grupo decolonial e que em grande medida salientam a necessidade de rompimento com todas as grandes narrativas mundiais, incluindo, em muitos aspectos, o marxismo, por classificarem essa corrente

como eurocêntrica e, portanto, referida a um espaço-tempo determinado. Investigam os efeitos da colonialidade na América Latina, revisando a produção teórica europeia e questionando e categorizando essa teorização como insuficiente. Para Grosfoguel (2008), os decoloniais não se caracterizam como marxistas, nem antimarxistas, visto que possuem uma posição crítica apenas ao marxismo eurocêntrico, sem explicitar claramente quais autores comporiam essa vertente não-eurocêntrica do marxismo. Com essa perspectiva, o autor reitera que também no campo marxista os cientificistas reproduzem um eurocentrismo imperial em nível epistemológico.

Os autores decoloniais que rompem com o marxismo de forma mais clara, apresentam conceitos que, de acordo com suas leituras, contemplam a diversidade de formação social e cultural latino-americana, a exemplo do conceito de diversidade epistêmica, do próprio Grosfoguel.

Em contraponto a uma visão supostamente homogeneizada do que representa a análise marxista da sociedade, esses autores não aprofundam análises sobre o fato de que os fundadores do marxismo, Marx e Engels, estudam toda a sucessão histórica dos modos de produção, enfatizando ainda a estreita ligação entre a ascensão da classe burguesa e o colonialismo (TIBLE, 2014, p. 200).

Edgardo Lander (2006) também questiona o marxismo como uma perspectiva adequada para o estudo sobre a América Latina. Ao contrastar a interpretação das mais diversas realidades do subcontinente – fortemente marcado pela colonização e racismo – com as aplicações doutrinárias do marxismo, Lander não encontra lugar dentro do que ele chama de perspectiva “europeizante” do marxismo. Sua crítica é acertada ao questionar a reprodução do eurocentrismo dentro do marxismo, assim como rechaçar a continuidade do pensamento conservador do século XIX trazido em certa medida pela própria “sociologia da modernização” e que se desenvolve em suas diversas versões durante o século XX seja através do neoliberalismo, seja com “as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente” (LANDER, 2006, p. 223). Contudo, desconsidera toda a produção teórico-política e atuação de um marxismo genuinamente latino-americano, como as importantes análises e apropriações como as realizadas por Mariátegui³, por exemplo.

³ Sobre o tema, conferir o conhecido livro do autor, *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (1928), primeira análise de uma formação-social latino-americana.

Mignolo, tido como o fundador da opção decolonial, indica que não há como definir teoricamente essa opção. Para o autor, não se trata de uma missão e sim uma opção que se põe ao debate público no partindo do debate disciplinário da estruturação do saber, realizado primeiramente pelo grupo decolonial (MIGNOLO, 2002; 2003). Formula o conceito de “pensamento fronteiro” que resiste a cinco ideologias da modernidade, são elas: o cristianismo, o liberalismo, o conservadorismo, o colonialismo e o marxismo (MIGNOLO, 2003). Reconhece a importância de autores que no contexto da modernidade eurocêntrica denunciaram o sofrimento humano, como Marx, mas não utilizou as formulações do autor alemão para suas elaborações.

Os autores decoloniais aqui descritos chamam ao debate diversas categorias que foram trabalhadas desde a perspectiva marxista, mesmo que na aparência não estejam postas como sinônimos, mas na essência, se apresentam como semelhantes. Temos como exemplos alguns conceitos trabalhados por Gramsci e que podem ser verificadas nos aportes teóricos, por exemplo, de Mignolo, quando o autor argentino fala da importância da manutenção da matriz colonial de poder para o exercício da colonialidade, que, em termos gramscianos se relacionaria com o exercício da hegemonia. Ou, quando destaca a importância de se avançar em um projeto descolonizador nas ciências, no saber, também podemos inferir a partir da elaboração gramsciana quanto a importância delegada ao papel dos intelectuais como “cimento histórico” que conformaria o bloco hegemônico no poder.

Contudo, da maneira desenvolvida pelos intelectuais decoloniais que rompem com qualquer perspectiva totalizante, como o marxismo e a luta de classes internacionalista, descuram a carga revolucionária desses conceitos e transitam de estratégia política, privilegiando algum tipo de essencialismo latino-americano.

Por outro lado, Dussel e Quijano, ao privilegiarem em suas análises o desenvolvimento desigual da sociedade e também o colonialismo e a colonialidade, romperam com o cientificismo positivista e institucionalismo que se visualizava no marxismo hegemônico da época, e, ao mesmo tempo, buscaram recuperar a vitalidade do marxismo, aproximando a política e cultura dos interesses subalternos por meio de uma frente organizada e consciente de trabalhadores, camponeses e, no caso latino-americano, indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista destes movimentos que nos debruçamos, pudemos perceber que esses grupos, em decorrência dos embates e conjunturas em que surgiram, são influenciados pelas correlações de força entre as classes burguesas (locais e imperialistas) e as classes trabalhadoras e subalternas em vista dos projetos de poder em disputa.

A relação que esses movimentos, que se constituem como latino-americanos, estabelecem com o Brasil é um pouco acidentada. Quanto a TMD, é possível perceber que a importante contribuição desse movimento teórico foi sentida mais na América Latina em geral, do que no Brasil. Sendo que, ainda hoje, restam diversas obras desses intelectuais que ainda não foram publicadas em português, ao tempo em que contam com diversas edições em espanhol. A TMD ocupou um papel marginal no debate brasileiro, em grande medida pelo papel desempenhado por Fernando Henrique Cardoso, as posições dos teóricos marxistas da dependência ficaram de lado no debate, sendo rotuladas como “catastrofistas”, “estagnacionistas”, “trotskistas” e/ou “radicais” (PRADO; CASTELO, 2013).

Somente com o avançar da década de 1990 que esses intelectuais passaram a tomar espaço no Brasil. Mas sobretudo, após os anos 2000 – diante de um novo contexto político que se instaura na região, a partir da crise do neoliberalismo, num movimento que, por falta de caracterização melhor, chamamos de governos pós-neoliberais, agregando diferentes projetos políticos como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Evo Morales na Bolívia, etc. – a TMD vai sendo retomada e as categorias elaboradas na década de 1970 vêm sendo redescobertas.

No Brasil, os estudos sobre a realidade latino-americana tem se desenvolvido nos últimos anos, merecendo destaque o pioneiro Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fruto de um processo que começou em 2004 com o projeto do Observatório Latino-Americano (OLA), quando, a partir das transformações iniciadas na Venezuela o subcontinente começou a fazer parte do cotidiano das notícias, chegando também à Universidade. O grupo tem sido responsável, inclusive, pela publicação em português de algumas obras de autores da TMD até então inéditas em nosso idioma.

O trabalho de Prado e Castelo (2013) contribui nesse importante mapeamento da TMD no Brasil, destacando que há um movimento contra-hegemônico furando o

bloqueio criado à TMD no país, e também se percebe o surgimento de uma nova geração de intelectuais que dão continuidade aos desenvolvimentos desta corrente teórica.

Quanto ao movimento decolonial, este se apresenta como um projeto teórico-político de intelectuais latino-americanos que começa a ser melhor explorado nas universidades brasileiras - mesmo que ainda carente de exploração crítica e em perspectiva política⁴. Mas se alinha a uma demanda de movimentos sociais e que se cristalizam numa perspectiva teórica contemporânea pelo necessário rompimento com o ocidental-centrismo, objetivando consequente uma renovação crítica das Ciências Sociais – com perspectiva interdisciplinar – na América Latina, assim como objetivou a TMD.

TMD nas ciências sociais em geral, mas especialmente na crítica da economia política, se coloca na busca por resgatar a perspectiva da dependência no bojo das lutas populares vinculadas aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contra a dominação capitalista e o jugo imperialista. As teorias pós-colonial e decolonial, ao seu modo, juntamente com o pensamento crítico por novas Epistemologias do Sul e pelo rechaço à naturalização da desigualdade social no subcontinente e no Brasil, propõe uma interessante revisão da sociologia na busca por ampliar seu potencial explicativo, bem como a potencialidade de viabilizar prognósticos emancipatórios.

A fecundidade da teoria marxista para a análise da América Latina, assim como outro lugar do mundo, se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência em demonstrar condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado, sendo assim, um prisma relacional nevrálgico para o avanço da luta teórica e de classes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. Danilla. *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?* 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. *O Giro Decolonial e a América Latina*. 36º Encontro Anual da Anpocs: Águas de Lindóia, 2012. Disponível em:

⁴ Sobre o tema, conferir a tese de doutorado de Danilla Aguiar (2017).

<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19/8321-o-giro-decolonial-e-a-america-latina/file>.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2015;

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CASTRO GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.

DOS SANTOS, Theotônio. (2018); Entrevista: Intérpretes do pensamento desenvolvimentista. *Cadernos de Desenvolvimento*, v. 13, n. 22, p. 180-207.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertación na América Latina*. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977. Disponível em: http://enriquedussel.com/DVD%20Obras%20Enrique%20Dussel/Textos/15-4/filosofia_da_libertacao.pdf.

GARBIERO, Gonzalo Gutiérrez. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. *Em Tese*, v. 15, n. 1, p.49-74, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n1p49/36907> Acesso em: 30 jun. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, 2008. Disponível em: <https://rccs.revues.org/697>.

LANDER, Edgardo. Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo, In: BORON, Atilio et al (orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência [1973]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obras*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

MARINI, Ruy Mauro. Memorial: Por Ruy Mauro Marini [1990]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obras*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

MARINI, Ruy Mauro. Prologo. In: BAMBIRRA, Vania. *La Revolución Cubana: Una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974. p. 9-16.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência [1973]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obras*. São Paulo: Expressão Popular, 2011c.

MIGNOLO, Walter. *The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference*. *The South Atlantic Quarterly*, 101:1, 2002.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: Castro Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.

MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n.8, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa. In: *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-38

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O Início do Fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Revista Passata*, v. 3, n. 1, p. 10-29, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidade. In: BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

TIBLE, Jean. Marx e os outros. *Lua Nova*, São Paulo, 199-228, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a08.pdf>.

**AS DESCOBERTAS DO BRASIL: AS REVISTAS TRAVEL IN BRAZIL E
CULTURA POLÍTICA COMO FERRAMENTAS DE PROPAGANDA DO DIP-
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA**

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins¹

Francisco Fabiano de Freitas Mendes²

Ana Paula Leite Vieira³

INTRODUÇÃO

No Brasil, sob auspícios do Estado Novo (1937-1945), a *propaganda oficial* direcionada à população se baseou em instrumentos oriundos de experiências anteriores (antes do governo Vargas), interiores (mediadas pela criação de vários órgãos com essa finalidade, como o Departamento Nacional de Propaganda - DNP e Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), e exteriores (inspirados nos regimes fascistas da Itália e Alemanha).

Por definição, *propaganda oficial* (ou governamental) apresenta um direcionamento interno e outro externo. O primeiro diz respeito ao sistema político e é – na maioria das vezes, porém não se resumindo a isso – um instrumento de comunicação por meio da divulgação de mensagens ao *público interno*, isto é, ao povo, com o objetivo de fortalecer a imagem do detentor do poder estatal.

O segundo direcionamento, de natureza externa, é aquele empregado nas relações entre países cujo empenho se orienta à opinião pública ou a alguns de seus setores, visando: “[...] criar ou robustecer sentimentos de amizade ou solidariedade e, por vezes, também, a incluir respeito; em todo caso, o que se pretende é influir, com a intenção presumível de exercer, por este meio, pressões sobre os governantes.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2008, p. 1019). São, portanto, quaisquer ações

¹ Doutor em Ciências (História Social), pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. E-mail: lindercylins@uern.br

² Doutor em Ciências (História Social), pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UERN. E-mail: fabianomendes@uern.br

³ Doutora em História, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vleiteanapaula@gmail.com.

promovidas por um governo com objetivo de projetar uma imagem positiva do país no exterior. No caso do Brasil, essa projeção tem como alvo principal os Estados Unidos, em meio a disputas pela hegemonia regional com a Argentina na época da política da Boa Vizinhança (LINS, 2020).

PROPAGANDA POLÍTICA E INTELECTUAIS NO ESTADO NOVO

No governo estadonovista, o monopólio dos meios de comunicação, a censura e a formação de uma burocracia profissional de propaganda – exercida pelos servidores do DIP – facilitaram o convencimento do povo às causas governamentais, sobretudo por meio da execução de complexos sistemas integrados de controle e da utilização de várias mídias (rádio, cinema, jornais, livros etc.) na *sacralização* de Getúlio Vargas no poder (LENHARO, 1986).

A utilização de instrumentais na propaganda política tinha como alvo a sedução, “[...] que permite fabricar e manipular as emoções e imaginários coletivos em que assenta o carisma [...]”, no propósito de criação de um *imaginário político* favorável ao regime (BACZO, 1985, p. 314). Exemplos desses instrumentos são os símbolos catalisadores de sentimentos das massas, como a luta contra o inimigo – o *Comunismo* – ou simbologias católicas, como a da *Santíssima Trindade*, apropriados pelo governo no trabalho de imagem do regime. (CAPELATO, 2008, p. 39, 52-57).

As ações de propaganda não devem ser consideradas, portanto, meras peças publicitárias manipuladoras, mas, sim, instrumentos de divulgação de ideias do novo regime político. Posto isto, algumas obras dessa natureza, a exemplo das revistas *Cultura Política* e *Travel in Brazil*, analisadas neste artigo, podem se configurar num profícuo campo de possibilidades para “[...] análise da relação entre os intelectuais e o Estado, já que nesse mesmo período se revela a profunda inserção desse grupo social na organização político-ideológica do regime.” (VELLOSO, 2019, p. 141). Por conseguinte, investigar os produtos culturais do órgão central da propaganda brasileira, o DIP, encabeçado por Lourival Fontes, é central para interpretar a disseminação do projeto político estadonovista.

A FÁBRICA DE IDEIAS: O DIP

Em 1939, nasce o DIP, fruto da experiência de outros órgãos censores e de propagandas governamentais, criados de 1931 a 1938. Vinculado diretamente à Presidência da República, sob responsabilidade de Lourival Fontes, o departamento detinha funções além da censura. O órgão era responsável por produzir e divulgar “[...] discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo [...]” (CAPELATO, 1999, p. 173) por meio de uma série de dispositivos, tais como: livros, revistas, folhetos, programas de rádio, fotografias etc.

No campo da escrita, ombreavam *Cultura Política*, entre tantas publicações, os periódicos *Ciência Política* (1940-1945), *Estudos e Conferências* (1940-1944), *Dos Jornais* (1941-1943), *Travel in Brazil* (1941-1942), e as cartilhas infanto-juvenis *O Brasil é Bom* e *Catecismo Cívico do Brasil Novo*, ambos de 1938. No cinema, o *Cine Jornal Brasileiro* se destacava, com documentários de exibição obrigatória nas sessões de cinema e o incentivo na produção de vários longas de ficção. Na música, sobressaíam as conferências e concertos de Villa-Lobos, levando a metodologia e a exibição do canto orfeônicos, feito por e para multidões, enquanto a Rádio Nacional garantia a audiência entre os populares nos afazeres cotidianos⁴.

O Departamento tinha também as tarefas de elaborar, centralizar e orientar a propaganda interna; censurar manifestações artísticas e desportivas; organizar diversas formas de aparições cívicas; e coordenar a atuação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs).

O controle exercido pelo DIP não se resumia, entretanto, a fechar jornais e prender diretores de redação e jornalistas. A forma de censura era bem mais elaborada, pois o Departamento contava com profissionais altamente qualificados que repassavam notícias aos jornais. Caso o veículo não as reproduzisse, o jornal perderia a cota de patrocínio das empresas estatais, além da matéria-prima para sua produção - o papel, cujo comércio era controlado pelo DIP.

Além dessas funções, o Departamento possuía a missão de veicular e “[...] organizar o serviço de controle da imprensa nacional e estrangeira [...] manter um

⁴ Panoramas mais amplos e ao mesmo tempo mais aprofundados dessas iniciativas do Estado Novo no campo artístico-cultural podem ser vistos em: GOMES (1996); SCHWARTZMAN (2000); CAPELATO (2003).

serviço de *copyright* de artigos de autores brasileiros para os jornais do país e do exterior, e autorizar previamente a circulação de publicações periódicas.” (CARONE, 1976, p. 48-49).

Segundo Decreto nº 1.915, de 1939, cabia ao DIP ser um organismo destinado a centralizar a propaganda referida e a distribuir a publicidade oficial do Estado. Também era sua função:

Colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país; promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros; incentivar a tradução de livros de autores brasileiros; proibir a entrada de publicações estrangeiras nocivas aos interesses do Brasil, bem como intermediar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições, ou a moral; promover propaganda turística. (A IMPRENSA... 1942, p. 173).

A estrutura do órgão possuía seis divisões: Divulgação; Radiodifusão; Teatro e Cinema; Turismo; Imprensa e Serviços Auxiliares. (LUCA, 2010, p. 101). Para a realização da propaganda, houve incorporação de serviços realizados por outros órgãos governamentais, assim como centralização e coordenação de “[...] todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e dos departamentos e estabelecimentos de administração pública federal, [...] estando esses órgãos a manter ligação permanente com a nova entidade.” (A IMPRENSA..., 1942, p. 173-174)

Dentre as divisões citadas, três se destacaram: Divulgação, Imprensa e Turismo. A Divisão de Divulgação fazia o papel de “vulgarização das notícias” sobre o Brasil, destacando-se a publicação da Constituição Brasileira em seis idiomas. Mantinha, pois, um serviço semanal de informações via aérea, originado do *Brazilian Information Bureau*, órgão de propaganda ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (LINS, 2017) com destino à secção brasileira do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), em Nova Iorque⁵. Os assuntos eram diversos, “[...] incluindo recortes de artigos, notas e comentários sobre o movimento artístico e cultural do Brasil, política, economia, finanças e várias outras notícias sobre a vida e coisas brasileiras”. (A IMPRENSA... 1942, p. -174). Outros destinos eram o *Commerce*

⁵ Para maiores informações sobre a OCIAA ver: TOTA (2000).

Department Building, em Washington, e o Consulado do Brasil, em São Francisco. (ATIVIDADES... 1944, p. 158).

O DIP atendia aos pedidos de remessa de livros e folhetos para particulares e para bibliotecas no exterior, com uma seção especial para esse fim, denominada *República do Brasil*, na Biblioteca Pan-americana de Cuenca, no Equador. No caso de livros e publicações que atentassem contra o “crédito do país e suas instituições, e contra a moral” (ATIVIDADES..., 1944, p. 175), cabia à Divisão de Imprensa a interdição ou o combate à penetração ou disseminação de qualquer ideia considerada perturbadora da unidade nacional. Também ficava sob sua responsabilidade o fornecimento aos “[...] estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artísticos da vida brasileira [...]” (BRASIL, 1939) e a promoção de eventos no estrangeiro para demonstração das atividades nacionais e intercâmbios literários com o exterior. Além disso, a divisão deveria:

Publicar um periódico, em diferentes idiomas, bem como difundir dados e informações sobre os valores gerais do Brasil, em todos os setores de suas atividades, quer artístico, científico, literário, ou filosófico, quer político, econômico, social, administrativo, turístico etc., salientando a contribuição brasileira ao bem da humanidade, à civilização, ao progresso internacional e à consolidação da paz internacional;

Organizar um arquivo de jornais, revistas, folhetos de propaganda etc., nacionais e estrangeiros;

Manter um completo serviço de “clichês” e de fotografias, para fins de distribuição à imprensa brasileira e estrangeira e de permuta com entidades estrangeiras de turismo e de propaganda;

Manter um serviço de copyright de artigos de autores nacionais para os jornais do país e do estrangeiro. (BRASIL, 1939).

Ligados à Divisão de Imprensa, ainda atuavam o Serviço de Coordenação e a Agência Nacional. O primeiro se encarregava basicamente do controle do serviço telegráfico em geral, enquanto a segunda, existente desde os tempos do DNP, detinha um “serviço de imprensa estrangeira”, dotado de um grupo de tradutores para fornecer “[...] pastas aos altos setores administrativos do país, com a tradução do noticiário dos jornais do exterior sobre o Brasil”. (BRASIL, 1939).

A Divisão de Turismo era responsável pela organização e execução de planos de propaganda turística no exterior, seja por meio de publicações de álbuns e catálogos do Brasil, seja pela manutenção de seções de turismo junto aos “[...] diferentes

ministérios ou organismos públicos e privados [...] destinados a fins de expansão econômica, comercial ou industrial”. (BRASIL, 1939).

Essa divisão executava função semelhante ao Escritório de Informações Brasileiras. Editava folhetos em língua estrangeira e publicava, em inglês, a revista *Travel in Brazil*, como será visto neste artigo. A divisão também realizava o acolhimento de figuras públicas estrangeiras que passavam pela Capital da República, função já executada pelo Itamaraty.

Em 1942, a revista *Cultura Política* informou que a Divisão de Turismo recepcionou diversas personalidades *ianques*, tais como:

O ator Douglas Fairbanks, Walt Disney e os seus 15 auxiliares; os jornalistas John Gunther, Ed. Sullivan, Vera Kelsey, Philip Carr e Beatrice Irvin; Orson Welles, com a equipe de 27 técnicos. Assim como artistas, professores e demais intelectuais estrangeiros; coronel Knox, Ministro da Marinha americana, Nelson Rockefeller e outros [...]. (A IMPRENSA..., 1942, p. 185).

A recepção dessas personalidades serviu para a Divisão de Turismo planejar atividades futuras em conjunto com o setor de Cooperação intelectual do Itamaraty. Tais atividades tinham o objetivo de provocar a visita de personalidades estrangeiras de relevo, como jornalistas, escritores e políticos, a fim de que pudessem elogiar o país quando retornassem à sua terra.

Angariar simpatia das elites às causas brasileiras era meta a ser alcançada pela propaganda do Brasil no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Além disso, havia a necessidade de se “[...] criar no imaginário comum a ideia de um país em ascensão, para que lhe fosse concedido espaço correspondente no concerto das nações [...] maior meta brasileira após consolidação territorial: o desenvolvimento do espaço nacional”. (FERREIRA, 2012, p. 65).

CULTURA POLÍTICA: UM BRASIL PARA BRASILEIRO LER

Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros foi um periódico oficial do Estado Novo que circulou entre março de 1941 e agosto de 1945. Com outros veículos do mesmo suporte, ou de outros suportes (rádio e cinema, por exemplo),

dividiu a tarefa de reorganizar o entendimento do papel do Brasil na nova conformação do mundo ocidental.

Dirigida por Almir de Andrade, os 51 números da revista foram pensados como guias para a descoberta ou reconhecimento das potências, singularidade e problemas do país. Em sua atmosfera pairavam tanto debates dos conceitos mais caros ao projeto político do Estado Novo quanto o chamamento para a construção de um novo Brasil, conforme se vê no trecho de abertura do periódico, produzido pelo próprio Andrade:

A obra dos homens é somente um impulso de realização ou de renovação; maior do que ela, completando-a, sobrepujando-a pela sua imensidade, é a obra do tempo. Os processos de evolução social têm a sua época própria de amadurecimento, como os frutos que brotam da terra. Raramente uma geração assiste o esplendor das conquistas, cuja semente lançou. Uma geração dura apenas algumas décadas. E as transformações sociais e políticas têm aquela enervante lentidão das transformações geológicas: elas se pautam pelo ritmo largo e vagaroso dos séculos. (ANDRADE, 1941, p. 8).

Lançando mão de analogias que entre os historiadores, hoje, são chamadas de *braudelianas*, Almir de Andrade operava no presente, futuro e passado na tentativa de construir a visão de um país diverso, mas uno; aberto ao mundo, mas único. Ainda no mesmo texto do periódico, que chegaria todo mês às bancas ou às casas dos assinantes, completou a explicitação do projeto:

Longe das ambições imperialistas, das perseguições e ódios de raças, das violências políticas e dos conflitos de privilégios e monopólios, nós vamos vivendo a nossa vida serena e confiante — feita de cordialidade, de confraternização e de esperança numa ordem social mais justa. Voltamo-nos para dentro de nós mesmos, sem tirar os olhos do mundo em crise. Procuramos sentir-nos melhor, compreender-nos melhor, firmar-nos na posse de nós mesmos. Na política, na economia, no direito, nas artes, nas letras, nas ciências, em todas as esferas de atividade, em suma, vamos produzindo, criando, melhorando, avançando em busca de ideais mais altos e de realizações mais perfeitas. Um sentimento mais forte de unidade nos aproxima uns dos outros — nós todos, filhos do Norte, do Centro e do Sul. Os nossos mais sinceros e mais graves pensamentos se erguem, nesta hora, para o Brasil — para o Brasil unido, cada vez mais consciente da sua unidade, e que se defronta com uma das mais tremendas convulsões da civilização ocidental. (ANDRADE, 1941, p. 7).

É possível ver o esforço do diretor do periódico em ajustar o país num jogo de escalas cujas partes (as regiões) deveriam ser celebradas e, ao mesmo tempo,

convertidas numa unidade (a nação) que, por seu turno, precisava se mostrar plena e única, e ainda assim conectada às graves questões da humanidade. Ao apelo do nacionalismo, que remete à unidade política e é celebrado no contexto da Segunda Guerra Mundial, ele uniu a convocação do máximo de “esferas de atividade” do país para, assim, “[...] sentir-nos melhor, compreender-nos melhor, firmar-nos na posse de nós mesmos.” (ANDRADE, 1941, p.7).

A estratégia de Almir de Andrade não surgiu na e para a *Cultura Política*. Quatro anos antes de fundar e dirigir o periódico e vários meses antes da instalação oficial do Estado Novo, o então estudioso de Freud e de conceitos jurídicos publicou um importante balanço da literatura brasileira. Em seu entendimento, a literatura nacional, que sempre partia da análise densa das partes do país, finalmente havia encontrado sua vocação, visto ter-se tornado, por processo, humanista, o que a conectava à literatura mundial:

A literatura brasileira, nos últimos anos, vem se esforçando por libertar-se dos antigos limites; que a prendiam ao regionalismo e por alcançar formas mais universais de expressão humana. Falamos também de toda essa literatura de finalidades marcadamente brasileiras, e que, entretanto, já revela um esforço notável no sentido de alcançar os grandes temas humanos através das suas concretizações regionais. Esforço que é, por assim dizer, o traço característico de todo o movimento cultural brasileiro que ultimamente se vem elaborando, tanto na literatura como nas artes em geral, na esfera do pensamento e no terreno das interpretações sociológicas e científicas. (ANDRADE, 1937).

Num único veículo - *A Cultura Política* - e em cada número por ele lançado buscava-se condensar o movimento que a literatura, as demais artes e a chamada *intelligentsia* brasileira levaram décadas para desenvolver. Como tornar isso possível? Convidando artistas, sociólogos, historiadores, estudiosos de várias áreas (engenharias, direito), professores e jornalistas para compor a revista, trazendo para o país, a cada mês, um retrato interessado de si mesmo. O brasileiro precisava descobrir o Brasil, e a revista *Cultura Política* se voluntariava para ser o espelho do país.

Esse espelhamento, entretanto, precisava operar no cubismo das formas. Em outras palavras, o retrato interessado do Brasil, idealizado pelo Estado Novo, não poderia se dar no esquadramento bidimensional do político com o econômico. Necessitava de profundidade, necessitava ser tridimensional.

Na tentativa de atingir essa meta, o periódico foi dividido, num primeiro momento (de março a agosto de 1941), em seis seções, a saber: “Problemas políticos e sociais”; “O pensamento político do chefe do governo”; “A estrutura política-jurídica do Brasil”; “Textos e documentos históricos”; “A atividade governamental”; “Brasil social, intelectual e artístico”.

A partir do número 7 (publicado em setembro de 1941), uma sétima seção foi incluída: “O trabalho e a economia nacional”. A inclusão da seção é uma amostra da conexão entre a revista e os acontecimentos mais caros às estratégias do governo. Praticamente toda a seção é uma apologia à indústria siderúrgica e à importância do ferro para a riqueza e independência econômica nacionais. Em abril do mesmo ano, foi assinado por Vargas Decreto para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que viria a ser inaugurada, de fato, em 1946.

No seu segundo ano de existência, mais especificamente a partir do número 15, em maio de 1942, com o país nas negociações de entrar na Segunda Grande Guerra, uma nova seção foi incluída na revista: “Política militar e defesa nacional”. Para o leitor interessado, essa mudança de estrutura não somente coincidia com os rumos do país em relação ao conflito bélico mundial. Segundo Thiago Salla (2016), havia uma mudança de diretriz na revista, coincidente com a alternância na direção geral do DIP, antes ocupada por Lourival Fontes e naquele momento pelo major Coelho Reis.

O periódico entrava numa nova fase. Sem abandonar por completo questões estratégicas que marcaram sua missão primeira, passava a se preocupar com a “cultura militar”. Outra característica importante foi o desaparecimento, imediato ou processual em algumas seções, tanto de nomes davam à revista certo ar não-partidário, como Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, quanto de aliados de primeira hora, como Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo. (SALLA, 2016, p. 290-294).

Em 1968, o estudo de Marcus Figueiredo, uma espécie de guia de leitura do periódico, apontou para mais uma mudança de estrutura a partir do número 19, de setembro de 1942. Segundo o autor, deve-se atribuir à primeira fase maior importância, pois, além de trazer as diretrizes que se manteriam por toda a vida do periódico, foi nessa fase que a organização das seções permitiu ver estabelecida uma espécie de diálogo entre Vargas e o leitor, além de trazer a rica seção sobre a vida artístico cultural do país, servindo de complemento aos estudos sobre intérpretes do país. (FIGUEIREDO, 1968, p. 222).

O olhar mais atento à primeira fase é necessário para se compreender como uma parte considerável do periódico se dedicava a cobrir os feitos do governo e a enaltecer a figura do líder, com seções intituladas de modo tal que a função destas fosse facilmente identificada. Outras partes se dedicavam a discutir a agenda de questões que estavam na ordem do dia do regime, principalmente a seção “Problemas políticos e sociais”. Também havia espaço para mostrar, analisar, catalogar ou mesmo celebrar as manifestações passadas e presentes do povo, das inteligências e das sensibilidades nacionais. Essa última parte cabia à seção “Brasil social, intelectual e artístico”.

A seção mais ampla da revista exigia uma estrutura interna, com os elementos concatenados, para se mostrar funcional. Era dividida em quatro tópicos. O primeiro, “A influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil”, funcionava como um editorial que enfeixava na missão da revista as inteirezas de cada texto.

Os três tópicos seguintes traziam uma lógica cronológica para a estratégia de cobrir a performance sociocultural da nação, eram eles: “Evolução social”, “Evolução intelectual” e “Evolução artística”. Na abertura de cada um desses tópicos havia uma espécie de editorial emissário do primeiro tópico da seção, como que para lembrar às três “evoluções” que, na história do país, cada uma delas estava ligada à “Ordem política...”

No tópico “Evolução social” se destacavam os subtópicos “Quadros e costumes do centro e do sul”, alimentado por Marques Rebelo, escritor e jornalista carioca; “Quadros e costumes do Nordeste”, preenchido por Graciliano Ramos, escritor alagoano; “O povo brasileiro através do folclore”, por Basílio de Magalhães, historiador mineiro; e “Intérpretes da vida social brasileira”, onde um intelectual cuja obra ajudaria a explicar o Brasil era apresentado numa biobibliografia, ou onde era exaltada a performance de algum vulto nacional.

A ideia central do subtópico “Intérpretes da vida social brasileira” era mostrar a diversidade da formação social brasileira, ao mesmo tempo em que, pelo reconhecimento dela, se firmasse o abarcamento numa nação que construía um rumo embasado nas figuras emblemáticas do passado. Assim, em 1941, os primeiros dez números da revista trouxeram o carioca Manuel Antônio de Almeida, o mineiro Afonso Henrique da Costa Guimarães, o carioca José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), o também carioca Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), o gaúcho Manuel Luís Osório, o carioca Evaristo Ferreira da Silva, o paulista Diogo Antonio

Feijó, o também paulista Martim Francisco Ribeiro de Andrade, o alagoano Manoel Deodoro da Fonseca e o baiano José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco).

No tópico “Evolução intelectual” se destacavam os subtópicos “Literatura de ficção”, escrito por Wilson Lousada, poeta e crítico literário; “Literatura de ideias”, por Pedro Dantas, que, na verdade, era o jornalista, crítico literário e jurista Prudente de Moraes Neto; “Literatura histórica”, por Hélio Viana, historiador; “Literatura latino-americana”, por Guerreiro Ramos, sociólogo; “História literária do Brasil”, por Rosário Fusco, escritor e jornalista; “Estudos e pesquisas científicas”, por Vieira Pinto, professor de filosofia; “Educação”, por F. Venâncio Filho, engenheiro e educador; “O ensino da língua nacional”, por Altamiro Nunes Pereira, militar e professor.

Com poucas variações, esses temas e colaboradores apareceram e participaram ativamente no primeiro ano do periódico. O intento do tópico e seus subtópicos era de celebrar as inteligências a partir de sua produção intelectual. O naipe de colaboradores do periódico contribuía para que os próprios textos se tornassem amostras dessa inteligência, num movimento virtuoso de retroalimentação da importância da revista. Não raro, figuras como Graciliano Ramos e Marques Rebelo apareciam nos textos do tópico.

Por fim, no tópico “Evolução artística” se destacavam os subtópicos “Música”, alimentado por Luiz Heitor, musicólogo carioca; “Artes plásticas”, por Carlos Cavalcanti, artista plástico e historiador das artes, cearense; “Teatro”, por R. Magalhães Júnior, jornalista e teatrólogo, também cearense; “Cinema”, por Lúcio Cardoso, escritor e dramaturgo mineiro; “Rádio”, por Martins Castelo, jornalista e cronista radiofônico.

Provavelmente o mais diversificado dos três tópicos, seus tentáculos alcançavam as expressões artísticas apresentando seus históricos, vultos, desafios ou mesmo perspectivas. Essa diversidade contava com o importante detalhe de o cinema e o rádio serem formas artísticas símbolos dos tempos modernos, dos avanços tecnológicos e ainda eficientes veículos para a informação e a educação das massas.

Pelo menos no primeiro ano, duas linhas de atuação atravessavam ou rondavam cada subtópico. A primeira era a necessária relação que se precisava estabelecer com as mesmas manifestações artísticas de outros países importantes, fosse para o balizamento, o alinhamento ou a crítica. Nesse sentido, o número 7 de *Cultura Política* (o mesmo que inaugurou a nova seção “O trabalho e a economia nacional”) é emblemático, porque é

explícito. Em praticamente todos os seus subtópicos se discute a relação das artes do Brasil com as artes em outros países ou em outros contextos.

Tal discussão está no subtópico “Música”, com o entusiasmo de Luiz Heitor sobre o avanço da arte nas terras estadunidenses e sobre como “[...] nesse terreno onde nos movemos com tanta superioridade, a nossa política deve ser de expansão artística, de inteligente divulgação das obras de nossos autores e da arte dos nossos intérpretes.” (HEITOR, 1941, p. 353).

No subtópico “Rádio”, a discussão dessa relação também aparece, mas com o exótico tema sobre os chamados “programas de discos” e o desleixo de sua programação no Brasil, voltada para o encaixe de anúncios. Encantado com as experiências do professor Max Schoen sobre “[...] coletâneas de gravações capazes amortecer o nosso cansaço, de afastar o tédio e mau humor, de vencer as ideias tristes que nos perseguem[...]”, Martins Castelo militou no texto para que as discotecas dos programas de rádio não só concorressem para a “educação artística do povo”, para seu ânimo cívico, mas que seguissem o exemplo de algumas autoridades brasileiras que começavam a reagir ao predomínio de canções estrangeiras.

Todavia, o exemplo mais fecundo está no subtópico “Artes plásticas”, com seu autor listando as relações entre arte e Estado num painel que compreendia Egito antigo, Estado bolchevique, Itália fascista, Alemanha nazista, Estados Unidos e sua arte para a guerra. Junto ao painel, teceu ainda um comentário no mínimo arriscado, mas estratégico sobre o Congresso de Volta, de 1934⁶. Falou também da posição firmada pelo crítico de teatro italiano Silvio D’Amico, que desenvolveu a ideia de que a tese porventura defendida por uma obra “[...] não seja proposta de fora por um decreto ou por uma circular, mas que brote do interior por convicção e graças à lei sincera do autor”. E complementa Carlos Cavalcanti: “os fatos e as palavras mais autorizados nos mostram que as imposições feitas à criação artística têm apenas uma virtude negativa.” (CAVALCANTI, 1941, p. 355-356).

Esse ponto leva à segunda linha de atuação: qual papel do Estado nessas manifestações artísticas, todas mostradas como livres em sua atuação? A resposta talvez não esteja no conceito de Estado, e sim no de revolução. Nesse sentido, 1930 é um marco constantemente convocado para estabelecer um risco no chão da história,

⁶ Conferências Volta, eventos internacionais para assuntos estratégicos do mundo moderno realizados em Roma e patrocinados pela Fundação Alessandro Volta.

separando um horizonte que se mostrava cinzento de uma aurora promissora e dourada. O ano é também a baliza para os textos sobre o universo literário. São exemplos os seguintes trechos: “[...] talvez o desânimo e o conformismo, impedia que os nossos romancistas e poetas, antes de 1930, fossem um pouco além das aparências brasileiras.” (LOUSADA, 1941, p. 254-255); “[...] em 1930 o termômetro de nossa cultura musical havia descido quase a zero.” (HEITOR, 1941. p. 280); “Antes de 1930, nenhuma providência emanada do governo federal foi tomada para resguardar esse patrimônio.” (FERNANDES, 1941, p. 321).

Os exemplos de textos relacionados às artes nacionais são muitos e se forem buscados nas seções mais diretamente ligadas à atuação do governo, chegariam facilmente às centenas. Há, entretanto, um discurso (proferido seis anos após o fim do periódico) que aglutina de maneira eficiente o espírito de união entre atuação artística e atuação política nas páginas de *Cultura Política*, e traz a missão de descoberta do Brasil:

As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do Modernismo na Literatura Brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira, fatigada do velho regime e das velhas fórmulas que a rotina transformara em lugar-comum, buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. Por outro lado, a evolução econômica do mundo, o progresso técnico e industrial, a ascensão do proletariado urbano como força ponderável na decisão dos fatos políticos estavam a exigir nova estruturação da sociedade e novas leis, capazes de atender com eficiência a essas necessidades. Uns e outros fatores se congregaram para forjar o movimento, que aos poucos se dilatou, criou raízes e finalmente amadureceu, determinando, de um lado, a renovação dos valores literários e artísticos, de outro lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições. Na verdade, o movimento modernista, nas Letras e nas Artes Brasileiras, foi um impulso revolucionário que cresceu e extravasou, como o foi o movimento político causador da Revolução de 1930. (VARGAS, 1951).

O alinhamento da “renovação dos valores literários e artísticos” com “a renovação dos valores políticos e das próprias instituições”, estabelecido no discurso de Vargas, era uma das forças motrizes da propaganda do Estado Novo. Esse alinhamento poderia se dar de maneira automática e explícita, ou forçado na condição mesma de se estar fazendo parte do rol de colaboradores de *Cultura Política* (ou de outro veículo) e

estar sendo bem pago para defender um ideal compartilhado ou para ocupar espaço num veículo de ampla circulação, fazendo o que, de um modo ou de outro, já seria feito.

Espaços como a revista *Cultura Política* faziam parte, portanto, da estratégia do Estado Novo, que, com discurso pacificador e mobilizador, estabelecia “[...] as bases do ‘acordo’ entre ordem e política social, e da necessidade de sua articulação com o verdadeiro *espírito nacional*” (GOMES, 1996, p. 139-140), cabendo ao intelectual o papel de mediador.

TRAVEL IN BRAZIL: UM BRASIL PARA AMERICANO VER

Editada pela Divisão de Turismo do DIP, a *Travel in Brazil* era a principal revista de divulgação do Brasil no exterior. Considerada por alguns de seus contemporâneos como a melhor iniciativa da divisão, teria que ser dirigida por alguém com alto reconhecimento e composta por artigos de autoria de intelectuais de peso, capazes de traduzirem para os estrangeiros “o sentido da brasilidade” que o Estado Novo pretendia construir e propagandear.

Para a direção da *Travel in Brazil* foi convidada a poetisa Cecília Meireles, figura atuante no círculo de intelectuais modernistas e militante no campo da educação nas décadas de 1920-1930. A própria Cecília escreveu diversos artigos do periódico, além de Mário de Andrade, Tasso da Silveira, Nóbrega da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Rachel de Queiroz, entre outros nomes importantes da intelectualidade brasileira do período.

A maioria dos articulistas da *Travel in Brazil* era composta de intelectuais brasileiros e isso está de acordo com o projeto de divulgação no exterior, por meio do qual o Brasil se mostraria pelos olhos dos próprios brasileiros e não mais pelos de estrangeiros. Os colaboradores estrangeiros, por sua vez, eram basicamente jornalistas norte-americanos que trabalhavam no Brasil como correspondentes e atuavam, ao mesmo tempo, como promotores da Política da Boa Vizinhança. Eles são sempre apresentados na grande imprensa brasileira da época como “grandes amigos do Brasil”, que colaboravam para divulgar uma boa imagem do país no exterior.

Embora a revista fosse classificada como turística e produzida pela Divisão de Turismo, ela não obedecia ao modelo dos já tradicionais guias de viagens, produzidos e

comercializados desde o século XIX⁷. Os guias tinham como objetivo orientar o olhar do turista, apresentando-lhe os locais que mereciam ser visitados e as sugestões de roteiros, exaltando as qualidades e particularidades que os tornavam imperdíveis. Como afirma Castro (1999, p. 84), “[...] eles antecipam a experiência daquele que viaja, que muitas vezes sente prazer no simples reconhecimento in loco daquilo que já viu ou leu”. Já na *Travel in Brazil*, o leitor imaginado não é tratado como turista nessa perspectiva restrita, de forma que a revista não é um guia de viagens convencional, que se limita a indicar o que não poderia deixar de ser visto.

Além de incrementar a economia do país, ao divulgar o Brasil para o visitante, o DIP considerava que o turismo possuía uma função civilizatória, que não se contrapunha à de propaganda. Em análise sobre as representações sociais do fenômeno turístico nos jornais paulistanos *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, nas décadas de 1920 e 1930, Valéria Guimarães concluiu que o turismo era apresentado nessas décadas “[...] como solução para o desenvolvimento econômico da nação, para a modernização do país e para a aceleração do seu processo civilizatório, isto é, do seu maior grau de aproximação dos valores das sociedades europeias ocidentais.” (GUIMARÃES, 2013, p. 224). A autora mostra ainda a tendência dos periódicos em representar o turista internacional “ideal”, imaginado como rico e civilizado, constituindo-se em público-alvo a quem se dirigiam as publicações turísticas – como é o caso da *Travel in Brazil*.

A revista era distribuída no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, como uma espécie de cartão de visitas do Brasil. Porém, um cartão de visitas que não se limitava à informação de dados ou às instruções de como se fazer contato, mas que gerava empatia e mobilizava emocionalmente o leitor estrangeiro que o tivesse em mãos.

Especificamente no âmbito da Política da Boa Vizinhança, a *Travel in Brazil* foi um dos agentes de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos através do turismo. As revistas eram distribuídas pelo *Brazilian Government Trade Bureau*, que as enviava principalmente para as universidades e bibliotecas públicas. A periodicidade é indicada como mensal, mas nosso levantamento mostra que saíram apenas quatro números em 1941, três números em 1942 e apenas um em 1944, com um novo título – *This is Brazil*.

As capas e contracapas de *Travel in Brazil* eram sempre coloridas e denotam impressionante cuidado artístico, tendo sido produzidas pelo pintor, desenhista,

⁷ Sobre isso, ver: Perrota (2015).

ilustrador, cenógrafo, decorador e figurinista Sansão Castelo Branco. A disposição gráfica do texto de todos os artigos era feita em duas colunas, com diagramação montada para dar destaque aos títulos estilizados e às fotografias, o que demonstra um cuidado gráfico importante para deixá-la mais atraente, ampliando sua capacidade de mobilizar sentimentos e gerar identificação com os leitores.

Em comentário sobre o primeiro número da revista do DIP, uma nota no jornal *Gazeta de Notícias* afirma que a revista possuía “impressão nítida, mesmo luxuosa”, que dava “[...] à publicação em apreço um excelente aspecto e é, sem favor, uma das boas propagandas que temos ultimamente”. (TRABALHOS..., 1941, p. 6.) O título aparecia sempre em caixa alta, na parte inferior, na capa e na contracapa, e sua cor variava de acordo com a arte escolhida para compor cada edição. Pode-se dizer que o conjunto de capas é uma prévia iconográfica do que o leitor iria encontrar em forma de texto em alguns dos artigos dos oito exemplares da revista.

Para a primeira capa da *Travel in Brazil* foi escolhida uma belíssima ilustração de orquídeas brasileiras. A exuberância da natureza é traço historicamente destacado nos relatos dos viajantes que por aqui passaram desde o início da colonização e era um dos aspectos que atraíam os turistas estrangeiros. Como desde muito se sabia e o turismo exploraria, Brasil era associado ao exotismo e à exuberância, ligados a um imaginário de paraíso tropical.

Seguindo a lógica de apresentar um Brasil rico e diversificado para além de sua natureza, todas as demais capas exibem aspectos socioculturais do país. Duas delas expõem o que se chamava à época de “tipos regionais brasileiros”: o número 3, de 1941, que traz uma bela ilustração de gaúchos nos pampas do Sul; e o segundo número do ano de 1942, que expõe outro tipo regional brasileiro, o vaqueiro, em seu “habitat” – os sertões do Brasil. Para dar sentido às capas, as respectivas revistas trazem os artigos “The Gaúcho”, de Tasso da Silveira, e “The Vaqueiro”, redigido por Octavio Domingues.

Festas, músicas, danças e artesanato aparecem como expressões da brasilidade que o Estado Novo pretendia exportar. Cecília Meireles se refere a isso como folclore, que, em sua visão e na de muitos outros estudiosos seus contemporâneos, “[...] reúne as tradições, superstições, usos e costumes dos povos, [e] merece ser colocado em elevado nível de apreço, principalmente porque ele é um resumo vivo da alma coletiva, sua mais ingênua forma de revelação e contato” (MEIRELES, 1941b). Essa concepção de

folclore está relacionada com o sentido atribuído à cultura popular na época. Segundo a diretora da revista, “as coisas populares” são vistas como aquilo que caracteriza e identifica um país e que lhe dão personalidade única. Por conseguinte, as capas deveriam estampar esse “espírito brasileiro” que se pretendia apresentar aos norte-americanos.

Em se tratando especialmente do público norte-americano, Cecília Meireles, como diretora da *Travel in Brazil*, compreendia que o folclore poderia despertar ainda mais interesse pelo fato de conjugar aspectos de um passado “tradicional”, que era deles desconhecido. Para ela, o folclore era visto como uma “sobrevivência de costumes populares” que caminham para o desaparecimento, ou seja, como prolongamento de um passado no presente. Essa visão é corrente entre o grupo de intelectuais folcloristas em que Cecília Meireles se insere.

No imaginário de Cecília sobre os EUA estava, portanto, a ideia de que era um país jovem que já nasceu moderno e que rapidamente se tornou urbano e industrial. Em 1941, a poetisa declarou, em uma de suas crônicas no *A Manhã*, que “[...] para os Estados Unidos, tradição é matéria turística, que a gente vê, de vez em quando, nos museus, e por outros lugares especializados [...]” (MEIRELES, 1941a).

Por meio de seu conteúdo, a revista *Travel in Brazil* buscou proporcionar ao leitor estrangeiro uma viagem pelo país com a intenção de propagar uma imagem positiva de seu povo e de sua cultura. Para tal, a editora investiu no conceito de um país moderno e que caminhava a largos passos nesse sentido, mas que também conservava suas raízes históricas e culturais, seus aspectos pitorescos e suas particularidades, fruto da colonização europeia e da miscigenação com negros e indígenas. Conservava também uma natureza ainda tocada e exuberante, que convivia de forma harmônica com cidades modernas. Assim, vale recordar uma entrevista concedida ao jornal *A Noite*, por Armando Vidal, comissário-geral do Brasil na Feira Internacional de Nova York (1939-1940), na qual ele deixa explícita a perspectiva que orientava a Divisão de Turismo do DIP:

Para mim, o primeiro problema do Brasil, nos Estados Unidos, é o de torná-lo conhecido. Este conhecimento deve abranger a sua história, principalmente da formação do seu desenvolvimento cultural e a demonstração de como o Brasil, embora situado em plena zona do trópico, formou uma civilização ocidental idêntica à civilização europeia ou norte-americana. A demonstração da riqueza econômica

do Brasil precisa ser feita através da divulgação da sua geografia econômica, do mesmo passo que o ensinamento da geografia física do Brasil (VIDAL, 1940. p. 2).

A revista *Travel in Brazil*, ao lado de outras publicações do DIP voltadas para estrangeiros, é, portanto, uma clara iniciativa do governo para reverter esse cenário de desconhecimento, incentivando o estreitamento das relações entre os países, especialmente através do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo de servidores encarregados da propaganda brasileira, tanto no Brasil quanto no exterior, neste artigo representados por Almir de Andrade e Cecília Meireles, cada a um a seu modo, detinha uma árdua missão: enunciar a (re)descoberta do país, desconhecido até para o próprio povo, sobretudo nos meios intelectuais, assim como ao público letrado estadunidense, composto por intelectuais, jornalistas, políticos e leitores das páginas internacionais dos grandes jornais.

A visão do Brasil autoritário, antidemocrático, atrasado, pobre e fiel à cartilha fascista, tantas vezes propalada pela imprensa estadunidense, deveria ser refutada e substituída pela imagem de um país vasto, potencialmente rico, democrático (de modo peculiar), moderno e leal aos Estados Unidos.

Em termos de política externa, *Travel in Brazil* tentou tranquilizar a opinião dos leitores estadunidenses sobre os posicionamentos políticos de Getúlio Vargas, tendo em vista que o país não deixava a “guarda aberta” aos interesses panamericanos. Segundo a fala do presidente Vargas: “[...] sendo o hábito de cultivar a paz como a força dirigindo a vida e relacionamentos internacionais, nós continuamos fiéis ao ideal de fortalecer cada vez mais a união do povo americano” (*THE INTERNATIONAL...*, 1941. p. 29. tradução nossa).

O texto, nitidamente de apelo propagandístico, apresentou um Brasil grandioso, próspero, focado exclusivamente em seus interesses e na prosperidade do continente americano, revelando, portanto, a faceta do DIP na construção da figura presidencial. A manutenção de uma imagem positiva do regime asseguraria, de algum modo, a segurança do presidente Getúlio Vargas no poder, já que a propaganda política estipulada pelo órgão ia além da comunicação interna, pois atingia o maior número de

alvos possíveis, como a imprensa nacional e internacional, por meio do emprego de ações como: ciceronear personalidades com promoção de intercâmbios artísticos, educacionais, científicos e fomento a publicações informativas sobre o país. O *público-alvo específico era* composto de jornalistas, empresários, artistas, políticos, intelectuais, acadêmicos, militares e líderes de grupos de pressão (DAHL, 1954; SOBEL, 2001; MARKEL, 1949), figuras influentes leitoras dos cadernos internacionais dos principais jornais estrangeiros, mormente, os estadunidenses. Havia ainda personalidades consideradas formadoras de opinião, ou seja, pessoas que podiam, de algum modo, interferir ou influenciar os rumos dos interesses nacionais nos assuntos externos dos EUA.

Olhando ao próprio umbigo, em se tratando de política interna, o projeto nacionalista, tão bem ilustrado pela revista *Cultura Política*, estava em acordo com as possibilidades do período e as particularidades do país. E se a nação, operando passado e futuro, sempre se pretende eterna, como sustenta Lessa (2008, p. 238), é no processo de manutenção do projeto nacional da vez, ou seja, no presente e para o presente, que essas duas temporalidades dão ao nacionalismo as cargas de uma continuidade mítica, misteriosa, mas paulatinamente revelada e explicada; e, ainda, projetar um futuro triunfal.

No autoritarismo do Estado Novo, o Brasil foi novamente descoberto em páginas como as de *Cultura política*, umas das guardiãs do passadismo-futurista brasileiro, oxímoro de nossa entrada no baile da modernidade, onde as outras nações viam “[...] essa dona caminhando, pelos salões arrastando o seu vestido rendado” (BARROSO, 1939).

REFERÊNCIAS

A IMPRENSA E A PROPAGANDA, NO QUINQUÊNIO 1937-42 (O DNP E O DIP)
Revista Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros Ano 2, n. 21, nov. 1942

ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Ano 1, n. 1, mar. 1941.

ANDRADE, Almir de. Rumos literários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1937 (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP).

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Revista Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros Ano 4, n. 47, dez. 1944.

BACZO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARROSO, Ary. Aquarela do Brasil. Intérprete: Francisco Alves. In: BARROSO, Ary. *Aquarela do Brasil*. Rio de Janeiro: Odeon, 1939.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. v. 2. Brasília: EDUNB, 2008. p. 1019.

BRASIL. *Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939*. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Brasil, 1939. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5077&tipo_norma=DEC&data=19391229&link=s. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano – Vol. II: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: EDUNESP: 2008.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999

CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline (org.). *História do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro”. In: VELHO, Gilberto (Org.) *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CAVALCANTI, Carlos. Artes plásticas - VII. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Ano 1, n. 7, set. 1941.

DAHL, Robert. A. *Congress and foreign policy*. New York: The Norton Library, 1954.

FERNANDES, Anibal. A defesa do patrimônio histórico e artístico em Pernambuco. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Ano 1, n. 5, jul. 1941.

FERREIRA, Roberta. Difusão cultural e projeção internacional: o Brasil na América Latina (1937-1945). In: SUPPO, Hugo & LESSA, Mônica (org.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

FIGUEIREDO, Marcus. “Cultura Política: revista teórica do Estado Novo”. *Revista Dados*. n. 4, nov. 1968.

GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Valéria Lima. O turismo brasileiro nas páginas dos jornais paulistanos *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* (1930-1945). In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline (org.). *História do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 211-228.

HEITOR, Luiz. Música - VII. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*. Ano 1, n. 7, set. 1941.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 61-76, jun./dez. 1987.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008.

LESSA, Mônica Leite. Relações culturais internacionais. In: MENEZES, Lena Medeiros de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; ROLLEMBERG, Denise (org.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LINS, Lindercy. O Brasil na vitrine da Fifth Avenue: A atuação do Escritório de Informações Brasileiras nos EUA 1935 – 1945. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 9, n. 1, p. 119-134, 27 jan. 2017.

LINS, Lindercy. No pay, no gain: as tentativas de implementação da propaganda paga pela imprensa estadunidense ao governo brasileiro (1930-1945). *Rev. Hist.* (São Paulo), 2020, no.179. ISSN 0034-8309

LOUSADA, Wilson. Literatura de Ficção I. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*. Ano 1, n. 1, mar. 1941.

LUCA, Tânia Regina. Anuário da Imprensa (1942): uma leitura e muitos desafios. In: MATTOS, Geisa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana. (org.). *Nordeste, memórias e narrativas da mídia*. 1.ed.Fortaleza: Edições do Instituto de Referência da Imagem e do Som (IRIS), 2010.

MARKEL, Lester. Opinion – a neglected instrument. In: MARKEL, Lester (org.). *Public opinion and foreign policy*. Council of foreign relations. New York: Harper Brothers, 1949.

MEIRELES, Cecília. Passado, presente e futuro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 set. 1941a.

MEIRELES, Cecília. Walt Disney no Brasil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1941b.

MOURA, Gérson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, Gérson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1950 – mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

PERROTA, Isabella. A construção dos atrativos turísticos do Rio de Janeiro a partir de seus primeiros guias para viajantes. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline (org.). *História do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

PERROTA, Isabella. *Promenades do Rio*. A turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939. Rio de Janeiro: Hybris Design, 2015.

SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura Política: mediação editorial e a construção do sentido*. São Paulo: Edusp / Fapesp, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOBEL, Richard. *The impact of public opinion on U.S. foreign policy since Vietnam: constraining the Colossus*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

THE INTERNATIONAL FAIR OF RIO DE JANEIRO. *Revista Travel in Brazil*. Ano 1, n. 1. Sept. 1941.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra mundial*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TRABALHOS de propaganda do DIP. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1941.

VARGAS, Getúlio. *Discurso de inauguração da Universidade do Brasil*. [Discurso de posse de Evaristo Mota Filho na academia brasileira de Letras]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=13298&sid=360> – Acesso em: 30 jan. 2011.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano – Vol. II: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

VIDAL, Armando. Perspectivas otimistas para o Brasil. *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1940. p. 2.

CERCANÍAS EPISTEMOLÓGICAS: ANTONIO CANDIDO Y ÁNGEL RAMA

Lucila Navarrete Turrent¹

Carlos Alberto Rodríguez Gómez²

“Podría pensarse: en el terreno profesional donde comienza Candido concluye Rama; en la visión integradora donde comienza Rama continúa Candido. Pero el universo de las ideas no admite divisiones tan rígidas. Hay, en el plano de la reflexión latinoamericana y cultural de los dos, un punto de corte, un nudo en el que las genealogías se confunden y las ideas se entrecruzan y fertilizan.”
Pablo Rocca

INTRODUCCIÓN

En el verano de 1960, Antonio Candido viaja a Montevideo con el propósito de dictar una serie de conferencias en la Universidad de la República. Ahí conoce a Ángel Rama, profesor de enseñanza media, quien entre otras ocupaciones ejercía la crítica de teatro y dirigía la sección literaria del importante semanario *Marcha* (1939-1974). Por su parte, Candido se desempeñaba como docente libre de literatura brasileña en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de Assis, había publicado recientemente *Formación de la literatura brasileña* (1959) y, al igual que Rama, ejercía la crítica literaria. Pablo Rocca apunta que para Rama conocer a Candido “...significó la posibilidad de acercarse al más renovador de los estudiosos de una literatura desconocida para los hispanoamericanos y, de paso, le permitió el aprendizaje directo de algunas nociones que contribuirían a un método que, muy especialmente en esa época, se empeñaban en edificar” (en ROJO, 2016, p. 182).

El encuentro es, en muchos sentidos, providencial: fue el principio de una complicidad intelectual que se prolongó hasta la muerte del crítico uruguayo en 1983, periodo en el que, como señala Rocca, “se va tonificando una amistad y un diálogo como pocas veces se había cumplido con el vigor que involucra a dos intelectuales clave del mundo hispanoamericano y brasileño” (2001, p. 49).

¹ Doctora en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México. Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México. e-mail: lucilanavarrete@gmail.com

² Maestro en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México. Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México. e-mail: carlosficunam@gmail.com

Aunque sus respectivas circunstancias parecían mostrar algunas asimetrías en relación a la especialización literaria, si se considera que en ese tiempo el perfil de la escritura de Candido “estaba interiorizado con las cuestiones y los ritmos de la vida académica” (ROCCA, 2001, p. 51), para la que destinaba todos sus empeños y le permitió obtener poco después un nombramiento como profesor de teoría literaria, disciplina de reciente creación en la Universidad de Sao Paulo, lo cierto es que ambos coincidían en el hecho de haber ejercido la crítica literaria de manera asidua y comprometida.

Para 1960 Rama poseía una trayectoria como crítico que se remontaba a 1945, cuando comenzó a colaborar en espacios como el diario *El País*, las revistas *Clinamen* – que fundó junto a escritores como Ida Vitale y Víctor Baccheta–, *Entregas de La Licorne* y *Asir*, y el diario *El Nacional*. Además, había dirigido la sección literaria de *Marcha* entre 1948 y 1950, a la que se reincorporó en marzo de 1959 hasta 1968. El crítico brasileño, en cambio, llevaba varios años de haber concluido su etapa como crítico regular en prensa: entre 1941 y 1945 publicó en la revista *Clima* y semanalmente en el diario *Folha da Manhã*, etapa clave que culminó con la publicación de su tesis *Introducción al método crítico de Silvio Romero* en 1945 (ERRÁZURIZ, 2018). Después de este periodo comenzó la redacción de *Formación de la literatura brasileña*, un proyecto por encargo que se había perfilado para ser una historia de la literatura brasileña con fines divulgativos más que académicos (RUEDAS DE LA SERNA, 2012, p. 119), pero que terminó siendo una verdadera defensa de intuiciones teóricas personales, y eventualmente le concedió estabilidad laboral y académica en 1961.

De modo que, para principios de 1960 los rumbos de escritura en lo individual caminan con relativa distancia: mientras que en 1945 Rama se iniciaba en el oficio, Candido cerraba su ciclo para abrirse paso como teórico literario. Sólo en el exilio venezolano Rama pudo dedicarse propiamente a las actividades académicas, tiempo en el que inició el proyecto de la Biblioteca Ayacucho junto con José Ramón Medina en 1974, y logró el nombramiento de profesor Honoris Causa en la Universidad de Zulia.

Los caminos personales y profesionales que les permiten coincidir muestran una suerte de diacronía con respecto a las etapas de producción teórica individual. Si “Candido estaba envuelto en la actividad universitaria y en los pliegues de su discurso que concebía apartado de los intereses de un público de clases medias” (ROCCA, 2001, p. 50), Rama “no contaba más que con artículos y prólogos. Eso sí, eran varios

centenares de artículos, algunas decenas de ellos con un fuerte desarrollo crítico-teórico y, sobre todo, con propósitos de conocimiento pleno e integrador de las letras de América Latina” (*ibídem*, p. 52). Aunque el impacto de los presupuestos del crítico brasileño parece evidente en trabajos que Rama publica tras el mencionado encuentro, el intercambio posterior no es estrictamente vertical, es decir, de mentoría-discipulado como se podría pensar. Si bien la noción de “sistema literario” –que figura en *Formación de la literatura brasileña* de Candido– se retoma explícitamente en trabajos como “La construcción de una literatura” de 1960, y “Diez problemas para el novelista latinoamericano” de 1964, en los que Rama comienza a perfilar algunas ideas nodales con empeños epistemológicos renovadores, el crítico uruguayo ya daba indicios de interesarse en las posibilidades de leer la narrativa latinoamericana lejos del magisterio de tradiciones previas, lo que en parte respondía a la experiencia de *Marcha*, que había dejado una huella decisiva en el tesón continentalizador que recorre buena parte de su pensamiento y lo diferencia del ámbito de interés de Candido, que siempre fue Brasil.

El alejamiento de los predecesores tenía que ver con la superación de categorías con las que se había examinado la narrativa hasta entonces. De modo que las intuiciones de Rama abrevaban de su andar dentro de la llamada “generación crítica” y sus irradiaciones en el semanario *Marcha* (RAMA, 2006, pp. 396-435); generación tributaria del pensamiento marxista y de una “imaginación creadora” (pp. 400-401) atenta a la realidad y la promesa de la transformación social a través de las ideas. A estos elementos se añade el pensamiento de Candido, que para el uruguayo significó la posibilidad de abrirse camino hacia una perspectiva social de la literatura, que emanaba de la notable preocupación de su colega por analizar de qué manera las condiciones externas actúan en la forma artística, en su proceso estructurante.

Lo anterior permite comprender los caminos a partir de los cuales ambos intelectuales convergen, en el sentido que contaban con elementos suficientes para renovar marcos conceptuales y epistemológicos en el campo de la literatura. En este sentido, fueron renovadores de una tradición crítica latinoamericana.

En lo que sigue interesa examinar de manera cruzada cuatro textos teóricos: de Antonio Candido “La literatura y la vida social” (1957) y “Crítica y sociología (Tentativa de aclaración)” (1961); y “La construcción de una literatura” (1960) y “Sistema literario y sistema social en Hispanoamérica” (1973) de Rama, con el objeto de dilucidar cuál es el lugar del crítico y de la crítica en estos trabajos de carácter

teórico. Intentaremos responder qué entienden por crítica estos intelectuales y en qué sentido ésta ocupa un lugar nodal en estos aportes que manifiestan un empeño por sistematizar y construir metodologías para la región.

El lapso de las publicaciones no sobrepasa los cuatro lustros, mismo en el que, en el caso de Rama, es previo a sus reflexiones sobre la “transculturación”, categoría que quizás mayor visibilidad le da como teórico, no obstante opaca empeños epistemológicos previos.

Asimismo, interesa examinar cuáles fueron las condiciones que propiciaron la conformación de esta clase de discursos críticos en el sentido como lo entiende Michel Foucault, es decir, cuál es el conjunto de reglas que hacen posible el funcionamiento de una determinada práctica discursiva y de qué manera la escritura excede la individualidad del autor. Esto significa pensar que la obra adquiere una función dentro de una sociedad y cultura dadas, por lo que responde a un conjunto de condicionamientos que la desbordan (FOUCAULT, 2010). No se trata, entonces, de reconstruir estos textos a partir de elementos biográficos, sino de pensar el papel que tienen dentro de un vasto escenario social y cultural.

EL PAPEL DE LA CRÍTICA Y EL CRÍTICO EN DOS TEXTOS DE ANTONIO CANDIDO

En 1957 Antonio Candido dicta una conferencia en la Sociedad de Psicología de Sao Paulo. “La literatura y la vida social” constituye una síntesis de las premisas teóricas establecidas en la introducción a la *Formación de la literatura brasileña*, obra a la que le dedicó más de diez años de escritura. En su “Introducción” establece como hipótesis central de trabajo que el fenómeno literario es un “aspecto orgánico de la civilización” (2014, p. 27), que adquiere sentido por la “existencia de un conjunto de productores literarios más o menos conscientes de su papel; un conjunto de receptores, formando los diferentes tipos de público, sin los cuales la obra no vive; un mecanismo transmisor, que liga unos a otros” (pp. 27-28). La estructura de la conferencia se divide en una introducción y tres apartados –“La posición del artista”, “La configuración de la obra” y “El público– que desarrollan el modelo comunicativo propuesto en la mencionada obra cumbre.

El segundo texto que interesa recuperar es un estudio desarrollado a partir de una exposición en el marco del II Congreso de Crítica e Historia Literaria que se llevó a cabo en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de Assis en 1961 (CANDIDO, 2007, n. 1, p. 26). En éste, Candido discute algunos modelos de crítica y se posiciona a favor de la “integridad de la obra”, esto es, por un tipo de “interpretación dialécticamente íntegra” capaz de fundir “texto y contexto” (2007, p. 26). La intervención, que ocurrió en julio de ese año en la Facultad donde se desempeñó como profesor de literatura brasileña hasta 1960, constituye un interesante deslinde de los diferentes métodos de estudio de la literatura, tanto históricos como críticos, que a su juicio se habían limitado a lecturas que por lo general disociaban los elementos sociales del proceso compositivo (CANDIDO, 2007, pp. 32-35). Es evidente, en este caso, la necesidad de situarse como sociólogo y crítico literario desde un estado de cosas vigente, así como identificar un núcleo problemático sobre los alcances epistemológicos de la crítica.

Cuando Candido se presenta ante la Sociedad de Psicología, la profesionalización de las ciencias sociales se encontraba en proceso de consolidación. Desde la década de 1930 Brasil se había sometido a una intensa modernización (DO NASCIMENTO, p. 142), que dispuso el escenario para un ejercicio intelectual fecundo y heterogéneo. En 1934 se fundó la Universidad de Sao Paulo, su Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras y la carrera de sociología, en la que Candido se formó entre 1939 y 1942, y posteriormente obtuvo el grado de doctor en ciencias sociales en 1954. Mención aparte merece la profesionalización en Psicología, que comenzó a cobrar relevancia como disciplina hacia 1930, y para la década de los cincuenta se tradujo en la fundación de sociedades, entre ellas la de Psicología de Sao Paulo (PATIÑO y RUDÁ, 2017). Tanto la Sociología como la Psicología fueron disciplinas comprometidas que participaron de las políticas desarrollistas y la solidificación de instituciones democráticas en el país; posteriormente propiciaron la resistencia intelectual frente a la dictadura que se instauró en 1964. Estos datos no son menores, en el sentido que la Psicología y la Sociología impulsada por una figura como Florestán Fernandes, abrevaron de los empeños modernizadores, de las políticas desarrollistas y la superación de modelos coloniales desde una óptica militante.

Que Candido se dirigiera a un público no precisamente especializado en letras en el caso de la conferencia, habla del horizonte epistemológico desde el cual se desempeñaba, especialmente en relación a la “funcionalidad” de la crítica que había ido

marcado sus derroteros. Como señala Rebeca Errázuriz, desde 1941 el crítico construye su propio lugar de enunciación dentro de “un campo cultural entrecruzado por diversas disputas políticas, religiosas y sociales”, asumiendo “un compromiso en relación con la realidad sobre la cual se reflexiona” (2018, p. 20). Ello va articulando “una crítica útil a las necesidades del momento y que busca entregar claves para esclarecer los fenómenos sociales a través del análisis de la literatura” (*id.*). Esta etapa, que el propio crítico denominó como “crítica funcional” (*ibid.*, p. 16) que concluye, en parte, con la redacción de su tesis *Introducción al método crítico de Silvio Romero* (1945), otorga la densidad discursiva con la que despegó y continúa trabajando, tomando distancia de metodologías inmanentistas y ahistóricas. A esto se añade el hecho de que la crítica periódica lo adiestró en la divulgación literaria frente a públicos heterogéneos, como también sucedió con Rama.

Esta praxis parecía obedecer, entonces, a las condiciones históricas que el crítico atestiguaba, pero también a la conciencia de participar en las transformaciones sociales desde la militancia socialista. Candido fue opositor de la dictadura de Getulio Vargas y militante del Partido Socialista entre 1947 y 1952 (ERRÁZURIZ, 2021). Como señala Jean Franco, “los críticos latinoamericanos más destacados del periodo no podían restringirse a la lectura de los textos y descuidarse de la historia literaria” (2001, p. 125), posición que también compartía con Rama. A pesar de la rigurosidad con la que Candido trabajó, solía rehuir de la clausura académica, así como de los dogmatismos en la militancia.

De modo que las condiciones de funcionamiento de la práctica discursiva que para entonces encabezaba Candido, disponen un entramado conceptual, un conjunto de reglas que recaen en su firma, aunque insertos en un momento histórico y una cultura que exceden la individualidad autoral (FOUCAULT, 2010, pp. 9-10). Las reglas de esta deriva discursiva permiten entender por qué para Candido la obra no es un ente acabado o aislado de la sociedad que la produce, sino el resultado de un proceso estructurante (RUEDAS DE LA SERNA, 2012, p. 120). El modelo dinámico, que sobre todo afianza hacia la segunda mitad de los años cincuenta, demandaba echar mano de diversas disciplinas sin que esto significara descuidar la forma artística.

Sorprende, además, la conciencia que en esos años tenía respecto de su papel como crítico y la noción de crítica que le interesa discutir, si se considera las discrepancias que sostenía en función de un legado que, como reclama al inicio de su

conferencia, ha manifestado “intentos imperialistas”. Para él, tanto sociólogos como psicólogos creyeron poder juzgar y explicar “apenas con los recursos de sus disciplinas, la totalidad del fenómeno artístico”, cayendo en simplificaciones y exámenes mecanicistas (2009, p. 43), tales como “analizar el contenido social de las obras, generalmente con base en motivos de orden moral o político” (*ibídem.* p. 46). El tono su aseveración es similar a la del texto de 1961, donde advierte que “antes se procuraba mostrar que el valor y significado de una obra dependían de que ella expresase o no cierto aspecto de la realidad, y que ese aspecto constituía lo que ella tenía de esencial” (*ibídem.* p. 25). Asimismo, en la “Introducción” a la *Formación...* Candido se sitúa frente a una tradición en la que el crítico había cedido “lugar al sociólogo, al político, al médico, al psicoanalista”, del mismo modo que el formalismo comenzaba a dominar el terreno reduciendo “la obra a problemas de lenguaje, sea en el sentido amplio de la comunicación simbólica, sea en el estricto sentido de la lengua” (2014, p. 36).

En este marco de acontecimientos y reflexiones que encauzan una perspectiva social de la literatura, el autor de *Brigada Ligeira*, propone un modelo a medio camino entre el quehacer teórico y la divulgación, lo que lo convirtió en una figura limítrofe que se desplazó entre lo académico y la publicación periódica, aunado a sus contribuciones sobre la figura del crítico como instancia religadora entre la sociedad y sus productos artísticos. En este sentido, resalta una suerte de ética del método que toma postura frente a perspectivas teóricas hasta entonces vigentes.

Un repaso al deslinde respecto de otras perspectivas epistemológicas se cifra en el texto de 1961. Consiste en un presupuesto crítico que discute en torno a varias corrientes, entre las que destacan los estudios históricos y críticos, tales como los de Taine y su “método tradicional” (p. 32), mismos que establecen un orden general a partir de “secuencias históricas”, pero que emplean factores políticos y económicos como meros marcos contextuales, mientras que a las obras se les lee a partir de “prejuicios heredados” (*id.*). Por su parte, la crítica sociológica, resalta Candido, verifica la representación de la sociedad en las obras; otras de cuño marxista investigan “la función política de las obras y de los autores (...) con marcada visión ideológica” (p. 35); mientras que algunos enfoques investigan los orígenes hipotéticos de los géneros (*id.*). Pero nada de esto es crítica, concluye, sino “teoría e historia sociológica de la literatura” (p. 36), ya que el quehacer del crítico, volcado a la interpretación, debe considerar todos estos elementos en función de lo que “ejercen en la economía interna

de la obra, para la cual pueden haber contribuido de manera tan remota que se tornan dispensables para esclarecer los casos concretos” (*id.*).

Una de las conclusiones principales de “Crítica y sociología” es considerar a la literatura como el “entrelazamiento de varios factores sociales” (*id.*). Abrevando del pensamiento de Lucien Goldmann, quien establece que la literatura manifiesta la visión ideológica de una clase social (p. 39), el también autor de *Estruendo y liberación* amplía esta concepción para afirmar que “el factor social es invocado para explicar la estructura de la obra y su tenor de ideas, proporcionando elementos para determinar su validez y efecto sobre nosotros” (*id.*). Y termina advirtiendo sobre los excesos de un “estructuralismo radical” que “desprecia, entre otras cosas, la dimensión histórica, sin la cual el pensamiento contemporáneo no enfrenta de manera adecuada los problemas que le preocupan” (p. 40-41).

En la brevísima entrevista que Rama le hace a Candido en el marco de su encuentro en el verano austral de 1960, el brasileño hace mención de “dos líneas nítidas” existentes en la crítica: “una que viene del ‘new criticism’ norteamericano, y cuyo mejor ejemplo son los cuatro volúmenes de *La literatura del Brasil* que promovió Afranio Coutinho; otra, de inclinación estilística, filiada en la corriente alemana – Spitzer, Vossler– y en la subsidiaria española de Dámaso Alonso y Carlos Bousoño, y que alcanza su expresión más exacta en un discípulo de los españoles, Eduardo Portela” (en ROCCA, 2001, p. 69). Candido discutía tanto los modelos sociológicos en esos años, como la crítica estetizante y el “close reading”, dato que no es menor si se toma en cuenta los visos apolíticos y la perspectiva inmanentista que caracterizó al *new criticism* norteamericano en el contexto de la Guerra Fría (FRANCO, 2001). Sin embargo, el autor de *Crítica radical* había descubierto la importancia de la autonomía de la obra en razón de un texto de Cleanth Brooks, “The poem as an organism”, tributario de métodos literarios que por aquel entonces se pautaban desde la Universidad de Columbia, según confiesa en entrevista con Ruedas de la Serna (2012, p. 119). Su enfoque tenía una raíz “demasiado social” (*id.*), por lo que la revelación de la “integridad estética de la obra” (*id.*) permitió darle un giro a su trabajo sin descuidar lo social.

Bien señala Jean Franco que, “en el caso de Antonio Candido, la práctica del ‘close reading’ de dicha escuela norteamericana se convertía en un instrumento importante para defender la autonomía de las prácticas culturales frente al historicismo de la crítica marxista” (2001, p. 123). Esta era una de las razones por las que “no se

restringía a un solo método” (p. 124), algo que el mismo Candido deja explícito en su “Introducción” a *Formación...*:

No hay, sin embargo, una crítica única, sino varios caminos, conforme el objeto visualizado; sea con mayor recurso al análisis formal, sea con atención más cuidada a los factores. Querer reducirla al estudio de uno de estos componentes, o cualquier otro, es error que compromete su autonomía y tiende, en el límite, a destruirla en beneficio de disciplinas afines. (2014, p. 36)

De modo que la perspectiva epistemológica de Candido plantea una noción de “estructura” que se distancia del formalismo ruso -escuela de la que, por cierto, no tendría noticia sino hasta después de haber concluido *Formación...*- (en RUEDAS DE LA SERNA, 2012, p. 120), y echa mano de otros campos de manera auxiliar.

En el texto de 1957, el crítico condensa una buena parte de lo reflexionado en años previos, en los que logra cristalizar la idea de “estructura” relacionada con la de “sistema”. Para él, la “estructura” obedece al modo en que los factores socio-culturales ejercen influencia en la configuración de la obra (2009, p. 47), lo que de ningún modo significa reducir la lectura de la obra a una apreciación de los elementos externos que la impactan, sino a ponderarla como parte de un sistema de comunicación en el que están implicados “la posición social del artista o (...) la configuración de grupos receptores; (...) la forma y contenido de la obra, (...) [y] su factura y transmisión” (*id.*). Estos elementos, sostiene, marcan “los cuatro momentos de la producción, pues a) el artista, bajo el impulso de una necesidad interior, lo orienta según los patrones de su época, b) escoge ciertos temas, c) usa ciertas formas y d) la síntesis resultante actúa sobre el medio” (*id.*).

Se trata de un modelo dinámico, de una perspectiva integral que sitúa a la obra dentro de un proceso y conjunto de significaciones que se concretan en una determinada sociedad y cultura. El “sistema”, entonces, no es de índole interno, como el mismo Candido señala (en RUEDAS DE LA SERNA, 2012, p. 120), sino que remite a los mecanismos de sobrevivencia de la obra y a su capacidad de intervención en la sociedad. Esto, a su vez, habla del elemento transmisor y el papel decisivo de los receptores, pues el lector no es un ente separado ni pasivo, sino el componente que hace posible la existencia de la obra. La producción, circulación y recepción del arte –quién

lo crea, quién lo recibe, en qué sociedad, cómo se estructura formalmente— determinan su singularidad y establecen las condiciones de su análisis.

De ahí que para Candido la ponderación de la obra en sociedades “primitivas”, tal como las denomina desde una óptica de cuño antropológico, en las que el espesor recae en la oralidad, adquiera el mismo estatuto que la obra producida en sociedades complejas, donde prevalece la escritura y la profesionalización del escritor. En ambos casos el arte cumple una función, y es tal en la medida que no se concibe de manera estática, ni separada, sino orgánica. Sólo un examen puntual de las obras puede establecer las directrices de su apreciación, estudio y divulgación. Remitirse a la especificidad de la obra, tanto en sociedades primitivas como en complejas, significa considerar las características internas y externas que la estructuran. Los factores sociales las orientan y las dividen, dice Candido, en dos grupos: arte de agregación y de segregación. Mientras que el primero “se inspira principalmente en la experiencia colectiva y se orienta a medios de comunicación accesibles”, procurando “incorporarse a un sistema simbólico vigente” (p. 49), el segundo “se preocupa por renovar el sistema simbólico, crear nuevos recursos expresivos y, para esto, se dirige a un número al menos inicialmente reducido de receptores, que se destacan, en cuanto tales, de la sociedad” (*id.*). Si en el primero el artista, aunque designado por su sociedad, tiende a disolverse, esto es, a responder directamente a los valores de una comunidad, en el segundo casi siempre es un profesional “que vive de su arte, dedicándose sólo a éste” (p. 54), lo que no es frecuente entre “los primitivos”, para quienes la poesía no está diferenciada de otras manifestaciones culturales, puesto que su carácter es ritual. La experimentación del artista y la recepción en el arte de agregación responden a la lógica de sociedades altamente diferenciadas, donde las masas receptoras suelen ser anónimas y permanecer desligadas del creador.

El modelo de Candido contrasta con otras escuelas teóricas y se adelanta a la llamada “teoría de la recepción”, que aparece formalmente hasta 1967 en la Universidad de Constanza en Alemania, cuando Hans Robert Jauss dicta la conferencia “La historia de la literatura como provocación a la ciencia literaria”. La metodología de Candido renueva, entonces, los marcos conceptuales vigentes al privilegiar la organicidad de la obra en el contexto de su producción, circulación e incidencia. Propone una crítica integradora que sea sensible a las condiciones sociales, pero que no descuide el acabamiento de la obra. Para Candido el crítico literario es una instancia mediadora

entre las obras y la sociedad; es quien asume el esfuerzo de comprender, interpretar y explicar (2014, p. 35), valiéndose de distintas disciplinas. La crítica literaria, en este sentido, es un quehacer que demanda una conciencia histórica y tiene como tarea revelar las obras en varios niveles, conforme a la sociedad y la cultura que las hace posibles.

UNA METODOLOGÍA CRÍTICA EN DOS TEXTOS DE RAMA

En este punto es posible trazar una intersección con Ángel Rama, para quien la literatura establece las mediaciones para desarrollar una praxis intelectual que atienda la especificidad literaria y socio-cultural. El motivo para escribir sobre la relaciones teóricas y metodológicas entre Antonio Candido y Ángel Rama corresponde a la importancia de reconocer en la postura crítica de Candido un método para analizar a las obras literarias dentro de un marco estético. La literatura es comprendida por Antonio Candido como el “sistema simbólico por medio del cual las aspiraciones más profundas del individuo se transforman en elementos de contacto entre los hombres, y de interpretación de las diferentes esferas de la realidad” (2014, p. 28). Candido no recorta el medio social en el que se producen las obras, reconoce a quien interpreta, el acto de interpretar y “la situación de vida y de convivencia, en función de las cuales fueron elaboradas y son ejecutadas” (2007, p. 77). Sus investigaciones perfilan la actividad crítica de Rama, sin olvidar que ambas se retroalimentan, conforman un proyecto latinoamericano de integración que se expresa de manera teórica en el uso de conceptos y de manera práctica en una misma raíz: la complicidad para hacer de la literatura una expresión cultural de largo alcance.

Diversos críticos literarios, como el chileno Grínor Rojo, reconocen la complicidad de ambos críticos en textos específicos:

Se escuchan ecos explícitos de la *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*, el libro de 1959 de Candido, en “Diez problemas para el novelista latinoamericano”, [...] así como también en *Rubén Darío y el modernismo. Circunstancia socioeconómica de un arte latinoamericano*, su libro de 1970, hasta llegar a los prólogos a los dos volúmenes de *Clásicos hispanoamericanos*, de 1982 y 1983. E igual cosa podemos comprobar que ocurre entre *Literatura y sociedad* y “Literatura y subdesarrollo”, los trabajos del brasileño de 1965 y 1972, respectivamente, y dos libros de Rama de tanta trascendencia como son *Los Gauchopolíticos rioplatenses. Literatura y sociedad* (repárese en el título, el que hacia atrás nos reenvía en la dirección de

otro crítico igualmente famoso, Raymond Williams, *Culture and Society*, de 1958) y *Transculturación narrativa en América Latina*, uno de 1976 y el otro de 1982. (ROJO, 2016, p. 181-182)

Dos libros de Rama mencionados por Grínor Rojo son fundamentales: *Rubén Darío y el modernismo...* y *Los Gauchopolíticos rioplatenses...*; podemos agregar otro texto, de acuerdo a la tesis de investigación de Alfredo Duplat, *Hacia una genealogía de la transculturación narrativa de Ángel Rama* (2013): *La narrativa de Gabriel García Márquez: Edificación de un arte nacional y popular* (1971). A esos tres textos de los años setenta, hay que agregar la semilla de una complicidad intelectual, que nace muchos años antes de que Rama empiece a construir una metodología crítica, esto es: cuando Rama entrevista a Candido para la sección cultural del semanario *Marcha* en 1960.

La perspectiva crítica de Candido tiene poca recepción en su país; situación distinta en otros puntos del continente. En palabras de Candido, “la primera persona que le dio importancia y lo aplicó de manera muy personal fue el crítico uruguayo Ángel Rama” (RUEDAS DE LA SERNA, 2012, p. 122). La propuesta de Candido encuentra en Rama a un interlocutor para hacer frente a las posturas críticas dominantes: el sociologismo literario y el formalismo de cuño europeo, que buscaron agotar el valor de una obra al recortar su parte social.

En los años sesenta, Ángel Rama articula problemas que toman distancia de la crítica literaria de Pedro Henríquez Ureña, Arturo Torres Riosco, Alberto Zum Felde o Alberto Sánchez (ROCCA, 2001, p. 57), es decir, desplaza las inquietudes regionalistas e historiográficas hacia un tono de análisis más teórico, con ayuda de una metodología preocupada por analizar las obras literarias desde la coyuntura cultural y política de la región, sin menospreciar las teorías extranjeras que llegaban al continente. En otras palabras, Rama moderniza la tradición teórica al renovar y cuestionar las metodologías existentes. Para 1960 sus preocupaciones son más teóricas (*ibídem*, p. 56).

Aunado a lo anterior, en una corta entrevista que Rama le hace a Candido para las páginas de *Marcha*, aquél hace énfasis en la revolución crítica como productora de literatura en Brasil. Candido continúa la idea y apunta cómo hay tres grandes venas críticas en su región: la norteamericana denominada *new criticism*, la alemana de Leo Spitzer y Karl Vossler, y la española de Dámaso Alonso y Carlos Bousoño (RAMA, 1960, p. 69). A este apunte agreguemos las inquietudes teóricas de Rama, que previas a

1960, y desde las lecturas de Theodor Adorno, Walter Benjamin, Georg Lukács y Galvano Della Volpe (ROCCA, 2001, p. 53), consiguen una integración metodológica en el texto "La construcción de una literatura" publicado en el semanario *Marcha* el mismo año de la entrevista al crítico Antonio Candido.

Gracias a Candido y luego a Rama, se concreta una inquietud teórica en América Latina para continuar con la tradición que buscaba comprender las obras artísticas desde marcos metodológicos propios. Es notorio cómo a la par que Rama toma distancia de las coordenadas europeas para analizar literatura hecha en el continente americano, tanto Candido como Rama muestran también las diferencias de sus alcances críticos: Uruguay y América Latina en Rama, en un afán continentalizador; y regional en Candido, más sobrio, por decirlo de alguna manera, pero que da acceso a una literatura poco conocida en esos años: la brasileña.

Si la crítica significa trabajar con experiencias históricas inscritas en las ideas como una forma de autorreflexividad, para Rama y Candido sus ideas tienen puntos en común que se entrecruzan para formar un proyecto latinoamericano de integración regional y con un afán continentalizador. La crítica es un ejercicio de escritura y creación que en ambos se elabora desde una ética que busca las condiciones bajo las cuales es legítimo el uso de la razón para determinar lo que se puede conocer, lo que se debe hacer y lo que se puede esperar de las obras artísticas cuando las examinamos. La crítica es, como dice Foucault, un *ethos* y, simultáneamente, "un análisis histórico de los límites que nos son impuestos y un experimento de la posibilidad de rebasar esos límites" (1993, p. 18).

El año de 1960 es un primer momento de complicidad entre ambos. Si Ángel Rama encuentra un modo de "ceder paso a un marco estético que pueda valorar la novela en tanto invención artística original, dentro del campo competitivo de las formas literarias contemporáneas en América Latina" (RAMA, 2013, p. 229), las herramientas metodológicas para realizar esa crítica supone la amistad de Antonio Candido.

"La construcción de una literatura" (1960) es un balance que preparó Rama para el semanario *Marcha*; un texto anómalo que despide el año de 1960 presentando un balance literario que reúne distintas coordenadas con un perfil particular, en el sentido de no contener una lista de los mejores libros del año, ni los autores más vendidos del momento, como solían presentarse en ese tipo de textos: "Al hacer las cuentas del año nada más fácil que la enumeración –de libros, de muertos, de homenajes, de premios–;

nada más vano también” (2001, p. 34). El texto se publica el mismo año en que entrevistó a Candido, tan solo unos meses atrás, y es evidente su manera de profundizar en determinados problemas y, al mismo tiempo, proponer mejores métodos para resolverlos. En la nota que firma el texto, Rama escribe:

La tarea de penetrar en la significación más profunda que el año cultural ha tenido es difícil y se inclina a un dulce engaño; identificar nuestros impulsos con los de la sociedad y pensar que ella responde armoniosamente a nuestro querer. [...] Lo que aquí intentaremos, en cambio, es una elucidación de los problemas que entendemos centrales en nuestro presente literario, sin eludir por lo tanto lo personal o polémico. (*id.*)

La afinidad de Rama con Candido se pone en evidencia en el paratexto citado, al querer buscar problemas en lugar de entregar soluciones fáciles y lugares comunes en la presentación de textos que buscaban hacer un panorama del momento. Rama organiza e inicia su texto con el apartado “Los presupuestos críticos”, de manera análoga a la “Introducción” de Candido en *Formación de la literatura brasileña* que es una orientación crítica, en el sentido que el mismo crítico brasileño le asigna en una nota al pie de página: “La lectura de esta ‘Introducción’ es dispensable para quien no se interese en cuestiones de orientación crítica, pudiendo el libro ser abordado directamente por el Capítulo I”. (CANDIDO, 2014, p.27) La puntualización no es baladí, sino un proceder que nos recuerda su libro *Literatura y sociedad. Estudios de literatura y crítica literaria*, donde los primeros ensayos que componen el libro son de vena teórica y, por tanto, mucho más genéricos que la segunda parte del libro.

Un primer gesto de complicidad entre ambos críticos está en la manera de organizar el texto, al menos de manera visible, pero podemos reconocer su complicidad en la forma y el contenido. La pareja por antonomasia de la interpretación de un texto, que cobra consistencia en la metodología de Rama, al incorporar apartados que aluden a la orientación crítica de Candido. La organización del texto de Rama abre con dos presupuestos: uno, el compromiso con el tiempo social; y dos, reconocer que los sucesos de Uruguay en materia cultural responden a los problemas que se debaten a escala mundial. El segundo apartado es “Construcción de una literatura”, donde utiliza la definición de literatura de Candido y lo cita explícitamente. Luego tenemos “Sistema literario en el Uruguay”, con ideas que continúan y se extienden en los apartados siguientes: “La tradición”, “Los públicos y el escritor”, “La respuesta del público” y “La

crítica arraigada”. Este último contiene un esbozo del proyecto crítico de Rama y es el que interesa discutir.

En dicho esbozo hay indicios de lo que será su método de análisis. En primer lugar, al examinar el clima crítico que existe en 1960 en Uruguay, reconoce cómo la crítica se rehúsa a encontrar una naturaleza estética en las obras y hace evidente su falta de formación histórica. Ambos puntos son peligrosos si se dejan de lado, y hacen servicial y orientadora la crítica hacia una realidad, casi como “mera escenografía folklórica” (RAMA, 2001, p. 30), que desaparece a la obra para dejar en su lugar un disfraz interpretativo. Rama opone ese tipo de crítica no con la realidad, sino con la falta de formación histórica, entendida como “la instancia espiritual que un determinado tiempo y circunstancia –humano y vecinales– opone el creador, y en la que él se sumerge no ciega ni pasivamente, para elaborarla, artística, intelectualmente. Para recrearla” (*ibid.*, p. 30).

Rama continúa su apartado al señalar que no hay tanta diferencia entre la creación y la crítica literaria, sobre todo si se piensan ligadas a la historia y sin pretensiones de objetividad. Las obras están vivas, escribe Rama, en el hecho mismo de insertarlas en el fruto nutricional de donde salieron: la sociedad. Sin caer en una crítica impresionista, se debe encontrar el camino hacia la subjetividad del gusto para ayudar a aportar ideas, sensibilidad y convicciones, y mostrar de qué manera la creación artística deviene literatura (*ibid.*, p. 31).

Tenemos, también, que la crítica de Rama en 1960 se focaliza en sacar a la superficie los problemas que aquejan el momento cultural del país: el impacto de la Revolución Cubana, la Guerra Fría y el compromiso del escritor frente a la sociedad, para conectarlos con el análisis de textos literarios. Su procedimiento para interpretar el contexto que vive la región a nivel cultural resalta las labores del escritor en el momento de recrear artísticamente las inquietudes de la sociedad uruguaya en particular, pero con la vista puesta en un afán continentalizador como su principal acento. Por eso invita al crítico a reconocer la importancia de situar sus interpretaciones junto con la historia, mientras que a la creación y al compromiso ético les da un lugar dentro de la actividad interpretativa: dos características ineludibles si se quiere ser consecuente con la cultura del continente. La cultura intelectual y artística supone la coronación de la vida social. En Rama ésta adquiere sentido en el sistema cultural: “la función creadora más alta que se cumple en un proceso transculturante. Utensilios, normas, objetos, creencias,

costumbres, sólo existen en una articulación viva y dinámica, que es la que diseña la estructura funcional de una cultura” (2013, p. 39). El proceso transculturante se nutre de esa asimilación recíproca, tanto transnacional como transfiguradora. Pero sobretodo expresa, en otro plano, el fruto de una larga actividad académica y vital que Rama elabora gracias a numerosos encuentros afortunados.

En *Literatura y praxis en América Latina* (1973) Rama participa junto a críticos como Fernando Alegría, Rafael Gutiérrez Giradot, Noé Jitrik o Marta Traba. El texto con el que participa se intitula “Sistema literario y sistema social en Hispanoamérica”. Su importancia radica en la madurez metodológica y el distanciamiento del concepto de “sistema” de Candido. Más de una década había transcurrido desde la publicación de “La construcción de una literatura”, en la que la presencia de Candido era central. Para 1973 las enseñanzas del brasileño aún están presentes pero de manera digerida. No es novedoso hacerlo notar, pero sí es importante reconocer el momento que vive Rama en su trayectoria crítica. Está a solo unos meses de publicar el artículo: “Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana”, que abre la puerta a una de sus teorías más difundidas en el ámbito de la crítica literaria latinoamericana: la transculturación.

Asimismo, Candido toma distancia de otras coordenadas críticas, como la teoría de los géneros de Alberto Zum Felde, las corrientes estéticas globales de Pedro Henríquez Ureña, la sucesión generacional de Enrique Anderson Imbert y las hermenéuticas europeas, tales como el marxismo, la sociología de la cultura, el *new criticism* y el estructuralismo francés. El crítico provenía de una lucha declarada contra las historiografías lineales, progresivas y sin espesor que habían tomado como modelo la historiografía europea (RAMA, 1975, p.82). En cambio, ve cómo las evoluciones progresivas, manifiestas en la manera de ordenar los materiales literarios, se habían limitado a esquematizar y examinar de manera lineal a partir de marcos europeos, donde la secuencia neoclasicismo-romanticismo-realismo-simbolismo solía explicarlo todo. Los estudios de Rama sobre literatura gauchesca aportan un camino de reflexión para evidenciar cómo los historiadores literarios se ven forzados a “crear compartimientos nuevos” (*ibid.*, p. 83).

El empeño por consolidar una metodología renovada nos abre la puerta para entender cuál es, a su juicio, la función del crítico. Ésta debe poner a prueba los criterios estéticos heredados para encontrar “un modo de operar con la virginidad de la mirada (donde no obstante está supuesta la situación del observador) que se conquista cuando

se hace frente al fluir de la realidad, lo que en este caso llamaríamos el fluir de la producción literaria, vista con una terca conciencia de libertad” (*ibid.*, p. 84). El crítico debe encontrar la naturaleza discontinua del acontecimiento literario y su insólita emergencia; descubrir secuencias literarias que distingan rupturas y delimiten su posición de acuerdo a los modelos que limitan y sujetan. Esto quiere decir, localizar su correspondencia con los periodos históricos pero no agotarlos en ellos, peor aún si los periodos están entendidos como progresivos. Las secuencias deberán contener, piensa Rama, los sistemas en que se producen las obras literarias, desde determinaciones discontinuas, superpuestas y a veces desfasadas dentro de un mismo periodo histórico (*ibid.*, p. 86).

Los sistemas involucran mediaciones y, por supuesto, una valoración de los productos artísticos en relación a sistemas sociales fuera de la literatura. Para Rama, el crítico interviene como un mediador, realizando dos actividades principales: primero, seleccionar materiales sociales, luego, inventar un modo de organización para esos productos al introducirlos en la sociedad como obras artísticas. La diferencia que haga el crítico entre una lectura literaria y una lectura social es precisamente para encontrar una mediación cuando se analizan los discursos que salen de lo literario:

La lectura literaria es siempre, básicamente, una lectura textual, aún en aquellos casos en que el texto va acompañado de sistemas expresivos paralelos, como son la música o la representación escénica, que resultan amplificadores de los sistemas de entonación suprasegmentales de cualquier escritura. La lectura de la sociedad, en cambio no se presenta como un texto, salvo en la mediación, que es ya hija de una hermenéutica, de la historia o la sociología. Como el punto de partida que asumimos es el de la literatura, es desde sus condiciones textuales que deben fijarse las condiciones de adecuación con la sociedad. (*ibid.*, p. 89)

Si el crítico quiere salir de una lectura literaria para ponerla en diálogo con otros discursos sociales necesita las mediaciones. El también autor de *Rubén Darío y el modernismo* argumenta, a través de tres discursos, el literario, el lingüístico y el del “imaginario social”, que las mediaciones son atributos de teorías más acabadas como las de Tinianov o Lucien Goldman, de manera análoga a Candido cuando recupera a Erich Auerbach o a Yuri Lotman para mostrar la interrelación de cada discurso literario en sus mediaciones y fuera de ellas.

La peculiaridad de Rama y Candido es que renuevan la teoría europea al integrarla a inquietudes propias de la región con su debido marco político y cultural. Al hacerlo, proponen una visión diferenciada de cualquier marco teórico extranjero, por supuesto, sin menospreciarlo, pero dándole un énfasis a la tarea del crítico latinoamericano que inventa, en un sentido artístico y cultural, su propia metodología.

Pese a que no podemos extendernos en las características de los tres discursos: el literario, el lingüístico y el del imaginario social, ni abundar en sus relaciones por el tema que nos ocupa, es importante reconocer que en ellos se juegan las mediaciones entre la literatura y la sociedad, indispensables para la transculturación narrativa, tal como la propondrá Rama en 1974. Entender las obras literarias dentro de esta metodología impone un tipo de registro visible de transformación artística en la articulación: literatura y sociedad. Como decíamos, tan solo unos meses después Rama recupera los desafíos de los escritores regionalistas frente a los impactos modernizadores, quienes por un lado se repliegan en el seno de una cultura regional y por otro invitan a la vanguardia a partir de temas e imágenes en sus contenidos, a la viabilidad de nuevos valores y la autenticidad de otros recursos expresivos. “Son las estructuras literarias las que visiblemente registran una transformación, procurando sin embargo resguardar los mismos valores, aunque en verdad situándolos en otra perspectiva cognoscitiva” (2008, p. 229), dice Rama en “Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana”.

El crítico podrá avizorar la tarea del creador literario de una manera más lúcida porque puede ver las operaciones artísticas como un modo de trabajar con el lenguaje y la escritura, y asimismo, revelar que en estas operaciones hay “implícita una previa proposición cultural, resultado del conflicto que toda una colectividad está viviendo” (*ibid.*, p. 233). Nuestro autor hace énfasis en las mediaciones que le facilitan al crítico una organización cultural para comprender los esfuerzos colectivos. Las mediaciones son útiles en su metodología transcultural narrativa en los años setenta, aunque muestran sus primeros esbozos desde los años sesenta a raíz del encuentro con Candido, quien desde otras coordenadas había desarrollado en extenso una noción que dialoga con estas ideas de “Sistema literario y sistema social”: la literatura concebida como un proceso estructurante.

La afinidad del método de Rama encuentra un piso común con Candido, pues ambos consideran al texto literario en función de la sociedad que lo produce. En

Candido esa comunicación es de dos tipos: “traslúcida” u “opaca”. La primera parece mostrar su relación con la realidad de una manera visible; en el segundo caso, le da la espalda al realismo. La intención de este acercamiento metodológico “es sugerir que tanto unos como otros son válidos, requieren tratamiento diferenciado y nos hacen sentir la realidad. Como presupuesto, está la convicción de que el discurso literario sostiene una relación con lo real, esto es, la naturaleza, la sociedad, la mente, las relaciones que pueden ser justificadas, aunque estén regidas por una dosis de arbitrio transfigurador” (DE LA SERNA, 2001, p. 399). Esta dosis define, según Rama, el carácter creador del crítico que inventa una manera de organizar los materiales literarios para asignarles un orden en el discurso social, y así comprobar cómo responden a inquietudes colectivas, enraizadas a una realidad conflictiva que oculta las fuerzas de las obras artísticas. La tarea del crítico es descifrar y, al mismo tiempo, reencontrar en las fuerzas estéticas de las obras literarias una manera de conocer la cultura del continente.

CONSIDERACIONES FINALES

La complicidad intelectual entre Ángel Rama y Antonio Candido no es novedad. Autores como Hugo Herrera Pardo y Pablo Rocca han abordado esta relación que ha sido, en muchos sentidos, fecunda para los estudios literarios latinoamericanos. El interés principal por retomar esta relación residió en examinar la idea de crítica y lo que la praxis crítica en dicha relación invitan a pensar desde un punto de vista teórico.

En esta complicidad encontramos una metodología que asigna al crítico un lugar como intérprete de la sociedad que utiliza herramientas teóricas y las pone a prueba en el acto de analizar obras literarias, sin descuidar el horizonte social y cultural que produce las formas artísticas como signos de una sociedad.

Por una parte, ambos intelectuales muestran una visión diferenciada de metodologías vigentes y extranjeras sin menospreciarlas, y le dan énfasis a la tarea del crítico que inventa, en un sentido artístico y cultural, marcos epistémicos atentos a la densidad histórica y cultural. Por otra, sus trabajos manifiestan un ímpetu ético que está centrado en la observación de las contribuciones de la obra literaria en el seno de la sociedad y la cultura que la produce; todo ello sin perder de vista la especificidad de lo literario y sin caer en un sociologismo que la agota.

La pertinencia de mostrar las apuestas metodológicas en las que ambos críticos convergen pero también se distancian, implica reflexionar en un quehacer que asume a conciencia un saber sobre la crítica que constituye una frontera entre la sociedad y sus expresiones artísticas. Las “mediaciones” de Rama y el “proceso estructurante” de Candido constituyen planteamientos para poder estudiar a las obras conforme a su tiempo, su realidad y sus actores, variables sin las cuales la obra no cobra sentido.

Otro aspecto a destacar es que ambos se negaron a pertenecer cabalmente al mundo de la academia que se cierra sobre sí misma, tanto en la praxis crítica como política. Sus respectivos lugares de trabajo invitan a pensar una complicidad atenta al diálogo entre el discurso especializado y el pensamiento crítico que se desarrolla en publicaciones periódicas.

Por último, las apuestas de ambos articulan derivas discursivas que no son el resultado de dos intelectuales aislados. En cierto sentido, las condiciones estaban dadas para que surgiera el encuentro de 1960, así como para que sus reflexiones y trabajos se encauzaran y dialogaran. Varios factores intervinieron en ello: la militancia y el impacto de las izquierdas en Brasil y en el resto de Hispanoamérica, la conciencia de una realidad compleja y altamente politizada en el contexto de la Guerra Fría. A lo anterior hay que añadir la emergencia de un conjunto de disciplinas, como la Historia, la Psicología y la Sociología y, por supuesto, la institucionalización literaria, que sobre todo se vertebró del quehacer crítico, para el que estos intelectuales contribuyeron ampliamente.

Los discursos que instauran se sitúan en los pliegues de las disciplinas en ciernes, pero también en los debates que atraviesan la militancia y la conciencia histórica del papel del intelectual. Como corolario, es posible aventurar que ambos abren y ensanchan los caminos de una crítica literaria latinoamericana empeñada en configurar su propia lógica discursiva.

REFERENCIAS

CANDIDO, Antonio. *Formación de la literatura brasileña. Momentos decisivos 1750-1880. Volumen I*. Ed., trad. pres. y notas Jorge Ruedas de la Serna. México: Facultad de Filosofía y Letras / Dirección General de Asuntos del Personal Académico / Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

CANDIDO, Antonio. *Literatura y Sociedad. Estudios de teoría e historia literaria*. Trad. pres. y notas Jorge Ruedas de la Serna. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos / Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

DO NASCIMENTO, MARIA ARMINDA. Sociedad y cultura modernas en Brasil. La formación de la sociología en San Pablo. *Revista de Estudios Brasileños*. v. 1, n. 1, 2014, pp. 141-154.

ERRÁZURIZ, Rebeca. El socialismo de Antonio Candido. *Revista Pensamiento Político*. n. 2, 2021, pp. 173-177. Disponible en: <https://pensamientopolitico.udp.cl/index.php/pensamiento-politico-udp/article/view/31/23>

ERRÁZURIZ, Rebeca. Un crítico en formación: los primeros años de la crítica de Antonio Candido. *Revista Chilena de Literatura*, n. 97, 2018, pp. 15-42. Disponible en: <https://revistaliteratura.uchile.cl/index.php/RCL/article/view/49083>

FOUCAULT, Michel. *¿Qué es un autor?* Trad. Silvio Mattoni. Córdoba: Ediciones Literales, 2010.

FOUCAULT, Michel. *¿Qué es la ilustración?* Trad. Jorge Dávila, 1994. [1984] En línea: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/15889/1/davila-que-es-la-ilustracion.pdf>

FRANCO, Jean. Uma historia dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura: reflexiones tardías sobre *Formação da literatura brasileira*. En Raúl Antelo, ed. *Antonio Candido y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Serie Críticas, 2001, pp. 119-130.

RAMA, Ángel. La construcción de una literatura. En: Raúl Antelo, ed. *Antonio Candido y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Serie Críticas, 2001. pp. 21-34.

RAMA, Ángel. La generación crítica. En: Ángel Rama. *Crítica literaria y utopía en América Latina*. sel. y pról. Carlos Sánchez Lozano. Medellín: Editorial Universidad de Antioquía, 2006, pp. 396-435.

RAMA, Ángel. La novela ópera de los pobres. En: *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 2013 [1982]. pp. 229.

RAMA, Ángel. Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana. En: *La novela en América Latina. Panoramas 1920-1980*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2008. pp. 227-258.

RAMA, Ángel. Sistema literario y sistema social en Hispanoamérica. En: AA.VV. *Literatura y praxis en América Latina*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1975. pp. 81-107.

ROCCA, Pablo. Notas sobre el diálogo intelectual Rama/Candido; Apéndice: una entrevista olvidada de Ángel Rama a Antonio Candido. Antonio Candido. *La nueva crítica brasileña*. En: Raúl Antelo, ed. *Antonio Candido y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Serie Críticas, 2001. pp. 47-67; 68-70.

ROJO, Grínor. Capítulo IV. Los dos pisos de una casa que en realidad tiene tres: la teoría crítica de Ángel Rama. En: *De las más altas cumbres: teoría crítica latinoamericana moderna (1876-2006)*. Santiago: LOM ediciones, 2012. pp. 181-218.

RUDÁ, Caio; PATIÑO, Rafael. La constitución de la Psicología en Brasil: desde la Compañía de Jesús hasta la regulación de la profesión. *Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines*, v. 14, n. 2, 2017, pp. 7-17.

RUEDAS DE LA SERNA, Jorge. “Antonio Candido: Cómo y por qué escribí *Formação da literatura brasileira*”. *Revista Casa de las Américas*” Entrevista de Jorge Ruedas de la Serna a Antonio Candido. *Revista Casa de las Américas*. n. 268, 2012, pp. 117-129.

Disponible

en:

<http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/268/entrevista.pdf>

JOAN PONÇ Y BRASIL: POÉTICAS TRANSATLÁNTICASMargareth Santos (USP)¹

Para pensar el tránsito del pintor Joan Ponç entre España y Brasil, hace falta ordenar ese texto en dos tiempos y espacios: de 1944 a 1952, durante la dictadura franquista y de 1953 a 1962, periodo en que Ponç vivió en Brasil y presencié una época de profundos cambios en el paisaje físico y artístico en São Paulo. Dicha división se hace necesaria, a fin de que podamos acompañar el periplo ponciano y para que podamos comprender su importancia en el escenario artístico barcelonés y paulistano.

Empecemos, entonces, por el otro lado del charco: en los años cuarenta, España vivía una inmediata posguerra marcada por un paisaje de tierra arrasada: hambre física y anímica, persecuciones ideológicas, prisiones arbitrarias y promesas vacuas de “paz”. Muy lentamente, el hambre moral y estético empezó a disparar sus primeras quejas frente a la aspereza y al desánimo vigente, especialmente, cuando un grupo de jóvenes artistas y poetas barceloneses despuntó hacia una reacción artístico-cultural en los años cuarenta.

Alojadas en ese paisaje estéril, esas primeras reacciones culturales en Cataluña acaecen alrededor de 1944, cuando se publica la revista *Poesía*² liderada por el poeta Josep Palau i Fabre. Un par de años más tarde, ese movimiento seguiría con la edición de *Ariel*, dirigida por Miquel Tarradell, Frederic-Pau Verrié, Joan Triadú y por el propio Josep Palau i Fabre. Ambas publicaciones exhibían el catalán como símbolo de resistencia, puesto que esa lengua, prohibida por el régimen dictatorial de Francisco Franco, tuvo preponderancia en gran parte de sus números. En ese mismo periodo, en 1946, sin tomar a raja tabla la cuestión de la lengua catalana, se fundó *Algol*, periódico efímero, de tan sólo un número, con el cual colaboraron los pintores Francesc Boadella,

¹ Prof^a Dr^a Margareth Santos: profesora de Literatura Española en la Universidade de São Paulo (USP). Sus líneas de investigación comprenden el examen de las relaciones entre literatura, historia y arte en el siglo XX, tanto en España como en el contexto iberoamericano en la producción vinculada a la Guerra Civil Española y a la posguerra civil española. Autora de la obra *Desastres do Pós-guerra Civil Espanhola* y organizadora de los dossiers *80 anos da Guerra Civil Espanhola: leituras e releituras* e *Mapas da poesia hispânica dos últimos 30 anos (1990-2020)*. Revista *Caracol*. Actualmente desarrolla el proyecto *Joan Ponç e o Brasil: pintura e literatura em movimento*. E-mail: marsanto@usp.br

² La revista ha sido un proyecto personal de Josep Palau i Fabre, en el intento de contribuir para los círculos literarios de la época, en la cual se proponía una visión renovada del escenario literario catalán e internacional. Los 20 números publicados, durante os anos de 1944 y 1945, además del valor intrínseco de los volúmenes, ostentan el hecho de haber sido la primera publicación periódica em catalán de la posguerra.

Jordi Mercader, Joan Ponç, el poeta Joan Brossa, el filósofo Arnau Puig y el tipógrafo Enric Tormo.

Ese inicio promisor es importante para que pensemos las primeras acciones de Joan Ponç, núcleo de nuestra discusión y sus relaciones entre la península y su horizonte brasileño. Por lo tanto, vale la pena desmenuzar algunos elementos de *Algol*: en su texto de apertura, Brossa caracterizaría la revista como una desobediencia demoníaca frente a una “época nebulosa” y de “tumores nocturnos” (BROSSA, 1947, p.5). Su presentación, “Presença forta”, funcionaba como una carta de intenciones, en que lo demoníaco se fijaba como signo en distintos aspectos de la publicación: en el propio título de la revista, *Algol*, que enunciaba el nombre dado al diablo por los astrólogos árabes en la Edad Media, “la estrella que aparece y desaparece en contraste con el ángel blanco Ariel” (MASSOT, 2011, p.57), a la vez que se fundaba en la idea de lo diabólico como posibilidad de oponerse a una supuesta armonía, a través de una perspectiva singular.

Aunque fugaz, *Algol* encerraba el germen de una necesidad latente en aquellos años: la urgencia de discutir el arte y la literatura, sin la necesidad de una defensa de cariz nacionalista, propuesto por *Poesía y Ariel*. Sin embargo, ese deseo de libertad solo se concretaría plenamente con *Dau al Set* —la segunda publicación llevada a cabo por Joan Ponç y compañía— a partir de 1948, bajo un régimen dictatorial que seguía determinando la homogeneidad como elemento impuesto tanto en el plan discursivo como en la esfera social.

Así como *Algol*, la revista *Dau al Set* era clandestina y a través de su oferta de un debate cultural plural —marcado por la recepción de textos en catalán, castellano y francés— combinaba en sus páginas un sutil alegato lingüístico y cultural, sumado al deseo de diversidad discursiva. Y dicha multiplicidad también se configuraba como punto crucial en el “dado de siete lados” (*dau al set*), título y metáfora poderosa en la cual se barajaban la apuesta por lo mágico, por el azar, por lo lúdico, a la vez que dialogaba con la tradición poética por medio de la figura de Mallarmé³ y de distintos movimientos vanguardistas, como el dadaísmo y el surrealismo.

Tan ambiciosa como irregular, *Dau al set* sacudió el panorama escéptico de la producción artística y literaria a finales de los años cuarenta y principios de los

³ El poema “Un coup de dés jamais n'abolira le hasard”, de Mallarmé, inaugura, en 1897, sus experimentalismos alrededor de la idea de poemas tipográficos, que buscaban cubrir la página en blanco de manera aleatoria y plástica, por lo tanto, “Un lance de dados jamás abolirá el azar”, juega justamente con lo imprevisible, elemento especial al grupo de *Dau Al Set*.

cincuenta. Uno de los responsables por esa aventura vanguardista ha sido Juan Pons Bonet (1927-1984). Pintor de tintes autodidactas y que en la década de 1950 abandonara el nombre de bautismo para firmarlo con a cedilla sugerida por su amigo J. V. Foix, poeta de las primeras vanguardias en Cataluña y uno de los fundadores de *ADLAN* (*Amigos del Arte Nuevo*).

En ese momento, Ponç dejara hacia atrás sus años de formación con Ramón Rogent, pintor y profesor entusiasta de las vanguardias, y empezara a exponer con relativa frecuencia en algunas salas de arte —las Galerías Layetanas, la Sala Caralt y el Salón de los Once— no exactamente con éxito comercial. A la vez que exponía, compartía tertulias con sus compañeros de viaje: Joan Brossa, Antoni Tàpies, Modest Cuixart y Joan-Josep Tharrats.

Gracias a Foix, como mentor de los componentes del grupo *Dau al Set*, los vanguardistas pudieron conocer y entablar contacto con Miró, que en los años cuarenta, empujado por los conflictos de la Segunda Guerra Mundial, volviera de su exilio en Francia y se instalara en Barcelona con el permiso de Franco. El caudillo le permitiera su regreso, pero le prohibiera recibir artistas e intelectuales, además de negarle la apertura de su taller. Pese a dichas prohibiciones, el grupo de *Dau al Set* y el escritor João Cabral de Melo Neto, vicecónsul en Barcelona, consiguieron visitarlo con frecuencia.

Aunque Foix, Cabral y Miró hayan sido grandes maestros para ese grupo, internamente, Brossa y Ponç se configuraron como una pareja creativa afín: unidos por un gusto literario análogo y una fuerte amistad, compartieron varias colaboraciones y la fuerza y constancia de dichas acciones revelan, de alguna manera, la capacidad de innovación de esos artistas y nos cuentan un poco sobre sus historias en el ámbito social y estético barcelonés de los años cuarenta y cincuenta.

Y fueron muchas las colaboraciones entre Ponç y Brossa, algunas que se plasmaron en poemas de Brossa alusivos a Ponç: “Oda llieure a Joan Ponç”; “A Joan Ponç”; “Força destructora”, “Joan Ponç” y “Oracle sobre Joan Ponç”. Otras, en el ámbito de las relaciones entre pintura y literatura, en que cuadros de Ponç buscan interpretar versos de Brossa: *Ara*, 1951; *Els cavalls*, 1951; *Carrer sense cap mèrit arqueològic*, 1951; *La gola oberta*, 1951; *Ofici i serp de l'estraperlista*, 1951 y *Comença el gran ball de les bruixes*, 1951. Todos esos ejemplos exponen un intenso diálogo entre los dibujos poncianos de 1951 con los poemas de Brossa publicados en

1950, sobre todo en las obras *Des d'un got d'aigua fins al petroli* y *Em va fer Joan Brossa*⁴.

Pese a ese fructífero intercambio entre esos dos artistas, el final de los años cuarenta representó para el pintor Joan Ponç un cambio de perspectivas y de rumbo en su vida. Tras un intenso convivio con su grupo vanguardista *Dau al Set*, la amistad entre los integrantes empieza a deteriorarse: el poeta Joan Brossa bucea en experimentos entre las formas populares y la crítica política-social, los pintores Antoni Tàpies y Modest Cuixart se inclinan hacia el *informalismo*, mientras que Joan-Josep Tharrats asume la dirección de la revista *Dau al Set* y le imprime un ritmo distinto al pensado por los otros fundadores. Todas esas transformaciones provocan peleas internas, que se intensifican y anuncian la ruptura del grupo.

No obstante, si por un lado el grupo se esfacelaba, nuevas posibilidades se abrían para Ponç, sobre todo, a partir de sus relaciones con un núcleo de poetas brasileños que vivían o frecuentaban los círculos artísticos e intelectuales barceloneses: João Cabral de Melo Neto, poeta, vicecónsul de Brasil en Barcelona y gran fomentador de la poesía catalana, Raul Bopp, poeta y cónsul en Inglaterra (en 1952 sería cónsul en Barcelona) y Murilo Mendes, poeta y profesor en la Sapienza de Roma, los últimos dos eran grandes amigos de Cabral de Melo Neto.

A partir de 1949 el tránsito de Ponç por ese grupo de poetas brasileños proporciona diálogos decisivos hacia una admiración mutua, que ubican Brasil en el horizonte de la perspectiva futura de Ponç: Cabral de Melo publica un libro con litografías de Ponç, el pintor catalán ilustra un libro de Bopp y a través de los tres escritores brasileños, Ponç conoce con mayor profundidad el arte, la cultura y la literatura brasileña. Con lecturas y debates diversos e igualmente inspiradores, Brasil pasa a configurarse como un destino a ser perseguido y alcanzado por el pintor catalán. De esas proximidades frutíferas surgieron la amistad y posterior colaboración del pintor catalán con Raul Bopp, cuya primera edición de *Cobra Norato* en la península la ilustra Ponç.

En ese momento, João Cabral de Melo Neto, que participaba activamente de la aventura del grupo de jóvenes artistas y acompañaba a Ponç y a Brossa desde la época de la revista *Algol*, se convirtió en importante figura para esos artistas al proponerles

⁴ Para más informaciones de ese intercambio entre los dos artistas, indicamos la obra BROSSA, Joan. *Carrer de Joan Ponç*. Barcelona: Edicions Ponçianes, 2010, organizada por la profesora Glòria Bordons y a sitios de Internet: <https://joanponc.cat/es/> y <https://www.fundaciojoanbrossa.cat/>.

tertulias sobre el papel del arte como signo de transformación social, todo sin abdicar de lo estético o tampoco incurrir en lo panfletario. Entre las acciones del poeta brasileño junto al grupo estaban los préstamos de libros de escritores españoles exiliados y de obras de teoría marxista, de difícil circulación en la dictadura franquista, además, claro está, de editar obras de Brossa y Ponç.

Vale la pena destacar que João Cabral ha cumplido un papel significativo para la cultura brasileña en España, al instaurar el tránsito de textos de poetas brasileños en Barcelona y Madrid, él también fue decisivo para la difusión de la poesía y el arte catalanas, al editar poetas catalanes, al comentar y publicar la obra de los integrantes de *Dau al Set*. Pero hubo más: el poeta, a través de su actuación cultural y política, en cierta medida, trastocó el camino de ida y vuelta en el panorama de creación e influencia artística al clavar su preponderancia en debates artísticos, publicaciones y contribuciones con el grupo vanguardista y con Joan Miró, al fin y al cabo, era un latinoamericano interfiriendo y provocando nuevos rumbos en el arte y en la literatura peninsular⁵.

Y Ponç, como partícipe de esas acciones, se ubica en ese horizonte, puesto que Cabral de Melo Neto ha sido una figura perentoria en su decisión de partir hacia Brasil. Así que, en junio de 1953 su destino brasileño empieza a configurarse: tras casarse con Roser Ferrer, el pintor parte con su esposa a París en luna de miel. Allí, sumergidos en un ambiente de intensos contactos artísticos, conocen al crítico brasileño Mario Pedrosa, que, por aquel entonces, estaba a servicio de organización de la II Bienal de São Paulo. En conversaciones animadas, Pedrosa, al enterarse de los planes del pintor catalán de irse a Brasil, lo invita a participar del certamen, a la vez que le envía una carta a Arturo Profili, el secretario de la Bienal de São Paulo, pidiéndole que inscribiera a Ponç en la II Bienal de forma extemporánea. En la carta, señala las amistades brasileñas del catalán:

Profili, se trata de un joven pintor español que recién llega a París. Por eso, va con la inscripción formalmente retrasada. Es amigo de Miró, de Raul Bopp y de Murilo Mendes. Abrazos, Mario Pedrosa. 13/7/53” (PEDROSA, 1953, p.1).

⁵ Otra constatación importante acerca del tránsito y de la acción de João Cabral de Melo Neto se ubica en su esfuerzo de difusión de la lengua catalana, a través de su poesía y arte, pues, al pensar un nombre para la revista que estaba editando con el poeta portugués Alberto Serpa, João Cabral le sugiere que se titulara *Algol*, en una clara alusión al periódico de único número publicado por Ponç y compañía, como se sabe, la revista sería bautizada como *O cavalo de todas as cores* y, como *Algol*, sólo alcanzaría un único número en enero de 1950.

Al volver a España, Ponç acude al taller de Miró para comentarle su deseo de partir hacia Brasil y pedirle consejo. A esa noticia, Miró le contesta con humor que, si fuera más joven, seguramente, Brasil también sería su destino ideal. Tras la charla, Miró le entrega una carta de recomendación y en noviembre del mismo año, Ponç parte rumbo a Brasil.

PONÇ EN BRASIL: OTRAS SELVAS

Tras llegar al país, ya en su primer año de estancia, el artista se encontraba totalmente insertado en la vida cotidiana y cultural de São Paulo: en 1953 expusiera en la II Bienal de São Paulo, e individualmente en el Museo de Arte Moderna de São Paulo (MAM); gracias al éxito de venta de sus obras a este museo, decide ir a vivir con su familia en Ribeirão Pires, un pueblo cercano a la capital paulista, cuya área de pujante Mata Atlántica lo fascinaba. Estaba en “la selva”, como diría en repetidas entrevistas, años más tarde. Allí, en poco más de un año, produjo diversas series y las presentó en su retorno a São Paulo, en 1956 durante su segunda muestra individual en el MAM.

Configurado como un punto de inflexión en la carrera ponçiana, en su nuevo hábitat, ese retorno a la capital paulista se constituye como punto central para discutir la estancia del artista en Brasil y su importancia para pensar el arte y la sociedad brasileñas en los años cincuenta y sesenta en el país, en especial, a partir de algunas cuestiones cardinales: por un lado la posición de Ponç como artista extranjero en Brasil, que establece una red cultural y a través de la cual ejerce el rol de formador de artistas, cuyo emblema, hay que decirlo, persiste hasta hoy, y por otro, está el intercambio estético experimentado por el pintor en suelo brasileño, que no sólo le dejó incuestionables marcas en su obra y vida, sino que, por su peculiaridad, nos posibilita leer su estancia como una forma pensar la historia social y artística de Brasil en los años cincuenta y sesenta.

Para comprender esas cuestiones, vale la pena que empecemos por uno de los espacios significativos de intercambio cultural por el cual transitó Ponç: la muestra *Paisagem Brasileira de 1900 até os nossos dias ó 50 anos de Paisagem Brasileira*, en el Museu de Arte Moderna (MAM), en 1956. El museo se ubicaba, por aquel entonces en el Palacio de los Estados, en el Parque del Ibirapuera, y su edificio se insertaba como

una de las obras del IV Centenario de São Paulo⁶. En él, dicha exposición, de dimensiones sorprendentes, reunió más de 450 obras en el certamen y buscaba componer una imagen de trascendencia histórico-social contundente y diversa de cincuenta años de paisaje brasileño; forjada por maestros de la pintura nacional y por extranjeros residentes en el país.

Pensada como un panorama completo de los últimos cincuenta años en la temática del paisaje nacional, el recorte temporal se justificaba por el intento de no repetir mecanismos de la Bienal de São Paulo, como se aclara en su diminuto catálogo:

A representação de um mesmo tema, desenvolvido e interpretado de diferentes maneiras, sempre seduziu a crítica e interessou o público. Entendemos e julgamos pela comparação. Daí a ideia de, a exemplo de outras iniciativas análogas, expor aos amadores de pintura de S. Paulo uma espécie de história ilustrada, muito resumida embora, da evolução brasileira de 1900 aos nossos dias (MUSEU DE ARTE MODERNA, 1956, p. 10).

Aunque la exposición haya sufrido con la demora en la cesión de obras por parte de algunos coleccionadores particulares y ciertos museos, se pudo agrupar nombres importantísimos del arte brasileño, como: Alberto da Veiga Guignard, Lasar Segall, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Emiliano Di Cavalcanti, Heitor dos Prazeres, Lívio Abramo, Antônio Bandeira, Aldo Bonadei, Djanira Mota e Silva, Maria Bonomi, Francisco Brennand, Iberê Camargo, Flávio de Carvalho, Samson Flexor, Clóvis Graciano, Osvaldo Goeldi, Arcangelo Ianelli, Aldemir Martins, José Pancetti, Fúlvio Penacchi, Karl Plattner, Fernando Odriozola, Mario Zanini y, claro está, Joan Ponç, entre otros artistas brasileños y extranjeros.

Toda esa reunión, inédita en una exposición hasta aquel momento, incluso para las bienales, representaba un momento de recuperación del panorama de las artes plásticas en Brasil, que, conformado en número y calidad, imponía un debate fundamental para pensar distintos elementos del mundo de las artes: escuelas, disidencias, lenguajes y formas a lo largo de la historia pictórica brasileña y de

⁶ Los festejos de los cuatrocientos años de São Paulo significaron un cambio en el paisaje de la ciudad y una de esas alteraciones se tradujo por la entrega del Parque del Ibirapuera en 1954, cuyo espacio de 1,5 millones de metros cuadrados, presupuso una referencia para la vida de la metrópoli paulistana. El proyecto millones de metros cuadrados, presupuso una referencia para la vida de la metrópoli paulistana. El proyecto arquitectónico idealizado por Oscar Niemeyer y el paisajismo de Roberto Burle Marx, abrigaba en su interior el Parque de las Naciones, que, años más tarde se transformaría en lo que hoy conocemos como el espacio de la Bienal de São Paulo.

extranjeros en diálogo a partir de un elemento común: la representación del paisaje nacional.

Ambicioso, el evento se consolidó como una verdadera madeja de tendencias y formas de composición, en que convivían desde representaciones figurativas hasta llegar a las más abstractas. A fin de guiar el recorrido del espectador, la organización de la muestra indicó una clasificación para las imágenes, dividiéndolas en tres categorías: figurativas, abstractas y personales. Ponç se insertaba en la última categoría.

Al lado de muchos de los pintores más importantes de Brasil, Ponç pudo afirmar un papel en las artes plásticas brasileñas a través de su visión singular en tres obras expuestas: *Panorámica (Paranapiacaba)*, *Vagón Viejo* y *Estación*. Dichos cuadros nos revelan una mirada atenta hacia el entorno vivido, puesto que se preocupan por representar el paisaje brasileño a partir de un espacio determinado, Paranapiacaba, ciudad cercana a Ribeirão Pires, donde el artista había vivido con su familia entre 1954 y 1955.

Ubicada a 12 kilómetros de su casa, durante los años 1950, Paranapiacaba se dividía, básicamente, en dos agrupaciones: la Villa Inglesa, construida en 1865 para abrigar los ingenieros y los obreros de la empresa británica Railway, mientras se construía la primera ferrovía del estado de São Paulo, que uniría la capital paulista al Puerto de Santos (la principal vía marítima para la importación y exportación de Brasil). Y la otra, situada en los montes da ciudad, denominada “ciudad alta o villa libre”, que no estaba bajo el control de la compañía inglesa.

Figura 1 – Joan Ponç. *Vagón Viejo*. Óleo sobre tela, 1955. 60 cm x 42cm



Fuente: ©Colección Eduardo Mindlin.

Al observar las obras de Ponç, se nota que ese límite entre lo geográfico, lo social y lo estético se plasma en distintos niveles: por un lado, hay la opción por un paisaje figurativo, cuya explosión de colores y disposición casi *naïf* evocan obras de los modernistas brasileños, como las de Tarsila do Amaral y de Anita Malfatti —este es el caso de *Vagón viejo* (Fig.1)—. En el cuadro se ostenta la elección por la omisión del mayor emblema de la Vila Inglesa: el reloj que replica, en estatura menor, el Big Ben londinense.

Esa opción es curiosa y tal vez por eso merezca unas cuantas ponderaciones: pensada a partir de la exhibición de una forma de contemplar y concebir el espacio de Paranapiacaba sin su símbolo mayor— que, hay que decir, perdura hasta los días de hoy—esa obra parece exteriorizar algo próximo a una actitud política, una vez que el artista privilegia el retrato de la “ciudad libre”, en detrimento de la Villa Inglesa, de mayor estatus. Es patente como podemos vislumbrar en “Vagón viejo” una imagen aislada, melancólica y desbaratada que contrasta con los colores vivos que suben el monte en forma de casitas coloridas y una iglesita en la cima.

Ese aspecto *naïf* del paisaje parece dialogar con el Modernismo brasileño, cuya famosa *Semana de 1922*, celebró en color y forma diversos rincones del país a través de representaciones de paisajes que funcionaban como “tarjetas postales” renovadas de determinados lugares, puesto que los pintores brasileños no se limitaban a reproducir

dichos paisajes, sino que los “actualizaban” a partir de códigos distintos al ejercicio de la mimesis, por ejemplo, al lanzar mano de una ostensiva explosión de colores⁷.

De cierta manera, es lo que hace Ponç, que no sólo elige un lado supuestamente “menos importante” del paisaje citadino, sino que, al volcarse hacia un dibujo figurativo de contornos deliberadamente “sencillos”, que en nada refleja su producción, “Vagón viejo” nos lleva a pensar en una especie de “tropicalización” de la mirada, en una “lectura-homenaje” en que el pintor catalán se dispone a desplazar su arte, predominantemente de rasgos surrealistas, para pensar el paisaje brasileño a partir de otras coordenadas, en las cuales, se manifiesta la admiración y la reflexión sobre la labor de los modernistas brasileños, además de dejar clara su opción por otra faz del “paisaje-tarjeta-postal” de Paranapiacaba.

Esa actitud reflexiva no se limita a la exposición de su producción, sino que también se establece en sus planes para fundar un taller/escuela, a fin de iniciar su etapa docente: su primer alumno ha sido Nelson Leirner⁸ y, aunque el período de clases haya durado sólo algunos meses, la experiencia mantuvo vivo su deseo formador. Así, pasa a buscar un sitio en que pueda abrigar su taller/escuela, mientras tanto, pasa a colaborar con los artistas Lívio Abramo y Flávio de Carvalho, a quienes conociera en la II Bienal y a quienes encontrara nuevamente durante la exposición *50 años de Paisaje Brasileño*. La colaboración con esos artistas brasileños tuvo como núcleo aglutinador la coreógrafa polaca Yanka Rudzka y se desplegó en dos etapas: la primera en su contribución con Yanka en sus espectáculos de danza y la segunda en la composición de una suite titulada *Cabezas* (1958-61).

Para que percibamos ese segundo punto de inflexión en la carrera ponciana, hace falta desmenuzar algunos datos: la bailarina y coreógrafa Yanka Rudzka (1919 – 2008) que llegara a Brasil en 1952, invitada por Pietro Maria Bardi, el director del Museo de Arte de São Paulo (MASP), para inaugurar el primer curso libre de danza contemporánea en el museo; inmediatamente acarreó colaboraciones de los más variados artistas que estaban curiosos por absorber el concepto wagneriano de “arte total”, difundido por la polaca. Su concepción interdisciplinaria de danza como arte múltiple llevó Yanka a un profundo estudio de la cultura brasileña y de sus raíces

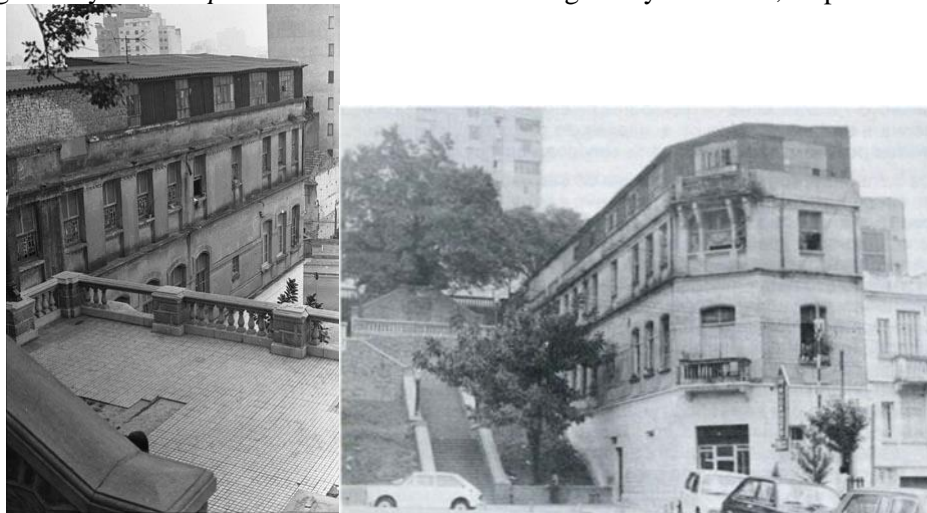
⁷ Para una visión de esos ejercicios pictóricos innovadores de los modernistas de 1922, vale la pena observar las obras “Cartão-postal” (1929) e “A caipirinha”, de Tarsila do Amaral.

⁸ Nelson Leirner, hijo de la escultora Felicia Leiner y del empresario Isaí Leiner, ambas figuras destacadas en la escena artística brasileña. Así como su madre, ha tenido clases con Joan Ponç en los años 1950. Artista premiado dentro y fuera del país, sigue siendo hasta hoy una referencia como artista multimedia nacional e internacionalmente.

africanas; y dichas investigaciones se consolidaron en movimiento y gesto en sus propuestas de espectáculos: “Dança expressiva” (1956), “Candomblé” (1957) y Água de Oxalá (1959).

Poder colaborar para los espectáculos de Yanka, representó para Ponç una fascinante inmersión en la cultura afro-brasileña y en la figura del negro, cuya imagen reunía en sí una representación de libertad corpórea, anímica y cultural que atraía inmensamente al pintor. La culminación de esa atracción estético-cultural se instauró con mayor amplitud en la inauguración del taller/escuela ponciano, ubicado en la Calle de los Ingleses, 224, muy cercano a su residencia.

Figuras 3 y 4 – *L’Espai*. Vista de la Calle de los Ingleses y Fortaleza, respectivamente.



Fuente: ©Archivo Museu da Cidade de São Paulo.

El taller/escuela se ubicaba en el último piso de un edificio que marcaba la frontera entre el barrio Bela Vista, habitado por paulistanos considerados de clase media alta y el Bexiga, barrio pobre, que sirvió en su origen de reducto para exesclavos y que en los años cincuenta estaba ocupado por negros e inmigrantes, predominantemente, italianos. Desde los ventanales de esa especie de “galpón” se podía vislumbrar un horizonte amplio, puesto que el entramado urbano aún no había tomado la región, concediéndole a Ponç y a sus alumnos una vista privilegiada de una ciudad gris, pero salpicada de puntos verdes.

Según relato de su exalumna, Paulina Rabinovich, Ponç pasaba largas horas observando ese paisaje paulistano, sin cansarse:

Uma das coisas que mais fascinava o Ponç era o céu de São Paulo, ele podia ficar horas e horas observando o céu desde sua janela do ateliê, que ficava na ponta do nosso “barracão”. Dali, ele enxergava, entre o cinza das nuvens que passavam, tons de rosa que o hipnotizavam⁹ (RABINOVICH 2017).

PONÇ Y SÃO PAULO: INTERPELACIONES CONTUNDENTES

De 1956, cuando inaugura el taller, hasta 1962, cuando se va de Brasil, Ponç compartió su tiempo con sus alumnos, que provenían, en su mayoría, de la nata de la colonia judía de São Paulo, además, coincidió con diversos artistas de distintos orígenes y con grupos de negros del Bexiga, en especial con los vecindarios del Navío Negrero¹⁰, nombre dado al edificio que abrigaba su escuela en el último piso y viviendas precarias en las demás plantas. De esa convivencia brota una intensa producción, reflejo de su labor con Yanka Rudzka y de su tránsito por distintos universos culturales y religiosos en el barrio de Bexiga.

A través de esa convivencia, Ponç pudo observar que el “Navio Negrero” de los años 1950 casi no había cambiado la situación de la comunidad negra en la capital paulista, puesto que el edificio sintetizaba la posición de ese sujeto en una São Paulo que avanzaba rápidamente hacia una feroz industrialización, en cuyo movimiento frenético, buscaba borrar el pasado y, a la vez, cristalizar un presente/futuro de contornos centellantes. Es decir, el barrio¹¹ que hoy se conoce como una localidad de inmigración italiana, pero que en su origen estaba habitado mayoritariamente por negros, empujaba, cada vez más, la población pobre hacia la periferia o mantenía en condiciones precarias los que insistían en permanecer allí.

A ese movimiento rabioso se unía un discurso de “blanqueamiento” de la población, que se había difundido en los años 40 y que en los cincuenta exhibía sus secuelas mediante la tendencia de barrer del mapa la memoria histórica del barrio, al sustituir la presencia del negro por la creación de una especie de “mito italiano”, como si la región hubiera sido ocupada y gestada por estos inmigrantes. Ponç no pasó

⁹ Entrevista concedida a la autora en junio y octubre de 2017, en la residencia de Paulina Rabinovich, en São Paulo.

¹⁰ El nombre “Navio Negrero” alude no solo al medio de transporte de los negros llevados hacia Brasil como esclavos durante los siglos XVII y XIX, sino también al poema de Castro Alves (1847-71), en el cual el poeta brasileño canta el padecimiento de los negros esclavizados.

¹¹ Para una idea más amplia de las transformaciones del barrio de Bexiga en São Paulo ver: Almeida, Vera Lúcia Valsecchi - *O Sagrado no Catolicismo do Bixiga*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1989. Impreso y Marzola, Nadia. *Bela Vista. Série História dos Bairros de São Paulo*. Volume 15. Prefeitura de São Paulo: São Paulo, 1979. Impreso.

incólume a esos embates, ya que, viviendo entre la Avenida Paulista y el *Bexiga*, convivió con la población local. Entre italianos y negros, él pudo frecuentar “terreros de candomblé”¹² y descubrir la faz mágica de esos rituales religiosos:

El contacto con gentes de diversas nacionalidades me fascina. Vivo sumergido en las colonias italianas y judías. La mujer negra ejerce sobre mí una irresistible atracción: es un ser que consigue desnudarse de verdad, al contrario de la blanca, que nunca consigue desprenderse de sus tabúes morales. Después de una noche de intenso amor, lo que me decían sobre el sol, las nubes, los pájaros, despertaba en mí mágicas resonancias, y su recuerdo será siempre como una fuente de poderosa energía. En el alma negra se esconden inmensos tesoros que aún no nos han sido revelados, y el día que lo hagan sentiremos pasar como una corriente de aire fresco que será para nosotros una necesaria desintoxicación (PONÇ, 2009, p. 186).

La declaración de Ponç nos revela algunos caminos para que rastreemos su estancia en São Paulo y su intensa circulación por la capital y sus alrededores: el trato con la cultura negra, sus ritos y su vida en condiciones inestables en *Bexiga*. Esa coexistencia, sus percepciones e inclinaciones no dejan de constituirse, también, como una manera de contar la historia de la São Paulo de los años 1950 y 1960, conformada en su diario brasileño y en su obra, aquí tratados como un locus de reflexión. En sus narrativas escritas y pictóricas se materializaron enfrentamientos con el paisaje circundante, con distintos personajes, con su producción y consigo mismo. En ese cruce, entre lo pintado, lo escrito y lo reflejado, la comprensión de Ponç se traduce en imágenes y letras que nos revelan la composición híbrida del barrio que, a la medida que la ciudad avanzaba, se mitigaba la memoria de su pasado, en lugar de enfrentarla y pensarla:

Obviamente não será por acaso que um dos principais cortiços se chamará Navio Negro. Porém, com as mudanças verificadas no mercado imobiliário, principalmente a partir dos anos 60 e 70, os olhares dos especuladores e investidores nesta área começaram a voltar-se para aquela região central da cidade, até então pouco explorada por este ramo. Não será uma coincidência também a

¹² Espacio donde se dan los rituales religiosos del *Candomblé*, según el profesor Reginaldo Prandi “religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX – e demais modalidades religiosas conhecidas pelas denominações regionais de xangô, em Pernambuco, tambor-de-mina, no Maranhão, e batuque, no Rio Grande do Sul, formavam, até meados do século XX, uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura” In: PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, Dez. 2004.

investida da prefeitura sobre os cortiços do bairro nas décadas seguintes e sim consequência dos lobbies do poder econômico sobre o poder público. O Bixiga de negros, calabreses e tantos outros, das vilas e dos cortiços começava a dar lugar à Bela Vista dos mapas oficiais. A Saracura seria uma das primeiras vítimas de tais transformações, permanecendo somente na memória daqueles que a conheceram (CASTRO, 2006, pp. 72-73).

Ponç pudo acompañar los cambios en la región y nos dejó, como vestigio indicativo del impacto de su permanencia en el barrio de Bela Vista, que tanto lo fascinaba, su suite *Cabezas* (1957-1961), en cuyo conjunto se combinan la vivencia con el negro y la investigación pictórica instalada en el universo brasileño. La combinación interna de esos cuadros nos desnuda una actitud y arte dispuestas a explorar, pensar y absorber distintos espacios y formas culturales y todo lo que presuponen.

Esa mezcla de la naturaleza exuberante, de lo mágico y de lo prosaico invadió, con el tiempo, el conjunto de trabajos de Ponç en Brasil, puesto que en su producción irrumpieron nuevos procedimientos que el pintor llevó consigo en su vuelta, años después, al país natal, como, por ejemplo, la conformación de una iconografía distinta, la persistencia del elemento mágico y la recuperación del dibujo figurativo, que, en muchos casos, brotaba de motivos orgánicos.

JOAN↔IOJANAN: BRASIL COMO DIVISOR DE ÁGUAS

Muchos de esos elementos los encontramos en la *Suite Cabezas* (1958-1961), como ya dijimos, la serie guarda estrecha relación con el convivio de Ponç con dos grupos diversos, el de los negros del *Bexiga* y el núcleo judío que lo apoyó y que estuvo muy cercano al pintor, representado por las figuras de sus exalumnos, provenientes de familias de la alta sociedad paulistana, como los Mindlin, los Leirner y los Rabinovich.

Figura 5 – Joan Ponç. *Suite Cabezas*. São Paulo, 1958-1961. Aguada y tinta sobre papel. 50 cm x 70 cm



Fuente: ©Associació Joan Ponç.

Aunque el artista tuviera presente algunas referencias del universo judío a través de la figura de Isai Leirner¹³ durante las Bienales de São Paulo y por la convocatoria del *Premio Isai Leirner de Arte Contemporánea*, será en la relación profesor-alumno que su curiosidad y un auténtico interés por esa cultura se revelará largo e intenso.

Me dedico a la enseñanza, como medio más apropiado para mantener mi libertad creadora, al margen de marchands, galerías y otras calamidades, que verifico van destruyendo paulatinamente incluso a los más resistentes. En la escuela, no hay distinción profesor-alumno; somos hermanos, soy un hermano que ha visitado un mágico lugar llamado creación y cuenta sus experiencias. Mi amor a los demás nunca fue tan intenso (PONÇ, 2009, p. 187).

Como resultado de ese convivio con sus alumnos¹⁴, Ponç pasa a estudiar la lengua hebrea a través de contactos con el Centro Cultural Brasil-Israel y se vuelca hacia los misterios de la Cábala. Como buscador de experiencias místicas, entendido aquí como un recurso del sujeto para la comprensión de su lugar en el mundo y de su

¹³ Isai Leirner (Varsovia, 1904 - São Paulo-1962). Industrial, coleccionador y galerista, se mudó a São Paulo en 1927 junto a su esposa, la artista Felícia Leirner (que también ha sido alumna de Ponç). De 1955 a 1957 integra a directoria do MAM. El industrial tuvo una proyección importante en el escenario artístico brasileño cuando, en 1957 rompió con el Museo de Arte Moderno (MAM), por una polémica relacionada a la III Bienal de São Paulo. Con dicha ruptura propuso una exposición paralela al dictamen, titulada 12 artistas y creó el *Premio Isai Leirner de Arte Contemporánea*, con lo que tuvo éxito, lo que lo llevó a fundar la Galería de *Artes das Folhas*. Con su muerte, en 1962, se extinguió el premio Leirner y, poco después cerraron la galería.

¹⁴ Me gustaría registrar mi inmensa gratitud a Jeanete Musatti, Nelson Leirner, Paulina Rabinovich, Lygia Rabinovich, Kátia Rabinovich, Dora Leirner, Carlos Durán (Galería Senda), Jordi Carulla (Associació Joan Ponç), Sol Enjuanes (Universitat de Barcelona) y Sarah S. Pons por toda atención, testimonios entusiasmados, por la cesión de la correspondencia con Ponç, además de las imágenes de las obras de sus acervos, sin el apoyo y contribución de dichas personas, difícilmente, esa investigación hubiera alcanzado la densidad necesaria.

entorno, el pintor pasa a frecuentar sinagogas y se somete a una especie de bautismo, del cual emerge “Iohanán”, su nueva identidad artística vinculada al mundo hebreo.

El nombre asumido, gráfica y anímicamente, se encuentra, en grande parte, en las firmas de la *Suite Cabezas* (1958-1959) y *Cabezas Clásicas* (1960-1962), esta última conocida en Brasil como la *Suite Filósofos*, según testimonio de Jeanete Mussatti¹⁵, artista plástica y exalumna de Ponç.

Especialmente en la *Suite Cabezas*, el elemento central que forja la serie, sin duda, es la representación mística, aquí entendida como una búsqueda de comprensión del papel del sujeto en el mundo. En esa indagación, plasmada en introspección pictórica, se repiten algunas constantes: la cabeza inclinada, la mirada fija hacia el vacío, una preocupación por delinear de forma acentuada la boca de los personajes pintados y la presencia de “cucuruchos”. Es curioso como la perennidad de esos accesorios parece haber surgido de una apropiación de Ponç de colores y formas del folklor brasileño, según el relato del coleccionador y galerista Salvador Riera:

Salvador Riera, que con la galería que dirige en Barcelona ha hecho pervivir el nombre de la revista y en cierta forma el espíritu del movimiento, coincidió con Ponç en Brasil. “Tenía un enorme crédito en aquel país- dice el director de la actual Dau al Set-. El impacto del paisaje brasileño influyó notablemente en su dibujo. La presencia de los insectos o los rituales macumba y vudú reforzaron la figuración mágica de su trabajo y sus series de hombres con sombrero en punta, los cucuruchos, está tomada del folklor de aquel país” (CASALS, 1984, p. 5).

Si ignoramos el exotismo que puebla el imaginario de la narración de Riera, como la mención equivocada al “vudú” en tierras brasileñas, la afirmativa de que esos cucuruchos florezcan de la lectura y del convivio con la cultura brasileña, refuerza la manipulación y la creación ponciana, puesto que en la *Suite Cabezas* se puede observar ecos de la coexistencia entre elementos de la tradición ibérica aliados al sondeo del mundo del *Candomblé*.

Al pensar en los elementos de la cultura ibérica que se cristalizaron en el folklor de Brasil, tal vez los “reisados” sean las tradiciones folclóricas en que se puedan identificar con mayor intensidad los elementos que Ponç tomó e incorporó a la *Suite Cabezas*: “Denominación erudita para los grupos que cantan y bailan en la víspera y Día de Reyes” (CASCUDO, 2001, p. 284). *Originariamente, los portugueses*

¹⁵ Entrevistas concedidas a la autora en enero, mayo y octubre de 2017 en su residencia en São Paulo.

introdujeron esa fiesta popular en el periodo colonial y hasta hoy la celebran en diversas regiones de Brasil, con especial destaque al Nordeste brasileiro.

Creemos que los posibles puntos de contacto y de recreación entre la obra ponçiana y el folklor nacional reposan en el personaje Mateu, que con su ropa a cuadros y su cucurucho, denominado “cafuringa”, representa aquel que inquieta al público y lo hace reír. La indumentaria, en especial su cucurucho, reverberan las innúmeras *cabezas* inclinadas de Ponç en la suite citada, pero ese no es el único punto de intersección, el otro reside en su proximidad a la figura del arlequín. Se puede decir que los “Mateus” están aparentados al arlequín —personaje presente en casi toda obra de Ponç—, y como tal, remonta a los rituales sagrados de la Antigüedad.

Son diversas las discusiones sobre esa figura, así como los nombres dados a ella en distintos tiempos y lugares: arlequín, saltimbanqui, bobo de la corte, prestidigitador, bufón, clown y etc. En muchos casos, dentro de los debates de la crítica¹⁶, se presupone que esta figura nace de la función de ahuyentar el miedo o el mal, de ahí que el efecto cómico surja de sus imitaciones de deficiencias humanas, representadas, por ejemplo, por la ceguera, por la deformidad corporal o incluso por enfermedades relacionadas a la mutilación, como la lepra. Al ridiculizarlas a través de su lenguaje gestual y verbal, esos personajes provocan la risa (CASTRO, 2006, pp. 104-105). Por lo tanto, se trata de un personaje que se mueve entre la risa y la seriedad, lo ritual y lo mundano, y casi siempre con un verbo tildado por la crítica social e histórica. Tal libertad de desplazamiento, a su vez, evoca la figura del comodín, popularizada por la baraja.

El comodín, como figura imprevisible y libre, como aquél capaz de estar en cualquier lugar y cambiar el rumbo del juego, ya lo trabajaron colectivamente el grupo *Dau al Set*. En su etapa “mágica”, todo lo que hurgara la prestidigitación, la astucia, el juego y la magia le interesaban a Ponç, lo que, ciertamente, lleva consigo y en su obra¹⁷.

¹⁶ Para un estudio más detallado sobre la figura del arlequín o del saltimbanqui ver: Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1987; Bergson, Henri. *O riso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980; Burke, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Fo, Dario. *Manual mínimo do ator*. São Paulo: Editora Senac, 1998; Hugo, Victor. *Do grotesco e do sublime*. São Paulo: Perspectiva, 2002 y Starobinski, Jean. *Portrait de l'artiste en saltimbanque*. Paris: Gallimard, 2004.

¹⁷ Vale la pena indicar que Ponç participa de la película *Nocturn 29* escrita por Pere Portabella y Joan Brossa, con música de Josep M. Mestres Quadreny, interpretada al piano por Carles Santos. Además de Ponç, forman parte del reparto de esa película enigmática, la actriz Lucía Bosé y el pintor Antoni Tàpies. Según Portobella, la película buscaba, a través de una secuencia de escenas fragmentadas y discontinuas, componer un retrato de la burguesía española que seguía apoyando el régimen dictatorial de Francisco Franco en los años 1968. Una de las secuencias se refiere oblicuamente al franquismo y a las dictaduras de Salazar, en Portugal y al régimen militar en Brasil. Para más detalles ver: <http://www.pereportabella.com/cat/inici>

Acomodados en el “entredicho”, esas figuras enigmáticas y casi fantásticas de la serie *Cabezas* se manifiestan de manera contundente: por un lado, está la posible apropiación de Ponç de los sombreros de los “reisados” brasileños, por otro, el gesto de esas cabezas, casi siempre inclinadas, con ojos fijos en un punto en el infinito, como si estuvieran en trance. Ese trance, a su vez, evoca el movimiento corporal característico en el momento de la incorporación del santo en los rituales de Umbanda y del Candomblé, a la vez que recupera el gesto plasmado en los espectáculos de Yanka Rudzka, con los cuales el pintor colaborara:

Figura 6 – Imagen del espectáculo Candomblé, 1957. *A tarde Cultural*, 8 de enero de 1994, p.8.



Fuente: ©Acervo Centro da Memória da Bahia.

Indudablemente, ese gesto ancestral se vincula a innúmeras posibilidades y se barajan en sus referencias: la boca entreabierta como un portal, lista para recibir el soplo de la vida, que caracteriza la incorporación, el sombrero icónico como una forma de verticalización o ascensión en búsqueda del toque de la divinidad.

No candomblé, os deuses — com algumas exceções — e outras entidades que podem ser cultuadas ou não — fazem-se representar ao grupo de culto pelo transe de possessão. O sacerdócio consiste precipuamente em deixar-se possuir ou “cavalgar” pelos deuses, de modo que estes possam, através de seus “cavalos”, conviver com os mortais e ser por eles adorados (PRANDI, 2004, p. 171).

En sus imágenes, la suite presenta cabezas inclinadas como si tuvieran un nudo en la garganta, cuya respiración entrecortada pulsa en el lienzo a través de sus noventa y nueve cabezas que no se repiten, aunque obedezcan a un mismo gesto y movimiento. De ahí que podamos afirmar que lo irrepitible de la suite se equipara a la experiencia singular que presuponen los rituales del Candomblé:

Para os que entram em transe, e que portanto vivem mais intensamente a experiência religiosa, este aflorar de emoções muito profundas, o candomblé permite desfrutar de um estado psicológico extraordinário, que é pessoal e intransferível (PRANDI, 2004, 166).

También se puede decir que el carácter irrepetible de la serie y su obsesión por transmitir esa imposibilidad de reproducción fortalece el entendimiento de Ponç sobre los rituales que presencié y sobre el respeto por la cultura negra en el barrio de *Bexiga*¹⁸, cuya experiencia ha capturado con gran sensibilidad.

Figura 7 – Croquis *Suite Cabezas*, 1958-1959. Lápiz sobre papel, 6 cm x 4 cm.



Fuente: ©Associació Joan Ponç.

No por casualidad, Ponç, en diversas entrevistas o declaraciones, reafirmó su deslumbramiento por los rituales de religiones afrobrasileñas, contemplados en *Bexiga* y, posiblemente, durante su viaje a Bahía, en el nordeste brasileño. En esos años de estancia, a la medida que el pintor absorbía los elementos de la cultura brasileña de su entorno, profundizaba su arte y buceaba en experiencias extraordinarias y alucinantes:

En Brasil siempre se habla de los espíritus, espíritus que bajan hasta nosotros, yo estaba muy influido por aquel mundo, pensé que el

¹⁸ Según el profesor Reginaldo Prandi, en su obra *Os candomblés de São Paulo*: “Em 1984, uma pesquisa realizada por pesquisadores filiados ao Centro de Estudos da Religião “Duglas Teixeira Monteiro” (CER), sob coordenação de Lísias Nogueira Negrão e Maria Helena Concone, fez um extenso levantamento nos cartórios da Capital de centros de espiritismo, umbanda e candomblé, parte de projeto mais amplo sobre a memória e história da umbanda em São Paulo. Os resultados foram desconcertantes. Até o final da década de 1940 os registros acusavam a presença de 1.097 centros kardecistas, 85 centros de umbanda e *nenhum* candomblé. Na década de 50 surgia nos registros apenas um terreiro de candomblé, mas a umbanda já ameaçava definitivamente a presença do kardecismo, disputando com ele passo a passo o surgimento de novas casas de culto. Ao final da década de 80, entretanto, pelas estimativas obtidas a partir dos dados do CER, chegaremos a cerca de 17 mil terreiros de umbanda, 2.500 centros de espiritismo kardecista e o mesmo número de terreiros de candomblé”. Por lo tanto, es posible que los rituales afrobrasileños que presencié Ponç provinieran de la Umbanda, aunque el pintor haya afirmado que presenciara rituales del Candomblé. De cualquier manera, la experiencia del trance está presente en ambas religiones, aunque haya diferencias en su tratamiento.

espírito de Rogent había bajado hasta mí y me enseñaba el camino. La forma de sobrevivir como artista y como hombre era la enseñanza, dedicarme a dar clases. Y de repente, como si estuviera dormido, todo lo que yo pudiera tener de profesor emergió. Y tuve una enorme necesidad de explicar mediante la palabra lo que yo pensaba que era el arte. Me di cuenta de que no era fácil explicarlo, pero, a pesar de todo; tuve un enorme éxito como profesor, y cobraba tres meses adelantados, y luego diez, y al fin, había señoronas y marquesas y duquesas que para que fuera a darles una hora de clase a sus casas me daban enormes sumas (SOLER SERRANO, p. 121).

Seguramente hay cierta exageración en la declaración de Ponç sobre las sumas recibidas por sus clases, puesto que Ponç vivió, frecuentemente, con dificultades económicas en Brasil, según el relato de algunos de sus exalumnos y de amigos de la época; no obstante, es innegable que las experiencias narradas entrelazan dos universos: el de las religiones afrobrasileñas y el del folklor brasileño, además de la investigación y creación artística en el país. Y sus reflexiones y tránsitos exhiben una época de grandes transformaciones sociales, artísticas y anímicas en Brasil, con especial destaque a São Paulo.

Y pese a que la “caligrafía” ponciana fuera volviéndose cada vez más precisa y geométrica con el paso del tiempo, en especial en los años setenta, la profusión de los colores brasileños siguió persistiendo en su imaginario, en su escritura y en su obra pictórica. En ambos espacios se unen historia personal y colectiva, reconociéndose en un largo ejercicio de contención y apropiación de Ponç de los elementos del paisaje, de la cultura y del arte brasileños, que se tradujeron no sólo en su obra, sino en su inagotable capacidad de absorción a través del convivio y del estudio, reflejada también en su diario, comprendido como un locus de reflexión, cuyas pequeñas iluminaciones encarnan una escritura íntima, cuya extensión traza parte de su historia en Brasil. Aunque de manera fragmentada y plagada de metáforas, esa escritura recompone una individualidad pegada a una colectividad, ambas fusionadas por la recuperación de un pasado reordenado y recreado por una mano que pinta y escribe a fin de revelar una extrema inquietud del ser, fijada entre lo real y lo imaginario.

Instalados en esa frontera, podemos terminar ese texto arriesgándonos a decir que los actos de pintar y escribir acompañaron la vida de Ponç en Brasil y esas acciones se constituyeron como intervenciones que actuaron a favor del conocimiento de sí y del otro, además de configurarse como elementos mediadores de que Ponç dispuso para consagrar lo que vivió y pensó en tierras brasileñas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi - *O Sagrado no Catolicismo do Bixiga*. 1989. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 1989.

ALVES, Castro. *Os melhores poemas de Castro Alves*. Seleção e apresentação de Ledo Ivo. São Paulo: Global, 1985, p. 91.

ARIEL. *Revista de les arts*. Any III. Barcelona, abril de 1948.

BROSSA, Joan. “La presencia forta”. *Algol*, n. 1, 1947, p. 5.

BÜRQUER, Peter. *Teoria da Vanguarda*. São Paulo: Cosac&naif, 2001.

CALVO Serraller, Francisco. *El arte contemporáneo*. Madrid: Taurus, 2014.

CASALS, Montserrat. “Joan Ponç visto por sus compañeros de generación”. *El País*, 7 de abril de 1984, p. 5,

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001. Impreso.

CASTRO, Alice Viveiros de. *O Elogio da bobagem – palhaços no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Família Bastos, 2005.

CASTRO, Márcio Sampaio de. *Bexiga. Um bairro afro-italiano: comunicação, cultura e construção de identidade étnica*. 2006. Dissertação. (Mestrado). Universidade de São Paulo: Escuela de Comunicações e artes, 2006.

MASSOT, Josep. "La Plaza Mágica de *Dau al Set*". *La Vanguardia*. Barcelona, 6 de marzo de 2011, p. 57.

MARZOLA, Nadia. *Bela Vista. Série História dos Bairros de São Paulo*. Volume 15. Prefeitura de São Paulo: São Paulo, 1979.

MUSEU DE ARTE MODERNA. “Apresentação” in *50 anos de paisagem brasileira*. São Paulo: MAM, 1956, p. 10.

PARCERISAS, Pilar (ed.) *Ponç abans de Ponç*. Barcelona: Associació Joan Ponç, 2014.

PEDROSA, Mario. “Carta de Mario Pedrosa a Arturo Profili”, 13/7/1953. São Paulo. Fundação Bial.

PONÇ, Joan. *Diari d'artista i altres escrits*. Barcelona: Edicions Ponçianes, 2009.

PRANDI, Reginaldo. “O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso”. *Estudos avançados*. v.18, n. 52, . p. 1-16, Set.dez, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015. Acesso em 12 de abril 2020

RABINOVICH, Paulina. Entrevista por Margareth dos Santos. Junio y octubre de 2017. São Paulo.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp: Campinas, 2000.

STAROBINSKI, Jean. *Portrait de l'artiste en saltimbanque*. Paris: Gallimard, 2004.

SOLER SERRANO, Joaquín. “Mis personajes favoritos”. Resumen de las más famosas entrevistas en el programa “A fondo”. Joan Ponç. Tele-radio. Maig-juny (1964), nº. 34.

**O NUEVO CINE LATINOAMERICANO E SEUS ESPAÇOS DE
LEGITIMAÇÃO: UM ESTUDO DE INSTITUIÇÕES QUE MARCARAM SUA
HISTÓRIA E SUA REDE TRANSNACIONAL**

Fabián Núñez¹

Mariana Martins Villaça²

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordamos algumas instituições que na América Latina, entre os anos 1960 e 1980, contribuíram para fomentar e amparar política e institucionalmente uma certa rede transnacional, no âmbito da cinematografia e da cinefilia latino-americanas identificadas ao chamado *Nuevo Cine Latinoamericano* (também conhecido por sua sigla, NCL, que adotaremos neste texto).

Antes de tudo, cabe uma breve definição do que entendemos por *Nuevo Cine Latinoamericano*, um tema complexo e já pesquisado e discutido em uma série de trabalhos.³ O *Nuevo Cine Latinoamericano* é geralmente identificado como um movimento que surgiu a partir do final dos anos 1950, com a defesa apaixonada de cineastas, críticos, cineclubistas, entre outros sujeitos envolvidos nesse campo, que apregoavam um cinema “autêntico”, fiel à denúncia dos problemas político-sociais e das necessidades da América Latina. Grosso modo, para seus entusiastas, geralmente engajados na defesa da revolução, esse novo cinema deveria também se pautar pela busca de uma estética própria e buscar alternativas para sua difusão, de modo a atingir um público amplo e contribuir com a conscientização política das massas. Nesse sentido, os autores argentinos Octavio Getino e Susana Velleggia destacam seu explícito caráter de denúncia, a filiação política de boa parte dos cineastas, o aproveitamento de circuitos alternativos para difusão (sindicatos, escolas, universidades,

¹Professor do Depto. de Cinema e Vídeo – Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: fabian_nunez@id.uff.br.

² Professora de História da América do Depto. de História – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: mariana.villaca@unifesp.br.

³ Citamos, por exemplo: NÚÑEZ, Fabián. *O que é Nuevo Cine Latinoamericano? O cinema moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas*. Tese de Doutorado em Comunicação, UFF, Niterói, 2009. DEL VALLE DÁVILA, Ignacio. *Cámaras en trance. El nuevo cine latinoamericano. Un proyecto cinematográfico subcontinental*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2014.

partidos de esquerda) e a proposta de unir teoria e prática em prol da transformação da realidade.⁴ Ideologicamente, há um franco diálogo dos cinemanovistas latino-americanos com cineastas politicamente engajados nos “cinemas novos” de outras partes do mundo (e destacamos, nesse sentido, um grande afã pelo documentarismo) e uma nítida influência do ideário terceiro-mundista e dos discursos em prol dos movimentos revolucionários e de libertação nacional em vários continentes.⁵

Não há apenas um marco fundador desse movimento, ainda que durante muito tempo a historiografia tenha considerado o *I Encuentro de Cineastas de América Latina* em Viña del Mar, no Chile, em 1967, como um evento seminal. Alguns autores identificam os princípios norteadores do NCL já em eventos no final dos anos 1950, como o *Primer Congreso Latinoamericano de Cineístas Independientes del SODRE*⁶ (Montevideu, 1958), ou na postura de muitos cineastas, naquela época, em se oporem ao estilo dos filmes e dos festivais de cinema que vinham se realizando na América Latina, como os de Mar del Plata e Punta del Este, um tanto glamourosos, bastante vinculados às questões de mercado e à indústria cinematográfica estrangeira. Com o impacto do Neorealismo italiano em nosso continente, abre-se uma perspectiva alternativa de se fazer e pensar cinema na América Latina, que, ao se somar com aspectos políticos e estéticos locais, configura um movimento que floresce na década de 1960, batizado de *Nuevo Cine Latinoamericano*. Além dos festivais, parte da crítica, sobretudo a que não estava vinculada aos grandes meios de comunicação, também contribuiu para o debate e a difusão dos filmes e para o fomento e a circulação das ideias do NCL. É o caso, por exemplo, de algumas revistas de cinema, como a peruana *Hablemos de cine*, a venezuelana *Cine al día*, a chilena *Primer plano*, a uruguaia *Cine del tercer mundo* e a publicação oficial do ICAIC, *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, a *Cine Cubano*. De todo modo, é praticamente consensual considerar que há um momento importante de afirmação desses movimentos no final dos anos 1960, principalmente por

⁴ Do ponto de vista estético, salientam características que, entretanto, não traduzem a heterogeneidade dessa produção, como o farto uso de símbolos, a presença de não atores, a linearidade do tempo e da narração e a realização de filmagens em espaços públicos. GETINO, O.; VELLEGGIA, S. *El cine de 'las historias de la revolución'*. Buenos Aires: Altamira/Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales, 2002.

⁵ A esse respeito, recomendamos o verbete “Los nuevos cines en el espacio atlántico” escrito por Ignacio del Valle Dávila para a Plataforma “Transatlantic Cultures. Cultural Histories of the Atlantic World 18th – 21st, Centuries”. Paris 2020. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org/pt/topics/cinema>.

⁶ *Servicio Oficial de Difusión Radio Eléctrica* (atual *Servicio Oficial de Difusión, Radiotelevisión y Espectáculos*), criado por lei em 1929, é uma instituição pública uruguaia, cuja missão é gerar e difundir informação, arte e cultura. Atualmente, é um instituto vinculado ao Ministério da Educação e Cultura do Uruguai.

ocasião de três eventos, que selam o compromisso de muitos cineastas latino-americanos com as bandeiras anteriormente expostas, ainda que houvesse uma ampla diversidade de temas e estilos em suas cinematografias. São eles: o já mencionado *I Encuentro de Cineastas Latinoamericanos*, durante o *V Festival de Cine de Viña del Mar* (Chile, 1º a 8/3/1967); a *I Muestra de Cine Documental Latinoamericano* de Mérida (Venezuela, 21 a 29/09/1968) e o *II Encuentro de Cineastas Latinoamericanos* durante o *VI Festival de Cine de Viña del Mar* (25/10 a 1/11/1969).⁷

Assim, vemos o NCL como um movimento plural, que englobou os mais diversos realizadores, estéticas e expressões nacionais, mas que em diversos momentos se orientou, coletivamente, por alguns princípios e causas comuns. Esse movimento, como procuraremos demonstrar, durante mais de duas décadas, contou com o apoio de instituições que se constituíram em torno dele ou se aproximaram de suas causas.

Focamos mais especificamente a história da UCAL, Unión de Cinematecas de América Latina, mostrando como as cinematecas não estiveram de forma alguma apartadas das efervescentes discussões que permeavam o meio cinematográfico e mobilizavam os realizadores. Num segundo momento, focamos os efeitos da realização, em Cuba, do *Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano* (FINCL), tais como a criação, também nesse país, da *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano* (FNCL). Nosso interesse é, a partir das experiências individuais de pesquisa que acumulamos⁸, iluminar, em uma mesma abordagem, algumas instituições de naturezas distintas que, no âmbito da história do cinema latino-americano na segunda metade do século XX, tiveram fundamental importância na alimentação dessa rede de intercâmbios e conexões.

As instituições, que escolhemos destacar em nossa reflexão histórica sobre a dinâmica que perpassa a constituição dessa rede, foram atuantes e politicamente

⁷ Após esses encontros, outros eventos marcantes ocorrem nos anos 1970 e são o *IV Encuentro de Cineastas Latinoamericanos*, em Caracas (5 a 11/09/1974), e o *V Encuentro*, em Mérida (abril de 1977).

⁸ Referimo-nos a nossas pesquisas de doutorado e às investigações que temos realizado sobre o cinema latino-americano da segunda metade do século XX nos últimos anos. Mariana Villaça desenvolve atualmente uma investigação sobre o cinema cubano, tangenciando, em perspectiva mais ampla, as problemáticas sobre o NCL, por meio do Auxílio Regular à Fapesp 2020/15186-6, cujo projeto se intitula “O Noticiero ICAIC Latinoamericano: educação e “formação revolucionária” em Cuba (1960-1990)”. Por sua vez, Fabián Núñez realizou a sua pesquisa pós-doutoral com o projeto intitulado “Cinema, memória e política: a formação e os dissensos na *Unión de Cinematecas de América Latina* (1965-1984)” no Programa Pesquisador Colaborador da Universidade de São Paulo (USP), de julho de 2018 a junho de 2019, na Escola de Comunicações e Artes (ECA), sob a supervisão do Prof. Dr. Eduardo Morettin.

significativas em momentos distintos. Assim, este capítulo está organizado em duas partes. Na primeira, percorremos a história da UCAL recuando um pouco no tempo de forma a abordar desde a instituição que a antecede nos anos 1950, até o seu gradual esfacelamento, nos anos 1970. Verificamos que a história da UCAL estabelece fina sintonia com as concepções que norteiam, então, o meio cinematográfico: a demanda por se atingir um público mais amplo (maior que a elite cinéfila habitual que constituía o “público cativo” das cinematecas) e a cobrança de que instituições, cineastas, eventos estivessem comprometidos com a promoção de um cinema político, crítico e vinculado às bandeiras e necessidades próprias da América Latina. Na segunda parte do capítulo, o foco se direciona a Cuba, particularmente, à formação da *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano* (FNCL), como um desdobramento do *Comité de Cineastas de América Latina* (C-Cal) e, de modo mais amplo, às implicações da acolhida, por esse país, de eventos e entidades promotores do NCL nos anos 1980.

Consideramos o NCL objeto privilegiado para um enfoque que valorize as redes transnacionais em perspectiva regional (ou subcontinental, como preferem alguns), bem como para o exame da circulação de ideias, a identificação de um dado circuito e da inter-influência de determinados projetos nas distintas cinematografias nacionais. Lembramos que o período contemplado por este trabalho, especialmente os anos 1960 a 1980, é uma fase da história latino-americana atravessada pelos “anos de chumbos” em diversos países, e marcada por deslocamentos forçados de cineastas (e de outras “gentes do cinema”) em busca de condições materiais e políticas favoráveis para produzir, escrever, filmar, exhibir. Também se trata de um período fértil para o florescimento do ideário latino-americanista, marcado pela utopia revolucionária – personificada na revolução cubana – e o desejo coletivo, de intelectuais, artistas, cineastas, de fomentar a unidade regional em prol de causas e bandeiras comuns como o anti-imperialismo, o fim da dependência, do subdesenvolvimento, da influência cultural estadunidense, entre outros males. A necessidade constante, face à sucessão de golpes militares e períodos repressivos, de se buscar os locais viáveis para a realização de determinados encontros, congressos, eventos e projetos favoreceu a construção de “pontes clandestinas” (para usarmos uma expressão de José Carlos Avellar⁹) e potencializou as experiências, quando possíveis, de diálogo, de trocas em torno da utopia de se buscar um cinema

⁹ AVELLAR, J. C. *A ponte clandestina*: Birri, Glauber, Solanas, Getino, García Espinosa, Sanjinés, Alea – Teorias de cinema na América Latina. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. 34/Edusp, 1995.

autêntico, latino-americano. Vemos, portanto que não apenas os cineastas e seus filmes, as revistas especializadas de cinema, os manifestos, mas também determinadas entidades ou instituições participaram ativamente como palco, arena de disputas e agentes diretos na construção de uma valorosa rede marcada por certas práticas e por um determinado discurso sobre o cinema latino-americano.¹⁰

CINEMATECAS LATINO-AMERICANAS: REDES ENTRE NÓS E CORTES

A Seção Latino-Americana da FIAF: a primeira organização das cinematecas na América Latina

As primeiras cinematecas da América Latina começaram a surgir após o término da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, a partir da virada dos anos 1940 aos 1950. Um dos principais impulsionadores de suas criações foi Henri Langlois, o mítico fundador da Cinemateca Francesa e secretário-geral da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) durante anos, que, por intermédio de doação de cópias de filmes, ajudou a criar os fundos das recém-criadas cinematecas. Em alguns casos, tais lotes precederam as instituições de guarda que surgiram, então, estimuladas pelo empenho de figuras locais do âmbito cinematográfico e cultural, por sua vez, apoiadas, estratégica e externamente, por Langlois. E é no interior da FIAF que podemos encontrar a primeira formalização de uma rede de cinematecas na América Latina. Por ocasião de uma viagem de Langlois a Montevideu e a São Paulo, em 1954, levantou-se a ideia de se criar um bureau da FIAF na América Latina, cuja sede seria no Brasil, com ramificações em outros países.¹¹ Uma das ideias presentes na FIAF, naqueles anos, era o projeto de um fundo internacional de circulação de filmes, a partir do acervo de seus membros. Assim, para esse projeto, houve a proposta da criação de seções regionais da associação. No entanto, dos esforços de formação dessas seções da FIAF, a única, de fato

¹⁰ A necessidade de se levar em conta os “diálogos” internos e fazer comparações entre as diversas expressões que o integram ao se estudar o NCL é condição intrínseca à abordagem recente desse objeto, evidente nos trabalhos acadêmicos de fôlego já aqui citados sobre esse movimento e também na bibliografia publicada na Europa, caso de PARANAGUÁ, P. A. *Le cinema en Amérique latine: le miroir éclaté. Historiographie et comparatisme*. Paris: L’Harmattan, 2000.

¹¹ Correa Júnior frisa que se formou nesta ação uma triangulação entre as cinematecas membros da FIAF do Brasil, da Argentina e do Uruguai, mas que o projeto original de Langlois seria uma sede em São Paulo com prováveis ramificações em Caracas, Havana e Cidade do México. Ver CORREA JÚNIOR, Fausto. *O cinema como instituição: A Federação Internacional de Arquivos de Filmes (1948-1960)*. Tese de Doutorado em História, Unesp, Assis, 2012, p. 66.

implementada, foi a Seção Latino-Americana, já que a do Leste Europeu jamais se constituiu. Em meados dos anos 1950, a presença latino-americana na FIAF tinha uma relativa relevância, devido, em especial, a algumas figuras como o uruguaio Danilo Trelles, o argentino Rolando Fustiñana e, principalmente, o brasileiro Paulo Emílio Sales Gomes. Todos os três formaram parte do Comitê Executivo da FIAF em uma - ou mais de uma - das gestões de 1948 a 1964, sendo que os dois últimos chegaram a ocupar o cargo de uma das três vice-presidências do Comitê Executivo.

A Seção Latino-Americana da FIAF foi criada em 1955, por ocasião de seu primeiro congresso, ocorrido em Punta del Este. Estiveram presentes representantes da Cinemateca Argentina, da Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo (atual Cinemateca Brasileira), da Cinemateca Uruguaia, do Cine Arte do SODRE¹² e da Cinemateca do Peru, ainda um projeto a ser formado (trata-se da gênese da Cinemateca Universitária do Peru, que só seria, de fato, criada em 1964). Foi eleito um comitê coordenador, formado pela Filmoteca do MAM-SP, Cinemateca Argentina e Cinemateca Uruguaia, sendo esta última designada como a Secretária-Geral da Seção Latino-Americana da FIAF. Também foi deliberado o esboço do projeto de um polo de circulação latino-americano de filmes entre as cinematecas, em parceria com os cineclubes. Conforme os seus Estatutos, o objetivo da Seção era a união entre as cinematecas do subcontinente, representar a FIAF na região, constituir um centro de informação permanente sobre arquivos de filmes da América Latina e propiciar o intercâmbio de filmes e documentação entre os seus membros. Foi aprovado que a associação aceitaria a afiliação de instituições que não fossem membros da FIAF sob o *status* de membros provisórios, sendo necessário estar ligado à FIAF para ser membro efetivo. A Seção poderia encaminhar a candidatura dos membros provisórios para a filiação na FIAF. A necessidade de ter a chancela da Seção antes da filiação à FIAF seria algo discutível ao longo de sua existência, como foi o caso da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que se filiou à FIAF por intermédio de um trâmite realizado diretamente com a sede na Europa, em 1957, portanto, sem passar pelo crivo da Seção e de seu representante brasileiro, a Cinemateca Brasileira. O mesmo

¹² O departamento de cinema do SODRE (o Cine Arte do SODRE) é criado em 1943 e sua filiação à FIAF se dá em 1945, ou seja, antes da fundação da Cinemateca Uruguaia, oriunda da fusão de dois cineclubes ocorrida em 1952. Portanto, o Cine Arte do SODRE é uma das primeiras cinematecas latino-americanas a ser membro da FIAF, ao lado da Cinemateca Brasileira. Em 1985, o Cine Arte do SODRE passa a ser denominado Arquivo Nacional da Imagem, que é fundido com o Museu da Palavra, convertendo-se no atual Arquivo Nacional da Imagem e da Palavra (ANIP).

debate volta à tona quando, em 1959, a Cinemateca Argentina aconselhou à FIAF a rejeição da afiliação do Museu do Cinema de La Plata.

Em 1956, foi realizado o II Congresso de Cinematecas Latino-Americanas, em São Paulo. Estiveram presentes, além da equipe da Filmoteca do MAM-SP (às vésperas de se separar do Museu e rebatizar-se como Cinemateca Brasileira), representantes das cinematecas rio-platenses e observadores paraguaios e chilenos. O informe brasileiro sublinhou a importância do equilíbrio nas ações de preservação, documentação, pesquisa e difusão. E um dos tópicos que será uma constante nas reuniões das cinematecas é a importância de conseguir estabelecer um diálogo entre os arquivos audiovisuais e as autoridades locais e aduaneiras para melhorar a circulação de filmes entre os países vizinhos. Para isso, a campanha das cinematecas junto aos seus respectivos governos da necessidade do entendimento sobre o caráter cultural e educacional do cinema. Por fim, foi unânime a decisão de que houvesse a presença de um delegado da FIAF nas reuniões e congressos da Seção Latino-Americana.

O congresso de 1957 foi adiado inicialmente por seis meses, devido ao incêndio sofrido pela Cinemateca Brasileira no começo daquele ano, mas o terceiro congresso somente ocorreu em 1959, em Mar del Plata. Um tema que retornou, pois já estava presente no encontro anterior, era que a FIAF arcasse em parte com os custos dos encontros e eventos da Seção Latino-Americana. A dificuldade financeira da associação foi uma constante nos debates. Por isso, a indicação de aproveitar outros eventos cinematográficos para a realização dos congressos da Seção, como foi o caso do encontro marplatense, ocorrido em conjunto com o festival de cinema da cidade. Foi aprovada a constituição de um fundo especial da Seção Latino-Americana da FIAF, destinado ao financiamento de gastos em película e laboratórios para a obtenção de contratipos dos filmes que compõem o acervo das cinematecas-membros da Seção.

Nesse ínterim, instaurou-se uma crise no seio da FIAF, que culminou no rompimento da Cinemateca Francesa com a associação. Langlois, que era a figura catalisadora da relação dos latino-americanos com a Europa, estava no epicentro da crise. Foi justo nesse momento em que ocorre o IV Congresso de Cinematecas Latino-Americanas, em Montevideú, em 1960. O tema foi abordado com cautela, solicitando mais informações acerca do caso à sede da FIAF. E, assim, o posicionamento dos membros da Seção foi que, caso ocorresse a cisão, deveriam se unir esforços para que a crise fosse superada. E se caso Langlois criasse uma outra federação, o que, de fato,

ocorreu, os membros latino-americanos se associariam a ela, sem abandonar a FIAF. Caso os estatutos da FIAF impedissem a dupla associação, a ideia era as cinematecas latino-americanas abandonarem ambas. Como podemos ver, no primeiro momento, tratou-se de uma postura de isenção, com o cuidado de não tomar partido para nenhum dos lados na querela, que enveredou para o âmbito da judicialização. A temática do pertencimento a associações toca em um dos pontos mais controversos da Seção Latino-Americana da FIAF, ponto que voltou a ser debatido no congresso de Montevideú. Houve uma divisão entre os presentes no encontro sobre se a admissão de novos membros à Seção deveria passar antes ou conjuntamente pela FIAF. Como sintetiza Correa Júnior, “o desentendimento em torno de questões elementares como as do estabelecimento de regras para filiação e adequação dos estatutos da Seção aos da FIAF em geral, mostram fragilidades no projeto latino-americano”.¹³ Assim, a ambiguidade em ser uma agremiação pertencente a uma associação maior, mas que ao mesmo tempo, aceitava em suas atividades membros que não eram da associação-mãe, conferiu um caráter semiautônomo que não era tão desejado do ponto de vista financeiro. A FIAF jamais acatou os anseios da Seção Latino-Americana em dividir os custos. Assim, a Seção praticamente resumiu as suas ações em organizar os congressos, uma vez que as suas cinematecas filiadas tinham dificuldades econômicas e ficavam absorvidas por seus problemas internos.

No relatório, encomendado pela UNESCO, intitulado *A ação dos cineclubes e das cinematecas na América Latina para o desenvolvimento da cultura cinematográfica*, escrito por Rudá de Andrade (Cinemateca Brasileira)¹⁴, apresentado no Festival de Santa Margherite Ligure, em 1961, conclui que os congressos da Seção Latino-Americana “permitiram a troca de experiências e desenvolveram a amizade e a solidariedade, mostrando a necessidade de uma circulação continental dos filmes e da criação de cinematecas nos países que não as têm”. Frisamos que este relatório foi uma das primeiras pesquisas sobre as cinematecas da América Latina. Rudá, antes de abordar a Seção Latino-Americana da FIAF, traça inicialmente um panorama histórico da formação das cinematecas (sendo que muitas delas são oriundas de cineclubes) em

¹³ CORREA JÚNIOR. *Op. cit.* p. 147.

¹⁴ Documento escrito originalmente em francês, depositado no Arquivo da Cinemateca Brasileira. Tivemos acesso à tradução realizada pelo pesquisador Fausto Correa Júnior. Há um trecho disponível no *blog Preservação Audiovisual*, do professor Rafael de Luna. Disponível em: <<http://preservacaoaudiovisual.blogspot.com/2009/01/ao-dos-cineclubes-e-das-cinematecas-na.html>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

vários de nossos países (Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Peru, Uruguai e Venezuela), para em seguida postular conclusões e recomendações. Não podemos deixar de ressaltar a ocasião na qual o relatório foi apresentado. No começo dos anos 1960, os festivais realizados na província de Gênova, na Ligúria (Santa Margherita Ligure, em 1960 e 1961, Sestri Levante, em 1962 e 1963, e Gênova, em 1965), se tornaram um polo de difusão de cultura latino-americana e, posteriormente, africana também. Organizadas pela instituição cultural *Columbianum*, criada pelo padre Angelo Arpa, esses festivais desempenham uma função catalisadora na divulgação e sistematização de ideias sobre as novas correntes cinematográficas, forjadoras do NCL.¹⁵

Apesar do acordado no congresso montevideano de 1960, algumas cinematecas romperam com a FIAF, como a argentina e a uruguaia, acompanhando a sua congênera francesa, na cisão. E, assim, a Seção Latino-Americana se desfez, ao perder a razão de sua existência, uma vez que Langlois era o principal interlocutor com o nosso continente. Portanto, com a sua dissolução, formou-se um vazio, sendo necessária a constituição de uma nova entidade que congregasse as cinematecas da América Latina, um novo espaço de aglutinação e visibilidade internacional.

A fundação da *Unión de Cinematecas de América Latina* (1965)

Criou-se, nesse contexto de dissolução da Seção Latino-Americana da FIAF, a *Unión de Cinematecas de América Latina* (UCAL), em março de 1965, em Mar del Plata, durante a realização do célebre festival. As instituições presentes foram a Cinemateca Argentina, o Instituto Nacional de Cinematografia (INC - Argentina), a Cinemateca Brasileira, a Cineteca da Universidade do Chile, o Departamento de Cinematografia da Universidade Nacional Autônoma do México (atual Filmoteca da UNAM), a Cinemateca Universitária do Peru e a Cinemateca Uruguaia. Segundo o texto de fundação¹⁶, por razões geográficas e dificuldades de intercâmbio, a instituição foi pensada em três zonas: 1) Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; 2) Bolívia,

¹⁵ Frisamos que o célebre manifesto *Estética da fome* de Glauber Rocha é originalmente um texto apresentado no festival de Gênova, em 1965. Para mais informações sobre o *Columbianum*, ver PEREIRA, Miguel. *Columbianum: na contramão do colonialismo. Cinemas*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 103-115, jul.-ago., 1998, e, desse mesmo autor, *O Columbianum e o cinema brasileiro. Alceu: revista de comunicação, cultura e política*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 8, n. 15, p. 127-142, jul.-dez., 2007.

¹⁶ Ver UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Filmoteca de la UNAM 1960/1975*. México: s.d. pp. 21-22.

Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e 3) México e América Central. Foi nomeada uma comissão provisória integrada por três secretarias delegadas de Argentina, México e Peru, com os seguintes objetivos: organizar o primeiro Congresso, a ser realizado no prazo de um ano, formular um projeto de estatutos e estimular o intercâmbio de material fílmico. Em setembro desse mesmo ano (1965), ocorreu uma reunião no Rio de Janeiro durante o I Festival Internacional do Filme (FIF), que realizou a Ata de Ratificação da UCAL. Somaram-se nessa ocasião, as seguintes instituições: Cinemateca do México¹⁷, Cinemateca do Instituto Nacional de Cultura e Belas Artes (Venezuela) e Cinemateca Colombiana. Foram declaradas três categorias de membros na UCAL: os efetivos, os provisórios e os postulantes. Foi constituída a Comissão Provisória das Secretarias Delegadas da Argentina, México e Peru, com o objetivo de fomentar as relações entre as cinematecas da América Latina e organizar o Primeiro Congresso Internacional da UCAL, que muito provavelmente seria realizado no México (e efetivamente não ocorreu). Ficou delegada à Cinemateca Universitária do Peru a formulação do projeto dos Estatutos da UCAL e, por último, incumbiu-se à Cinemateca Argentina o assessoramento e a coordenação do intercâmbio de material fílmico. Ficou acordado que todos os membros deveriam enviar mensalmente um informe sobre suas atividades para a Cinemateca da UNAM, que, por sua vez, se responsabilizou em publicá-los e reparti-los entre as instituições da entidade. Também foi aprovada a proposta de convidar um observador da FIAF para os congressos da UCAL – uma ideia já existente na Seção Latino-Americana. Este é um ponto instigante, pois esteve presente nos dois momentos da criação da UCAL (em março, em Mar del Plata, e em setembro, no Rio de Janeiro), Henri Langlois, que tinha fundado, em 1962, a União Mundial de Museus de Cinema (UMMC), em contraponto à FIAF. Aliás, a ata de ratificação da UCAL se deu em uma reunião da UMMC e não podemos deixar de frisar a terminologia adotada para batizar a entidade, tanto pela UCAL quanto por Langlois: “União”, não “Federação”, como a FIAF. Domínguez (2013) afirma, sem maiores pormenores, que o INC argentino buscou

¹⁷ Desconhecemos que instituição é esta. Talvez seja a atual Cineteca Nacional, que é formalmente criada por lei em 1949, sendo que já existia uma autodenominada Filmoteca Nacional, criada em 1936, a partir de colecionadores de filmes. Somente em 1971, o governo mexicano cria uma sede para a atual Cineteca, passando a existir fisicamente e não mais no papel. É graças à formalização da Cineteca Nacional que o arquivo fílmico da UNAM, criado em 1960, passa a se chamar Filmoteca da UNAM em 1974. Quem esteve presente em 1965 durante o congresso que ratifica a fundação da UCAL é Carmen Toscano, filha do pioneiro do cinema mexicano, Salvador Toscano, cujo arquivo fílmico particular constitui a Fundação Carmen Toscano, criada em 1992 e membro associado da FIAF de 1994 a 2009. Em 2012, o seu acervo é depositado na Filmoteca da UNAM, por intermédio de um acordo.

inicialmente ser o sistematizador da UCAL por ser um dos pioneiros e, talvez, o principal mentor de sua criação. Cremos que o órgão congênere brasileiro (o Instituto Nacional do Cinema – INC) também fazia parte desse processo. Mas, pela documentação a que tivemos acesso, notamos que parte das cinematecas latino-americanas buscavam se manter neutras na querela entre a FIAF e a UMMC.

Em 1967, ocorreu o congresso seguinte, em Viña del Mar, em conjunto com o *I Encuentro de Cineastas Latinoamericanos*. Foram aprovados os Estatutos da UCAL, apresentados pela Cinemateca Universitária do Peru. Foi oficializada a sua divisão em três secretarias, como já havia sido proposto no momento da fundação em Mar del Plata, dispostas por área geográfica. Constituiu-se, então, um fundo de filmes, formado por todos os membros da UCAL. Esse foi um assunto constante nos debates dentro da entidade. Conforme os Estatutos aprovados, passaram a existir dois tipos de membros, os efetivos e os provisórios, sendo necessários dois pré-requisitos básicos para solicitar o ingresso à entidade: “a) Haber desarrollado una labor debidamente comprobada en el campo de la cultura cinematográfica, sin fines comerciales; b) Contar con un fondo de películas”.¹⁸ Em suma, trata-se de algo bastante genérico, uma vez que sua atenção é mais focada na difusão do que nos compromissos de conservação e restauração. Por isso, muitas das instituições que formaram parte da UCAL hoje não seriam consideradas cinematecas, em termos conceituais rigorosos, pois a ênfase não era na preservação - embora esta também estivesse presente nos debates e nos textos oficiais - mas, sobretudo, na difusão.¹⁹ Ressaltamos que a ênfase na prática da difusão estava associada ao modelo, digamos, “langloisiano” de cinemateca, devido à sua lógica de pensar a cinemateca como um polo agregador e difusor de cultura cinematográfica em estreita colaboração com os cineclubes. Já vimos a importância de Langlois na formação de várias cinematecas latino-americanas e podemos afirmar que, para muitas dessas instituições, a Cinemateca Francesa era um modelo a se inspirar. Não podemos deixar

¹⁸ UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Op. cit.* p. 25.

¹⁹ Nesta frase, estamos usando o termo “preservação” em seu sentido estrito, pois como frisam Edmondson e Souza, a preservação audiovisual, em seu sentido amplo, se define como um conjunto de ações, práticas e medidas realizadas de modo constante, como a coleta, a prospecção, a catalogação, a conservação, a restauração, a duplicação, a reconstituição, a recriação de condições de apresentação, a pesquisa e a difusão para garantir o acesso permanente às obras e ao patrimônio audiovisual. Ou seja, preservação, no sentido estrito, e difusão são duas ações interdependentes e complementares; são duas faces da mesma moeda. Uma não faz sentido sem a outra. Cf. EDMONDSON, R. *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios*. Trad. Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017 e SOUZA, C. R. *A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, USP, São Paulo, 2009.

de frisar a presença de Langlois nos dois atos de formação da UCAL, ou seja, um modo de garantir a sua influência na região. Nesse sentido, destacamos a decisão tomada no congresso da UCAL de 1968, em Mar del Plata, de redigir uma carta de protesto ao ministro da cultura da França, André Malraux, contra a demissão de Langlois da direção da Cinemateca Francesa.²⁰

O projeto do *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine* (1967) e a discussão sobre um novo conceito de cinemateca na América Latina

Sublinhamos que em 1967, em Viña del Mar, durante o *I Encuentro de Cineastas Latinoamericanos*, foi criado o que talvez seja o germe da ideia da atual *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano* (FNCL), sobre a qual trataremos mais adiante: o *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, cujo objetivo era “reunir os movimentos do ‘*Nuevo Cine*’ independente de cada país da América Latina”. A sede permanente do Centro seria Viña del Mar, cuja estrutura se constituiria por uma Comissão Executiva, formada por um representante de cada país, um Coordenador-Geral, designado em consentimento pelos representantes dos países-membros, e um Secretário-Executivo, escolhido pelo *Cine Club Viña del Mar*. Em cada país-membro se constituiria um *Centro Nacional del Nuevo Cine*. Decide-se, pelas Resoluções, organizar encontros, seminários e circular as cópias entre os países-membros, além de se fazer presente diante de agremiações internacionais, solicitando a organização de

²⁰ Cf. Carta datada de 13 de maio de 1968, assinada por Miguel Reyel Santillana, diretor da Cinemateca Universitária do Peru, a José Sanz, da Cinemateca Nacional, Brasil (Acervo da Cinemateca do MAM-RJ). Esta polêmica ficou conhecida como “o caso Langlois” (*L’Affair Langlois*), ocorrido em fevereiro de 1968. A decisão do Estado francês de destituir o fundador da Cinemateca Francesa ocasionou uma onda internacional de protestos, com manifestações de vários cineastas e críticos do mundo inteiro, provocando a reversão da decisão, com a readmissão de Langlois à frente da instituição. É importante sublinhar que a Cinemateca Francesa, até hoje, é uma instituição privada sem fins lucrativos, cuja maior parte de seu orçamento provém de verbas públicas. Por este viés, Carlos Roberto de Souza, sintetiza bem a trajetória histórica das cinematecas: “O panorama geral das dezenas de arquivos de filmes que surgiram nas décadas de 1940 a 60 era a de coleções reunidas por particulares que, a certo momento, decidiam transformá-las numa cinemateca e continuar seu trabalho de difusão cultural cinematográfica. Com o aumento da consciência de que uma cinemateca era algo um pouco mais complexo e caro, e que era importante reunir e conservar o patrimônio cinematográfico de cada país, houve o envolvimento com os poderes públicos para conseguir recursos. Em geral, como quem dá dinheiro - público ou privado - gosta também de palpitar sobre como ele será usado, criava-se uma possibilidade de ameaça de interferência na autonomia dos arquivos como empregar o dinheiro. O relato sobre a Cinémathèque Française é um pouco a história dessa tensão”. SOUZA, *Op. cit.*, p. 29. Sobre o Caso Langlois, ver BAECQUE, A. *Cinefilia: invenção de um olhar, história de uma cultura, 1944-1968*. Trad. André Trelles. São Paulo: Cosacnaify, 2010. pp. 393-409. Sobre a figura do célebre criador da Cinemateca Francesa, recomendamos o documentário *Citizen Langlois* (França, 1995), de Edgardo Cozarinsky.

mostras e seminários sobre o novo cinema latino-americano no exterior, com o intuito de divulgar o NCL, fora do subcontinente.²¹ Uma das propostas mais importantes é a organização, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, de centralizar informações sobre a recente produção fílmica dos países-membros, com o objetivo de editar um catálogo com todas essas informações. Segundo as Resoluções, publicadas na revista *Cine cubano*²², esses dados constariam de um artigo sobre o surgimento e o desenvolvimento do “cinema novo” no respectivo país, informações da produção fílmica, correspondente aos anos de 1964, 1965 e 1966, constando ficha técnica, sinopse, fotos e referências sobre a venda dos filmes para o exterior e, por fim, dados sobre a produção “importante” dos anos anteriores. Esse material, a ser produzido pelos *Centros Nacionales del Nuevo Cine*, deveria ser remetido a Walter Achúgar, em Montevideú. Além desse catálogo, competiria à Secretaria Executiva editar um boletim informativo trimestral, relatando as informações remetidas por cada *Centro Nacional*.²³

A partir dos anos 1970, à citada ênfase na difusão somaram-se os ventos revolucionários que tomaram de assalto a UCAL, a partir de seu V Congresso, realizado em Montevideú em 1971. Assim, o discurso político terceiro-mundista começou a dar o tom, dando uma virada na trajetória histórica da UCAL, ao entrar na pauta o debate sobre a redefinição de cinemateca na América Latina. Assim, foi constituída uma

²¹ As Resoluções se referem a uma Associação Internacional do Cinema Novo (“*Asociación Internacional del Nuevo Cine*”), com sede em Roma. Outro termo, que cremos se referir à mesma instituição, é Associação Internacional para a Difusão do Cinema Novo (“*Asociación Internacional para la Difusión del Nuevo Cine*”), que teria um representante na Comissão Executiva do *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, através de seu delegado na América Latina. Não temos maiores informações sobre essa associação internacional.

²² *Cine cubano*. Havana, n. 42-43-44, 1967. pp. 8-9.

²³ Em geral, o *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine* é solenemente ignorado, inclusive pela própria bibliografia sobre o NCL. Nas pesquisas realizadas por Fabián Núñez durante o seu doutorado, salvo a revista *Cine cubano* e o livro de Aldo Francia, foi identificado um silêncio estarrecedor em relação a essa instituição, criada em Viña del Mar, em 1967. Cf. FRANCIA, A. *Nuevo cine latinoamericano en Viña del Mar*. Santiago: Artecien/Cesoc 1990, pp. 140-143. No Acervo Alex Viany, se encontra depositada uma carta, dirigida a Alex Viany, do *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, assinada por Luisa Ferrari de Aguayo, solicitando informações a respeito da criação do *Centro Nacional del Nuevo Cine* do Brasil. Disponível em: <https://www.alexviany.com.br/>. Acesso em: 20 de março de 2021. Cremos que, por inércia, o *Centro* não foi adiante, talvez por seus ambiciosos objetivos. Para termos uma noção do choque entre os planos acordados nestes encontros e a prática cotidiana, nos referimos a Domínguez quando ele cita uma carta de Walther Dassori (Cinemateca Uruguiaia) a Manuel González Casanova (Filmoteca da UNAM), datada de 18 de maio de 1966, na qual relata as dificuldades provocadas pela falta de comunicação entre as cinematecas após a recente criação da UCAL, entre outros problemas. Em seguida, o autor resume: “En la carta queda explícita la precariedad de una integración regional que dependía de los correos postales, favores privados y diplomáticos, y la buena voluntad de demasiadas personas”. DOMÍNGUEZ, C. M. *24 ilusiones por segundo: La historia de Cinemateca Uruguay*. Montevideú: Cinemateca Uruguay, 2013, p. 87.

comissão, formada por delegados da Cinemateca do MAM, Cinemateca Uruguiaia e Cineteca da Universidade do Chile com o intuito de redigir um texto, que inicialmente teria um caráter interno. No entanto, é referendado pela assembleia, tornando-se, assim, uma declaração oficial da UCAL, ficando então conhecida como a “Declaração de Montevideú”. Seguindo o mesmo espírito, foi deliberada a inclusão nos Estatutos de um capítulo de objetivos, definição e fins, conforme as designações da Declaração. A Cinemateca Paraguiaia foi incumbida de redigir este novo projeto de Estatutos e apresentá-lo no próximo congresso. A Declaração de Montevideú postulava que as cinematecas na América Latina não deveriam estar a serviço de uma elitista plateia cinéfila, mas preocupada em “formar un público de cine amplio, activo y participante, y se conviertan en organismos vivos estrechamente vinculados a la realidad social, capaces en suma de utilizar creativamente un medio de comunicación de masas”.²⁴ Portanto, era preciso redefinir o conceito de cinemateca, “sin perjuicio de la labor de recolección y conservación, que de ninguna manera puede ser abandonada”, mas que as cinematecas “deberán dar prioridad a la difusión del cine que mejor contribuya a desarrollar una cultura auténticamente nacional opuesta a los valores impuestos por el sistema”. Para isso, era fundamental “rechazar las actitudes elitistas que fundamentan la concepción de la cinemateca tradicional, así como la utilización apologética o acrítica de materiales divulgados por la penetración cultural imperialista”, uma vez reconhecendo que o “acto cultural por excelencia en América Latina es la liberación de nuestros pueblos y a su servicio deben colocarse las actividades cinematográficas del continente.” Como podemos notar, no último parágrafo, a conclamação à luta pela libertação nacional se dirigia a todo o setor cinematográfico, ou seja, se subentende que também se referia a cineastas, exibidores, distribuidores e críticos, e não apenas às cinematecas. Conclamava-se que estas últimas fossem incorporadas à ação libertadora. É bastante evidente a presença do discurso terceiro-mundista, em especial, as ideias do antilhano Frantz Fanon²⁵, que também foi um dos fundamentos teóricos, por volta desse mesmo período, por exemplo, do argentino Grupo Cine Liberación, tão presente e

²⁴ UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Op. cit.* p. 29-30.

²⁵ “A cultura nacional, nos países subdesenvolvidos, deve pois situar-se no próprio centro da luta de libertação que esses países travam”. FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. 1ª reimpressão atualizada. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 268.

citado tanto em seu principal filme, o longa documental *La hora de los hornos* (Argentina, 1967-68), quanto em seu texto mais célebre, *Hacia un tercer cine* (1969).²⁶

Cabe aqui fazermos um breve parêntese para ilustrar como essa demanda por um novo formato de cinemateca também se apresentava, nessa época, por meio de iniciativas concretas, como a criação da *Cinemateca del Tercer Mundo*, em Montevidéu, em 1969, que teve um curto período de existência, em função de ataques consecutivos a sua sede, em 1971 e a prisão de alguns integrantes, que resultaram em sua total dissolução ao longo do ano seguinte. Apesar do nome algo pretensioso e da intenção latente de se apresentar como uma alternativa à Cinemateca Uruguaia, tratava-se sobretudo de um grupo de jovens cineastas e críticos de cinema que, amparado pela direção do periódico *Marcha*, reuniu um acervo de algumas dezenas de documentários de denúncia político-social (filmes “de combate” como então se dizia) realizados em países do terceiro mundo, a fim de promover exposições itinerantes, debates e arrecadação de contribuições para a produção de seus próprios documentários. O caso da *Cinemateca del Tercer Mundo*, que chegou a contar com um pequeno mas significativo acervo de filmes independentes e realizou ações em prol da afirmação do NCL²⁷, é um exemplo dessa busca por uma nova fórmula de cinemateca, engajada politicamente e voltada a um público mais amplo.

Um tema que também surgiu no Congresso de Montevidéu, em 1971, foi a discussão sobre as relações com a Cinemateca de Cuba, cujo ingresso na UCAL se deu neste encontro. Devido às restrições da expressa maioria dos nossos países com a ilha caribenha, houve uma manifestação geral de todas as instituições presentes de estreitar relações com a sua cinemateca. Assim, foram comissionados os delegados chileno e mexicano, Pedro Chaskel e Manuel González Casanova, com a missão de fazer essa ponte com a instituição, já que seus países mantinham relações diplomáticas com Cuba.

²⁶ Para as ideias do Grupo Cine Liberación, ver SOLANAS, F. E.; GETINO, O. *Cine, cultura y descolonización*. Buenos Aires: Siglo XXI: 1973. Para um estudo sobre as teorias de cinema na América Latina, ver AVELLAR, J. C. *Op. cit.*; GETINO, O.; VELLEGGIA, S. *Op. cit.* e VELLEGGIA, S. *La máquina de la mirada: los movimientos cinematográficos de ruptura y el cine político latinoamericano*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

²⁷ A *Cinemateca del Tercer Mundo*, também conhecida pela sigla C3M, publicou, em 1969 e 1970, duas edições da citada revista *Cine del tercer mundo*, que dava destaque a nomes e obras vinculados ao NCL, como o grupo *Cine Liberación*. Também realizou diversos *cine-actos* (exibições seguidas de debates) na capital uruguaia e em algumas cidades do interior, como forma de resistência política ao recrudescimento do autoritarismo no Uruguai. Para mais detalhes sobre a história dessa peculiar Cinemateca, ver VIILAÇA, Mariana. El cine y el avance autoritario en Uruguay: el ‘combativismo’ de la Cinemateca del Tercer Mundo (1969-1973). *Contemporánea – Historia y problemas del siglo XX*, Montevidéu, ano 3, vol. 3, 2012, pp. 243-264.

Sublinhamos que nos próximos encontros, a presença cubana terá uma importância chave na entidade – para alguns, até certa medida prejudicial, o que manifesta as tensões típicas da Guerra Fria –, sobretudo devido ao exílio de Pedro Chaskel, secretário-geral da UCAL, em Cuba, após a derrubada de Allende no Chile.

A verve terceiro-mundista prossegue no congresso seguinte, ocorrido na Cidade do México, em 1972. Foi aprovada a Declaração de Montevideu com o acréscimo de novos signatários e foi constituída uma comissão para a redação de um novo texto, formada por membros da Cinemateca da UNAM, Cinemateca do MAM e Cinemateca de Cuba. A Declaração intitulou-se “*Cultura nacional y descolonización cultural*” e mais uma vez se reforçava a necessidade de um novo conceito de cinemateca na América Latina, sem o desprezo das “funciones específicas a toda Cinemateca, como la conservación y difusión de las obras cinematográficas mundiales con valores históricos y/o artísticos.” Portanto, “la primera labor de las cinematecas latinoamericanas debe ser la de promover, conservar, difundir y desarrollar al máximo de sus posibilidades, el cine de su propio país e al latinoamericano que auténticamente exprese nuestra realidad y la problemática y tendencias de su transformación”.²⁸ E, por fim, afirmava-se que a “Cinemateca Latinoamericana de hoy no puede contentarse con sus funciones en tanto archivo cinematográfico. Bien al contrario, tiene que devenir en una nueva y total estructura cultural que abarque todas las modalidades del quehacer cinematográfico actual”. Para analisar a Declaração, é necessário entender que boa parte das nossas cinematecas possuía uma forte inserção no meio cultural na cidade – e, por conseguinte, no país – onde estavam sediadas, devido a várias ações que elas realizavam e, por isso, passaram a ser observadas de perto pelo aparelho de Estado com a instauração das ditaduras militares em nossos países. Não entraremos em maiores detalhes, mas podemos sintetizar a ação das cinematecas latino-americanas durante as ditaduras militares da segunda metade do século passado, a partir de quatro eixos de ação: 1) a difusão como prática de militância cultural; 2) centros de produção fílmica e de formação audiovisual, uma vez que várias cinematecas não apenas exibiam filmes, como passaram a produzir ou (co)financiar filmes, assim como também lecionavam cursos técnicos e de história e estética do cinema, buscando suprir uma formação incipiente (ou inexistente, dependendo do país) devido aos poucos cursos de cinema em nossa região; 3) o resguardo para materiais considerados subversivos, transformando as

²⁸ UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Op. cit.* p. 33.

cinematecas em verdadeiros cofres para obras do pensamento crítico em um cenário de “terra devastada” propiciada pelo terrorismo de Estado e 4) a articulação institucional em âmbito internacional, como meio de legitimação da(s) cinemateca(s) e, desse modo, valorizando as suas respectivas cinematografias (o que também inclui, um tipo de produção fílmica local identificada ao pensamento de esquerda), o que acarretou, em certo momento, a busca de uma ação coletiva de caráter continental.²⁹ É neste último eixo que vemos a ação da UCAL. No entanto, a sua radicalização político-ideológica, ao longo dos anos 1970 e inicialmente de modo consensual, será a razão das fissuras em seu seio. Isso começa a ocorrer no congresso mexicano de 1972, quando o Cine Arte do SODRE se abstém de assinar a Declaração “*Cultura nacional y descolonización cultural*”. Essa distensão iniciará um processo de rupturas que se dará nos dois próximos congressos, em 1974 e 1976.

Novos estatutos da UCAL: compromisso com o *Nuevo Cine Latinoamericano*, crise e rompimentos

A redefinição do conceito de cinemateca na América Latina será, digamos, posta em prática com as mudanças do novo Estatuto da UCAL, aprovado no congresso mexicano de 1972. Assim, é definido, logo no primeiro tópico, como os objetivos da UCAL: “promover, conservar, difundir y desarrollar al máximo de sus posibilidades el cine de los países miembros y del latinoamericano que auténticamente expresen su realidad, la problemática y tendencias de su transformación”.³⁰ Há uma prerrogativa bem clara de que tipo de filmografia era considerada a mais relevante. Porém, a ressalva de que a UCAL não se abstém de conservar e promover filmes de outros países de valores artísticos e históricos reconhecidos seria um modo de não cair em uma guarda seletiva. No entanto, é bem evidente qual tipo de filme, na ordem de preferência, deveria, de fato, ser preservado e difundido. Assim, é possível afirmar que a UCAL se torna em mais uma trincheira em defesa do *Nuevo Cine Latinoamericano*. Embora tenha ocorrido um apoio estético e ideológico por boa parte dos gestores das cinematecas a

²⁹ Para mais detalhes, ver NÚÑEZ, F. O dragão do gorilismo contra a memória guerreira: as cinematecas latino-americanas em tempos de ditadura. In: ABREU, N. C.; SUPPIA, A.; FREIRE, M. (Org.). *Golpe de vista: cinema e ditadura militar na América do Sul*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 125-143.

³⁰ Estatutos da UCAL (datilog.). (Arquivo da Cinemateca do MAM-RJ). Ver também: UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Op. cit.* p. 34.

essa produção audiovisual, será dito posteriormente que a razão das rupturas se deveu a esse alinhamento ideológico explícito durante uma perigosa conjuntura política de forte repressão na maioria dos países da América Latina. Assim, acusou-se a UCAL de estar sob a forte influência de Cuba, além da acusação às intenções de ingerência por parte de cineastas na programação das cinematecas, encarando-as como um mero canal de escoamento para os seus filmes, tolhendo a autonomia dos arquivos.³¹ Não sabemos os pormenores dessas querelas, como os nomes de alguns desses sujeitos sociais em disputa, mas as redes entre os cineastas do NCL e as cinematecas latino-americanas serão tecidas de modo cada vez mais estreitas, seguindo a trilha aberta no congresso de Viña del Mar de 1967. É significativo que os dois congressos venezuelanos da UCAL tenham sido realizados em sequência com os IV e V Encontros de Cineastas Latino-Americanos, em 1974 e 1977.³²

Assim, o VII Congresso da UCAL foi realizado em Caracas, em setembro de 1974, exatamente um ano depois do Golpe de Estado no Chile, tanto que o tema do evento foi a solidariedade aos cineastas e ao povo chilenos. Não era uma novidade a UCAL manifestar publicamente a sua posição política, uma vez que em 1972 a instituição se empenhou contra a prisão dos uruguaios Walter Achúgar e Eduardo Terra, dirigentes da *Cinemateca del Tercer Mundo*, além de ter mobilizado uma grande campanha internacional em repúdio à prisão dos cineastas colombianos Carlos Álvarez, Julia Álvarez, Gabriela Samper e Manuel Vargas. No entanto, em 1974, a conjuntura política nos países platinos era outra, o que foi decisivo para que as Cinematecas Argentina e Uruguia não assinassem a declaração em apoio aos cineastas e ao povo do Chile. Por sua vez, o Cine Arte do SODRE rompia definitivamente com a UCAL. Durante o congresso, houve uma tensão provocada pelo questionamento da Cinemateca

³¹ Apud DIMITRIU, C. Cinemateca Uruguaya - entrevista con Manuel Martínez Carril, In: *Journal of film preservation*. Bruxelas, n. 79-80, 2009, p. 51.

³² Os dois congressos da UCAL foram realizados em Caracas - retificamos o que está escrito em NÚÑEZ, F. Unión de Cinematecas de América Latina: reflexões sobre o seu processo histórico (1965-1984). *Revista Encuentros Latinoamericanos*, segunda época, vol. IV, n. 2, 2020. p. 163-183. 2020. Assim, os Encontros de Cineastas Latino-Americanos foram respectivamente realizados em Caracas, em 1974, e em Mérida, em 1977. Em 1974, foi criado o Comitê de Cineastas de América Latina (C-CAL). Por sua vez, o V Encontro de Cineastas Latino-Americanos foi realizado no final de abril de 1977 e o IX Congresso da UCAL, nos dias 01º e 02 de maio do mesmo ano. Não podemos deixar de chamar a atenção do quão sintomático é encontrarmos mais informações sobre o V Encontro de Cineastas Latino-Americanos do que sobre o IX Congresso da UCAL (um dos motivos do equívoco em NÚÑEZ, *Idem*). Também ressaltamos que em meados dos anos 1970, a Venezuela é um dos raros países latino-americanos, ao lado do México, onde os cidadãos cubanos conseguiam ingressar sem maiores entraves burocráticos.

de Cuba à programação da Cinemateca Uruguiaia, devido a cópias oriundas do USIS – Serviço Informativo e Cultural dos Estados Unidos.³³ A acusação dos cubanos era dos seus colegas uruguaios terem feito o jogo do inimigo imperialista.³⁴ A Cinemateca Uruguiaia, obviamente, se defendeu. Essas divergências, que expressavam as tensões inerentes ao cenário político da Guerra Fria, culminaram na ruptura que se dá logo em seguida, durante o VIII Congresso da UCAL, realizado em conjunto com o XXXII Congresso da FIAF, organizado pela Cineteca Nacional do México. Foi o primeiro congresso da FIAF realizado na América Latina, durante o qual se comunicou oficialmente a retirada de algumas cinematecas sul-americanas da UCAL, com a criação de uma outra instituição, a *Regional de Cinematecas del Cono Sur*. Afirmou-se que não se tratava de uma ruptura inamistosa, mas, no entanto, houve, de certa forma, uma desautorização da UCAL diante da comunidade da FIAF.³⁵ Portanto, é irônico que a cisão da UCAL tenha se dado em um congresso da FIAF em terras latino-americanas.

No entanto, são sintomáticos os eventos organizados pela Cineteca Nacional do México por ocasião do XXXII Congresso da FIAF. Tratava-se do Simpósio “O Cinema Latino-Americano: realidade ou ficção” e, em conjunto, uma mostra de filmes latino-americanos, todos vinculados ao NCL, bem como a definição de cinemateca na América Latina nos termos da UCAL.³⁶ Salta aos olhos a curadoria de filmes por seu explícito

³³ Informação dita por Luis Elbert, em entrevista concedida a Fabián Núñez, em 25 de março de 2019, em Montevidéu. Domínguez também cita este incidente, cf. DOMÍNGUEZ, C. M. *Op. cit.* p. 142.

³⁴ Na verdade, esta polêmica vinda à tona em 1974 provém de rusgas de anos anteriores. Esta acusação se encontra em um artigo contra a Cinemateca Uruguiaia publicado na revista *Cine cubano*, intitulado “El USIS en Uruguay: sus colaboradores, sus servidores, sus títeres”, no nº 69-70, de 1971. Para mais detalhes, ver SILVEIRA, G. *La résistance dans l’obscurité: le public de la Cinémathèque Uruguayenne pendant la dictature militaire (1973-1984)*. Tese de Doutorado em Estudos Transculturais, Universidade Jean Moulin-Lyon 3, Lyon, 2014, pp. 127-130 e DOMÍNGUEZ, C. R. *Idem*, pp. 120-121, 127.

³⁵ “In name of Cinemateca Uruguay, Mr. Martínez Carril informed the Assembly of the creation, in November 1974, of a new organization, the “Regional de Cinematecas del Cono Sur” whose members the Cinemateca Argentina, Cinemateca Uruguay, Cine Arte del Sodre, Cinemateca Universitaria de Paraguay and, very soon, the Cinemateca Universitaria del Peru. This association had been created to solve very concrete problems of work by a better integration of these archives in view of complementing each other’s action (e.g. in the field of programming, teaching, preserving, etc.... and the solution of problems of transport, customs, etc....). All together, the archives of the Regional had a collection of 7000 titles. The problems they encountered were mainly economical and were increased by the fact that most these archives were non-governmental and therefore heavily taxed instead of being subsidized. Mr. Martínez Carril added that some of these archives had preferred to leave UCAL but it did not mean in any way that a conflict existed between UCAL and the Regional del Cono Sur.” *FIAF XXXII México Minutes*. p. 28. Disponível em: <https://www.fiafnet.org/images/tinyUpload/E-Resources/Official-Documents/Protected%20Files/Congress-Reports/1976-Mexico%20GA%20MinutesRED.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2021.

³⁶ Os palestrantes do simpósio são Héctor Olivera (Argentina), Cosme Alves Netto (Brasil), Jorge Sanjinés (Bolívia), Carlos Álvarez (Colômbia), Julio García Espinosa (Cuba), Pedro Chaskel (Chile), Gonzalo Martínez (México), Pedro Rivera (Panamá), Nora de Izcue (Peru) e Carlos Rebolledo

viés político, durante o primeiro congresso da FIAF em território latino-americano, quando boa parte do nosso continente estava sob ditaduras militares. Esse fato se torna mais instigante ao nos lembrar que o congresso foi organizado por um órgão estatal, o que demonstra a ambígua postura do Estado mexicano, que também promovia ações autoritárias, como repressão e censura.

Nos anos 1980, iniciou-se um processo de aproximação entre as cinematecas, após a cisão de 1976. A UCAL entrou em inação, por razões que desconhecemos.³⁷ Porém, a partir de 1980, foram realizadas de modo informal durante os Festivais del Nuevo Cine Latinoamericano, também conhecidos como Festivais de Havana, reuniões referentes às cinematecas. Eram reuniões de trabalho, mas sem caráter institucional. Durante o V Festival de Havana, em dezembro de 1983, surgiu a ideia de reativar a UCAL em uma reunião de diretores de cinematecas e, assim, superar os desentendimentos passados. A ideia foi ratificada pelo Comitê de Cineastas de América Latina (C-CAL) – entidade que abordaremos mais adiante - e que, nas propostas a essa reativação, postulava o estreitamento nas relações entre a UCAL e o C-CAL. O tema entrou em debate durante o III Encontro Latino-Americano e do Caribe de Arquivos de Imagens em Movimento, realizado no Brasil, em outubro de 1984, em São Paulo e no Rio de Janeiro (foi nos dias cariocas do evento que este debate se desenrolou). Não se chegou a nenhuma conclusão, devido à falta de tempo, mas houve um consenso de que era necessária uma instituição que congregasse as cinematecas da América Latina, como um fórum de discussão da área, um polo de integração e cooperação entre nós e um espaço de visibilidade internacional para o resto do mundo. No ano seguinte, em 1985, seria criada a *Coordinadora Latinoamericana de Archivos de Imágenes en Movimiento* (CLAIM), na Cidade do México. Nos termos de Maria Rita Galvão, a UCAL “simplesmente deixou de existir”³⁸, uma vez que ela jamais foi oficialmente extinta.

(Venezuela). Os filmes exibidos são *Cantata de Chile* (Cuba, 1975), de Humberto Solás; *Ligar el alfabeto a la tierra* (Panamá, 1975), de Pedro Rivera e Gerardo Vallejo; *El coraje del pueblo* (Bolívia/Itália, 1971), de Jorge Sanjinés; *Vidas secas* (Brasil, 1964), de Nelson Pereira dos Santos; *La Patagonia rebelde* (Argentina, 1974), de Héctor Olivera; *Runan Caycu* (Peru, 1973), de Nora de Izcue e outros; *Los puños frente al cañon* (Chile/Alemanha Ocidental, 1972-75), de Gastón Ancelovi e Orlando Lübbert; *¿Qué es la democracia?* (Colômbia, 1971), de Carlos Álvarez; *Venezuela tres tiempos* (Venezuela, 1973), de Carlos Rebolledo e Edmundo Aray; *Actas de Marusia* (México, 1975), de Miguel Littín e *Canoa* (México, 1975), de Felipe Cazals.

³⁷ O último congresso da UCAL foi o realizado em Caracas, em 1977. Chaskel regressou a Chile, em 1983, após dez anos de exílio.

³⁸ GALVÃO, M. R. *Projeto Centro(s) Regional(ais) de Preservação do Acervo Cinematográfico Latino-Americano*. Tese de Livre-docência, USP, São Paulo, 1991, p. 91.

CUBA EM CENA: O FESTIVAL INTERNACIONAL DEL NUEVO CINE LATINOAMERICANO

Vimos, até o momento, como a formação e a acidentada trajetória da UCAL, nos anos 1960 e 1970 (decorrente de desdobramentos da Seção Latino-Americana da FIAF e dos congressos de cinematecas latino-americanas), acompanhou e fez parte ativamente de um processo de difusão e afirmação do *Nuevo Cine Latinoamericano*. A realização dos congressos da UCAL de maneira quase simultânea aos célebres Encontros de Cineastas Latino-Americanos, nos anos 1970, por exemplo, demonstra que havia uma pauta comum estruturando as demandas específicas dos diferentes segmentos (gestores de cinematecas, cineclubistas, cineastas, produtores, etc) que constituíam essa rede. As propostas defendidas nos congressos, estatutos, manifestos e em diversos eventos desse período afirmavam a necessidade da função política e social do cinema na América Latina.

Nesse contexto, em âmbito institucional, buscou-se a criação de entidades que, para além de seus respectivos propósitos, também sustentassem esse projeto do NCL. Se a UCAL é um exemplo da tentativa cabal de concretização dessas aspirações (pois essa instituição, sem dúvida alguma, teve um papel político fundamental ao longo de seu período de existência, entre 1965 e 1984), nem todas as organizações idealizadas se materializaram. Esse foi o caso do já citado *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, proposto em 1967 durante o *I Encuentro de Cineastas Latinoamericanos* ocorrido no V Festival de Cinema de Viña del Mar, no Chile. Outro caso a ser citado é o da *Federación de Cineastas Latinoamericanos* ou *Asociación de Cineastas Latinoamericanos* – a exemplo da Federação Panafricana de Cineastas (FEPACI) –, entidade idealizada durante os *Encuentros Internacionales por un Nuevo Cine*, em Montreal em 1974, que também não se efetivou.³⁹ Apesar de não terem se materializado, a história desses projetos nos ajudam a compreender a importância e o contorno das entidades que surgiram nos anos 1970 e 1980, das quais trataremos a seguir. Essa história também nos permite constatar que, no âmbito das pautas do NCL –

³⁹MESTMAN, M., “Algiers-Buenos Aires-Montreal: Third-Worldist links in the creation of the Latin American Filmmakers Committee (1974)”, *Canadian Journal of Film Studies*, v. 24, n. 2, p. 36. Apud DEL VALLE, I. Verbete “Los nuevos cines en el espacio atlántico”. Plataforma “Transatlantic Cultures. Cultural Histories of the Atlantic World 18th – 21st, Centuries”. Paris 2020. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org>

que não foram sempre as mesmas, diga-se – houve uma persistente demanda por uma instituição que centralizasse o movimento.

Assim, de forma complementar ao que foi tratado até o momento, gostaríamos de iluminar, nesse processo marcado por seguidas idealizações de organismos vinculados ao NCL (alguns mal e outros bem sucedidos), o surgimento de outras instituições pós-1974 e o papel exercido por Cuba, principalmente nos anos 1980, no sentido de proporcionar uma espécie de “sede” fixa para o *Nuevo Cine Latinoamericano*.

Ignacio del Valle Dávila chamou a atenção para o constante protagonismo do ICAIC, *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, desde os anos 1960, na constituição dessa mencionada rede de cineastas e outros profissionais (produtores, críticos, gestores) vinculados ao NCL:

[...] el Instituto cubano, a partir de la segunda mitad de la década de 1960, fue el principal eje articulador de cine de descolonización cultural del subcontinente. El centro geográfico en torno al que giraba el proyecto del NCL no era Viña del Mar, sino que La Habana. Llama la atención que no se hayan organizado grandes encuentros de realizadores en Cuba hasta la inauguración del Festival del NCL en La Habana, en 1979.⁴⁰

Mesmo que nenhum dos Encontros de Cineastas Latino-Americanos tenha ocorrido em Havana (e o autor aponta diversos fatores explicativos, como a dificuldade das viagens a Cuba e as implicações políticas para os viajantes), foi sempre constante a cobertura da revista *Cine Cubano* aos eventos do NCL. Também foi frequente a participação de comitivas cubanas em festivais e iniciativas institucionais (inclusive sua participação na UCAL, ainda que essa tenha se dado um pouco mais tardiamente, a partir de 1971).

Nesse sentido, destacamos, por exemplo, a participação cubana na formação do Comitê de Cineastas de América Latina (C-CAL), constituído em 1974, como resolução tomada no *IV Encuentro de Cineastas Latinoamericanos*, em Caracas, na Venezuela.⁴¹

⁴⁰ DEL VALLE DÁVILA, I. *Op. cit.* p. 155.

⁴¹ No Encontro de 1974, o Comitê, cuja sede seria em Caracas, é inicialmente formado por cinco membros: Miguel Littín (Chile), Edgardo Pallero (Argentina), Manuel Pérez (Cuba), Walter Achúgar (Uruguai) e Carlos Rebolledo (Venezuela). *Apud* VV.AA. *Por un cine latinoamericano: Encuentro de cineastas latinoamericanos en solidaridad con el pueblo y los cineastas de Chile (Caracas, Septiembre de 1974)*. Caracas: Rocinante/Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1974. p. 7. Posteriormente, a primeira formação ampla do Comitê é a seguinte: Membros de honra: Alfredo Guevara e Nelson Pereira dos

Esse comitê, que nos parece fruto das tentativas antecedentes malogradas (como o Centro e a Federación) foi constituído por um grupo nem sempre estável, que chegou a ter 40 pessoas entre cineastas, produtores e críticos que se encontravam de forma inconstante, geralmente em festivais. Dentre os muitos propósitos alentados pelo Comitê estava realizar encontros anuais, reuniões regionais e seminários de estudos sobre o NCL, apoiar os países latino-americanos que ainda não tivessem produção nacional, elaborar relatórios-diagnósticos sobre as condições de produção, exibição e distribuição em todos os países da América Latina e editar um Boletim com essas e outras informações de interesse geral.⁴²

No bojo desses objetivos, vislumbramos o quanto a constituição de uma sede para o mesmo e a criação de uma escola de cinema que formasse os jovens cineastas na América Latina deveriam constar, ainda que informalmente, das discussões sobre as medidas que permitiriam a concretização de suas metas.

Os prováveis anseios por uma sede se tornarão um objetivo palpável quando o governo cubano decide organizar um Festival anual dedicado ao NCL em Havana, criando um espaço de encontro fixo, realizado sempre na mesma época do ano, e que facilitava as reuniões do comitê, os intercâmbios entre produtores, distribuidores, cineastas, cinematecas, críticos, observadores internacionais, dentre outros profissionais ligados ao campo cinematográfico.

O Festival Internacional del NCL

O *I Festival Internacional del NCL*, em Havana, organizado em Cuba com o apoio do Comitê de Cineastas de América Latina e presidido por Alfredo Guevara (também presidente do ICAIC, *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*), foi pensado como um evento grande, composto por mostras, retrospectivas, seminários, reunião de cineclubes, encontro de cineastas latino-

Santos. Comitê executivo: Edgardo Pallero, Geraldo Sarno, Manuel Pérez, Jorge Sánchez, Edmundo Aray. Membros da Assembleia: Fernando Birri, Edgardo Pallero, Bebe Kamín (Argentina); Silvio Tendler, Geraldo Sarno, Cosme Alves Netto (Brasil); Carlos Álvarez, Lisandro Duque (Colômbia); Ulisses Estrella (Equador); Jorge Sanjinés, Beatriz Palácios (Bolívia); Miguel Littín (Chile); Jorge Sánchez, Paul Leduc (México); Ramiro Lacayo (Nicarágua); José García (Porto Rico), Alberto Durán, Nora de Izcue (Peru); Manuel Pérez, Daniel Díaz Torres (Cuba); Edmundo Aray, Tarik Souki (Venezuela); Walter Achúgar (Uruguai), Pedro Rivera (Panamá), Jesús Treviño (mexicano radicado nos EUA). Apud LIMA, Mônica Cristina Araújo. *Fernando Birri: criação e resistência do cinema novo na América Latina*. Tese de Doutorado em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2005, pp. 157-158.

⁴² LIMA, M. *Idem*, p. 159.

americanos, mesas, concurso e exposição de cartazes de filmes e diversas outras atividades simultâneas. Em sua primeira edição, contou com cerca de 600 participantes e lançou o prêmio Coral, em diversas modalidades.⁴³

O Festival del NCL é apresentado pelo cinejornal do ICAIC, denominado *Noticiero ICAIC Latinoamericano*⁴⁴, em reportagens geralmente de 5 a 7 minutos, um tempo de duração relativamente longo para cada edição deste cinejornal que tinha, em média, 10 minutos em sua totalidade. Nessas reportagens temos, quase sempre, estatísticas de participação (número de cineastas, que quase sempre eram centenas, e as dezenas de países por eles representados) apresentadas pelo narrador, em *off*, enquanto acompanhamos cenas das cerimônias de abertura e encerramento, cartazes de filmes recém-lançados, depoimentos de cineastas entusiasmados com o evento e cenas de longas filas diante das salas ou do público numeroso que prestigiava as exibições, mesas e exposições.

Interessa-nos destacar a cobertura do *Noticiero* a esse evento, pois nela é explícita a importância política do Festival. Por meio das imagens das mesas de abertura com o devido destaque a certas celebridades (Gabriel García Márquez e autoridades cubanas como Armando Hart, então ministro da Cultura, Julio García Espinosa e Alfredo Guevara, dirigentes do ICAIC, dentre outros), das entregas dos prêmios “Coral”- em geral por algum representante do Comitê de Cineastas de América Latina - e dos pronunciamentos de premiados e participantes, fica claro o compromisso de reconhecer figuras e obras que tivessem uma importância destacada do ponto de vista político na região. Assim, em suas primeiras edições, há homenagens especiais e declarações de solidariedade a cineastas de países em conflito - caso de nicaraguenses, salvadorenses, panamenhos, guatemaltecos - e cineastas que haviam realizado seus

⁴³ O *Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano* era realizado sempre no final do ano em Havana (o I FINCL ocorreu entre 3 e 10 de dezembro de 1979, o II entre 11 e 19 de novembro de 1980, e o III, entre 4 e 13 de dezembro de 1981). Além da participação de competitiva de filmes de vários países latino-americanos (nas categorias de ficção, documentário e animação), havia convidados especiais como cineastas e atores norte-americanos, chicanos, europeus, africanos, vietnamitas, entre outros, que prestavam apoio político ao evento.

⁴⁴ É possível acompanhar a cobertura do *Noticiero ICAIC Latinoamericano* aos Festivais entre 1979 e 1990. Os cinco primeiros festivais, por exemplo, são abordados pelo cinejornal em suas edições números 946, 948, 996, 1050, 1051, 1103, 1104, 1152, 1155. Esse cinejornal cubano foi exibido entre 1960 e 1990, e suas edições (mais de 1490) se encontram digitalizadas e disponíveis no *site* do INA (*Institut National de l'Audiovisuel*). Desde 2019 esse acervo vem sendo pesquisado por uma equipe internacional coordenada por Nancy Berthier e Camila Areas. Ver mais detalhes no *blog* acadêmico do projeto: <https://noticiero.hypotheses.org>. Acesso em 15 de março de 2021.

filmes como obras de resistência às ditaduras militares - caso de brasileiros, chilenos, argentinos – que quase sempre figuravam, junto aos cubanos, dentre os premiados.

Na divulgação do Festival nas revistas latino-americanas, o caráter ideológico do evento era claro: retomava-se a perspectiva da integração latino-americana, sendo mencionadas as ideias de José Martí e Simón Bolívar. Nesse espírito, o texto de apresentação do Festival dava as boas-vindas aos cineastas que “contribuyen al rescate y afirmación de la propia identidad y a la defensa de los valores culturales y rasgos comunes a nuestros pueblos frente a la deformadora intromisión imperialista”.⁴⁵

Vale destacar que o Festival passou a ter um prêmio especial, nos anos 1980, denominado “Premio Saúl Yelín” e idealizado pelo Comité de Cineastas de América Latina para as obras que, “como expresión del NCL”, contribuía para a luta contra o anti-imperialismo, a identidade continental e o compromisso do cineasta “con la proyección de Nuestra América”.⁴⁶

Em sua segunda edição, em 1980, ocorreu a criação do MECLA, *Mercado del Cine Latinoamericano*. A criação desse “mercado comum” reforçava a urgência da comercialização e arrecadação de recursos para a realização das produções. No *Boletín de Cine Latinoamericano*, há uma convocatória para o V FINCL (a ser realizado entre 9 e 18 de dezembro de 1983) que inclui uma descrição do MECLA, assim definido: “es organizado cada año en el marco del Festival y en otros países y eventos cinematográficos y está destinado a promover la obra de los realizadores latinoamericanos, ampliar la audiencia de nuestras cinematografías y contribuir a su

⁴⁵ “V Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano. Convocatoria.” *Boletín de Cine Latinoamericano*, año 1, num. 0. 1983, p. 21.

⁴⁶ “Acta de la creación de la Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano”. *Revista del NCL*, C-Cal. Año 1, num. 1, diciembre 1985, p. 150. Saúl Yelín foi diretor de relações internacionais do ICAIC e, por isso, geralmente frequentava, ao lado de Héctor García Mesa, diretor da Cinemateca de Cuba, os congressos internacionais de cinematecas, como os congressos da FIAF. Advogado formado pela Universidade de Havana, doutorou-se em Direito Internacional em Paris. Participou do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes em Moscou, em 1958, e no ano seguinte, após o triunfo da revolução cubana, forma parte do grupo de pessoas que ocupa a embaixada de Cuba em Paris, forçando o embaixador Héctor de Ayala a apresentar a sua renúncia. De volta a Cuba, iniciou os seus trabalhos como conselheiro e analista de finanças no ICAIC. Também atuou como assistente de direção e produtor de alguns filmes. Neste período, foi designado diretor de produção e, depois, gerente de distribuição até assumir o departamento de relações internacionais, a partir de sua criação em 1961. Conhecido por seu domínio de várias línguas, vasta cultura e simpatia, Saúl Yelín é considerado uma figura-chave na projeção internacional do cinema cubano após a revolução. Faleceu precocemente, aos 42 anos de idade, em fevereiro de 1977. Durante o V Encontro de Cineastas Latino-Americanos, realizado em Mérida, Julio García Espinosa fez uma homenagem em sua memória, cf. VV.AA. *Por un cine latinoamericano – Volumen II: V Encuentro de cineastas latinoamericanos (Mérida, 1977)*. Caracas: Rocinante/Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1978. pp. 116-119. Neste livro também se encontra um poema do escritor cubano Roberto Fernández Retamar em memória a Yelín, *Apud Idem*. pp. 120-121.

circulación internacional facilitando la relación entre los cineastas y productores con las empresas de distribución de todo el mundo”.⁴⁷ Sobre esse organismo, Octavio Getino sugere que foi uma iniciativa lúcida mas algo tardia, talvez por conta de que uma parcela do NCL subestimava a necessidade de se responder aos aspectos “econômicos, industriais e comerciais” do cinema latino-americano.⁴⁸

Na referida edição do V Festival, em 1983, foi lida uma declaração conjunta do Comitê de Cineastas de América Latina e os Cineastas Independentes dos Estados Unidos, enfatizando o “inimigo comum”, assim como os problemas e desafios semelhantes. Jorge Sanjinés, cineasta boliviano e um dos nomes reconhecidos do NCL desde o fim dos anos 1960, ao ser agraciado com um prêmio Coral, afirmava, nessa ocasião, que o NCL era um cinema pujante, uma arma eficaz contra o imperialismo na medida em que expressava “nossa realidade” e estava comprometido “com as causas da libertação de nosso povo”.⁴⁹

Vemos, portanto, o quanto o Festival contribui para reafirmar os princípios do NCL e declará-lo como vigoroso, pujante, ativo, apesar dos quinze anos transcorridos desde o evento que foi convencionalmente identificado, por seus partícipes, como seu marco fundador, em 1967. Dessa forma, podemos perceber que o Festival de Havana foi congregando diversos aspectos do discurso do NCL do ponto de vista ideológico (reafirmando o ideário do latino-americanismo, por exemplo), mercadológico (como vimos com o espaço concedido ao MECLA) e institucional (com a regularidade proporcionada às reuniões do Comitê, por exemplo, e logo a seguir, com a criação da Fundação do NCL). Lembremos que, em sua quinta edição, em 1983, já mencionada, surge, inclusive, uma proposta de reativação da UCAL, embora culminando na criação de outra instituição, a CLAIM. Constatamos assim que esses Festivais de Havana deram um novo fôlego ao NCL, num momento de dificuldades econômicas (lembremos que os anos 1980 foram chamados na América Latina como “a década perdida”) e de acirramento da concorrência, no mercado, com as produções estadunidenses, muito bem recebidas pelo público.⁵⁰ O Festival propiciou o aumento das coproduções de longas-

⁴⁷ *Boletín de Cine Latinoamericano*, núm, 0, año 1, 1983, p. 22.

⁴⁸ GETINO, O. *Cine latinoamericano. Economía...* p. 132

⁴⁹ *Noticiero ICAIC Latinoamericano*, núm. 1156, 4/12/1986.

⁵⁰ CAMPOS, F. “La cita solidária. Festival del Nuevo Cine Latinoamericano de La Habana. Entrevista a Alfredo Guevara.” *Cinevídeo 20*, núm. 179, Madri, janeiro 2000, p. 17. FOWLER CALZADA, V. *Op. cit.*, p. 105.

metragens⁵¹ e a possibilidade de que algumas entidades tivessem um espaço para suas discussões e articulações políticas, caso do Comitê e da própria UCAL, como já exposto. Ao mesmo tempo, contribuiu para a afirmação do papel de Cuba no universo do cinema político latino-americano.⁵²

Vale notar que esse Festival e seu formato tiveram algum impacto em outros eventos na América Latina. Possivelmente em sintonia com o sucesso do Festival de Havana, nos anos 1980 (em cujas edições participavam, como já destacamos, centenas de inscritos), os festivais e mostras internacionais de cinema, como os realizados em São Paulo (1979), no Rio de Janeiro (1984) e em Montevidéu (1986) empreenderam esforços para se tornarem efetivos fóruns e vitrines para o cinema latino-americano.⁵³ Nesses eventos, não raramente (ainda que, às vezes, de modo informal) foram realizados debates, seminários e reuniões.⁵⁴ Nessas ocasiões, surgiam questões como a relação com o Estado, a situação das cinematecas, a necessidade da consolidação de um mercado comum e de acordos de cooperação para facilitar a distribuição regional do cinema produzido regionalmente.

Nesse sentido, é notório que, a partir da realização do FINCL, avança o processo de institucionalização do NCL, incluindo a regularização de seus eventos e tentativas de profissionalização de suas formas de comercialização. Esse processo se intensifica com a criação da Fundação do NCL e sua instalação numa ampla sede em Havana, sobre a qual trataremos a seguir.

⁵¹ As coproduções realizadas em Cuba chegaram a representar, a partir de 1982, um terço de toda a produção do ICAIC, e nos anos 1990, significaram uma base fundamental para a sobrevivência dos cineastas desse país. Évora, J. A. “Cielo a estribor. Notas para un estudio del largometraje de ficción cubano en los años 80.” *Cine Cubano* núm. 138, 1994, p. 21. Ver também: PARANAGUÁ, P. A. “News from Havana: a restructuring of the Cuban Cinema”. *Framework*, núm. 35, 1988, p. 89. Há uma abordagem da situação da produção cubana no século XXI (2000 a 2017) em ZOË-HUMPHREYS, Laura. *Fidel Between the Lines: Paranoia and Ambivalence in Late Socialist Cuban Cinema*. Duke University Press, 2019.

⁵² CAMPOS, F. *Op. Cit.*, p. 17. FOWLER CALZADA, V. *Op. cit.*, p. 105.

⁵³ A Mostra Internacional de São Paulo em sua terceira edição (1979) exibiu, surpreendentemente, considerando o contexto político brasileiro, cinco filmes cubanos, entre outras obras latino-americanas de claro conteúdo político. DYLAN, Emerson. *Território da cinefilia: a Mostra Internacional de Cinema e a cidade de São Paulo (1977-1983)*. Dissertação de Mestrado em História, Unifesp, Guarulhos, 2021, p. 125.

⁵⁴ PARANAGUÁ, P. A. “Rio de Janeiro 1985”. *Positif*, n.º 307, setembro 1986, pp. 56-57.

A Fundação do NCL

A criação da Fundação se deu durante o *VII Festival Internacional del NCL* (e em sua ata de fundação, em 04/12/1985, firmada na *Casa de las Américas*, é patente o discurso que a legitima como fruto de um processo histórico longo, agora cristalizado). Segundo esse documento, os objetivos da Fundação eram os seguintes:

contribuir al fortalecimiento de la cinematografía de nuestros países, en particular de las cinematografías nacientes, mediante el fomento a la producción, distribución y exhibición, así como la investigación, docencia, conservación, archivo y difusión cultural de la obra cinematográfica, en el amplio marco de la preservación de nuestro patrimonio cultural y la progresiva renovación de la sociedad.⁵⁵

Embora a Fundação tivesse seu próprio estatuto e se declarasse independente, funcionava sob a direção de Gabriel García Márquez (celebridade reconhecida internacionalmente e que era próxima ao governo cubano e também aos cineastas do NCL), mediante contribuições de “entes públicos y privados del continente y del resto del mundo”. Desde sua criação, houve fortes vínculos com o governo cubano, o que acarretou implicações ideológicas em seu discurso e na política cultural defendida por suas sucessivas diretorias.⁵⁶

A Fundação surgiu como uma espécie de cristalização do Comitê, ainda que sob uma fachada mais plural, e como entidade corresponsável pela realização do Festival de Havana. Abraçou, também, aspirações antigas do Comitê, como o projeto de criação de uma escola de cinema que proporcionasse a formação de novas gerações de cineastas comprometidos politicamente com a realidade latino-americana e os princípios do NCL. Tal escola, batizada de *Escuela Internacional de Cine y Televisión* (EICTV), em San Antonio de los Baños efetivamente se concretiza, em 1986, em um curto espaço de tempo, graças às contribuições importantes do governo cubano (terreno a 30 km de Havana, viabilização da obra por meio de brigadas de trabalhadores) e arrecadações

⁵⁵ “Acta de la creación de la Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano”. *Revista del NCL*, C-Cal. Año 1, n.º 1, Dezembro 1985, pp. 149-151.

⁵⁶ *Idem*, p. 150. No livro *Cinema cubano: revolução e política cultural* (2010) são abordadas as relações entre a FNCL e o governo cubano. Elas também são comentadas nas seguintes obras: FOWLER CALZADA, V. (Org.). *Así de simple: conversaciones sobre cine*. Havana: Escuela Internacional de Cine y Televisión, 1993 e GUEVARA, A. *Tiempo de fundación*. Madri: Iberautor/Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano, 2003.

organizadas por Gabriel García Márquez.⁵⁷ Sua direção, a cargo do cineasta argentino Fernando Birri, nome consagrado do documentarismo de denúncia e ativo participante da história do NCL, ratificava a vinculação da escola com a rede de cineastas identificada a esse movimento.⁵⁸ Cabe destacar que tanto a inauguração da Escola e a da sede definitiva da Fundação ocorreram em dezembro de 1986, com discurso de Gabriel García Márquez, saudando ambas as instituições e o apoio do governo cubano a elas.⁵⁹ Segundo o boliviano Jorge Sanjinés, a EICTV “nació para responder a la pregunta: – Quienes van a continuar el gran aliento creativo del NCL iniciado los años 60?”.⁶⁰ Essa também foi a tônica dos pronunciamentos de Fernando Birri acerca dos objetivos da Escola, durante e após seu mandato como diretor: formar jovens cineastas de maneira a aproximá-los do cinema político, dando especial ênfase ao papel do documentário como etapa imprescindível dessa formação.

Assim, percebemos que, a partir de 1979 e durante os anos 1980, o NCL foi alimentado e de certa forma “institucionalizado” por três organismos sediados em Cuba.⁶¹ A centralização ou “institucionalização” do NCL em Havana contribuiria também para fundir, na historiografia e na memória fixada sobre o período, a identidade do cinema cubano com a do *Nuevo Cine Latinoamericano*, tema que já abordamos em trabalhos anteriores. De toda forma, a sobrevivência dessa expressão no século XXI, com a 42ª edição do FINCL (evento realizado parcialmente, por conta da pandemia de Covid 19, entre 3 e 13 de dezembro de 2020) e, em alguma medida, dos princípios que a sustentaram, sinalizam como o NCL, com toda a sua pluralidade e apesar das polêmicas sobre seu envelhecimento ou o anacronismo de suas pautas, se manteve como uma ideia-força de incrível longevidade. Inegavelmente, essa sobrevivência também atesta a eficácia da monumentalização histórica do cinema latino-americano dos anos 1960 e 70,

⁵⁷ Foram arrecadados 2 milhões de dólares, pela Fundação, para viabilizar esse projeto da Escola, junto a entidades e a personalidades que colaboraram individualmente (caso de produtores e cineastas como George Lucas, Francis Ford Coppola, Robert Redford, Costa Gravas, dentre outros). Os nomes mais envolvidos na execução desse projeto da escola foram, além de García Márquez, Fernando Birri e Julio García Espinosa.

⁵⁸ Criador da Escola de Santa Fé, em meados dos anos 1950, Birri é considerado um dos fundadores do NCL e, por isso, é carinhosamente apelidado de “*el gran papá del Nuevo Cine Latinoamericano*”.

⁵⁹ Noticiero ICAIC Latinoamericano, núm. 1311, 09/12/1986.

⁶⁰ Entrevista realizada em maio de 2001 por Diego Riquelme. RIQUELME, D. I. C. *Cinema latino-americano, o documentário de gênero político na teoria do desenvolvimento e o resgate da História. O caso do Brasil e da Bolívia nas décadas de 60 e 70*. Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2001, p. 282.

⁶¹ Nos termos usados por PARANAGUÁ, P. A. *Le cinéma en Amérique latine: le miroir éclaté, Historiographie et comparatisme*. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 39.

em um processo resultante da memória e do próprio discurso histórico construído ao longo de duas décadas, no qual Cuba desempenhou um evidente papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordamos, nas duas partes que o estruturam, instituições distintas que estiveram fortemente envolvidas com o NCL ao longo de sua história. Procuramos analisar os objetivos e as motivações dessas entidades, sua inserção e participação na construção de uma rede transnacional, com integrantes de vários países latino-americanos, bem como alguns dos desafios que enfrentaram. Também focamos a participação dessas instituições na consolidação de um certo discurso sobre o NCL, cujos traços se verificam até hoje na historiografia e na memória construídas por seus integrantes.

Vimos, primeiramente, que a Seção Latino-Americana da FIAF foi a primeira rede criada que integrava as cinematecas do nosso subcontinente. No entanto, as suas dificuldades financeiras e a ambiguidade institucional de estar vinculada a uma agremiação maior restringiram fortemente as suas ações. Tanto que o seu término se deveu a uma crise que se abatera na agremiação-mãe, provocando a saída de algumas cinematecas latino-americanas. A UCAL surgiu, aparentemente, como uma proposta ligada ao projeto de contraponto da FIAF, a UMMC (União Mundial de Museus de Cinema), criada por Langlois, com o aparente apoio dos órgãos estatais de cinema do Brasil e da Argentina (os dois INCs, os institutos nacionais de cinema). Por razões que desconhecemos, esses atores sociais foram afastados do processo e, assim, a UCAL foi tomada pelo ideário terceiro-mundista e se converteu em uma guardiã do NCL. É irônica essa reversão, pois os dois INCs eram associados pelo NCL às ditaduras militares de seus respectivos países. Em um primeiro momento consensual, este ideário será a razão da cisão que se dá no seio da UCAL, em meados dos anos 1970. No entanto, apesar das rupturas, podemos afirmar que as publicações da UCAL, os Boletins editados pelo Centro de Informação e Documentação da União de Cinematecas de América Latina (CIDUCAL), sediado na Filmoteca da UNAM⁶², foram algumas das principais ações da instituição, como as traduções para o Castelhana de textos técnicos

⁶² O CIDUCAL é criado no VI Congresso da UCAL, em 1972, com sede na Filmoteca da UNAM com um escritório regional na Cineteca da Universidade do Chile. Após o Golpe no Chile, em 1973, as suas ações se concentram no México.

sobre preservação audiovisual durante a 2ª época da publicação (anos 1980), manifestando a preocupação de se produzir uma bibliografia na área, até então inexistente em nossos países. É nesta década de 1980, quando o ímpeto revolucionário arrefece, que há uma reaproximação entre as cinematecas, se autodissolvendo a UCAL para dar espaço à CLAIM, circunscrita majoritariamente a membros da FIAF. Dessa forma, os equívocos provocados pela ambiguidade institucional da outrora Seção Latino-Americana da FIAF não se repetiram. Por sua vez, a CLAIM possui um caráter descentralizado para evitar os problemas que eram comumente atribuídos à UCAL. Nos últimos anos, a CLAIM é alvo de fortes críticas, sobretudo, por uma nova geração de preservadores audiovisuais, acusando-a de inação diante dos desafios do campo, principalmente provocados pelos dilemas digitais.⁶³ Motivo de divergências na UCAL, a verve terceiro-mundista não encontra repercussão na CLAIM, evitando-se, assim, também se converter em um espaço de “institucionalização” do NCL. Surgido em um período de crise do paradigma revolucionário, algo que marca o pensamento contemporâneo, a CLAIM e o atual meio da arquivística audiovisual latino-americana se voltam para debates de caráter mais técnico do que ideológico, como já podíamos encontrar na última fase da UCAL, ao difundir um conhecimento teórico e técnico da preservação audiovisual. No entanto, como foi abordado em outros textos⁶⁴, não se trata de uma ruptura radical provocada por uma mudança geracional de preservadores audiovisuais ou por uma transformação de conjuntura histórica, uma vez que foi fundamental para as cinematecas latino-americanas a construção de uma rede de relações e de apoio com cinematecas estrangeiras, em especial, as do antigo Bloco Socialista. Foi o caso do *Staatliches Filmarchiv* da República Democrática Alemã, que se converteu em um centro de formação e capacitação técnica de vários preservadores

⁶³ Em 2020, é eleita uma diretoria da CLAIM formada por esta nova geração de preservadores audiovisuais. Ressaltamos que hoje em dia há uma vasta rede de associações e coletivos que reúnem profissionais da arquivística audiovisual na América Latina, como a Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA), a *Red Argentina de Preservadorxs Audiovisuales* (RAPA), o *Preservadores de Imágen y Sonido de Archivos Latinoamericanos* (PISAL) e a *Arturita*, por exemplo. Distinta da CLAIM, são grupos cujos membros são profissionais, não instituições, a exemplo da *Association of Moving Images Archivists* (AMIA), sobretudo, e da *International Association of Sound and Audiovisual Archives* (IASA) – sendo que esta última também aceita instituições como uma das categorias de membro –, dando um caráter mais pessoal, além de expressar a realidade de boa parte de nossos profissionais da área, que não possuem estabilidade profissional, sendo contratados, muitas vezes, por projetos temporários, um sintoma da fragilidade de nossas instituições de memória somada à contemporânea “uberização” das relações de trabalho.

⁶⁴ NÚÑEZ, F. Notas para um estudo sobre a Unión de Cinematecas de América Latina. In: *Significação: revista de cultura audiovisual*. São Paulo, v. 42, n. 44, 2015. pp. 63-81 e _____. *Op. cit.* 2020. pp. 163-183.

audiovisuais latino-americanos nos anos 1970 e 1980. Ou seja, essa formação de ordem técnica somente foi possível por conta de uma política de aproximação entre as cinematecas da América Latina e as do Leste Europeu, movida inicialmente por razões político-ideológicas.

Na segunda parte do capítulo, acompanhamos o surgimento de algumas instituições diretamente vinculadas ao NCL, caso do Comitê de Cineastas de América Latina (C-CAL), em 1974, provável desdobramento do projeto subjacente ao *Centro Latinoamericano del Nuevo Cine*, em 1967, abordado na primeira parte do texto. Destacamos com especial ênfase os eventos e as instituições criados em Cuba – caso dos Festivais do NCL, a partir de 1979, da Fundação do NCL, em 1985, e da *Escuela Internacional de Cine y Televisión*, em 1986 - que, a nosso ver, garantiram que Havana se convertesse em um polo importante de encontro e visibilidade do NCL e da sua rede consagrada no subcontinente. Tal criação aumentou sua sobrevivência e conferiu aos cineastas cubanos uma oportunidade de contato para viabilizar coproduções (num contexto de crise advinda do fim da URSS). Assim como vimos na história da UCAL, também no caso das instituições que tiveram lugar em Cuba, polêmicas e dilemas não estiveram ausentes e, nesse sentido, é a questão da necessidade da comercialização - expressa no espaço concedido ao MECLA, por exemplo. Apesar da forte carga política (anti-imperialista e anticapitalista) que predominava no discurso dos Festivais do NCL, fez-se premente para a sobrevivência dos cineastas a busca por compradores e parceiros, em uma tentativa de firmar um mercado afinado com a inserção mundial.

Esperamos, assim, ter apresentado um panorama de parte significativa dessa abrangente rede que o NCL engendrou ao longo de três décadas, demonstrando a importância de várias entidades para a sua configuração e, concomitantemente, para a construção de um discurso histórico potente, latino-americanista, ainda hoje merecedor de novos olhares e novas investigações.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, José Carlos. *A ponte clandestina*: Birri, Glauber, Solanas, Getino, García Espinosa, Sanjinés, Alea – Teorias de cinema na América Latina. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. 34/Edusp, 1995.

BAECQUE, Antoine de. *Cinefilia*: invenção de um olhar, história de uma cultura, 1944-1968. Trad. André Trelles. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

CORREA JÚNIOR, Fausto Douglas. *O cinema como instituição: a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (1948-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103132>. Acesso em: 20 de março de 2021.

CORREA JÚNIOR, Fausto Douglas. *Sex, money, social climbing, fantastic!:* a lógica cultural dos anos de chumbo do cone sul e a história das cinematecas (arquivos/museus de cinema). *Cadernos CEDEM*, Assis. vol. 2, n. 1, 2011. p. 27-47.

DEL VALLE DÁVILA, Ignacio. *Cámaras en trance: El nuevo cine latinoamericano, Un proyecto cinematográfico subcontinental*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2014.

DIMITRIU, Christian. Cinemateca Uruguaya - entrevista con Manuel Martínez Carril, *In: Journal of film preservation*. Bruxelas, n. 79-80, 2009, p. 37-58.

DOMÍNGUEZ, Carlos María. *24 ilusiones por segundo: la historia de Cinemateca Uruguaya*. Montevideu: Cinemateca Uruguaya, 2013.

EDMONDSON, Ray. *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios*. Trad. Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. 1ª reimpressão atualizada. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

FOWLER CALZADA, Víctor. (Org). *Así de simple: conversaciones sobre cine*. Havana: Escuela Internacional de Cine y Televisión, 1993.

FRANCIA, Aldo. *Nuevo cine latinoamericano en Viña del Mar*. Santiago: Artécien/Cesoc, 1990.

GALVÃO, Maria Rita Eliezer. *Projeto Centro(s) Regional(ais) de Preservação do Acervo Cinematográfico Latino-Americano*. Tese (Livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 v, 1991.

GETINO, Octavio; VELLEGGIA, Susana. *El cine de 'las historias de la revolución'*. Buenos Aires: Altamira/Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales, 2002.

GUEVARA, Alfredo. *Tiempo de Fundación*. Madri: Iberautor/Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano, 2003.

LIMA, Mônica Cristina Araújo. *Fernando Birri: criação e resistência do cinema novo na América Latina*. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NÚÑEZ, Fabián. *O que é Nuevo Cine Latinoamericano? O cinema moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social,

Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=141478. Acesso em: 21 de março de 2021.

NÚÑEZ, Fabián. Notas para um estudo sobre a Unión de Cinematecas de América Latina. In: *Significação*: revista de cultura audiovisual. São Paulo, v. 42, n. 44, 2015. p. 63-81. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/103442/106891>. Acesso em: 6 de março de 2021.

NÚÑEZ, Fabián. O dragão do gorilismo contra a memória guerreira: as cinematecas latino-americanas em tempos de ditadura. In: ABREU, Nuno César; SUPPIA, Alfredo; FREIRE, Marcius. (Org.). *Golpe de vista*: cinema e ditadura militar na América do Sul. São Paulo: Alameda, 2018. p. 125-143.

NÚÑEZ, Fabián. Unión de Cinematecas de América Latina: reflexões sobre o seu processo histórico (1965-1984). *Revista Encuentros Latinoamericanos*, segunda época, vol. IV, n. 2, 2020. p. 163-183. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/enclat/article/view/878>. Acesso em: 6 de março de 2021.

PARANAGUÁ, Paulo Antônio. *Le cinéma en Amérique latine: le miroir éclaté*, Historiographie et comparatisme. Paris: L'Harmattan, 2000.

PEREIRA, Miguel. *Columbianum*: na contramão do colonialismo. *Cinemas*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 103-115, jul.-ago., 1998.

PEREIRA, Miguel. O *Columbianum* e o cinema brasileiro. *Alceu: revista de comunicação, cultura e política*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 8, n. 15, p. 127-142, jul.-dez., 2007.

SILVEIRA, Germán. *La résistance dans l'obscurité: le public de la Cinémathèque Uruguayenne pendant la dictature militaire (1973-1984)*. Tese (Doutorado em Estudos Transculturais) – Escola Doutoral de Letras, Línguas, Linguística e Artes, Universidade Jean Moulin-Lyon 3, Lyon, 2014. Disponível em: https://scd-resnum.univ-lyon3.fr/out/theses/2014_out_silveira_g.pdf. Acesso em: 20 de março de 2021.

SOLANAS, Fernando E.; GETINO, Octavio. *Cine, cultura y descolonización*. Buenos Aires: Siglo XXI: 1973.

SOUZA, Carlos Roberto de. *A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26102010-104955/publico/70635.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2021.

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Filmoteca de la UNAM 1960/1975*. México: s.d.

VELLEGGIA, Susana. *La máquina de la mirada: los movimientos cinematográficos de ruptura y el cine político latinoamericano*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

VILLAÇA, Mariana. *Cinema cubano. Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

VILLAÇA, Mariana. El cine y el avance autoritario en Uruguay: el ‘combativismo’ de la Cinemateca del Tercer Mundo (1969-1973). *Contemporánea – Historia y problemas del siglo XX*, Montevideo, año 3, vol. 3, 2012, pp. 243-264. Disponível em: www.iheal.univ-paris3.fr/files/S6%20Lecture%201.pdf. Acesso em: 20 de março de 2021.

VV.AA. *Por un cine latinoamericano: Encuentro de cineastas latinoamericanos en solidaridad con el pueblo y los cineastas de Chile* (Caracas, Septiembre de 1974). Caracas: Rocinante/Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1974.

VV.AA. *Por un cine latinoamericano – Volumen II: V Encuentro de cineastas latinoamericanos* (Mérida, 1977). Caracas: Rocinante/Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1978.

**A FORMAÇÃO DE UMA REDE COLABORATIVA ACADÊMICA ENTRE
LATINO-AMERICANISTAS NA USP: O ENCONTRO DE PESQUISADORES
DA AMÉRICA LATINA (EPAL) 2003-2020**

Margarida Nepomuceno¹

Mayra Coan Lago²

Integração regional, segundo Mônica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman (2004), pode ser compreendida como um processo dinâmico, de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores diversificados, levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional.

A integração pode ser realizada entre atores governamentais, como representantes do governo, ou não-governamentais, como representantes da sociedade civil³. Embora as relações entre os países da América Latina, bem como as iniciativas de cooperação e integração sejam bem antigas, mais recentemente, entre o fim do século XX e início do século XXI, notamos uma série de iniciativas de integração regional, em variadas áreas, dirigidas por representantes governamentais ou atores políticos, desde o Mercado Comum do Sul (1991) até a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Embora muitas vezes falemos mais de processos de integração regionais dirigidos pelos governos, uma vez que eles exerceram de fato o protagonismo dessas relações até a primeira metade do século XX, vale lembrar que as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos das sociedades latino-americanas são tão antigas e importantes quanto as estatais. Artistas, estudantes, escritores, pesquisadores, professores, trabalhadores urbanos e rurais, empresários, entre muitos outros, têm estabelecido relações profícuas há muitas décadas e contribuído para forjar ou fortalecer a união entre os povos latino-americanos. Relações essas que se transformam, quase sempre, em

¹ Doutora em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Pesquisadora colaboradora do PROLAM/USP e membro-fundadora do Encontro de Pesquisadores da América Latina. Pós doutoranda no Programa de História Social da UERJ. E-mail: margaridacn@gmail.com .

² Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS/USP). Professora de Relações Internacionais no Centro Universitário Fundação Santo André e na Escola Superior de Relações Internacionais. Membro-fundadora do Encontro de Pesquisadores da América Latina. E-mail: mcoann@hotmail.com .

³ Entendemos por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos e grupos que se desenvolveram à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.

espaços conectados, em comunidades interativas ou em redes colaborativas e solidárias, passageiras ou permanentes, a depender dos propósitos que as movem.

Mais especificamente na academia, existe atualmente uma série de iniciativas acadêmicas que permitem a discussão e a reflexão sobre as distintas questões que envolvem a região, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais⁴. Entre essas iniciativas, encontra-se o EPAL- Encontro de Pesquisadores da América Latina, criado em 2013, com uma agenda mensal de atividades organizada por discentes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) nas dependências do campus da Cidade Universitária.

O objetivo deste capítulo é apresentarmos um breve relato sobre essa experiência nos últimos oito anos (2013-2020) como parte da organização do EPAL. Para isso, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira trataremos da constituição do EPAL, bem como das atividades desenvolvidas em suas diferentes fases e na segunda apresentaremos um breve balanço sobre os nossos sete anos de atividades. Com isso, esperamos contribuir para a soma de esforços ou mesmo para estimular a cooperação de latino-americanos e latino-americanistas em espaços de discussão e reflexão, sobretudo de formação acadêmica e profissional.

A COOPERAÇÃO DE LATINO-AMERICANISTAS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: O PROLAM E O EPAL

O Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP)⁵ foi criado em 1989 procurando formar quadros especializados na região nas diversas áreas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Artes. A criação do Programa coincide com a transição democrática do Brasil e de outros países da América Latina, que atravessaram longos anos de ditadura, e com a crise econômica e a implementação das “soluções neoliberais” em diversos países da região. O Consenso de Washington foi um momento de inflexão

⁴ Um balanço dos espaços acadêmicos de discussão e reflexão sobre a América Latina foi apresentado por Vivian Urquidi (2019) na apresentação da Coleção “Pensar e Repensar a América Latina e o Caribe”, organizada por pesquisadoras do PROLAM/USP. A coleção é composta por cinco coletâneas, que estão em formato e-book e podem ser baixadas gratuitamente. Elas reúnem uma série de especialistas que refletem sobre a política, economia, sociedade, cultura e relações internacionais na América Latina, sob as mais diversas áreas e dimensões. Elas estão disponíveis no site: <https://sites.usp.br/prolam/pensaralc/>.

⁵ Para maiores informações, ver: <http://www.prolam.usp.br/>.

no mundo e particularmente na Região uma vez que levou as “novas democracias” a imprimirem profundas reformas estruturais para garantir o desenvolvimento, como, por exemplo, o enxugamento do aparato estatal via privatizações, desregulamentação de mercados e flexibilização da legislação trabalhista (URQUIDI, 2019) levando a um aparente crescimento e aprofundando as desigualdades sociais.

Estas medidas provocaram o aumento do desemprego e do empobrecimento e geraram desdobramentos desastrosos nas sociedades latino-americanas. As lutas sociais acirraram-se e houve uma proliferação de movimentos sociais de diversas conformações, com “novos sujeitos sociais” que passaram a interpelar a arena democrática. Concordamos com o pensamento de Vivian Urquidi (2019) de que no momento da criação do PROLAM, o cenário institucional viu-se invadido por novos conflitos sociais sob a forma de luta partidária, de organizações sociais e grupos de pressão para reformas constitucionais e ampliação de direitos.

Assim, esse complexo cenário político, econômico, social e cultural exigiu das instituições acadêmicas e dos pesquisadores novas respostas. Ainda de acordo com a socióloga, o retorno à democracia se apresentou como um marco constitutivo de realidades políticas e sociais que impuseram rupturas dos projetos políticos de outrora, bem como das narrativas explicativas das grandes problemáticas latino-americanas da dependência, da revolução, da organização social e da integração.

Esta preocupação foi manifestada pelo então governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987). Ele propôs ao Reitor da Universidade de São Paulo, na época, José Goldemberg, a criação de um programa voltado aos estudos e pesquisas sobre a América Latina no âmbito da universidade. A proposta do Programa estava inserida no projeto da sua gestão que consistia em estimular o ensino e a pesquisa em setores prioritários através de espaços interdisciplinares capazes de promover o trabalho interunidades. Essa era uma antiga bandeira do ex-governador paulista, desde a época em que era deputado federal que consistia na defesa de uma aproximação com os países da América Latina e fortalecimento da Região para uma integração dentro de um novo cenário político multipolar e renovado, pós queda da União Soviética (Montoro, 1995).

Criou-se um grupo de trabalho formado por professores da Universidade, de várias áreas para pensar na elaboração do Programa. No documento de fundação do PROLAM, é possível notar a necessidade de novas respostas entre seus formuladores. Inclusive, a importância da criação do Programa foi associada aos desafios políticos,

econômicos, sociais e culturais vivenciados pelos países latino-americanos durante as décadas de 1980 e 1990. A associação ficou explícita na justificativa no documento de fundação:

A criação do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (ou Brasil, América Hispânica e Caribe), inscreve-se dentro do vasto movimento de união das nações latino-americanas, iniciado nos últimos anos. A emergência desse movimento procura responder, como é notório, à necessidade de encetar no plano econômico uma ação conjunta e supranacional diante da crescente instabilidade da economia internacional e dos impasses do desenvolvimento colocados pela dívida externa. No plano político, esse movimento de união vem exigindo ação similar, em virtude de pressões e ameaças dos poderes mundiais, cada vez mais empenhado na regionalização de conflitos locais em nosso continente.

Essa situação histórica, totalmente nova, tem demandado neste final de século, a solidariedade defensiva da América Latina, para preservar tanto a sua segurança política, quanto a sua sobrevivência econômica. No seu recente esforço para superar uma incomunicação (sic) quase bissecular, nossos governos tem procurado multiplicar as estratégias de ação para o estreitamento de laços que visam, principalmente o concerto das economias e a harmonização das políticas.

Essa união é hoje reconhecida, portanto, como um requerimento vital para a retomada do desenvolvimento econômico, bem como resposta às forças externas alienantes e às forças internas dos nacionalismos particularizantes. Mas sabe-se, também, que ela se tornará episódica, limitada a parcelas do continente e mais sujeita às pressões exógenas, se não for amparada por um movimento paralelo de nossos povos em favor da integração de suas culturas (grifos na documentação)⁶.

A partir desta concepção propunha-se a (re)descoberta da unidade dos povos latino-americanos dentro da diversidade. Para tal, era preciso compreender que a integração deveria ser iniciativa e a soma de esforços de diversos setores da sociedade. Ou seja, as ações deveriam ir além dos Estados, *“cujos convênios, tratados ou acordos, inclui-se um genérico “intercâmbio cultural”, cifram-no em retórica já esgotada, que não consegue estabelecer, na prática, um sistema eficiente para garantir e estimular a livre circulação de informação científica, literária, artística, ou de ideias, livros, pessoas, obras”*⁷.

⁶ A documentação citada foi disponibilizada pela coordenação do PROLAM/USP em 2015, quando um grupo de discentes e egressos, ao qual fazíamos parte, compôs o “Projeto Memória”, cujo objetivo era reconstituir a história e a memória do Programa por meio de entrevistas com seus fundadores, professores, discentes e egressos. Na ocasião da consulta, nós digitalizamos a documentação. O trecho foi extraído do documento intitulado “Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina”, p. 5.

⁷ O trecho foi extraído do documento intitulado “Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina” (PROLAM p. 6).

Entre os setores que poderiam contribuir para a soma dos esforços figuravam as Universidades e, mais especificamente, o PROLAM. Nas palavras da ex-coordenadora do PROLAM, Professora Maria Cristina Cacciamali (2014):

[...] o PROLAM, do ponto de vista de uma resposta acadêmica e, sobretudo, da formação de quadros para poder formar, ao longo do tempo, uma irmandade com conhecimentos sobre a questão latino-americana e poder fazer com que o Brasil pudesse, no momento adequado, exercer influência significativa sobre a região.

As discussões iniciais da documentação consultada indicam que a proposta era a conformação de um espaço institucional e interunidades, que agregaria o ensino, a pesquisa e a extensão⁸. Neste espaço confluiriam estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores voltados ao estudo e interpretação crítica da realidade latino-americana e à produção de conhecimento na área de humanidades sobre a integração do continente nos âmbitos político, econômico, social, cultural e de relações internacionais. Os especialistas também teriam um diferencial:

(...) a meta primordial do PROLAM/USP que é produzir o conhecimento integrado dessa porção do continente, com o qual se pretende fortalecer os laços econômicos, políticos, sociais e culturais entre o Brasil, a América Hispânica e o Caribe e promover o desenvolvimento profissional de pessoas formadas em um ambiente multidisciplinar e de integração latino-americana (TERENZI; CACCIAMALI, JOSÉ-SILVA, 2002).

A proposta de um Programa interdisciplinar se mostrou na diversidade e multidisciplinaridade dos professores e dos alunos que o compõem. Desde o início o Programa contou com especialistas em América Latina, de diversas áreas do conhecimento, que ministram disciplinas com enfoques distintos, mas que contribuem para a compreensão do complexo quadro da região. Os alunos também são de diversas áreas como Antropologia, Arquitetura, Artes, Comunicações, Ciência Política, Educação, Direito, Economia, Geografia, História, Literatura, Sociologia, Saúde Pública, Relações Internacionais, Turismo, Urbanismo, entre outras. O PROLAM/USP

⁸ Os documentos a que nos referimos no texto são os intitulados “Mestrado em Integração da América Latina: pontos de sua regulamentação”, “Curso de Mestrado sobre integração latino-americana” e “Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina” (PROLAM).

começou formando mestres, mas alguns anos depois, em 1993, iniciou-se a formação de doutores.

Em 2014, o PROLAM/USP completaria 25 anos de existência e, já no ano anterior, alguns alunos do Programa manifestaram o desejo de comemorá-los. Afinal, ao longo destas duas décadas, ele havia formado dezenas de mestres e doutores que atuavam em distintos lugares do Brasil e dos demais países da América Latina, em colocações diversas, como em governos das esferas federal e estadual, escolas públicas e privadas, escritórios particulares, na imprensa e em outros espaços institucionais públicos de interesse e de formação de opinião. Além disso, naquele momento o Programa contava com cerca de 400 pesquisas, entre dissertações e teses, das mais variadas temáticas e enfoques, e possuía uma revista acadêmica, hoje em franca circulação⁹.

É neste contexto de reuniões entre discentes, egressos e docentes do PROLAM/USP que, em 2013, Andrés Donoso Romo, Bruna Muriel Huertas, Fabiana Oliveira, Iara Machado, Jose Alex Rego Soares, Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago, Teresa Otondo, Thaís de Oliveira e Thaís Virga Passos, todos discentes e egressos do PROLAM/USP, reuniram-se nas dependências do PROLAM, nas Colméias, antiga sede do Programa, para ponderar sobre uma proposta que dialogava com a comemoração dos 25 anos do Programa: a criação de mais um espaço de discussão e reflexão, com certa regularidade, sobre a América Latina¹⁰. Como éramos de áreas distintas do conhecimento e nos inspirávamos em um Programa interdisciplinar, desde o início, nos preocupamos em constituir um espaço não somente interunidades, mas sobretudo e interdisciplinar, que congregasse todos aqueles que estudavam ou se interessavam pela América Latina, em seus mais variados aspectos e perspectivas. Estes pesquisadores e interessados poderiam estar vinculados ou não ao PROLAM/USP.

O EPAL¹¹ foi criado em um contexto que a integração regional era estimulada pelos governos federais e por diversos setores da sociedade dos países latino-

⁹ Ver: <https://www.revistas.usp.br/prolam/issue/view/11544>.

¹⁰ A Comissão Organizadora do EPAL foi sendo modificada ao longo dos anos. Atualmente, ele conta com os seguintes organizadores: Alessandra Cavalcante de Oliveira (PROLAM/USP), Giovanna Botti (PROLAM/USP), Margarida Nepomuceno (CESA/PROLAM/USP), Mayra Coan Lago (História Social/USP), Paulo Sergio de Castro (PROLAM/USP), Rita de Cássia Marques Lima de Castro (CORS e NESPI/USP; UMC – Campus Villa-Lobos) e Sabrina Rodrigues (PROLAM/USP).

¹¹ Dentro da Universidade de São Paulo existem outros grupos de estudos e de pesquisa, centros e laboratórios voltados para a América Latina. Entre eles, figuram: *Centro de Estudos de Demografia*

americanos. No começo dos anos 2000, uma série de governantes progressistas chegaram ao poder na região. Este período, que ficou conhecido domesticamente como “Maré Rosa” ou “Onda Rosa”, foi caracterizado por reformas de cunho social e democráticas com participação popular, reformas que foram algumas mais e outras menos profundas e permanentes. Regionalmente houve um interesse dos governantes latino-americanos de fortalecer a integração regional, em seus distintos âmbitos e níveis das sociedades, bem como de endossar a sua importância para um caminho mais autônomo. No âmbito acadêmico, esta preocupação pode ser observada na criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em 2010 e em demais instituições no Brasil.

Neste contexto, observa-se um renovado interesse intelectual e político de pesquisadores e interessados na região, que gostariam de compreender e acompanhar as transformações regionais, especialmente nas Universidades e nos centros de pesquisa do Brasil. Segundo Urquidi (2019), neste momento diversos centros e grupos de pesquisa especializados em América Latina foram criados, no Brasil e na Região.

O grupo de discentes e egressos do PROLAM/USP acompanhava com grande interesse estas transformações na região e por isso acreditava ser importante criar mais um espaço, que mensalmente se dedicasse a refletir sobre as mais variadas questões sobre e da América Latina. Após a reunião mencionada, consultamos o Prof. Dr. Umberto Celli Júnior, que na época era o coordenador do Programa. Ele não apenas concordou e incentivou a nossa proposta, como também sugeriu um título para os encontros que proporcionariam este novo espaço de discussão e reflexão da América Latina: EPAL- Encontro de Pesquisadores da América Latina¹².

Os primeiros encontros mensais e vespertinos ocorreram em junho de 2013, nas dependências do PROLAM/USP. No início, nós apresentávamos ou convidávamos três ou quatro pós-graduandos ou egressos do Programa para que eles compartilhassem as suas pesquisas, em andamento ou já finalizadas. Embora fosse uma atividade realizada

Histórica da América Latina (CEDHAL), *Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação* (CELACC), *Cultura, arquitetura e cidade na América Latina* (CACAL) e o *Laboratório de Estudos de História das Américas* (LEHA).

¹² Também gostaríamos de registrar os nossos agradecimentos aos funcionários William Almeida, Rodrigo Bronze e Agda Fernanda Pereira Nunes Cerialli e aos professores do PROLAM/USP, especialmente para a Profa. Dra. Dilma de Mello Silva, Profa. Dra. Lisbeth Rebollo, Profa. Dra. Vivian Urquidi, Profa. Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina, Prof. Dr. Renato Seixas, Prof. Dr. Julio Manuel Pires e Prof. Dr. Wagner Iglesias por nos estimularem de maneiras diversas, inclusive contribuindo para que estes Encontros fossem realizados e perdurassem. Agradecemos igualmente a bibliotecária da ECA pela presteza ao auxiliar-nos para o registro do ISBN e catalogação de todas as publicações que fizemos.

por discentes e egressos, na medida do possível, nós procurávamos reunir pesquisadores de cada uma das três linhas de pesquisa do Programa, a saber: Sociedade, Economia e Estado; Comunicação e Cultura; e Política e Relações Internacionais. Além disso, nós também convidávamos professores do Programa para abrir os Encontros e comentar as apresentações. Assim, após as exposições, nós abríamos para a reflexão com todos os que estavam participando do encontro.

Após a definição da programação, nós confeccionávamos cartazes para divulgar os Encontros para a comunidade, desde as primeiras edições, o EPAL elaborou uma forma dinâmica de divulgação de suas atividades com a comunidade acadêmica e com o público externo noticiando aos órgãos da imprensa universitários e mídias tradicionais, e, especialmente, divulgando sua programação através das redes de comunicação interna dos departamentos das faculdades. Os cartazes tinham um modelo básico, conforme observa-se nas imagens 1 e 2:

Imagens 1 e 2 - Cartazes dos dois primeiros Encontro de Pesquisadores da América Latina



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Durante o primeiro ano de atividades, as apresentações de pesquisas foram realizadas pelos alunos do PROLAM/USP, que estavam em diferentes momentos da pós-graduação. Alguns apresentaram uma pesquisa acadêmica pela primeira vez ou mesmo suas primeiras impressões da pesquisa durante os encontros do EPAL. Outros apresentaram pesquisas que já tinham sido defendidas no PROLAM/USP, mas que ainda tinham questões para serem discutidas. Além disso, a interação entre pesquisadores que trabalhavam linhas de pesquisas diversas, campos aparentemente

distintos, mostrou-se uma experiência rica e múltipla e revelou a amplitude e a construção real da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade do Programa.

As trocas de informações entre os participantes que revelavam experiências pessoais e acadêmicas, metodologias adotadas e estratégias de pesquisas, descobertas, acertos e dificuldades semelhantes e despertavam no público presente, especialmente naqueles que não pertenciam aos quadros de pós graduandos do PROLAM, curiosidade por conhecer as múltiplas facetas da América Latina, em geral, e no próprio programa, suas linhas de pesquisa e orientações metodológicas, em particular.

Ao longo do tempo, paulatinamente, os Encontros também foram identificados como uma boa oportunidade para que latino-americanistas e demais interessados, de dentro e de fora da Universidade de São Paulo, se (re) encontrassem em tardes ricas e proveitosas:

Imagens 3 e 4 - Registros dos dois primeiros Encontros



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A experiência do primeiro ano permitiu que, no ano seguinte, em 2014, e nos subsequentes, ampliássemos os encontros para pesquisadores de outras Faculdades e departamentos da Universidade de São Paulo ou mesmo de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Com a ampliação dos apresentadores e do público, os Encontros passaram a acontecer nas dependências da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Neste momento identificamos uma segunda fase do EPAL, que foi composta por pesquisadores que estudavam a América Latina, mas de diferentes origens e formações

acadêmicas, e de programas externos à Universidade de São Paulo, conforme registrados pela programação nos cartazes nas imagens 5 e 6:

Imagens 5 e 6 - Cartazes do XIII e XIV EPAL



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Essa foi uma fase de grande significação que norteou uma nova etapa do EPAL, especialmente porque começamos a publicar chamadas semestrais para que os interessados se inscrevessem para os Encontros. Estas chamadas permitiam que completássemos a agenda do semestre antes mesmo do primeiro Encontro do ano, o que denota um crescimento e ampliação do EPAL. Isto revela que o EPAL começou a ser identificado como um espaço importante de discussão e reflexão, um reconhecido coletivo acadêmico, e também demonstra como ele foi, pouco a pouco, propiciando a criação de redes de contatos mais permanentes com departamentos, núcleos de estudos e pesquisas sobre a América Latina sediados em universidades nacionais e em países vizinhos.

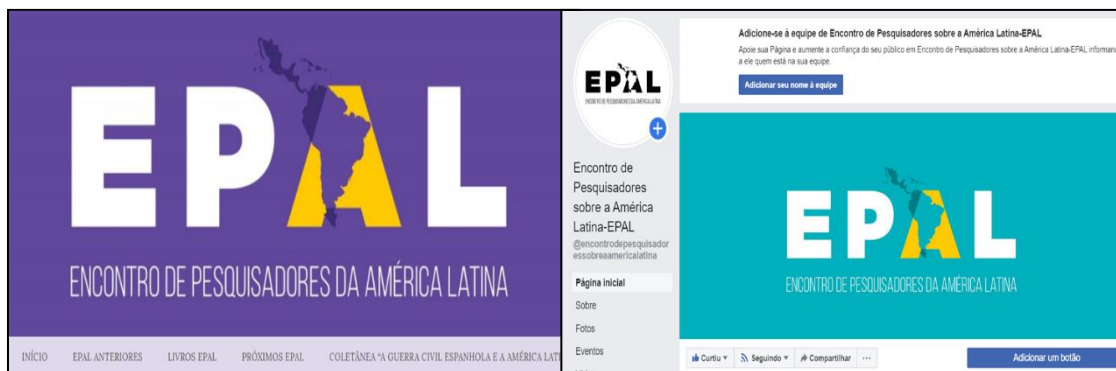
Imagens 7 e 8 - Registros do XXVIII (à esquerda) e XXXIV (à direita) encontros do EPAL



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Estas redes de contatos foram sendo fortalecidas e, em alguns momentos, expandidas, sobretudo com a criação da nossa página no Facebook¹³ e do nosso site¹⁴ para divulgar contatos e a programação dos Encontros, além das publicações do coletivo que falamos em seguida. A página do Facebook permitiu a continuidade da interação e a troca dos contatos estabelecidos nos Encontros presenciais:

Imagens 9 e 10 - Páginas do site e do Facebook



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Em 2015, nós começamos a editar os cadernos de resumos anuais do EPAL¹⁵ que endossam a rede criada, bem como a diversidade de pesquisas e de pesquisadores

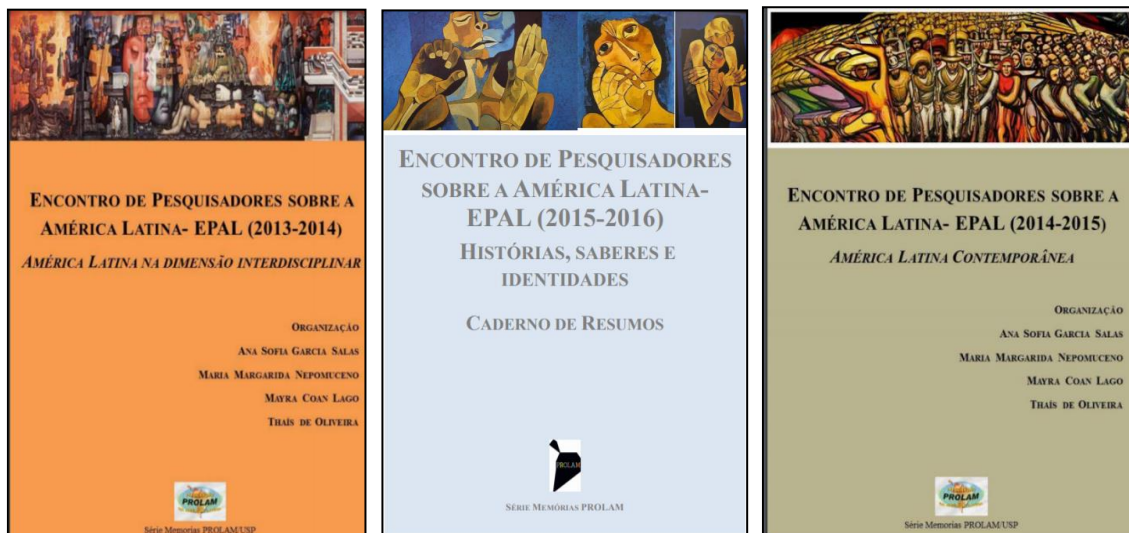
¹³ Página: <https://www.facebook.com/encontrodepesquisadoressobreaamericalatina/>. Acesso em 27 de abril de 2021.

¹⁴ Site: <https://encontrodepesquisadoressobreaamericalatina.com/>.

¹⁵ Até o momento nós publicamos cinco cadernos de resumos, referentes aos anos de atividades 2013-2014, 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018. Os cadernos estão disponíveis em: <https://encontrodepesquisadoressobreaamericalatina.com/livros-epal/>. Acesso em 27 de abril de 2021.

latino-americanos que passaram pelos nossos Encontros. Essas publicações ¹⁶sempre foram acompanhadas pelo ISBN resultando em um acréscimo curricular para seus autores.

Imagens 9, 10 e 11 - Capas dos cadernos de resumos dos três primeiros anos do EPAL



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A partir de 2016, além dos encontros mensais, o EPAL passou a organizar as Jornadas temáticas internacionais anuais, constituindo uma terceira fase dos Encontros. As Jornadas reuniam convidados especialistas, docentes, pesquisadores ou profissionais, em determinadas temáticas ou países, ampliando nossa visão sobre a realidade e as sociedades da América Latina. As Jornadas, que costumavam ocorrer no final do ano, também se diferenciavam dos Encontros pelo formato. Ao invés de termos somente uma tarde com temas diversos, elas ocupavam um dia inteiro e se concentravam em uma temática particular, ainda que observada sob distintos pontos de vista. Até 2019, nós realizamos quatro Jornadas internacionais com as seguintes temáticas: Guerra Civil Espanhola e seus desdobramentos para a América Latina em 2016; A Bolívia, sua História e suas Lutas, em 2017; Migrações, Diáspora e Exílios na América Latina em 2018; e os 30 anos do PROLAM/USP.

políticos, culturais, sociais, culturais e das relações internacionais, a partir de enfoques de variados sujeitos, na América Latina.

Pela importância da temática e por quisermos contribuir para a difusão de tais estudos para os demais países da América Latina, após a Jornada, decidimos organizar uma coletânea em formato e-book e gratuito, em colaboração com o *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina* (CEDHAL) da Universidade de São Paulo. A coletânea incorporou diversas comunicações da jornada do EPAL sobre este tema, mas também somou novas contribuições.

O livro “A Guerra Civil Espanhola e a América Latina”, lançado em 2019 e disponível para download no site do EPAL¹⁷, do CEDHAL¹⁸ e do PROLAM/USP¹⁹ conta com vinte e quatro artigos, escritos por 27 autores oriundos da América Latina, Espanha e Estados Unidos. A coletânea oferece uma visão inédita e perspectivas originais sobre as repercussões do conflito nas sociedades do continente, como as reações das comunidades espanholas estabelecidas na região e as ações dos governos latino-americanos frente à Guerra. Também reflete sobre as condições em que os refugiados espanhóis foram recebidos pelas sociedades latino-americanas, de que maneira os intelectuais se mobilizaram no esforço de defender a democracia na Espanha, e como as associações civis e as comunidades dos países ajudaram as crianças espanholas órfãs da guerra.

A segunda Jornada, sobre a Bolívia, em 2017, contou com a participação de especialistas de variadas áreas do conhecimento e Universidades, bem como de personalidades da política mexicana e boliviana, além de representantes de diversos consulados dos países latino-americanos. As contribuições do Dr. Roberto Prudencio (Consul Geral do Estado Plurinacional da Bolívia), do Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade (História/USP), da embaixadora do México no Brasil Profa. Dra. Beatriz Paredes, do Sr. Carlos de Mesa (ex-presidente da Bolívia entre 2003-2000, da Profa. Dra. Yanet Aguilera (Filosofia-UNIFESP), do Prof. Me. Wilbert Vilka López (doutorando Escola de Altos Estudos, Paris), da Profa. Daniela Angela Leyton (doutoranda em Estudos Latino-Americanos na Universidad Andina Simon Bolívar de Ecuador) e do

¹⁷ Disponível em: <https://encontredepesquisadoressobreaamericalatina.com/coletanea-a-guerra-civil-espanhola-e-a-america-latina/> .

¹⁸ Disponível em: <http://cedhal.fflch.usp.br/livros> .

¹⁹ Disponível em <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2021/01/A-Guerra-Civil-espanhola-e-a-America-Latina-2018.pdf>

Prof. Dr. Salvador Schavelzon (UNIFESP) permitiram uma rica e ampla reflexão sobre as questões políticas, culturais e sociais bolivianas.

Em 2018, a terceira Jornada contou com um tema emergencial no âmbito internacional, mas focado na nossa região: as Migrações, Diáspora e Exílios. Na ocasião reunimos pesquisadores especialistas, que abordaram o tema sob uma perspectiva mais histórica e de longa duração, e profissionais que atuavam nas variadas linhas de frente para a recepção e a proteção dos imigrantes e refugiados. Entre eles, figuraram Prof. Dr. Horácio Gutiérrez (História/USP), Prof. Me. André Luiz Lanza (História/USP), Prof. Me. Adir de Almeida Mota (História/USP), Profa. Me. Marina de Campos Pinheiro da Silveira (Direito/USP), Profa. Dra. Eda Terezinha de Oliveira Tassara (Psicologia/USP), Profa. Dra. Helisane Mahlke (Direito/Mackenzie), Marcelo Haydu (Adus), Dr. Daniel Palloti Secco, Profa. Dra. Lucilene Cury (PROLAM/ECA/USP) e Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco (UNICAMP).

Finalmente, em 2019, realizamos a nossa última Jornada, que homenageou os 30 anos do PROLAM/USP e os 6 anos do EPAL. Na ocasião, contamos com a participação de diversos professores do PROLAM/USP e de especialistas, como Prof. Me. Francisco Denes Pereira (PROLAM/USP), Profa. Giovanna Fidelis Chrispiano (PROLAM/USP), Prof. Me. Rogerio do Nascimento Carvalho (PROLAM/USP), Prof. Me. Gustavo Menon (PROLAM/USP), Profa. Dra. Cilene Ribeiro Cardoso (PROLAM/USP), Profa. Me. Andrea Rosendo da Silva (PROLAM/USP), Profa. Dra. Maria Bernardete Toneto (PROLAM/USP), Prof. Ricardo Gustavo Garcia de Mello (PROLAM/USP), Profa. Gabriela Beraldo Rodriguez (PROLAM/USP), Prof. Me. Marco Antônio Piva (PROLAM/USP), Prof. Me. Gabriel Dib Daud De Vuono (PROLAM/USP), Profa. Me. Sabrina Rodrigues (PROLAM/USP), Prof. Dr. Hygino Sebastião Amanajás de Oliveira (PROLAM/USP), Prof. Me. Ygor Pierry Piemonte Ditão (PROLAM/USP), Profa. Dra. Susana Matilde Valansi (PROLAM/USP) e Profa. Dra. Verónica Patrícia Aravena Cortes (PROLAM/USP). Todas estes pesquisadores latino-americanistas e “prolanianos”²⁰ somados às pesquisas, dissertações, teses, publicações e eventos realizados pelo Programa revelam um quadro importante e crítico, que abarca os distintos aspectos e estudos críticos sobre a região, em seus variados momentos, que

²⁰ Importante salientar que os participantes e seus referentes títulos não foram atualizados. Muitos que eram até aquele momento mestrandos e doutorandos, hoje são Mestres e Doutores e alguns universitários externos à USP ingressaram no PROLAM nos anos subsequentes.

têm sido apresentados no EPAL e produzidos ou estimulados ao longo das três últimas décadas no PROLAM/USP²¹.

Em decorrência da pandemia do COVID-19, em 2020, interrompemos nossos Encontros e Jornadas Internacionais. Neste momento, estamos pensando em formas de adaptarmos nossas atividades para o modo remoto. Também estamos utilizando este momento para realizar reflexões sobre nossas práticas do EPAL, bem como um balanço do que conseguimos até o momento, algo que compartilharemos na próxima seção do presente capítulo.

BREVE BALANÇO DAS INTEGRAÇÕES LATINO AMERICANISTAS NO EPAL

Durante os oito anos de existência do EPAL foram realizadas quatro jornadas internacionais e 37 edições mensais com pesquisadores, totalizando 41 encontros. Ao longo destes anos, recebemos 142 estudiosos em América Latina, entre mestrandos, doutorandos, egressos e professores. Dos 142 apresentadores, 117 eram de Universidades nacionais e 25 de estrangeiras. Os pesquisadores estrangeiros eram da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Venezuela, Equador e Paraguai.

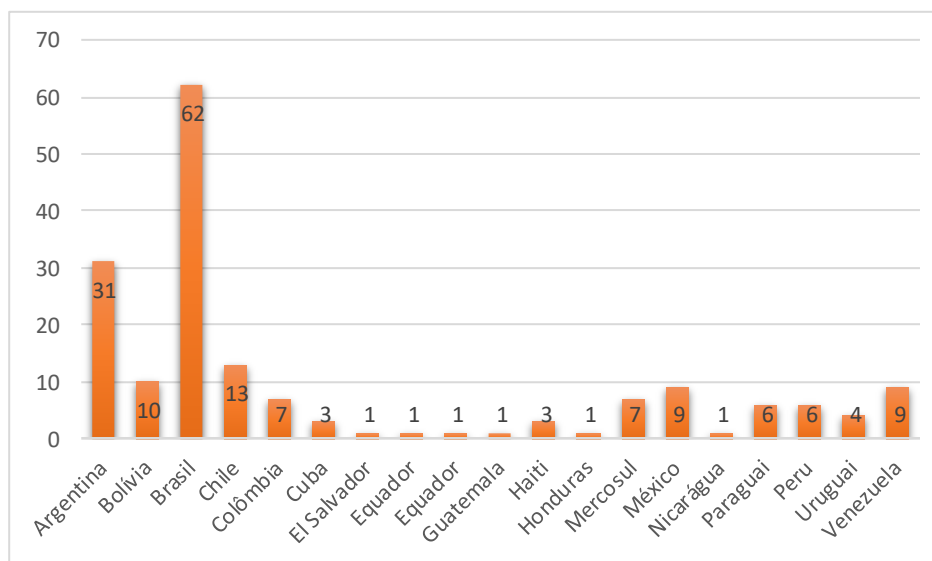
A respeito das instituições, além da USP, as seguintes universidades e instituições nacionais estiveram representadas: Instituto Adus, Escola Waldorf, Escola Superior de Guerra, Faculdade Cearense, Faculdades Integradas Rio Branco, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Faculdade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade de Santo Amaro e Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Das internacionais, destacamos o Instituto Politécnico Nacional do México, a Universidad de Buenos Aires/UBA, a Universidad de La Plata/Argentina, a Universidad de

²¹ O PROLAM/USP organizou uma série de coletâneas, entre as quais a coleção Pensar e Repensar a América Latina e o Caribe. Esta contou com a colaboração de parte da Comissão Organizadora do EPAL. As publicações mencionadas, que são de acesso livre e gratuito, estão disponíveis no seguinte link: <https://sites.usp.br/prolam/>.

Tucuman/Argentina, a Universidad de Playa Ancha/Chile, a Universidad Andina Simón Bolívar/Ecuador e a Universidad de los Andes/Venezuela.

Sobre o grupo de países mais estudados, os que mais figuraram foram Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, México e Colômbia, seguidos pelos demais países conforme o gráfico 1:

Gráfico 1 - Países que mais figuraram nas apresentações do EPAL (2013-2019)

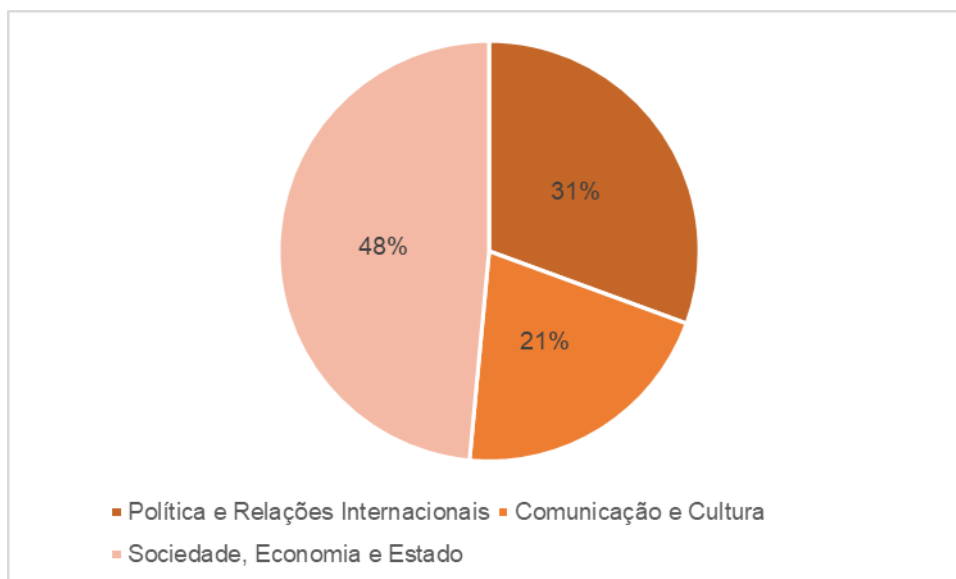


Fonte: Elaboração própria.

Ainda que a grande maioria dos pesquisadores tenha optado por apresentar estudos com países específicos, 35 pesquisadores preferiram tratar da América Latina numa perspectiva de conjunto e 3 deles, especificamente, trataram somente da América do Sul. Alguns pesquisadores preferiram estudar os blocos econômicos, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Aliança do Pacífico, e os arranjos políticos, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A maioria das pesquisas apresentadas focaram no século XX, seguidas pelo século XXI e século XIX.

Das 142 pesquisas apresentadas, 100 trataram de questões locais ou de problemas comuns da América Latina e 42 utilizaram a perspectiva comparativa. Ao distribuímos as pesquisas apresentadas nas grandes linhas de pesquisa dos Encontros, que estão em diálogo com as do PROLAM/USP, observamos que tivemos um número maior de pesquisas na linha de Sociedade, Economia e Estado, seguida por Política e Relações Internacionais e Comunicação e Cultura, conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 - Linhas de Pesquisa que mais figuraram nas apresentações do EPAL (2013-2019)



Fonte: Elaboração própria.

Este breve balanço deverá ser aprofundado em publicações posteriores, com a participação de outros pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentamos um breve relato sobre a nossa experiência nos últimos oito anos (2013-2021) como parte da organização do EPAL. Iniciamos fazendo breves considerações sobre a integração de latino-americanistas na Universidade de São Paulo a partir da criação do PROLAM/USP e, em seguida, procuramos mostrar como discentes e egressos deste Programa, que consideraram a experiência muito interessante e se inspiraram em algumas destas práticas, criaram mais um espaço de discussão e de reflexão sobre a América Latina, ligado aos pressupostos do PROLAM. Vale lembrar que como programa acadêmico, interunidades e interdisciplinar de longa duração foram criadas inúmeras atividades e séries de iniciativas que não estamos analisando no presente capítulo e que colocaram e ainda colocam docentes e discentes em redes acadêmicas com diversas outras universidades na América Latina. Seria preciso um capítulo à parte para discorrer sobre o tema especificando detalhes da trajetória do PROLAM.

Inicialmente, o EPAL esteve muito vinculado ao PROLAM e aos seus pesquisadores. Contudo, a partir da segunda fase, em 2014, o Encontro foi criando cada vez mais autonomia e ampliando seus espaços de discussão e de reflexão sobre a América Latina. Deste modo, embora o EPAL tenha nascido e se inspirado no PROLAM, as práticas e as redes com a comunidade acadêmica e não acadêmica estabelecidas extrapolam os espaços do Programa o que nos leva a concluir a natureza da atividade acadêmica como um modelo de extensão que poderá ser seguido. Um dos tripés fundamentais das universidades públicas foi cumprido: crescer também para além dos muros da Universidade e conectar-se com a sociedade, no caso, com os demais centros de estudos em São Paulo, no Brasil e na América Latina.

Consideramos que os oito anos de atividades do EPAL, como um espaço específico e mensal, contribuíram para a difusão das variadas pesquisas, amadureceram as nossas reflexões sobre os inúmeros problemas da América Latina, aprofundaram nossos conhecimentos realizados sobre a nossa região, criaram laços intelectuais e afetivos com os demais pesquisadores, afinaram as nossas perspectivas e pode servir de estímulo por criar espaços similares ou para que mais pessoas estudem a América Latina. Ao mesmo tempo, o EPAL também possibilitou a interação e as trocas de experiências entre pesquisadores de diversos estados brasileiros e países latino-americanos, constituindo uma rede de colaboração de conhecimentos, valores e solidariedade que persiste até os dias de hoje!

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, Maria Cristina (org). *20 anos de estudos em integração da América Latina: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-PROLAM/USP*. São Paulo: editora LTr, 2010.

HERZ, Monica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

URQUIDI, Vivian. “Apresentação”. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan; RODRIGUES, Joana; CASTRO, Rita Lima de; RODRIGUES, Sabrina. *Atores, fazeres e políticas culturais: comunicação e cultura*. São Paulo: PROLAM/USP, 2019, p. 8-17.

MONTORO, Franco. *Um mundo multipolar na virada do século*. Revista de informação legislativa, v. 32, n. 128, p. 5-13, out./dez. 1995 | Revista brasileira de estudos políticos, n. 83, p. 27-42, jul. 1996. Câmara Federal.

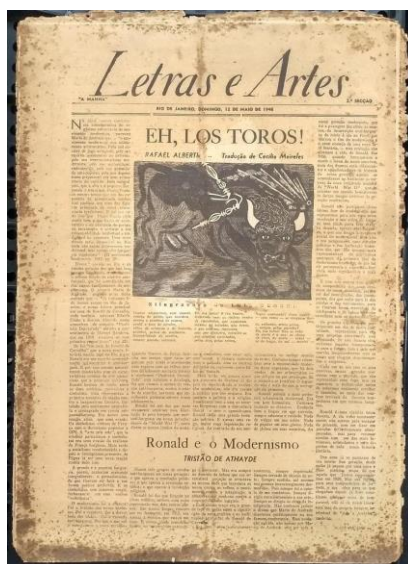
**NO SE SABE DE QUIÉN ESTA VOZ: MEMÓRIA DO INTERCÂMBIO
ARTÍSTICO ENTRE CECÍLIA MEIRELES, RAFAEL ALBERTI E LUÍS
SEOANE**

Mayra Moreyra Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A imagem a seguir reproduz a primeira página do número inaugural do suplemento “Letras e Artes”, projeto iniciado em 12 de maio de 1946 pelo jornal carioca *A manhã*. Nesta página, com a qual começa a série de 311 publicações que durará até 1953 de um dos suplementos de cultura mais importantes do Brasil no período (LOPES, 2018), encontra-se em posição de destaque uma peça verbo-visual. Trata-se do poema “¡Eh, los toros!”, escrito pelo poeta espanhol Rafael Alberti, aqui traduzido pela brasileira Cecília Meireles, e acompanhado de uma xilogravura do argentino-galego Luís Seoane:

Figura 1 – Primeira página do suplemento “Letras e Artes”, 12 de maio de 1946



Fonte: <https://www.livrariamemorial.com.br/peca.asp?ID=5766078>

¹ Doutora em Letras – Literatura Espanhola, Universidade de São Paulo. Universidade do Estado de Minas Gerais. e-mail: mayramoreyra@gmail.com

“¡Eh, los toros!” reitera nessa aparição no suplemento sua vocação para o diálogo entre artes e entre artistas. Nascido como composição do livro *Cal y canto*, publicado por Rafael Alberti em Madri em 1929, o poema intitulará uma coletânea de Alberti e Luís Seoane editada em Buenos Aires em 1942, e aparecerá em 1946 traduzido ao português pelas mãos de Cecília Meireles em um suporte de maior circulação, sem dispensar a articulação verbo-visual que se estabelecera quatro anos antes na edição argentina. A essa biografia do poema, atravessada pelo trânsito entre expressões e línguas, somam-se as trajetórias dos artistas envolvidos, caracterizadas pela multiplicidade das manifestações artísticas e pelo deslocamento espacial.

Rafael Alberti nasceu na Andaluzia, região sul da Espanha, na pequena e litorânea cidade de El Puerto de Santa Maria em 1902. Em 1917, sua família se translada a Madri, a contragosto do então jovem que se deleitava com a liberdade experimentada entre as praias e o mar da cidade natal. As andanças pela paisagem idílica dão lugar em Madri às perambulações pela capital que começava a provar a efervescência das vanguardas. No início dos anos 20, Rafael Alberti aspirava a ser pintor e visitava diária e diligentemente o Museu do Prado. No entanto, a toxicidade das tintas obrigou-o a deixar a atividade por outra que ele também já semeava: a poesia. Sua estreia em versos ocorre em 1924 com *Marinero en tierra*, premiada e emblemática obra para compreender uma poética que não se concebe sem o movimento constante, encarnado no signo dileto de Alberti, o mar. O segundo deslocamento decisivo para o poeta se dará com o término da Guerra Civil Espanhola, em 1939, conflito a que ele assistiu de perto, vivendo na Madri sitiada com a companheira de toda a vida, a também escritora María Teresa León (1903-1988), ambos à frente da Aliança de Intelectuais Antifascistas. Com o fim da guerra, o casal é obrigado a transladar-se a Paris, onde tampouco pode permanecer dado o avanço do nazismo sobre a França. Em fevereiro de 1940, Alberti e María Teresa atravessam o Atlântico rumo ao exílio que perdurará por 23 anos na Argentina, com algumas temporadas no Uruguai, e, mais tarde, por 14 anos na Itália, até a volta a Espanha em 1977, depois da morte de Francisco Franco. Alberti terminará a vida na mesma El Puerto de Santa María da infância em 1999, tendo deixado uma vasta obra em poesia, teatro, prosa autobiográfica e pintura, a qual pôde retomar na década de 1940 no exílio.

Luís Seoane, nascido em Buenos Aires em 1910, é invariavelmente descrito como um artista “polifacético” (DE CRISTÓFORIS, 2015, p. 46; DOLINKO, 2017, p.

75; GANDOS, 2019) pelo seu trabalho como gravador, pintor, muralista, escultor, poeta, dramaturgo, ensaísta e editor de livros. Além dessa multiplicidade expressiva, na qual sobressai a arte visual, Seoane sempre se reconheceu como um migrante, pois o fato de ter nascido na Argentina nunca o desvinculou da terra natal de seus pais, a Galícia, na Espanha. Em 1916, retornou ao país com a família e viveu entre A Coruña e Santiago de Compostela até o início da Guerra Civil Espanhola em 1936, quando teve que fugir para Lisboa, de onde embarcou rumo a Buenos Aires. A volta à América tinha, no entanto, sabor de exílio para o artista profundamente ligado à Galícia por vínculos familiares, culturais e linguísticos. Não por acaso seu intenso trabalho na capital argentina se fez junto a outros artistas galegos exilados, em revistas, editoras ou instituições ligadas à terra à qual se sentia pertencente, como o Centro Gallego de Buenos Aires, onde atuou até 1957. Sua arte está atravessada por motivos e tipos que histórica e culturalmente remetem à Galícia, sem que essas escolhas a limitem ou reduzam. Ao contrário, o tratamento dispensado às cores locais demonstra uma inquietação constante de Seoane frente a binômios como o tradicional e o moderno, o erudito e o popular ou o local e o universal, os quais ele indaga e problematiza. A partir de 1945, ano de sua primeira exposição individual em Buenos Aires, o artista exibiu seu trabalho plástico e visual em outras 49 oportunidades por todo o mundo. Além disso, deixou um importante legado no campo da editoração de livros ao produzir edições de alta qualidade gráfica, entre as quais a própria coletânea *Eh, los toros!*², uma das primeiras incursões de Luís Seoane como gravador e editor, que produziria ainda mais de 25 outros títulos contendo gravuras suas até 1979, ano de sua morte em La Coruña, Galícia.

Em 1901, nasceu Cecília Meireles no Rio de Janeiro. Passou os anos da infância e juventude aos cuidados da avó devido à perda prematura de todos os seus familiares, pai, mãe e três irmãos mais novos, estes mortos ainda antes do nascimento de Cecília. A convivência com tantas perdas se inscreve na índole da criadora, afeita ao silêncio, à solidão e à reflexão (MOURA, 2016, p. 25). Sua atividade poética, que começa nos primeiros anos da década de 1920, sempre foi acompanhada pela atuação como professora, educadora, cronista, ensaísta e tradutora. São reconhecidas suas ações pela modernização da educação brasileira, em favor do ensino laico, universal e gratuito,

² O volume, do qual se imprimiram 429 exemplares, tem apenas 32 páginas e dimensões maiores que as comuns para um livro, 33 x 25,5 cm.

causas nas quais se envolveu não só como docente e trabalhando nos órgãos oficiais, mas como criadora de obras voltadas ao público infanto-juvenil. Cecília Meireles também é conhecida por suas inúmeras viagens e por ter registrado em crônicas e poemas suas passagens por Portugal, Estados Unidos, México, Uruguai, Argentina, Espanha, França, Holanda, Índia, Israel, entre outros. Além da atenção às paisagens e aos tipos humanos de cada local visitado, Cecília registra seu profundo interesse pela filosofia e cultura orientais, pela Antiguidade Clássica greco-romana e por diferentes tradições literárias. Tais abertura e erudição se confirmam em sua atividade de tradutora, que passou por Federico García Lorca, Virginia Woolf, Rabindranath Tagore, Ibsen, Rainer Maria Rilke, entre outros, além de poetas árabes, persas, japoneses e chineses. Cecília, que morreu em 1964, no Rio de Janeiro, deixou uma obra vasta que compreende trinta livros de poesia, aos quais se somam sua prosa, conferências, traduções, peças de teatro, desenhos e aquarelas (GOUVÊA, 2008, p. 16).

Quando os nomes de Rafael Alberti, Luís Seoane e Cecília Meireles aparecem lado a lado no número inaugural do suplemento “Letras e Artes”, alguns traços em comum de suas biografias, que poderiam ser apenas coincidências entre figuras contemporâneas, instigam à investigação. A publicação do poema traduzido junto à gravura converte-se em um registro perene de um intercâmbio artístico ocorrido no eixo Brasil-Argentina na década de 1940 e, nesse sentido, guarda uma memória em potencial da circulação de artistas e intelectuais por esse espaço e das redes de sociabilidade tecidas por eles. Um dos intuitos deste texto, portanto, é mapear o tanto quanto possível o ambiente de intercâmbio que envolveu a aparição dessa tradução. A partir dessa localização mais ampla, interessa-me a reflexão sobre a relação propriamente estética de que a tradução é a expressão mais aparente.

Desse modo, o percurso do texto oscila entre a pesquisa documental e contextual que busca situar os artistas, seus trabalhos e suas redes de contato no espaço e no tempo históricos, e a análise literária que depreende uma poética e uma leitura do mundo a partir do estudo das formas de expressão. Primeiro, localizo “¡Eh, los toros!” nas obras de Rafael Alberti e Luís Seoane; na sequência, revisito a relação de Cecília Meireles com os universos presentes no poema e na gravura, a tauromaquia e as artes hispânicas, passando por sua ida à Argentina em 1944, ocasião em que os artistas se encontraram, e pela reconstrução da rede de relações que tal viagem pressupôs e gerou; por fim, detenho-me no poema e na tradução de Cecília Meireles.

ANTECEDENTES DA TRADUÇÃO DE “¡EH, LOS TOROS!”

O poema em dois lugares e dois tempos: Madri, 1929 – Buenos Aires, 1942

Cal y canto, o primeiro berço de “¡Eh, los toros!”, é um livro peculiar na longa trajetória poética de Rafael Alberti. Publicado em 01 de março de 1929 registra como nenhum outro um momento de inflexão do poeta em relação à natureza de seu trabalho. É certo que Alberti é um poeta reconhecido por sua virtuosidade e facilidade de expressão nas mais diversas formas poéticas³. Com efeito, sempre modula sua voz de uma obra a outra, fiel ao movimento como princípio de sua criação, mas, sobretudo, por uma consciência criadora autocrítica e atenta a sua inserção estética e histórica. No entanto, em *Cal y canto* a condensação de formas poéticas muito distintas e discursos, em certa medida, contraditórios converte a obra em uma plataforma de investigação de possibilidades de expressão, o que responde não só às angústias do poeta-criador, mas também às do sujeito em relação à História.

A obra está dividida em oito seções em que se alternam formas clássicas, populares e versos livres, passando pela emulação da poesia de Góngora com a “Soledad tercera”. Essa feição heterogênea de *Cal y canto* resulta de um “proceso conflictivo y difícil” atravessado por Rafael Alberti em busca de “un nuevo camino de expresión poética” (HANSEN, 2002, p. 32-35), que reconsidera a proposta estética na qual se sustenta a criação idealizada de seus três primeiros livros, apoiada sobretudo na imagem metafórica, ao mesmo tempo que especula caminhos em meio a outras propostas vanguardistas. O poema “Eh, los toros!” figura na terceira parte de *Cal y canto*, composta apenas por *romances*, ou seja, uma forma tradicional da literatura ibérica, caracterizada por versos octossílabos, segundo a métrica espanhola, e rimas assonantes nos versos pares. No caso desses seis *romances*, segue-se a métrica do gênero, mas estão ausentes as rimas.

Depois de debutar em *Cal y canto*, “¡Eh, los toros!” reaparecerá na coletânea que Rafael Alberti e Luís Seoane organizam em Buenos Aires em 1942, publicada pela editora Emecé. O poema dá título ao conjunto e é o primeiro das dez composições que

³ Para o também escritor e exilado republicano espanhol, Max Aub, Rafael Alberti é “ante todo un poeta culto, que siempre sabe lo que está haciendo; su virtuosismo es insuperable, como su afán de juego” (AUB, 1974, p. 519).

se alternam com sete gravuras em madeira feitas por Seoane especialmente para essa edição. Esses dez poemas que Alberti reúne no livro não são inéditos, mas foram recolhidos a partir de três obras escritas entre 1927 e 1935: *El alba del ahlelí*, de onde provêm “Joselito en su gloria”, “Seguidillas a una extranjera” e “El niño de la palma”; *Cal y canto*, à qual pertencem “Eh, los toros!” e “Corrida de toros”; e *Verte y no verte*, elegia originalmente dedicada ao toureiro Ignacio Sánchez Mejías⁴, da qual Alberti retira os quatro sonetos intitulados “El toro de la muerte” além dos poemas que abriga sob a denominação “Verte y no verte”.

Ao reunir em uma mesma obra poemas escritos em momentos diferentes, Rafael Alberti cria novas relações entre eles e propõe uma releitura que passa a conviver com os sentidos que os versos tinham em suas aparições anteriores. Assim, esses dez poemas juntos oferecem uma espécie de síntese do universo da tauromaquia que amalgama povo, mito, ritual, drama e fatalismo, indo do tom solene ao lúdico, do elegíaco ao festivo, num cenário de cores vivas e emoções intensas. Cada poema contém todos esses elementos, mas focaliza algum de maneira especial, gerando uma alternância de estados de espírito que dá ao conjunto uma aparência viva na medida em que ele pulsa com diferentes ritmos a cada página. A essa alternância rítmica criada pela atmosfera semântica de cada poema corresponde uma variação das formas poéticas empregadas que oscilam entre o registro popular e o erudito. A forma fixa dos sonetos de “El toro de la muerte”, por exemplo, funciona como uma moldura interna da coletânea. Os sonetos são propícios à meditação sóbria a respeito da noção de fatalismo que perpassa o duelo entre toureiro e touro – sombra e luz, respectivamente –, como uma predestinação de ambos ao encontro e a um determinado desfecho.

No miolo enquadrado pela moldura dos sonetos, encontram-se poemas que abordam a tourada propriamente dita ou, em espanhol, a *corrida de toros*. Assim intitulado, o quarto poema encena a tourada arquetípica através de uma construção sofisticada que dispõe os participantes, os espectadores e o cenário do espetáculo, descrito como o “palco de la muerte” (ALBERTI, 2002, p. 130). Nesse drama de caráter mítico, touro e toureiro executam uma coreografia, regrada solenemente por respeito mútuo e lealdade que conduzem o embate até o fim. Os três poemas que completam

⁴ Ignacio Sánchez Mejías (1891-1934) relacionou-se com grande parte dos poetas e artistas contemporâneos de Rafael Alberti, que o recorda na autobiografia *La arboleda perdida*: “¡Qué hombre más extraordinario e inteligente aquel torero! ¡Qué rara sensibilidad para la poesía, y sobre todo para la nuestra, que amó y animó con entusiasmo, ya amigo de todos!” (2009, p. 204).

essa parte central da coletânea dão destaque aos personagens da tourada, em versos que recuperam a musicalidade das formas populares de poesia, privilegiando recursos como as rimas consoantes, o refrão e a estrutura dialógica.

A alternância de ritmos, formas e atmosferas construída a cada poema recompõe os movimentos de contração e distensão que caracterizam o desenvolvimento de uma tourada, em que se revezam suspense, alívio, terror, sobressalto, alegria e tristeza, num ritual que emula processos biológicos vitais, como os batimentos cardíacos ou as pulsações e, em última instância, o próprio desenrolar da vida.

Esse compasso da existência que os poemas capturam na linguagem verbal também se imprime nas xilogravuras de Seoane, as quais de maneira alguma ilustram a obra ou apenas acompanham os poemas. Primeiro porque não se trata de uma mera coleção de poemas reunidos sob um tema, pois Alberti seleciona determinadas composições e as arranja de maneira inédita, o que cria tanto novas relações entre elas como um sentido específico para o conjunto como um todo. Quanto às gravuras, elas participam da composição desse conjunto, uma vez que *¡Eh, los toros!* foi concebida como uma obra verbo-visual. Desse modo, a experiência de leitura desse livro pressupõe não só relações entre o som e o sentido contidas nos signos linguísticos, mas igualmente a percepção dos traços, cores, formas, dimensões e perspectivas que compõem cada gravura, considerando ainda as relações entre elas e entre elas e os textos.

Nas gravuras de Seoane, sobressaem o movimento dos personagens envolvidos em cada cena, conseguido pela exata exploração das dimensões e das posições dos corpos, cujos contornos em linhas grossas contrastam com o preenchimento por traços finos feitos em diferentes direções⁵:

⁵ As gravuras foram fotografadas por mim em novembro de 2015 durante pesquisa no arquivo de María Teresa León e Rafael Alberti abrigado no *Centro de la Generación del 27* em Málaga, Espanha.

Figura 2 – Seis xilogravuras de Luís Seoane em *¡Eh, los toros!*, 1942



Fonte: acervo da autora

Os movimentos recompõem ora a fúria do touro que investe sobre o toureiro, ora a coreografia executada por este último, captando a alternância de ritmos de uma tourada em desenvolvimento. A expressividade das gravuras, alcançada com o mínimo de elementos, garante a vivacidade das cenas e, por conseguinte, a sensação de que elas estão sempre acontecendo, como um presente reativado a cada vez que se acessa a obra.

Cecília Meireles, o universo hispânico e a tauromaquia

O conhecimento e o interesse de Cecília Meireles pelo universo hispânico são incontestáveis e mais de uma vez apontados em diferentes estudos sobre sua obra, desde aqueles que se debruçaram sobre sua poesia, passando pela crônica jornalística e de viagem, até sua atuação como docente e pensadora da educação. Resumidamente,

considerando as frentes de trabalho da poeta, recordo que ela foi leitora assídua das literaturas em língua espanhola. Em 1929, na tese apresentada ao concurso da cadeira de Literatura da Escola Normal do Distrito Federal, intitulada *O espírito vitorioso*, Cecília faz referências aos espanhóis Góngora e Lope de Vega. Também se dedica com especial interesse aos poetas místicos quinhentistas Teresa d'Ávila e San Juan de la Cruz e estuda as formas populares da poesia ibérica, como o *romance*, presente fundamentalmente no *Romanceiro da Inconfidência* (GOUVÊA, 2008, p. 40-76). Além disso, a poeta leu “intensivamente” (GOUVÊA, 2008, p. 175) poetas espanhóis da primeira metade do século XX, como Juan Ramón Jiménez, Antonio Machado – a quem dedica um poema do livro *Mar absoluto* (1945) –, Pedro Salinas, Gerardo Diego, Federico García Lorca – de quem traduz ao português duas peças de teatro, *Bodas de sangre* (1933) em 1944, e *Yerma* (1934)⁶ –, e Rafael Alberti. Como enfatiza Leila Gouvêa (2008, p. 215), não há dúvida de que Cecília recebeu “o impacto da lírica de autores espanhóis da ‘geração de 27’”

No âmbito da literatura hispano-americana, destaco o vínculo entre Cecília Meireles e Gabriela Mistral, compartilhado não só pelo caráter poético afim, como também pela convicção da importância da formação educacional das crianças, inseparável de um projeto político modernizador, democrático e igualitário. As duas poetas nutrem uma amizade, registrada na correspondência entre ambas, desde a chegada de Gabriela Mistral ao Brasil em 1937 (SILVA, 2012, p. 35). A aproximação de Cecília com a literatura hispânica conserva-se ainda na conferência “Expressão feminina da poesia na América”, apresentada na Universidade do Brasil em 1956, em que discorre sobre os versos escritos por mulheres nas Américas desde o século XVII até o seu tempo (SILVA, 2009, p. 99-100).

Através do material epistolar da poeta, descobre-se também o diálogo profícuo com outro escritor hispânico residente no Brasil, o mexicano Alfonso Reyes (SILVA, 2012, p. 34), com quem ela compartilha, por exemplo, suas reflexões sobre educação e a necessidade de fomentar o intercâmbio cultural entre as nações da Ibero-América, algo de que ela se ocupou especialmente entre 1934 e 1937, quando fundou e esteve à frente da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco, e defendeu a necessidade de uma formação

⁶ Montemezzo (2008) estima que, embora a tradução de *Yerma* tenha sido publicada em 1963, Cecília Meireles a tenha traduzido em meados dos anos 40. Para a crítica, as traduções de *Bodas de sangre* e *Yerma* por Cecília evidenciam sua “significativa afinidade com o universo ficcional lorquiano” (MONTEMEZZO, 2008, p. 75). Domingues de Oliveira e Esteves (2003) descrevem essas traduções de Cecília como atos políticos (2003).

das crianças visando a integração entre América Latina, Portugal e Espanha (PIMENTA, 2008, p. 15-16). Na prática pedagógica proposta por Cecília, essa integração passaria pelo resgate e o estudo dos elementos da cultura popular, como as cantigas de roda ou os contos folclóricos, questões que ela desenvolveu, entre outros escritos, na coluna “Professores e estudantes” do jornal *A manhã* entre 1941 e 1943, em que oferecia uma série de referências a tradições folclóricas dos países ibero-americanos (VIEIRA, 2013, p. 65-79)⁷.

Essa educação pelo folclore acompanha, de fato, as convicções poéticas de Cecília Meireles. Como bem sintetiza Leila Gouvêa (2008, p. 159), a poeta “Via o mito, [...], não por um viés nacionalista ou regressivo, mas com um olhar pacifista, universalista e humanístico, também como um ‘documento da formação arqueológica do espírito humano’”, razão pela qual todas as suas frentes de trabalho – como poeta, cronista, tradutora, educadora – estão atravessadas por referências à mitologia e ao folclore de diferentes tradições. E essa é, com efeito, uma chave para entender por que o olhar de Cecília se voltou para o universo da tauromaquia que habita a gravura de Luís Seoane e o poema de Rafael Alberti⁸.

O motivo do touro e da tourada já havia ocupado as páginas de Cecília Meireles em crônica publicada em *A manhã* em 23 de outubro de 1941 por ocasião de sua viagem ao México. O texto, intitulado “A Bela e as Feras”, tem uma organização enigmática e teatral. Para a primeira, contribui o fato de que Cecília Meireles demora para revelar que se trata de uma tourada. Inicia o relato com o indefinido “Isso foi um domingo”, lembra-se da atmosfera colorida do lugar e se detém na figura que adentra a ele, pois até então o leitor não sabe que se trata de uma arena. A moça que hipnotiza a observadora Cecília é “delgada, branca e loura”, tem olhos azuis, exibe uma “esbelta e sóbria elegância”, “Mas era toureira. Toureira” (MEIRELES, 1998, p. 1-2). Com esse tom de surpresa que deslinda o enigma, Cecília revela que está prestes a narrar sua experiência como espectadora de uma tourada. No momento em que a improvável toureira aparece, já estamos na terceira cena da crônica, pois o texto está dividido dramaticamente em

⁷ Tais referências eram recolhidas pela poeta em diferentes trabalhos de folcloristas e escritores, como a musicista e compositora María Rodrigo (1888-1967) e a escritora de obras infanto-juvenis Elena Fortún (1886-1952), ambas artistas espanholas exiladas após a Guerra Civil Espanhola.

⁸ A propósito do primeiro contato de Cecília Meireles com “¡Eh, los toros!”, é possível que ele tenha ocorrido antes da aparição do poema no volume de 1942. Entre os caminhos possíveis desse encontro, pode-se presumir a importação de livros pela poeta, a compra quando viajou a Portugal em 1934, onde é provável que fosse mais fácil encontrar livros espanhóis, ou que os tenha conseguido pelas mãos de tantos artistas e intelectuais com quem mantinha contato e que viajavam à Europa.

pequenas partes. Esses dois elementos estruturais dessa crônica – a atmosfera de suspense e a divisão em cenas –, dão conta em grande parte do que é a experiência da tourada antes mesmo de que Cecília comece a contá-la, ou seja, na própria organização da narrativa se inscrevem a tensão e a teatralidade do embate.

À entrada da toureira, segue-se a aparição do touro, cujas características em tudo contrastam com a sua desafiante. Frente à figura esbelta e branca, ele exhibe o volume negro de seu “corpanzil lustroso”. Começa então a “dança de tentação” entre ambos. À medida que o relato avança, reitera-se o sentido oximorônico que rege aquele “bailado da morte”, um espetáculo que funde elementos aparentemente irreconciliáveis. Assim, a toureira é, a um tempo, “anjo” e “naja” que trabalha para desencantar o resfolegante touro “bufando fogo”, descrito como “ilha negra, toda sulcada por vagarosos rios vermelhos”. Abatido um dos contendores, a arena se enche “de um acre perfume de jardim fantástico” ante o uivo da multidão que assiste (MEIRELES, 1998, p. 2-5). A tourada mostra-se como evento avesso a reduções maniqueístas, o que leva a cronista a interrogar-se:

Que desejava a Fera? Desejava morrer ou desejava matar? Pedia-lhe que a acabasse de libertar, ou queria destruí-la com as pontas dos chifres? [...] Que desejava a Bela? Desejava matar? Desejava dar outra vida? Desejaria morrer?” (1998, p. 5).

Diante da impossibilidade da resposta unívoca, Cecília Meireles reafirma com a própria redação da crônica seu interesse pela dimensão mítica e ritualística das manifestações culturais, razão pela qual em muitas passagens sua crônica coincide com o tom e as formas verbo-visuais da coletânea *¡Eh, los toros!*. Assim como a brasileira, Luís Seoane dotou as xilogravuras do caráter coreográfico da tourada na oscilante tensão e distensão de seus movimentos; e Rafael Alberti também situou sua “Corrida de toros” no “palco de la muerte” (ALBERTI, 2002, p. 130), onde, não menos intrigado que Cecília, interpelou o touro: “¿Qué sueñas en tus cuernos?” (ALBERTI, 2003b, p. 80).

Essa convergência dos olhares dos três artistas para o sentido mítico, da qual a tradução do poema no “Letras e Artes” dá testemunho, permite dissipar o eventual estranhamento que a escolha de “¡Eh, los toros!” por Cecília poderia causar. Ora, diante das reconhecidas “delicadeza” e “mansidão” tanto de sua figura como de sua lírica, da opção pela “doçura” como antídoto à violência” e de sua postura “visceralmente

pacifista” (MOURA, 2016, p. 234-235; 249), uma crônica sobre a tourada e a tradução de um poema intenso como é “¡Eh, los toros!”, que acumula vocábulos como “rempujar”, “morder” ou “latigazos”, seriam contradições. No entanto, Cecília é atraída pelo estrato plástico e ritualístico da tourada e pela condensação das pulsões conflitantes da vida que a tauromaquia contém, além de princípios comuns à própria criação poética, sem que isso signifique uma adesão da artista à prática, o que também vale para as concepções de Alberti e Seoane. Com efeito, na crônica mexicana ela não deixa de exprimir a sensação de dor diante do espetáculo, mas, mesmo ela, é transfigurada em imagem poética: “[...] via apenas a grossa pasta de sangue brotando das feridas abertas. Ai! como braçadas de cravos vermelhos sobre cetim negro” (MEIRELES, 1998, p. 3).

Cecília Meireles e a Argentina: redes de sociabilidade

Além da comunhão de um certo olhar sobre a tauromaquia, as biografias de Cecília Meireles, Rafael Alberti e Luís Seoane se cruzam em Buenos Aires em 1944, quando ela viaja à cidade onde o andaluz e o galego viviam exilados. Antes da viagem, contudo, Cecília já estabelecera contatos com o meio cultural argentino e uma figura incontornável deste intercâmbio cultural foi, sem dúvida, María Rosa Oliver (1898-1977).

A escritora, editora e intelectual argentina passou uma temporada de cerca de três meses no Brasil no segundo semestre de 1942, como parte do itinerário de uma viagem que tinha como destino final os Estados Unidos. Durante a estada, María Rosa visita São Paulo e Rio de Janeiro e convive com grupos de artistas. Conhece Mário de Andrade, de quem assiste à célebre conferência “O movimento modernista” e frequenta a casa do escritor Aníbal Machado no Rio, verdadeiro ponto de encontro de poetas, escritores, músicos e intelectuais (PETRA, 2020).

Durante o período em que María Rosa Oliver esteve em terras nacionais, publicou-se o número da prestigiosa revista argentina *Sur*⁹ dedicado à literatura e à cultura brasileiras. O número “Homenaje al Brasil”, de setembro de 1942, contou com um texto de Manuel Bandeira sobre o romance brasileiro, um panorama da moderna

⁹ Publicação fundada em 1931 por Victoria Ocampo, com a colaboração de María Rosa Oliver.

poesia brasileira assinado por Vinicius de Moraes¹⁰, um estudo sobre a pintura no Brasil de Ruben Navarra, além de relatos ficcionais de Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Marques Rebelo e Rubem Braga. Oferece-se também uma “Pequeña antología de la poesía brasileña actual”, em que figuram composições de Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Aníbal Machado, Ribeiro Couto, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Adalgisa Nery, Vinicius de Moraes e Cecília Meireles – que contribui com o poema “Canção da menina antiga”, de *Vaga música*.

Na mesma revista *Sur*, em março de 1943, será publicada uma resenha sobre *Vaga música*, livro de poemas de Cecília Meireles aparecido em 1942. Pode-se supor que quem fez chegar a obra em português até as mãos do resenhista Lorenzo Varela tenha sido a própria María Rosa Oliver. Com a entrada de Varela em cena, aproxima-se uma vez mais o nome de Cecília aos dos artistas galegos exilados em Buenos Aires¹¹. Certamente, Varela foi escolhido para resenhar o livro de Cecília pelo seu domínio da língua portuguesa, a partir da qual já havia realizado diversas traduções ao espanhol, entre as quais contavam obras de Jorge Amado.

A breve resenha guarda uma leitura atenta e certa dos poemas de *Vaga música*. Lorenzo Varela detecta a serenidade que de fato permeia toda a lírica da poeta brasileira¹²; observa o “recato” com que ela transfigura a dor causada pelas “hirientes espinas del mundo”; e capta a agonia vertida “sin placer ni desesperación” em uma linguagem e um verso que adquirem então “una febril calidad fantasmal” (VARELA, 1942, p. 65-66). Nota-se como as formulações de Varela buscam caracterizar a dicção complexa de Cecília Meireles sob a face aparente da delicadeza. O galego descobre nos versos a herança ibérica da qual Cecília bebe, aproximando-a da poesia galaico-

¹⁰ Vinicius descreve Cecília Meireles como a “maestra del verso”, cuja técnica não teria igual entre os outros nomes mencionados por ele no texto. Também elogia sua poesia “absolutamente desprovida de sentimentalismos” (MORAES, 1942, p. 29)

¹¹ Nascido em 1916 em alto-mar, quando a família se trasladava da Espanha à Argentina, Lorenzo Varela retornou à terra dos pais, precisamente a mesma Galícia de Luís Seoane, em 1930. Em 1935, incorporou-se às ações educativas da Segunda República espanhola e, durante a Guerra Civil, participou ao lado de Rafael Alberti da Aliança de Intelectuais Antifascistas, tendo sido responsável com outro companheiro galego, Arturo Serrano Plaja, pelo periódico *Hora de España*. Com o fim da guerra, Varela cruza os Pirineus rumo à França, é internado no campo de concentração de Saint-Cyprien, de onde consegue embarcar no Sinaia, o primeiro navio que levou espanhóis refugiados ao México. Em 1942, vai para a Argentina, onde ainda vivia seu pai. Só retornará à Espanha em 1976.

¹² Lembro a discrição e a elegância que dão o tom do poema “Sugestão”, de *Mar absoluto* (1945), enunciadas na limpidez do primeiro dístico: “Sede assim – qualquer coisa/serena, isenta, fiel” (MEIRELES, 1983, p. 28).

portuguesa, de Antero de Quental e de sua conterrânea, a poeta romântica Rosalía de Castro. Na leitura de Varela, o recorrente enfrentamento encenado em poesia entre sujeito e mundo é interpretado à luz do enredo histórico mundial que tanto ele como a poeta testemunham naqueles primeiros anos da década de 1940. Desse modo, Lorenzo Varela identifica no “antiguo tormento” (1942, p. 67) de que Cecília Meireles é portadora não uma ensimesmada indiferença à realidade, mas a inquietação de uma artista frente à barbárie: “No sé qué gobierno cruel, qué tiranía despótica, expulsó de las riberas de la luna a Cecilia Meireles, pero lo cierto es que la vemos deshecha en llanto, en lágrimas que al caer nos traen sonidos desterrados” (1942, p. 67). Lendo-a a partir de sua própria experiência, Lorenzo Varela soube extrair da aversão ao real imediato de Cecília aquela que é, de fato, “uma indisposição fundamental”, “criadora” e “profundamente política” para a poeta (MOURA, 2016, p. 253).

Nove meses depois da publicação da resenha de Varela, em dezembro de 1943, publica-se também em *Sur* o texto “Imágenes del Brasil”, no qual María Rosa Oliver relembra suas passagens por São Paulo e Rio de Janeiro e o contato com o meio artístico e cultural locais. No pormenorizado relato, é notável seu olhar crítico e investigador, que se afasta dos estereótipos. María Rosa se detém nas paisagens naturais e urbanas que avista, notando da abundância da paisagem tropical ao desenvolvimento industrial na região da capital paulista até se render à beleza do Rio de Janeiro, que considera “el lugar natural más lindo del mundo” (OLIVER, 1943, p. 29). De São Paulo, onde a escritora argentina esteve com Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Flávio de Carvalho, Guilherme de Almeida, Lasar Segall e os então jovens criadores da revista *Clima*¹³, reporta a vida cultural intensa e a dinâmica cosmopolita (1943, p. 32). Sobre o Rio, que se empenha em conhecer não como turista, mas com calma, misturando-se ao povo – postura que se assemelha a da cronista-viajante Cecília Meireles –, recorda o encontro com “poetas, escritores, periodistas y artistas plásticos” (1943, p. 38), ciceroneada por Gabriela Mistral, que a introduziu às casas de Portinari e Aníbal Machado, onde travou contato com Bandeira, Murilo Mendes, Carlos Lacerda, José Lins do Rego, Jorge de Lima e Vinicius. Cecília, que a visitava com frequência enquanto esteve vivendo em um apartamento em Copacabana, apresentou a María Rosa Oliver o folclore brasileiro, além de tê-la ajudado a compilar o material publicado no

¹³ *Clima* (1941-1944) reuniu Paulo Emilio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Antonio Candido, Rui Coelho, Gilda de Mello e Souza e Lourival Gomes Machado, sob os auspícios de Alfredo Mesquita.

número da revista *Sur* dedicado ao Brasil em 1942. A argentina assim a descreve: “Cecilia cuenta entre los buenos poetas de su tierra. El mar está siempre en sus versos, la infancia, y un amor triste y sereno como la mirada de sus ojos verdes” (1943, p. 41).

Essa longa reconstrução das relações de Cecília com a Argentina antes de 1944 demonstra que, quando a poeta brasileira chega ao país vizinho, não o faz como uma desconhecida. Ao desembarcar em Buenos Aires entre junho e julho de 1944, seu nome já circulava e sua obra poética era lida nos ambientes culturais portenhos. A despeito disso, Cecília decidira “ir incógnita” a Buenos Aires “para evitar jantares e cock-tails e conferências”, como confessa em carta escrita a Gabriela Mistral pouco antes da viagem, em 30 de abril de 1944. Na mesma missiva, conta que a partida estava prevista entre os dias “10 e 15 de maio” e que a viagem não seria longa em virtude do trabalho do marido, Heitor Vinícius da Silveira Grilo.

O casal esteve dois meses fora, passando primeiro por Montevideú, onde Cecília não seguiu o desejo manifesto a Gabriela Mistral, pois cumpriu uma série de compromissos. Todo o itinerário, desde a saída do Brasil, foi sendo registrado em uma série de 25 crônicas intituladas “Rumo: Sur”, publicadas pelo jornal *Folha Carioca*¹⁴, sendo as cinco últimas dedicadas aos dias passados em Buenos Aires. Além desses textos, Cecília escreve outros três, sob o título de “instantâneo de Buenos Aires”, publicados em *A manhã* entre 18 de outubro e 01 de novembro de 1944.

Quando voltou ao Brasil, Cecília concedeu uma entrevista ao *Correio Paulistano*, em 25 de julho de 1944, na qual afirmou que o intuito da viagem havia sido “conhecer as atividades intelectuais dos países irmãos”. A poeta reporta a efervescência cultural que observou nas capitais de Uruguai e Argentina. Sobre a produção poética em ambos países, observa a influência dos “clássicos espanhóis dos séculos XVII e XVIII” e considera que os poetas uruguaios e argentinos “procuram o maior aperfeiçoamento técnico, riqueza vocabular e de imagens”. Para Cecília, a “explicação” para essa “preocupação formal” se deve “à presença de poetas espanhóis exilados”. Mais adiante, a poeta conta que, em Buenos Aires, privou com os “intelectuais espanhóis refugiados e com o grupo da revista ‘Sur’”.

A indefinição dos personagens citados na entrevista é compensada por alguns detalhes que as crônicas nos dão. No texto X da série “Rumo: Sur”, Cecília relata um

¹⁴ Por excederem os limites deste trabalho, não faço referência aos pormenores da viagem e às atividades de Cecília em Montevideú, os quais constam das crônicas e de estudos a elas dedicados. Ver Fleck (2010) e Silva (2009).

encontro em Montevideu na casa do jurista Eduardo Couture, então um dos diretores do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, onde ela apresentara uma conferência. Ao redor da “mesa de chá”, a poeta e os demais convidados falam sobre escritores, artistas e outros poetas:

E agora estamos falando de Margarita Xirgu, a grande atriz espanhola, a grande intérprete de Lorca, que em Buenos Aires está representando neste momento o “Adefesio”, de Rafael Alberti. Quereríamos todos estar lá, neste momento, – por Margarita, por Alberti, pelo teatro, por nós, por nós! (MEIRELES, 1998, p. 111).

O trecho é significativo por vários motivos. Primeiro porque demonstra como Cecília está a par do ambiente cultural das cidades que fazem parte de seu itinerário. Além disso, é uma das raras passagens da série em que ela menciona algo que espera encontrar numa ocasião futura da viagem. Ao expressar o desejo de “estar lá” “por Margarita, por Alberti”, Cecília demonstra empatia com a condição de deslocamento forçado vivida pelos dois artistas, ao mesmo tempo que reconhece que o destino de ambos não representa um fato isolado ou específico de um grupo, mas é parte de um processo histórico amplo e complexo¹⁵, de privações e autoritarismos, em que todos estão imersos e, logo, ninguém salvaguardado.

Já em Buenos Aires, Cecília parece ter conseguido livrar-se das conferências como desejara. No entanto, não permaneceu completamente incógnita. Na crônica XXI de “Rumo: Sur”, em um resumo da “abundância pasmosa” das atividades oferecidas a ela em Buenos Aires, faz menção a “cinco recepções, três ou quatro chás, *La Prensa*” (MEIRELES, 1998, p. 154), este último, o periódico fundado em 1869, que foi um dos meios de comunicação mais importantes da Argentina até a década de 1950. A citação do jornal sugere a adição de outros dois nomes à rede de sociabilidade pela qual transitou Cecília em sua passagem por Buenos Aires.

Trata-se do casal de brasileiros Lídia Besouchet (1908-1997) e Newton Freitas (1909-1996), que viviam exilados na capital argentina desde 1938 e “desempenharam

¹⁵ Lembro que está em curso no período da viagem a Segunda Guerra Mundial, à qual a poeta não é indiferente. Ao embarcar para Buenos Aires, por exemplo, reconhece o privilégio de poder desfrutar de uma viagem tranquila que não implica fuga, medo ou um adeus forçado. Elenca prazeres comuns, subvertidos pela violência da guerra: “Que sensação, nestes tempos, subir uma escada de bordo! ver passaportes abertos! gente que saúda batendo no boné! dizer adeus da amurada! ter os braços carregados de flores! ouvir o apito de partida! sentir o cais recuando com os amigos que agitam lenços!” (MEIRELES, 1998, p. 155)

papéis fundamentais de aproximação entre pessoas, textos e ideias, estreitando as trocas culturais entre o país de origem e o país de acolhida” (RANGEL, 2016, p. 165). Como mediadores e promotores culturais, Lídia e Newton passaram pelo diário *La Prensa* e *La Nación*, traduziram ou viabilizaram a tradução de obras brasileiras na Argentina, atuando no vértice entre editores, escritores e intelectuais portenhos e exilados republicanos espanhóis, em especial o grupo de artistas galegos, o que nos traz de volta Luís Seoane e Lorenzo Varela (SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2009). Esses dois, junto ao também galego Arturo Cuadrado, fundaram o periódico *Correo literario*, publicado quinzenalmente de novembro de 1943 a fevereiro de 1945, para o qual Newton Freitas contribuía com a coluna “Colaboración en portugués”.

Justamente em 01 de julho de 1944, data da passagem de Cecília Meireles por Buenos Aires, Newton dedica sua coluna à poeta. O escritor capixaba começa por refutar a ideia de que “elogiar a obra de uma mulher é situá-la entre a dos homens”. Freitas destaca o papel de Cecília na reforma educativa levada a cabo no Brasil nos anos 30, além de seu trabalho jornalístico e a “maneira forte e direta de revelar os assuntos, sem meias tintas, sem palavras inúteis”. Situa sua poesia entre as produções de outras latino-americanas, Alfonsina Storni, Gabriela Mistral e Juana de Ibarbourou, sublinhando sua densidade ao notar que “ela enche e preenche as condições da poesia viva, arisca, incisiva e lírica”. Por fim, Newton Freitas lista as obras até então publicadas por Cecília entre poesia, prosa e tradução, destacando a versão em português de *Bodas de sangre*, de García Lorca. Tomo esta coluna de Freitas no *Correo literario*¹⁶ dedicada à Cecília precisamente no momento em que a poeta está em Buenos Aires como um vestígio da rede que a acolheu na capital argentina. Essas linhas permitem desenhar um diagrama de relações que torna prováveis as presenças nas “cinco recepções” e nos “três ou quatro chás” a que Cecília compareceu de Lídia Besouchet, Newton Freitas e de dois artistas galegos a eles intimamente ligados, Luís Seoane e Lorenzo Varela.

Voltando, contudo, ao anonimato que Cecília parece preferir, na crônica XXII de “Rumo:Sur”, refere-se a uma “Reunião num ateliê de pintura”, durante a qual “Fala-se muito, ri-se muito, circulam bebidas, salgadinhos, anedotas políticas, e brinca-se de

¹⁶ No número 9 do mesmo periódico, publicado em 15 de março de 1944, Lídia Besouchet escreve o artigo “El Brasil de María Rosa Oliver”, em que comenta a passagem da escritora argentina pelo Brasil e elogia a maneira generosa, cosmopolita e aberta como ela registrou sua experiência em uma conferência e, mais tarde, no texto a que me referi publicado em dezembro de 1943 em *Sur*.

quatro cantos com as potências bélicas internacionais” (1998, p. 159). O relato permite constatar como a questão política e o então corrente conflito bélico internacional estão sempre presentes nas conversas. Vale notar a brincadeira que se escolhe para encenar o jogo de poder entre os países, pois a dinâmica do quatro cantos prevê a exclusão de um dos participantes, que são cinco para apenas quatro posições a serem ocupadas. A situação pode ser modificada a cada movimento a depender da rapidez para tomar a posição deixada por outro participante. Portanto, pelo elemento lúdico encena-se ironicamente uma disputa de fundo político-econômico, além do destino provisional de “ganhadores” e “perdedores”.

Em outra carta a Gabriela Mistral, datada de 16 de julho de 1944, quando Cecília já empreendia a viagem de volta ao Brasil, transmite as saudações enviadas à poeta chilena por várias personalidades com quem estivera em Montevidéu e Buenos Aires. Entre elas, Cecília menciona a pintora espanhola Maruja Mallo (1902-1995), àquela altura também exilada em Buenos Aires, e Victoria Ocampo, a fundadora da revista *Sur* que a recebera em sua casa. Cecília conta ainda que, na ocasião da visita, Maria Rosa Oliver estava ausente, em viagem aos Estados Unidos. O encontro na residência de Ocampo está registrado em “Terceiro instantâneo de Buenos Aires”, no qual a poeta afirma que “Em redor da revista *Sur* gravitam os nomes mais brilhantes das letras argentinas, e os dos mais eminentes refugiados espanhóis, sem falar na colaboração do estrangeiro” (1998, p. 199), passagem em que menciona, entre outros, o nome do resenhista de *Vaga música*, Lorenzo Varela. Ocorreu na casa de Victoria Ocampo o encontro de Cecília Meireles com Rafael Alberti, sobre o qual ela escreve mais linhas do que as dedicadas a qualquer outro encontro ocorrido durante essa viagem:

Agora, estou vendo Rafael Alberti, que com García Lorca representou um momento divino da poesia espanhola moderna. O exílio transtorna, às vezes, até um poeta. Como numa crista de espuma, como num chão frágil de nuvens, Alberti está de asas abertas, em terra estranha. Mas *El Adefesio* acaba de ser representado por Margarita Xirgu, e suas poesias de *Pleamar* estão cantando aqui música de búzios saudosos (MEIRELES, 1998, p. 119).

Na descrição precisa e imagética, Cecília oferece um retrato ajustado de Rafael Alberti. Ao situá-lo ao lado de García Lorca, referindo-se à década de aparição dos dois poetas a partir de meados dos anos 20, não esconde seu apreço por uma poética com a qual ela tem evidente afinidade. O que Cecília denomina “momento divino da poesia

espanhola” são os anos de mergulho e apropriação da “tradición popular del arte”, nas palavras de Alberti (2000, p. 78), que ele e muitos de seus contemporâneos recriam e reinventam num verdadeiro “intercambio lírico” (2000, p. 155). Soma-se a essa inclinação, a leitura da tradição literária espanhola e o especial interesse pelas “experiencias metafóricas” e a “macánica imaginativa” de criação de imagens poéticas, como declara Lorca (2008, p. 243-250) em sua conferência sobre Góngora.

Na sequência, Cecília constata o efeito do deslocamento forçado sobre Alberti, numa sentença breve que condensa sua afiada percepção: “O exílio transtorna, às vezes, até um poeta”. O emprego do advérbio “até” denota a contrariedade de uma expectativa, pois se acredita – não sem ironia – que a inclusão do poeta no universo do exílio não deveria abalá-lo, afinal desde pelo menos o Romantismo, a figura do poeta se identificaria com a de um “exilado moral” (GARCÍA MONTERO, 1990, p. 179), aquele que busca apartar-se das convenções sociais e linguísticas que regulam a sociedade burguesa. No entanto, o exílio que “transtorna” Alberti é aquele “irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico”, “produzido por seres humanos para outros seres humanos” que “arrancou milhões de pessoas do sustento da tradição, da família e da geografia” de que fala Said (2003, p. 47). Diante dele, o verbo “transtornar” é certo ao captar a profunda desorganização da vida psíquica e social que a condição de deslocamento forçado desata.

Tal efeito é figurado por Cecília Meireles em imagens que ela parece coletar a dedo da poesia de Alberti. O poeta de asas abertas remonta à dialética entre salvação e danação que perpassa uma de suas obras mais célebres, *Sobre los ángeles*, publicada em 1929, em cujo poema de abertura, “Paraíso perdido”, aparecem “Ciudades sin respuesta/, ríos sin habla, cumbres/sin ecos, mares mudos” (2003a, p. 499), uma paisagem caótica que pode tanto estar sendo vista pelo anjo quanto pode ser o sítio em que ele se encontra depois da queda. A “crista de espuma” é outra imagem cara à Alberti, um aficionado pelo mito do nascimento de Vênus, ao qual recorre ora como figuração do fulgor momentâneo, ora como do ímpeto e do vigor, ora como do desejo sexual, todas igualmente atravessadas pelo signo do desaparecimento iminente. Ao lado da espuma, no “chão frágil de nuvens” em que localiza Alberti, Cecília reconhece a si

mesma, a “pastora de nuvens” do poema “Destino”, de *Viagem* (1939), não menos afeita ao instante – a razão mesma do seu canto¹⁷.

A despeito do caráter fugidio de todos esses signos e da transtornada situação do poeta, Cecília salienta o trabalho a que ele se dedica no exílio: a peça de teatro, a que, pelo que se infere nas crônicas, a poeta brasileira assistiu, e o livro de poemas lançado naquele mesmo ano de 1944. Para sintetizar *Pleamar*, Cecília emprega novamente os termos exatos ao observar a “música de búzios saudosos”, expressão que engloba, na imagem dos búzios, a sonoridade, o trabalho memorialístico e o universo marítimo presentes na obra. De fato, a preamar de Alberti – o momento em que o mar está mais cheio –, é um amplo exercício de memória que passa pela intimidade, pela história e pela literatura, acolhendo por um lado a esperança impulsionada pelo nascimento da única filha, Aitana, e, por outro lado, o compromisso com os companheiros mortos e banidos, com a situação espanhola sob ditadura e com os rumos de sua palavra poética, preocupações que encarnam em formas como o poema dramático, os versos longos e meditativos e o fragmento.

Antes de passar à leitura do poema “¡Eh, los toros!”, razão enfim de todo o percurso apresentado até aqui, vale uma reflexão breve sobre a crônica de Cecília Meireles. As viagens de uma poeta poderiam ser talvez matéria para um longo romance, para a prosa memorialística, para poemas. Mas Cecília, embora tenha composto estes últimos, também decidiu registrar as viagens em crônicas, este gênero consagrado à “vida ao rés-do-chão”, na conhecida expressão de Antonio Candido (203, p. 89). Como analisa o crítico, a crônica pode “estabelecer ou reestabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”, dois termos que substituo livremente por “das viagens” e “dos poetas”, respectivamente. Se algo de excepcional haveria nessas circunstâncias ou nessas pessoas, seja pela suspensão da vida cotidiana que a viagem promove, ou pela radical diferença que caracteriza o poeta, elas se diluem na pequenez atrevida da crônica. Como o tratamento que ela dispensa aos eventos parece quase sempre despretensioso, ela se aproxima do dia-a-dia e, logo, se afasta da excepcionalidade. A crônica “age como quebra do monumental e da ênfase”, que poderiam atuar como “disfarce da realidade”, sentencia Candido (2003, p. 89). Ora, quando é neste gênero que se registra o encontro de uma poeta viajante com um poeta exilado o efeito da ausência de monumentalidade torna-se poderoso. Índice de uma postura ética da autora, flagra também a dimensão

¹⁷ Refiro-me ao conhecido poema “Motivo”, de *Viagem*.

humana do exílio, não deixando esquecer que vidas estão implicadas, e sinaliza o modo como essa fratura repercute no fazer poético.

“¡EH, LOS TOROS!”: o poema e sua tradução

Figura 3 – primeira xilogravura de Luís Seoane em *¡Eh, los toros!*, 1942



Fonte: acervo da autora

¡EH, LOS TOROS!
Toros rempujan, sin mando,
vientos de piedra, que muerden
muros y sombras de muros,
siglos de perfil y frente,
ojos de niños y hombres, 5
llantos, pechos de mujeres,
reposo de los difuntos,
sangre parado, corriente,

¡Eh, los toros! Brama el cielo
temblando de cuernos verdes, 10
latigazos, que espantan
a las estrellas, que vienen,
que venían, cumplidoras,
no por dinero, a tenderse
en las almenas picadas, 15
en los ríos, por los céspedes.

Balumba negra, ¿hacia dónde,
sin rumbo, si nadie duerme,
si saltando pinta gritos
la sangre por las paredes? 20
¡Eh, los toros! no se sabe
de quién esta voz: si llueve
de lo alto, norte –¡vida! –,
si lo de bajo, sur –¡muerte!

(ALBERTI, 2002, p. 152-154)

Eh, LOS TOROS!
Touros empurram, sem mando,
ventos de pedra, que mordem
muros e sombras de muros,
perfil e face de séculos,
olhos de crianças e de homens, 5
prantos, peitos de mulheres,
tranquilidade de mortos,
sangue parado, corrente.

Eh, los toros! O céu brame
tremendo com os chifres verdes 10
de chicotadas que espantam
mesmo as estrelas, que vêm,
e que vinham, vigorosas,
não por dinheiro, estender-se
por ameias recortadas, 15
Pelos ríos, pelas relvas.

Negra avalanche! Para onde?
– sem rumo – se ninguém dorme
se, saltando, pinta gritos
o sangue pelas paredes? 20
Eh, los toros! Não se sabe
de quem é a voz: se chove
de cima, do norte – vida! –
se de baixo, do sul – morte!
(MEIRELES, 1984, p. 25).

No início deste texto, referi-me à biografia do poema “¡Eh, los toros!”: (i) a aparição na obra *Cal y canto* em 1929, conjunto de dicção heteróclita que plasma na variedade formal a investigação linguística e estética de Rafael Alberti em um momento crítico de sua trajetória; (ii) a escolha para ser o poema de abertura e o título da coletânea que reúne poemas taurinos de Alberti, todos escritos antes do exílio, e sete xilografuras originais de Luís Seoane editada em 1942 na Argentina; (iii): a publicação da versão em português traduzida por Cecília Meireles na primeira página do número inaugural do suplemento “Letras e Artes” do jornal *A manhã* em 12 de maio de 1946.

Sintetizada aqui, essa biografia interpela-nos, como se repercutisse o chamamento condensado no título do poema. Ele, aliás, é preservado por Cecília em sua tradução, o que indica menos a impossibilidade de vertê-lo ao português do que a potência expressiva e a inteligibilidade contidas na interjeição a despeito da translação linguística. A manutenção do título incita, replicando o sentido da interjeição “eh”, a olhar seus elementos com cuidado e tomá-los como chaves de entrada no poema. Desse

modo, as exclamações pedem uma curva melódica que reproduza os afetos sugeridos pela interjeição (o chamado de atenção, a advertência ou o incitamento) e enfatizam a presença das emoções. Estas, de fato implicadas, resistem à identificação ou à determinação, pois são plurais como indica a flexão do sintagma nominal “los toros”. Assim, o título anuncia um universo multívoco, emotivo, enfático, exclamativo, performático, e, por tudo isso, simbólico.

Uma palavra dos versos em espanhol condensa essa expectativa criada pelo título. A “Balumba” que abre a terceira estrofe designa um “conjunto desordenado e excessivo de coisas”¹⁸, significado ao qual a feição sonora da sequência de fonemas bilabiais adiciona um efeito atordoante. Algo dessa atmosfera se mantém no vocábulo escolhido por Cecília na tradução, embora “avalanche” adicione a ideia de queda. De qualquer maneira, ambas implicam o agrupamento de coisas e uma proporção maior que a do sujeito tomado como referência, sentidos caros para a arquitetura do poema. No conjunto vultoso que empurra sem mando cabem elementos distintos como as pedras, os séculos, o pranto, os peitos de mulheres, as crianças, os defuntos, o sangue. A aparente confusão da “balumba”, no entanto, guarda um princípio de similitude que passa pela ideia de acúmulo, seja nos muros que empilham pedras, nos dias e anos que compõem os séculos, nas lágrimas que vão dar no pranto, no leite que mana dos peitos das mulheres. Em cada um desses elementos inscrevem-se as noções de fluidez e estancamento, ou de movimento e paralisação, os quais o último verso sumariza: “sangre parado, corriente”.

Só depois dessa primeira estrofe é que aparece o verso que dá título ao poema. “¡Eh, los toros!” dá início ao segundo bloco absorvendo todos os elementos heterogêneos do anterior, como se os contivesse ou pudesse nomear o conjunto. Nesse sentido, sob a interjeição caberiam as forças que coexistem e se debatem na primeira estrofe, potências de vida e de morte. A segunda estrofe figura uma violenta tempestade, a qual espanta as estrelas. Novamente, insinua-se o enfrentamento de disposições contrárias, de um lado, o ímpeto e a fúria ruidosa da tempestade e, de outro, certa calma sugerida pela imagem das estrelas que se deitam sobre um gramado. Note-se que Cecília escolhe a palavra “relvas” para a tradução de “céspedes”, eleição que ajuda, de fato, a compor o caráter bucólico desenhado a partir do décimo segundo verso.

¹⁸ *Diccionario de la lengua española* de la Real Academia de la Lengua Española

A estrofe final perfila os campos contraditórios por onde passaram todos os versos até aqui, o alto e o baixo, o norte e o sul, que não são polos binários, mas zonas de trânsito da existência, outros nomes das forças que operam no poema – vida e morte. Frente à atuação intensa dessas duas pulsões, a voz lírica insone ou em vigília reconhece a dúvida, encarnada nas interrogações sobre a direção, o destino e o sentido. As perguntas elementares sobre a existência escoam até a identidade da própria voz que enuncia. Ao lado do “para onde?”, do “para quê?” e do “por quê?” aparece o inevitável “quem sou eu?”. As indagações sobre a condição humana equivalem a indagações sobre a poesia e a condição do poeta, ou sobre a arte e a condição do artista. Diante da dúvida espraiada pela série de interrogações, o “¡Eh, los toros!” do verso 21 soa como reconhecimento do não-saber, do inevitável e constante movimento de forças contrastantes que orquestram a existência. Desejos, ímpetos, impulsos conscientes e inconscientes, visíveis e invisíveis, vetores que se chocam e se cruzam, e que não podem ser descritos com clareza ou definidos com exatidão, o que não significa que não possam ser investigados pelo olhar artístico. “¡Eh, los toros!” enfrenta-se, enfim, com esse nó. Não para desatá-lo, mas para sabê-lo nó.

A convivência de forças contraditórias também se inscreve na forma do poema. Enquanto, por um lado, tem-se um *romance*, gênero ibérico ancestral, aqui disposto em três estrofes que contêm rigorosamente o mesmo número de versos e de sílabas poéticas¹⁹, regularidades que apontariam para um traço de controle e de manutenção; por outro lado, a ausência das rimas, previstas nesse tipo de verso, e a conformação entrecortada das estrofes, cuja fluidez é quebrada a cada passo pela interpolação de vírgulas, sinalizam para a impossibilidade da forma completa e intacta. *Los toros* são o que se sabe deles e o que não se sabe. São memória cultural de uma Espanha vivida e imaginada, construção mítica, expressão estética. São entidades biológicas, e sendo animais, são “o grande outro da nossa cultura” (NUNES, 2011, p. 14), que podem permitir “pensar o homem através do animal e vice-versa” (LESTEL, 2012, p. 40). Não por acaso, zonas de luz e sombra, claridade e escuridão revezam-se na gravura de Luís Seoane que ladeia o poema, imprimindo-se no olhar fixo do touro que encara o observador/leitor como se o inquirisse com as mesmas perguntas dos versos.

¹⁹ Lembrando que o octassílabo espanhol equivale ao heptassílabo português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “E ASSIM NOS CORRESPONDEMOS”

Atribuo a toda essa potente dialética simbólica que se inscreve nos vários níveis de significação de “¡Eh, los toros!” a razão pela qual esse poema deu título à coletânea de Rafael Alberti e Luís Seoane no exílio e foi escolhido por Cecília para a tradução em “Letras e Artes”. A data de composição, 1929, não o confina a um tempo, tampouco o signo que o sustenta, o touro, o limita a um referencial cultural e histórico. Ao encabeçar um conjunto de poemas, todos escritos por Alberti antes do exílio, e xilogravuras originais de Luís Seoane que aliam uma técnica e uma memória profundamente populares, “¡Eh, los toros!” nomeia um universo em vias de extinção, espoliado pelo verniz maniqueísta e pitoresco que o discurso franquista deu às manifestações culturais das diferentes regiões da Espanha. Cecília Meireles não é indiferente a todas essas implicações. Sua tradução, de fato, as abraça, ao mesmo tempo que se serve da potência simbólica do poema para reafirmar sua concepção de folclore, de cultura e de arte em um Brasil recém-saído do Estado Novo e um mundo recém-saído da Segunda Guerra Mundial.

No encontro dialógico que a tradução representa, acredito que não é possível mesmo saber “de quem é a voz” (verso 22). A través do poema e da gravura falam Cecília Meireles, Rafael Alberti e Luís Seoane. Creio, por isso, que a poeta brasileira não se oporia ao exercício de imaginação que proponho no final deste artigo. Na edição de 1953 de sua obra *A la pintura*, Rafael Alberti incluiu um poema dedicado a Luís Seoane. Nos versos, peregrinam os personagens que protagonizam as xilogravuras do artista galego:

Por los caminos de neblina,
violeros,
gaiteiros,
perros y santos pordioseros.
Una aldea velada en la retina.
Colores
con músicas y danzas de romeros,
playas serias de pescadores.
(ALBERTI, 2006, p. 217).

Antes de viajar à Argentina, Cecília Meireles deixara terminado o livro *Mar absoluto*, do qual faz parte o poema “Compromisso”. Na “assembleia” convocada pela voz da “inúmera” poeta, ouço falarem as vozes de Rafael Alberti e Luís Seoane:

Vivo por homens e mulheres
de outras idades, de outros lugares, com outras falas.
Por infantes e velhinhos trêmulos.
Gente do mar e da terra,
suada, salgada, hirsuta.
Gente da névoa, apenas murmurada.

[...]
Conduzo meu povo
e a ele me entrego.
E assim nos correspondemos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Rafael; SEOANE, Luís. *¡Eh, los toros!*. Buenos Aires: Emecé, 1942.
- ALBERTI, Rafael. *Prosas encontradas*. Recopilación y prólogo de Robert Marrast. Barcelona: Seix Barral, 2000.
- ALBERTI, Rafael. *Cal y canto*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.
- ALBERTI, Rafael. *Poesía I*. Edición de Jaime Siles. Barcelona: Seix Barral, 2003a.
- ALBERTI, Rafael. *Poesía II*. Edición de Robert Marrast. Barcelona: Seix Barral, 2003b.
- ALBERTI, Rafael. *Poesía III*. Ed. Jaime Siles. Barcelona: Seix Barral, 2006.
- ALBERTI, Rafael. *Prosa II: Memorias*. La arboleda perdida. Edición de Robert Marrast. Barcelona: Seix Barral, 2009.
- AUB, Max. *Manual de historia de la literatura española*. Madrid: Akal, 1974.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de ler*, vol. 5. São Paulo: Ática, 2003, p. 88-89.
- DE CRISTÓFORIS, Nadia Andrea. El exilio gallego en Buenos Aires: Luis Seoane entre el combate y el desencanto (1936-1955). *Revista da ANPHLAC*, 19, 2015, p. 43-71. Disponível em: <<https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2354/2184>>. Acesso em: 13 abr 2021.
- DOLINKO, Silvia. Imágenes de Galicia, Grabados de Luís Seoane en Buenos Aires. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos*, 20, 2017, p. 73-86. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/MADR/article/view/56221/50880>>. Acesso em: 13 abr 2021.
- DOMINGUES DE OLIVEIRA, Ana Maria y ESTEVES, Antonio Roberto. Cecília Meireles, traductora de Federico García Lorca: un acto político. MUÑOZ MARTÍN,

Ricardo [ed.] I. *Actas del I Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación*. Granada: AIETI, p. 507-515. Disponível em: <http://www.aieti.eu/wp-content/uploads/AIETI_1_AMDO_ARE_Cecilia.pdf>. Acesso em: 13 abr 2021.

FLECK, João Cristiano. *Cecília Meireles e as crônicas “Rumo: Sur”*. 2010. 89 f. Trabalho de conclusão (graduação). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, 2010.

FREITAS, Newton. Cecília Meireles. *Correo literario*, 01 de julio de 1944, Año II, n. 16, p. 7.

GANDOS, José Martínez-Romero. Luís Seoane: Día das Artes Galegas 2019. *Caderno de Estudos Xerais*, 14, marzo 2019.

GARCÍA LORCA, Federico. *Obra completa VI*. Prosa, 1. Madrid: Akal, 2008.

GARCÍA MONTERO. Luis. Alberti, poeta del exilio. *Cuadernos hispanoamericanos*. Homenaje a Rafael Alberti. Madrid, n. 485-486, Noviembre-Diciembre 1990, p. 179-190.

GOUVÊA, Leila V. B. *Pensamento e “lirismo puro” na poesia de Cecília Meireles*. São Paulo: Edusp, 2008.

HANSEN, Hans Lauge. Introducción. In: ALBERTI, Rafael. *Cal y canto*. Madrid: Biblioteca nueva, 2002, p. 9-76.

LESTEL, Dominique. A animalidade, o humano e as “comunidades híbridas”. In: MACIEL, Maria Esther (org.). *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 23-53.

LOPES, Eldinar Nascimento. *Fluxo e refluxo Rio-Belém: a presença de poetas-tradutores modernistas nos suplementos literários letras e artes (1946-1954) e arte-literatura (1946-1951)*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10577>>. Acesso em: 13 abr 2021.

MEIRELES, Cecília. Carta a Gabriela Mistral. [Carta] 1944 abril 30, Rio, [Brasil] [a] Gabriela [Mistral] [manuscrito] / Cecilia [Meireles]. 1 h. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/623/w3-article-147628.html>>. Acesso em: 13 abr 2021.

MEIRELES, Cecília. Carta a Gabriela Mistral. [Carta] 1944 julho 16, Porto Alegre [a] Gabriela Mistral [manuscrito] Cecilia [Meireles]. Archivo del Escritor. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/623/w3-article-147599.html>>. Acesso em: 13 abr 2021.

MEIRELES, Cecília. *Mar absoluto/Retrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MEIRELES, Cecília. Eh, los toros! *Remate de Males*, v. 4, 1984, p. 25. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636368/4077>>. Acesso em: 13 abr 2021.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem, 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEIRELES, Cecília. *Antologia poética*. São Paulo: Global, 2013.

MONTEMEZZO, Luciana Ferrari. “*Trilogia Dramática da Terra Espanhola*”, de *Federico García Lorca: a tradução como processo e como resultado*. 2008. 330 f. Tese (doutorado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MORAES, Vinicius. La moderna poesía brasileña. *Sur*, n.96, septiembre 1942, p. 19-29.

MOURA, Murilo Marcondes de. *O mundo sitiado*. A poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora 34, 2016.

NUNES, Benedito. O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (org.). *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 13-22.

OLIVER, María Rosa. Imágenes del Brasil, *Sur*, n. 110, diciembre 1943, p. 24-48.

O momento cultural do Uruguai e da Argentina na palavra de Cecília Meireles. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de julho de 1944.

PETRA, Adriana. María Rosa Oliver, el comunismo y la cultura argentina. *Nuevo mundo nuevos mundos*, oct. 2020. Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/82126>>. Acesso em: 13 abr 2021.

PIMENTA, Jussara Santos. *As duas margens do Atlântico: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934)*. 2008. 380 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lídia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)*. 2016. 282 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria N. Relações entre escritores galegos e brasileiros no exílio espanhol: o testemunho de Lorenzo Varela e de Newton Freitas. In: RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, Olivia; MARIÑO SÁNCHEZ, Laura. *Novas achegas ao estudo da cultura galega: enfoques literarios e socio-históricos*. Universidade da Coruña, p. 357-382.

SILVA, Jacicarla Souza da. *Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguayas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Jacicarla Souza da. *Um (in)visible College na América Latina: Cecília Meireles, Gabriela Mistral e Victoria Ocampo*. 2012. 213 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012.

VARELA, Lorenzo. Vaga música, *Sur*, n. 102, marzo 1943, p. 65-67.

VIEIRA, Ana Paula Leite. *Cecília Meireles e a educação da infância pelo folclore*. 2013. 192 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013.

REDES LATINO-AMERICANAS DE COLABORAÇÃO INTELLECTUAL: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE VALORES

Regiane Nitsch Bressan¹

Clarissa Correa Neto Ribeiro²

Bárbara Carvalho Neves³

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho concerne na apreciação das redes latino-americanas de colaboração intelectual e sua contribuição para os estudos e debates nas pesquisas sobre regionalismo, cooperação e integração regional. O trabalho defende que as redes colaborativas consistem em instrumento importante à construção e compartilhamento de valores e ideais entre os países latino-americanos.

Embora a integração regional possa emergir de motivações externas como a inserção econômica no mercado global e a tendência mundial de regionalização, o processo de integração regional não se limita a esses fatores, por transcender a incentivos externos e se reconstruir constantemente pelos principais atores domésticos. Portanto, o trabalho enfatiza a relevância dos intelectuais e acadêmicos nos estudos e análises dos projetos de integração latino-americanos e sul-americanos, como referências à constante reconstrução e encaminhamento destes processos.

Além dos governos, a ação de diversos atores no regionalismo é entendida como pressuposto fundamental para que haja a evolução da cooperação para a integração

¹ Professora Adjunta de Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP. Doutora e Mestre em Integração da América Latina, Prolam/USP. Professora do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Coordenadora do Observatório de Regionalismo. Membro da Rede REPRI, FOMERCO, Rede GRIDALE, Rede BLAC. Email: regiane.bressan@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7101-793X>

² Pós-Doutoranda, Doutora e Mestre pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisadora da REPRI e do Observatório de Regionalismo. E-mail: clarissa.ribeiro@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7653-7635>. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

³ Doutoranda e Mestre pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisadora da REPRI e do Observatório de Regionalismo. Email: barbara.neves@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8233-7309>. Agradecimento ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº.2020/04348-5a. As opiniões, hipóteses e conclusões apresentadas neste trabalho não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

(MARIANO, 2007). A partir do período de redemocratização na América Latina, vislumbra-se a ampliação e aprofundamento na relação entre os países, suas lideranças e atores, favorecendo a capacidade dos governos em expandir e fortalecer os objetivos da integração entre elites e sociedade, dinamizando o projeto regionalista. O avanço do regionalismo provoca maior envolvimento de lideranças, atores e sociedade civil, os quais se esforçam para fortalecer sua capacidade de pressão e influência sobre lideranças governamentais, as quais podem estipular novos propósitos e identidade à integração regional.

Um pressuposto deste trabalho é que os processos de cooperação e integração latino-americanos, sobretudo a partir do regionalismo pós-liberal⁴ ou pós-hegemônico⁵, no início do século XXI, ampliaram seus escopos, incorporando e abrindo espaços para a discussão e atuação em temas que transcenderam aspectos comerciais e econômicos, ocasionando maior interação da sociedade civil e atores envolvidos. Por sua vez, o grupo de intelectuais e acadêmicos também conformam os atores sociais, os quais podem, de alguma forma, influenciar as propostas de cooperação e integração, com destaque na participação e composição de Fóruns, Redes e Plataformas relacionadas aos interesses do regionalismo latino-americano.

Partindo de premissas funcionalistas e neofuncionalistas no âmbito das teorias de integração regional, essa pesquisa correlaciona o espaço de debate, discussão e compartilhamento de ideais e valores, que se desenvolvem através das Redes colaborativas de intelectuais da área, com o papel que o compartilhamento de valores das elites têm para o desenvolvimento de um processo integracionista. De maneira geral, o compartilhamento de valores, ainda que iniciado pelas elites, ganha dimensão na sociedade, que se conforma como ator fundamental de apoio ou oposição ao processo de integração em desenvolvimento.

Ao analisar o potencial das Redes Colaborativas de Intelectuais, principalmente no âmbito das discussões de regionalismo, cooperação e integração regional, identifica-se tais espaços como instrumentos de diplomacia científica. A partir do entendimento de

⁴ O regionalismo pós-liberal se caracteriza pelo momento de reaproximação dos países latino-americanos em meados dos anos 2000, que expressou o retorno da política nas relações exteriores com a reinserção das políticas de desenvolvimento e um menor foco na agenda comercial (SANAHUJA, 2009; VEIGA; RIOS, 2007).

⁵ O regionalismo pós-hegemônico simboliza a construção de estruturas regionais que refletem um deslocamento parcial da participação dos Estados Unidos, assim como de suas políticas de governança neoliberais, reconhecendo as problemáticas sofridas pelos países do subcontinente nos anos 1990 (RIGGIROZI; TUSSIE, 2012).

que tais redes ultrapassam fronteiras, compreende-se também que os espaços criados estimulam o estabelecimento de pontes entre as sociedades latino-americanas, mesmo em contextos cujas relações formais (diplomáticas) possam estar tensionadas. Ademais, seja através da discussão, como da produção de material analítico ou normativo, as redes colaborativas proveem aconselhamentos científicos que podem incidir no processo de formulação de política externa.

Para o desenvolvimento da discussão deste trabalho foi empregada pesquisa empírica através da realização de coleta de dados identificando as diferentes redes de colaboração intelectual latino-americanas no âmbito das Relações Internacionais - e em sua maior área Ciências Políticas e Sociais -, e de maneira mais específica nos estudos de regionalismo, cooperação e integração regional. Tal levantamento foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória em conjunto com a realização de um questionário online – via e-mail – a mais de 200 professores e pesquisadores da América e da Europa que compõem uma das redes colaborativas da área de grande destaque na atualidade - o *Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo de América Latina y Europa* (GRIDALE).

Dessa maneira, defendendo que as redes de colaboração de intelectuais são espaços de construção, compartilhamento e disseminação de valores à região, que podem incidir de maneira positiva nos processos regionais existentes, este capítulo se estrutura em duas seções. Primeiramente, discutimos os pressupostos teóricos que estruturaram o pensamento sobre o regionalismo e a integração regional na América Latina, convergindo esforços para o aprimoramento do entendimento do impacto e possíveis alcances dos intelectuais como atores sociais e como construtores de uma diplomacia científica da integração regional latino-americana. Tal reflexão inicial auxilia no entendimento dos dados coletados e apresentados na segunda seção. Ao analisar as redes latino-americanas de colaboração intelectual, os países participantes, membros, número de instituições afiliadas, entre outros detalhes, identifica-se a grande convergência de intelectuais em vários espaços de maneira concomitante, reforçando o potencial desses espaços em contribuir aos processos regionais latino-americanos.

REGIONALISMO, INTELECTUAIS COMO ATORES SOCIAIS E A DIPLOMACIA CIENTÍFICA

Remontando aos teóricos funcionalistas e neofuncionalistas de integração regional, existe reconhecimento do papel dos partidos políticos, elites econômicas, grupos de interesse e lideranças da sociedade civil, como atores fundamentais para apoiar ou se opor ao processo de integração, sendo esta a premissa teórica basilar a este trabalho. Tais grupos são essenciais aos processos de integração regional na medida em que são responsáveis por difundir os valores e expectativas positivas em relação a estes projetos (DEUTSCH, 1986). São estes atores, denominados também de elites⁶, que definem, sustentam e conduzem os processos, gerando os compromissos estabelecidos entre os países, envolvendo e comprometendo suas sociedades. Desta forma, quando as elites estão convencidas dos benefícios e ganhos da integração, repassam suas crenças e garantem novas expectativas às demais camadas sociais.

Segundo Deutsch (1986), algumas das condições essenciais para o desenvolvimento de um processo de integração se resumem no aumento das lideranças e atores, na compatibilidade mútua dos principais valores entre tais atores, na expansão das capacidades políticas e administrativas e na mobilidade das pessoas entre as elites. Seria essencial o compartilhamento de valores dentre toda a sociedade, o qual deveria ser iniciado pelas elites.

Nos processos de integração regional na América Latina, ainda que os presidentes e chefes de Estado ocupem papel fundamental na sua condução, sua evolução é dependente do envolvimento de elites e de diversos atores da sociedade, sejam diplomatas, empresários, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais entre outros (CERVO, 2011). Ao constituírem-se de valores e preferências, os atores sociais atuam a partir da interação entre seus diferentes segmentos e por intermédio da construção de coalizões regionais, como acontece entre as elites sindicais dos diferentes países da região.

No caso da integração latino-americana, o retorno do regime democrático com o fim das ditaduras na região a partir de meados dos anos 1980, somado às políticas econômicas insatisfatórias e às crises socioeconômicas dos anos 1990, culminaram na

⁶ O trabalho emprega o termo elite derivado da corrente Elitista Pluralista, a qual considera um conjunto amplo de atores que participam e influenciam o processo político, com interesses e objetivos distintos entre si (Dahl; Robert, 1961).

emergência exponencial destes atores, capazes de liderar múltiplos interesses da sociedade civil. No âmbito político, a desarticulação do Estado face à fragmentação e debilidade das organizações sociais governamentais, e a transformação dos esquemas de representação tradicional, devido à sua perda de influência e controle dos novos conflitos da sociedade, intensificaram a participação dos atores sociais na reconstrução da trama política e social dos países da América Latina (ESCUDE; IGLESIAS, 2010). A articulação dos diferentes grupos sociais produziu novas plataformas e arcabouços à região, como a Cúpula dos Povos pelos Direitos Humanos, a Aliança Social Continental e a Cúpula Social pela Integração dos Povos, favorecendo a participação cidadã em múltiplas questões. Esses atores, muitas vezes, vislumbraram um instrumento para combater as medidas do Consenso de Washington e conter a influência dos Estados Unidos na região, como visto no manifesto da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP).⁷

Entre intelectuais, o volume de publicações, quantidade de colóquios e o número de projetos de cooperação entre Universidades e outras Instituições, assinalaram essa tendência (CERVO, 2011). Da mesma forma, as Redes regionais parecem se orientar nesse mesmo caminho. Elas objetivam criar um amplo consenso, convergir interesses, apagar diferenças e divergências, propiciando a formulação de estratégia coesa, unificada e fortalecida para se incorporarem formalmente nas negociações dos processos de integração regional.

Por fim, um último fator que merece destaque é a característica diplomática que a ciência tem. Muitas das questões atuais enfrentadas por países e organizações regionais de difícil resolução demandam que “as ferramentas, técnicas e táticas de política externa necessitam se adaptar a um mundo de uma crescente complexidade técnica e científica” (AAAS, 2010, p. vii, tradução livre).

Assim como definido pela *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), a diplomacia científica é um conceito ainda fluido, entretanto, é entendido de maneira geral como “o papel da ciência, tecnologia e inovação em três dimensões da política”, sendo essas: 1. Prover aconselhamentos científicos para a formulação dos objetivos de política externa (a ciência na diplomacia); 2. Facilitar a

⁷ A REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos – acompanha e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. Trata-se de um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, intelectuais, camponeses, mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional. (REBRIP, 2021).

cooperação científica internacional (diplomacia para a ciência) e 3. Usar a cooperação científica para melhorar as relações internacionais entre os países (ciência para a diplomacia) (AAAS, 2010).

O conceito de diplomacia científica se apresenta como certa potencialidade da ciência em construir pontes entre as sociedades nas quais as relações oficiais possam estar tensionadas⁸. Por sua vez, as Redes Colaborativas como as apresentadas por este trabalho se constituem como espaços de desenvolvimento científico conjunto, que ultrapassam fronteiras e possibilitam o estabelecimento dessas pontes, como será demonstrado na próxima seção.

REDES COLABORATIVAS LATINO-AMERICANAS

A partir da discussão teórica apresentada anteriormente, será destacado nessa seção, de maneira empírica, as potencialidades e dimensões de participação e importância das redes colaborativas como espaços de debate, interlocução, e até mesmo de facilitação de diálogo para a cooperação na América Latina. Partindo também do conceito de diplomacia científica, através dos dados coletados, discute-se como a ciência e a dimensão acadêmica se apresentam como uma via alternativa de interlocução, mesmo em cenários de limitações ou barreiras diplomáticas no âmbito da cooperação estritamente política.

A primeira etapa desta coleta de dados teve como foco de análise as diferentes redes latino-americanas de colaboração intelectual que contribuem para os debates no âmbito das Relações Internacionais - e em sua maior área Ciências Políticas e Sociais -, e de maneira mais específica nos estudos de regionalismo, cooperação e integração regional. Assim, iniciou-se uma seleção das redes colaborativas existentes, por meio de pesquisa exploratória em sites de busca e *websites* de Associações acadêmicas da área para se conhecer a amplitude de iniciativas acadêmicas ligadas aos estudos de regionalismo, cooperação e integração regional. Em seguida, houve a aplicação de um questionário online, via email, estruturado para esta pesquisa, contemplando pesquisadores membros de uma das redes colaborativas de maior abrangência na

⁸ Para saber mais sobre o conceito e trabalho do Centro de Diplomacia Científica da AAAS, acesse AAAS - Science Diplomacy. Acesso em 03 de Março de 2021.

atualidade, o *Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo de América Latina y el Caribe* (GRIDALE).

O grupo foi selecionado para dar início ao levantamento de informações, pois, com mais de 200 contatos de pesquisadores e acadêmicos de instituições e universidades de 28 países da América e Europa em sua lista de e-mails, provia uma ampla base de dados para a pesquisa. Assim, enviou-se o questionário aos membros, perguntando se conheciam ou faziam parte de redes colaborativas da área com foco nos estudos de regionalismo, cooperação e integração regional, com o pedido de que nos retornassem o contato, com nome e maiores informações sobre tais Redes.

Primeiro, a pesquisa buscou conhecer a nacionalidade e a instituição nacional de vínculo dos entrevistados. No total dos 200 contatos estabelecidos, a pesquisa recebeu 41 respostas de pesquisadores e acadêmicos de 18 países da América e Europa (Figura 1), associados a 36 instituições e universidades distintas em ambas as regiões (Quadro 1).

Figura 1 - Países e pesquisadores (em números absolutos).



Fonte: elaboração nossa.

Os países da América do Sul concentraram o maior número de pesquisadores que responderam à pesquisa. Conforme Figura 1, o país com o maior número de respostas de professores associados às instituições nacionais foi o Brasil, seguido da Colômbia, Argentina e Venezuela. De maneira geral, estes países se destacam por sediar grande parte das redes colaborativas da área, agregando em maior participação os entrevistados. No Quadro 01, a pesquisa detalhou as instituições nacionais apontadas pelos entrevistados. Lideram esta lista, o Brasil, Colômbia e Argentina confirmando que muitas iniciativas de colaboração acadêmica derivam destes países.

Quadro 1 - Países e Instituições Nacionais.

Países	Instituições
Argentina	Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES)
	Ministério da Educação - Argentina
	Universidad Nacional de La Plata (UNLP)
	Universidad Nacional de Rosario
Bolívia	Universidad Nacional de Tres de Febrero
	Universidad Mayor de San Andrés
Brasil	Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Canada	Universidade Nacional de Brasília (UNB)
	Université de Sherbrooke
Colômbia	Universidad Católica de Colombia
	Universidad Cooperativa de Colombia
	Universidad EAFIT
	Universidad Externado de Colombia
	Universidad Javeriana
	Universidad Nacional de Colombia
Cuba	Universidad Santo Tomás
	Academia de Ciencias de Cuba
El Salvador	Universidad Dr. José Matías Delgado
Equador	Centro de Investigación, Evaluación y Prospectiva, CIEP
	Universidad Andina Simón Bolívar (UASB)
Espanha	Universidad Complutense de Madrid
França	University of Tours
Itália	Universidade de Bolonha
México	Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM)
Nicaragua	Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, León
Peru	Colegio de Sociólogos del Perú
	Pontificia Universidad Católica del Perú
Reino Unido	The Open University
Uruguai	Instituto de Desarrollo Sostenible, Innovación e Inclusión Social (IDIIS)
	Universidad de la República
Venezuela	Universidad de Los Andes
	Universidad del Zulia

Fonte: elaboração nossa.

Na segunda parte, o questionário desejou conhecer, através da pesquisa virtual e das respostas dos professores e pesquisadores entrevistados, as Redes Colaborativas na área de Ciência Política, Ciências Sociais e mais especificamente Relações Internacionais que tratam da integração, cooperação regional e regionalismo. Com o levantamento prévio e o questionário, foi possível mapear a existência de 27 redes colaborativas da área pré-estabelecida. Das 27 redes colaborativas encontradas, foi possível conhecer dados sobre apenas 19 redes, sendo que 17 são redes latino-americanas e 2 norte-americanas.

De maneira mais detalhada, as 19 redes colaborativas selecionadas são: 1. Cátedra Aliança do Pacífico; 2. Centro Interuniversitário para Estudos de Integração (CIPEI); 3. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento CINDES; 4. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO); 5. *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales* (CRIES); 6. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); 7. Fórum Universitário Mercosul (Fomerco); 8. Fundação Carolina; 9. *Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo en América Latina y Europa* (GRIDALE); 10. Instituto de Integração Latino-americana da Universidade de La Plata; 11. *Latin American Studies Association* (LASA); 12. *OBREAL Global Observatory*; 13. *Observatory on Latin America* (OLA); 14. Rede Colombiana de Relações Internacionais (RedIntercol); 15. *Red de Formación de Postgrado e Investigación en Integración Regional* (REDFIRE); 16. Rede de Segurança e Defesa da América Latina (RESDAL); 17. Rede Latino-americana de Política Comercial (LATN); e dois grupos de trabalho colaborativos financiados e estruturados pela própria CLACSO, sendo: 18. Grupo de Trabalho - *Geopolítica, integración regional y sistema mundial*; e 19. Grupo de Trabalho - *Integración regional y unidad latinoamericana*.

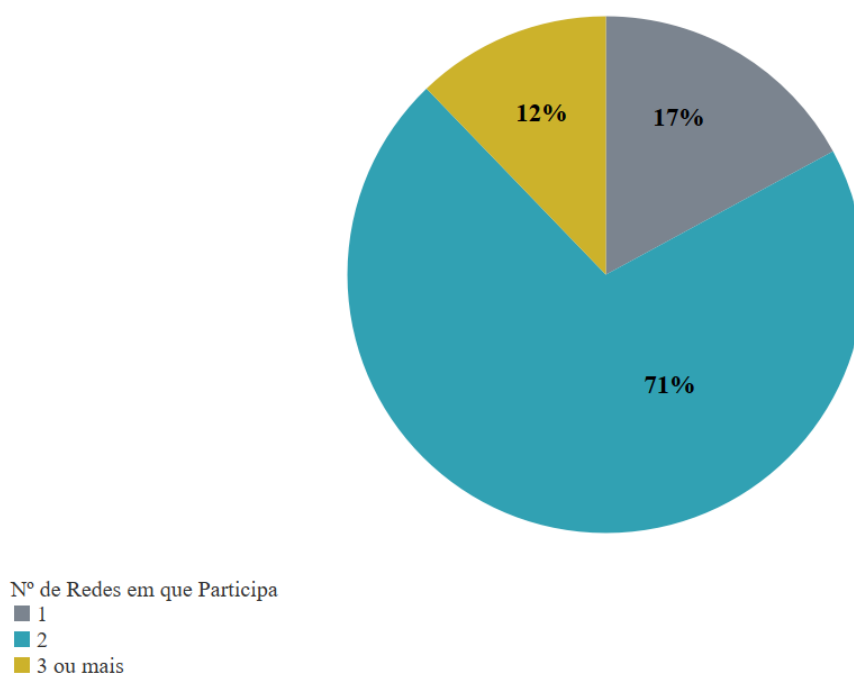
Algumas Redes de colaboração como a FLACSO, CLACSO, CRIES e a Fundação Carolina, configuram-se como instituições mais amplas em suas funções e trabalhos, provendo incentivos, tanto estrutural, como financeiro, para o estabelecimento de redes colaborativas no âmbito do regionalismo, integração regional e cooperação da América Latina dentro das suas estruturas e ações.

O estudo reconhece a existência de outros grupos que trabalharam e corroboraram às discussões sobre o tema deste estudo dentro dessas instituições mais amplas. Também se reconhece a existência de grupos e redes de pesquisa sobre a temática de caráter nacional. No entanto, o levantamento realizado se limitou às

indicações gerais dos especialistas consultados que atendiam à condição de escopo de serem internacionais e colaborativas para o estudo de temas regionais, e de redes com data de vigência mais próximas ao período de realização desse estudo pelo próprio espaço de análise proposto. Portanto, o trabalho conseguiu mapear as principais redes, citadas acima, as quais mantêm relevância e dinamismo na atualidade.

Ao avaliar cada página virtual institucional das Redes selecionadas, foi possível identificar a participação concomitante de diversas instituições e universidades latino-americanas, revelando convergência na participação de tais espaços de diálogo. Adicionalmente, a compilação dos dados gerou uma informação importante: a participação em múltiplos canais também por parte dos pesquisadores. Das 41 respostas recebidas, 29 dos pesquisadores e professores (71%), participam de ao menos duas redes colaborativas concomitantemente (Gráfico 1). Tal observação merece destaque, uma vez que se discute aqui a capacidade das Redes colaborativas de contribuir à construção e compartilhamento de valores e ideais entre os países latino-americanos.

Gráfico 1 - Entrevistados e participação em Redes de Pesquisa (em porcentagem)



Fonte: elaboração nossa.

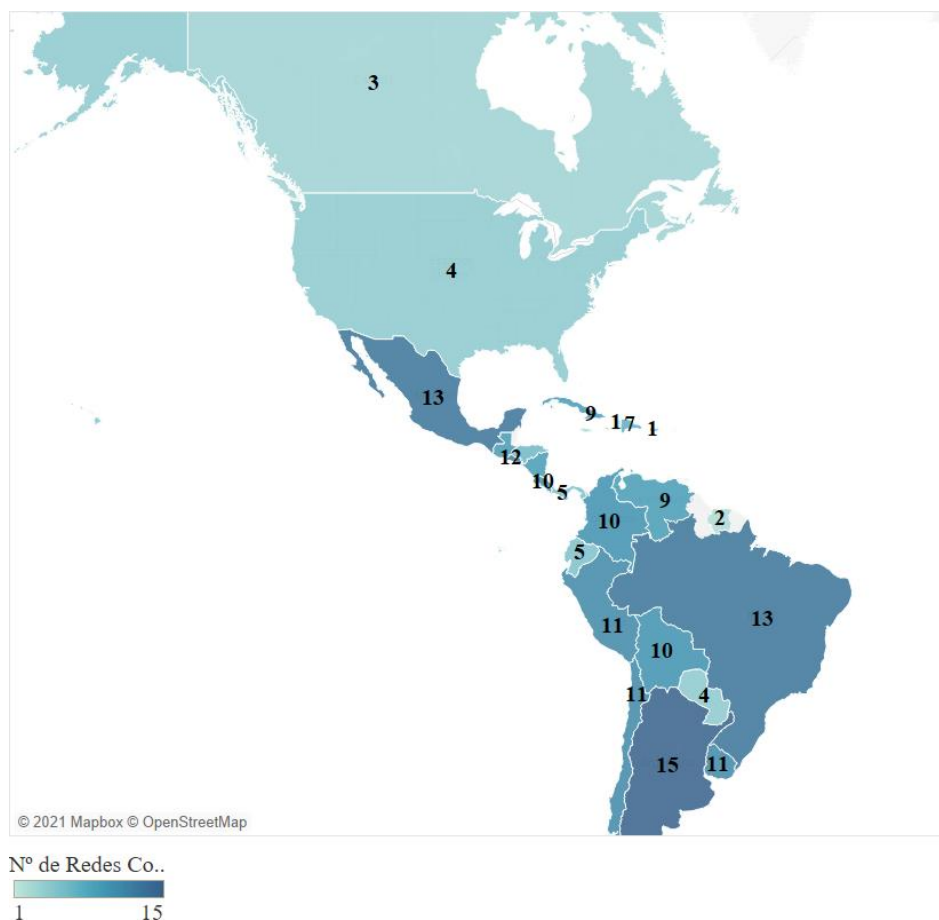
Ao participarem das Redes de maneira concomitante, ideias e discussões desenvolvidas se entrelaçam e expandem seu escopo de atuação e concretude,

aumentando também, a própria participação colaborativa dos diferentes atores, pesquisadores e a sociedade civil de maneira geral, na troca de informações e na manutenção de espaços regionais de comunicação. Tal cenário possibilita a ampliação de vias de projeção das discussões, ideias, projetos e estudos gerados, corroborando à maior possibilidade de inserção e alcance dos mesmos nas vias institucionais e formais de cooperação.

Além de identificar os países latino-americanos que têm instituições ou universidades associadas às essas Redes (Figura 2), foi possível verificar que os mesmos têm uma inserção importante em todas as 19 Redes mapeadas, sendo que alguns países têm uma participação de destaque, como a Argentina, associada à 15 das 19 redes listadas, o Brasil e o México, associados à 13 redes, El Salvador associado à 12 redes, e assim por diante. Aponta-se também os países externos à região que tem participação cumulativa e importante nessas 19 redes colaborativas, como: Espanha (6 redes), Alemanha, Bélgica, França e Itália (5 redes); Suécia e Estados Unidos da América (4 redes); Portugal e Canadá (3 redes); Polônia (2 redes), Genebra, Holanda, China, Índia e Oman (1 rede).

Destaca-se ainda que em três das redes, respectivamente o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), o OBREAL *Global Observatory* e o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), possuem parceria e membresia de diversas instituições nacionais, regionais e internacionais ao redor do globo, sendo de difícil mensuração seu alcance e projeção real no mundo.

Figura 2 - Mapa dos países e número de redes colaborativas



Fonte: elaboração nossa.

Assim como discutido previamente, o argumento deste trabalho baseia-se na premissa da teoria neofuncionalista, a qual entende que o hábito da comunicação e a troca de informações são o primeiro caminho para a construção de valores comuns que resultam em interesses convergentes próprios de uma comunidade comum. Por sua vez, a conjunção de atores e intelectuais em comum nas diferentes Redes colaborativas contribui não somente para a troca de ideias e conformação de valores compartilhados entre eles, como também estabelece um canal de diálogo constante aquém dos canais oficiais de diálogo político entre os países.

Perrota (2018) corrobora este argumento ao indicar que as contribuições acadêmicas para a América Latina historicamente estiveram comprometidas "com o avanço rigoroso da produção de conhecimento com base em objetivos políticos de melhoria geral do bem-estar na região" (p. 21, tradução nossa), exemplificando que importantes intelectuais, transitaram entre os meios acadêmicos e político na formação

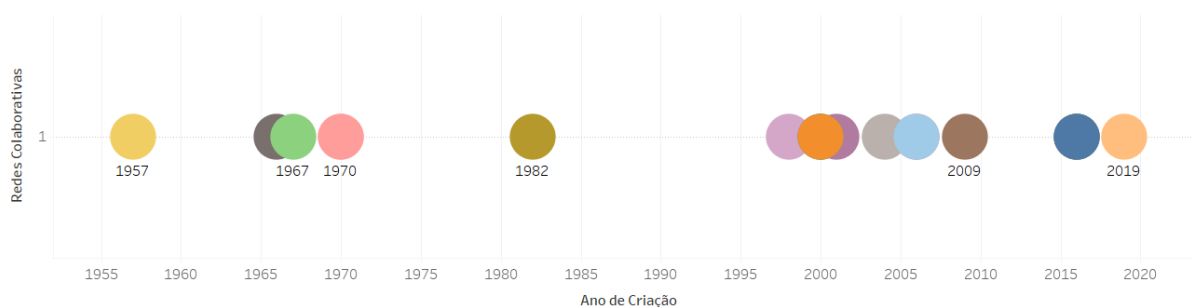
do pensamento regional. A autora afirma também que o estudo crítico sobre a integração regional deve partir do "reconhecimento de que as abordagens, teorias, construtos e metodologias disponíveis para o estudo da construção de regiões são elaboradas em redes centrais e periféricas de produção de conhecimento" (PERROTTA, 2018, p. 11, tradução nossa).

Assim, ao analisarmos a participação de pesquisadores em diferentes redes colaborativas, torna-se relevante o entendimento de que os mesmos deixam de integrar simplesmente parte do objeto de estudo, enquanto habitantes da região, para se tornarem atores com capacidade de construção intelectual, interlocução com os pares e influência no desenvolvimento dos processos, tal como previsto pela teoria neofuncionalista. No entanto, é imperativo destacar que o processo de influência entre o pensamento latino-americano para a integração (campo de estudos) e a posta em prática de projetos regionais é mútuo: não apenas as redes têm a capacidade de produzir e convergir conhecimentos e interesses para a integração regional, também o surgimento de projetos regionais é capaz de influenciar os interesses acadêmicos na conformação de redes de pesquisa.

De maneira mais detalhada, a partir do levantamento realizado houve a identificação de períodos específicos que marcaram o surgimento e criação destas redes de colaboração sobre integração regional, cooperação e regionalismo. Tais períodos condizem com os períodos que a literatura convencionou chamar de "ondas de regionalismo", momentos que propiciaram a proposição de organizações regionais e a integração regional na América Latina.

Desta forma, como pode ser visto no painel abaixo (Figura 3) é possível observar certa convergência entre a criação de redes de pesquisa nos anos 1960-1970, com o início dos primeiros projetos regionais latino-americanos; certa efervescência a partir de meados dos anos 1990, período que segue a criação do Mercosul e a renovação da Comunidade Andina, por exemplo; outros grupos que podem ter sido estimulados pelo já mencionado regionalismo pós-hegemônico já nos anos 2000; ou mesmo, a partir da metade dos anos 2010 frente a percepção da crise atual da integração latino-americana, as redes mais recentes a serem estabelecidas.

Figura 3 - Linha do tempo das Redes
Colaborativas



ANO	Rede	Número de Países com Instituições Associadas
1957	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)	18
1966	Latin American Studies Association (LASA)	28
1967	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)	*
1970	Instituto de Integración Latinoamericana de la Universidad de La Plata (Argentina)	5
	Red de Formación de Postgrado e Investigación en Integración Regional (REDFIRE)	14
1982	Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES)	17
1998	Red Latinoamericana de Política Comercial (LATN)	18
2000	Centro Interuniversitario Para Estudios de Integración (CIPEI)	5
	Fórum Universitário Mercosul (Fomerco)	4
	Fundación Carolina	19
2001	Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL)	27
2004	OBREAL Global Observatory	*
2006	Centro de Estudio de Integración e Desenvolvimento (CINDES)	*
	Observatory on Latin America (OLA)	15
2009	RedIntercol (Red Colombiana de Relaciones Internacionales)	6
2016	Catedra Alianza del Pacífico	4
	CLACSO – Grupo de Trabajo Geopolítica, integración regional y sistema mundial.	13
	Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo en América Latina y Europa (GRIDALE)	28
2019	CLACSO - Grupo de Trabajo Integración regional y unidad latinoamericana	16

Fonte: elaboração nossa.

Ao considerar a relação existente entre a criação dos projetos regionais e o estabelecimento de redes, faz-se importante destacar que o presente trabalho não ignora a existência de políticas regionais no âmbito educativo de blocos regionais que incentivam a formação de redes, como forma de cooperação⁹. No entanto, o foco apresentado é centrado no potencial dos espaços colaborativos para a concretização da integração e estabelecimento de valores comuns.

A escolha deste enfoque permite, por fim, analisar a amplitude e alcance das redes colaborativas a partir do conceito de diplomacia científica, como discutido anteriormente. Para tanto, são apresentados dois exemplos. Em um primeiro momento, pode-se fazer alusão a um cenário crítico vivenciado entre o final de 2019 e o ano de 2020 com a eleição de Alberto Fernandez na Argentina. Desde as eleições argentinas ainda em 2019, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro discursou que isolaria a Argentina

⁹ Perrota e Sharpe (2020) afirmam que no âmbito do Mercosul, por exemplo, havia três eixos principais de trabalho no setor educativo: acreditação / reconhecimento, mobilidade e cooperação interinstitucional. Para este último eixo, a formação de redes constitui, portanto, ação concreta para o alcance dos objetivos

do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) caso Fernandez fosse eleito¹⁰. Tal relação de tensão se estendeu até final de 2020, quando foi realizada a primeira reunião bilateral entre os países¹¹. Entretanto, ainda com os desentendimentos e distanciamento político brasileiro de seu principal parceiro na América do Sul desde meados dos anos 1980, tal afastamento não incidiu no âmbito das redes colaborativas, cuja cooperação e diálogo se mantiveram estruturados dentro desses espaços, assim como nos diversos produtos que resultam anualmente dessas redes.

Outro fato que destaca novamente a importância da diplomacia científica, concerne aos dados, principalmente relativos à participação de instituições e intelectuais venezuelanos coletados por esta pesquisa. Ainda que desde meados de 2016, o país esteja isolado na região em termos políticos, enfrentando uma crise doméstica crescente, as redes colaborativas constituem um espaço contínuo de cooperação e discussão sobre problemas e objetivos comuns que a Venezuela tem com a região. A pesquisa aponta uma alta participação das instituições e intelectuais venezuelanos nestes espaços científicos (em 09 das 19 redes mapeadas), o que possibilita a construção de pontes entre as sociedades isoladas politicamente, podendo ser uma ferramenta a mais para romper com as amarras institucionais existentes na cooperação regional e no fortalecimento das relações da região com a Venezuela, independente de qualquer e toda divergência política existente.

Pelo contrário, as Redes Acadêmicas apontam os retrocessos impostos à integração regional e ao regionalismo como desafios a serem estudados e analisados em suas atividades e encontros intelectuais, vislumbrando a superação dos momentos de estagnação em suas propostas e relatórios técnicos. As Redes Colaborativas podem exercer um papel relevante na medida em que se debruçam a entender os entraves políticos e econômicos dos projetos de integração regional, agregando intelectuais de toda região para análise e estudo destes processos. Algumas Redes, como a CRIES, ainda detém o papel de *ThinkTanks* exercendo diálogo constante com outros grupos que determinam os rumos do regionalismo, como diplomatas, empresários e lideranças políticas (CRIES, 2021). Relatórios técnicos e produtos das Redes Intelectuais são

¹⁰ Para saber mais veja: Bolsonaro ameaça isolar Argentina do Mercosul se peronismo ganhar no domingo. O Globo, 23 de Outubro de 2019. Acesso em 04 de Março de 2021.

¹¹ Para saber mais veja: Bolsonaro e Alberto Fernández terão 1ª reunião bilateral nesta segunda. Carta Capital, 20 de Novembro de 2020. Acesso em 04 de Março de 2021.

constantemente empregados para balizar a atuação de atores políticos relevantes à condução da integração regional.

Em suma, a análise dos dados coletados possibilitou visualizar o potencial que as Redes Colaborativas ofertam aos processos regionais latino-americanos. Não somente há uma convergência de espaços na América para a discussão do regionalismo, integração e cooperação regional que constroem discussões, relatórios, artigos, livros, entre muitos outros espaços de discussão de diversos temas importantes à região, como também há a convergência da participação de instituições e intelectuais de maneira concomitante nesses espaços, se constituindo como atores sociais no processo. Tal cenário entrelaçado amplia a capacidade desses atores de compartilhar os valores e as ideias que estão sendo desenvolvidas, não somente dentro daqueles espaços, como também fora deles, construindo pontes da academia para a sociedade e da academia para os governos nacionais, incidindo na construção e condução do regionalismo latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou alinhar pressupostos teóricos e práticos que permeiam o estudo da integração regional, desde a necessidade de compartilhamento de valores comuns para a concretização dos objetivos, ao papel de influência das elites intelectuais, e, de maneira mais específica, as que coletivamente se dedicam a pesquisar o tema da cooperação e regionalismo na América Latina. A própria execução da pesquisa empírica desenvolvida, possibilitada pelo uso dos canais de comunicação de redes colaborativas para alcançar pesquisadores dos mais variados países, corrobora com o papel de criar espaços para a discussão e o aprofundamento do pensamento acadêmico acerca da integração regional.

Tal papel desempenhado pelas redes acadêmicas faz-se ainda mais importante se considerado que o regionalismo latino-americano, por seu caráter intergovernamental, mostra-se estritamente dependente dos governos nacionais, e, portanto, altamente suscetível a mudanças e despriorização, de acordo com os interesses vigentes. Através da compreensão do amplo alcance da diplomacia científica e das redes colaborativas demonstrado pelos dados que não apenas congregam pesquisadores em espaços comuns, mas os apresentam como participantes ativos de redes centrais de produção do

conhecimento, nota-se, portanto, um potencial de contribuição que pode superar até mesmo oferecer alternativas para integração às limitações institucionais do regionalismo latino-americano.

Por fim, ainda que a pesquisa apresentada não pretenda exaurir os dados sobre redes colaborativas ou a reflexão de seu papel no âmbito da integração regional, através de sua contribuição empírica, é possível reafirmar o potencial destes canais de diálogo para o compartilhamento de valores e crenças favoráveis ao regionalismo. Mais do que isso, a partir dos dados levantados se incentiva a realização de novos estudos nesta temática, cuja agenda futura de pesquisa possa aprofundar ainda mais o entendimento sobre o alcance e atuação dessas redes para os processos de integração e cooperação latino-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAAS. *New frontiers in science diplomacy: Navigating the changing balance of power*. The Royal Society, January, 2010. ISBN: 978-0-85403-811-4.

BRESSAN, Regiane Nitsch. Elites políticas, integração regional e política externa. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos* (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 228-253, dezembro 2015. Disponível em: [http:// revistaestudospoliticos.com/](http://revistaestudospoliticos.com/)

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

CLACSO. *Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais*. 2021. Disponível em <<https://www.clacso.org/pt/>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

CRIES. *Coordinadora Regional de Investigaciones*. 2021. Disponível em <<https://www.cries.org>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

DAHL, Robert. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven CT: Yale U.P., 1961.

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora UnB, 1982.

DEUTSCH, Karl. *Integración y formación de comunidades políticas. análisis sociológico de experiencias históricas*. Buenos Aires: BID/INTAL, 1986.

ETZIONI, Amitai. *The Active Society. A Theory of Societal and Political Processes*. New York, The Free Press, 1968, p. 554-556.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. *Regionalism in world politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FLACSO. *Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*. 2021. Disponível em <<http://flacso.org.br/>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

FUNDAÇÃO CAROLINA. 2021. Disponível em <<https://www.fundacioncarolina.es/>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

GRIDALE. *Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo de América Latina y Europa*. 2021. Disponível em <<https://gridale.org/>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

MARIANO, Marcelo Passini. *A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2007.

PERROTA, Daniela. *El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina*. *Relaciones Internacionales*, n. 38, p. 9-39, 30 jun. 2018.

PERROTTA, Daniela.; SHARPE, A. Política exterior y procesos de internacionalización del sistema científico y universitario: Argentina y Brasil (2003-2019). *Sociologias*, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 88-119, Ago. 2020 .

REBRIP. *Rede Brasileira Pela Integração dos Povos*. Institucional. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/institucional/>>.

SANAHUJA, José Antônio. A. *Del 'Regionalismo Abierto' al 'Regionalismo Post-Liberal'. Crisis y Cambio en la Integración Regional en América Latina. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*, Buenos Aires, p. 11-54, 2009.

VEIGA, Pedro da. Motta.; RÍOS, Sandra Perez. *O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. CEPAL: Série Comércio Internacional, n.82, jul. 2007.

**INTERCULTURALIDAD EN LA INTERNACIONALIZACIÓN CURRICULAR
DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN UNIVERSIDADES ARGENTINAS Y
BRASILEÑAS: MEMORIAS DE UNA RED COLABORATIVA DEL ÁREA DE
PSICOLOGIA**

Gracia Maria Clérico¹

Roberta Vasconcelos Leite²

Maurício Guedes³

INTRODUCCIÓN

El presente texto procura presentar la historia y los alcances de una red colaborativa de docentes de psicología argentinos y brasileños. Nuestra red tiene como objetivo propiciar e investigar encuentros interculturales fomentados a través de experiencias de internacionalización de la educación superior en el ámbito de proyectos y disciplinas que coordinamos en universidades de ambos países. Motivados por vínculos de amistad previa, en 2009 han empezado las primeras actividades académicas que involucraban, en un primer período, acciones conjuntas principalmente en nivel de posgrado. Desde 2016, su alcance se extendió hacia la formación de grado, a través de proyectos de internacionalización curricular, de investigación y de extensión. Actualmente, esta red incluye profesores de dos universidades públicas argentinas y tres universidades públicas federales brasileñas.

Por tratarse de universidades pertenecientes a países distintos con diferentes culturas, la red adquiere un carácter heterogéneo, lo cual favorece el fomento y fortalecimiento de experiencias interculturales, que se tornan en objeto de investigaciones conjuntas. Para reflexionar acerca de dicha heterogeneidad, resulta preciso explicitar los conceptos centrales sobre los que se apoya el trabajo desarrollado:

¹ Doctora en Educación por la Universidad Católica de Santa Fe. Profesora Adjunta de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad Nacional del Litoral. E-mail: graciamariaclerico@gmail.com

² Doctora en Psicología por la Universidade Federal de Minas Gerais. Profesora Adjunta de la Faculdade de Medicina de Diamantina de la Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: roberta.leite@ufvjm.edu.br

³ Doctor en Ciências por la Universidade Federal de Minas Gerais. Profesor Adjunto del Instituto de Ciência Humanas e Sociais/Campus Araguaia de la Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: mausguedes@ufmt.br

las nociones de interculturalidad y encuentro en esta experiencia de internacionalización curricular.

Consideramos a la interculturalidad como una clave pedagógica que considera conjuntamente la diversidad cultural y la igualdad humana (CLÉRICO; LEITE; GASPAR, 2020). Esto supone que la educación puede buscar valorar al mismo tiempo la tradición cultural de la cual es portadora cada estudiante y la referencia a una identidad originaria entre los sujetos (DI MARTINO, 2008). Cada cultura puede ser tomada como forma única de jerarquizar y materializar valores que son comunes al género humano, al menos en cuanto horizonte, siendo importante evitar que se propicie su asunción acrítica, que se renuncie a gestionar las diferencias o bien que se intente cambiarlas externamente (DONATI, 2008; PAREKH, 2005).

Este principio de método se traduce en una cierta forma de educación que pone el acento en valorar aquel tejido social y patrimonio cultural que los seres humanos han intentado construir a lo largo de su historia, y, al mismo tiempo, en aquello que los unen a todos los otros seres humanos y que los identifican como tal. Con Donati (2008), entendemos que es posible concebir la unidad en la diferencia como una unidad relacional y que el reconocimiento de la auténtica alteridad no coincide con experimentar una total extrañeza. Si bien toda relación alude a distancia y separación en ciertos aspectos, al mismo tiempo muestra algo que se comparte.

Atender ambas dimensiones - la diversidad cultural y la igualdad humana - no implica homologar, sino reconocer su originalidad, sin anular las exigencias constitutivas que conforman la riqueza del ser humano y que se expresan en cada cultura como novedad que la despliega en la historia. Constituye un punto operativo fundamental que nace de una aproximación positiva a la realidad, que hace entender que la persona tiene su propio valor, su dignidad y su tradición cultural, y que ésta puede entrar en un diálogo enriquecedor con el de las otras personas implicadas en el acto educativo (CLÉRICO, 2014).

Tal noción de interculturalidad valoriza los encuentros como acontecimientos fundamentales para el diálogo y las transformaciones mutuas. A lo largo del camino recorrido por nuestra red colaborativa, fueron múltiples los encuentros y reencuentros que se fueron suscitando, entre diversos actores involucrados. En este sentido, es importante definir lo que entendemos como encuentro.

Apropiándose de las contribuciones de Romano Guardini, Claude Romano y Luigi Giussani, Gaspar (2014, p. 21) resume que “el criterio del encuentro es la experiencia de novedad - y consecuente elaboración - que promueve la vivencia de aquel hecho”. En el encuentro algo nos toca y tomamos la posición de apertura hacia aquello que nos toca. El encuentro transforma las personas y, aunque no sea fabricable o controlable, puede ser favorecido. Su fuerza provocadora reside en el acontecimiento que, “al desbordar ciertas posibilidades, reconfigura lo posible en su totalidad” (ROMANO, 2008, p. 43). Así, en el encuentro puede surgir una cercanía radical: en la experiencia de la diferencia nace el reconocimiento de la humanidad que nos une (GASPAR, 2014).

Habiendo vivenciado experiencias de esta naturaleza entre nosotros, como docentes universitarios, identificamos en la Internacionalización Curricular (InC) una perspectiva capaz de propiciar encuentros interculturales también entre nuestros alumnos y colegas. Ella presupone el desarrollo de experiencias internacionalizadas para todos los estudiantes por medio de iniciativas curriculares formales o informales. Estudios previos han demostrado la necesidad de una acción más efectiva a nivel del sistema y entre las propias instituciones que lleve a una adecuada internacionalización curricular en la región de América Latina y el Caribe, a la que estiman como eje para el mejoramiento de la educación superior (AUPETIT; ESCOBAR, 2014).

Son más comunes las experiencias de internacionalización curricular individuales, en que un estudiante o profesor toma cursos en una universidad extranjera por iniciativa personal. De hecho, la internacionalización de la educación superior se ha asociado históricamente a la movilidad estudiantil, siendo relativamente más recientes las estrategias como la que aquí proponemos, de internacionalización *en casa*, que tienen la ventaja de poner al alcance de todos los estudiantes la oportunidad de intercambio académico. Nuestra propuesta puede considerarse innovadora también porque al abordar la interculturalidad, amplía la complejidad del concepto de enseñanza compartida, que describe la experiencia de los docentes que estudian en conjunto e investigan diversas formas de conocer-aprender, además de identificar los objetivos del conocimiento y cómo esos objetivos se pueden relacionar con los contextos vividos por los estudiantes (TRAVERSINI, 2012; FERNÁNDEZ, 1993).

En nuestra red de docentes, con enfoques teóricos diversos y vinculados a diferentes universidades, se crean mecanismos para acercar nuestras asignaturas y

ofrecer a sus estudiantes la oportunidad de un aprendizaje compartido a través de encuentros con estudiantes y profesores de instituciones de otro país. Nuestros proyectos en general están vinculados a convocatorias de alguna de las universidades a las que estamos vinculados; sin embargo, no siempre existen acuerdos formales entre las instituciones participantes, siendo esto un resultado más que un punto de partida. Esto significa que nuestro movimiento de internacionalización viene creciendo “desde abajo” y, siempre que resulta posible, busca el apoyo de las secretarías de relaciones internacionales.

El estudio de la dimensión intercultural involucrada en la internacionalización de la educación superior constituye aún un tema incipiente (CLÉRICO et al., 2017). Si bien la cuestión intercultural se ha convertido en una preocupación de las políticas públicas de la región, este interés no siempre ha corrido paralelo al avance en la incorporación de dicha perspectiva en las agendas de trabajo. Se evidencia la necesidad de superar la brecha entre la intencionalidad de las políticas y los programas y su incorporación en las prácticas (CLÉRICO et al., 2016).

Reconocemos que la historia de nuestra red colaborativa documenta un ejemplo interesante en ese sentido. Ella se formalizó en 2016 como proyecto de internacionalización curricular de carreras de grado, con 4 docentes de la Universidad Nacional del Litoral - UNL⁴ (Santa Fe - Argentina); 2 docentes de la Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM⁵ (Diamantina - Brasil) y 3 docentes de la Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG⁶ (Belo Horizonte - Brasil). A lo largo de los años, se sumaron a la red 1 docente más de UNL, 1 docente de la Universidad Autónoma de Entre Ríos - UADER⁷ (Paraná - Argentina) y 1 docente de la Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT⁸ (Barra do Garças - Brasil).

Con el fin de compartir la historia de esta red, en los siguientes apartados se presentarán en orden cronológico los antecedentes y la etapa inicial de la red colaborativa, que comprende eventos que se extienden desde 2009 hasta 2016; la etapa de consolidación de las propuestas colectivas, de 2016 a 2019; y la fase de expansión de la experiencia, que comenzó en 2019 y sigue en curso hasta la fecha, en 2021.

⁴ Vinculados a la Facultad de Humanidades y Ciencias y a la Facultad de Bioquímica y Ciencias Biológicas.

⁵ Vinculados a la Faculdade Interdisciplinar de Humanidades y Faculdade de Medicina.

⁶ Vinculadas a la Faculdade de Educação.

⁷ Vinculada a la Facultad de Humanidades, Artes y Ciencias Sociales.

⁸ Vinculado al Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus Universitário do Araguaia.

Al reflexionar sobre los 12 años de prácticas colaborativas de esta red, deseamos explicitar condiciones que favorecen la construcción de esta alianza que ha transformado nuestras acciones docentes de enseñanza - especialmente en el ámbito de la graduación -, investigación y extensión y, tal vez, estimular a otros investigadores para dedicarse al desarrollo de nuevas redes en América Latina. Así, narrar esta historia también puede ser una forma de fortalecerla al arrojar luz sobre sus fundamentos, elecciones metodológicas, metas proyectadas y resultados alcanzados.

ANTECEDENTES Y CREACIÓN DE LA RED COLABORATIVA

La vinculación entre los colegas que hoy integran la red colaborativa se remonta al año 2009, en que acontecieron los primeros encuentros entre docentes de psicología de UNL y UFMG cuando en esta última se organizó el “Simpósio Internacional e Interdisciplinar sobre Experiência Elementar”⁹. Los diálogos iniciados en ese evento fueron el marco inaugural de esta relación, en el cual profesores y estudiantes de posgrado establecen un lazo de intercambio y orientaciones para sus tesis doctorales, abriéndose el juego a futuras acciones conjuntas.

En los años siguientes, esta aproximación se fortaleció a través de sucesivos viajes académicos que fueron apoyados por el Programa de Movilidad Académico-Científica (PROMAC), coordinado por la Secretaría de Desarrollo Institucional e Internacionalización de UNL y por el Programa Escala Docente de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo - AUGM, que brinda la posibilidad de hacer movilidades académicas entre las universidades miembro. Así, un profesor y dos doctorandos en psicología de UFMG fueron invitados en los años 2011, 2013 y 2014 para dictar conferencias y desarrollar cursos de posgrado en UNL¹⁰. Del mismo modo, en 2012, una docente de UNL fue invitada por los de UFMG a dictar conferencias y

⁹ Coordinado por el prof. Miguel Mahfoud (UFMG), el evento ha propuesto el intercambio entre investigadores de diferentes partes del mundo que se han dedicado al desarrollo y aplicación del concepto de “experiencia elemental” a problemas contemporáneos en diferentes áreas del conocimiento.

¹⁰ El profesor Miguel Mahfoud (UFMG) y los entonces doctorandos Roberta Vasconcelos Leite y Yuri Elias Gaspar dictaron cursos de posgrado en la Facultad de Humanidades y Ciencias (UNL) referidos a las temáticas:

Aportes de la fenomenología a la investigación cualitativa (2011), e *Investigación cualitativa fenomenológica de la subjetividad y de la cultura* (2013). En estos años y también en 2014, dictaron conferencias en la Universidad Católica de Santa Fe, Universidad Autónoma de Entre Ríos e Instituto Fray Paula de Castañeda y desarrollaron las Jornadas *Educación, Sociedad y encuentro intercultural*.

curso de posgrado en el programa de psicología referidos a la cuestión intercultural y a temáticas ligadas a la enseñanza en educación superior¹¹.

A finales de 2015, ese grupo de docentes, en ese punto ya vinculados a tres universidades, alcanzó a formalizarse como red colaborativa para la elaboración del proyecto *Interculturalidad y subjetividades de adolescentes y jóvenes argentinos y brasileños: estudio de casos, ocasión para el encuentro con el otro*. Coordinado por la profesora Gracia Clérico, el proyecto fue sometido y aprobado a la primera convocatoria lanzada por UNL: “Internacionalización de espacios curriculares en carreras de grado”¹², siendo desarrollado desde 2016 a 2018. Además de la coordinadora, fueron parte del proyecto en aquel momento otros tres docentes argentinos, también de UNL: Patricia Ingui, Jorge Malachevsky y Ángeles Ramírez Barbieri; y cinco profesores brasileños: Yuri Elias Gaspar y Roberta Vasconcelos Leite de UFVJM; Raquel Martins de Assis, Ana Lúcia Santiago y Libéria Neves de UFMG.

En este primer proyecto de InC y también en el siguiente, actualmente en curso (que detallaremos en el ítem posterior), se integran asignaturas que pertenecen al área de la psicología: psicología, psicología social, psicología del desarrollo, psicología educacional y psicología del desarrollo adulto. Todas ellas corresponden al campo de formación general de diferentes carreras de profesorado y licenciaturas. Están destinadas a la formación de educadores y trabajadores de la salud, y no específicamente de psicólogos. Tienen en común que se introducen en esa área y ofrecen herramientas teóricas y metodológicas para las especificidades de cada carrera.

Para desarrollar un diálogo intercátedras, buscamos recuperar las teorías, los autores y las perspectivas que los docentes consideran relevantes para construir un discurso sobre esos objetos de conocimiento, metodologías y acciones extensionistas en su tarea de formación de estudiantes que serán futuros educadores y trabajadores de la salud. Destacamos que partimos de perspectivas muy diferentes en psicología - como el psicoanálisis, la fenomenología y la psicología social crítica - y buscamos construir diálogos que respeten la diversidad y particularidades de cada enfoque. Ese intercambio acontece por medio de encuentros virtuales y también presenciales en las visitas

¹¹ En esta ocasión, la Profesora Gracia Clérico (UNL) dictó un curso de posgrado en el Programa de Posgraduación en Psicología de la Faculdade de Ciências Humanas (UFMG) sobre el tema: “Unidad y diversidad en los abordajes multiculturales: estudio crítico desde la experiencia elemental de estudiantes migrantes” y, por invitación de la profesora Raquel Assis, dictó conferencias también en la Faculdade de Educação de la misma universidad.

¹² Aprobado por Resolución rectoral de UNL N° 859/16

académicas durante viajes de los docentes, casi siempre financiadas por el ya mencionado Programa Escala Docente - AUGM.

Nuestros proyectos de InC tienen como principal estrategia didáctica la realización de un mismo trabajo de campo en todas las cátedras, en el cual estudiantes entrevistan a adolescentes o jóvenes y hacen un análisis del material articulando teoría y experiencia concreta. La selección de la adolescencia y juventud derivó de una confrontación entre los contenidos desarrollados en cada cátedra, arribándose a la conclusión que constituía una temática compartida y por tanto, podría facilitar la realización de comparaciones y enriquecer las perspectivas de abordaje adoptada por cada asignatura.

La elaboración de estudios de caso como práctica de formación de profesionales que trabajan con adolescentes, desarrollada por la cátedra de la profesora Raquel Assis en la Faculdade de Educação de la Universidade Federal de Minas Gerais desde el año 2009, fue inspirada en el Stanford Teacher Education Program¹³. La propuesta tiene como objetivo, entre otros, favorecer al estudiante una oportunidad para aprender a mirar e interpretar el mundo desde el punto de vista del otro (VIEIRA; ASSIS; CAMPOS, 2013). Los docentes de la red tomaron ese modelo y realizaron sucesivas adaptaciones hasta llegar a una misma guía de entrevista utilizada por todos los estudiantes de las cátedras involucradas, para que los casos puedan ser comparados.

Para que este trabajo consista en una práctica instrumental de un estudio de casos comparativo entre las universidades, también se incluyen clases conjuntas, instancias de socialización de los estudios a través de videoconferencias y tareas de evaluación.

Las demás tareas de InC incluyen una serie de acciones conjuntas que involucran docentes y estudiantes argentinos y brasileños. La propuesta también hizo posible compartir experiencias de extensión e investigación desarrolladas desde los equipos docentes de las asignaturas intervinientes y los estudiantes que las cursan y/o participan en proyectos asociados, como mostraremos a continuación.

LA CONSOLIDACIÓN DE LOS PROYECTOS COMPARTIDOS

En este tópico presentaremos acciones de implementación del primer proyecto de InC aprobado y detallaremos el surgimiento de una propuesta de investigación

¹³ Plan de enseñanza disponible en:
https://ed.stanford.edu/sites/default/files/step/page/educ240_2015_ldh_0.pdf

conjunta, así como acciones de extensión, organización de eventos y publicaciones científicas hasta 2019.

En el ámbito del proyecto de InC, son realizadas reuniones entre los equipos docentes involucrados e intercambio de bibliografía y clases colaborativas entre profesores de ambos países, tanto a través de videoconferencias, como presencialmente en el transcurso de las visitas académicas (Véase Figuras 1 y 2).

Figura 1 – Reunión entre los docentes y estudiantes de la red (Belo Horizonte, 2016)



Fuente: archivo personal

Figura 2 – Clase colaborativa vía videoconferencia (Santa Fe, 2017)



Fuente: archivo personal

Dichas clases requieren traducción previa de los materiales utilizados (*power point*, cuestionarios, etc.) y traducción simultánea durante su dictado, especialmente cuando los oyentes son argentinos. Percibimos que, para estos últimos, es más difícil entender la lengua del otro (el portugués no les resulta un idioma familiar). Aun cuando nuestro proyecto no tiene como objetivo central que los estudiantes adquieran fluidez en el idioma extranjero, nos hemos esforzado a lo largo del acciones compartidas de cada cuatrimestre, en reducir paulatinamente las traducciones, con el fin de animar a los estudiantes a acercarse a la experiencia del otro, esforzarse por comprenderlos, a buscar aclarar lo que no es comprensible y quién sabe, despertar así el interés por un estudio formal del idioma extranjero.

En vistas a potenciar la aproximación entre los estudiantes de ambos países, en el primer año de implementación del proyecto de InC (2016) se comenzaron a utilizar las redes sociales como canales de comunicación entre los equipos intervinientes. Se creó un grupo de Facebook, y en el segundo año (2017), se logró avanzar en la creación de un aula virtual desde el Centro Educación Multimodal de Educación a Distancia (CEMED) de UNL, que se habilitó cada cuatrimestre con grupos diferentes. Los docentes y estudiantes de todas las universidades están habilitados para tener acceso a dicho espacio virtual compartido.

Desde 2016 hasta finales de 2019, al final de cada uno de los cuatrimestres se desarrolló una instancia de socialización virtual en la cual algunos grupos de cada universidad presentaban los estudios de caso realizados y los profesores presentes comentaban aspectos relevantes, similitudes y diversidades entre las experiencias reportadas.

Cada instancia supuso encuentros previos de coordinación a través de reuniones que fueron realizadas de forma presencial o virtual. Esta acción también requería la coordinación de horarios en que los estudiantes de las diferentes universidades puedan estar presentes de modo simultáneo. Si bien la inexperiencia inicial de las cátedras y de las instituciones dificultó las primeras instancias conjuntas que requerían conectividad, éstas fueron mejorando paulatinamente. Es de destacar que para el desarrollo de estas instancias se contó con el apoyo de las Secretarías de Relaciones Internacionales (SRI) de cada universidad, así como del equipo técnico de cada área de informática, que resultaron actores claves para garantizar la concreción de esas instancias. Con este apoyo y a pesar de las dificultades, las primeras ediciones resultaron interesantes y esto alentó a continuar la experiencia de integración entre estudiantes y docentes.

Para evaluar las acciones conjuntas como las videoconferencias y los encuentros de socialización, son aplicados cuestionarios que recogen las preguntas iniciales de los estudiantes, las nuevas surgidas a partir del encuentro y sus reflexiones, inquietudes y dudas. Esta modalidad de evaluación se ve fundamentada en la perspectiva teórica de la pedagogía de la pregunta (MAZZEO, 1992) en la que se apoya la cátedra de Psicología de UNL. Fue adoptada ya que permite colocar en el centro de los procesos de enseñanza y aprendizaje los interrogantes acerca del objeto de estudio, motivando a una actitud de reflexión y búsqueda continua que favorece una aproximación crítica al conocimiento.

El análisis de estos cuestionarios permite realizar una devolución a los profesores disertantes y al equipo completo. Pudimos reconocer así que el encuentro con el otro a través de los estudios de casos se ve favorecido en las instancias de socialización que posibilitan a estudiantes y docentes ampliar la mirada respecto a la realidad de los “diferentes”, superando prejuicios y vivenciando experiencias interculturales (INGUI; CLÉRICO, 2019).

Además de estas actividades ya previstas inicialmente, algunas acciones complementarias resultaron significativas para la consolidación del proyecto de InC, dentro de las cuales destacamos la organización de las *Jornadas de Internacionalización*

Curricular e Interculturalidad Brasil - Argentina. Estos eventos fueron realizados alternándose las universidades y siempre con la presencia conjunta de docentes de ambos países, como se describe en la Tabla 1. También aquí se contó con la presencia de las autoridades de las SRI¹⁴ de las distintas universidades, quienes acompañaron de modo activo algunas de las actividades. En las acciones desarrolladas en Argentina se vieron involucradas otras dos universidades privadas y varias instituciones educativas de nivel secundario y superior.

En cada Jornada se desarrollaron conferencias, mesas redondas, clases de socialización de casos y reuniones técnicas, algunas de las cuales están documentadas en las figuras 4 a 7. Se llevaron adelante durante las visitas académicas al otro país y fueron una ocasión importante para consolidar las acciones en curso y permitir a los estudiantes vivir la internacionalización *en casa*. Asimismo aprovechamos los viajes para fortalecer nuestra amistad operativa y conocer las bellezas de cada lugar, atentos a vivenciar la experiencia de internacionalización y el trabajo en red, como experiencias integrales que trascienden lo estrictamente académico, tal como lo proponemos para nuestros estudiantes.

¹⁴ Destacamos, en particular, la colaboración firmada con Miguel Rodríguez, Director de Cooperación Internacional de UNL y Mabel Cordini, Directora de Relaciones Internacionales de la UFVJM hasta 2020.

Tabla 1 - Jornadas de Internacionalización Curricular e Interculturalidad Brasil-Argentina

Año/mes	N.	Local	Docentes participantes
2016/03	I	UFMG (Belo Horizonte)	G. Clérico y P. Ingui (UNL) R. Assis, L. Neves (UFMG) Y. Gaspar (UFVJM)
2016/08	II	UNL (Santa Fe)	G. Clérico, P. Ingui, J. Malachevsky, Á. Barbieri (UNL) M. Bonelli (UADER) R. Assis, L. Neves, A. L. Santiago (UFMG)
2017/04	III	UFVJM (Diamantina)	P. Ingui (UNL) R. Assis, L. Neves (UFMG) Y. Gaspar (UFVJM)
2017/09	IV	UFVJM (Diamantina)	G. Clérico (UNL) R. Leite (UFMG) Y. Gaspar (UFVJM)
2017/11	V	UNL y UCA ¹⁵ (Santa Fe y Paraná)	G. Clérico, P. Ingui, J. Malachevsky, Á. Barbieri (UNL) M. Bonelli (UADER) R. Leite (UFMG) Y. Gaspar (UFVJM)
2018/09	VI	UNL (Santa Fe)	G. Clérico, P. Ingui, J. Malachevsky, Á. Barbieri (UNL) M. Bonelli (UADER) R.1 Assis, A. L. Santiago (UFMG)
2018/11	VII	UFVJM (Diamantina)	J. Malachevsky (UNL) R. Leite, Y. Gaspar (UFVJM)
2019/04	VIII	UFVJM (Diamantina)	P. Ingui (UNL) R. Leite, Y. Gaspar (UFVJM) P. Scherman, P. Albert y P. Farias (UNC ¹⁶)

Fuente: organizado por los autores (2021).

¹⁵ Universidad Católica Argentina - Facultad Teresa de Ávila.

¹⁶ Universidad Nacional de Córdoba

Figura 3 - Docentes de la red colaborativa y autoridad de la Diretoria de Relações Internacionais da UFMG en la I Jornada (Belo Horizonte, 2016)



Fuente: archivo personal

Figura 4 - Docentes de la red y estudiantes en las III Jornadas (Diamantina, 2017)



Fuente: archivo personal

Figura 5 - Docentes de la red en las V Jornadas (Santa Fe, 2017)



Fuente: archivo personal

Figura 6 - Docentes de la red y la Directora de Relaciones Internacionales de UFVJM en las VII Jornadas (Diamantina, 2018)



Fuente: archivo personal

Complementando las acciones de enseñanza, ya en el primer año de implementación del proyecto de InC, los docentes elaboraron un proyecto de

investigación conjunta que fue presentado en la convocatoria 2016 de CAI+D¹⁷ de UNL, recibiendo su aprobación para implementación a partir de 2017. Este proyecto, titulado: *Dinámicas interculturales en la internacionalización de la educación superior. Estudio de una experiencia entre universidades de Argentina y Brasil*, se propuso contribuir a la sistematización y evaluación continua de la experiencia de InC.

Como ya se señaló, cada acción conjunta fue evaluada por los asistentes, con lo cual se fue disponiendo de material para monitorear el proyecto. La propuesta de la investigación fue realizar análisis cualitativos del mismo, con vistas a construir categorías teóricas que permitan identificar el modo en que interviene la cuestión intercultural en los procesos educativos de internacionalización de la educación superior. Se espera que sus resultados contribuyan para la orientación de otros programas y proyectos de internacionalización. Así mismo, estudiantes involucrados en la experiencia iniciaron proyectos de investigación en carácter de adscriptos¹⁸, trabajos que ayudan a profundizar la investigación comparativa.

En cuanto a la articulación con extensión, desde 2016, profesores de Brasil se incorporaron al equipo de capacitadores en cuatro cursos destinados a los tres proyectos de extensión universitaria en que están involucrados docentes de UNL. Estos cursos capacitan voluntarios que se empeñan ya sea en acompañar el aprendizaje áulico de jóvenes adolescentes que pertenecen a contextos escolares de vulnerabilidad social, cuanto en aproximar artistas regionales y adolescentes de zonas periféricas o rurales aledañas a la ciudad de Santa Fe, a modo de construir puentes interculturales que contribuyan a disminuir barreras socioculturales, propiciando la inclusión social.

De tal forma, los voluntarios y docentes de dichos proyectos asistieron a clases a cargo de los docentes brasileños, ya sea virtuales, a través de videoconferencias o bien presenciales, durante su estadía en las Jornadas académicas en Santa Fe. Esto permitió enriquecer su experiencia extensionista al confrontar con realidades de vulnerabilidad social de otro país. Lo mismo ocurrió con voluntarios involucrados en proyectos de extensión desarrollados por docentes brasileños en la UFVJM, que también fueron

¹⁷ Curso de Acción para la Investigación y Desarrollo (CAI+D) se implementa en la UNL desde 1989, y es financiado con fondos propios.

¹⁸ Se destacan los trabajos *Relaciones entre las expectativas estudiantiles y los estilos de formación universitaria. Estudio de casos de una experiencia de internacionalización curricular entre universidades argentinas y brasileñas* de Amparo Ordóñez e *Impacto de las dinámicas interculturales en el vínculo docente-alumno. Análisis de casos a partir de la experiencia en dos universidades brasileñas y una argentina* de Blason Delfina.

beneficiados con aportes de los docentes argentinos, cuando estos dictaron conferencias en esta universidad durante las Jornadas Académicas realizadas en Diamantina.

Como ya se dijo, todos los avances del proyecto de InC y también de los proyectos de investigación y extensión han sido evaluados sistemáticamente, así como difundidos en eventos científicos nacionales e internacionales. Desde 2016 se han realizado más de 16 ponencias, la mayoría de ellas con la publicación de un resumen o obra completa en anales. Entre los eventos de mayor alcance en los que participamos, destacamos: *VII Congreso Nacional de Extensión Universitaria: Nuevos desafíos para la transformación académica y social* (Santa Fe, 2016); *Encuentro Nacional y Latinoamericano: La universidad como objeto de investigación* (Santa Fe, 2017); *FAUBAI Conference* (Rio de Janeiro, 2018); *Congresso de Internacionalização da Educação Superior* (Foz do Iguaçu, 2019); *XXX y XXXI Encuentro Estado actual de la investigación Educativa / IV y V Congreso Latinoamericano de Investigación Educativa* (Córdoba, 2019 y 2020); *IV Congreso de Extensión Universitaria AUGM* (Santiago de Chile, 2021).

LA EXPANSIÓN DE LA EXPERIENCIA

Las acciones descritas hasta ahora, desarrolladas por nuestra red colaborativa a lo largo de los años, han hecho posible un cúmulo de experiencias significativas como innovaciones en las prácticas docentes, promoción de eventos, investigaciones y publicaciones, movilizandando la elaboración de nuevos proyectos que dan continuidad a los primeros. El esfuerzo por difundir nuestras acciones en eventos científicos ha permitido una amplia visibilidad, motivando a que profesores de otras universidades se interesen por sumar a nuestras iniciativas. En este tópico describiremos tanto los nuevos proyectos de InC e investigación en curso, como la incorporación de nuevos miembros a nuestra red colaborativa.

A finales de 2018, finalizó el período de ejecución del primer proyecto de InC y UNL lanza una nueva convocatoria, para propuestas a implementar desde 2019 a 2022. Así, el proyecto *Encuentro intercultural en docencia, investigación y extensión para la internacionalización curricular de Cátedras de Psicología y Psicoanálisis*, fue formulado¹⁹ abarcando todos los docentes del primer proyecto y también Mariana

¹⁹ Fue aprobado por el Rector de UNL con la Resolución 0529/19 en el marco del Programa: “Internacionalización de espacios curriculares en carreras de grado”, de reciente creación.

Bonelli, docente de la UADER. En el transcurso del año 2019, un docente más se une al equipo: Maurício Guedes, docente de la UFMT. Es interesante narrar que Mariana participó desde los primeros cursos dictados por docentes brasileños en UNL, ya en 2013. Maurício, por su parte, ya proponía a sus estudiantes estudios de casos inspirados en la propuesta de UFMG (VIEIRA; ASSIS, CAMPOS, 2013) y conoció el proyecto de InC a partir de las presentaciones en eventos.

Ese proyecto mantuvo la propuesta original de intercambio entre cátedras en base al diálogo y la reflexión desde el campo de la psicología y del psicoanálisis sobre la problemática del abordaje del otro (y del Otro) en la adolescencia y en la juventud, incluyendo los programas, materiales didácticos y bibliográficos de cada asignatura. También fue mantenida la propuesta de desarrollar estudios de caso comparados e instancias de socialización que abarquen a todas las cátedras involucradas. Se le añadió la intencionalidad de articular explícitamente estas acciones con las otras dos funciones universitarias, de extensión e investigación, para potenciar aún más el encuentro intercultural.

Pero fue necesario revisar estos planes. Con el advenimiento de la pandemia de Covid-19 en 2020, por primera vez, las actividades del proyecto se llevaron a cabo exclusivamente de forma virtual a través de ambientes de aprendizaje que acuden a de las nuevas tecnologías de la comunicación (*Google Meet, Zoom, Skype, Whatsapp, Google*). Buscamos alternativas a las limitaciones impuestas por las exigencias de aislamiento social, la cancelación de viajes planificados y el cambio de los calendarios académicos de las universidades involucradas, lo cual llevó a reinventar nuestra propuesta didáctica. Las entrevistas con adolescentes y jóvenes en los estudios de casos pasarán a realizarse por videollamadas. Aprovechamos el momento en que toda la educación superior se volvió remota para ampliar la integración entre los estudiantes, creando una experiencia piloto de realización de estudios de caso a través de grupos mixtos de estudiantes y docentes argentinos y brasileños (Figura 7).

Figura 7 - Clase Virtual con grupo mixto (2020).



Fuente: archivo personal

Esta experiencia piloto también fue una respuesta a las evaluaciones de los estudiantes que participaron en el proyecto en años anteriores y sugirieron una mayor interacción con los estudiantes del otro país. En los grupos mixtos había, además de un docente responsable, un estudiante monitor, que ya conocía la propuesta y tuvo un papel fundamental en el éxito de esta experiencia piloto. Otra innovación del período fue la sistematización del material disponible en el aula virtual, con el fin de hacer más funcional el espacio.

Debido a la necesidad de aislamiento social, buscamos alternativas para la realización de acciones de extensión y cursos de formación para voluntarios. Algunos proyectos se cerraron en 2020, otros continúan de forma remota.

La pandemia también cambió los planes del proyecto de investigación que debería cerrarse en 2019 y una nueva convocatoria CAI+D de UNL recibiría proyectos para inicio en 2020. Los plazos se han ampliado y el nuevo proyecto de investigación, *Experiencias interculturales en la internacionalización curricular en casa. Aportes para la formación integral en la Educación Superior*, recién comenzó en la primera mitad de 2021. Se trata de una investigación cooperativa que se lleva adelante entre investigadores, docentes y estudiantes de grado y posgrado involucrados en nueve proyectos de InC enmarcados en el Programa Internacionalización de espacios curriculares en carreras de grado de UNL. Los proyectos que serán objeto de este estudio de caso son desarrollados en once universidades de cinco países de América Latina (Brasil, México, Chile, Costa Rica y Uruguay), y de dos países europeos (España y Hungría).

El equipo multidisciplinario de investigadores pertenece a las áreas de ciencias humanas, sociales, biológicas, exactas, agrarias, tecnológicas y de la ingeniería, abarcando ocho unidades académicas de UNL y otras cuatro otras universidades: UADER, UFMG, UFMT y UFVJM, de Brasil. Asumiendo la perspectiva de la internacionalización comprehensiva, se lleva adelante un estudio longitudinal de tres años (2021-2023), que intenta detectar los factores que favorecen u obstaculizan la generación de experiencias interculturales en dichas iniciativas, incluyendo entre otros, el papel de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), la formación docente, la mediación pedagógica y el tipo de contenido abordado. De tal manera, se apunta a reconocer los principales logros y desafíos que ellas afrontan en relación con la cuestión intercultural.

Esperamos que los resultados de esta investigación puedan ser publicados con el fin de documentar y difundir detalles del trabajo de nuestra red colaborativa. En cuanto a las publicaciones ya realizadas, destacamos los cuatro artículos en revistas científicas: *La virtualidad en la internacionalización curricular, ¿un apoyo para el encuentro intercultural?* (CLÉRICO; BARBIERI, GASPAR, 2019); *El voluntariado como espacio formativo en competencias interculturales. Un aporte para la integralidad de la formación universitaria* (CLÉRICO; BONELLI; INGÜI, 2019); *Interrogar la enseñanza de la Psicología desde la internacionalización curricular intercultural* (INGUI; CLÉRICO, 2020); *Diversidade cultural e igualdade humana: uma nova classificação de perspectivas interculturais* (CLÉRICO; LEITE, GASPAR, 2020).

Estas publicaciones documentan la diversidad de acciones que nuestra red colaborativa viene desarrollando. En la Tabla 2, buscamos recopilar las informaciones de los diferentes proyectos con el fin de favorecer la comprensión de su alcance temporal y espacial.

Tabla 2 – Lista de proyectos de la red colaborativa

Campo	Proyectos	Período	Universidades
Internacionalización Curricular	Interculturalidad y subjetividades de adolescentes y jóvenes argentinos y brasileros: Estudio de casos, ocasión para el encuentro con el otro	2016 - 2018	UNL, UFMG, UFVJM
	Encuentro intercultural en docencia, investigación y extensión para la internacionalización curricular de Cátedras de Psicología y Psicoanálisis	2019 - continúa	UNL, UADER, UFVJM, UFMT, UFMG
Extensión	Enseñar y Aprender a estudiar	2016 - 2019	UNL, UFMG, UFVJM
	Artes para la inclusión social de adolescentes en barrio Yapeyú	2016 - 2017	UNL, UFMG, UFVJM
	Puentes interculturales entre adolescentes y artistas latinoamericanos	2018 - 2020	UNL, UFVJM
	Realização de oficinas culturais na instituição Casa Lar	2016 -	UFVJM, UNL
Investigación	Dinámicas interculturales en la internacionalización de la educación superior. Estudio de una experiencia entre universidades de Argentina y Brasil	2017 - 2020	UNL, UFMG, UFVJM
	Experiencias interculturales en la internacionalización curricular en casa. Aportes para la formación integral en la Educación Superior	2021 - 2023	UNL, UADER, UFVJM, UFMT, UFMG

Fuente: organizado por los autores (2021).

CONSIDERACIONES FINALES Y PERSPECTIVAS

Somos conscientes de que la reconstrucción de la historia de esta experiencia constituye una oportunidad para fortalecerla. Partimos del reconocimiento de que cabe a la memoria custodiar la experiencia (GIUSSANI, 2009). Esto significa que, para que algo de valor permanezca como referencia, debe ser retomado y elaborado continuamente por el trabajo de la memoria (BOSI, 2005). Se trata de un proceso mucho más complejo que la operación cognitiva de evocación de recuerdos. Es más bien un dinamismo que actualiza experiencias y juicios formulados, para que lo que fue pueda seguir siendo: la incidencia en el ahora de lo que podría quedar atrás (LEITE; MAHFOUD, 2021).

El hecho de que, como miembros de una red colaborativa,elijamos indagar en los significados y los sentidos de nuestra propia experiencia intercultural y lo asumamos como objeto de interés para este artículo nos ayuda a descubrir su potencial para nuestro trabajo pedagógico. El estudio de casos se evidencia en nuestros proyectos de InC como una potente ocasión para enriquecer el encuentro de los estudiantes con el otro, o mejor dicho, con los múltiples otros: con aquellos adolescentes y jóvenes a quienes se acercan para hacer su estudio de casos, con sus compañeros y docentes de curso que comparten este trabajo, con los pares y docentes de las otras dos universidades involucradas.

Pero también es ocasión de encuentro con el otro para los docentes que, para llevar a cabo esta propuesta, profundizamos el trabajar entre nosotros y con los colegas de otras universidades, con los estudiantes y los del otro país y de las otras universidades. Explicitar las diferentes posiciones teóricas, epistemológicas y profesionales que se desprenden de nuestras experiencias permite apreciar el valor del diálogo para propiciar la generación de un espacio de mutuo enriquecimiento.

La aproximación a otro país, otro idioma, otra cultura, otra universidad con sus propias lógicas institucionales, supone para nosotros una novedad, una posibilidad de diálogo y de múltiples encuentros, por lo tanto, un real acontecimiento como lo define Romano (2008).

El diálogo al que aspiramos tiene el potencial de quebrar las barreras que nos separan por pertenecer a espacios de trabajo diferentes, a modos de abordaje, tradiciones académicas y disciplinares a veces distantes, a pesar de pertenecer a universidades cercanas y vivir en países vecinos. En este proceso nos encontramos con

el reto que supone otorgar voz y darle lugar a estas diferencias reconociendo también aquellas cuestiones que compartimos, sin negar ni una ni otra dimensión de esta realidad en la que estamos inmersos. En otras palabras, entendemos que nuestra experiencia es de hecho intercultural, así como este concepto está definido por Donati (2008).

De tal manera, esta experiencia de red colaborativa nos exige una reflexión crítica acerca de las implicancias del diálogo intercultural que se produce entre los estudiantes y profesionales universitarios. Esta posición de indagación que buscamos concretar en nuestros proyectos de investigación nos llevará a seguir generando información y a profundizar en nuevos análisis en la vistas a alcanzar los objetivos previstos y será una herramienta valiosa en el proceso de construcción de sentidos en un contexto complejo como el que se configura por el trabajo en equipo entre universidades, caracterizado por la diversidad de prácticas institucionales y culturales.

Nuestra expectativa es que esta experiencia de internacionalización que viene creciendo “desde abajo” pueda seguir ampliando su formalización institucional, sin perder el vigor que surge de la amistad operativa que nació entre nosotros. Somos conscientes de los retos y por ello necesitamos avanzar en algunos puntos: a) formalizar la experiencia de internacionalización en el currículum del estudiante, ya que hasta ahora los resultados tienen más peso para los docentes por el vínculo formal con proyectos y publicaciones científicas; b) desafiar instituciones para que la InC se consolide en los planes de estudio de los cursos de grado; c) avanzar más en el enfoque cultural, la lengua intercultural y el aprendizaje de lenguas del otro; d) expandir los aportes de la InC y la interculturalidad en todas nuestras prácticas docentes.

La memoria de nuestra red colaborativa que emprendemos en esta ocasión nos ofrece la posibilidad de constituirse en una lente desde donde mirar, interpretar y recrear los aprendizajes en torno a esta experiencia conjunta, al mismo tiempo que se configura como un espacio de interpelación y diálogo que estimula nuestra imaginación pedagógica para ir creciendo en este provocativo camino que hemos emprendido juntos. También esperamos que pueda ser una provocación para que otros investigadores identifiquen formas de llevar a cabo proyectos de internacionalización en la educación superior que vayan más allá de la formalidad de los requisitos académicos para convertirse en verdaderas experiencias de encuentro intercultural.

Queremos terminar este capítulo expresando nuestro agradecimiento a todos los colegas y estudiantes que aceptaron el desafío de trabajar juntos a lo largo de estos años, a los docentes, no docentes y autoridades de nuestras universidades que apoyan de modo activo las iniciativas emprendidas, así como aquellas personas que fuimos encontrando en los distintos eventos y actividades académicas, que fueron enriqueciendo con su participación la posibilidad de llevar a cabo esta experiencia. Todos ellos nos ayudan a redescubrir la belleza de la labor educativa como oportunidad de encuentro con el otro, o más bien, con los otros, en donde las redes que se tienden contribuyen a fortalecer el impacto intercultural de nuestras prácticas académicas.

REFERENCIAS

AUPETIT, S.; ESCOBAR, V. (Org.). *Internacionalización de la Educación Superior y las ciencias en América Latina: un estado del arte*. Venezuela: Iesalc/Unesco, 2014.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CLÉRICO, G. (2014). *La diversidad cultural y la igualdad humana en la educación intercultural. Estudio crítico sobre la base de la experiencia de niños migrantes en una escuela de la ciudad de Córdoba*. Tesis Doctoral en Educación. Santa Fe: Universidad Católica de Santa Fe, 2014

CLÉRICO, G. M.; BARBIERI, A. R.; GASPAR, Y. E. La virtualidad en la internacionalización curricular, ¿un apoyo para el encuentro intercultural? *Cuadernos Universitarios*, v. 12, p. 51-62, 2019. Disponible en: <http://revistas.ucasal.edu.ar/index.php/CU/article/view/267>

CLÉRICO, G. M.; BONELLI, M.; INGÜI, P. El voluntariado como espacio formativo en competencias interculturales. Un aporte para la integralidad de la formación universitaria. +E: *Revista de Extensión Universitaria*, v. 9, n. 11, p. 110-129, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.14409/extension.v9i11.Jul-Dic.8717>

CLERICO, G. M.; GASPAR, Y. E.; INGUI, P.; ASSIS, R. M. Aprendiendo a reconocer las dinámicas interculturales en una experiencia de internacionalización curricular entre universidades de Argentina y Brasil. In: VIII ENCUESTRO NACIONAL Y V LATINOAMERICANO LA UNIVERSIDAD COMO OBJETO DE INVESTIGACIÓN, 2017, Santa Fe, Argentina. *Anales*. Santa Fe, Argentina: UNL, 2017. p. 1-23.

CLÉRICO, G. M.; LEITE, R. V.; GASPAR, Y. E. Diversidade cultural e igualdade humana: uma nova classificação de perspectivas interculturais do século XX. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, v. 37, p. 1-35, 2020. Disponible en:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/14927>

CLÉRICO, G. M.; BONELLI, M.; INGÜI, P.; MARTINS, R. M. GASPAR, Y. E. Dinámicas interculturales en una experiencia de articulación entre docencia, investigación y extensión. In: IV CONGRESO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA DE AUGM, 2021, Santiago, Chile. *Anales*. Santiago: Universidad de Chile, 2021. p. 2090-2106. Disponible en:

<http://grupomontevideo.org/publicaciones/wp-content/uploads/2021/03/Libro-IV-Congreso-de-Extension-AUGM-2021.pdf>

CLERICO, G. M.; VISMARA, M.; INGUI, P.; ASSIS, R. M.; GASPAR, Y. E. La interculturalidad en el encuentro entre docencia y extensión. Una experiencia de articulación entre internacionalización curricular y voluntariado universitario. In: VII CONGRESO NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, 2016, Santa Fe, Argentina. *Conversatorios*. Santa Fe, Argentina: UNL, 2016. Disponible en

<http://www.uader.edu.ar/congresoextension2016/2016/10/05/conversatorios/>

DI MARTINO, C L' incontro e l'emergenza dell' humano. In: PRADES, J. (Org.). *All' origine della diversità: la sfida del multiculturalismo*. Milano: Angelo Guerini, 2008, p. 85-103.

DONATI, P. *Oltre il multiculturalismo: la ragione relazionale per un mondo comune*. Roma: Laterza, 2008.

FERNÁNDEZ, S. La Educación adaptativa como respuesta a la diversidad. **Signos: Teoría y práctica de la educación**, vol. 8/9, p. 128-139, 1993.

GASPAR, Y. E. *Unidade na diversidade: investigação fenomenológica de experiências de encontro inter-religioso*. 259 f. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GIUSSANI, L. *O senso religioso*. Tradução de P. A. E. Oliveira. Brasília: Universa, 2009.

INGÜI, P.; CLÉRICO, G. Interrogar la enseñanza de la Psicología desde la internacionalización curricular intercultural. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología*, v. 4, n. 4, p. 110-129, 2020. Disponible en:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/aifp/article/view/29361>

LEITE, R. V.; MAHFOUD, M. Educar Médicos, Cuidar de Memórias: Sentidos da Constituição de um Museu Histórico de Medicina. *Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica*, vol. 27, n. 01, p. 1-13, 2021.

MAHFOUD, M. *Experiência elementar em psicologia: aprendendo a reconhecer*. Brasília: Universa, 2012.

MAZZEO, R. *Un metodo per studiare: guida allo studio efficace e personale*. Milán: Il Capitello, 1992.

PAREKH, B. *Repensando el multiculturalismo: diversidad cultural y teoría política*. España: Istmo, 2005.

ROMANO, C. *Lo posible y el acontecimiento: introducción a la hermenéutica acontecimental*. Trad. A. Fornari, P. Meno e E. Muñoz. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2008.

TRAVERSINI, C. S. Processos de inclusão e docência compartilhada no III Ciclo1, 2. *Educação em Revista*, vol. 28, n. 2, p. 285-308, 2012.

VIEIRA, R. C.; ASSIS, R. M.; CAMPOS, R. H. F. Aprender e conhecer o outro: pensando o ensino de psicologia para educadores. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 399-409, 2013. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200017&lng=en&nrm=iso

**DIÁLOGOS E PROJETOS DA INTELLECTUALIDADE LATINO-AMERICANA
A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ANTONIO CANDIDO E
ÁNGEL RAMA**

Alex Antônio Rosa Costa¹

Ana Carolina Cangemi²

Meire Oliveira Silva³

INTRODUÇÃO

A correspondência constitui uma categoria de gêneros textuais composta de todos os textos que possam receber a denominação de *correspondência*. Aqueles que escrevem, que recebem e leem correspondências, sabem empiricamente reconhecê-la. Considerando a recorrência de elementos textuais (BAKHTIN, 1992), as produções de textos, marcadas sócio-historicamente, compõem as categorias. As cartas por sua vez, inserem-se na categoria das correspondências por terem elementos compartilhados, assim como o bilhete, o ofício, o e-mail, o cartão postal. Porém, há características nessas que as individualizam.

Neste trabalho, consideram-se as correspondências trocadas por Ángel Rama – literário uruguaio – e Antonio Candido – literário brasileiro – com o intuito de refletir sobre os diálogos e os projetos vislumbrados por esses latino-americanos.

GÊNERO TEXTUAL: CARTAS

No ensaio bakhtiniano “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1992), há a reflexão sobre as formas de composição, ou seja, as características linguísticas, recorrentes em modelos básicos de organização textual e abriu caminho para inúmeras reflexões a respeito do uso da linguagem e a importância dos campos da atividade humana para esse. Em Todorov (2003), pode-se verificar um alerta para o fato de que

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: alex.antonio.costa@usp.br.

² Universidade Estadual Paulista. E-mail: ana.cangemi@unesp.br

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: meire_oliveira@uol.com.br

um gênero pode fazer parte de um sistema que responde ao quadro ideológico em que foi produzido.

Para Marcuschi (2002, p. 23), então,

os gêneros textuais são realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas; constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções comunicativas; sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.

Neste estudo, lida-se com a carta, um gênero textual epistolar, portanto. Em relação a esse gênero, Diaz (2016) observa que há características próprias da escrita epistolar e afirma que as cartas são textos híbridos e rebeldes, que transitam entre categorias vagas, sem serem classificadas como arquivos, documentos ou testemunhos.

As cartas, então, se tornaram objetos literários muito paradoxais: ao mesmo tempo em que eram fervorosamente colecionadas, editadas, difundidas, comentadas, exatamente como as obras de fato e de direito, foram reduzidas ao estatuto subalterno de dados biográficos ou psicológicos para servir à história de um homem e, eventualmente, de uma obra.

As cartas são uma produção textual em situações reais, por falantes que desejam se comunicar, fato que constitui um caráter interativo, ou seja, uma espécie de diálogo é proposto, em que a presença do receptor está constantemente marcada no texto. Os estudos das cartas se caracterizam por essas serem produzidas em situações reais: envolve falantes de uma mesma comunidade em um ato concreto e motivado de comunicação.

antes mesmo de ser uma reconhecida forma de se comunicar produzindo interação social, é um ato intrinsecamente ligado à memória e, como tal, também ligado ao arquivamento do eu. Institui-se como suporte dessa mesma memória capaz de transmitir para a posteridade eventos e sentimentos de uma época. Mas para que se escrevem cartas? Para conhecer e ser conhecido; para se informar, expressar opiniões e sentimentos, narrar acontecimentos; para alívio próprio, para ser lido por um ou por muitos (PAIVA, 2006, p. 28).

Mesmo que apresente uma situação específica de interação, marcada pela distância temporal e espacial entre destinador e destinatário, a carta não deixa de representar, na sua essência, uma forma de diálogo.

O gênero epistolar, como qualquer outro gênero, literário ou não, tem por origem o discurso humano. Assim sendo, há a expectativa para os leitores e pode-se verificar um modelo de escritura para os autores. Trata-se de um gênero que desenvolveu formas mistas e cuja eficácia de persuasão varia conforme circunstâncias sócio-culturais.

Convém ressaltar que até a criação do telégrafo, no século XIX, a carta foi o instrumento possibilitador de reduzir as distâncias e permitir aos ausentes fazerem-se presentes. Na história do Brasil, a carta faz parte da constituição da identidade nacional, uma vez que o primeiro registro escrito acerca do território, a certidão de nascimento do Brasil, pertence à categoria epistolar: a Carta de Pêro Vaz de Caminha, endereçada a Sua Alteza, El Rei D. Manuel, em 1.º de maio de 1500 (MINDLIN, 2000).

Bettiol (2008) propõe a desmitificação da carta, isto é, não se trata de um referente absoluto de verdade e de autenticidade. Assim, como qualquer fenômeno de civilização, é suscetível de várias abordagens. À luz do pensamento foucaultiano empregado ao termo arqueologia, entende-se que as cartas conduzem a um estudo das civilizações.

O texto epistolar registra as transformações discursivas que constituem as ciências humanas, contextualiza os discursos segundo as estruturas de mentalidades (a episteme) muito mais do que pelos acontecimentos históricos propriamente ditos. (BETTIOL, 2008, p. 20)

Há de se ressaltar que há dois tipos de cartas: as formais e as informais⁴. Outro fator importantíssimo para se considerar os textos epistolares como *corpus* de estudo é o fato de que as cartas publicadas não passam por nenhum processo de edição:

Nelas nos vemos diante de um texto escrito profundamente marcado pela oralidade, inserido num *continuum* entre a escrita e a fala, que, segundo Marine (2004), pode ser denominado *língua oral-escrita*. (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p.183, grifo das autoras).

⁴ Berlinck, Barbosa e Marine (2008, p.182) acrescentam mais um tipo de modalidade de carta, a qual surgiu com o desenvolvimento da imprensa escrita – por volta do século XVIII e início do XIX –, as dos leitores de jornais e revistas. As autoras partem do pressuposto de que as cartas de leitores com características informais estariam em revistas cuja linguagem fosse mais informal e que abordasse temas mais ligados a questões pessoais e do cotidiano.

A carta, como gênero, ocupa uma série de formulações. Para Xavier (2012), o estudo de cartas traz à tona detalhes sobre a vida e a produção de figuras da nossa literatura, além de servirem como testemunho de determinadas épocas e se constituírem como patrimônio histórico e cultural.

ao escrever, exercitamos, sobretudo, o direito à memória e ao passado. Podendo manejar o texto, abrimos a possibilidade de manipulação da memória que se quer manter do eu daquele que escreve. Informações selecionadas permitem que o autor/remetente se inscreva na memória, seja de seu povo, seja de um círculo mais restrito, da maneira como ele muitas vezes se vê. O processo de escrita epistolográfica funciona, por vezes, como um espelho no qual colocamos, no papel, as informações e os sentimentos que ressaltam o modo como nos relacionamos com o mundo e como nos enxergamos dentro dele (XAVIER, 2012, p. 14).

Por fim, nesta seção, ressalta-se que, no mundo antigo, a epistolografia – “arte ou técnica de escrever cartas” – era exercida por um pequeno grupo de letrados, capazes de aplicar os elementos constituintes da retórica, ou seja, capazes de escrever “bem”, para transmitir mensagens e informações. Por um longo período, as cartas constituem suportes fundamentais e são as principais responsáveis pela circulação de notícias em sociedades. A prática epistolar, há muito, representa um meio de comunicação entre as pessoas e um transporte de notícias e sentimentos por mar e terra. As missivas tornaram-se *locus* primordial de informações e ideias entre particulares e desses com pequenos grupos aos quais as cartas eram remetidas. Na próxima seção, trata-se das correspondências entre Ángel Rama e Antonio Candido.

APROXIMAÇÕES CULTURAIS E O FENÔMENO DO TOTALITARISMO

O uruguaio Ángel Rama tinha para si um objetivo muito claro enquanto crítico literário: “formar essa equipe latino-americana, coerente e séria, de estudiosos capazes de trabalhar ao lado de sociólogos e antropólogos, na tarefa de pensar a *nossa* cultura e a *nossa* América” (RAMA; CANDIDO, 2018, p. 80, *itálicos nossos*), conforme escreveu ao amigo Antonio Candido em 8 de novembro de 1973. No mesmo sentido, escrevera em 1967 também ao brasileiro: “Seria muito bom que pudesse se chegar a um grande plano de trabalho comum para oferecer uma *nova* imagem, atual, de *nossas*

culturas.” (*ibid.*, p. 58, itálicos nossos). Em 1979, Antonio Candido já havia embarcado na empreitada do uruguaio e se tornado um de seus grandes cúmplices:

Espero daqui por diante ampliar o conhecimento da América Latina e trabalhar um pouco, na velhice, pela aproximação cultural entre os nossos países, à qual você se dedicou desde moço. Lembro que quando o conheci em 1960, esta já era uma obsessão sua (*ibid.*, p. 157).

Cabe a nós, hoje, nos perguntarmos: por que Rama se propunha pensar a *nossa* cultura e a *nossa* América? Por que oferecer uma *nova* imagem? Qual seria a “velha”? Por que unir forças de uma “equipe latino-americana, coerente e séria”? Ao mesmo tempo, por que, na década de 1970, ainda não havia algo como o sonhado por Rama? No fundo, parece que Rama estava em busca da *criação* de *nossa* história⁵, isto é, de uma história que por ela mesma se mostrasse, que não fosse o resultado de uma imposição ficcional ideológica, portanto exterior. Se tomarmos a definição ampla de literatura proposta por Candido em *O direito à literatura* (2011), segundo o qual ela se refere a qualquer tipo de fabulação⁶, bem como o fato de que “nossa literatura é uma literatura europeia imposta pela colonização” (CANDIDO apud RAMA; CANDIDO, 2018, p. 34), temos que a cultura em geral, assim como toda a nossa criação e compreensão literárias, ao fim e ao cabo, não são nossas. Com isso, queremos dizer que tanto a literatura quanto a crítica, como historicamente (hegemonicamente) concebemos, são mais consequências de imposições europeias do que realmente um estudo nosso acerca de nós mesmos – eis a possível “nossa velha” imagem. Em uma palavra, nossa crítica e nossa literatura são *colonizadas*. Desse modo, a busca de Rama por *nossa* cultura⁷ deve ser entendida como um movimento de contestação histórica que visa, em última análise, à alterogênese, isto é, à criação de modos outros de ser (CABRAL, 2020), tanto em nível individual, quanto em nível nacional e internacional.

⁵Frisamos o possessivo “nossa” a fim de ressaltar a autenticidade dessa história, ou a propriedade (a quem ela pertence, quem tem essa história). Lembremos que o vocábulo alemão para “autenticidade” significa, literalmente, propriedade: *Eigentlichkeit*. É esse duplo sentido que buscamos.

⁶ “Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis de produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 2011).

⁷ A autenticidade de tal busca fica ainda mais clara quando, na carta de 25 de abril de 1980, ele se mostra genuinamente preocupado com a falta de uma “representação da literatura indígena e da literatura colonial” (RAMA; CANDIDO, 2018, p. 175) na Biblioteca de Ayacucho, um de seus maiores projetos de integração da América Latina, do qual Candido participou ativamente e sobre o qual versa boa parte das cartas por eles trocadas.

Para entendermos bem o que está em jogo nessas afirmações, recorreremos às análises de Hannah Arendt e de Martin Heidegger a respeito de nosso mundo contemporâneo, em especial no que tange ao sentido de totalitarismo.

Nossa situação contemporânea, conforme Arendt, é aquela “em que o nada e o ninguém ameaçam destruir o mundo” (ARENDR, 2012, p. 269). Vivemos no mundo da impessoalidade, da homogeneidade, do não ser alguém. Heidegger, professor de Arendt, defendia que nosso mundo é aquele regido por um tipo específico de conhecimento, pensamento e relação: a técnica moderna. Como uma de suas características essenciais, destacamos o fato de a técnica ser necessariamente *impositiva*. Diferentemente da arte, por exemplo, ela é um modo de pensar⁸ que se coloca como único possível, por isso é necessariamente *totalitária*. A técnica é o modo moderno de se colocar no mundo que busca a dominação total da natureza, bem como a uniformização do comportamento humano, ditando como se deve agir, pensar e ser, razão pela qual ela é contrária a toda heterogeneidade, singularidade e pluralidade; em uma palavra, ela é contrária à vida ela mesma. Como afirma Werle, a técnica “pretende estabelecer como os homens devem se pôr no mundo” (WERLE, 2011, p. 102), de sorte que os demais modos de se pôr no mundo se veem constantemente atacados. Como Heidegger sustenta, com seu sempre enigmático vocabulário: “Onde este desabrigar impera [desabrigar técnico], toda possibilidade diferente de desabrigar é afastada” (HEIDEGGER, 2007, p. 390). Para nosso fim de argumentação, basta compreendermos que, desde a Modernidade⁹, o mundo ocidental é marcado por um modo específico de ser que se im-põe¹⁰ sobre nossas epistemologias, nossas ações, nossas culturas, enfim, nosso pôr-se no mundo.

Arendt aproveita o pensamento profundamente filosófico de Heidegger para fazer uma análise política da contemporaneidade. Neste capítulo, buscaremos conjugar ambas as visões. Nesse sentido, a Modernidade deve ser entendida tanto como o nascimento do *cogito*, da subjetividade, quanto da colonização europeia, ambos movimentos de dominação avessos às pulsões da vida. Esses nascimentos

⁸ A técnica não é tecnologia, tampouco um conjunto de instrumentos. Ela se refere a um modo de pensar e de agir próprio à Modernidade (HEIDEGGER, 2007).

⁹ Heidegger encontra em Platão, portanto, na origem da metafísica, o início desse pensamento técnico. Contudo, é o cogito cartesiano a origem da subjetividade e, por conseguinte, da técnica moderna (técnica tal qual a concebemos). “No imperialismo planetário do homem organizado tecnicamente, o subjectivismo do homem atinge o seu mais elevado cume, a partir do qual ele se estabelecerá na planície da homogeneidade organizada, e aí se instalará” (HEIDEGGER, 2002, p. 136, *italico nosso*).

¹⁰ Grafamos “im-por” e “ex-por” para destacar que se trata de modos de se pôr (*stellen*) algo. Enquanto a im-posição é sempre violenta, no sentido de reprimir e diminuir, a ex-posição é solícita, no sentido de exprimir e expandir.

desencadearam os totalitarismos do século XX: o político, nazismo e stalinismo (Arendt), e o filosófico¹¹, técnica (Heidegger). Em ambos os casos, há o pensamento totalitário, o qual não se restringe aos *governos* totalitários alemão e russo, tornando-se, infelizmente, marca de nosso tempo¹².

O totalitarismo¹³, como o próprio nome sugere, é necessariamente totalizante, isto é, visa à dominação total, global. Diferentemente de outros governos tradicionais, como o tirânico, e de outros modos de ser possíveis, o totalitarismo busca amalgamar *tudo* e *todos*. O objetivo do governo totalitário é sempre o mesmo – e único –: “conquistar o globo e trazer todos os países para debaixo do seu jugo”, como comenta Arendt. Para o governo totalitário, “todo país é potencialmente uma parte de seu território” (ARENDR, 2012b, p. 554), de modo que o totalitarismo é sempre avesso a nacionalidades e culturas locais, bem como a singularidades. Uma vez que a mentalidade totalitária é marca da modernidade (leia-se: contemporaneidade), não apenas de governos totalitários, podemos inferir que também para ela toda outra mentalidade (cultura, costumes, povos) pode ser por ela englobada, aniquilada. O totalitarismo – nos dois âmbitos por nós aqui trabalhados – “visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição” (*ibid.*, p. 543). Abolir fronteiras, formar um só globo, anular toda liberdade, ação e criação humanas, e, como veremos, invalidar toda a realidade histórica de um povo (e de um indivíduo) – eis a mentalidade totalitária moderno-contemporânea. Arendt cita um discurso de Hitler límpido a respeito do que aqui expomos. Exalta ele a respeito de um movimento de sessenta mil homens alemães:

¹¹ Por falta de melhor termo, escolhemos usar “filosófico”. Contudo, não se trata de uma mentalidade própria aos filósofos. Muito pelo contrário, a técnica é um modo de pensar que impera em todos os conhecimentos, desde o senso comum, até a ciência, a filosofia e a arte, estando presente em todo o agir do homem moderno.

¹² Nosso foco aqui não são os governos totalitários, mas o diagnóstico arendtiano da contemporaneidade. Segundo a pensadora, a “crise de nosso século” – e poderíamos acrescentar que também do século XXI – “não é nenhuma ameaça de fora, nenhuma consequência de alguma política exterior agressiva da Alemanha ou da Rússia, e que não desaparecerá com a morte de Stálin, como não desapareceu com a queda da Alemanha nazista. Pode ser até que os verdadeiros transe do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado” (ARENDR, 2012b, p. 611).

¹³ Daqui em diante, usaremos o termo “totalitarismo” em seu sentido amplo como “mentalidade totalitária”, não necessariamente relacionada apenas a governos totalitários. Isto é, temos em mente a todo momento os elementos da crise de nosso tempo, assim como exposto por Arendt, não os episódios históricos dos governos totalitários.

pareciam quase uma só unidade, que realmente esses membros são uniformes não apenas nas ideias, mas até a expressão facial é quase a mesma. Vejam esses olhos sorridentes, esse entusiasmo fanático, e ficarão sabendo [...] como 100 mil homens num movimento podem tornar-se um só (*apud ibid.*, p. 557).

Como visto, a principal ameaça à técnica-totalitária é a liberdade, a espontaneidade, portanto, a multiplicidade, o pluralismo, em suma, a alteridade, uma vez que esta é sempre uma *resistência* ao ego. O totalitarismo busca, assim, como bem definiu Arendt, que todos se tornem “Um-Só-Homem” (*ibid.* p. 621). Devemos compreender essa expressão em seus dois possíveis significados. Primeiro, busca-se que todos se tornem iguais (“Só-Um-Homem”), como ficou bem claro na passagem de Hitler. Isso significa homogeneizar desde a expressão facial, até a língua, as expressões artísticas, os pensamentos, os produtos de consumo, as culturas, as formas de governo, as leis, as empresas, as éticas, os sentimentos, as condutas, os sonhos. Segundo, “Um-Só-Homem” deve ser lido como “Um-Homem-Só”, como “Um-Homem-Solitário”. O totalitarismo busca a supressão da alteridade, do contato com o outro e, portanto, do espaço do “entre”. Elimina-se, assim, a possibilidade do diálogo, até mesmo o diálogo interno, desumaniza-se, portanto. O indivíduo solitário não se reconhece como pertencente ao mundo. Sem mundo, ele não pode participar da vida pública, tampouco pode construir uma vida privada¹⁴. A vida do indivíduo solitário – frise-se, do homem contemporâneo – é desarraigada e supérflua. É desarraigada por não haver um lugar em que eu e o outro reconhecemos como sendo *meu*; é supérflua por não ter mundo¹⁵. É comum que o desarraigamento seja condição para a superfluidade, complementa Arendt, mas é muito possível – e, talvez hoje, o mais comum – que haja superfluidade mesmo sem desarraigamento (o indivíduo que não se vê como pertencente ao mundo, muito embora haja um reconhecimento de seu lugar, tanto geográfico quanto social). Na insuportável solidão radical, “o eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo.” (*ibid.*, p. 637) Perco minha identidade, “o meu próprio eu

¹⁴ O projeto de criação de apátridas, como os judeus na Segunda Guerra, é um exemplo extremo da supressão do mundo do indivíduo, da total falta de pertencimento ao mundo existente. Entretanto, a solidão é parte do projeto totalitário como um todo.

¹⁵ Em suma, mundo, na concepção arendtiana, é o espaço de convivência dos humanos. Assim, apenas o homem tem mundo. “O espaço entre os homens que é o mundo, com certeza não pode existir sem eles e um mundo sem homens, ao contrário de um universo sem homens ou uma natureza sem homens, seria uma contradição em si – sem isso significar, porém, que o mundo e as catástrofes que nele ocorrem seriam reduzidos a algo que acontecesse com ‘o homem’ ou com a natureza do homem” (ARENDR, 2006).

me abandona” (*ibid.*, p. 636), não existo para mim enquanto singularidade (pois é no encontro com o outro que me reconheço como eu), sinto o que todos sentem, penso como todos pensam; logo, deixo de pensar e de sentir autenticamente. Sinto-me impotente. Ao se isolar o indivíduo do mundo, retira-se-lhe mesmo a possibilidade de pertencimento ao mundo, lugar, por definição, do entre, do nós. O homem isolado, assim, é um homem impotente, sem mundo no qual agir, sem outro com quem existir, sem pensamento, sem ação, sem sentimento. Isolamento e solidão são projetos totalitários de extermínio da singularidade, portanto, da alteridade.

No fim de *Origens do totalitarismo* (2012b), Arendt expõe os dois grandes sustentáculos do totalitarismo, os quais ela identifica, na realidade, como características da crise de nosso tempo: o terror e a ideologia. O primeiro é a atmosfera afetiva de oposição entre os indivíduos que “destrói o espaço entre eles” (*ibid.*, p. 620) e gera solidão, sobre o qual discorreremos anteriormente. Por ideologia, Arendt compreende a criação de uma ficção que encontra na história humana a efetivação de uma lei, seja da Natureza, como no nazismo, seja da História, como no comunismo. A pensadora entende ideologia em seu sentido literal como “lógica de uma ideia” (*ibid.*, p. 624). Trata-se, assim, em primeiro lugar, de um discurso estritamente lógico, de análise de uma ideia – e nada mais –, por isso se tratar de uma ficção. Em nenhum momento a ideologia preocupa-se com a realidade efetiva, muito pelo contrário, a realidade é vista como sua maior inimiga, seu maior alvo, sua maior fonte de perigo; afinal, para qualquer discurso preocupado com a realidade, qualquer discurso que se pretenda *verdadeiro*, os fatos se mostram sempre como resistência. Ora, o totalitarismo nunca pode aceitar resistências. O discurso ideológico, nesse sentido, sempre precede a realidade: todas as conclusões são feitas a partir das premissas postas pelo discurso, num processo realmente lógico. Esse processo discursivo ideológico “resolve” todos os mistérios e enigmas da realidade e da história, evidenciando como que todos os fatos históricos são perfeitamente coerentes com a efetivação de uma lei natural. O desenvolvimento dedutivo do discurso ideológico “pode fazer desaparecer as contradições factuais, explicando-as como estágios de um só movimento coerente e idêntico” (*ibid.*, p. 625). Desse modo, a ideologia sempre se preocupa com o vir a ser, o devir histórico, nunca com o que é. Criando um discurso altamente sofisticado de negação da realidade em nome de uma “realidade mais verdadeira”, a ideologia desaparece com a realidade ela mesma, a qual é, inexoravelmente, contraditória, ilógica,

multifacetada, incoerente, inabarcável e irreduzível à racionalidade humana. Por isso também há a necessidade da conjugação da ideologia com o terror, visto que a lógica da ideia (não da realidade) apenas pode funcionar em um sujeito totalmente dessensibilizado.

Nessa altura, conseguimos compreender melhor o papel da literatura e, por conseguinte, de seu estudo no mundo contemporâneo. Candido, no já citado *O direito à literatura*, comenta a respeito dela¹⁶: “Ela não *corrompe* nem *edifica*, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 2011, p. 176). Não importa de qual literatura se trata, ela sempre fornece a “possibilidade de *vivermos* dialeticamente os problemas” (*ibid.*, p. 175, itálico nosso). Diferentemente de um discurso ideológico, a literatura é uma ficção que entra em combate constante com a realidade, mesmo que seja uma literatura de reforço do *status quo*. Contudo, Candido sustenta que o potencial humanizador da literatura apenas se completa no acesso *diversificado* a ela, por isso sua luta pela universalização do acesso à literatura: por parte dos eruditos, o acesso também ao popular; por parte do povo, o acesso também ao erudito, dado que, na realidade, não há uma arte puramente erudita ou popular, mas há intercomunicação e troca de influências constantes.

Além disso, podemos agora complementar uma premissa que tomamos de Candido: é bem verdade que nossa literatura é o resultado de uma imposição europeia, mas não podemos nos esquecer de que, como tudo na *realidade*, essa imposição encontrou e encontra tanto conformismo, isto é, literatura que se conforma à imposta, quando resistência. Toda cultura, como bem ensina Marilena Chauí, é, em suas palavras, “conformismo e resistência” (CHAUI, 2014), até porque só faz sentido se falar em conformismo se há resistência, e vice-versa. Assim, o acesso às mais variadas literaturas é uma forma de exposição a essa dialética constante e necessária de toda cultura e, poderíamos acrescentar, da vida. A literatura sempre revela o embate, ora mais como resistência, ora mais como conformismo, e é por isso que podemos afirmar, com Candido, um caráter humanizador da literatura, no sentido de exposição às contradições da vida tão atacadas pela ideologia totalitária, bem como de possibilitação de alterogênese.

¹⁶ Lembremo-nos de que tomamos aqui o sentido amplo de literatura, tal qual exposto por Candido no ensaio.

A necessidade do projeto de Rama de uma aproximação cultural, bem como da construção histórica da literatura latino-americana, agora fica clara. Sua busca, em especial na construção da Biblioteca Ayacucho, em Caracas, pela facilitação de acesso à variada literatura latino-americana, sua luta pelo diálogo intercultural, evidenciam um processo contrário ao totalitário. Aproximação cultural sempre pressupõe a existência de *culturas*, no plural, as quais se propõem ao diálogo. A ficção literária, diferente da ideológica, humaniza, sensibiliza, revela o mundo em suas mais variadas faces, *ex-põe* as contradições do mundo, mas nada *im-põe*, como a técnica, de maneira que modos de se pôr no mundo se revelam por si mesmos.

Sendo assim, pensar de maneira dialógica a América Latina, no que se refere às imbricações sociais, históricas, culturais, e considerando-se as lacunas dos traumas colonizatórios, é idealizar um projeto de unificação identitária em resistência aos incessantes tensionamentos de dominação, sobretudo, econômica ainda hoje. Exploração acirrada pela emergência de mais atores e contextos que adaptam as antigas práticas colonizadoras plenas de fissuras sociais afeitas ao neoliberalismo:

[São Paulo, 27 de novembro de 1967] Caro amigo Ángel Rama: Recebi com muita alegria a sua boa carta de 16 de outubro e a revista que dirige. Eu estava sem notícias suas e tencionava sempre escrever para saber como ia. Fico muito angustiado com as notícias sobre o Uruguai, e as pressões que sofre dos dois vizinhos gigantes e *mal-intencionados, ambos com as piores orientações políticas*. Por isso, penso sempre nos amigos daí, em você, em Carlos, em José Pedro Díaz e outros. Aliás, Díaz foi convidado para dar um curso aqui e não pôde vir, o que nos deixou muito frustrados (CANDIDO, 2018, p. 55, *itálicos nossos*).

Pode-se ver, portanto, o olhar agudo para a problemática discutida entre Candido e Rama, alinhado à preocupação com o exercício de outros intelectuais latino-americanos (portanto, também subalternizados na lógica de superioridade europeia) ao pensarem seu continente a partir da própria América Latina. Atualmente, tal movimento ressoa em uma abordagem decolonial (MIGNOLO, 2003) devido à insubordinação epistêmica já enunciada como voz de resistência. No entanto, são também olhares e vozes sempre atentos às epistemologias eurocêntricas em um processo dialético. Afinal, pensar acerca das epistemes latino-americanas como decorrência do processo conflituoso de encontro entre subalternizados e seus dominadores é também abrir

espaço para o levante dos povos explorados em defesa de suas subjetividades e seus saberes interditos pela colonização.

Quando conheci Ángel Rama em Montevideú, no ano de 1960, ele me declarou a sua convicção de *que o intelectual latino-americano deveria assumir como tarefas prioritárias o conhecimento, o contato, o intercâmbio em relação aos países da América Latina*, e manifestou a disposição de começar este trabalho na medida de suas possibilidades, seja viajando, seja se carteando e estabelecendo relações pessoais. Foi o que passou a fazer de maneira sistemática, coroando as suas atividades quando, exilado na Venezuela, ideou e dirigiu a Biblioteca Ayacucho, patrocinada pelo governo daquele país, que se tornou uma das mais notáveis empresas de conhecimento e fraternidade continental através da literatura e do pensamento. Inclusive porque foi a *primeira vez que o Brasil apareceu num projeto deste tipo na proporção adequada* (CANDIDO, 2004, p. 155 apud ROCCA, 2018, p. 9, itálicos nossos).

Igualmente, pensar o caráter humanizador da Literatura, sobretudo no amplo sentido atribuído ao termo por Candido, é buscar conceber todos os aspectos dessa formação leitora de caráter multidimensional a partir da construção do indivíduo em ações pautadas por uma “leitura de mundo” (FREIRE, 1989). Essa percepção poderia acarretar transformações por meio de diálogos voltados à articulação de estratégias em torno da ideia de coesão latino-americana à qual se referiram Rama e Candido, entre as correspondências de 1960 a 1983.

Nesse sentido, algumas possibilidades de superação de discursos advindos das práticas opressoras dos contínuos e naturalizados processos de extermínio empreendidos pelas colonização e escravização em território latino-americano sinalizam o que seria o cerne de um projeto de libertação efetivo: a solidificação de um extenso plano dirigido à formação de uma consciência latino-americana. Em *Pedagogia do Oprimido* (2012), Paulo Freire, ao retomar os impactos da educação social, cultural e política, alerta para a efetivação da práxis oriunda de ações efetivas de um sistema pedagógico que propiciasse autonomia aos indivíduos. A conseqüente emancipação política proveniente das mudanças de paradigmas em torno de práticas sociais e discursos seriam etapas fundamentais do processo por meio de bibliotecas, discussões e vivências democraticamente inclusivas e acessíveis que, talvez, pudessem ser difundidas pela América Latina a partir de projetos fomentados pela *intelligentsia* desses países.

Em agosto de 1973, Rama endereça a Candido sua preocupação: “Candido, eu também vou falar em espanhol, e foi modificado o título de minha fala. Será: ‘Un proceso autonómico: de las literaturas nacionales a la literatura latino-americana’. Obrigado.” (RAMA apud ROCCA, 2018, p. 69). E ao serem resgatados os projetos literário e acadêmico de Antonio Candido, depreendem-se outras camadas de diálogo implícitas e anteriores às cartas:

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura agindo no tempo (CANDIDO, 2006, p. 74).

A concepção ampla de uma literatura em sociedade múltipla e, portanto, afinada ao momento histórico oferece possibilidades de questionamento de tendências uniformizadoras a fim de estimular a permanente evolução dos indivíduos no reconhecimento de seu “inacabamento” (FREIRE, 2012). Além disso, é necessário retomar os processos memorialísticos do uso da linguagem para afirmação identitária, configurando-se como recursos de levante às violências arraigadas nessas sociedades de origem totalitária, conforme estratégias discursivas. De acordo com Bakhtin (2003), a literatura precisa ser internalizada em um sentido contrário a uma leitura diacrônica, linear, tradicional ou, para adaptar aos nossos estudos aqui apresentados, *colonizada*: “Como já dissemos, uma obra da literatura se revela antes de tudo na unidade diferenciada da cultura da época de sua criação, mas não se pode fechá-la nessa época: sua plenitude só se revela no grande tempo (BAKHTIN, 2003, p. 364). Dessa maneira, as culturas dos povos nativos entre a oralidade e a coloquialidade também podem ser abarcadas como estratégias discursivas empregadas como meio de respaldar literariamente as vozes dos marginalizados a fim de sustentar a memória e a identidade desses indivíduos, o que se afirma, no campo do discurso, como resistência a disputas sócio-históricas:

Se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação e a colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e das tarefas gerais da produção do conhecimento na reprodução dos regimes coloniais de pensamento, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da

colonização e seu impacto na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130).

Se nas cartas não está presente um debate de ações específicas para além da mobilização intelectual, a reflexão sobre as insurgências que desafiaram os moldes europeus e se impuseram como o “novo cânone” revelam admiração, por exemplo, em relação à ousadia estética e às experimentações vocabulares no que se relaciona ao grupo modernista brasileiro. Em carta de 28 de agosto de 1975, Ángel Rama observa com entusiasmo as inovações e rupturas linguísticas, históricas, antropológicas e acadêmicas do Modernismo Brasileiro, tencionando verter ao espanhol as imbricadas construções estilísticas de *Macunaíma* (1928), destacando a “contribuição de Mário de Andrade à cultura brasileira” (RAMA, 2018, p. 102).

A problemática da imposição do idioma dos colonizadores nos territórios dominados (BOSI, 1995) parece ser um dos maiores entraves ideológicos para a constituição dessa soberania latino-americana. Dessa forma, percebe-se uma tentativa de reconfiguração identitária objetivando-se a preservação das memórias anteriores ao processo colonizatório. Segundo Stuart Hall (2006), a linguagem é erigida a partir da interação social. Dessa forma, abrem-se possibilidades de pensar os processos dialógicos entre as identidades e as memórias. E também é possível resgatar os mecanismos de apagamento e silenciamento promovidos por sociedades totalitárias ancoradas em uma gênese de dominação e exploração como foi o caso da América Latina.

Nesse *projeto latino-americano* estariam sinalizadas certas mudanças de paradigmas em relação aos diversos projetos de Brasil, como o Projeto Romântico Brasileiro no século XIX, por exemplo. A abordagem partiria das ex-colônias e não mais da metrópole, e não haveria lugar para idealizações, somente para o reconhecimento dessa identidade modificada com o passar do tempo. Em *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido, ao retomar a análise dessa Literatura a partir de seus fundadores, apresenta o possível entre-lugar do que já está posto sobre o caráter nacional e o que pode vir a ser, em ido-devir cíclico. E também o caráter em construção. Ou subtítulo marioandradeano da rapsódia *Macunaíma: herói sem nenhum caráter*, publicada em 1928.

Os autores do século XIX, muito empenhados em mapear a cultura nacional e autêntica, pois voltada às “cores locais” (CANDIDO, 1997), são o ponto central desse

entre-lugar, ao ecoar a voz mitificada para o passado em projeção utópica. A consideração de identidades constitui-se como um direito humano, sobretudo e em nível mais imediato, à primeira interdição; o livre uso das línguas maternas entre os povos ameríndios e africanos escravizados.

As diferenças geradas a partir desse pensamento eurocentrado estabeleceram critérios e diferenças que, após revisões dos estudos do Pós-estruturalismo e Culturais, passaram a sinalizar perspectivas em abordagens de pós-colonialidade, decolonialidade e anti-colonialidade. Quando a corte de Dom João VI aportou no Rio de Janeiro, em 1808, junto a missões estrangeiras, no início de século XIX, empreendeu modificações na paisagem e seus indivíduos. Houve eco e estranhamento diante da formação da nação brasileira, bem como dos símbolos da nacionalidade. Esse incômodo permeará toda a produção romântica nacional, já que tais especialistas divulgariam e revelariam os aspectos mais caros ao Brasil para os próprios brasileiros, porém segundo uma ótica europeia.

E, mesmo entre os anos 1920-30, a própria ideia de harmonia racial, a partir de Gilberto Freyre (1933), está a serviço das tensões raciais no Brasil. Do mesmo modo, podem-se averiguar os pontos de encontro entre o século XIX e a produção estética modernista que, em chave contestatória, reivindicará uma possível nacionalidade brasileira, naquele momento por meio da figura dos ameríndios, povos originários inicialmente registrados no primeiro documento escrito no Brasil, a Carta de Achamento de Pero Vaz de Caminha, largamente parodiada pelos modernistas. A disseminação do sentimento de amor à pátria e de construção de uma verdadeira identidade nacional calcada em símbolos como o índio e a natureza exuberante mostrou-se, no entanto, artificial, já que essas cultura e literatura nacionais pressupõem saberes ancestrais deslegitimados pelas relações de poder que nega a voz aos subalternizados (SPIVAK, 2010). E, por meio desse discurso aparentemente apaziguador, o reconhecimento das alteridades em multiplicidade, a fim de estabelecer contato, compreensão e valorização do outro como expressões genuínas, é anulado.

A linguagem pode apontar, em perspectiva decolonial, para a resistência ao chamado eurocentrismo. As contribuições de Mignolo (2003) relacionam-se a vivências dessas narrativas (i)memoriais em experiências de preservação de uma unidade dilacerada pelos avanços coloniais, já que é na esfera simbólica dos saberes dominados que o discursivo não encontra espaço para se manifestar. O apagamento dessas vozes a

fim de delinear qual a potencialidade dos intelectuais de maneira incisiva ao propor novas configurações epistêmicas aponta para a materialização desses projetos nos países de origem colonial. Também a não legitimação das alteridades dos povos colonizados, ao designá-los como o Outro atravessado pelo crivo violentamente universalista das convenções racionalistas dos adágios coloniais a partir da filosofia iluminista, intensifica as distâncias.

Logo, a construção de uma trajetória civilizacional está ancorada em discursos que distorcem as representações do Outro e lhe impelem à incompreensão de sua própria natureza, já dita anteriormente “sem caráter”. A subalternização, então, silencia primeiramente porque está internalizada em um modelo social atribuído à sociedade como único caminho possível de reconhecimento de sua subjetividade. E, assim, a articulação teórica dessa suposta universalização propiciou terreno para a institucionalização da lógica de dominação por meio da naturalização dos jogos de poder entre os colonizadores e os povos colonizados. O caráter eugenista permeia as relações sociais favorecendo um padrão em detrimento de outro. Trata-se de uma justificativa de imposições de uma ordem exploradora escamoteada pela ideia de que o progresso e modernização serão alcançados por meio da destruição do pensamento e das culturas ancestrais como um mito modernizador atemporal.

Contudo, justamente porque o pensamento decolonial pode também denunciar algumas práticas da atividade intelectual, mormente associadas a ideologias de cunho eurocêntrico como fomentadoras de discursos segregadores e de recusa à alteridade, é preciso repensar tais práticas na América Latina. Dessa forma, refletir sobre as sociedades latino-americanas não poderia ser algo vinculado à perpetuação de exclusão e nem à recusa. Seria preciso pensar as contribuições teóricas eurocênicas adaptadas às peculiaridades dos povos originários em suas dinâmicas sociais. As correspondências entre Ángel Rama e Antonio Candido, muitas vezes, apontam para algumas reinterpretações de sentido referentes à imposição colonial. Ao ser considerado o fato que as cartas datam dos anos 1960, e toda a derrocada dos projetos de libertação da América Latina, por meio de pautas ainda que limitadamente progressistas, como o golpe no presidente brasileiro João Goulart, em 31.03.64, e tantos outros golpes, podem-se destacar sinais de um contexto neoliberal econômico acirrado pelas tensões fronteiriças geográficas entre as disputas de reconfiguração da ordem social. A compreensão desses tensionamentos, talvez, seja uma das maiores características dessas

correspondências na tentativa de erigir-se uma unidade latino-americana considerando suas crises de formação social.

As questões coloniais de poder por meio das dominações dos saberes (QUIJANO, 1991) alertam para a manutenção de estruturas desiguais na pós-modernidade. O racismo e a exploração dos corpos que não se rendem ao jugo colonizador com utilidade e servidão (FOUCAULT, 2008) remetem à colonização do ser em sua psique repleta de lacunas como reflexo de arcabouços sociais de dominação que relegam a soberania de um povo à espoliação de outro. Este, quando detentor dos poderes e saberes, converte-se em império dominador das relações sociais em torno do conhecimento e das subjetividades. A própria imagem do povo, entre estereótipos ancestrais, fundamenta tal recusa à identidade originária e estabelecem o modelo colonizador como aspiração única. Ainda presente, a colonialidade não é um fenômeno restrito aos séculos XVI e XVIII na América Latina, mas como espectro encontra-se enraizado em suas estruturas que, com o domínio capitalista, mostrou seu controle por meio dos extermínios do(s) Outro(s) como barreira de seus objetivos modernizadores em dimensão ontológica ao serem consideradas as características do povo dominante de modo idealizado (MALDONADO-TORRES, 2007). O Outro, sem referência e destituído de sua afirmação identitária, automaticamente se reserva ao silêncio subalterno. Frantz Fanon (2008), em outra chave e contexto, chamaria o fenômeno como uma forma psíquica impactante de dominação aos povos negros. A incessante busca pelo branqueamento – fenômeno que entre os anos 1920-30 no Brasil se apresentou naturalizado apenas alguns anos após o fim (oficial, mas não de fato) da escravização – é um indício ainda permanente na contemporaneidade, já que “[o subalterno] só o perceberá quando estiver na Europa; e quando por lá alguém falar de preto [...]” (FANON, 2008, p. 132).

A obra de Antonio Candido, sempre pautada pela dialética do pensamento sobre Brasil, emerge também das correspondências em indagações. Seus livros e ensaios empreendem, por meio do exame da Literatura, ideias sobre o país em diálogos com seus primórdios de formação originária. A discussão de racismo vinculada à dominação colonizadora aparece, por exemplo, em “De cortiço a cortiço” (CANDIDO, 1993), ao ser analisada a obra de Aluísio Azevedo (1890). A aproximação entre as explorações da mulher ameríndia e da africana, ambas a funcionar como símbolos de violação da terra, surge em obras canônicas como *Iracema* (José de Alencar, 1865) e a já citada *O cortiço*,

como uma interpretação de projetos de Brasil, por meio da naturalização de práticas de violências a partir do encontro entre colonizados e colonizadores. No entanto, Candido (1993) já assinalava tais construções sociais delineadoras das personagens do romance do século XIX como representações de explorações e prolongamentos de práticas coloniais adaptadas ao sistema capitalista que erigirá a fortuna do português pobre João Romão. Este, ao se valer da terra, seus nativos e também da escrava Bertoleza, sua concubina ludibriada que se acreditava alforriada, desvela a perversa condição sistêmica das sucessivas violações sociais.

Também nesse sentido, pode-se mencionar a correspondência de 1 de julho de 1976 (2018, p. 112), de Caracas, na qual Ángel Rama solicita a Antonio Candido autorização para inserir seu ensaio “Dialética da malandragem” (CANDIDO, 1998), no prólogo do “livro Almeida” (RAMA, 2018, p. 112), ou seja, naquela edição de *Memórias de um sargento de milícias* (Manuel Antônio de Almeida, 1853). Uma análise basilar da Literatura brasileira canônica em tentativa de decifração do controverso caráter nacional brasileiro. O prólogo do professor uruguaio Paulo Rocca introduz esses encontros e trânsitos de informações, textos e obras para a constituição de um projeto americanista que pudesse superar anos de “barreiras de reconhecimento recíproco” (ROCCA, 2018, p. 9), mas que as literaturas poderiam delinear:

Com os anos, até para o próprio Rama ficou claro que a visita de Candido a Montevideú foi providencial para um projeto crítico que estava começando a desenvolver, em cujo centro se encontravam o exame e a discussão da literatura da América Latina, acompanhando o processo que impulsionava a jovem Revolução Cubana. Nesse plano, devia se ocupar da literatura do Brasil, que conhecia muito pouco se nos baseamos no que havia escrito até então: apenas uma resenha de unia competente antologia da poesia brasileira editada pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro [...] De repente, Candido abriu o horizonte (ROCCA, 2018, p. 08)

Nessas correspondências entre Candido e Rama, Paulo Rocca retoma o pioneirismo nos debates de um projeto americanista de unificação no bojo dos resquícios da colonização e das ditaduras posteriores. Projeto relativo ao resgate da cultura e dos saberes ancestrais latino-americanos como defesa de identidades, em unificação por meio do intercâmbio cultural como responsável imediato de perpetuação das memórias em coletividade, pois “esta envolve não só uma realidade individual, mas também uma incorporação de elementos construídos coletivamente” (HALBWACHS,

2009, p. 126). A recuperação desses elementos parecem ser meios eficazes de reconstrução de identidades (CANDAÚ, 2011) violadas pelo jugo colonizador, bem como a aproximação de uma intelectualidade que, atenta às peculiaridades de uma epistemologia desobediente aos padrões colonizadores, serviria como mediação para se pensar a autonomia, estivesse próxima do povo em discurso e práxis.

CONCLUSÃO

A mentalidade técnico-metafísica ocidental de uniformização e imposição deixou como manifestação histórica movimentos como o de colonização e, recentemente, os regimes totalitários. Conforme exposto, contudo, a colonização e os regimes totalitários não se bastam a si mesmos, mas espalham seus discursos para muito além do fenômeno historicamente datado. Com isso, percebemos como que ainda é possível notar a presença da colonização europeia na América Latina muito embora, formal e politicamente, tenha havido a independência das colônias há mais de dois séculos. O pensamento totalitário, baseado na supressão da liberdade e do espaço dialógico, permanece presente a despeito de qualquer regime político-social formalmente totalitário. É nesse processo que surge a necessidade de processos de decolonização, em seus mais variados âmbitos. Como argumentamos, o confronto com uma tendência homogeneizante apenas pode se dar a partir de processos plurais. Nesse sentido, diversas das mais variadas formas de fomentação do diálogo libertador do jugo colonizador são usadas na correspondência analisada, a começar pelo gênero textual empregado.

Se o texto como todo, o que engloba o gênero usado, é uma resposta ao quadro ideológico em que ele foi produzido, conseguimos perceber na correspondência de Antonio Candido e Angel Rama, em primeiro lugar, já uma tentativa na própria escolha formal de desconstrução do silêncio e do isolamento impostos pela colonização em seu sentido mais amplo. A partir do estudo de correspondência de dois intelectuais engajados na arte e na política de seu tempo, pudemos notar, como nos permite o gênero epistolar de maneira ímpar, tensões de estruturas das mentalidades predominantes na América Latina, bem como o sentimento de urgência de um grupo de intelectuais no sentido de fomentação do diálogo intercultural em nosso continente.

A literatura, especialmente a moderna, e a crítica literária ocupam um papel essencial na restituição da voz roubada aos povos subalternizados no processo colonizador. Se a literatura e a teoria românticas tinham por objetivo a supressão das tensões sociais, bem como a criação idealizada de uma história (ideológica) da colonização em que aos colonizados cabia apenas a subalternidade como forma de constituição da individualidade, a literatura e a crítica modernas têm como tarefa a exposição das tensões constitutivas de nossa história. Assim, o projeto de América Latina depreendido da duradoura correspondência entre Rama e Candido coloca-se claramente frente ao projeto histórico técnico-totalitário homogeneizador predominante. As ações concretas expostas ao longo do artigo, assim como as ideias apresentadas nas cartas, sempre a partir de um gênero textual privilegiado, revelam uma intelectualidade rebelde em relação à epistemologia uniforme colonizadora e que, portanto, cumpre seu papel de estímulo à emancipação político-epistemológica latino-americana.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012a.
- ARENDDT, H. *O que é política?* Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1992].
- BERLINCK; R., BARBOSA, J.; MARINE, T. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul./dez. 2008.
- BETTIOL, M. *A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 3. ed. 1995.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CABRAL, A. M. *Desidentidades e resistências: ensaio de alterogêneses político-existenciais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

CANDIDO, A. *Literatura e cultura de 1900 a 1945* (panorama para estrangeiros). In: *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1985, pp. 109-38.

CANDIDO, A. "De cortiço a cortiço". In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, pp. 123-52.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CANDIDO, Antonio. "Dialética da malandragem". In: *O discurso e a cidade*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998, pp. 19-54.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006

CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5. ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CHAUI, M. *Conformismo e resistência*. São Paulo; Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DIAZ, B. *O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade*. São Paulo: EDUSP, 2016.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: _____. *O que é um Autor?*. Lisboa: Passagens, 1992.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Rev. Tribunais, 2009.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. Silva; Guara L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. Trad. Marco A. Werle. *Scientiæ Studia*, v. 5, n. 3, pp. 375-98, 2007.

HEIDEGGER, M. O tempo da imagem no mundo. *Caminhos de floresta*. Trad. Martin Heidegger. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 96-138.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MALDONADO-TORRES, N. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.) *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 127-169.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et. al. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
MIGNOLO, W. *Histórias locais - Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero? In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Batella (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PAIVA, K. B. Histórias de vida e amizade: as cartas de Mário, Drummond e Cecília para Henriqueta Lisboa. 2006. Dissertação (mestrado em Letras) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 2, n. 3, 1992, pp. 3-15.

QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad/racionalidad", In: *Perú Indígena*, n. 13, v. 29, 1991, pp. 11-29.

RAMA, A.; CANDIDO, A. In: ROCCA, P. (Org.) *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama: o esboço de um projeto latino-americano: 1960-1983*. São Paulo; Rio de Janeiro: Edusp; Ouro Sobre Azul, 2018.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida; Marcos Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. Trad. Christina Cabo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, A. F. Humor no lirismo: a escrita epistolar de Murilo Mendes. Trabalho de conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Porto Alegre, Brasil, 2012.

WERLE, M. A. "Heidegger e a produção técnica e artística da natureza." In: *Trans/Form/Ação*, v. 34, n. especial 2, pp. 95-108, 2011.

**EL PARAGUAY YERBERO EN EL PENSAMIENTO BARRETIANO: CRÍTICA
SOCIAL, ANARQUISMO Y SOCIEDAD EN *LO QUE SON LOS YERBALES*,
1908**

Clara Eliana Cuevas¹

INTRODUCCIÓN

Rafael Ángel Barret y Álvarez de Toledo nació en Torrelavega² en 1876. Oriundo de una familia aristocrática anglo-española, cursó los estudios secundarios en Francia y posteriormente ingeniería en Madrid, formación que no pudo concluir por algunos sucesos que lo obligaron a salir de la capital. Estas tres referencias culturales – Inglaterra, Francia y España – han estado presentes en sus escritos, siendo lugares de referencias teórico-intelectuales. Sus escritos publicados en España solían tener un aspecto más divulgativo y científico, de modo que en sus primeros textos encontramos una gran presencia de debates teóricos con contenido matemático o tecnológico.

Fue en la capital española donde tuvo sus primeros contactos con la llamada Generación del 98, entre sus integrantes, Valle-Inclán, Ramiro de Maeztú y Pío Baroja se tornaron amigos de Barret. Las tertulias, cafés, círculos de intelectualidad, salones literarios, casinos y la bohemia cotidiana fueron el lugar de sociabilidad de Barret en España, donde vivía su vida galante como un verdadero *dandy*, un “gomoso de

¹ Maestra en Historia por la Universidade Federal do Paraná. Doctorante en el Centro de Estudios Históricos de El Colegio de México. Agradezco a los integrantes del seminario “Socialismos y sociedad en Europa y Latinoamérica, del siglo XIX hasta la Primera Guerra Mundial” realizado en el programa de Doctorado en Historia en el Colegio de México en 2018, por los comentarios realizados a una versión preliminar de este texto, sobre todo por la lectura atenta y vibrante de la Dra. Clara E. Lida. E-mail: cecuevas@colmex.mx

² Maestra Barret fue hijo de Carmen Álvarez de Toledo, pariente directa del Duque de Alba, y de Jorge Barret, escocés, Caballero de la Corona de Inglaterra. Esta condición aristocrática le generó tanto beneficios como problemas, como veremos a lo largo del texto. Su esposa en Cartas Íntimas afirmó que “Su padre se ocupaba en España de los intereses de Inglaterra, como ferrocarriles, bancos, etc. Era contador y un gran matemático. Educó e instruyó espléndidamente a sus dos hijos, Rafael y Fernando, muerto este último en Madrid, en 1907. Rafael recorrió Europa y estudió en París, donde iban sus padres a menudo para verlo. Terminó su carrera de ingeniero en la capital de España. Entendía mucho de pintura, dominaba las matemáticas y era un virtuoso del piano. Poseía varios idiomas, y escribía mejor en francés o inglés que en castellano, según él mismo me lo dijo. Gran esgrimista, en muchos duelos lo apadrinó Valle Inclán. Tuvo un serio incidente con uno de los grandes de España, a quien castigó con una fusta en una función teatral por calumniador”. BARRET, Cartas íntimas. p.2.

Madrid”³. A pesar de pertenecer a una clase social elevada en España, muy pronto empezó a sufrir un tipo de desclasamiento social irreversible.

En 1902 se publicó en los periódicos madrileños que un escándalo había dado origen a un posible duelo entre Barret y el duque de Arión. Enojado con las calumnias que se publicaron contra él⁴, motivadas por su denuncia sobre la situación de los presos políticos del caso Montjuich⁵, Barret agredió al duque con una fusta en una sesión de gala en el Circo de París y todo el incidente fue ampliamente comentado en la alta sociedad madrileña, de modo que poco a poco, rebajado y “despedido de su clase social” por el Tribunal de Honor – del cual el Duque de Arión era presidente - Barret se alejaba cada vez más, física e ideológicamente, de su cuna aristocrática.

Este primer embate contra la clase aristocrática española y las calumnias que sufrió dieron origen a varios textos de Barret en los cuales criticaba la hipocresía de la alta sociedad que intencionalmente manipulaba y creaba sus mecanismos morales de honor y deshonor para proteger a los poderosos y descalificar a personas moralmente. Esta experiencia de desplazamiento social en Europa lo afectó profundamente de modo que desde este entonces Barret empezó a identificarse con “los desgraciados” de la sociedad.

Todo me parecía suave, elegante. No concebía pasión que no fuera digna de un poema bien rimado. [...] ¿Por qué no me escondí al sentirme fuerte y bueno? El mundo no me ha perdonado, no. Jamás sospeché que se pudiera hacer tanto daño, tan inútilmente, tan estúpidamente. Cuando mi alma era una herida sola y los hombres moscas cobardes que me chupaban la sangre, empecé a comprender la vida y a admirar el mal [...]. Desde que soy desgraciado, amo a los desgraciados, a los caídos, a los pisados. (BARRET, 1943, p.259)

Descalificado por el tribunal de Honor y rechazado por la alta sociedad madrileña, Barret decidió viajar a Argentina, empezando a trabajar rápidamente en dos

³ CORRAL, El pensamiento cautivo, p.5

⁴ Se le acusaba de crimen contra natura (homosexualidad), una calumnia recurrente entre los periodistas del periodo para descalificarse entre si. Esta denuncia fue tan impactante para Barret que para que pararan con los chismes sobre su sexualidad, aceptó pasar por un examen clínico que “comprobaba” que jamás había practicado la homosexualidad. Posteriormente, Barret solicitó a varios periódicos que publicaran el resultado de su examen clínico con los comentarios de los médicos que lo habían examinado. Aun así, de nada sirvió esa exposición, el Tribunal de Honor siguió con su decisión de nombrarlo un hombre sin honor.

⁵ Fue el juicio militar que se siguió después de un atentado contra una procesión de Corpus en Barcelona en 1896. La reacción policial reprimió principalmente a los anarquistas catalanes llevando a cabo la prisión de centenas de personas. Rafael Barret publicó una serie de artículos en la prensa criticando la falta de objetividad y pruebas contra los anarquistas presos.

periódicos bonaerenses, *El Diario Español* y *El Tiempo*, que lo contrataron para ser corresponsal sobre la Revolución Liberal paraguaya en 1904⁶. Para mala suerte de Rafael Barret, el escándalo madrileño que había causado años antes había llegado a tierras argentinas y nuevamente tuvo que explicarse en los periódicos locales. Además, un artículo suyo titulado *Buenos Aires*, en el que relató cómo lo sorprendió la situación miserable de los inmigrantes europeos que llegaban a Argentina, fue otro motivo de malestar con el director de *El Diario Español* que, para no tener problemas con sus inversionistas burgueses, decidió despedirlo.

¡También América! Sentí la infamia de la especie en mis entrañas. Sentí la ira implacable subir a mis sienes, morder mis brazos. Sentí que la única manera de ser bueno es ser feroz, que el incendio y la matanza son la verdad, que hay que mudar la sangre de los odres podridos. Comprendí, en aquel instante, la grandeza del gesto anarquista, y admiré el júbilo magnífico con que la dinamita atruena y raja el vil hormiguero humano. (BARRET, 1943, p.21)

Con buena aceptación en los frentes liberales de la Revolución Liberal y asentado en un campamento en Villeta, en el interior paraguayo, Barret inició, en conjunto con su labor investigativa, su primer contacto con los jóvenes liberales que, apoyados por Argentina, se preparaban para avanzar sobre Asunción. En este círculo, que se llamó posteriormente la Generación del 900⁷, el periodista español encontró buena apertura para compartir inquietudes literarias e intelectuales modernistas. Esta fraternidad intelectual se mantuvo, aunque con tensiones y consecuencias ideológicas, éticas y políticas para Rafael Barret.

LA CUESTIÓN SOCIAL

En primer lugar, es fundamental contextualizar el Paraguay del primer contacto barretiano. El país había estado, entre 1870 y 1900, bajo el dominio de Brasil y Argentina, que desde el inicio de la Guerra de la Triple Alianza habían acordado en

⁶ La Revolución Liberal fue la toma de poder por parte de los liberales. El país había estado bajo el gobierno de Bernardino Caballero desde 1880, fundador de la Asociación Nacional Republicana (futuro Partido Colorado) y en 1904 después de la toma de la capital y de la firma del Pacto de Pilcomayo, los liberales oficialmente empezaron a gobernar el país. El primer liberal elegido para ser presidente fue Juan Bautista Gaona, como veremos, una de las autoridades más criticadas por Rafael Barret.

⁷ primer Se refiere a la generación modernista literaria, uruguaya y paraguaya, que tuvo su auge en los 1900.

repartir las tierras y las riquezas paraguayas al final de la guerra. Este conflicto, en que se aniquiló a más de la mitad de la población paraguaya⁸ en 1870, produjo como consecuencia un contexto de intensificación del liberalismo económico” por “una intensificación del liberalismo económico y de ocupación militar, tanto argentina como brasileña, que duraría hasta inicios del siglo XX.

La economía liberal llevada a cabo puso en práctica la venta de tierras públicas y la llegada de poderosos grupos extranjeros, además de una busca por préstamos en la banca internacional. Este contexto de desapropiación cambió significativamente el paisaje paraguayo. Desde la independencia el país había logrado una estabilidad financiera proteccionista, sin importaciones, bajo el dominio del dictador Gaspar Rodríguez de Francia que mantuvo un sistema centralizado y autónomo por más de 40 años.

Según el historiador Richard Alan White, las tierras durante este periodo eran en su gran mayoría propiedad pública y concedidas a los agricultores en forma de alquiler bajo un valor simbólico⁹. Esta estabilidad económica, que fue fundamental para que el país pudiera soportar los cinco años de guerra contra Uruguay, Argentina y Brasil, fue profundamente afectada.

En este sentido, Barret llega a un Paraguay devastado económicamente que paulatinamente se erguía, de la aniquilación cultural, material y humana, en busca de reconstituirse no solamente como un país poblado, estructurado y con recursos para desarrollarse, sino también culturalmente, siendo un país joven nuevamente, con ansias de formar una nación. En este sentido, la Generación del 900 fue importante para crear mecanismos simbólicos de memoria y narrativa nacionalistas para el país.

La prensa fue un vehículo de información que ayudaba a circular estas ideas, entre ellas el periodismo literario paraguayo fue un factor emergente de expresión de esta generación de intelectuales de inicios del siglo XX, preocupada por diversos aspectos de la historia y de la sociología, siendo parte integrada del periodismo factual, publicado de forma diaria o semanal¹⁰.

⁸ prensa Sobre este tema, sigue abierta la discusión sobre la población paraguaya en el periodo y, por lo tanto, la disminución poblacional como consecuencia de la Guerra. Los últimos estudios a respecto coinciden con la interpretación según la cual la pérdida fue de 50 a 70% de la población. Ver: WHIGHAM y POTTHAST. "The Paraguayan Rosetta". p. 174 – 186.

⁹ WHITE, La primera revolución, 1984.

¹⁰ POZZO, El periodismo. p. 146 – 147.

Esta intelectualidad nacional, liberal y modernista no hubiera sido problemática para Barret si entre ellos no hubiera estado Juan B. Gaona, presidente paraguayo y principal accionista de La Industrial Paraguaya, empresa responsable de la extracción y exportación de yerba mate y uno de los principales objetos de denuncia de Rafael Barret.

Poco a poco, el periodista en sus incursiones investigativas fue tomando cada vez más contacto y conciencia sobre la realidad del neocolonialismo argentino-brasileño de la posguerra, además de reflexionar sobre sus consecuencias: la miseria, el hambre y el sistema esclavista llevado a cabo en las plantaciones de yerba mate.

Desde adentro, Barret pudo presenciar cómo el Estado paraguayo, a través de la figura del presidente y del judiciario, negociaba las pésimas condiciones de trabajo para los mensúes – trabajadores yerberos que ganaban su sueldo mensualmente – con los empresarios de las compañías de extracción y exportación de yerba. Al denunciar el sistema esclavista en los yerbales, la figura del Estado tomó una dimensión conceptual no de justicia o regulación del trabajo sino, más bien, de desesperanza, complicidad y producción de la violencia esclavista.

En su texto *La esclavitud y el Estado*, Barret afirma, “No espero justicia del Estado. El Estado se apresuró a restablecer la esclavitud en Paraguay después de la guerra. Es que entonces tenía yerbales.”¹¹ El hecho de que Gaona fuera parte de los círculos intelectuales que frecuentaba Barret no fue motivo para que el presidente y su empresa se ausentaran de las duras denuncias barretianas,

El Paraguay se despuebla; se le castra y se le extermina en las 7 u 8.000 leguas entregadas a la Compañía Industrial Paraguaya, a la Matte Larangeira y a los arrendatarios y propietarios de los latifundios del Alto Paraná. La explotación de la yerba-mate descansa en la esclavitud, el tormento y el asesinato.¹²

Sin escatimar palabras, Barret denunciaba con nombre y apellido todo el funcionamiento de los yerbales, desde la complicidad del Estado paraguayo durante el proceso hasta las condiciones insalubres de explotación de los mensúes, que además de cobrar un sueldo bajísimo aún eran maltratados de forma cotidiana con tormentos y muchas veces, como veremos, hasta la muerte.

¹¹ BARRET, “Lo que son los yerbales”, p. 115.

¹² BARRET, “Lo que son los yerbales”, p. 115.

EL ANARQUISMO EN PARAGUAY

Ahora bien, es importante aclarar que las consecuencias de la Guerra de la Triple Alianza no fueron uniformes en todo el Paraguay, de modo que la capital asuncena tuvo un desarrollo más rápido en el periodo posterior a la guerra, mientras que el campo todavía seguía con modos de servidumbre muy parecidos al periodo preguerra. Esta diferencia es la que explica por qué fue posible que existiera una prensa, aunque mínima, circulando en la región, y que relaciones tan verticales y casi esclavistas siguieran en el campo mientras que, en Asunción, grupos de trabajadores como gráficos y ferroviarios pudieron organizarse para exigir mejores condiciones de trabajo desde finales del siglo XIX¹³. Rafael Barret estaba involucrado con estas asociaciones, ayudando a escribir diversos documentos para la Federación Obrera Regional Paraguaya, fundada en 1906.

La presencia de tantos inmigrantes europeos en la zona y el constante intercambio literario y cultural que se daba entre Buenos Aires, Asunción y Montevideo influyó para que las ideas obreras circularan y adentraran al Paraguay en este periodo. Como señalan los investigadores Carlos Castells y Mario Castells¹⁴, para comprender la poca incidencia de los movimientos obreros en Paraguay en relación con otros países de Sudamérica, hay que llevar en cuenta que el país todavía estaba constituido por una economía predominantemente rural, de forma que el movimiento obrero urbano, formado mayoritariamente por la Sociedad de Artesanos del Paraguay y la Sociedad Tipográfica del Paraguay, mantenía una relación de solidaridad con movimientos obreros internacionales y campesinos en el país. Sin embargo, la propia condición campesina del país, la presencia de intelectuales y políticos en los movimientos, y el formato artesanal del trabajo afectó la forma como se constituyó la historia del movimiento obrero en Paraguay¹⁵.

Por ejemplo, la Sociedad de Artesanos en Paraguay, fundada en 1883, tenía como integrantes diversos sujetos de origen y clase social distintos, entre ellos, intelectuales, propietarios, trabajadores, políticos y comerciantes. Las tensiones que

¹³ CAPPELETTI y RAMA. El anarquismo en América, 1990. p. 78 – 79.

¹⁴ CASTELLS y CASTELLS, “La huelga es la peor amenaza”, p. 9.

¹⁵ CASTELLS y CASTELLS, “La huelga es la peor amenaza”, p. 7.

surgían a partir de esta formación tan heterogénea generaron muchos conflictos de intereses dentro de la Sociedad, lo que hizo con que la propuesta artesanal inicial se perdiera. De este modo, en 1885 los artesanos formaron otra asociación intitulada Sociedad Cosmopolita de Socorro Mutuos Verdaderos Artesanos¹⁶.

La cultura de asociación en sociedades de apoyo mutuo en la década de 1890 poco a poco fue transformada en asociaciones con tendencia anarcosindicalista. Para el investigador Francisco Gaona, la situación económica paraguaya nuevamente puede ayudar a explicar esta constante necesidad de organización, principalmente por “Los salarios obreros progresivamente en tren de desvalorización, pues el oro se estaba cotizando al 700%, los artículos de primera necesidad a precios cada vez más elevados, la falta de fuente de trabajo, en un país como el Paraguay sin estabilidad y acaparada su economía en manos extranjeras”¹⁷.

Volviendo a la FORP – Federación Obrera Regional Paraguaya -, su fundación fue el primer gran intento de unificación de las fuerzas obreras paraguayas en el siglo XX. Unía gremios de carpinteros, hojalateros, plateros y gráficos, además de estar influenciada fuertemente por el anarcosindicalismo argentino, siguiendo el modelo de la FORA, Federación Obrera Regional Argentina. Sus prácticas estaban basadas en publicaciones de periódicos, como “El Despertar”, circulación de panfletos, y organización de huelgas, encuentros y conferencias, muchas de las cuales Barret fue invitado a hablar sobre temas como *El progreso*, *La tierra*, *La huelga* y *El problema sexual*¹⁸. Muchos de sus textos circularon como folletos por la prensa obrera en la región.

Este proceso fue bastante complejo, hubo fusiones ideológicas – anarquistas *versus* socialistas -, llevando a la disolución de la FORP en 1915 debido a conflictos sociales intrínsecos al movimiento obrero que no son el interés principal de este texto. Sin desconsiderar su importancia, es interesante reflexionar sobre uno de los motivos que pueden explicar la debilidad que llevó a la disolución de la FORP. Entre las razones políticas y sociales, se nota la falta de representatividad en su práctica activista. A pesar de la multitud de representaciones obreras urbanas dentro de la federación, no había

¹⁶ CASTELLS y CASTELLS. “La huelga es la peor amenaza”. p. 13.

¹⁷ GAONA, Introducción a la historia, 1967. p. 87 – 88.

¹⁸ BARRET, Obras Completas. p. 380 – 408.

representantes de trabajadores rurales, los peones obreros y yerbateros, que eran la fuerza de trabajo más presente en la sociedad paraguaya¹⁹.

Este contexto social anarcosindicalista, influenciado tanto por las ideas obreras argentinas y europeas de miles de migrantes, es el entorno en el cual Rafael Barret va a experimentar el anarquismo obrero, muy diferente de los círculos intelectuales de la alta clase que frecuentaba en España. Como veremos, el campo fue uno de los intereses políticos principales del anarquista español.

El anarquismo barretiano

El pensamiento barretiano fue influenciado por estos dos mundos libertarios: uno literario y el otro, práctico²⁰. Por un lado, cuando aún vivía en España, había tenido el acceso a lecturas de varios autores clásicos anarquistas como Bakunin y Kropotkin, entre otros literarios novelistas, no anarquistas, en los cuales, Barret siempre ha destacado en sus escritos una lectura de esas obras a partir de la crítica al Estado, a la iglesia y a la sociedad²¹. Por otro lado, llegando a Sudamérica, trazó lazos políticos militantes, en primer lugar, en Buenos Aires²², generando constante proximidad con los movimientos obreros en Argentina, en Paraguay²³ y posteriormente en Uruguay²⁴.

Para Rafael Barret, el anarquismo sería más bien una teoría filosófica²⁵ en la cual “anarquista es aquel que cree posible vivir sin el principio de autoridad”²⁶. De modo que su definición tiene un carácter ético, basado en un deber moral de rebelarse contra la injusticia, en el altruismo, acercándose a un ideal ético planteado por Tolstói, autor ruso que, en las palabras de Barret era “el revolucionario y el hereje sumo. Es el

¹⁹ GAONA, Introducción a la historia. p. 188.

²⁰ Con esto no quiero decir que no había literatura en la práctica anarquista obrera. Sobre las diferencias entre esos dos tipos de literatura, del anarquismo literario y de la literatura obrera anarquista en el caso español, ver LIDA, Clara. “Literatura anarquista”, 1970.

²¹ CORRAL, El pensamiento cautivo. p. 250 – 253.

²² CORRAL, El pensamiento cautivo. p.258.

²³ BARRET, Germinal, 1996.

²⁴ MUÑOZ, Barret en el Uruguay, 1974.

²⁵ Tanto la historiografía paraguaya como argentina y uruguaya consideran a Rafael Barret como anarquista. Su nombre figura también en la memoria social del movimiento obrero en Paraguay, como una de las personas fundamentales de la historia del anarquismo en el país. El propio autor escribía diversos artículos con esta temática, hablando incluso de “Mi anarquismo”. Hay decenas de libros y artículos a este respecto. Ver: CORRAL, El pensamiento cautivo, 1994; DUARTE, El sindicalismo libre, 1987; PLÁ, españoles en la cultura, 1985; PANE, La intelectualidad paraguaya, 1912; GAONA, Introducción a la historia, 1967. SUIFFET, Rafael Barret, 1958.

²⁶ BARRET, “El anarquismo en Argentina”. p. 91.

enemigo del Estado, de la Iglesia y de la Propiedad, puesto que ama a su prójimo. En Tolstói, el ascetismo estético se confunde con el ascetismo moral, el poeta con el profeta. Es el anarquista en absoluto.”²⁷ En el mismo texto intitula anarquistas a diferentes personajes históricos que no necesariamente pertenecían a una corriente anarquista *per se*, como Ravachol y, valorando su capacidad de libertarse de la riqueza para convivir con los pobres, San Francisco de Asís.

Su crítica al Estado es parte de varios de sus escritos, entre ellos *Mi anarquismo*²⁸, en el cual propone que esta corriente ético-filosófica se base en la ausencia total de gobierno y en el profundo y libre examen personal del individuo sobre las leyes, la autoridad y la sociedad. Es precisamente este “pensamiento libre”, lo que el autor considera el fundamento del anarquismo, tornando la ética anarquista, activa y solidaria con las injusticias sociales, como una fuerza transformadora.²⁹

Barret diferenciaba la violencia terrorista del anarquismo, sin embargo, para él la violencia del Estado, del capital y de la iglesia era peor que la violencia terrorista. Sobre la ola de ataques terroristas en Argentina, por ejemplo, el autor cuestiona “Las gotas de sangre y de lágrimas que os salpican a la explosión de una bomba, ¿qué son junto a los ríos de lágrimas y de sangre que derramáis vosotros implacablemente, fríamente, desde que empuñáis el sable, el cheque y el hisopo?”³⁰.

De este modo, no sorprende que gran parte de sus notas periodísticas tengan un carácter de denuncia social. Los artículos publicados en *Germinal*, quincenario anarquista fundado por Barret y por el argentino José Bertotto³¹, le causaron diversos problemas, llevando incluso a su arresto y futura deportación a Brasil en 1908. Para este

²⁷ BARRET, “Tolstoi”. p.536.

²⁸ “Me basta el sentido etimológico: «Ausencia de gobierno». Hay que destruir el espíritu de autoridad y el prestigio de las leyes. Eso es todo. Será la obra del libre examen. Los ignorantes se figuran que anarquía es desorden y que sin gobierno la sociedad se convertirá siempre en el caos. No conciben otro orden que el orden exteriormente impuesto por el terror de las armas. [...] El anarquismo, tal como lo entiendo, se reduce al libre examen político. Hace falta curarnos del respeto a la ley. La ley no es respetable. Es el obstáculo a todo progreso real. Es una noción que es preciso abolir. Las leyes y las constituciones que por la violencia gobiernan a los pueblos son falsas. No son hijas del estudio y del común ascenso de los hombres. [...] ¿Qué hacer? Educarnos y educar. Todo se resume en el libre examen. ¡Que nuestros niños examinen la ley y la desprecien!” BARRET, “Mi anarquismo”. p. 511.

²⁹ BARRET, “Mi anarquismo”. p. 510 – 511.

³⁰ BARRET, “El terror argentino”, p. 218.

³¹ Bertotto y Barret participaron activamente en el auxilio a las víctimas en la Revolución Liberal, aparte de practicar una solidaridad constante que generó la publicación del quincenario *Germinal*, con Rafael Barret como autor y Guillermo Bertotto como editor. GAONA, Introducción a la historia, 1967.

trabajo, interesa precisamente los textos que escribió a respecto de la explotación de los yerbateros paraguayos, los llamados mensúes o *mensús*³².

LO QUE SON LOS YERBALES

Los textos analizados aquí - “La esclavitud y el estado”, “El arreo”, “Tormento y asesinato”, “El botín” - fueron publicados en el periódico uruguayo “El Diario”, a partir de junio de 1908, conjunto titulado *Lo que son los yerbales*. En estos textos Barret denuncia la estructura explotadora de los yerbales. Si antes de la guerra el estado paraguay explotaba la mano de obra servil, en el inicio del siglo XX, eran las empresas extranjeras que lo hacían, con la complicidad y apoyo del estado paraguay.

Según Barret, el hecho de que la relación laboral fuera directa entre trabajador y empresa escondía la relación de explotación, de modo que hacía con que el yerbatero “tuviera que vender a si mismo”, un modo de contratación que poco alteraba la condición semi esclava del trabajo en el campo.

El mecanismo de la esclavitud es el siguiente: No se le conchaba jamás al peón sin anticiparle una cierta suma que el infeliz gasta en el acto o deja a su familia. Se firma ante el juez un contrato en el cual consta el monto del anticipo, estipulándose que el patrón será reembolsado en trabajo. Una vez arreado a la selva, el peón queda prisionero los doce o quince años que, como máximo, resistirá a las labores y a las penalidades que le aguardan. Es un esclavo que se vendió a sí mismo. Nada le salvará. Se ha calculado de tal modo el anticipo, con relación a los salarios y a los precios de los víveres y de las ropas en el yerbal, que el peón, aunque reviente, será siempre deudor de los patrones. Si trata de huir se le caza. Si no se logra traerle vivo, se le mata. Así se hacía en tiempos de Rivarola. Así se hace hoy. (BARRET, 1996, 116).

Como vimos, en el periodo de la posguerra el territorio paraguay había estado repartido por Brasil y Argentina, gracias al Tratado de la Triple Alianza que decidía que los límites territoriales cambiarían pasado la Guerra para garantizar “la libre navegación del Río Paraná y el Río Paraguay”³³ entre los países aliados.

³² Ver QUIROGA, “Los Mensú”, 1917.

³³ Dice el Art. 16. “La República Argentina quedará dividida de la República del Paraguay, por los ríos Paraná y Paraguay, hasta encontrar los límites del Imperio del Brasil, siendo éstos, en la ribera derecha del Río Paraguay, la Bahía Negra. El Imperio del Brasil quedará dividido de la República del Paraguay, en la parte del Paraná, por el primer río después del Salto de las Siete Caídas que, según el reciente mapa de

Como consecuencia, hubo una ocupación argentina y brasileña en la región de modo que empresarios de ambos países empezaron a apropiarse de terrenos para cultivo. Entre ellas, la brasileña Matte Larangeira, que explotaba el mate en la frontera este del país. Empresarios y políticos paraguayos hicieron lo mismo. El principal foco de las críticas de Barret, además de Matte Larangeira, era la Industrial Paraguaya. Con las palabras de un periodista que presencié íntimamente la explotación y por lo tanto pudo describirla con detalles, Barret denunciaba,

¿Sabéis cuánta hoja exigen al minero diariamente la Matte Larangeira y la Industrial Paraguaya? ¡Ocho arrobas como mínimo! Ocho arrobas al hombro, traídas de una legua, ¡de legua y media por la picada! Cuando el minero suelta el raído, nadie se acerca al desgraciado, que por lo común se desploma al suelo. Los capataces le respetan en ese instante. Una desesperación sin nombre se apodera de él, y sería capaz de asesinar. La lástima es que jamás lo haga, que jamás ejecute a sus verdugos. Ahora, la barbacuá, el horno rudimentario en que se cuece la hoja. Allá en lo alto, sobre la boca fulgurante, el *urú*³⁴ encaramado, respirando fuego, vigila la quemazón. ¡Cuántas veces ha caído desmayado y lo han reanimado a puntapiés! El trabajo más cruel es quizá el acarreo de leña al barbacuá, 70 u 80 kilos de troncos gruesos, bajo los cuales, en el calvario de una larga caminata a través de la selva, la espalda desnuda sangra. ¡Sí; ¡la carne cruje desnuda en el yerbal, porque allí son muy caras las camisas! (BARRET, 1996, p. 158)

Hasta las ropas utilizadas en el trabajo eran pagadas por los yerbateros a sus patrones. De este modo, se generaba un sistema de deuda sobre el trabajador que nunca cesaba. El cambio de siglo que, en teoría, generaba una modernización del país al contar con la liberalización de la política – con la Revolución Liberal -, y la inversión extranjera, para Barret, perpetuaba una autorización más disimulada de la explotación en los yerbales.

Pese a que la esclavitud no existiera legalmente, al peón se le prohibía abandonar su trabajo, porque este abandono generaba “daños y perjuicios a los patrones”. Esta “autorización disimulada” de explotación se debía a una relación intrínseca entre el patronato y el Estado paraguayo. Según Barret, las autoridades

Mouchez, es el Igurey, y desde la boca del Igurey y su curso superior hasta llegar a su nacimiento. En la parte de la ribera izquierda del Paraguay, por el Río Apa, desde su embocadura hasta su nacimiento. En el interior, desde la cumbre de la sierra de Mbaracayú, las vertientes del Este perteneciendo al Brasil y las del Oeste al Paraguay, y tirando líneas, tan rectas como se pueda, de dicha sierra al nacimiento del Apa y del Igurey.” CRESPO, PALACIO, y PALACIOS, La Guerra del Paraguay. p. 400-401.

34 Capitán o patrón de chata, capataz. PERALTA. OSUNA. Diccionario Guaraní-español. p. 158.

locales se compraban mensualmente mediante un sobresueldo, “según me ratifica el señor contador de la Industrial Paraguaya”. La corrupción era parte fundamental de todo el sistema, no solo del yerbero esclavista, sino también de la explotación de madera de quebracho.

El juez y el jefe comen, pues, en ese plato. Suelen ser simultáneamente autoridades nacionales y habilitados yerbateros. Así el señor B. A., pariente del actual presidente de la República, es jefe político de San Estanislao y habilitado de la Industrial. El señor M., pariente también del presidente, es juez en el feudo de los señores Casado y empleado de ellos. Los señores Casado explotan los quebrachales por medio de la esclavitud. Todavía se recuerda el asesinato de cinco peones quebracheros que intentaron fugarse en una barca. (BARRET, 1996, 120)

La humillación, la violencia física³⁵ y las constantes muertes por agotamiento y asesinato en los yerbales y quebrachales fueron términos repetidamente denunciados por Barret en los artículos aquí analizados. Sin embargo, lo que le causó mayores consecuencias políticas fue la forma de su denuncia debido a que no delataba a las empresas solamente, o al capitalismo o al estado de una forma abstracta – que es lo que se puede esperar de un anarquista -, más bien delataba estas relaciones de poder minuciosamente, relatando las relaciones cercanas que políticos tenían con las compañías, además de citar los nombres de funcionarios del gobierno, sus familiares y hasta el presidente y sus intereses en este sistema de explotación.

Barret veía de forma empírica como las relaciones entre las empresas explotadoras y el Estado generaban la explotación humana de miles de paraguayos miserables en este sistema productivo que acumulaba capitales tanto en la venta de yerba como en la relación de dependencia que se generaba sobre el trabajador. Más que la teoría, su crítica social anarquista era escrita y practicada en forma de denuncia social.

³⁵ “¿A qué mencionar los gritos y el cepo? Son clásicos en el Paraguay, y no sé por qué no constituyen el emblema de la justicia, en vez de la inepta matrona de la espada de cartón y de la balanza falsa. En Yaguatirica se admira el célebre cepo de la empresa M. S. Un cepo menos costoso es el de lazo. También se usa mucho estirar a los peones, es decir atarles de los cuatro miembros muy abiertos. O bien se les cuelga de los pies a un árbol. El estaqueamiento es interesante: consiste en amarrar a la víctima de los tobillos y de las muñecas a cuatro estacas, con correas de cuero crudo, al sol. El cuero se encoge y corta el músculo; el cuerpo se descoyunta. Se ha llegado a estaquear a los peones sobre tacurús (nidos de termita blanca) a los que se ha prendido fuego.” BARRET, “Tormento y asesinato”. p. 123.

La cuestión económica también era analizada por Barret. En “El Botín”, utilizando sus capacidades matemáticas de ingeniero, calculó el lucro de las empresas y la diferencia con el sueldo pagado a los trabajadores. Analizando el plano del departamento de Villa Concepción, “documento curioso que en que se marca el escamoteo de doce leguas de yerbales por medio de rectificaciones de mensura en propiedades anteriores, a fin de reclamar la compensación por un nuevo yerbal de doce leguas que se trataba de pescar sin desembolsar un centavo”, Barret analizó los salarios medios de la Industrial Paraguaya y los precios de costo de los yerbales.

Conocéís al patrón negrero, al patrón torturador, al patrón asesino. Este es el patrón ratero. Aquí es donde revela el fondo de su alma. Admitimos, pues, como precio de costo de la arroba 2 pesos. La Empresa vende a 30. Entre la cifra 2 y la cifra 30, introducid la cuña feroz de los habilitados sucesivos, y ¡amartillad la máquina! Debajo está el peón. El último habilitado compra por 2 y vende por 4, la siguiente compra por 4 y vende por 7... La empresa compra por 7 y vende por 300. Así se reparte el botín de la esclavitud. No extrañemos, pues, que los habilitados se enriquezcan y que la Industrial recoja 5 millones anualmente y extraiga un 44 por 100 de utilidad. Los directores de la Industrial son profundos financistas, Han saqueado la tierra y han exterminado la raza. (BARRET, 1996, 126)³⁶

“El botín” es el último artículo de la serie *Lo que son los yerbales*. Barret termina su denuncia con un *J'accuse* indignado que acusaba de “expoliadores, atormentadores de esclavos, y homicidas a los administradores de la Industrial Paraguaya y de las demás empresas yerbales. Yo maldigo su dinero manchado de sangre” y con una esperanza furiosa que ansiaba un cambio futuro, anunciaba que las empresas “no deshonrarán mucho tiempo más este desgraciado país”³⁷.

CONCLUSIÓN

La literatura acerca de Barret coincide que la experiencia intensa que tuvo de convivir con los trabajadores anarquistas urbanos argentinos y paraguayos además de presenciar los abusos y la violencia en los yerbales fue fundamental en la constitución de su pensamiento ético anarquista. Barret sentía un deber moral de denunciar la explotación, lo que coincidía plenamente con su definición moral libertaria.

³⁶ BARRET, “El Botín”. p. 126.

³⁷ BARRET, “El Botín”. p. 126.

En este trabajo se buscó un primer acercamiento a esta experiencia, reflexionar sobre las formas en que el empirismo y la acción directa cotidiana puede contribuir para formar un pensamiento social. Coincidimos con diversos anarcólogos que afirman que las prácticas sociales, las redes de sociabilidad y la vida política en si mismas son aspectos fundamentales para la comprensión del anarquismo.

Barret estuvo en muchos momentos en conflicto contra el poder: en España había criticado de forma insistente la moral aristocrática de los tribunales de honor que descalificaban personas a partir de dudosos intereses personales; en Argentina, sus críticas sobre la condición de los migrantes le causó el despido de un periódico por parte del director; en Paraguay, su constante escritura denunciante contra la explotación en los yerbales y el autoritarismo del Estado paraguayo le causó graves consecuencias, entre ellas, una deportación a Brasil, la necesidad de migrar a Uruguay y finalmente, lo que le afectó fuertemente su salud por estar enfermo de tuberculosis, la prisión³⁸.

Por culpa del empeoramiento de su enfermedad, tuvo que volver a Europa para probar un tratamiento en Francia, lo que no resultó, produciendo su fallecimiento en 17 de diciembre de 1910. El periodo en que estuvo en Paraguay fue el escenario en el cual produjo la escritura más intensa de su vida, escribiendo sobre los más variados temas y dejando como principal legado su mirada quirúrgica de la sociedad y el tono irónico y crítico de sus textos.

Sin pertenecer a una corriente ideológicamente doctrinaria, Barret parece haber vivido lo que ha escrito. Sin presentar dogmas teóricos políticos y confiando más bien en la capacidad del cambio individual para formar una sociedad más igualitaria, quizás esta sea la esencia práctica del anarquismo barretiano: la capacidad de estar constantemente en disputa, viviendo en una permanente y solidaria indignación contra los diversos poderes que gobiernan la sociedad.

REFERÊNCIAS

BARRET, Rafael. *Cartas íntimas con notas de su viuda, Francisca López Maíz de Barrett*. Prólogo de Luis Hierro Gambardella. Montevideo, Biblioteca Artigas, Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1967.

³⁸Barret había denunciado las prisiones arbitrarias llevadas a cabo por el gobierno paraguayo en el periódico anarquista *Germinal*. El Estado lo acusó de conspiración y Barret fue preso dos veces bajo esta acusación. Gracias a su ascendencia inglesa, pudo negociar una deportación a Brasil. Ver: HERKEN KRAUER, "Diplomacia británica", 1983.

- BARRET, Rafael. “Germinal”. Asunción: El Lector, 1996.
- BARRET, Rafael. *Obras Completas*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1943.
- CASTELLS, Carlos y CASTELLS, Mario. “La huelga es la peor amenaza para el capital”. Rafael Barret en el Paraguay de la república liberal. In: Revista El Cocodrilo. Vol. 2. Rosario: AGLER, 2015.
- CAPPELETTI, Angel y RAMA, Carlos. *El anarquismo en América Latina*, Editorial: Ayacucho, Caracas, 1990.
- CORRAL, Francisco. *El pensamiento cautivo de Rafael Barret*. Crisis de fin de siglo, juventud del 98 y anarquismo. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1994.
- CRESPO, Horacio, PALACIO, Juan Manuel y PALACIOS, Guillermo (coords). *La Guerra del Paraguay*. Historiografías. Representaciones. Contextos. Ciudad de México: El Colegio de México, 2012.
- DOMÍNGUEZ, Manuel. *Rafael Barret*. Asunción: Editorial la Colmena, 1910.
- DUARTE, Ciriaco. *El sindicalismo libre en Paraguay*. Asunción: R.P, 1987.
- GAONA, Francisco. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay*. Asunción – Buenos Aires: Editorial “Arandú”, tomo I. 1967.
- HERKEN KRAUER, Juan Carlos. “Diplomacia británica en el Río de la Plata: el caso Rafael Barret”, 1908-1910. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, n°41, 1983. p. 39-62.
- LIDA, Clara. “Literatura anarquista y anarquismo literario”. In: Nueva Revista de Filología Hispánica, T. 19, No. 2 (1970), pp. 360-381.
- MUÑOZ, Vladimiro. *Barret en el Uruguay*. Calgary: La Escuela Moderna, 1974.
- MUSSUH, Víctor. *En torno a Rafael Barret, una conciencia libre*. Tucumán: La Raza, 1943.
- PANE, Ignacio. *La intelectualidad paraguaya*. Buenos Aires, 1912
- PERALTA. A. Jover. OSUNA, Tomás. *Diccionario guaraní-español*. Asunción: Editorial Tupã. 1984.
- PLÁ, Josefina. *Espanoles en la cultura del Paraguay*, Asunción, Araverá, 1985.
- POZZO, Aníbal Orué. *Periodismo en Paraguay*. Estudios e Interpretaciones, Asunción: Arandurã, 2007.
- QUIROGA, Horacio Quiroga. “Los Mensú”. In: *Cuentos de amor, de locura y de muerte*. Buenos Aires: Sociedad Cooperativa Editorial Limitada, 1917.
- SUIFFET, Norma. *Rafael Barret. La vida y la obra*. Montevideo, 1958.

WHIGHAM, Thomas L. y POTTHAST, Barbara. "The Paraguayan Rosetta Stone: New Insights into the Demographics of the Paraguayan War, 1864-1870". *Latin American Research Review*. Latin American Studies Association, 1999.

WHITE, Richard Alan. *La primera Revolución Radical de América*. Asunción: La República, 1984.

**COLEÇÕES E TRADUÇÕES: INTERCÂMBIO ARGENTINO-BRASILEIRO
NOS SALÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

George Leonardo Seabra Coelho¹

INTRODUÇÃO

Ao analisar as Revistas da Academia Brasileira de Letras (ABL), as Atas das reuniões da ABL, as obras incluídas na “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” e na coleção “*Biblioteca de Autores Brasileños*”, vemos o estabelecimento de intercâmbios culturais e profissionais entre escritores brasileiros e argentinos. Consideramos que estas sociabilidades foram desenvolvidas por meio de estratégias baseadas, prioritariamente, através de produções bibliográficas, de homenagens, de presentes de papel – em sua maioria livros de autores argentinos e brasileiros – e de missões acadêmicas e científicas realizadas entre intelectuais dos dois países. Neste sentido, defendemos que estas estratégias possibilitaram o fortalecimento de uma rede de relações profissionais entre estes homens de letras brasileiros e argentinos nas décadas de 1930 e 1940.

Para que possamos entender esses processos, consideramos que a noção de campo de Pierre Bourdieu (1996) é fundamental em nosso estudo. O sociólogo francês pensa o campo como um microcosmo social que produz bens culturais e, por essa razão, a observação do campo, em nosso caso, o campo intelectual dos sujeitos envolvidos com a criação da “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” e da “*Biblioteca de Autores Brasileños*”, nos permitem compreender os funcionamentos desta sociedade. Desta forma, perceber como estes sujeitos se posicionavam no interior do campo intelectual e, particularmente nos projetos de criação de coleções bibliográficas no Brasil e na Argentina, nos possibilita entender a inserção destes escritores no mercado editorial nos dois países. Segundo Bourdieu (1996),

¹ Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pertencente ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam). E-mail: george.coelho@hotmail.com.

os campos de produção cultural propõem, aos que neles estão envolvidos, um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definitiva no universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais [...] esse espaço de possíveis é o que faz com que todos os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados e relativamente autônomos (BOURDIEU, 1996, p. 53).

Juntamente com a noção de campo de Pierre Bourdieu (1996), entendemos que a noção de “sociedade de indivíduos” elaborada por Norbert Elias (1994) também nos auxilia neste estudo. Defendemos que o estudo da relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular abre espaço para compreender a pluralidade de sujeitos reunidos nestes projetos literários. Seguindo este raciocínio, levaremos em conta a relação entre a pluralidade de pessoas envolvidas nos projetos de intercâmbio cultural e profissional através da criação da “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” e da “*Biblioteca de Autores Brasileños*”. De modo geral, essa concepção nos possibilita entender como os sujeitos individuais ligavam-se uns aos outros numa pluralidade e, concomitantemente, a sua situação dentro da sociedade, tendo por base o que o sociólogo alemão chama de *habitus* social.

Acreditamos que por meio do cruzamento das fontes históricas citadas no início deste texto, da operacionalização do conceito de campo de Bourdieu (1996) e da noção de “sociedade de indivíduos” de Elias (1994), poderemos reconstruir parte da sociabilidade e do intercâmbio cultural/profissional que foi constituído em torno da ABL nas décadas de 1930 e 1940.

INTERCÂMBIOS CULTURAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA ENTRE 1937 E 1945

No que concerne ao intercâmbio cultural entre Brasil e Argentina, Getúlio Vargas – no cargo de Chefe do Governo Provisório brasileiro – procurou diversas vezes estabelecer a aproximação entre os dois países latino-americanos. Entre as várias tentativas, podemos citar diversos Decretos, entre eles: o Decreto n. 24.397/1934 que promulgou o acordo entre o Brasil e a Argentina para a permuta de publicações; o Decreto n. 24.395/1934 que promulgou o convênio entre o Brasil e a Argentina, para a revisão dos textos do ensino de História e Geografia; e o Decreto n. 24.394/1934 que promulgou o convênio de Intercâmbio Intelectual entre o Brasil e a Argentina.

Ficaremos apenas na análise do Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934, o qual foi homologado em razão da visita do Presidente da Argentina – o então General Augustin P. Justo – ao Brasil em 1934. Esse decreto ratificava o intercâmbio cultural e intelectual entre os dois países latino-americanos. Logo no Art. 1.º conhecemos o objetivo principal desse acordo:

As instituições ou associações científicas culturais literárias e artísticas do Brasil e da Argentina procurarão fomentar por todos os meios o intercâmbio intelectual entre brasileiros e argentinos, propiciando as viagens de seus membros e de professores das Universidades e estabelecimentos de ensino superior de um país ao outro, a fim de professarem cursos de suas especialidades ou dizerem conferências a respeito de coisas brasileiras e argentinas (BRASIL, 1934).

Podemos considerar que esse foi o início do processo de institucionalização – no campo das políticas culturais – das aproximações entre o Brasil e a Argentina, a qual somente poderia ser efetivada por uma diplomacia cultural. De acordo com Lia Calabre (2017), Getúlio Vargas argumentava em favor da integração nacional a despeito das diferenças culturais entre os dois países e, por isso, o governo brasileiro iniciou uma tentativa de estreitar relações diplomáticas com o país vizinho.

Além da institucionalização do convênio oficial, o qual firmava a viagem de intelectuais e professores às universidades dos dois países, assim como o agendamento de conferências que versariam sobre as “coisas brasileiras e argentinas”, vemos que as tentativas de aproximação estabelecidas entre a ABL e um grupo de escritores argentinos extrapolavam aquelas encabeçadas pelas esferas governamentais brasileiras. Nas atas e resumos das sessões da ABL, encontramos diversas notícias de viagens de acadêmicos da Casa de Machado de Assis ao país vizinho, assim como a recepção de intelectuais argentinos nos salões do *Petit Trianon*.

Na segunda sessão acadêmica do ano de 1937, Claudio de Souza ofereceu à Academia – em nome do autor – um exemplar do ensaio escrito por Antonio Aita². Ainda no mês de janeiro, Ataulfo de Paiva – na condição de Presidente da ABL – prestou homenagem à República da Argentina na pessoa do Embaixador Ramón J.

² Antonio Aita foi secretário geral do PEN Clube de Buenos Aires e um dos organizadores do Congresso Mundial de escritores ocorrido no ano de 1936 na Argentina.

Cárcano³, o qual se encontrava presente na sessão. Ao longo de todo ano de 1937 e dos anos seguintes, vemos uma série de homenagens, cartas de pesares, parabenizações, visitas recíprocas entre membros da ABL e personalidades argentinas, assim como, doações de livros e obras de artes de artistas argentinos, em especial de representantes do PEN Clube de Buenos Aires.

Na sessão pública de 28 de janeiro de 1937 da ABL, Ataulfo de Paiva enviou mensagens parabenizando o embaixador Ramón J. Cárcano e o Ministro de Estado argentino Miguel Â. Cárcano pela autoria da lei que instituiu a criação da coleção “*Biblioteca de Autores Brasileños*”, a qual será dirigida pela Junta de História e Numismática Americana sediada em Buenos Aires. Antes mesmo de se tornarem sócios correspondentes da ABL⁴, essas duas personalidades argentinas haviam sido homenageadas diversas vezes em sessões públicas na Casa de Machado de Assis, principalmente por suas ações no fortalecimento das relações entre os escritores das duas nações. Como podemos observar, a criação da “*Coleção de Autores Brasileños*” pelo governo Argentino foi uma tentativa prática de consolidação do intercâmbio cultural entre o Brasil e a Argentina, até porque seus idealizadores – um ministro de Estado e um embaixador argentino – estavam intrinsecamente ligados ao governo daquele país.

Na sessão de 13 de maio de 1937, Afrânio Peixoto congratulou-se com os membros da ABL pela tradução do livro *História da Civilização Brasileira* de Pedro Calmon para a referida coleção. A obra de Pedro Calmon seria a primeira tradução para a coleção “*Biblioteca de Autores Brasileños*”. Na ocasião, Pedro Calmon agradeceu as palavras e comunicou à Academia que outras obras de membros da ABL seriam publicadas para a referida coletânea argentina. Pedro Calmon aproveitou a ocasião para informar que alguns escritores brasileiros estão empenhados em

retribuir essa formosa dívida de gratidão, compreendido, com o mesmo espírito de cordialidade internacional, o que significa a mais íntima aproximação das nossas elites. Assim será em breve publicada

³ Este foi introduzido no salão, o Embaixador designou Aloysio de Castro, Olegário Mariano, Otávio Mangabeira, Pereira da Silva e Cláudio de Souza. O Presidente da ABL leu um pequeno discurso e, em seguida deu a palavra, respectivamente, aos Fernando Magalhães, Afonso Celso, Rodrigo Otávio e Hélio Lobo. Após os discursos, o Embaixador Cárcano também leu um breve discurso.

⁴ Miguel Â. Cárcano tornou-se sócio correspondente da ABL em 1959 para a 5.^a posição da cadeira de n. 15, isto é, no mesmo ano em que foi eleito membro da AAL para a cadeira de n. 20. Já, Ramón J. Cárcano tornou-se sócio correspondente da ABL em 1938 para a 3.^a posição da cadeira de n. 19.

em nosso idioma, a admirável *História a Civilização Argentina*, de Ricardo Levene (ABL, 1937, p. 316).

O jornal *Gazeta de Notícias* de 23 de dezembro de 1937 informou que o livro *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Vianna, foi traduzido para a coleção “*Biblioteca de Autores Brasileños*”. A notícia reproduzida no jornal *Gazeta de Notícias* exaltava a criação da “*Biblioteca de Autores Brasileños*” como mais um resultado “da intensa obra de intercâmbio cultural que vem sendo desenvolvida entre os dois países” (INTERCÂMBIO..., 1937, p. 7).

Após a tradução da *História da civilização brasileira* (1937), de Pedro Calmon e da *Evolucion del pueblo brasileño* (1937), de Oliveira Vianna, Afrânio Peixoto – em sessão acadêmica – informa aos membros da ABL que as próximas traduções seriam; *El Emperador D. Pedro II*, de Afonso Celso, e *Los Sertones*, de Euclides da Cunha, ambas para 1938. Além das traduções anunciadas, também foram publicadas pela referida coleção: *Conferencias y discursos* (1939), de Rui Barbosa; *Mis memorias de los otros* (1940), de Rodrigo Octávio; *Casa-grande & senzala* (1942), de Gilberto Freyre; *Pequeña historia de la literatura brasileña* (1943), de Ronald de Carvalho; *San Pablo en siglo XVI* (1947), de Afonso de Taunay; e *La vida en la selva* (1949), de Candido de Melo Leitão.

No campo intelectual e no plano editorial, essas obras traduzidas são, de acordo com Gustavo Sorá (2003), uma tentativa de reunir ensaios de interpretação da História brasileira. Segundo Carlos Alberto Pasero (2019), a partir dos anos de 1930 ocorreu o aumento da divulgação de produtos artísticos de língua portuguesa na Argentina, tal processo tem como ponto alto a criação da “*Biblioteca de Autores Brasileños*”. Esse empreendimento, segundo o autor, é um dos “*ejemplos de la emergencia de un mercado cultural acorde con el incipiente proceso de legitimación del portugués entre los argentinos*” (PASERO, 2019, p. 523). Para o autor, o processo de legitimação vai ao encontro das

representaciones sociales que acompañaron, presidieron y condicionaron el proceso de implantación de la enseñanza del portugués como lengua extranjera y sus respectivas literaturas en el sistema educativo oficial argentino, en el período que se inicia en 1935 y que culmina en 1942 (PASERO, 2019, p. 524).

Na tentativa de consolidar o processo de aproximação apontada por Sorá (2003) e Paseros (2019), acreditamos que a escolha das obras publicadas na Argentina passou por uma seleção direcionada por alguns membros da ABL. É possível perceber que os únicos autores não membros da ABL que foram traduzidos para “*Biblioteca de Autores Brasileños*” foram Gilberto Freyre, Ronald de Carvalho e Candido de Melo Leitão. A tradução do primeiro autor justifica-se por ser uma obra clássica de um dos principais referenciais da sociologia brasileira da década de 1930. O segundo autor teve sua obra inserida na coleção por ser um grande crítico literário e vencedor de diversos prêmios concedidos pela ABL, mas devido a sua morte prematura não pôde alçar uma vaga entre os membros da ABL. O terceiro autor – não membro da ABL – com obra traduzida para a coleção argentina era considerado o pai dos estudos sobre aracnologia na América do Sul, um dos maiores estudiosos da biogeografia no Brasil e Presidente da Academia Brasileira de ciências entre 1943 e 1945.

Em retribuição à iniciativa argentina, foi criada a “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” em 1938. Essa coleção foi organizada e dirigida pelo Serviço de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, a qual estava sob a supervisão do Ministro Osvaldo Aranha e de Pedro Calmon. Nesse mesmo ano, Miguel Osório de Almeida – membro da ABL – ofereceu à Academia os dois primeiros volumes da coleção brasileira dedicada a autores argentinos: *Síntese da História da Civilização Argentina* (1938), de Ricardo Levene, e *De Caseros ao XI de Setembro* (1939), de Ramón J. Cárcano. Outras obras de autores argentinos também pertenceram a essa coleção, entre elas: *Orações setectas* (1940), de Bartolomé Mitre; *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina* (1941), de Juan Bautista Alberdi; *Vidas argentinas* (1942), de Octávio R. Amadeo; *O santo da espada (San Martir)* (1948), de Ricardo Rojas; *Mitre: uma década de sua vida política* (1950), de Rodolfo Rivarola; e *Recordação da província* (1952), de Domingo Faustino Sarmiento.

No que concerne às obras de autores argentinos publicadas pela coleção brasileira, encontramos quatro sócios correspondentes da ABL, Ricardo Rojas (eleito em 1943), Rodolfo Rivarola (eleito em 1935) e Bartolomé Mitre (eleito em 1898), este último foi escolhido Patrono da Cadeira de n. 16 da Academia Argentina de Letras (AAL). Além de Bartolomé Mitre, outros dois Patronos da AAL – Juan Bautista Alberdi (Patrono da cadeira de n. 1 da AAL) e Domingo Faustino Sarmiento (Patrono da cadeira

de n. 21 da AAL) – também tiveram suas obras publicadas na coleção brasileira. Um quarto escritor argentino e sócio correspondente da ABL que teve sua obra publicada na coleção foi Ramón J. Cárcano (eleito em 1938), o qual foi eleito membro da AAL em 1938. Dos autores de obras analisadas neste estudo, apenas Octávio R. Amadeo⁵ e Ricardo Levene⁶ não mantiveram vínculos oficiais com nenhuma das duas academias, mas tinham fortes relações com outras instâncias intelectuais e políticas argentinas.

As obras de autores brasileiros pertencentes à “*Biblioteca de Autores Brasileños*” foram prefaciadas por um grupo bastante seleta: Emilio Ravignani (historiador e membro da Academia Nacional de História na Argentina), Rodolfo Rivarola (especialista em Direito e Presidente do Instituto Cultural Argentino-Brasileiro), Rômulo Zabala (historiador e membro da Academia Nacional de História na Argentina), Max Fleiuss (historiador e único brasileiro que escreveu prefácio para esta Coleção), Mariano de Vedia (literato, historiador, constitucionalista e membro da Academia Nacional de História na Argentina), Ricardo Sáez-Hayes (crítico literário), Octávio R. Amadeo (historiador e membro da Academia Nacional de História na Argentina) e Ricardo Levene (historiador e membro da Academia Nacional de História na Argentina).

Dos escritores que escrevem prefácios para as obras de autores brasileiros publicados na coleção argentina, apenas Rodolfo Rivarola, Octávio R. Amadeo e Ricardo Levene tiveram obras publicadas na “Coleção Brasileira de Autores Argentinos”. Um dos prefácios de obra de autores brasileiros traduzida para o castelhano foi escrito por Ricardo Sáez-Hayes, o único entre o grupo que pertencia a AAL (eleito em 1948) e também sócio correspondente da ABL (eleito somente em 1962). Outros quatro autores – Emílio Raviagnani, Rômulo Zabala, Max Fleiuss e Mariano de Vedia – que prefaciaram obras de autores brasileiros publicados na argentina não mantinham contato nenhum com nenhuma das duas Academias de Letras, mas tinham laços com as artes, ciências jurídicas, história e, particularmente, com o

⁵ Foi ainda membro da Academia Nacional de História, da Academia de Direito de Buenos Aires, do Instituto da Universidade de Paris na capital argentina, dos institutos culturais Argentino-Brasileiro e Argentino-Chileno, da Academia de Ciências Morais e Políticas, e colaborador das academias de História de Madri, Assunção e Montevideú, embaixador argentino no Brasil em 1939 e em seguida Interventor na Província de Buenos Aires. Além de colaborar em diversos periódicos e revistas, publicou *Política* (1916), *Inamovilidad de los jueces* (1917), *Vidas argentinas* (1934) e *Doce argentinos* (1945).

⁶ Historiador e jurista argentino. Realizou importantes pesquisas e ocupou diversos cargos universitários em seu país. Suas principais obras foram: *Introdução à história do direito indiano* (1924), *Lições de história argentina* (1924) e *História do direito argentino* (1945).

campo político Argentino. Para termos uma ideia destes laços, Mariano de Vedia foi nomeado pelo Presidente argentino Agustin P. Justo para o cargo de Prefeito de Buenos Aires e Emilio Ravignani foi Deputado Nacional na Argentina por três mandatos.

Já a versão brasileira da edição de autores argentinos foi prefaciada somente por membros da ABL, entre eles, Pedro Calmon, João Neves de Fontoura, Oswaldo Aranha, Afrânio de Mello Franco, Álvaro Lins e Octávio Tarquínio de Souza. Essa constatação merece ser considerada. O fato de que os autores responsáveis pelos prefácios das obras de autores argentinos serem todos membros da ABL expõem uma questão curiosa. Ao observar o conjunto de autores responsáveis pelos prefácios, constatamos que ao contrário da versão argentina, a experiência brasileira teve uma ação mais incisiva da academia de letras brasileira, o que não ocorreu na versão argentina da coleção. Essa relação merece ser estudada, mas infelizmente não poderemos aprofundar nestas questões nesse artigo, mesmo assim podemos formular algumas perguntas: Será que ocorria um distanciamento entre AAL e o projeto político do governo argentino de aproximação com o Brasil? Ou podemos considerar que a recente AAL – a Academia Argentina foi criada em 1931 – ainda não obtinha o reconhecimento nacional necessário para viabilizar esse projeto? Também poderíamos considerar que a participação de escritores não membros da AAL seria uma forma de galgar degraus para sua futura eleição para a Academia Argentina? Como dito, para respondermos essas indagações necessitaríamos de mais investigações, mas podemos adiantar uma resposta para nosso último questionamento; a maioria dos colaboradores das coleções – seja como autores de livros ou como autores de prefácios – não foi eleita como membro da AAL. Para além dessa discussão, voltemos ao tema de nosso estudo.

No Prólogo da edição da publicação brasileira da *Síntese da história da civilização argentina* (1938), de Ricardo Levene, o autor argentino expõe suas posições sobre as relações entre o Brasil e a Argentina, as quais foram fortalecidas com a criação das duas coleções. Para o historiador argentino:

É a historia viva, gerada no amor e no respeito, que tornou possível o desenvolvimento transcendente dos pactos intelectuais celebrados entre as duas nações, dos quais destaco o significativo convênio sobre a revisão dos textos de História e Geografia Americanos destinados ao ensino das escolas.

A Biblioteca de Autores Brasileiros reunindo valores selecionados, vertidos para o castelhano que tive a honra de criar e a de Argentinos transpostas para o idioma nacional brasileiro que se inicia com este

volume, tem por fim difundir as melhores obras entre os mestres e professores, cinzeladores que modelam os corações da infância e da juventude, e entre os intelectuais, jornalistas e publicistas que formam a alma coletiva.

[...]

Expresso meu profundo agradecimento ela honra que significa esta publicação, e deixo manifesta a minha simpatia, saudando o aparecimento da Biblioteca de Autores Argentinos em edição brasileira. Particularmente desejo reiterar minha adesão à obra que realizam as instituições culturais do Brasil, as Universidades, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...] Cabe lembrar, também, Comissão Revisora de textos de História e Geografia Americana e Nacional, na qual atuam, entre outros escritores, o eminente historiador Pedro Calmon, que me honra com o prefácio que precede a minha obra (LEVENE, 1938, p. 15/16).

Vemos como Ricardo Levene (1938) exaltou os “pactos intelectuais celebrados entre as duas nações” através da criação das duas coleções que, segundo suas palavras, visava difundir para a “infância e da juventude” as melhores obras de autores dos dois países. No entanto, esse entusiasmo é atravessado pela preocupação, como bem demonstra Nayara Galeno do Vale (2020). Segundo a autora, Ricardo Levene demonstrava certa angústia com o andamento dos trabalhos da coleção brasileira, assim como fazia sugestões de modificações da tradução de sua obra, as quais tinham o intuito de adequá-la “aos objetivos do projeto de cordialidade internacional ao qual o convênio de tradução estava vinculado” (VALE, 2020, p. 430).

Além da via de mão dupla estabelecida entre as duas coleções, as atas e os anais da ABL revelam diversas homenagens às personalidades argentinas, ofertas de exemplares de obras e revistas literárias produzidas no país vizinho, pinturas e elogios às ações desenvolvidas por suas Academias de Letras e de História. Todas essas atitudes objetivavam reforçar o intercâmbio cultural e profissional entre os países latino-americanos, ou melhor, essas práticas se assentavam na tentativa de estreitar as distâncias culturais entre escritores brasileiros e argentinos. De modo geral, tais ações buscavam consolidar uma “sociedade de indivíduos” através do campo intelectual, basicamente uma sociedade de escritores ligados a espaços institucionalizados de produção literária e política.

É possível afirmar que às homenagens, as eleições de personalidades argentinas como sócios correspondentes – nove argentinos foram eleitos entre 1898 e 1959 – e as conferências sobre a literatura pan-americana reunidas no volume *Panorama da literatura estrangeira contemporânea* (1943) completavam as ações de aproximação

entre o Brasil e as outras nações latino-americanas, especialmente a Argentina. Além disso, diversos textos – entre 1937 e 1945 – abordando a aproximação literária e política entre Brasil e Argentina foram publicados na Revista da ABL, conforme descrevemos o quadro abaixo:

Quadro 1

ACADÊMICOS	TEXTOS	ANO
Afonso de Taunay, Rodrigo Octávio, Athaulfo de Paiva e Hélio Lobo	Homenagem à República Argentina e ao embaixador D. Ramon J. Cárcano	1937
D. Ramon L. Cárcano	Homenagem à República Argentina e ao embaixador D. Ramón J. Cárcano	1937
Hélio Lobo	A cooperação intelectual na conferência da Paz de Buenos Aires	1937
Hélio Lobo e Cláudio de Souza	Homenagem ao embaixador José Maria Cantilo	1938
Celso Vieira	Brasil-Argentina	1940
Henrique Larreta	Homenagem ao Sr. Enrique Larreta	1941
João Neves da Fontoura e Leví Carneiro	Homenagem ao Sr. Enrique Larreta	1941
Leví Carneiro e Pedro Calmon	Rodolfo Rivarola	1942
Enrique Ruiz Guiñazú	Homenagem aos delegados da terceira reunião de consulta dos chanceleres americanos	1942
José Carlos de Macedo Soares	Na Academia Argentina de Letras	1943
Bernardo A. Houssay	<i>El hombre de ciencia</i>	1943
José Carlos de Macedo Soares	O movimento político-militar na Argentina	1945

Fonte: elaborado com base nos índices dos anais acadêmicos entre os anos 1937 e 1947.

De acordo com esse quadro, podemos ver que no intercâmbio estabelecido nos salões do *Petit Trianon*, entre 1937 e 1945, apenas as conferências de José Carlos de Macedo Soares e de Hélio Lobo destacam exclusivamente a atividade intelectual

daquele país. As homenagens a José Maria Contilo não estavam voltadas para sua eleição como sócio correspondente da ABL, e sim para sua posição política, ou seja, a de embaixador argentino no Brasil. O quadro aponta, também, as conferências de D. Ramon L. Cárcano e Enrique Larreta agradecendo as homenagens prestadas a eles. Enrique Larreta enviou um texto na forma de conto, o qual foi prontamente publicado na revista da ABL. Cinco anos após essas homenagens, Enrique Larreta foi eleito membro da AAL para a cadeira de n. 13, o que pode ser um indício que reforça as tentativas de ampliar os laços culturais e profissionais entre as duas Academias. Também encontramos textos de Bernardo A. Houssay e Enrique Ruiz Guiñazú, os únicos que não eram sócios correspondentes (o primeiro era um cientista e vencedor do Prêmio Nobel de Medicina em 1947 e o segundo, famoso político e diplomata, mas membro da AAL desde 1935). Esses escritores enviam, respectivamente, uma crônica e um discurso em homenagem aos chanceleres latino-americanos. Por fim, um segundo discurso de José Carlos de Macedo Soares, proferido em 1945, aborda estritamente a situação política do país vizinho e não questões literárias.

Esses exemplos permitem constatar que, na medida do possível, os acadêmicos tentavam não trazer questões políticas para o seio da ABL. Vemos que o silêncio a respeito dessas questões não era possível, haja vista que encontramos homenagens ao indivíduo na condição de embaixador e comentários referentes ao “movimento político-militar na Argentina”, denominado pela historiografia argentina como “Revolução de 43”. Esses indícios reforçam a opinião de Alessandra El Far (2000) e de João Paulo Rodrigues (2001) de que as fronteiras entre o campo político e o campo literário nem sempre se encontravam bem definidas nos salões da ABL, apesar da defesa da neutralidade em assuntos de cunho político demarcada desde o discurso fundador de Machado de Assis em 1897.

Um caso curioso que podemos mencionar era a constante referência ao historiador argentino Rodolfo Rivarola nas sessões da ABL. Esse caso pode exemplificar como se estruturava essa “sociedade de indivíduos” que compunham parte do campo intelectual responsável pelos intercâmbios culturais e profissionais entre escritores brasileiros e argentinos. Além de prefaciar obras de escritores brasileiros traduzidos para o castelhano e ter um de seus livros traduzidos para o português, essa personalidade argentina era constantemente lembrada nas sessões realizadas no *Petit Trianon*, principalmente em razão de seu aniversário de 80 anos, em dezembro de 1937.

Esse escritor argentino havia sido eleito em 1934 como 3.º ocupante da cadeira de n. 15 de sócio correspondente da ABL e, em 1935, tornou-se presidente do Instituto Cultural Brasil-Argentina em Buenos Aires⁷. Em diversas oportunidades, Oliveira Vianna – membro da ABL e autor de um livro traduzido para a “*Biblioteca de Autores Brasileños*” – agradece publicamente pelo reconhecimento dado a ele pelos intelectuais argentinos. Na sessão de 14 de novembro de 1942, realizada nos salões do *Petit Trianon*, Oliveira Vianna fala em homenagem à memória do sócio correspondente Rodolfo Rivarola, falecido em 10 de novembro de 1942. Nessa homenagem, o intelectual brasileiro lembra o momento em que o conhecera para agradecê-lo pelas “palavras de tão alta generosidade com que prefaciou a edição em espanhol da *Evolução do povo brasileiro*” (ABL, 1942, v. 64, p. 334).

Chegando ao final de nossas breves considerações sobre os intercâmbios culturais e profissionais entre autores brasileiros e argentinos, concordamos com Gustavo Sorá (2002) ao afirmar que, a “*Biblioteca de Autores Brasileños*” e sua homóloga no Brasil compunham um conjunto de medidas oficiais que reuniram ensaios dedicados às interpretações das realidades nacionais brasileiras e argentinas. De qualquer modo, podemos dar um passo adiante ao defender que ambas tornaram-se uma via de mão dupla entre escritores dos dois países e, assim, através do campo intelectual esses sujeitos experimentaram a constituição de uma “sociedade de indivíduos” dedicados aos intercâmbios culturais e profissionais entre Brasil e Argentina.

Em seus estudos sobre as relações culturais entre Brasil e Argentina durante os anos de 1930 a 1940, Raquel Paz dos Santos (2009) defende que nesse interstício ocorreu uma forte aproximação política e economia entre os dois países, a qual visava consolidar esses vínculos através da diplomacia cultural. Para a autora, esse processo visava a

legitimação de uma nova estética, referendando os projetos de desenvolvimento nacional, que apoiavam a perspectiva de uma integração regional em busca de uma maior autonomia econômica da América Latina frente às grandes potências (SANTOS, 2009, p. 35).

A autora considera que essa legitimação deu-se de diferentes formas, entre elas, missões científicas e artísticas, exposições de arte e de literatura e traduções de livros de

⁷ Como forma de reforçar intercâmbios entre os dois países, a congênere desse Instituto no Brasil tinha sua sede no Rio de Janeiro sob a presidência de Rodrigo Octávio, também membro da ABL.

escritores argentinos e brasileiros para o português e o espanhol. No que concerne à permuta de traduções entre Brasil e Argentina, a qual se deu por meio de criação de Coleções, nosso estudo demonstrou como esses projetos foram encabeçados por um grupo bastante fechado entre escritores dos dois países. É interessante perceber que a contrapartida argentina para a ampliação dos intercâmbios cultural através da criação de Coleções foi maior que a iniciativa brasileira, uma vez que no país vizinho encontramos diversas outras coleções, além da analisada neste estudo, também podemos citar a “*Biblioteca de Novelistas Brasileños*” (SANTOS, 2009). Infelizmente, os limites deste artigo não nos permite aprofundar nos motivos que levaram a uma maior iniciativa por parte do campo intelectual argentino em oferecer um número maior de coleções que traduziram obras de escritores brasileiros, assim como aprofundar no estudo da circulação de ideias e do impacto econômico na inserção destes escritores no mercado editorial nos dois países, ficando essas explicações para outra oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índices de publicações dessas duas coleções – “*Coleção de autores brasileños*” e a “Biblioteca Brasileira de Autores Argentinos” – nos relevam que elas eram formadas por um grupo bastante fechado, uma “sociedade de indivíduos” composta por membros das Academias de Letras, Ciência e História, sócios correspondentes da ABL, bem como por professores universitários, políticos e diplomatas dos dois países.

Nessa “sociedade de indivíduos” formada em torno da ABL foi possível perceber que a inter-relação entre esse grupo deu-se na elaboração de dois conjuntos literários: “*Coleção de autores brasileños*” e a “Biblioteca Brasileira de Autores Argentinos”. O modelo seguido pelos dois grupos era a produção de obras literárias de cunho histórico e sociológico, mas isso não quer dizer que também não encontremos traduções de textos poéticos e de discursos políticos, os quais estavam presentes na revista da ABL. De qualquer modo, a maior parte dos textos pertencentes a essas coleções e publicados na revista da ABL tinha o caráter de tornar inteligível o processo histórico da formação de cada nação.

Assim, a discussão deste artigo pretendeu contribuir para o entendimento da utilidade de nos apropriarmos de coleções literárias para o mapeamento do campo

intelectual brasileiro e argentino e, ao mesmo tempo, da “sociedade de indivíduos” que interagiram em determinado contexto; em nosso caso, procurar, por meio do estudo dessas coleções, demonstrar como se estabeleceu a tentativa de intercâmbio cultural e profissional entre escritores brasileiros e argentinos nas décadas de 1930 e 1940.

REFERÊNCIAS

ABL. Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, Ano 29, volume 53, ano 1937.

ABL. Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, Ano 41, volume 64, ano 1942.

BRASIL, Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934. Promulga o Convênio de Intercâmbio intelectual entre o Brasil e a Argentina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24394-13-junho-1934-558093-publicacaooriginal-78991-pe.html>> Acesso em 25/06/2017.

BOURDIEU, Pierre. *O mercado de bens simbólicos. A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

CALABRE, Lia. *A diplomacia cultural brasileira para a América-latina: um estudo comparativo sobre duas experiências autoritárias*. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1504104046_ARQUIV_O_MARTINEZ,M;CALABRE,L.AdiplomaciaculturalbrasileiraparaaAmerica-latina.umestudocomparativosobreduasexperienciasautoritarias.pdf> Acesso em 12/04/2021.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

INTERCÂMBIO CULTURAL ARGENTINO-BRASILEIRO. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro 23 de dezembro de 1937, p. 7.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da história da civilização argentina*. Rio de Janeiro: Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, 1938.

PASERO, Carlos Alberto. *Representaciones de la lengua portuguesa en la Argentina: la biblioteca de autores brasileños traducidos al castellano*. Caderno de Letras, nº 34, Maio-Ago – 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/16677>>. Acesso em 15/04/2021.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras* – Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SANTOS, Raquel Paz dos. *Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro de 2009. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000200003> Acesso em 15/04/2021

SORÁ, Gustavo. Livros de autores brasileiros na Argentina: uma força de alteridade negada. In. MARTINS, Maria Helena (org.) *Fronteiras Culturais*. Brasil-Uruguaiana. São Paulo: Ateliê Editora, 2002. p. 170-209

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Zorzal, 2003.

VALE, Nayara Galeno do. *Diálogos epistolares e edição: intercâmbios intelectuais entre Brasil e Argentina na correspondência de Ricardo Levene e Pedro Calmon*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, N° 29, p.409-443, Ago./Dez., 2020. Disponível em: < <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/3917>> Acesso em 15/04/2021

CONOCER A UN VECINO PELIGROSO. VICENTE QUESADA Y EL DESCUBRIMIENTO DEL MUNDO INTELECTUAL BRASILEÑO (1880-1890)

Nicolás Arenas Deleón¹

INTRODUCCIÓN

En un artículo publicado en 1875 en la *Revista Chilena*, el intelectual José Victorino Lastarria (1817-1888) manifestó su preocupación ante la existencia en el continente de un “tubérculo americano, que se llama Imperio, protuberancia enfermiza producida por el injerto de la monarquía en el árbol naciente de la república”. Según el autor, frente a este peligroso mal era necesaria una rápida respuesta por parte de los gobiernos americanos, que permitiera contrarrestar el poderío (y el avance) de Brasil dentro del panorama regional. Para ello, consideraba imperiosa la solidaridad entre las repúblicas del continente –siendo su llamado exclusivo para los territorios que habían pertenecido al antiguo dominio español– construida a través del apoyo entre los Gobiernos; el estímulo de mejores medios de comunicación y “facilidades para el intercambio”; el impulso de “una propaganda sistemada [sic]”; la construcción de “una diplomacia inteligente y útil” y el esfuerzo para la aparición de publicaciones que facilitaran “el conocimiento mutuo de pueblos que poseen un pasado en común” (LASTARRIA, 1875, p. 521).

Estas expresiones, expuestas por el escritor chileno, se repitieron en innumerables artículos dentro de los soportes periodísticos americanos. La convivencia con un régimen monárquico con ambiciones expansionistas como el de Pedro II (1841-1889) puso en alerta a la intelectualidad de las distintas repúblicas. El Imperio del Brasil constituía la materialización, cercana y amenazante, de la cultura política que había logrado extirpar la revolución; por tanto, su avanzada sobre diversos territorios fue motivo de denuncia recurrente para fomentar la acción de la diplomacia y frenar las “apetencias” de Su Majestad.

El espacio rioplatense vivió con intensidad esta disputa con el Brasil. El histórico diferendo entre España y Portugal por el avance más allá de la línea de

¹ Doctor en Historia por la Universidad de los Andes, Chile. Profesor del Instituto de Historia de la Universidad de los Andes, Chile. E-mail: nicotab@gmail.com

Tordesillas, que dio lugar a numerosos enfrentamientos armados y a una copiosa tratadística durante más de tres siglos, siguió presente una vez alcanzada la independencia de los poderes europeos (HEREDIA, 1996, p. 268-270). En Argentina aún seguían frescos los tensos altercados por el control de la Provincia Oriental o Cisplatina (posteriormente Uruguay) y, más cerca, las diferencias surgidas tras la finalización de la Guerra del Paraguay (1865-1870).

Durante la década de 1880, la preocupación por el avance de los intereses de Pedro II hacia el Plata se hizo cada vez más recurrente dentro de las reflexiones de la intelectualidad argentina. Desde la acción diplomática y las tribunas de la prensa fue necesario justificar, con mayor precisión, que la Corte de Río de Janeiro no tenía ningún derecho sobre los territorios de la margen oriental del río Uruguay y que aquellos avances que violentaran el *uti possidetis* de 1804² y las negociaciones alrededor de la Convención Preliminar de Paz (1828) –que culminó con la constitución del Uruguay como Estado independiente– eran absolutamente ilegítimos. Igualmente, esta oportunidad sirvió para encumbrar a la Argentina como garante en la defensa de los intereses territoriales de otras repúblicas americanas ante el Imperio, de modo de acaudillar un “frente común” para neutralizar el poder brasileño.

En este contexto destacó la figura del “intelectual/diplomático” (MARICHAL, PITA, 2019, p. 98) Vicente G. Quesada (1830-1913)³, quien se constituyó en agente activo para la salvaguarda de los intereses argentinos (y republicanos). Los fundamentos de su accionar fueron exteriorizados durante su gestión diplomática frente a la Corte de

² Según Quesada, el statu quo de 1804 era el que fijaba la “línea provisional divisoria” entre las posesiones españolas y portuguesas, mientras se intentaba dar cumplimiento a lo establecido en el tratado de San Ildefonso, firmado por las Cortes de Madrid y Lisboa en 1777. Por tanto, cualquier avance u ocupación territorial que traspusiera el límite demarcado era considerado ilegal y violatorio de lo estipulado en el acuerdo (QUESADA, mayo 1881, p. 203).

³ Vicente Gregorio Quesada nació en Buenos Aires en 1830. Periodista y polemista, desde muy joven participó en diversos medios de prensa. Estudió durante la época de Juan Manuel de Rosas y se doctoró en Derecho en la Universidad de Buenos Aires (1855). Al escindir el país en dos gobiernos (1852-1861) y tras una fracasada misión diplomática a Bolivia, Quesada alternó su residencia entre Paraná (capital de la Confederación) y Corrientes donde ejerció diversos cargos públicos, trabajó como redactor del periódico *El Comercio* y fundó la *Revista del Paraná* (1861). Entre 1863 y 1871 dirigió *La Revista de Buenos Aires* junto a Miguel Navarro Viola. En 1871 fue nombrado director de la Biblioteca de Buenos Aires (en sustitución de José Mármol) y, dos años después, en el ejercicio de dicha función, le fue encomendada la visita a archivos y bibliotecas de Europa para conocer su funcionamiento y, al mismo tiempo, para obtener documentos útiles para la defensa de los intereses argentinos en la disputa por la Patagonia. Tras retornar continuó su labor activa en el ámbito político como Ministro de Gobierno de la Provincia de Buenos Aires (1877-1878) y como Diputado en el Congreso Nacional (1879-1880). Desde 1881, dirigió junto a su hijo Ernesto la *Nueva Revista de Buenos Aires*, labor que finalizó tras ser nombrado Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario ante el Imperio del Brasil. A partir de allí, inició un periplo diplomático en distintos destinos americanos y europeos hasta su retorno a la capital argentina donde falleció en 1913 (BUCHBINDER, 2012; BUNGE, 1915).

Río (1883-1885) y, a la vez, expuestos en la *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885), la cual fundó junto a su hijo Ernesto como espacio escritural desde el que dirimir discursivamente las disputas territoriales entre los diversos gobiernos americanos.

En estas intervenciones, al tiempo que desplegó un arsenal discursivo contra el Brasil, incentivó la inclusión de los intelectuales del Imperio dentro de los entramados de la república de las letras americanas y, particularmente, los convirtió en activos colaboradores del soporte que dirigía. Frente a ello cabe preguntarse, ¿cuáles fueron las razones que fundamentaron este interés por coparticipar a los brasileños de las redes intelectuales americanas? ¿De qué forma se vinculó (o tensionó), en el pensamiento y la acción de Vicente Quesada, la defensa de “lo nacional” y la aspiración a “lo americano”?

A partir de estas interrogantes, este capítulo intenta demostrar que Quesada funcionó, en su rol de director de la revista (que complementó con su gestión diplomática), como nodo reticular y agente cultural para conectar a la intelectualidad republicana e imperial (DA SILVA RAMOS, 2018), sistematizando los vínculos relacionales y canales rizomáticos que otros intelectuales –Andrés Lamas, Bartolomé Mitre o Domingo Faustino Sarmiento– habían creado y sostenido, de modo personal y con intermitencia, durante las décadas anteriores. Para demostrarlo se pretende, a partir del estudio de un variado *corpus* documental –diarios, revistas, memorias, etc.–, definir y examinar los mecanismos accionados por Quesada para incorporar a la intelectualidad brasileña en las redes de colaboración e intercambio existentes entre la comunidad letrada a nivel regional. Del mismo modo, se analiza de qué forma esta tentativa se enfrentó a los celos que despertaba el Brasil en distintos espacios de la opinión pública (y en el propio pensamiento de Quesada), debido a sus litigios limítrofes con la mayor parte de las repúblicas del continente.

El análisis propuesto parte de la premisa de que la *Nueva Revista de Buenos Aires* funcionó como espacio de sociabilidad intelectual (PITA GONZÁLEZ, 2014, p. 232-234) y como canal eficaz para incorporar a las letras brasileñas como parte de “lo americano” y clausurar su exclusión a causa de las condiciones de su Gobierno. Esta decisión editorial, novedosa y original para la época –pues la presencia brasileña en soportes del resto del continente era casi nula–, marca una verdadera “declaración de intenciones” respecto al proyecto que estaba detrás: la conformación de densos canales de intercambio y colaboración, capaces de dar a conocer los adelantos intelectuales en el

continente y proyectar dichos avances ante la mirada europea. Así, se aspiraba a que este soporte conformara un artefacto cultural y espacio mediático que facilitara a la intelectualidad letrada la creación de una gran nación sin fronteras, cuna y plataforma para el despliegue y circulación de la cultura americana.

Aunque existen numerosos estudios sobre las relaciones entre Brasil y Argentina durante el siglo XIX, pocos han reparado respecto a la acción de Quesada en dicho contexto. En primer lugar, la biografía más actual acerca del político y escritor argentino (BUCHBINDER, 2012), presenta y examina las características que marcan su acción diplomática. Si bien este tópico posee un breve desarrollo dentro del recorrido biográfico propuesto por Buchbinder, la obra expone con claridad las principales motivaciones del personaje en el ejercicio de su función, a la vez que define con precisión la visión que construye en torno a los que considera los tres grandes peligros del Continente: Estados Unidos, Brasil y Chile (p. 101-115).

En segundo lugar, la investigación de Paula Da Silva Ramos (2018) acerca de la *Nueva Revista de Buenos Aires* proporciona interesantes elementos para el análisis del pensamiento de Quesada en relación con el Brasil. La autora indaga en torno a la misión diplomática del argentino frente a la Corte de Río y, a la vez, estudia las características de los flujos colaborativos brasileños en la publicación, pero no ahonda en la relación existente entre las funciones de editor y diplomático del personaje.

Por su parte, el trabajo de Paulo Cavaleri, *La restauración del Virreinato, Orígenes del nacionalismo territorial argentino* (2004), aunque no dedica especial atención al vínculo de Quesada con el Brasil, lo acerca a través del examen de su ideal reconstructivo y restaurador del Virreinato del Río de la Plata. Para Cavalleri, a esta idea –que marca el enfrentamiento con el Imperio por el control de diversos territorios del Cono Sur– subyace un “nacionalismo” argentino, que busca imponer al país dentro de la geopolítica regional y reafirmar los ideales patrióticos y observa en Quesada a uno de sus principales artífices.

En una línea similar, el artículo de Cristián Di Renzo (2019) reflexiona en torno a los postulados de política internacional expuestos por Quesada, los cuales conllevan una profunda crítica al accionar del Gobierno argentino y buscan presionar discursivamente –siendo la *Nueva Revista de Buenos Aires* un medio idóneo para tal práctica– para desarrollar una política más agresiva capaz de contrarrestar los avances territoriales de Chile y Brasil. Respecto a este último, el autor sostiene que los escritos

de Quesada observan cierta ambigüedad, en la que alternan los recelos hacia el Imperio con la posibilidad de una alianza entre ambos Estados.

Por último, es ineludible la referencia a los escritos del investigador Juan Pablo Scarfi (2013, 2017, 2019), quien profundiza en el pensamiento de Quesada en torno a la política internacional de la época y, en particular, en lo referente a sus ideas sobre el papel en ese contexto de los Estados Unidos. Sin atender especialmente a las relaciones argentino-brasileñas, Scarfi exhibe con nitidez una sugestiva aproximación alrededor de una temática que implica directamente a ambos Estados y que tiene a Quesada como protagonista: las discusiones en torno a la existencia de un derecho internacional americano⁴.

Cada uno de estos antecedentes se presentan como insumos relevantes en la ejecución del capítulo, el cual intenta sumar nueva documentación que permita revelar con claridad el proyecto subyacente y concurrente a la función editorial y diplomática de Quesada que, en gran medida, descubre la pulsión latente durante las últimas décadas del siglo XIX entre la consagración de los proyectos nacionales de corte patriótico y la búsqueda de una unidad continental de carácter intelectual.

En cuanto al recorrido propuesto, el texto exhibe y analiza, en primer lugar, las características de la *Nueva Revista de Buenos Aires*, para reconocer el lugar del soporte dentro del ámbito editorial/publicitario local/regional y comprender su trascendencia como espacio de enunciación en el contexto americano. Igualmente, se describe y explica el pensamiento de Quesada sobre el Imperio y sus políticas respecto al resto de América, con la intención de reconocer los reparos y recelos que despertaba la Corte de Río en la intelectualidad argentina y americana.

A continuación, se señalan y examinan los mecanismos y formas de intervención de la intelectualidad brasileña dentro de los flujos colaborativos de la *Nueva Revista* y se determinan las razones que llevan a Quesada a impulsar la irrupción de este grupo de

⁴ La reflexión respecto a esta temática tuvo un lugar protagónico en la revista, a través del intercambio dialéctico entre los jurisconsultos Carlos Calvo (1824-1906) y Amancio Alcorta (1842-1902). La polémica surgió a partir de la publicación en París de la tercera edición de *Le Droit international théorique et pratique précédé d'un exposé historique des progrès de la science du droit des gens* (1880-1881) por parte de Calvo, la cual fue reseñada por Alcorta en las páginas del soporte de Quesada. Así se inauguró la publicación de una serie de artículos en que Alcorta defendió la existencia de un derecho internacional americano, distinto de cualquier otro; mientras que Calvo negó la posibilidad de dicha distinción (QUESADA, abril 1881b, p. 155-159; ALCORTA, enero 1882, 163-200; ALCORTA, abril 1882, p. 14-65; ALCORTA, junio 1882, p. 464-484; ALCORTA, junio 1883, p. 406-437; CALVO, ALCORTA, noviembre 1883, pp. 629-658). No obstante, y como bien señala Juan Pablo Scarfi (2017, p. 65), Quesada fue el verdadero iniciador de esta polémica a partir de sus artículos sobre disputas limítrofes publicados en la *Nueva Revista*.

letrados dentro de la cartografía de la república de las letras americana. Por último, se comparte y comprende la afectación que tuvo la misión iniciada por Quesada en el Brasil, en marzo de 1883, en la participación brasileña en el soporte periodístico y en el proyecto intelectual concebido por el argentino.

DEFINIR LA FRONTERA CON LA PALABRA: EL ROL DE LA NUEVA REVISTA DE BUENOS AIRES

El 1° de abril de 1881, el mercado editorial porteño observó la aparición del primer número de la *Nueva Revista de Buenos Aires*. Este flamante formato nació bajo la responsabilidad de Vicente y Ernesto Quesada (1858-1934)⁵ y recogía la tradición periódica que el mayor de los Quesada había inaugurado con la *Revista del Paraná* (1861) y continuado con *La Revista de Buenos Aires* (junto a Miguel Navarro Viola, 1863-1871), pero *aggiornada* frente a “una sociedad que marcha sin cesar, buscando en la consolidación de la paz, las verdaderas y positivas garantías políticas y civiles de la vida culta y libre” (QUESADA, abril 1881a, p. 3-4). El editor Carlos Casavalle, quien había sido responsable de la impresión de cada una de estas publicaciones y se posicionaba como un activo agente cultural en la capital argentina, volvía a acompañar esta nueva propuesta periodística⁶.

Durante su vida, cada uno de estos soportes había intentado conformar redes de colaboración e intercambio de carácter transnacional para dar a conocer los adelantos

⁵ Nacido en Buenos Aires y criado por su padre, Ernesto fue formado en Dresden (1872-1875 y 1878-1880), a donde llegó acompañando a Vicente en su misión como director de la Biblioteca Pública. Al retornar a la Argentina en 1880, culminó sus estudios en la Universidad de Buenos Aires y obtuvo el título de abogado dos años después. Desde su estancia en el Viejo Continente, Ernesto mostró un creciente interés por la realidad de su país, el cual quedó reflejado en sus participaciones en diversas instancias de sociabilidad porteña: el Círculo Científico-Literario (1878), la *Revista Científico-Literaria* (1875) y la *Revista de Ciencias, Artes y Letras* (1879). Igualmente, durante su estadía en Europa intervino en el Congreso de Americanistas de Bruselas en 1879, espacio de interacción letrada que tenía en su agenda los principales temas de historia y cultura de las naciones americanas. El despliegue de estas redes europeas, y, especialmente, el conocimiento y la interacción con los letrados alemanes lo posicionó, según Oscar Terán (2004-2005, p. 151), en un “espacio diferenciado” dentro del liberalismo que campeaba en la Argentina finisecular y le otorgó un lugar relevante dentro de sus congéneres. Ejerció labores docentes en el Colegio Nacional y en las Universidades de Buenos Aires y La Plata. Durante los últimos años vivió en Alemania y Suiza donde murió en 1934 (BERGEL, 2008, pp. 183-192; BUCHBINDER, 2012, pp. 99-137; PÉREZ AMUCHÁSTEGUI, 1980, pp. 841-849; TERÁN, 1999, pp. 37-50).

⁶ Durante su existencia (hasta junio de 1885), el novel formato publicó mensualmente un total de 52 entregas (13 tomos) de 160 páginas cada una. Los nueve primeros tomos (36 números) aparecieron bajo el sello de la reconocida Imprenta y Librería de Mayo de Carlos Casavalle (abril de 1881-marzo de 1884), siendo los cuatro últimos fruto de las propias prensas de la revista, ubicadas en la calle Lavalle 60 y de propiedad de Ernesto Quesada (abril de 1884-junio de 1885).

intelectuales del resto del continente. No obstante, esta nueva publicación observó la confluencia de una serie de condiciones de posibilidad, ausentes para las anteriores, que facilitaron ampliar el alcance de estas estructuras rizomáticas. Por una parte, el afianzamiento de la capitalidad, tras el éxito de la Conquista del Desierto y el ascenso del general Julio Argentino Roca (1880-1886), junto a la conformación de un eficaz sistema de comunicaciones que confluía en Buenos Aires, brindaron a la ciudad un mejor y mayor mercado para la circulación y venta de las publicaciones periódicas. Estos dos elementos auxiliaron, a la vez, la existencia y pervivencia de casas impresoras y editoras que ahora podían apostar, con más fluidez y seguridad, al comercio nacional e internacional de los diversos materiales bibliográficos que elaboraban y a la diversificación de su cartera de productos. En este caso, la Imprenta y Librería de Mayo de Casavalle, que cargaba sobre sus hombros una actividad de más de veinte años, también se vio estimulada por esta modernización del espacio editorial y publicitario capitalino.

Por otra parte, el crecimiento de la población, que alcanzó los 3.000.000 al iniciar la década (AUZA, 2007, p. 45) y que se vio impulsado por el auge inmigratorio y la mejora en las condiciones de salubridad, también permitió un incremento de la masa lectora. De igual manera, este aumento en el mercado consumidor fue consecuencia del exitoso proceso de escolarización implementado en la década anterior, el cual encontraría su punto culminante en el Congreso Pedagógico celebrado en Buenos Aires en 1882 y en la promulgación de la ley de educación N° 1420 en 1884 (EUJANIAN, 1999, p. 549).

Desde su aparición la revista mantuvo una línea editorial clara, la cual fue expuesta en el prospecto de su número inaugural. Este documento, verdadera “carta de mear” de los Quesada, presentaba a la nueva publicación como un ámbito plural para nuclear a todos los hombres de letras de América y para dar a conocer los avances intelectuales y, con ello, quebrar el aislamiento en que estaban sumidos los territorios del continente. Para lograrlo, abrió diversos espacios (secciones) dentro de su estructura, capaces de facilitar la expresión de las plumas americanas: historia, literatura, derecho y un boletín bibliográfico⁷.

⁷ Durante el transcurso de los primeros números, la revista contó con una “sección europea”, especialmente orientada a la descripción y análisis de la vida político-cultural de las naciones del Viejo Continente. Este espacio estuvo a cargo de Ernesto Quesada, quien había construido y mantenido amplias redes de carácter intelectual al otro lado del Atlántico y conocía la realidad europea en primera persona.

Los estudios históricos y jurisprudenciales se centraron, de modo especial, en todo lo relacionado con la cuestión de límites entre las diversas regiones fragmentadas luego del colapso de los Imperios español y portugués. En tal sentido, Vicente Quesada prometía atender, particularmente, a los litigios que por esos años mantenía la República Argentina con tres de los países limítrofes: Chile, Brasil y Bolivia. Al respecto, advertía que sus trabajos se llevarían adelante “con arreglo al derecho histórico, a las necesidades geográficas, y a la estabilidad y conservación de la integridad territorial de los nuevos Estados, como medio de mantener el equilibrio sud-americano” (QUESADA, abril 1881a, p. 4). No obstante, aseguraba que todos los conflictos limítrofes tendrían cabida en las páginas de la revista y que se tratarían con la mayor ecuanimidad posible, “sea que hayan terminado por tratados, que se hallen aún sin solución, o que esta dependa de la guerra, la peor y mas lamentable de todas las soluciones posibles” (QUESADA, abril 1881a, p. 4-5). Sobre el asunto añadía,

La *Nueva Revista* estudiará este movimiento histórico-internacional-americano, señalando con leal franqueza las responsabilidades, los errores y las imprevisiones en que hayan incurrido gobiernos, pueblos o personas; apreciación que no tendrá mas guía que la verdad: la verdad tal cual puede concebirla, quien, al estudiar estas cuestiones, no se propone satisfacer sus pasiones, ni menos servir a las agenas. Diráse la verdad, aunque sea amarga y severa, porque no desea la *Redacción* cortejar las vanidades nacionales, ni fomentar odios con los países limítrofes, con los cuales esta Nación tiene relaciones frecuentes y lucrativas (QUESADA, abril 1881a, p. 5).

Los redactores entendían este como un tema central de la actualidad americana, ya que la falta de resolución de las disputas fronterizas hacía peligrar la integridad de cada uno de los países implicados, al mismo tiempo que ponía en riesgo todo lo obtenido tras la guerra de independencia. A la vez, y en idéntica dirección, la revista abogó por el análisis de los conflictos limítrofes interprovinciales en la Argentina, cuya

Según lo propuesto por su autor, la sección intentaría “condensar en pocas páginas la vida vertiginosa de las naciones de la Europa, siguiéndola sin descanso mes á mes”, con el fin de examinar con mayor detenimiento las noticias que la prensa diaria solo reseñaba o explicaba mínimamente. Los contenidos se elaborarían a partir de 20 a 25 revistas europeas (españolas, inglesas, francesas, belgas, alemanas, suizas e italianas) a las que tenía acceso la Dirección, por lo que se exigía paciencia si los contenidos se publicaban de forma intermitente y/o fragmentaria. El espacio alternó los contenidos políticos y los literarios (números 1 a 5, abril - agosto de 1881), pero, a causa de la inestabilidad del flujo colaborativo europeo y de la necesidad de ampliar la “sección americana”, desapareció rápidamente. Sin embargo, la supresión oficial de la sección llegó recién en 1884 (QUESADA, abril 1884, p. 6).

continuidad conspiraba contra la estabilidad institucional y no permitía alcanzar la civilización y el progreso que patrocinaba la elite letrada nacional.

En el caso de los artículos literarios, el espacio se orientó a la publicación de textos en prosa y verso de autores del continente, para accionar de manera directa la promoción de la literatura y el fomento del mercado del libro. Era especialmente importante para los responsables de la publicación compartir las novedades del movimiento literario de dichos países, como mecanismo para superar el aislamiento y el desconocimiento existente sobre la profusa producción intelectual elaborada en América.

Idéntica finalidad persiguió el apéndice bibliográfico: publicitar obras (memorias, diarios de viaje, biografías, novelas, poesías, cuentos, artículos históricos, etc.) con el fin de reconocer y popularizar los trabajos de la intelectualidad del continente y “crear el mercado y fomentar la venta del libro americano, costado hoy por reducido número de suscriptores, lo cual hace imposible la vida literaria, como profesión lucrativa” (QUESADA, abril 1881a, p. 6). Para hacerlo, se invitó a autores, editores y libreros a remitir las obras a la redacción. Tras un año de iniciadas las labores, y debido al éxito de la sección, el llamado fue más específico y comunicó que debía enviarse un ejemplar si se deseaba una simple mención, o dos si por el contrario se pretendía una reseña crítica.

En torno a la comercialización de la revista, los responsables del formato establecieron la suscripción como único medio para su consumo. La misma podía contratarse por tomo (4 meses) o por año (3 tomos), lo que aseguraba cierto capital para la impresión y distribución del soporte. No se aceptaron suscripciones menores a cuatro meses y se prohibió la compra de números sueltos. Se instituyeron cuatro radios para la venta del periódico: a) Buenos Aires, b) las restantes provincias argentinas, c) América y d) Europa. El aumento progresivo del interés por el formato abrió nuevos espacios para la suscripción, estableciendo un sistema de agentes autorizados en diversos puntos de la República –que obtenían un 20% de comisión por la venta del soporte–, así como en el exterior del país. En aquellos lugares en que no existía esta figura se podía tratar para tales fines directamente con la Administración de la revista.

Por su parte, la distribución se ejecutó por medio de dos canales: dentro de la ciudad de Buenos Aires a través de un sistema de repartidores que hacían llegar cada número a los lectores; mientras que en el resto de los destinos se ejecutaba a través de la

solicitud a los responsables de la revista, quienes enviaban el impreso por “correo franco” hasta la dirección señalada. Estas acciones solo se efectuaban previo pago de la suscripción, la cual podía realizarse por medio de giros o timbres postales, en dinero en efectivo o en letras de cambio (cartas certificadas).

En términos de alcance, el espacio logró visibilizar materiales de diversos países del continente, para lo que fueron trascendentes las políticas de canje que establecieron los Quesada con propuestas periodísticas de Brasil (*Revista Brasileira*), Paraguay (*La Revista Paraguaya*), El Salvador (*La Juventud*, *La Linterna*, *El Católico*, *El Escolar* y el *Boletín de Agricultura*), Colombia (el *Repertorio Colombiano* y *La Patria*), México (los semanarios *El Pasatiempo* y *La Caridad*, la *Revista Mexicana*, *El Republicano*, la *Revista de Mérida* de Yucatán, *El Independiente* de Tabasco y *El Semanario* de Tampico), Estados Unidos (*El Espejo* y *La raza latina* de Nueva York, *La Voz del Nuevo Mundo* de San Francisco y *El Comercio del Valle* de San Luis de Missouri), Guatemala (*El Bien Público* de Quezaltenango), Costa Rica (*La República*), Nicaragua (*El Ateneo* de León) y Panamá (*Star & Herald* y *El Ancón*) (E.O.A., octubre 1882, p. 454-461; QUESADA, octubre 1882, p. 462-475).

Por otro lado, en cuanto a la participación en el formato no se propuso ningún sistema particular o novedoso. Las colaboraciones no contaban con retribución alguna y se solicitaron, en general, a través de las redes articuladas en proyectos anteriores, así como mediante los contactos creados durante el periplo europeo de la familia Quesada durante la década de 1870. Además, la experiencia de la Exposición Continental realizada en Buenos Aires en 1882 –tal como se expondrá–, accionó para afianzar antiguos lazos intelectuales, así como para originar nuevos vínculos. De tal forma, escritores americanos (brasileños, bolivianos, chilenos, colombianos, cubanos, guatemaltecos, mexicanos, nicaragüenses, panameños, peruanos, uruguayos y venezolanos) y europeos (alemanes, franceses y españoles) confluyeron en la revista hasta alcanzar un centenar de colaboradores.

EL BRASIL EN LA NUEVA REVISTA. LAS LETRAS CONTRA LAS ARMAS

Desde un comienzo el Brasil apareció reiteradamente como objeto de reflexión en las intervenciones de Vicente Quesada. Una serie de artículos relativos a la disputa histórica entre las Coronas española y portuguesa por los territorios al oriente del Río de

la Plata sirvió al director de la revista para iniciar una extensa crítica respecto al Imperio del Brasil. Entre abril de 1881 y febrero de 1883 –final que coincidió con su partida hacia Río–, el escritor argentino urdió una narración plagada de documentos (Tratados, Reales Cédulas, Relatorios, etc.), en que intentaba demostrar los derechos de dominio de España respecto a la margen oriental del Plata y, por tanto, de la Argentina como heredera del control sobre este espacio territorial. En su exposición se traslucía –o más bien se explicitaba claramente– el deseo de reconstruir el antiguo Virreinato del Río de la Plata y de encumbrar a Buenos Aires como centro geopolítico en el Cono Sur (CAVALLERI, 2004). Esta idea restauradora, según el investigador Juan Pablo Scarfi (2019), surgía de la influencia que, sobre sus trabajos, habían ejercido las interpretaciones históricas de sus colegas Vicente Fidel López y José Manuel Estrada, a la vez que “de su tradición historiográfica y literaria romántica, nacionalista y nostálgica” (p. 131).

El efecto práctico de este ejercicio escritural estaba en colocar un “dique” frente al avance de las apetencias imperiales, las cuales se habían visto aumentadas por la impericia constante de la diplomacia argentina. En opinión de Quesada, este último aspecto había representado la imposición y el avance territorial ilegal por parte del Gobierno de Río con base en los tratados de 1851-1852, invalidando así el *uti possidetis* de 1810 y 1828. Además, gracias a su habilidad, los representantes del Emperador habían logrado en estos acuerdos –que ponían fin a la Guerra Grande⁸– que Uruguay entregara territorios que legalmente no le pertenecían, pues el alcance de las negociaciones de 1828 solo le había otorgado el dominio sobre la antigua jurisdicción de Montevideo y no más allá de ella. Tal como lo exponía Quesada, la discusión sobre estos territorios había estado históricamente caracterizada por “la insaciable codicia de [portugueses y brasileños] y la descuidada franqueza de los españoles [y argentinos]”; situación que la nueva república tenía el deber de subsanar (QUESADA, mayo 1881, p. 215).

⁸ Este enfrentamiento inició como una disputa por el poder entre el líder blanco Manuel Oribe y el caudillo colorado Fructuoso Rivera en la recientemente creada República Oriental del Uruguay. En la búsqueda de apoyos para imponerse en la contienda, la guerra tomó alcances regionales. A Oribe se unió el líder bonaerense Juan Manuel de Rosas; mientras que a Rivera lo auxiliaron los emigrados unitarios, las escuadras francesa e inglesa y, posteriormente, el Imperio del Brasil. Los primeros asediaron la capital uruguaya (Montevideo) durante más de ocho años, hasta la derrota de blancos y federales que tuvo su corolario en la Batalla de Caseros (1852).

De tal forma, Quesada buscaba, desde su argumentación, anteponer el derecho histórico (argentino) frente a la ocupación y posesión de hecho (brasileña). Para ello, no solamente examinó una profusa documentación de época, sino que prestó especial atención al análisis de autores brasileños que se expresaron sobre el asunto (José Joaquim Machado de Oliveira, Duarte da Ponte Ribeiro, Cândido Baptista, Antônio Gonçalves Dias y Pedro de Alcántara Billegarde) para enseñar como “adultera[ba]n la historia y modifica[ba]n el derecho” en pro de sus pretensiones (QUESADA, abril 1882, p. 77).

Pero las ocupaciones brasileñas no solo lesionaban los intereses argentinos –al menos bajo la lectura de Quesada y otros intelectuales (el neogranadino Florentino González⁹, por ejemplo)–, sino que implicaban el avance sobre otras repúblicas hermanas y, por tanto, era necesario denunciarlas como ilegales y contrarias al *uti possidetis* de 1810. A partir de la serie “Estudios diplomáticos. Cuestiones de límites de los países latino-americanos”, publicada entre octubre de 1884 y abril de 1885, Quesada analizó diversos conflictos limítrofes que implicaban al Brasil. Así, defendió los intereses de Paraguay (octubre de 1884), Bolivia (diciembre de 1884), Perú (enero de 1885), Venezuela (febrero de 1885), Guayana Francesa (marzo de 1885) y Nueva Granada (abril de 1885) para descubrir de qué forma el Brasil aprovechaba las argucias diplomáticas para “torcer” el derecho, interpretar variablemente el principio del *uti possidetis* y apropiarse de territorios que, desde Tordesillas y la legislación sucesiva, pertenecían a España y, por defecto y tras la independencia, a las repúblicas surgidas de su seno. Para Quesada, al igual que lo expusiera Lastarria unos años antes, se hacía imperioso el ejercicio de una solidaridad americana (republicana) en la defensa de estos intereses territoriales, pues,

los Estados hispano-americanos tratando aislados los unos respecto de los otros, se han encontrado en presencia de la unidad de plan, de miras, y de tendencias que les oponía el Imperio del Brasil, que hábilmente ha discutido con ellos sucesiva y separadamente estas cuestiones, pero con una pertinacia verdaderamente notable. Subdivididas las antiguas colonias en Estados soberanos, entre ellos mismos surgieron cuestiones de límites, y su situación se complicaba bajo este doble aspecto (QUESADA, abril 1885, p. 44).

⁹ El escritor y docente colombiano fue autor de una profusa literatura que atacaba de modo directo al Imperio. Muchas de sus reflexiones se publicaron en revistas argentinas y chilenas como la *Revista del Pacífico*, *La Revista de Buenos Aires* y la *Revista del Río de la Plata*.

De tal forma, la revista constituía una plataforma performativa eficaz para la puesta en página y publicidad de un discurso que apuntaba a una alteridad enemiga común. En segundo lugar, se presentaba como una instancia asociativa (DEVÉS VALDÉS, 2007, p. 32) capaz de nuclear a una intelectualidad americana con intereses similares y como herramienta para generar redes de colaboración que permitieran responder –desde las tribunas de la prensa o, por derivación, en el ámbito diplomático– a la avanzada brasileña.

Por último, gracias a su impacto y alcance, buscaba incidir favorablemente en la opinión pública, tanto local como internacional. La profusa y expeditiva circulación del soporte por el Brasil, especialmente a través de la carioca Livraria Contemporânea Faro & Lino, podía granjearle simpatías incluso en ciertos sectores de la población brasileña. El tráfico constante de publicaciones a través de los vapores que conectaban Buenos Aires con Río de Janeiro permitía un impacto casi inmediato de lo que aparecía en las páginas del formato de los Quesada. De ello daba muestras el propio Vicente cuando expresaba a su hijo Ernesto –ya durante su estadía en Río de Janeiro– que las “Notas de Viaje” que había publicado el menor de los Quesada en la revista –y que referían a su estancia en la capital imperial– habían recorrido rápidamente todo el Imperio logrando una enorme repercusión (QUESADA, 1907b, p. 359).

A pesar de esta visión negativa respecto a la política internacional del Imperio, Quesada resultó interesado en incluir dentro de la cartografía de la “república de las letras” a la intelectualidad brasileña. ¿De dónde nacía este afán por integrarla en los flujos colaborativos de la revista? En la presentación de un artículo sobre literatura brasileña del escritor sergipano Sylvio Romero (1851-914), la Dirección del formato justificó la participación de estos autores en el interés –contenido en sus plataformas programáticas– por compartir con sus lectores las características del movimiento intelectual en los distintos territorios del continente, “para facilitar el conocimiento mutuo de sus literaturas y para que puedan ejercer recíprocamente la lejitima influencia que les corresponde” (DIRECCIÓN, marzo 1882, p. 483).

Así, se integraron a los contenidos de la revista los trabajos de siete autores brasileños, convirtiéndose en el segundo flujo colaborativo internacional, solo por detrás de México (8 autores). También tuvo un lugar destacado en la estadística respecto a la cantidad de colaboraciones (15 en total), superando a relevantes aportes como los de escritores peruanos (14 textos), bolivianos (13) o uruguayos (11). Esta última cifra

resalta aún más cuando se tiene en cuenta que tanto los autores peruanos como bolivianos se encontraban exiliados en Buenos Aires a consecuencia de la Guerra del Pacífico, lo que facilitaba su participación en el formato.

El primer texto de autoría brasileña apareció a solo un mes de inaugurada la revista. En mayo de 1881, fue publicada la intervención de Frederico Santa Anna Nery (1848-1901) en el Congreso Internacional Literario de la *Association Littéraire et Artistique Internationale* (ALAI), celebrado en Lisboa entre el 20 y el 26 de setiembre de 1880. Más allá del contenido del texto –publicado parcialmente en el *Jornal do Commercio* (DA SILVA RAMOS, 2018) y centrado en el estudio del estado de la traducción en el Brasil–, la importancia estaba en el autor y el contexto de enunciación del escrito. La figura de Santa Anna Nery poseía un importante ascendiente dentro de la intelectualidad letrada brasileña –por apoyo o por oposición– y, a la vez, contaba con un celebrado influjo al otro lado del Atlántico; ambos elementos que prestigiaban a la revista –pues la reputación de la firma así lo conseguía–, al tiempo que facilitaban la concurrencia de futuros colaboradores y/o lectores dentro del mercado brasileño y europeo.

En cuanto a la relación con el Congreso de la “Asociación Literaria” –donde Santa Anna Nery tenía un lugar protagónico como vicepresidente de la entidad (ANDRADE CARNEIRO, 2013, p. 113-123)–, sus fines estaban en consonancia con los que perseguía la revista: el reconocimiento al trabajo de los hombres de letras, a través de la defensa de los derechos de propiedad intelectual (DIETZ, PABÓN CADAVID, 1998; PABÓN CADAVID, 2009, 2012). De tal forma, la externalización de este vínculo entre la revista y la sociedad, por medio de la transcripción del texto del brasileño, también podía granjearle espacio en relevantes ámbitos de sociabilidad intelectual de la capital de la “república de las letras”: París (CASANOVA, 2001).

Durante ese primer año, los directores del formato expusieron, en repetidas ocasiones, su admiración respecto al desarrollo del mundo letrado brasileño. Dan cuenta de ello, los textos “Exposición Histórica en Río de Janeiro” (número 5 de agosto de 1881) y “La Biblioteca Nacional de Río de Janeiro” (número 11 de febrero de 1882). El primero ejecutaba una exhaustiva noticia sobre la celebración del evento en Río de Janeiro y destacaba su importancia para el reconocimiento de la cultura nacional, tanto que llamaba a replicar este tipo de instancias en el resto de los territorios de América, pues representaban oportunidades propicias para el intercambio y para calibrar el

avance de los países americanos en el camino hacia la civilización. Por su parte, el estudio sobre la biblioteca de la capital imperial tenía como cometido central destacar la riqueza bibliográfica y las cualidades administrativas del repositorio, a la vez que venía a completar los estudios publicados en la *Revista del Río de la Plata* –y en formato de libro por la Imprenta y Librería de Mayo en 1877– sobre los archivos y bibliotecas europeos.

Unos meses más tarde, en marzo de 1882, apareció el artículo “Literatura brasilera. Sus relaciones con el neo-realismo” de Sylvio Romero (1851-1914). El texto ejecutaba un estudio histórico y un balance actual de la literatura local, y reproducía un material ya publicado en la *Revista Brasileira* en 1879. Nuevamente se observa, al igual que con el escrito de Santa Anna Nery, la reproducción previa del material, pero su presentación al público argentino con carácter de “original”. Más allá de los aspectos relativos a la traducción –que daban al artículo una nueva fisonomía–, el apelativo “original” no implicó en ningún sentido que el texto fuera a publicarse por primera vez en las páginas del impreso, ni que fuera elaborado especialmente para aparecer en él. Este adjetivo se utilizó, específicamente, para subrayar el carácter desconocido o nuevo de la producción dentro del ámbito editorial argentino (o específicamente porteño).

En los dos casos precedentes (Santa Anna Nery y Romero) se percibe que no había una conexión directa entre los autores de las contribuciones y los directores de la revista. Sin embargo, los nuevos textos evidencian distintos vínculos construidos entre los Quesada y los círculos intelectuales brasileños y exhiben la pluralidad de mecanismos a partir de los cuales se entretajeron las conexiones interamericanas. Tal es el caso de la participación de Afonso Celso Junior (1860-1938), el cual dio a conocer en la *Nueva Revista* su poema “Noite de Chuva” (mayo de 1882). Figura destacada en el ambiente universitario y político paulista (NASCIMENTO AGUIAR, 2017, p. 171), el brasileño había participado como parte de la comitiva que representó al Imperio en la Exposición Continental celebrada en Buenos Aires durante los primeros meses (marzo-junio) de 1882. Esta instancia de sociabilidad, que sirvió como oportunidad para estrechar relaciones entre las dos naciones (SANJAD, 2017, p. 786-787)¹⁰, le permitió a Afonso Celso Junior establecer contactos con la intelectualidad argentina, especialmente

¹⁰ La importancia de este evento generó un impacto inmediato en la prensa de ambos territorios. Incluso, durante semanas, se especuló reiteradamente con la presencia de Pedro II en el acto de apertura, emulando su participación en la inauguración de la Exposición Universal de Filadelfia en 1876 (ANDERMANN, 2008, pp. 194-195; KELLI, 2020, pp. 105-120).

con Ernesto Quesada con quien iniciaría una amistad que continuaría durante décadas. Este vínculo produjo a la primera “contribución directa” de un autor brasileño en el soporte, lo que daría lugar a la modalidad predominante de las siguientes participaciones de intelectuales “imperiales”.

En la continuidad del análisis, surge una interesante disyuntiva respecto a la forma de aproximación de los autores a la revista. El número 18, correspondiente al mes de septiembre de 1882, inicia una interesante serie biográfica titulada “La literatura brasileña. Escritores del Norte de Brasil”, en que se examina la vida y obra de diversos escritores nordestinos. La autoría de los textos corresponde a Franklin Tavora (Baturité, Ceará, 1842-1888), quien a poco iba ganando un importante rol en los espacios intelectuales cariocas y se constituyó en un elemento conector entre los Quesada y la élite letrada brasileña. Sin embargo, Vicente Quesada en sus *Memorias diplomáticas* afirma desconocer a Tavora hasta su llegada a la capital del Imperio en marzo de 1883 y solo tras la lectura de una encomiástica semblanza que el brasileño le dedicó en la *Gazeta de Notícias* (7 y 8 de marzo de 1883). Este hecho hace suponer que la revista manifestaba un retraso superior a un semestre en su salida al mercado, cuestión que se volvió un mal crónico del formato y conspiró para su desaparición en 1885.

Más allá de este detalle –que resulta relevante para comprender los modos y mecanismos de participación en el soporte–, Tavora inauguró la contribución más extensa de un brasileño en la *Nueva Revista*, en que el público lector argentino (y americano) pudo conocer la obra de autores como Luis Dolzami (setiembre de 1882), Carlos Hipólito de Santa Helena Magno (diciembre de 1882), Julio César Ribeiro de Souza (enero de 1883), José Veríssimo (abril de 1883), José Coriolano de Souza Lima (noviembre de 1883), Bautista Caetano (abril de 1884), Juvenal Galeno (mayo de 1884), Tomás Antonio Ramos Zany (agosto de 1884) y José de Barcellos (octubre de 1884). Desde el inicio, la Dirección de la revista celebró la incursión de Tavora, pues permitía “fomentar los lazos de solidaridad intelectual entre las naciones latino-americanas, dando á conocer en la República Argentina, el estado actual de la literatura de los otros países del continente” (DIRECCIÓN, setiembre 1882, p. 222-223).

A estos artículos sobrevino la participación de otros intelectuales que, animados por el impacto de los artículos de la *Nueva Revista* en Brasil y en las restantes repúblicas del continente e influidos por la acción de Vicente Quesada en destacados espacios de sociabilidad carioca, enviaron sus contribuciones al soporte. Así, aparecen

colaboraciones de José Veríssimo (“El movimiento intelectual brasileiro en los últimos diez años”, número 33 de diciembre de 1883); Alfredo María Adriano d’Escragnolle Taunay (“Cielos y tierras del Brasil. Cuadros de la naturaleza”, número 36 de marzo de 1884, bajo el pseudónimo de Sylvio Dinarte), y José Antonio de Freitas (“El lirismo brasileiro”, número 40 de julio de 1884).

De tal suerte, las contribuciones tuvieron dos orígenes: la transcripción de textos ya publicados en otros soportes y la remisión directa de los manuscritos. Su imposición dentro de los registros de la revista fue sucesiva y se vio influida por dos hitos epocales: la celebración de la Exposición Continental –evento catalizador del espíritu intelectual americano¹¹– y el arribo de Quesada a Río de Janeiro, el cual constituye un punto de apertura y despliegue del entramado relacional del argentino.

LA MISIÓN EN RÍO DE JANEIRO Y LAS REDES INTELECTUALES REGIONALES

Al iniciar 1883, Vicente Quesada fue elegido por el presidente Julio Argentino Roca para ejercer el cargo de Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario ante la Corte de Río. El objetivo principal del nuevo representante –que iniciaba una profícua labor diplomática que lo llevaría posteriormente a México, Estados Unidos, España, Portugal, Alemania y la Santa Sede– estaba en fungir como facilitador de las

¹¹ En el marco de la Exposición (1° de marzo a 1° de junio), se proyectó la realización del “Congreso Literario latino-americano” (27 al 29 de mayo), evento que intentaba nuclear a hombres de letras de todo el continente –con la excepción de chilenos, bolivianos y peruanos, quienes en esos momentos se hallaban en medio de un enfrentamiento armado en el Pacífico–, para conocer el estado de cada país en materia literaria, histórica y científica y desplegar diversos proyectos de cooperación como forma de estrechar las redes culturales transnacionales. Durante el encuentro se pretendía examinar numerosos temas: el estado de las literaturas y las historias nacionales (influencias, escuelas, relaciones, géneros); explicar las razones que dificultaban la venta del libro americano y los problemas para la inversión editorial; exponer las condiciones de las bibliotecas nacionales (infraestructura, colecciones, relaciones) y el movimiento bibliográfico; conocer el estado y funcionamiento de las sociedades literarias; reflexionar en torno a los vínculos entre política y escritura de la historia; discutir sobre las temáticas relevantes para los estudios históricos (héroes e hitos, el papel del patriotismo y la imparcialidad en la emisión de juicios) y reflexionar sobre las tendencias historiográficas actuales y las fuentes para la historia. Por último, respecto a las ciencias, se buscaba indagar en torno al desarrollo nacional de los diversos saberes relacionados con esta rama del conocimiento (geología, geognóstica, geografía, hidrografía, orografía, fauna y flora, etnografía, antropología, filología comparada, ciencia jurídica, etc.); reconocer los principales autores y obras que habían producido avances en este campo; revelar la acción de las asociaciones científicas y observar la situación de la ciencia en las repúblicas, a la luz de los congresos americanistas europeos de 1875, 1877, 1879 y 1881. Incluso fueron incluidos dos sugestivos debates que se orientaban a dilucidar cómo debían juzgarse las obras europeas que referían a América y si era posible considerar al americanismo como una ciencia (QUESADA, E., abril 1882, pp. 590-612). Empero, no contamos con vestigios que permitan afirmar que la reunión fue realizada durante la celebración de la Exposición Continental.

conversaciones entre el presidente argentino y el Emperador Pedro II. De tal forma, se buscaba subsanar la errática política diplomática de los últimos años, que había visto fracasar sucesivamente las misiones de Bartolomé Mitre, Carlos Tejedor y Nicolás Avellaneda.

No obstante, su nombramiento generó numerosas y diversas reacciones, tanto a nivel nacional como regional. Sus ideas relativas a la reconstrucción del Virreinato y, en consecuencia, su propuesta “discursiva” de avanzar sobre territorios uruguayos y brasileños generó reticencias en parte de la prensa de ambos países. En el caso uruguayo, el principal opositor fue el escritor y político Carlos María Ramírez quien, desde las páginas de *La Razón* de Montevideo, compartió varias columnas en que se opuso de modo rotundo a la designación del director de la *Nueva Revista*. Algunas de esas opiniones fueron publicadas en el propio formato de los Quesada, con el fin de responder a las acusaciones de un reputado hombre de letras (RAMÍREZ, marzo 1883, p. 569-608). Las objeciones del uruguayo estaban centradas en las expresiones vertidas por Quesada en la publicación respecto al derecho de dominio argentino sobre el territorio de las Misiones, a partir de una clara manipulación del *uti possidetis* para favorecer los intereses de su país (RAMÍREZ, marzo 1883, p. 577). Este interés, sumado al avance constante del Brasil, dejaban al Uruguay sin ningún derecho sobre numerosos territorios en la margen oriental del Plata, por lo cual era evidente el recelo ante el nombramiento del nuevo representante.

Esta crítica, aunque con otros matices, se replicó en la prensa brasileña tras la nominación de Quesada. Su figura despertó, en la mayor parte de los medios, cierta expectativa por un nuevo impulso del Gabinete de Buenos Aires para dirimir los conflictos aún pendientes. No obstante, otras publicaciones periódicas resistieron, al menos al inicio e influenciadas por la crítica rioplatense, la figura de Quesada. El periódico *O Globo*, por ejemplo, manifestó su preocupación ante la designación del nuevo representante diplomático, pues “las doctrinas del Dr. Quesada son las más radicales en esta cuestión”. Según la nota, este representante creía firmemente en los derechos de la Argentina respecto a los territorios de Pepirí Guazú, San Antonio y las Misiones del Uruguay, “esto es, las tres cuartas parte de la provincia de Rio Grande del Sur” (*O Globo*, 1° de marzo de 1883, p. 2).

En la misma sintonía se expresó *A Folha Nova*, para quien el nombramiento de Quesada era una peligrosa estrategia argentina sostenida en el convencimiento “de su

victoria en la contienda diplomática”, dado su conocimiento como “bibliófilo erudito y archivista incansable” y su reciente éxito en la disputa con Chile por los límites patagónicos. El dictamen de periódico era rotundo: el argentino llegaba a “suavizarnos los sinsabores de la derrota, como se da un dulce a un niño para prepararlo para beber un trago amargo” (“A questão das Missoes”, *A folha Nova*, 1 de marzo de 1883, p. 2).

Estas opiniones contrastaron con los conceptos vertidos en la *Gazeta de Notícias* (7 y 8 de marzo), los cuales articularon una elogiosa y edulcorada crónica –replicada en la *Nueva Revista* (número 24) y en *La Prensa* de Buenos Aires (31 de marzo de 1883)– en que se destacaban, por sobre todo, sus cualidades como editor y autor. Para Franklin Tavora –autor de la nota periodística– Quesada en sus escritos “no revela[ba] oposición sistemática al Imperio, hacia el cual muestra no pocas veces la cordialidad que es ley de su sentimiento de fraternidad americana, la suavidad del hombre cuyo carácter se ha formado en las lecciones de la recta razón” (“El Dr. Vicente Quesada”, *Gazeta de Notícias*, 7 de marzo de 1883, p. 1), por lo cual su nominación debía ser celebrada por el Brasil.

Quesada refiere en sus *Memorias diplomáticas* que este positivo escrito le permitió granjearse rápidamente el calor de la prensa y la opinión pública brasileña (QUESADA, 1907a, p. 113-115). En tal sentido, su plan estaba en ganar el favor del periodismo para luego acercarse a los principales miembros del Gabinete carioca y, de ese modo, llegar a resolver los diferendos entre ambos Gobiernos. Así destacaba:

cultivé con cuidado la amistad de literatos y periodistas, y en ello tuve sincero placer porque eran amables é ilustrados. Establecí la costumbre de sentar a mi mesa los domingos, á almorzar en el chalet de Larangeiras, algunos de esos literatos, y el trato franco fue lentamente formándose una atmósfera benévola y simpática (QUESADA, 1907a, p. 161).

A partir de allí, Quesada alternó la función política con las labores intelectuales, pero, en cada una de sus intervenciones, fue claro al separar la una de la otra: “...cualesquiera que fuesen las opiniones que, como publicista, sostuviese un escritor, estas no se pueden tomar como el criterio gubernamental, que al elegirlo para una negociación, precisamente por sus conocimientos especiales, podía darle instrucciones que no fuesen las exactas ideas que aquel hubiera sostenido, cabiendo atenuarlas, corregirlas y modificarlas” (QUESADA, 1907a, p. 63). De este modo, intentaba matizar

las declaraciones expuestas en la revista y revelar sus objetivos conciliadores en torno al vínculo diplomático entre la República Argentina y el Imperio del Brasil.

Aunque abandonó su rol directriz dentro de la revista, siguió contribuyendo a través del envío de manuscritos y mediante la solicitud de textos a los nuevos contactos que iba conociendo en la capital brasileña. Igualmente, se transformó en un activo publicista para el formato en los círculos cercanos al Emperador, lo que entregó un impacto inusitado a muchos de los artículos aparecidos en el soporte.

En medio de esta campaña, la presencia de Ernesto en Río –donde estaba junto a su esposa para iniciar su luna de miel– colaboró, según Vicente, “al mejor éxito de mi misión, pues así me fue posible estrechar con eficacia mis relaciones sociales e intimar en el acto con las principales familias, de modo que mi conocimiento oficial con los personajes políticos vino a complementarse con el de sus propios hogares y a ponerme, en breves semanas, en el pie de un viejo conocido de la encantadora sociedad fluminense” (QUESADA, 1907a, p. 163). Este fortuito acontecimiento facilitó la organización de un evento en la Legación Argentina en Río de Janeiro (27 de agosto de 1883), donde Quesada logró congrega a los principales publicistas de la ciudad: Luiz de Castro (*Jornal do Commercio*); Ferreira de Araújo (*Gazeta de Notícias*); Gustavo Macedo (*Diario Oficial*); José do Patrocínio (*Gazeta da Tarde*); José Avelino (*O Brazil*), Souza Carvalho (*Diario do Brazil*), Mr. Deleau (*Le Brésil*) y Franklin Tavora (*Revista Brasileira*). Fue esta una nueva oportunidad para obtener la concurrencia en sus proyectos de la prensa local e incidir en la opinión pública a favor de sus intereses. En tal sentido explica el propio Quesada sobre el encuentro:

Creí que un medio eficaz para ir lentamente acercándome á aquella soñada solución, era la de reunir en mi mesa a políticos, periodistas y literatos, fuerzas morales para tranquilizar las ambiciones, dejando á los incurables del odio internacional, seguir su camino, puesto que no podía evitarlo, si hacían el mal que querían; mi única arma de combate era mostrarles el bien, fácil de realizar con lealtad y buena fe (QUESADA, 1907a, p. 174-175).

Tras la reunión, llegó el momento cumbre para su plan político intelectual: la celebración de un acto en honor a los Quesada en el Lyceo de Artes y Oficios de la ciudad de Río. Encabezados por Tavora, un grupo de escritores brasileños encontró en la presencia de ambos la oportunidad para agasajar a dos publicistas de renombre y, a la vez, para dar comienzo a la «Associação dos homens de letras». Esta nueva entidad

poseía objetivos concurrentes con los de la revista, ya que buscaba nuclear a los intelectuales disgregados a lo largo del Imperio e impulsar la labor literaria como profesión, la cual, hasta ese momento, no contaba con los apoyos necesarios (ni gubernamentales, ni del público) (*A festa literaria*, 1883, p. VII). Para ello, junto a la articulación de un espacio de sociabilidad heterogéneo para el diálogo y la discusión, pretendía inaugurar la publicación de un soporte (similar a la *Nueva Revista*) que fungiera como espacio para la expresión de los autores. A la vez, se pretendía desde este nuevo ámbito de interlocución intelectual

crear el lector, por lo menos en las capitales de las provincias; promover la fundación de bibliotecas exclusivamente americanas, y el intercambio de libros entre los centros literarios de América latina; despertar el gusto por el conocimiento de las literaturas vecinas, de suerte que la profesión de hombre de letras venga á ser un resultado lógico de esa agitación intelectual e internacional; he ahí, á grandes rasgos, cuál es nuestra tarea, que aun no fue llevada á cabo únicamente por falta de constancia y fuerza de voluntad (*Fiesta literaria*, 1883, p. 40).

La fiesta se celebró el 30 de agosto de 1883. Ante una nutrida concurrencia –que incluyó a la pareja Imperial junto a otras doscientas personas– se escucharon los discursos de Vicente y Ernesto Quesada, a los que se sumaron las intervenciones de João Manuel Pereira da Silva (discurso de apertura), el Barón de Paranapiacaba (poesía lírica), Manuel Jesuino Ferreira (poesía histórica), J. Norberto de Souza e Silva (poesía social), Sylvio Romero (crítica literaria), Affonso Celso Junior (descripción de viaje), Severiano da Fonseca (descripción), Ladislao Netto (antropología) y Franklin Tavora (discurso de clausura).

El tenor de cada una de las participaciones intentó evidenciar la riqueza de las letras brasileñas, al tiempo que demostrar el vínculo que las unía al espíritu literario de las restantes repúblicas y, en particular, a la producida por las plumas argentinas. Además se subrayó, en muchas de ellas, la importancia en el nacimiento de la Asociación, pues permitía visibilizar el trabajo de numerosos escritores que hallarían un medio para demostrar su talento. Así, se dejaba de manifiesto la importancia de los espacios de sociabilidad letrada como oportunidad para la conservación del capital cultural adquirido por una sociedad y, al mismo tiempo, para la creación de nuevo conocimiento. También la instancia sirvió para denunciar los problemas de la industria tipográfica nacional (y continental), solicitar la creación de un nuevo marco normativo

que regulara las relaciones entre los diversos agentes del mundo literario y condenar la falta de apoyo de los Gobiernos al ejercicio de las letras; inconvenientes que redundaban en el aislamiento intelectual de cada una de las naciones americanas.

La repercusión respecto al surgimiento de la Asociación fue instantánea, no solo en la prensa carioca, sino también en diversos territorios del Imperio. El periódico conservador *O Brazil* celebró la iniciativa y subrayó que “finalmente, [lograría] romper el envoltorio la crisálida, para muy pronto tal vez transformarse en una mariposa revoloteante. En buena hora surgen las prometedoras ninfas, pero que no tienen la duración de esas doradas falenas que después de tejer tan larga y pacientemente su ropaje, vuelan al espacio y al batir de los vientos morirán oscuras en algún rincón desconocido” (*O Brazil*, 30 de agosto de 1883, p. 2). Las dudas frente a una pronta desaparición de la nueva entidad –tal como ocurriera con numerosas instancias similares– no eran infundadas: las tensiones surgidas al interior del grupo, alrededor de las figuras del Barón de Paranapiacaba y João Manuel Pereira da Silva echaron por tierra el proyecto (QUESADA, 1907b, p. 215).

Antes de ello, la Asociación divulgó los distintos discursos emitidos en la celebración del banquete a través de la obra *A festa literaria por ocasião de fundar-se na capital do Imperio a «Associação dos homes de letras do Brazil»*. El material fue publicado en las prensas de la Typographia Nacional y contó, además, con un texto introductorio de Franklin Tavora, el cual compartía con el lector los principales detalles relativos a la conformación de este novel espacio de sociabilidad de la comunidad letrada brasileña.

Al respecto, lo que llama la atención es el lugar relevante que asumió este texto dentro del contenido de la *Nueva Revista*. En los primeros meses de 1884, la Dirección del soporte sufragó la publicación del texto en español –bajo el sello de Carlos Casavalle– y lo ofreció como “prima de año nuevo” o “aguinaldo” para agradecer la fidelidad de sus lectores. El material cumplía un doble objeto, pues no solo introducía a los lectores en el conocimiento de un mundo publicitario e intelectual como el brasileño, cercano pero ignorado, sino que además constituía una férrea reivindicación en defensa del libro americano, un alegato a favor de la importancia de la sociabilidad letrada en estos países –a partir del ejemplo de la naciente *Associação*– y una convocatoria ante la necesaria unidad cultural del continente. Asimismo, revelaba la

trascendencia del apellido Quesada en el vecino Imperio, lo que también aumentaba el prestigio de la publicación a diversas escalas (local, regional, internacional).

CONSIDERACIONES FINALES

En diciembre de 1883, Vicente Quesada fue admitido como socio correspondiente del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, lo que estrechó aún más sus vínculos con la intelectualidad local. Incluso, una vez alejado de Río de Janeiro (1885), fue premiado con la Gran Cruz de la Imperial Orden de la Rosa y sus dos pasos por la capital –en viaje hacia Estados Unidos (1885) y Europa (1889)– fueron registrados profusamente y celebrados por la opinión pública carioca. De tal forma, aunque no logró mayores avances en materia diplomática, su triunfo se reflejó en el éxito dentro del mundo letrado brasileño, el cual le permitió atraer a sus principales artífices para participar de las redes intelectuales republicanas y visibilizar sus producciones para el conocimiento del resto del continente.

Primero utilizó la migración textual para demostrar la importancia de reconocer el funcionamiento del movimiento literario brasileño –acción que repitió con otros espacios americanos como Colombia, México y Bolivia–, para luego, una vez que estableció las primeras conexiones con el ámbito intelectual imperial, obtener contribuciones directas. Para ello fueron decisivas la Exposición Continental y la misión diplomática como instancias que permitieron crear y ampliar las estructuras rizomáticas que encontraron en Quesada a un nodo reticular relevante y en la *Nueva Revista* un medio para abrir un canal capaz de acrecentar los flujos colaborativos desde el Imperio.

El principal objetivo de Quesada residió en exhibir que los intelectuales imperiales y republicanos se enfrentaban a desafíos y obstáculos comunes: la falta de condiciones para el desarrollo de la profesión literaria; la magra defensa estatal al desarrollo de la industria tipográfica americana (carencia de un marco regulatorio capaz de proteger al libro nacional, falta de papel y de tipos de imprenta, dificultades para la circulación y venta); y la desidia de un público que prefería las producciones europeas por sobre las impresas en el continente.

Aunque siempre, en el impulso de este proyecto, logró escindir el interés por la intelectualidad brasileña de la crítica a su Gobierno. Cultivó una excelente relación con Pedro II, pero ello no mermó su oposición al régimen imperial y a la política asumida

por Brasil a nivel regional. Así, el autor y la revista pretendieron convertirse (y convertir al país) en garantes de los intereses de las repúblicas americanas frente a la amenaza del Gobierno de Río de Janeiro. Aspecto este que fue cuestionado una vez que asumió su cargo frente a aquellas autoridades, lo que lo mantuvo en un complejo equilibrio entre la misión intelectual y la función pública.

En suma, Quesada reinauguró el vínculo conectivo con el mundo letrado brasileño –recuperando el impulso abierto por otros intelectuales rioplatenses– en su doble rol de diplomático y editor. A la vez, en este proceso convivieron en él, en tensión y diálogo, el ideal de una república de las letras americana de carácter transnacional y alcance continental y la construcción de un relato nacional de corte patriótico. Y entre esos dos proyectos, el Brasil adquirió un lugar particular en su discurso, como una alteridad que debía ser incluida desde el punto de vista intelectual (no político) como parte del universo letrado americano.

REFERENCIAS

PERIÓDICOS

A Folha Nova, 1º de marzo de 1883.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=363723&pesq=Vicente%20Quesada&pasta=ano%20188&pagfis=381>

Gazeta de Notícias, 7 de marzo de 1883.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=Vicente%20Quesada&pasta=ano%20188&pagfis=5010

Gazeta de Notícias, 8 de marzo de 1883.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=Vicente%20Quesada&pasta=ano%20188&pagfis=5014

O Brazil, 30 de agosto de 1883.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236055&pesq=Vicente%20Quesada&pasta=ano%20188&pagfis=1400>

O Globo, 1º de marzo de 1883.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369381&pesq=Vicente%20Quesada&pasta=ano%20188&pagfis=6764>

LIVROS E REVISTAS

A festa literaria por ocasião de fundar-se na capital do Imperio a «Associação dos homes de letras do Brazil». Río de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

- AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997.
- ALCORTA, Amancio. El Derecho Internacional Privado. Cuestiones acerca de su existencia. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 3, n. 10, enero 1882, p. 163-200.
- ALCORTA, Amancio. Fuentes del Derecho Internacional Privado. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 4, n. 15, junio 1882, p. 464-484.
- ALCORTA, Amancio. Fundamentos del Derecho Internacional Privado. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 4, n. 13, abril 1882, p. 14-65.
- ALCORTA, Amancio. La ciencia del derecho internacional (A propósito de la obra de Calvo). *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 7, n. 27, junio 1883, p. 406-437.
- ANDERMANN, Jens. Contienda de valores: Argentina y Brasil en la edad de las exposiciones. *Cuadernos de Literatura*, v. 13, n. 25, 2008, p. 190-224.
- ANDRADE CARNEIRO, João Paulo Jeannine. O último propagandista do Império. O «barão» de Santa Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa. *Tese de Doutorado em Geografia Humana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013,
- AUZA, Néstor Tomás. *Católicos y liberales en la generación del 80*. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 2007.
- BERGEL, Martín. Ernesto Quesada o la ciencia como vocación. *Políticas de la Memoria*, n. 8-9, 2008, p. 183-192.
- BUCHBINDER, Pablo. *Los Quesada. Letras, ciencias y política en la Argentina, 1850-1934*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.
- BUNGE, Carlos Octavio. Vicente G. Quesada. Breve estudio biográfico y crítico. In: QUESADA, Vicente. *Historia colonial argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915, p. 9-30.
- CALVO, Carlos; ALCORTA, Amancio. Polémica Calvo-Alcorta (Con motivo del juicio crítico del Dr. Alcorta sobre la obra del Sr. Calvo). *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 8, n. 32, noviembre 1883, p. 629-658.
- CASANOVA, Pascale. *La República mundial de las Letras*. Barcelona: Anagrama, 2001.
- CAVALERI, Paulo. *La restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- DA SILVA RAMOS, Paula. Uma revista americana para os americanos: Identidade e mediações culturais na *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885). *Tese de Doutorado em História*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2018.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina. Hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados. Universidad de Santiago de Chile, 2007.

DI RENZO, Cristian Andrés. Vicente Quesada: Política Exterior y creación de otro negativo en el contexto de las carreras armamentistas entre el ABC a finales del siglo XIX e inicios del siglo XX. *Cuadernos de Marte*, n. 16, 2019, p. 11-43.

DIETZ, Adolph; FRANÇON, André. Asociación Literaria y Artística Internacional (ALAI). El derecho de autor como derecho humano. *Boletín de Derecho de Autor*, v. 32, n. 3, 1998, p. 7-8.

DIRECCIÓN. Nota. In: DINARTE, Silvio. Cielos y tierras del Brasil. Cuadros de la naturaleza. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 9, n. 36, marzo 1884, p. 505-508.

DIRECCIÓN. Nota. In: ROMERO, Sylvio. Literatura brasilera. Sus relaciones con el “neo-realismo”. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 3, n. 12, marzo 1882, p. 483-485.

DIRECCIÓN. Nota. In: TAVORÁ, Franklin. La literatura brasilera. Escritores del Norte de Brasil. Luis Dolzami. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 5, n. 18, septiembre 1882, p. 221-223.

E.O.A. Las Revistas en América. *Revista Brasileira*. *Revista de Chile* (Los literatos en la República Argentina). *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 5, n. 19, octubre 1882, p. 454-461.

EUJANIAN, Alejandro. La cultura: público, autores y editores. In: BONAUDO, Marta (dir.). *Nueva Historia Argentina 4. Liberalismo, estado y orden burgués, 1852-1880*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, p. 545-605.

Fiesta Literaria. Confraternidad Intelectual latino-americana. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1883.

HEREDIA, Edmundo. Historiografía de las relaciones argentino-brasileñas. *Estudios Americanos*, v. 53, n. 2, 1996, p. 267-284.

KELLI, Marcus Vinicius. Duas exposições, dois objetivos. A participação do Império do Brasil nas exposições da Filadélfia (1876) e de Buenos Aires (1882). *Saeculum. Revista de História*, v. 25, n. 42, 2020, p. 105-120. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2020v25n42.50797

LASTARRIA, José Victorino. Algunas facetas de la internacionalidad americana. *Revista Chilena*, v. 1, n. 3, marzo 1875, p. 512-522.

MARICHAL, Carlos; PITA, Alexandra. Algunas reflexiones sobre la historia de los intelectuales/diplomáticos latinoamericanos en los siglos XIX y XX. Introducción al dossier Intelectuales y diplomacia en América Latina. *Revista de Historia de América*, n. 156, 2019, p. 97-123.

NASCIMENTO AGUIAR, Alexandra do. Afonso Celso Junior: um jovem republicano conservador. *Intellèctus*, año 16, n. 2, 2017, p. 169-189.

PABÓN CaDAVID, Jhonny Antonio. Aproximación a la historia del derecho de autor. Antecedentes normativos. *Revista La Propiedad Inmaterial*, v. 13, 2009, p. 59-104.

PABÓN CaDAVID, Jhonny Antonio. José María Torres Caicedo: El nacimiento de la identidad latinoamericana, las construcciones nacionales y el derecho de autor. *Revista La Propiedad Inmaterial*, v. 16, 2012, p. 21-55.

PÉREZ AMUCHÁSTEGUI, Antonio Jorge. El historiador Ernesto Quesada. In: GALLO, Ezequiel; FERRARI, Gustavo (comps.). *La Argentina, del 80 al Centenario*. Buenos Aires: Sudamericana, 1980, p. 841-849.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como soportes materiales, prácticas sociales y espacios de sociabilidad. In: EHRLICHER, Hanno; RISSLER-PIPKA, Nanette (ed.). *Almacenes de un tiempo en fuga: Revistas culturales en la modernidad hispánica*. Aachen: Shaker Verlag, 2014, p. 227-245.

QUESADA, Ernesto. Dos palabras. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 10, n. 37, abril 1884, p. 3-10.

QUESADA, Ernesto. El Congreso Literario latino-americano y el americanismo. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 3, n. 12, marzo 1882, p. 589-612.

QUESADA, Ernesto. El movimiento intelectual argentino. Revistas y periódicos. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 5, n. 19, octubre 1882, p. 462-475.

QUESADA, Vicente. El Brasil y el Río de la Plata. Statu quo de 1804. Armisticio de 1812. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 1, n. 2, mayo 1881, p. 190-239.

QUESADA, Vicente. Estudios diplomáticos. Cuestiones de límites de los países latino-americanos. Nueva Granada y el Brasil. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 13, n. 49, abril 1885, p. 43-83.

QUESADA, Vicente. Le Droit International théorique et pratique, precede d'un exposé historique des progrès de la science du droit des gens, par M. Charles Calvo, etc., etc. (3ª edición completa. París: 1880; in 8º, 4 vols. de 640 p. cada uno). *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 1, n. 1, abril 1881b, p. 155-159.

QUESADA, Vicente. Los tratados de límites de 1851-1852 ante el Instituto Histórico y Geográfico del Brasil. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 4, n. 13, abril 1882, p. 66-95.

QUESADA, Vicente. *Mis memorias diplomáticas. Misión ante el gobierno del Brasil*. Primera Parte. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1907a.

QUESADA, Vicente. *Mis memorias diplomáticas. Misión ante el gobierno del Brasil*. Segunda Parte. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1907b.

QUESADA, Vicente. Prospecto. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 1, n. 1, abril 1881a, p. 3-8.

RAMÍREZ, Carlos María. El nuevo Plenipotenciario argentino en la Corte del Brasil. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. 6, n. 24, marzo 1883, p. 569-608.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 24, n. 3, 2017, p.785-826.

SCARFI, Juan Pablo. Hacia un orden legal regional: Vicente Quesada y la construcción del derecho internacional latinoamericano. *Revista de Historia de América*, n. 156, 2019, p. 125-142.

SCARFI, Juan Pablo. *International law in the Americas. Empire and Legal Networks*. New York: Oxford University Press, 2017.

SCARFI, Juan Pablo. La emergencia de un imaginario latinoamericanista y antiestadounidense del orden hemisférico: de la Unión Panamericana a la Unión Latinoamericana (1880-1913). *Revista Complutense de Historia de América*, v. 39, 2013, p. 81-104.

TERÁN, Oscar. Ernesto Quesada: archivar e historiar (la patria). *La Biblioteca*, n. 1, 2004-2005, p. 150-151.

TERÁN, Oscar. Ernesto Quesada o como mezclar sin mezclarse. *Prismas. Revista de Historia Intelectual*, n. 3, 1999, p. 37-50.

AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DO CENÁRIO PERNAMBUCANO DO SÉCULO XX: O DIÁLOGO SOCIOCULTURAL DO CINEASTA CLÁUDIO ASSIS

Daiane Stefane Lima Antunes¹

INTRODUÇÃO

Tendo por centro a figura do cineasta Cláudio Assis, já que esse capítulo é fruto da dissertação de mestrado denominada “Violência e as suas variadas formas de expressão – Um estudo sociocultural do filme *Amarelo Manga* (2003, CLÁUDIO ASSIS)”, que tem por objeto de análise o filme *Amarelo Manga* (2003). Dimensionamos o espaço cultural do respectivo cineasta, partindo do Movimento Armorial e das demais expressões artísticas de Pernambuco para entendermos o lugar de fala de Cláudio Assis.

Assim, buscamos entender a cena cultural de Pernambuco do século XX, com maior precisão aos movimentos culturais ocorridos após a segunda metade do respectivo século. Para compreendermos esse cenário é necessário partimos do Movimento Armorial, tal movimento possui uma importância ímpar para o complexo das práticas culturais da respectiva localidade. Em seguida, adentraremos ao Movimento Manguebeat, que, também, possui um espaço de importância para as movimentações artísticas.

Na sequência daremos ênfase aos movimentos cinematográficos para analisarmos como a sétima arte se consolida nesse período, e o papel desempenhado pelo cineasta Cláudio Assis na construção desse movimento em Recife e nas suas adjacentes.

MOVIMENTO ARMORIAL

Conhecida como Veneza Brasileira², Recife, e por extensão, Pernambuco abarca uma cena cultural efervescente. Tendo por expressividade um regionalismo latente³,

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Atualmente professora de História da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul. E-mail: profadaiane1@gmail.com

² Apelido cunhado pela sua estruturação geográfica, Recife foi construída sobre os rios Capibaribe e Beberibe. Chamando atenção para a sua paisagem, aproximando-se esteticamente de Veneza – Itália.

suas manifestações culturais são repercutidas numa noção de expressão cultural que se diverge entre os movimentos que iremos discutir.

O movimento Armorial teve por precursor assim como seu fundador o professor universitário Ariano Suassuna⁴. Esse possuía por linha ideológica e estética uma concepção de cultura popular ligada as raízes populares. Em sua tese de livre docência *A Onça Castanha e a Ilha Brasil*, Suassuna procura definir os elementos que compõem a cultura brasileira, conforme reflete Maria Thereza Didier de Moraes:

Em sua obra “A Onça Castanha e a Ilha Brasil”, Ariano procurou definir os elementos que compõem a cultura brasileira. A tendência unificadora de contrários foi uma característica ressaltada pelo escritor, que tentou delinear a singularidade da cultura brasileira na reunião de elementos opostos. A procura de uma essência cultural brasileira nos remete a sua vinculação com a busca de identidade nacional. Marcar o substrato dessa identidade foi projeto de alguns intelectuais brasileiros, cuja preocupação era a de resgatar a cultura nacional, construindo universos simbólicos habitados por elementos ditos imanentes ao povo brasileiro: cordialidade, mestiçagem, tristeza e tantas outras características, localizadas neste lado do Equador, da chamada “Ilha Brasil”.⁵

³ Um dos primeiros documentos do século XX de Pernambuco que expressava uma insatisfação política e cultural, reivindicando determinados valores locais é o Manifesto Regionalista de 1926, liderado pelo sociólogo Gilberto Freyre. Esse manifesto repercutiu na cena cultural pernambucana, e por extensão em todo o Brasil, ocasionando numa safra de produções artísticas e intelectuais à época. Pautada numa noção de regionalidade, Freyre abarca nesse manifesto a busca do reconhecimento de núcleos culturais do Nordeste. Atréadas com as ideias repercutidas no Movimento Modernista, o Manifesto Regionalista expressava-se como: “Esse movimento caracterizava-se pela valorização das especificidades locais nordestinas e atingiu amplo destaque entre os polos intelectuais do país. O objetivo explícito, entre outros, era compor uma defesa e a preservação de tradições rurais patriarcais nordestinas vislumbradas pelos intelectuais que gravitavam ao redor das ideias cristalizadas no Manifesto Regionalista, redigido por Freyre, como as mais representativas da organização social e cultural do país e do que conformava a identidade e a “genética” cultural da nação.” (SANTOS, Robson dos. *Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 399-408, jul./dez. 2011.)

⁴ Nascido na Cidade da Paraíba (atual João Pessoa) em 16 de junho de 1927, Suassuna foi filósofo, professor, dramaturgo, romancista, poeta e ensaísta. Residente em Pernambuco desde 1942, Suassuna realizou seus estudos superiores na célebre Faculdade de Direito do Recife, formando-se ainda, anos mais tarde, em Filosofia. De 1956 a 1994 ministrou nas cadeiras de Estética e História da Cultura Brasileira na Universidade Federal de Pernambuco, defendendo em 1976 sua tese de livre-docência intitulada *A onça castanha e a ilha Brasil: uma reflexão sobre a cultura brasileira*.

⁵ MORAES, Maria Thereza Didier de. *Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pp. 17-18.

O caminho ideológico que frutificou o referido movimento cultural tinha por concepção a cultura popular como uma unidade orgânica, guardiã de elementos tradicionais e autênticos que viessem legitimar a verdadeira cultura nacional. Assim:

O Nordeste, nessa concepção, passa a ser um celeiro dessas tradições, incorporando a ideia evolucionista de representar a infância do país, um lugar que não se desenvolveu e, por isso, preservou a tradição. Nesse sentido, a cultura popular é identificada como expressão de tradição e primordialmente vinculada a um passado imobilizada e com a autenticidade cultural da Nação.⁶

O movimento Armorial tinha por prisma o ideal de colocar a cultura popular “para fora”, resgatar as suas origens e enaltecer a miscigenação presente nessa cultura de cunho popular. Logo: “Sílvio Romero como Gilberto Freyre são referências que Suassuna enfatiza na construção do pensamento armorial, nesse amor e saudade pelo passado, ou melhor, por um passado que monumentaliza aquilo que denomina de brasilidade.”⁷.

Portanto, o resgate ao passado estava articulado na cultura popular, que tinha por preceitos a constituição de uma identidade cultural, sendo esse um ponto de discussão muito presente nas ideias armoriais. Seu viés de preponderância no movimento era a constituição dessa noção de identidade cultural, sendo para esses intelectuais a cultura popular o elemento de aglutinação dessa identidade.

Além do movimento Armorial que possuía por linha ideológica e estética o resgate do passado, tendo a cultura popular o elemento de consolidação desta cultura nacional. O movimento Tropicália, contemporâneo ao movimento Armorial, se expressava com uma concepção de cultura brasileira crítica da realidade, sendo uma expressividade artística com um caráter de vanguarda, articulada em oposição aos aspectos ideológicos e estéticos do movimento Armorial.

No dia 20 de abril de 1968 é publicado pelo Jornal do Commercio em Recife o primeiro manifesto Tropicalista, denominado “*Porque somos e não somos tropicalistas*”, é constituído das seguintes argumentações:

1. Constatamos (sem novidade) o marasmo cultural da província. (Por que insistimos em viver há dez anos da Guanabara e há um

⁶ Ibidem, p. 19.

⁷ Ibidem, p. 145.

- século de Londres? Por fidelidade regionalista? Por defesa e amor às nossas tradições?);
2. Recusamos o “comprometimento” com nossos “antigos professores”. (Porque eles continuam mais “antigos” do que nunca: do alto de sua benevolência, de sua vaidade, de sua irritação, de seu histrionismo, de sua menopausa intelectual);
 3. Lamentamos que os da “nova e novíssima geração” (a maioria pelo menos) continuem a se valer da tutela sincretista, lusotropical, sociodélica, joacabralina, t-p-n-ística, etc. e tal.;
 4. Comprovamos (sem ressentimento) a decadência da esquerda festiva. (A exemplo do faz escuro, mas eu canto, das manhãs de liberdade, do vietnam por ti e por mim, e outros “protestos” puramente retórico-panfletários);
 5. Afirmamos: “Dessacralizando e corrompendo a esquerda festiva, o tropicalismo investe e arreventa, explode e explora os seus adeptos tanto quanto os seus atacantes”. (Qua, qua, qua, para os que “não nos entendem”...);
 6. Somos (sem subserviência) por Glauber Rocha, José Celso Martinez Corrêa, Nelson Motta, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Hélio Oiticica, Adão Pinheiro, José Cláudio, os poetas de vanguarda. Tudo que for legitimamente NOVO.;
 7. Reconhecemos a transitoriedade (o trânsito e o transe) do tropicalismo, junto ao perigo de comercialização, de mistificação, de idolatria. Assim como dizemos “abaixo a festiva”, acrescentamos: “abaixo o fanatismo tropicalista!” (Por isso, quem tentar nos apelidar, sorrindo, de “tropicalistas” – ou não tem imaginação, ou é dogmático, ou quer bancar o engraçadinho, ou é burro mesmo);
 8. A vanguarda contra a retaguarda! A loucura contra a burrice! O impacto contra a mediocridade! O sexo contra os dogmas! A realidade contra os suplementos! A radicalidade contra o comodismo!;
 9. “Tropicalistas de todo mundo, uni-vos” – Jomard Muniz de Britto, professor e ensaísta; Aristides Guimarães, compositor de música popular; e Celso Marconi, repórter e crítico de cinema.⁸

Como a própria citação deixa expressa, esse manifesto foi assinado por vários intelectuais e artistas do Nordeste, entre eles: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jomard Muniz de Brito e Celso Marconi. Tal manifesto definia o Tropicalismo como posição de radicalidade crítica e criadora diante da realidade brasileira. Além dele, há outro manifesto de caráter mais crítico nomeado como *Inventário do Feudalismo Cultural Nordestino*, que se expressava: “Situando-se longe de um “feudalismo”, o manifesto se autodenomina como um movimento de vanguarda que propõe realizar rupturas com

⁸ BRITTO, Jomard Muniz de. Manifesto tropicalista porque somos e não somos tropicalistas. In: Clarissa Diniz; Gleyce Kelly Heitor; Paulo Marcondes Soares. (Org.). *Crítica de Arte em Pernambuco: Escritos do Século XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. Disponível em: <<http://outroscriticos.com/manifesto-tropicalista-porque-somos-e-nao-somos-tropicalistas/>> acesso em 15/nov de 2017.

padrões morais e sociais, apontando para um outro entendimento do passado cultural da região.⁹”

Indo em oposição as concepções dos armoriais, os tropicalistas apresentavam-se como uma outra via para pensar a cultura brasileira. O segundo manifesto colocava o dedo em inúmeros pontos do movimento armorial; o seguinte trecho do documento demonstra tais ataques:

O que se pode esperar de certos grupos teatrais que se afirmam ‘propriedade privada’, casa de fulano ou beltrano? Por que alguns jovens artistas ainda persistem numa política de completa subserviências aos industriais-artistas e aos intelectuais conselheiros e aos intelectuais comprometidos com o poder constituído? **Seriam os teatros ‘casas de fulanos e beltranos?’**”¹⁰ (Grifo nosso)

Fazendo alusão ao Teatro Popular do Nordeste (TPN) de Ariano Suassuna, tal manifesto atacava pontos do movimento Armorial, o documento termina com uma posição de abertura ao diálogo, como pontua Teles: “Por qualquer movimento de vanguarda cultural (pois não queremos impor unicamente a nossa posição), que se caracterize pelo rompimento com todos os padrões: morais, sociais, literários, sexuais e etc. e tal.”¹¹

Com esse manifesto, o movimento Tropicália, diferentemente de como se sucedeu em São Paulo e no Rio de Janeiro, em Pernambuco se manifestou em um enfrentamento, também, a sociedade patriarcal, recebendo a simpatia de vários setores da sociedade, principalmente dos jovens universitários. Com uma posição menos rígida do que o movimento Armorial, o movimento Tropicália vai ao encontro do movimento Manguebeat, no sentido de estar aberto as influências internacionais¹² e ao intercâmbio cultural. Como o movimento Tropicália não foi um movimento genuinamente pernambucano¹³, diferindo do movimento Armorial e do Manguebeat, daremos maior

⁹ MORAES. *Op. Cit.* p. 104.

¹⁰ TELES, José. *Do frevo ao manguebeat*. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 114

¹¹ *Ibidem*, p. 115.

¹² Os tropicalistas abertos as influências internacionais receberam críticas por estarem tão universais, como de Geraldo Vandré: “Sou contra a importação de temas estrangeiros para a música brasileira, e contra o universalismo de Caetano Veloso e Gilberto Gil, porque eles estão criando um estado de espírito que nós realmente não sentimos.” (TELES, José. *Do frevo ao manguebeat*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 109)

¹³ Em torno disso, cabe darmos atenção ao fato que o movimento Tropicália não se desembocou somente em Pernambuco, muito pelo contrário, seu foco deu-se entre os baianos e os paulistas, mas teve

destaque a tais movimentos acontecidos em Pernambuco para chegarmos ao objetivo de compreendermos o local de fala de Cláudio Assis.

As expressividades Artísticas do Movimento Armorial

Em 18 de outubro de 1970 acontecia na Igreja de São Pedro dos Clérigos, no bairro de Santo Antônio, em Recife, o lançamento oficial do movimento Armorial, sendo composto pela Orquestra de Câmara e uma exposição de artes plásticas. Esse evento foi organizado pelo Departamento de Extensão Cultural (DEC) da Universidade Federal de Pernambuco sob a direção de Ariano Suassuna. Nesse evento, Suassuna apresentou o manifesto Armorial e a estética articulada em sua concepção de arte, acrescentando as personalidades pernambucanas que compartilhavam do mesmo ideário, conforme Moraes assinala:

Ao falar, naquela noite, o escritor Ariano Suassuna, principal defensor das ideias armoriais, definiu os diversos campos da arte armorial. Incluiu a pintura de Francisco Brennand, a gravura de Gilvan Samico e mencionou outros artistas pernambucanos que, em sua opinião, faziam arte armorial. **Suassuna atestou que o movimento por ele liderado tinha como base o barroco de origem ibérica e a arte popular nordestina, ressaltando que esses eram os suportes da “cultura nacional.”**¹⁴ (Grifo nosso)

A concepção estética entre o popular e o erudito (nesse caso, o erudito era a expressão barroco nas artes) era considerado um mergulho no veio originário da cultura brasileira. Assim, o movimento perpassa a elementos que são considerados as origens da cultura brasileira: “perpassa pela heráldica¹⁵, que define como uma arte popular, pelo

expressividade em Recife, João Pessoa e Natal. Porém, esse reconhecimento não é algo recorrente nas práticas discursivas em torno do referido movimento. O jornalista José Teles aborda essa questão em sua obra *Do Frevo ao Manguêbeat*, afirma: “O país todo ignora e o próprio Caetano Veloso esqueceu de registrar no seu *Verdade tropical*, mas no Recife, João Pessoa e Natal um movimento tropicalista foi deflagrado quase que simultaneamente ao dos baianos em São Paulo. O próprio Caetano Veloso, em entrevista por telefone, admitiu ao autor deste livro que não citar essa vertente tropicalista extra-baianos paulistas e a influência que Pernambuco exerceu sobre o movimento foi uma das falhas do seu livro.” (TELES, José. *Do frevo ao manguêbeat*. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 111)

¹⁴ MORAES, Op. Cit., pp. 99-100.

¹⁵ Moraes entrevistando o escritor e professor universitário Ariano Suassuna, atesta que heráldica está presente nos ferros de marcar bois, nos autos dos guerreiros, nas bandeiras de cavalcadas, nas cores dos pastoris, nos estandartes dos maracatus e caboclinhos, nas escolas de samba e nas camisas e bandeiras dos clubes de futebol.

Barroco e suas insígnias e pelos cantadores nordestinos, uma das fontes principais para a música armorial.”¹⁶

A música foi uma das expressões do movimento Armorial que teve mais repercussão, inicialmente como Orquestra de Câmara e depois como o Quinteto Armorial. Alguns dos músicos participantes do quinteto viajaram pelo Brasil, divulgando a música erudita brasileira com raízes populares. A recriação realizada pelo Quinteto Armorial era caracterizada pela:

Investigação e recuperação de melodias barrocas preservadas pelo romancelero popular, dos sons de viola, dos aboios e das rabecas dos cantadores. Baseando-se nesses elementos musicais, o movimento armorial realizava a sua “recriação”. Procurava articular elementos de um passado preservado com uma linguagem musical que nomeava de nova, autêntica e representativa da cultura brasileira.¹⁷

O Quinteto Armorial gravou quatro LPs, sendo o primeiro denominado *Do Romance ao Galope Nordestino* (1975). A musicalidade presente em seus LPs coloca em tom uma paisagem sonora nordestina articulada com vários elementos, sendo esses: ibéricos medievais, africanos e indígenas resultando numa sonoridade do romancelero popular nordestino.

O músico Antônio Carlos Nóbrega é uma das principais personalidades do movimento Armorial, inicialmente integrando a Orquestra de Câmara. Em meados de 1970, Suassuna convidou Nóbrega para fazer parte do Quinteto Armorial, ao aceitar o convite, Antônio Carlos Nóbrega adentra nos princípios estéticos do referido movimento e torna-se um armorial. Outros integrantes do quinteto armorial foram: Antônio José Madureira, Egildo Vieira do Nascimento, Fernando Torres Barbosa e Edison Eulálio Cabral.

O teatro não ficou por fora do Movimento Armorial, Ariano Suassuna como um grande literato¹⁸, produziu uma infinidade de peças e romances¹⁹, os quais foram

¹⁶ Ibidem, p. 101.

¹⁷ Ibidem, pp. 102-103.

¹⁸ Na literatura a expressão do movimento armorial não ficou somente articulada ao Ariano Suassuna, os escritores Raimundo Carrero e Maximiano Campos são figuras expoentes do respectivo movimento, e os poetas Angelo Monteiro, Janice Japiassu e Marcus Accioly são personalidades que buscavam em suas produções transportar a cultura popular aos seus escritos.

¹⁹ Suas produções ficam articuladas aos seguintes títulos: *Uma mulher vestida de Sol* (1947); *Cantam as harpas de São ou O desertor de Princesa* (1948); *Os homens de barro* (1949); *Auto de João da Cruz*

adaptados para o teatro e para o cinema²⁰. Em 1957, foi encenado sua peça *O Casamento Suspeitoso*, em São Paulo, pela Companhia de Sérgio Cardoso e a peça *O Santo e a Porca*. Em 1958, foi encenada a peça *O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna*, e em 1959 a *Pena e a Lei*. Suas produções literárias são consideradas a expressão do romance armorial popular brasileiro, articulada em diferentes movimentos da literatura, entre eles, o Simbolismo, o Barroco e a Literatura de Cordel.

Em 1959, na companhia de Hermilo Borda Filho, Ariano Suassuna funda o Teatro Popular do Nordeste (TPN), montando em 1960 suas peças a *Farsa da Boa Preguiça* e em 1962 *A Caseira e a Catarina*. O Teatro Popular do Nordeste se constitui tendo por base duas diretrizes: uma maneira nordestina de interpretar e encenar, e uma interpretação erudita da arte popular. Articulando-se com os ideários presentes quando dirigia o Teatro de Estudante de Pernambuco (TEP), Hermilo Borda Filho possuía por preceitos ideológicos uma noção de dramaturgia ligada a cultura da região, e uma preocupação em levar teatro de qualidade às camadas economicamente desfavorecidas, conforme fica expresso na seguinte passagem:

O Teatro Popular do Nordeste (1960), uma iniciativa que Ariano Suassuna tivera junto com Hermilo Borba Filho, nutria a crença que poderiam reviver o espírito que deu vida ao Teatro de Estudante de Pernambuco, algo impossível, pois o tempo e espaço eram outros, mas afirmavam eles: “O TPN representa aquele mesmo espírito de 1946, de reação contra um teatro acadêmico, esclerosado, frívolo e sem ligação com a nossa realidade.” Na verdade, o que ambos buscavam era dar continuidade as críticas que faziam ainda no TEP, onde o teatro pernambucano deveria abraçar as causas e problemas regionais, desprendendo-se dos “imitacionismo” alheios dos franceses, e criasse

(1950); *Torturas de um coração* (1951); *O arco desolado* (1952); *O castigo da soberba* (1953); *O Rico Avarento* (1954); *Auto da Compadecida* (1955); *O casamento suspeito* (1957); *O santo e a porca* (1957); *O homem da vaca e o poder da fortuna* (1958); *A pena e a lei* (1959); *Farsa da boa preguiça* (1960); *A Caseira e a Catarina* (1962); *As conchambranças de Quaderna* (1987); *Fernando e Isaura* (1956); *O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (1971); *História d'O Rei Degolado nas caatingas do sertão /Ao sol da Onça Caetana* (2015).

²⁰ A peça de Suassuna denominada de *Auto da Compadecida* (1955) recebeu adaptações tanto no teatro como no cinema, sendo um marco da bilheteria brasileira à época do seu lançamento em 2000, o crítico Luiz Zanin Oricchio pontua que: “Depois de já ter sido muito encenado, e adaptado para o cinema duas vezes (George Jonas, em 1969, e Roberto Farias, em 1987), retornou como microssérie de quatro episódios em 1999. No ano seguinte, seu diretor, Guel Arraes, remontou o material e lançou-o no cinema. Pouca gente acreditava na viabilidade de lançamento no cinema de um filme afinal já visto na tevê (ainda que em outro formato), mas o *Auto* tornou-se um dos grandes sucessos da Retomada, com 2.130.000 espectadores.” (ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de novo: um balanço crítico da Retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 169-170).

uma dramaturgia própria e digna para um povo que se identificasse com as falas e cenas da sua dramaturgia.²¹

E essa dramaturgia, constituída de elementos da cultura popular, era encontrada nos escritos literários de Ariano Suassuna, o engajamento que Suassuna dirigiu ao teatro fica expresso na concepção de articular:

Um teatro que capta a beleza da literatura popular nordestina e os folhetos de cordel, e ele a reproduz com o melhor da tradição do teatro ocidental, propondo pensar o Brasil no seio do universo ibérico, sertanejo, místico, imaginário e popular da vida sertaneja.²²

Realizando esse breve balanço das expressões artísticas articuladas ao respectivo movimento, objetivamos um conhecimento sobre de qual forma os preceitos estéticos do respectivo movimento foram articulados na diversidade de linguagens artísticas expostas. O estilo presente no movimento Armorial auxilia-nos para compreendermos até qual ponto esse movimento se expressa ou influencia a linguagem cinematográfica do cineasta Cláudio Assis.

Esse movimento, como foi possível observar, nasceu no seio da academia e sua concepção de arte está articulada, como já posto, num apego a tradição, ao resgate do passado, na vida do sertanejo e outros aspectos. Há pesquisadores que dividem o Movimento Armorial em fases, como: primeira fase intitulada Fase Experimental (1970 a 1980), segunda fase denominada Fase Romançal (1980 a 1995) e a terceira fase intitulada Fase Arraial (1995 em diante). Essas fases são elencadas frente ao avanço da divulgação e expressão do movimento Armorial, cabe frisarmos que tais fases são marcadas pela presença do Ariano Suassuna em departamentos institucionais e governamentais. Na primeira fase, Suassuna era diretor do departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, na segunda fase tornou-se Secretário de Cultura do Recife e, por último, na terceira fase é nomeado Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco.

²¹ OLIVEIRA, Anderson Bruno da Silva. A invenção do sertão no romance D'A Pedra do Reino. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015. pp. 69- 70.

²² RAMALHO, Fabíula Martins. Ariano Suassuna: um pensador no teatro brasileiro, análise da trajetória intelectual do dramaturgo e da peça Farsa da boa preguiça. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 17.

Obviamente que a presença no aparelho estatal do expoente e maior difusor do movimento acarretou, conseqüentemente, na maior divulgação das ideias e expressões culturais armoriais em Pernambuco na segunda metade do século XX. Em meados de 1990 começa o burburinho de um movimento, ainda não denominado enquanto Manguebeat, que acabaria trazendo uma nova leitura estética e ideológica de Recife e, por extensão, do estado pernambucano.

A Leitura Cultural da Juventude Recifense: O Manguebeat

Um grupo de jovens contendo uma noção de cultura muito diferente do movimento Armorial começou a se organizar, buscando uma maneira de se expressar que viesse evidenciar as concepções que se articulavam dentro do grupo. O movimento Manguebeat estruturava-se a partir da apropriação de determinadas práticas regionais para, assim, remodelar a tradição. O movimento se constituiu partindo de uma nova perspectiva em relação à cultura regional e à cultura pop, estando aberto as mídias e as novas formas de comunicação.

As principais personalidades do respectivo movimento são os músicos Chico Science²³ e Fred ZeroQuatro²⁴. Science participava da banda Chico Science e Nação Zumbi, como a denominação da banda já sinalizava, e ZeroQuatro é o vocalista da banda Mundo Livre S/A. Ambas as bandas formam o núcleo duro do movimento.

A ideia em torno da denominação do movimento veio diretamente de Chico Science, que atribuiu a sonoridade produzida naquele momento o nome de “mangue”, mas foi Fred ZeroQuatro que se empolgou em torno da denominação, conforme José Teles sinaliza:

“Mangue” pode ter sido de Chico, mas a agitação em torno do nome deve muito a 04. É o próprio Fred quem conta: “A gente agiu à maneira de Malcolm McLaren. **Vimos que ali havia elementos para criarmos uma cena particular. Então bolamos gíria, visual, manifesto. Quase todas as**

²³ Chico Science é o codinome de Francisco de Assis França. Natural de Olinda-PE, nasceu no ano em 13 de março de 1966. Ariano Suassuna defensor de uma linguagem artística genuinamente brasileira, criticava a abertura do Manguebeat para as influências do exterior, assim, referia-se ao Chico Science, como Chico Ciência.

²⁴ Fred ZeroQuatro é o codinome de Fred Rodrigues Montenegro, natural de Jaboatão dos Guararapes nasceu no ano de 11 de julho de 1965. Além de cantor é jornalista.

músicas que fizemos depois disto continham palavras extraídas dos manifestos.²⁵ (Grifo nosso)

Como forma de autodenominação e como criação de uma comunidade, no sentido da articulação dos ideários presentes no cerne do movimento, observemos a grafia do movimento Manguebeat. Mangue referindo-se ao ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, sendo a mistura das águas do rio doce com as águas salgadas do mar, é um berçário natural para várias espécies marinhas. Entre essas espécies está o caranguejo, no qual sua pesca é a fonte de renda para uma parcela da população recifense.

O caranguejo é utilizado como um elemento cultural de reflexão social para os integrantes do movimento. Envolvido pelas leituras de Josué Apolônio de Castro, conhecido por Josué de Castro, Chico Science se influencia por tais pesquisas e análises. Os estudos de Josué de Castro ficaram centrados no período de 1930 e 1940, onde o respectivo intelectual realiza uma série de estudos que visam demonstrar o problema da fome. Em 1935 publica a obra *Alimentação e Raça*, que vem demonstrar uma oposição aos estudos que “cientificamente” tentaram demonstrar as razões para a indolência e a preguiça como prova de inferioridade racial. Esses estudos de cunho fortemente racista envoltos de um verniz “científico” se propagaram durante a primeira metade do século XX, por meio de intelectuais como Silvio Romero e João Batista Lacerda.²⁶

Além dessa primeira obra citada de Josué de Castro, há também a *Geopolítica da Fome* (1954), a *Geografia da Fome*²⁷ (2001) e o romance *Homens e Caranguejos* (2001). O pensamento de Chico Science foi influenciado pelos escritos de Josué, principalmente ao pensar sobre os *Homens e Caranguejos*, conforme é possível visualizar na seguinte passagem:

²⁵ TELES, José. Op. Cit. p. 274.

²⁶ Ao leitor instigado sugiro conferir: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Nessa obra Schwarcz demonstra como se deu a construção das teorias raciais europeias no contexto brasileiro, questionando de qual forma uma sociedade com grande percentual de pessoas negras se enxerga frente às ideias europeias, chegando a elaborar saídas como branqueamento ou a mestiçagem brasileira para o “problema” da existência do negro na sociedade.

²⁷ Essa obra teve um amplo reconhecimento nacional e internacional. Josué de Castro realiza um amplo estudo das condições alimentares no Brasil dividindo-o em cinco áreas, nas quais ele identificou diferentes níveis de desnutrição e carências nutricionais. Discute cada hábito alimentar, cada prato típico, ele nos mostra a falta de elementos substanciais a nutrição do ser humano, evidenciando que essa falta acarreta na deficiência ao bem-estar físico e mental dos seres humanos.

“Temos fome de informação. Na imagem de Josué [de Castro], somos caranguejos com cérebro como os pescadores que ele descreveu no livro *Homens e caranguejos*. Eles pescam e comem caranguejos para depois excretá-los no ciclo caótico. Fazemos uma música caótica.” (Chico Science em entrevista à Luís Antônio Giron, 1994, Folha de S. Paulo)²⁸

Em suas canções, tais influências se manifestam nos seguintes versos: “Vi um caranguejo/ Andando pro sul/ Saiu do mangue/ Virou gabiru/ **Ô Josué eu nunca vi/ Tamanha desgraça/ Quanto mais miséria têm/ Mais urubu ameaça.**”²⁹ (Grifo nosso); “**Eu sou um caranguejo e estou de andada/** Só por sua causa, só por você, só por você/ E quando estou contigo eu quero gostar/ E quando estou um pouco mais junto eu quero te amar.”³⁰ (Grifo nosso)

Recife, cidade do mangue/ Onde a lama é a ressurreição/ Onde estão os homens caranguejos/ Minha corda costuma sair de andada/ No meio da rua em cima das pontes/ É só equilibrar sua cabeça em cima do corpo/ Procure antenar boas vibrações.³¹ (Grifo nosso)

Ao falar sobre a música da *Lama ao Caos*, Chico Science declara:

Da lama ao caos, é a música que eu sinto José de Castro, é como se um homem caranguejo saísse do manguezal e fosse a algum centro urbano procurar um modo de vida, e de um lado e de outro, ele sempre é roubado, sempre é castrado.³²

A metáfora homem caranguejo influenciou diretamente as composições de Chico Science e a sua leitura de mundo fica articulada a esse elemento, trazendo em seu bojo o regionalismo, mas com uma nova roupagem. Sendo esse um elemento latente em toda a produção do movimento, é um regionalismo repaginado não interligado a um passado conservador, mas ligado a um passado fluído aberto ao diálogo com as influências externas.

A lama é outro elemento que fornece base para a poética do Manguebeat. Esse elemento é presente na atividade laboral que os sujeitos oriundos de Pernambuco fazem

²⁸ TELES, José. Op. Cit. p. 330

²⁹ Trecho da música da *Lama ao Caos*, sétima faixa do álbum *Lama ao Caos* (1994).

³⁰ Trecho da música *Risoflora*, décima primeira faixa do álbum *Lama ao Caos* (1994).

³¹ Trecho da música *Antene-se*, décima faixa do álbum *Lama ao Caos* (1994).

³² Chico Science comentando a música da *Lama ao Caos*, disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7_8wo9VLp4 > acesso em 26/fev. 2017.

ao pescar os caranguejos. Sobre a presença da “lama” na cotidianidade pernambucana, principalmente a litorânea, a pesquisadora Maria Aparecida Lopes Nogueira pontua que:

A contradição atração e recusa suscitada pela Lama é própria de toda matéria mole; ela exprime o dinamismo específico do trabalho a ser feito. Ou seja, domesticar a lama por meio da manipulação: atravessar a negritude, espessura e o grude para retirar o caranguejo. O trabalhador, ou contra-ser, ataca a lama- arapuca, em um difícil e penoso ofício. Como *escultura de lama*, torna-se um centro de hostilidade, pois luta contra a matéria viva. Perseverante, sua mão tortuosa e confiante mergulha mais fundo na lama à cata dos buracos onde se encontram os caranguejos. Passa o dia inteiro nessa função de catar caranguejos. Essa rotina cruel os despedaça, os faz cair no oco do mundo, como prisioneiros eternos que jamais conseguirão pagar suas dívidas com os deuses. Integrante das cartografias planetárias da fome delineadas por Josué de Castro, o Mangue do Recife e sua “lama que come mocambo e no mocambo tem molambo” (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994 e ZEROQUATRO, 1994).³³

O mangue gerador de empregos é, ao mesmo tempo, o elemento que evidencia as desigualdades sociais presentes em Pernambuco e esse aspecto social e cultural da região desemboca-se como o pano de fundo para inúmeras letras de música. Em 1991, Fred ZeroQuatro publicou o manifesto *Caranguejos com cérebro*, nesse encontra-se alguns preceitos presentes no movimento:

Em meados de 91, começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de ideias pop. **O objetivo era engendrar um *circuito energético*, capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop.** Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama. Hoje, os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em hip-hop, colapso da modernidade, Caos, ataques de predadores marítimos (principalmente tubarões), moda, Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, rádio, sexo não- virtual, sabotagem, música de rua, conflitos étnicos, midiotia [*sic*], Malcom Maclaren, Os Simpsons e todos os avanços da química aplicados no terreno da alteração e expansão da consciência. Bastaram poucos anos para os produtos da fábrica mangue invadirem o Recife e começarem a se espalhar pelos quatro cantos do mundo. A descarga inicial de

³³ NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *Utopias: Josué de Castro e o Mangue Beat*. Cronos, Natal-RN, v. 10, n.1, p. 35-42, jan./jun. 2009. p. 38.

energia gerou uma cena musical com mais de cem bandas. **No rastro dela, surgiram programas de rádio, desfiles de moda, vídeo clipes, filmes e muito mais.** Pouco a pouco, as artérias vão sendo desbloqueadas e o sangue volta a circular pelas veias da Manguetown.³⁴ (Grifo nosso)

Manguetown é a cidade de Recife, Fred ZeroQuatro traz em seu manifesto uma série de nomenclaturas específicas do movimento, como o próprio Manguetown, manguegirls e mangueboys adjetivação aos seguidores do movimento. Deixa expresso que os preceitos era injetar energia na lama, configurando-se como uma nova estética frente à criação artística. ZeroQuatro deixa muito bem evidenciado a articulação com a exterioridade presente no manifesto, demonstra a principal diferença entre o Mangubeat e o movimento Armorial, enquanto este último era articulado a um passado, visualizando-o num teor conservador, os mangueboys e as manguegirls davam uma nova leitura a esse passado, revitalizando-o.

A parabólica fincada na lama é a imagem do movimento sintonizado com a produção acontecida no exterior. Enquanto os armoriais eram fechados as influências artísticas do exterior, os artistas constituintes do Mangubeat buscavam dialogar com essas. Assim, a leitura que o movimento enaltecia era evidenciar aspectos da cultura local sintonizados com aquilo que estava acontecendo no exterior, ou seja, uma visão de progresso articulado com os impactos da globalização,³⁵ fruto do contexto de seu surgimento.

³⁴ QUATRO, Fred Zero. Caranguejos com cérebro (manifesto). Disponível em <<http://projetoautonomiaemcepag.xpg.uol.com.br/Caranguejos%20Com%20C3%A9rebro.pdf>> acesso em 25/fev. 2017.

³⁵ Um dos resultados da globalização é a rede de comunicações articulada através do advento das tecnologias de comunicação e informação. Nesse cenário, conforme Octavio Ianni assinala, entre a variedade de metáforas referindo-se ao fenômeno da globalização, chama atenção a noção de “Aldeia Global”: “Aldeia global” sugere que, afinal, formou-se a comunidade mundial, concretizada com as realizações e possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica. Sugere que estão em curso a harmonização e a homogeneização progressivas. Baseia-se na convicção de que a organização, o funcionamento e a mudança da vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a globalização, são ocasionados pela técnica e, neste caso, pela eletrônica. Em pouco tempo, as províncias, nações e regiões, bem como culturas e civilizações são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação, comunicação e fabulação agilizados pela eletrônica. Na aldeia global, além das mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se as informações. Estas são fabricadas como mercadorias e comercializadas em escala mundial. As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidos, comercializados e consumidos como mercadorias.” (IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 16). Assim, a fusão estética presente na linguagem musical de Mangubeat é fruto desse intercâmbio de informações, já que a noção apreendida na expressão aldeia global envolve a ideia de comunidade mundial, mundo sem fronteiras etc., ou seja, uma abertura a exterioridade fruto ao advento tecnológico, ampliando o poderio das comunicações.

Logo, ocorre uma nova manipulação frente a determinados elementos culturais e regionais, como o maracatu. Chico Science atribui a esse ritmo musical uma nova leitura, influenciado pelos ritmos produzidos no exterior, resultando na constituição de uma nova maneira de produzi-lo. Isso causou alarde da crítica que não deixava de evidenciar a alteração da gênese da batida, José Teles salienta que:

Nas primeiras apresentações de Chico Science tanto com o Lamento Negro quanto com o nascente Nação Zumbi, os especialistas não lhe poupavam críticas. Aquela batida podia ser tudo, menos maracatu de verdade. O compositor Armando Neto analisava a batida em artigo para o Suplemento Cultural do Diário Oficial de Pernambuco, em 1995: “Eu particularmente não simpatizo com a música de Chico Science, do ponto de vista musical. Eu não faria maracatu da forma que ele faz em ‘A Praieira’. Pra mim, ele faz uma forma meio simplória de maracatu, que perdeu em força e profundidade...”³⁶

A nova leitura com uma batida influenciada pela musicalidade do exterior como, por exemplo, o funk de James Brown, traz uma nova interpretação dos elementos regionais. A seguinte passagem deixa muito claro a fusão de estilos presentes:

O bатуque que abre “A Cidade” é simplesmente a transposição para tambores e caixas de riffs dos naipes de metais utilizados nos arranjos de soul ou funk. O tradutor da alquimia sonora de Chico Science chama-se Maureliano, um dos fundadores do Lamento Negro, grupo em que tocava a maioria dos percussionistas do Nação Zumbi: “Eu sacava mais ou menos o que Chico queria, porque era da mesma idade, curti discoteca, James Brown, essas coisas todas. O som de ‘A Cidade’ fui eu que preparei. Ele dizia quero uma coisa assim, uma fusão de James Brown com maracatu. Aí passei pro tambor o som dos trompetes de soul, e misturei aquilo com o baque solto.”³⁷

O diálogo com o que era produzido no exterior é sintoma do contexto vivenciado pelos manguelboys. O movimento se articulou quando a cultura de massa estava infiltrando-se mundo afora e a cultura pop adentrando-se pela veia da globalização. Assim: “O desejo de conectar é sintomático em uma região que convive com as agruras de um desenvolvimento cultural e social que carregam presos a suas pernas a imensa bola de ferro do subdesenvolvimento econômico e suas consequências.”³⁸

³⁶ TELES, José. Op. Cit. p. 266.

³⁷ Idem.

³⁸ OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. *Artífices da Manguetown: a constituição de um novo campo artístico no Recife (1991-1997)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2012. p. 85.

A música foi o carro chefe do Movimento Mangubeat, mas sua influência estética se estendeu para outras linguagens como no campo da moda, artes plásticas e cinema. A nova apreciação do tradicional pelos mangubeboys ficava evidenciado nas suas apresentações, como o pesquisador Geni Ferreira dos Santos afirma:

No palco, em cena musical, os artistas usavam chapéus de palha, grandes óculos escuros da moda atual, tênis da cultura pop ou calçado de couro, roupas típicas nordestinas ou da cultura popular, e uma performance de imitação dos movimentos de um caranguejo, renovando uma estética estereotipada nas linguagens reconhecíveis da cultura pernambucana.³⁹

A nova visão do passado era observada tanto pela nova musicalidade produzida, quanto pelo vestuário escolhido. Em suas apresentações era comum visualizar os integrantes das bandas Chico Science e Nação Zumbi e o Mundo Livre S/A utilizando camiseta de chita, chapéu de palha e colar com plugues de tomada, realizando uma movimentação corporal imitando um caranguejo. Sem sombras de dúvida uma repaginação do passado!

É possível observar que o Movimento Mangubeat alcançou um canal de influência significativo, realizando uma nova leitura de elementos consagrados pela tradição, seu olhar sedimentou-se como uma nova roupagem a regionalidade. Há inúmeros trabalhos acadêmicos que vêm discutir a leitura de Recife partindo da poética das bandas do Mangubeat, adentrando nas questões de identidade e globalização.

“Árido Movie”: Uma leitura do Movimento Mangubeat no Cinema?

No século XX, e por resquício até hoje, as produções cinematográficas acontecidas fora do eixo Rio-São Paulo eram/são designadas pela crítica cinematográfica como pertencentes de um ciclo, sendo esses denominados de ciclos cinematográficos, configurando-se como um movimento cinematográfico com início/meio e fim. A história da cinematografia em Pernambuco não é descrita de forma diferente pois os trabalhos que se debruçam sobre as produções acontecidas na respectiva localidade definem as produções audiovisuais, enquadrando-as em respectivos movimentos cinematográficos, fechando-os em ciclos.

³⁹ SANTOS, Geni Pereira dos. *A linguagem do vestuário, expressão de culturas: um estudo da produção do estilista Eduardo Ferreira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Recife, 2003. p. 44.

A obra de Alexandre Figueirôa, *Cinema Pernambucano: uma história em ciclos*⁴⁰, realiza um balanço dos períodos de ápices do desenvolvimento da atividade cinematográfica em Pernambuco e os períodos de escassez dessas produções. É um estudo realizado tendo por pauta de análise a noção de ciclos. Figueirôa chama atenção para as produções que ocorreram em determinadas décadas, evidenciando a estrutura técnica que os cineastas tinham à disposição, as personalidades que ganharam importância ao decorrer de cada ciclo e os filmes produzidos. Não realiza uma análise comparando os chamados ciclos cinematográficos ou um estudo que venha demonstrar o diálogo entre os “ciclos”, já que em nossa ótica é possível supor que haja uma articulação entre os chamados “ciclos” cinematográficos.

Entendemos como ciclo cinematográfico um período de grande articulação na área cinematográfica resultando numa variedade de obras audiovisuais, acarretando num número considerável de produções, mas devido a questões de ordens externas ou até mesmos problemas internos, o chamado ciclo finda-se por não conseguir se sustentar. Um dos ciclos cinematográficos conhecido por popularizar a linguagem cinematográfica é o Super 8, caracterizado pela facilidade no processo de revelação e montagem, já que possibilitava a qualquer indivíduo sem maiores conhecimentos técnicos a sua realização.

Em meados de 1970, no estado de Pernambuco, começou uma movimentação em torno da bitola Super 8, tais movimentações eram repercutidas pelos periódicos locais, como: *arranje uma câmara, reúna a turma, vá para a rua. A transa é filmar*.⁴¹ A facilidade de manejo da bitola chamava atenção de todos, possibilitando a imaginação de que qualquer um poderia tornar-se um cineasta amador. Quando tal bitola caiu nas mãos de pessoas realmente interessadas em cinema, não por hobby, mas no sentido artístico, o campo de atuação da Super 8 foi além dos meros registros caseiros.

Em Pernambuco deu início uma série de jornadas, amostras, reuniões em cineclubes, exposições em torno das produções feitas com a bitola Super 8. A Jornada de Curta-Metragem de Salvador, em 1973, chamou a atenção de pessoas interessadas na linguagem cinematográfica em Pernambuco, resultando em nomes como de Kátia Mesel, Hugo Caldas, Firmo Neto, Paulo Cunha entre outros.

⁴⁰ FIGUEIRÔA, Alexandre. *Cinema pernambucano: uma história em ciclos*. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 2000.

⁴¹ Idem.

As discussões realizadas nessa jornada resultaram na criação da Associação Brasileira de Documentaristas, onde se deu início ao processo de aceitação da Super 8 como um veículo legítimo da arte cinematográfica. A efervescência em torno das produções em Super 8 em Pernambuco, colocou-o em 1975 como o estado nordestino com maior produção na respectiva bitola.

Nos finais dos anos de 1970 com algumas dificuldades técnicas e a falta de um mercado exibidor que viesse estimular mais as produções com a respectiva bitola, sua intensificação produtiva fora diminuindo. Entretanto, esse movimento cinematográfico gerou 250 obras audiovisuais em Pernambuco. No período seguinte, em meados de 1983 e 1988, foram produzidos cerca de 15 filmes, entre curtas e médias utilizando as bitolas 16 e 35mm. Os cineastas Fernando Monteiro, Fernando Spencer e Kátia Mesel prosseguiram na realização de forma regular, rodando principalmente documentários.

Em meados de 1985, tendo por herança esse período de popularização da linguagem cinematográfica e, por consequência natural, o interesse de jovens acadêmicos, surgiu no seio universitário um grupo de jovens aspirantes a cineastas, roteiristas e produtores sendo o grupo denominado de Vanguarda Retrógrada, mais conhecidos como Vanretrô. A pesquisadora Amanda Mansur Custódio Nogueira expõe o preceito estético contido no grupo afirmando:

O Vanretrô foi formado em 1985 para a realização de um filme. O nome do grupo é uma contração do termo Vanguarda Retrógrada. **Essa dicotomia entre a modernidade/tradição, passado/presente, que se observa já no nome do grupo, vai acompanhar a produção posterior dos cineastas. O grupo Vanretrô era formado por dez pessoas: Lírio Ferreira, Adelina Pontual, Valéria Ferro, Cláudio Silveira, Patrícia Luna, Andréa Paula, André Machado, Samuel Paiva, Solange Rocha, Cláudio Assis.**⁴² (Grifo nosso)

O grupo Vanretrô configurou-se como um espaço de reunião de amigos e ideias que resultaram na primeira curta metragem de Cláudio Assis, *Padre Henrique – Um assassinato político (1989)*. Com o findar da graduação dos integrantes do grupo Vanretrô, alguns vão para o exterior continuar os seus estudos, outros fixam moradia em Pernambuco e alguns migram para outras localidades do país.

⁴² NOGUEIRA, Amanda Mansur Custódio. O novo ciclo de cinema em Pernambuco: a questão do estilo. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação. Recife: O Autor, 2009. p. 25.

Esse período final dos anos 1980 e início dos anos de 1990 é caracterizado, na área cultural, por duas situações: a primeira é o fechamento da Embrafilme que interrompe ou inviabiliza a continuação de alguns projetos, como o segundo curta de Cláudio Assis, *Soneto do dismantelo blue* e o curta de Lírio Ferreira *Crime da imagem*, conforme na seguinte passagem Alexandre Figueirôa demonstra:

A extinção da Embrafilme, pelo governo de Fernando Collor, trouxe ainda mais dor de cabeça aos realizadores. De imediato fecharam-se as portas a novos projetos e, no caso dos filmes em andamento, interrompeu-se o fornecimento de verbas. Para revelar o material rodado para *O crime da imagem* e o *Soneto do dismantelo blue* foi preciso recorrer a acordos e permutas com os laboratórios. Já as etapas de finalização – edição de som, montagem e mixagem – obrigaram Assis e Ferreira a muitas idas e vindas até a Fundarpe que, finalmente, concordou em dar o seu apoio financeiro.⁴³

O fechamento da Embrafilme acarretou vários percalços para os cineastas pernambucanos. A segunda situação é o desenvolvimento do já citado movimento cultural Mangubeat. Entre 1990 e 1995 as dificuldades em angariar fundos e movimentar a cena cinematográfica em Recife era complicadíssima frente aos empecilhos burocráticos da falta de verbas que assolavam os cineastas.

Em meados de 1994/95 Lírio Ferreira e Paulo Caldas articulam-se em torno de um projeto audacioso de produzir uma longa-metragem, denominado de *Baile Perfumado*. Esse projeto possuía por linha estética um diálogo entre a tradição e a modernidade, aspecto evidenciado anteriormente ao pontuarmos sobre o grupo Vanretrô e o próprio movimento Mangubeat.

Chama atenção o trabalho realizado pelo Lírio Ferreira, Paulo Caldas e Hilton Lacerda na construção do roteiro do filme *Baile Perfumado*, já que eles se debruçaram sobre produções historiográficas, tendo a pesquisa desenvolvida pelo historiador Frederico Pernambucano de Mello, especialista em cangaço, o ponto norteador. Além dessa orientação em produções historiográficas, obtiveram acesso as imagens de Benjamin Abraão, um libanês que conseguiu capturar Lampião e a sua trupe no cangaço nordestino, sendo as únicas imagens em movimento disponíveis dessa personalidade do cangaço.

⁴³ FIGUEIRÔA, Alexandre. Op. Cit. p. 100.

Ismail Xavier em seu artigo *Da violência justiceira à violência ressentida*, opõe o filme *Baile Perfumado* a obra de Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra no sol* (1964), demonstra como o primeiro filme realiza uma nova leitura da questão da violência, do cangaço e sinaliza o posicionamento dos atuais cineastas. Nessa oposição, afirma que: “*Baile Perfumado*, filme em que a tônica é o jogo de contaminações entre sertão e litoral, com nítidos traços de valores (de consumo) burgueses no seio do cangaço marcando o fim da teleologia histórica.”⁴⁴

O sertão representado pelas lentes do filme *Baile Perfumado* é muito divergente do sertão presente no filme *Deus e o diabo na terra do sol*, e na safra de produções do fim do século XX e início do XXI que vieram retratar o sertão brasileiro, a leitura de um Lampião pop presente nas imagens do *Baile* demonstram uma fusão entre a tradição e a modernidade, sendo antagônico frente à concepção de um sertão fechado, Xavier assinala:

Baile Perfumado caminha na direção oposta. Não há mais sertão como cosmo fechado, lugar de isolamento. Tudo circula, se insere em circuitos de troca. Sertão e litoral revelam suas conexões sinalizadas por produtos variados, do perfume à garrafa de whisky no acampamento cangaceiro, de Lampião e Maria Bonita na sala escura do cinema da cidade ao cineasta que filma os cangaceiros em pleno sertão.⁴⁵

Nessa retratação de um sertão cósmico e líquido, *Baile Perfumado* marca o retorno das produções audiovisuais em longas metragens no estado de Pernambuco no final da década de 1990, recebido pela crítica como uma nova leitura do sertão e articulado como a marca pioneira do movimento cinematográfico *Árido Movie*.

Árido Movie foi um termo cunhado pelo cineasta pernambucano Amin Steple, esse pontua: “era preciso criar algo paralelo a um movimento que já existia na cidade e ajudasse a superar um fato real, a inexistência do cinema na nossa região.”⁴⁶ De acordo com ele, a expressão *Árido Movie* define, além da necessidade de revitalizar a cena cinematográfica, algumas premissas estéticas, como a necessidade de reciclar a cultura

⁴⁴ XAVIER, Ismail. Da violência justiceira à violência ressentida. Ilha do Desterro. Florianópolis. n° 51. Jul/dez. 2006. p. 57.

⁴⁵ Ibidem, pp. 57-58.

⁴⁶ OLIVEIRA, Ana Paula. Memórias do cangaço: uma reflexão sobre a memória, a história e o cinema no filme *Baile Perfumado*. XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didáticos-científicos. Londrina, 27 e 29 de julho de 2016. p. 04.

nordestina para a linguagem da modernidade, com a preocupação de chegar ao grande público e recuperar a vontade de se produzir audiovisualmente.

Essa noção de *Árido Movie* para designar as produções acontecidas nesse período acarretou numa discussão em torno da noção de diálogo estético com o movimento Mangubeat. Para alguns pesquisadores há um consenso que tal nomeação se dirige a fusão do cinema e da música presentes nesse contexto. Conforme Figueirôa explica:

Os cineastas buscaram nele não apenas composições para as trilhas de seus filmes, mas o mesmo tipo de convivência da experiência dos seus músicos, os processos de interação dos ritmos e das linguagens que buscam estabelecer um olhar contemporâneo das manifestações culturais pernambucanas, estabelecendo uma ponte entre a arte popular tradicional e a cultura pop.⁴⁷

Compreendemos que *Árido Movie* designa mais a situação de dificuldades no processo de produção dos filmes, do que uma nova composição estética da linguagem cinematográfica produzida em Pernambuco. Claro que se direcionarmos o olhar para o vínculo de amizade e diálogo entre as pessoas envolvidas no movimento Mangubeat com o cinema veremos uma transposição de elementos, já que é um desdobramento natural.

Obviamente que há uma fusão temática entre as narrativas dessas linguagens, e que ambas são influenciadas pelo meio político/social e cultural em que são produzidas. Entretanto, essa afirmação de transposição do movimento Mangubeat para o cinema aproxima-se de um equívoco, já que não compreende as especificidades das linguagens.

Cláudio Assis e a sua concepção de Cinema

Inserido no coração dessa cena cultura que viemos traçando desde o início do presente capítulo, Cláudio Assis é influenciado e permeado por essas interfaces culturais que lhe são próprias. Esses elementos culturais transplantam-se para a sua filmografia e para a sua concepção de mundo, sendo natural para um sujeito inserido num contexto sociocultural vivenciar, circunscrever e reproduzir, com as devidas mediações subjetivas, os elementos que são atinentes na sua sociabilidade cotidiana. Sua atenção

⁴⁷ FIGUEIRÔA, Alexandre. **Op. Cit.** p. 103.

ao cinema já é presente antes do seu ingresso na Universidade Federal de Pernambuco. Até mesmo em sua infância, já demonstra suas predileções:

Quando era criança, em Caruaru, tinha um cinema que levava o nome da Cidade, todo dia ia assistir aos filmes e aproveitava para colecionar fotogramas que o maquinista vendia pra gente ou trocava por gibis. Aí, fiz amizade com o lanterninha, que também era cabo da polícia, o cabo Rodrigues. E, em troca de livros didáticos já usados por meus irmãos, ele deixava eu entrar no Cine Caruaru de graça. Não tinha esse negócio de idade, de censura... Assistia a qualquer filme. Quando a luz se apagava, eu entrava escondido. Via de tudo.⁴⁸

Natural de Caruaru, município do estado de Pernambuco, Cláudio Assis nasceu em 19 de dezembro de 1959. Tornando-se um cinéfilo, funda cineclubes em Caruaru, tendo por preferência, também, o campo artístico de atuação conforme frisa:

Um pouco mais velho, fui fazer teatro. Em seguida, eu e uns amigos criamos um cineclube, o Lumier. Só passávamos filmes de arte, Fellini, Bergman..., todos os sábados bem cedo, a partir das 10h, no Cine Caruaru. As sessões eram lotadas, os debates acalorados... O sucesso foi tanto que a gente perdeu a sala do Cine Caruaru — dava mais público que as sessões comerciais. Fiquei um pouco desgostoso da cidade e decidi partir para o Recife no fim dos anos 1970. No Recife, ajudei a criar inúmeros cineclubes, cheguei a ser candidato à vice-presidência do Conselho Nacional de Cineclubes, naquela época em que todos os movimentos de esquerda, como a Libelu, estavam envolvidos no cineclubismo. Um movimento de resistência pura.⁴⁹

Nessa passagem, podemos observar um pouco da formação política de Cláudio Assis, envolvido na fundação e fomentação de cineclubes no período do final dos anos 70 em Pernambuco, tal espaço era utilizado como um instrumento de resistência frente aos ditames do governo ditatorial. Logo, conseguimos compreender que os cineclubes representam um espaço importante para a formação, como também a construção das inclinações de Cláudio Assis enquanto um cineasta, já que no interior dos debates realizados nos cineclubes, as reuniões ficavam pautadas centralmente nas questões

⁴⁸ VIEIRA, José Carlos. Leia entrevista com o polêmico cineasta Cláudio Assis. Disponível em:

<<http://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2015/09/28/noticias-cinema,172332/leia-entrevista-com-o-polemico-cineasta-Cláudio-assis.shtml>> Acesso em 08/mar. de 2017.

⁴⁹ Idem.

técnicas presentes na linguagem cinematográfica e nas demais especificidades que tal linguagem abarca. Dessa maneira, sua formação é constituída da seguinte forma:

Não tive escola de cinema. Fiz dois anos de comunicação e dois anos de economia. Minhas aulas de cinema foram as discussões nos três cineclubes que ajudei a organizar em Caruaru e em Recife. Mas não tenho memória para cinema. Vejo muito filme que, sem lembrar, já tinha visto. Conheço diretores que fazem citações, o Brian de Palma faz isso. Admiro esses caras, mas não saberia fazer, nem quero. **Quando estou fazendo, tudo o que vi está lá. Isso vai contribuir para meu trabalho, mas não de forma racional, que me leve a seguir essa ou aquela linha. Não quero essa memória para mim.**⁵⁰
(Grifo nosso)

As influências cinematográficas de Cláudio Assis não ficam delineadas em suas falas, já que sem elencar um diretor específico como norteador ou influenciador direto da sua estética, deixa seu repertório cinematográfico aberto. Somando-se a passagem anterior, ao ser questionando sobre qual foi o primeiro filme que lhe marcou, Cláudio Assis afirma:

Quando assistia àqueles filmes de arte, como os de Pasolini, os filmes russos... Ainda em Caruaru, dizia pra mim: “Nunca vou conseguir fazer um filme desses” (risos). **Todos eles me influenciaram e influenciam de alguma forma.**⁵¹ (Grifo nosso)

O curta *Padre Henrique – um assassinato político* foi a primeira produção de Cláudio Assis, desenvolvida com os demais integrantes do grupo Vanretrô. Em meados do início de 1990 funda a Parabólica Brasil trabalhando em parceria com Adelina Pontual e Marcelo Gomes, nessa produtora desenvolve a produção de uma série de filmes, dentre eles: o filme *Samydarsh, os artistas da rua*, direção, roteiro e produção de Cláudio Assis, Adelina Pontual e Marcelo Gomes, o curta de Marcelo Gomes, *Maracatu, Maracatus* (1995) e o seu segundo curta *Desmantelo do soneto blue* (1993) entre outras produções.

Em meados de 1994/1995 juntamente com Hilton Lacerda, Paulo Caldas, Lírio Ferreira e outros profissionais produzem o filme *Baile Perfumado*, como já frisado,

⁵⁰ EDUARDO, Cleber. Entrevista com Cláudio Assis. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/52/entrevistaClaudioassis.htm>> Acesso em 08/mar. de 2017.

⁵¹ VIEIRA, José Carlos. Op. Cit.

sendo o primeiro longa-metragem em que o Assis esteve inserido. Além de dirigir, produzir, Assis, também, atuou no curta *Conceição* (1999, Heitor Dhalia) e no filme *Crime Delicado* (2005, Beto Brant).

Suas produções ficam circunscritas nos seguintes títulos: *Texas Hotel* (1999), *O Brasil em Curtas 06 - Curtas Pernambucanos* (1999) e *Tudo é Folclore* (2012). Longas metragens: *Amarelo Manga* (2003), *Baixio das Bestas* (2006), *Eu vou de Volta* – em codireção com Camilo Cavalcanti (2007), *Febre do Rato* (2011), *Big Jato* (2016) e *Piedade* (2019). Além dos filmes, produz a série de TV *Se cria assim*, produção que aborda os vários sentidos da criação, demonstrando o processo criativo através das produções de artistas plásticos, apontando que cada trabalho possui um processo criativo único sendo destituído de fórmulas.

As produções de Cláudio Assis estão todas circunscritas no estado de Pernambuco, o que possibilita verificar uma leitura de Recife e suas adjacentes, circunscrito em alguns elementos da regionalidade em questão, mas sem perpetuar uma concepção de tradição enraizada em preceitos populares no sentido dos Armoriais e nem tão direcionado a uma leitura da tradição com os óculos da globalização, como os jovens do Maguebeat. Cláudio Assis articula-se com alguns elementos contidos nessa noção de regionalidade recifense, que torna possível visualizar em sua filmografia alguns aspectos estéticos oriundos do movimento Maguebeat, no sentido da circularidade cultural, já que Cláudio Assis temporalmente está inscrito nas movimentações dos Magueboys.

Em uma palestra concedida a oficina Tela Brasil em Recife – PE, Assis afirma que: “*Amarelo Manga* é a necessidade de mostrar minha cidade, o meu estado. Pernambuco é uma cidade cosmopolita que tem os mesmos problemas que Londres, São Paulo, Rio de Janeiro.”⁵² Nessa declaração observa-se a necessidade de demonstrar cinematograficamente o estado que reside, mas busca pontuar que os aspectos circunscritos no *Amarelo Manga* também estão inscritos em outras localidades.

Sua concepção de cinema o coloca enquanto um sujeito que visualiza a arte como um elemento de expressão da sua leitura de mundo. Assumindo o caráter de denúncia em sua filmografia, o cineasta deixa expresso que o seu olhar cinematográfico se insere na perspectiva crítica de determinados aspectos sociais que possa suscitar uma

⁵² OFICINA TELA BRASIL. **Oficina de Recife (PE), Cláudio Assis.**

Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=gG_RH0p-5HI> Acesso em 11/mar. de 2017.

discussão pautada em uma possibilidade de mudança social. É muito recorrente em suas aparições públicas afirmar:

O cinema é uma arma poderosíssima, que você tem que usar ela em favor da humanidade, tem que saber o que você quer dizer, não é simplesmente um bando de imagens e música, **cinema é atitude! As pessoas precisam ter atitude, é uma arma muito poderosa.** (Grifo nosso/ transcrição nossa)⁵³

É possível verificar em Assis uma prática artística no sentido politizado, que molda o seu olhar cinematográfico, tendo uma noção de denúncia das mazelas e injustiças que, em sua concepção, cabem ser projetadas audiovisualmente. Para o respectivo cineasta, o seu cinema possui um compromisso que se constitui em causar impacto e reflexão ao espectador. Logo, a perspectiva de Assis está articulada numa luta contra o olhar viciado que a *mise-en-scène* hollywoodiana produz nos espectadores.

Perspectiva essa que não se inicia e nem provavelmente terminará com Cláudio Assis.⁵⁴ Mas o ponto interessante no posicionamento de Assis é as suas aflições e indignações frente ao mercado cinematográfico brasileiro, já que se trata de um cineasta independente que não mantém grandes articulações à grande indústria do entretenimento e suas produções ficam circunscritas ao apoio estatal através de editais públicos. *Amarelo Manga*, primeiro longa metragem, foi contemplado através de um edital do Ministério da Cultural denominado de *Concurso de Apoio à Produção de Obras Cinematográficas Inédita* para filmes de ficção em 2000. Esse edital estabelecia que o apoio era de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) de reais, valor considerado baixo

⁵³ Idem.

⁵⁴ Cabe pontuarmos que uma ofensiva contra o modelo hollywoodiano é recorrente no cinema desde aos seus primórdios: “A partir de 1914, o cinema americano, poderosamente organizado, invade as telas do mundo inteiro. Um modelo estético parece se impor. Contudo, desenvolvem-se resistências, principalmente na Europa, embora esse modelo (denominado de MRI – Modelo de Representação Institucional) seja chamado para dominar a produção mundial. (...) Depois da revolução de 1917, o Estado soviético interessa-se pelo cinema como meio de ensino e de propaganda. Lenin incumbe-o de uma verdadeira missão didática. O decreto de nacionalização do cinema russo é assinado em 1919. Os cineastas engajados no movimento revolucionário evidentemente recusam o modelo hollywoodiano com suas opções individualistas (o personagem principal, a estrela), seus objetivos puramente espetaculares e comerciais, seu modo de narrativa alienante (o espectador, arrebatado pelos aspectos pseudológicos [*sic*] e afetivos da narrativa, não tem a possibilidade de refletir ou assumir um distanciamento crítico com relação à visão do mundo que lhe é apresentada). Alguns se voltam para a atualidade, para o documento, a reportagem, para explicar a realidade da Rússia. Mas essa realidade não poderia ser restituída ao estado bruto, ser simplesmente registrada. A montagem das imagens deve contribuir para explicá-la, construí-la, interpretá-la, exaltá-la. Um cineasta como Dziga Vertov vai, portanto, reunir imagens filmadas por toda parte, para organizá-las em um discurso que exprime uma visão comunista do mundo soviético tal como se desenvolve (O homem da câmara, 1929).” (VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papirus, 1994.pp. 28-29)

frente aos padrões do mercado, mas sugeria a necessidade de apoiar uma inovação na linguagem cinematográfica, estimulando diretores estreantes.

É possível observar no cinema de Cláudio Assis um reflexo da sua postura pessoal. Em entrevista concedida a *TV Folha*, ao ser questionado se gostava de confusão responde:

A vida é uma confusão, uma confusão prazerosa, a vida é feita de contradições, e no Big Jato já diz: quem não reage rasteja. Viver já é isso, é essa confusão, mas eu não gosto de confusão, as pessoas entendem mal, o que eu faço é lutar. (...) onde tem ser humano tem luta. (Grifo nosso/ transcrição nossa).⁵⁵

Seu posicionamento pessoal e sua forma de perceber a realidade convergem em suas produções. Circunscrevendo-se num olhar crítico expõe que o papel do cinema é a denúncia, mas não a resolução dos problemas, papel esse destinado a sociedade como um todo. Respondendo as críticas que o autointitulam de misógino ou derivados, Assis se posiciona afirmando que está demonstrando o problema, nesse caso específico se refere ao filme *Baixio das Bestas* (2006), mas que o seu papel não é resolvê-lo, pontua: “É papel do cinema denunciar sim. O que não é papel do cinema é ter que pedir uma redenção, resolver o problema. Este é um problema da sociedade. É trazer a discussão, porque quem não reage, rasteja.”⁵⁶

Tendo muito claro que o seu cinema é utilizado como um instrumento de denúncia, podemos compreendê-lo como uma câmara sociológica da realidade que o circunscreve. Seu processo criativo é caracterizado num trabalho independente que leva anos e sua produção é pontilhada em elaborar a ideia, o roteiro, angariar fundos, montar uma equipe, trabalhar com essa equipe por um longo período e começar as filmagens. Em entrevista à revista *Cardamomo*, ao ser questionado sobre o seu processo criativo salienta:

Eu gosto muito de observar as coisas, o mundo. O tempo todo eu procuro conhecer todas as cidades que eu vou. Os centros. Também busco inspiração nas pessoas e também no momento em

⁵⁵ TV Folha ao vivo. 'Não gosto de confusão; eu reajo para não rastejar', diz Cláudio Assis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=90_KZylXQz4&t=1s> acesso em 11/mar. de 2017.

⁵⁶ Entrevista com Cláudio Assis. Disponível em: <<http://www.guiadasemana.com.br/cinema/noticia/entrevista-com-Cláudio-assis>%3B>> acesso em 11/mar. de 2017.

que a gente está vivendo. Por exemplo, Piedade, o próximo filme que eu vou fazer tem um nome que fala de muita coisa. Tem a Nossa Senhora da Piedade da igreja, pra quem a gente vive pedindo para ela “ter piedade de nós”. Quando, na realidade, as pessoas não têm piedade de ninguém, de ninguém mesmo. A piedade também está com os tubarões, é lá no bairro de Piedade [Zona Sul do Recife] que os tubarões atacam. Isso porque a gente ocupou a praia, tomou o lugar deles que era o Porto de Suape, tomou o lugar que eles chegavam e comiam. Agora eles estão procurando o que comer e eles não gostam de comer carne de gente, mas chegaram no lugar dele e a natureza cobra de nós o que a gente toma dela. Então é em cima da ideia da piedade que estamos escrevendo esse filme que vamos filmar logo mais. **O processo artístico pode acontecer num bar, a criação de uma ideia pode surgir aqui entre a gente e isso se aprofunda por uns dois anos até chegar ao resultado. Ideia a gente tem muitas, vários projetos. Mas Brasil não é Hollywood. Aqui tem que buscar dinheiro em edital. Eu não sou rico.** Os jornais falam que eu sou um cara realmente estranho no ninho. Que não era pra eu estar fazendo cinema não, porque cinema é realmente a arte da burguesia.⁵⁷(Grifo nosso)

Sua posição enquanto cineasta é estar na frente da produção, presente em todos os processos, ou seja, não dispõe, por exemplo, de preparador de elenco justamente para dialogar com os atores que vão interpretar os personagens da trama. Assis realiza esse trabalho, ele pontua que gosta de dirigir atores, sobre essa característica do seu modo de criação, afirma: “Eu trabalho com o ator a longo prazo, não é um agora, construo uma sociologia para ele olhar, saber do que está sendo produzido, o que o filme quer dizer e o que cerca, é um trabalho de compreensão.”⁵⁸

Portanto, sua concepção de direção cinematográfica o insere na frente de todas as instâncias do processo criativo e tal postura marca como um dos elementos de compromisso social na sua prática audiovisual. Ao ser questionado se há uma estruturação de projeto cinematográfico a ser seguido, advoga afirmando que:

Meu projeto é fazer filmes nos quais acredito. Quero ser verdadeiro. Tenho de acreditar em meus filmes. Mas tenho uma tendência a tratar as questões de frente, de cara, mostrar como a vida é, de preferência com questões ligadas ao povo, com as minhas idéias [*sic*]. Esse é meu universo, o meu caminho, isso é que bate na minha cabeça, sem visões românticas e idealizadas. Isso dá samba, dá maracatu, dá festa.⁵⁹

⁵⁷ MACAU, Clarissa. Entre processos criativos e “polêmicas”, uma conversa com Cláudio Assis. Disponível em: <<http://www.revistacardamomo.com/entre-processos-criativos-e-polemicas-entrevista-com-Cláudio-assis/>> acesso em 01/mar. de 2017.

⁵⁸ SESC TV. Sala de Cinema: Cláudio Assis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=27Zz0P8q2RA&t=96s>> acesso em 11/mar. de 2017.

⁵⁹ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que em nível temporal, Cláudio Assis bebe diretamente do Mangubeat, já que participa dessa cena cultural em Recife, produzindo clipes audiovisuais para as bandas e participando cinematograficamente do movimento. Logo, articulando-se nesse cenário, Assis mescla alguns elementos que lhe são característicos, em *Amarelo Manga* é visível a recorrência de ambientes que eram ponto de encontro dos participantes do movimento mangue, a trilha sonora do filme é realizada pelos músicos da respectiva expressão musical.

Assis apresenta-se como um sujeito mesclado por essas manifestações, sendo isso de ordem natural, já que é um artista que bebe do espaço que lhe circunda. Porém, o alcance do seu olhar atinge pontos que vão além de esferas regionais, ponto que já salientamos anteriormente.

O que conseguimos visualizar, de forma precisa, no diálogo artístico desse cineasta é a sua mediação entre o micro, sendo o estado de Pernambuco, e um espaço macro, o Brasil e o mundo. O que Assis representa é um mundo recorrente em vários espaços onde as relações humanas retratadas são cunhadas num olhar de denúncia.

Assis apresenta sua concepção de perversidade humana denunciando-a, em seus três primeiros longas metragens, *Amarelo Manga*, *Baixio das Bestas*, *Febre do Rato*. Já no quarto filme, *Big Jato*, traz um olhar de esperança, é poético e otimista. Portanto, as produções de Assis são o ponto de conexão entre Pernambuco e a visão de um homem articulado por meio de um olhar sociológico frente as relações humanas e do espaço ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Jomard Muniz de. *Manifesto tropicalista porque somos e não somos tropicalistas*. In: Clarissa Diniz; Gleyce Kelly Heitor; Paulo Marcondes Soares. (Org.). *Crítica de Arte em Pernambuco: Escritos do Século XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012. Disponível em: <<http://outroscriticos.com/manifesto-tropicalista-porque-somos-e-nao-somos-tropicalistas/>> acesso em 15/nov de 2017.

EDUARDO, Cleber. *Entrevista com Cláudio Assis*. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/52/entrevistaCláudioassis.htm>> Acesso em 08/mar. de 2017.

ENTREVISTA COM CLÁUDIO ASSIS. Disponível em:
<<http://www.guiadasemana.com.br/cinema/noticia/entrevista-assis>> acesso em 11/mar. de 2017.

FIGUEIRÔA, Alexandre. *Cinema pernambucano: uma história em ciclos*. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 2000.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACAU, Clarissa. *Entre processos criativos e “polêmicas”, uma conversa com Cláudio Assis*. Disponível em: <<http://www.revistacardamomo.com/entre-processos-criativos-e-polemicas-entrevista-com-Cláudio-assis/>> acesso em 01/mar. de 2017.

MORAES, Maria Thereza Didier de. *Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

NOGUEIRA, Amanda Mansur Custódio. *O novo ciclo de cinema em Pernambuco: a questão do estilo*. 2009. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação. Recife: O Autor, 2009.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *Utopias: Josué de Castro e o Mangue Beat*. Cronos, Natal-RN, v. 10, n.1, p. 35-42, jan./jun. 2009. p. 38.

OFICINA TELA BRASIL. *Oficina de Recife (PE), Cláudio Assis*. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=gG_RH0p-5HI> Acesso em 11/mar. de 2017.

OLIVEIRA, Ana Paula. *Memórias do cangaço: uma reflexão sobre a memória, a história e o cinema no filme Baile Perfumado*. XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didáticos-científicos. Londrina, 27 e 29 de julho de 2016.

OLIVEIRA, Anderson Bruno da Silva. *A invenção do sertão no romance D'A Pedra do Reino*. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. *Artífices da Manguetown: a constituição de um novo campo artístico no Recife (1991-1997)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2012.

ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de novo: um balanço crítico da Retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

QUATRO, Fred Zero. *Caranguejos com cérebro (manifesto)*. Disponível em
<<http://projetoautonomiaemcepag.xpg.uol.com.br/Caranguejos%20Com%20C%C3%A9rebro.pdf>> acesso em 25/fev. 2017.

RAMALHO, Fabíula Martins. *Ariano Suassuna: um pensador no teatro brasileiro, análise da trajetória intelectual do dramaturgo e da peça Farsa da boa preguiça*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Letras da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SANTOS, Geni Pereira dos. *A linguagem do vestuário, expressão de culturas: um estudo da produção do estilista Eduardo Ferreira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós- graduação em Comunicação. Recife, 2003

SANTOS, Robson dos. *Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 399-408, jul./dez. 2011.

SESC TV. *Sala de Cinema: Cláudio Assis*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=27Zz0P8q2RA&t=96s>> acesso em 11/mar. de 2017.

TELES, José. *Do frevo ao mangubeat*. São Paulo: Editora 34, 2012.

TV FOLHA AO VIVO. 'Não gosto de confusão; eu reajo para não rastejar', diz Cláudio Assis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=90_KZylXQz4&t=1s> acesso em 11/mar. de 2017.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VIEIRA, José Carlos. *Leia entrevista com o polêmico cineasta Cláudio Assis*. Disponível em: <<http://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2015/09/28/noticias-cinema,172332/leia-entrevista-com-o-polemico-cineasta-Cláudio-assis.shtml>> Acesso em 08/mar. de 2017.

XAVIER, Ismail. *Da violência justiceira à violência ressentida*. Ilha do Desterro. Florianópolis. nº 51. Jul/dez. 2006.

**DEBATE E PARTICIPAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E SEU
ENSINO DOS ANOS DE 1970 À ATUALIDADE: ARGENTINA, MÉXICO E
BRASIL**

Beatriz Pedro ¹

Maria de Lourdes Garcia Vazquez ²

Sylvia Adriana Dobry ³

INTRODUÇÃO

Nos anos 1960 e 70 existia um fértil campo de debates, intercâmbios e inter influências na área de Arquitetura e Urbanismo e seu ensino, em América Latina e no mundo.

Entre outras, participaram deste debate com experiências consideradas pioneiras, o Taller Total⁴, FAU-UNC, (Córdoba, Argentina, 1970-75.); o Autogoverno, FA-UNAM, (México, 1972-1992), o Sistema Modular, FA-UAM, (Xoximilco , México, 1974-Atualidade) e no Brasil: destacamos a FAU-SJC, (São José dos Campos, 1970-75); Reformas da FAU-USP,(1962 e 1968) e a experiência da FAU-UnB(1968-1976.)

Em muitas universidades da América Latina buscaram-se alternativas pedagógicas precursoras, inseridas num clima de agitação social, efervescência cultural e expectativas políticas de mudanças estruturais. Em esses anos e com propósito de remover situações cristalizadas na tradição universitária em diversas áreas de

¹ Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UNLA). Doutoranda FADU-UBA. Arquiteta, Prof. Titular: Conocimiento Projectual, Estructuras 1, 2 y 3; Taller Livre de Projeto Social da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires. (UBA). Pesquisadora UBACYT. Secretaria General da REDE Universitária Latino americana de Cátedras de Vivenda e Hábitat.(ULACAV). arqbeatrizp@gmail.com

² Pós-graduação: Faculdade de Arquitetura – UNAM; Arquiteta. Coordenadora do Laboratório Hábitat Social: Participação e Género; Integrante, entre outras, das Redes: Red Latinoamericana Mujer y Hábitat de HIC - Coalición Internacional del Hábitat: HUB Gender-ONU-Mujeres, e Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda (ULACAV). lourdesgarcia19@gmail.com

³Dra. FAU USP. Arq. e Urb. Foi docente do Taller Total.(FAU UNC, Córdoba, Argentina) Pesquisadora: Grupo de Estudos MALOCA, UNILA, (Foz do Iguaçu) e LABPARQ - FAU USP, (São Paulo, Brasil). sydobry@gmail.com

*Observação: autores estão em ordem alfabética.

⁴ Taller significa Ateliê em português. Porém, optou-se por deixar seu nome em espanhol, “Taller Total”, por assim ser conhecido em toda América Latina.

conhecimento, se implementaram em vários países diversos projetos pedagógicos universitários e em outros níveis de ensino. Construiu-se um fértil campo de intercâmbios, interinfluências e debates, possibilitados por eventos acadêmico-profissionais, publicações, viagens, como também os exílios, que contribuía para a circulação de ideias. Por exemplo, Paulo Freire, exilou-se no Chile, onde escreveu “Pedagogia do oprimido” em 1968, e foi também impresso pela Direção de Publicações da FAU-UNC durante a vigência do Taller Total.

Nos anos 1970, entre outros, Paulo Bastos e Sylvio Sawaya, divulgaram o Taller Total em Brasil. Miguel Pereira que desempenhou a direção da FAU-UnB entre 1968 e 1976, durante uma viagem a Córdoba, em 1971, teve contato com o Taller Total, e junto com estudantes e professores, desenvolveu essa ideia na UnB.

Igualmente com o México, constituíram-se relações de interinfluências com o Autogoverno, na UNAM, iniciado em 1972 e o Sistema Modular na UAM de Xoximilco, iniciado em 1974. Vários referentes do Taller Total se exilaram no México, entre eles, Elsa Tania Larrauri, que desde 1975, participou ativamente no Sistema Modular na UAM/ Xochimilco, a partir de sua experiência no Taller Total. Em sua homenagem, um auditório de esta universidade recebeu seu nome. Também Maria Saleme de Burnichon, quem coordenou a Equipe de Pedagogia do Taller Total, e Marta Casarini, pedagoga que participou nessa equipe, exilaram-se no México.

Esses processos de ensino, considerados como precursores, participaram do debate latino-americano e mundial sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Em contextos autoritários em inúmeras vezes, e em uma atmosfera mundial marcada pela guerra fria, houve interesse em invisibilizar essas experiências e em que apareceram como isoladas na consciência de seus integrantes, pelo que, na atualidade, é importante expor seus vínculos e sua vigência. Com suas particularidades, cada caso desenvolveu a busca de um hábitat ampliado ou uma relação cognitiva com os lugares. Cabe destacar que nos países de América Latina, a formação dos lugares se insere num desenvolvimento que obedece a um processo desigual e combinado, onde convivem modos avançados e arcaicos de produção. Isto se revela na Arquitetura e Urbanismo, incluindo a paisagem, coexistindo as formas de produção da população mais vulnerável – conhecida como exército de reserva – sem qualificação técnica, com a de elevado nível de tecnologia.

A ideia de habitat ampliado – ou seja, que habitar não é só possuir uma casa, mas pertencer a um lugar – impregnou o debate latino americano e mundial nos anos 1960-1970. A forte influência do *Team X* em grande parte dos professores e alunos se manifestava, entre outras ideias, no consenso em relação à afirmação de Van Eick de que a obra só se realiza com as pessoas. Para este arquiteto, a separação entre escala urbana e escala do edifício era arbitraria o que é expressado nas suas palavras: “Uma árvore é uma folha e uma folha é uma árvore – a casa é uma cidade e a cidade é uma casa – a cidade não é cidade a menos que seja também uma grande casa – a casa não é casa se não é também uma pequena cidade.” (VAN EYCK, 1966).

CONTRACULTURA E DEBATE EM AMÉRICA LATINA

O ano 1968 foi uma referência emblemática para o debate do ensino. Nos anos 1960 a luta contra a repressão política, exploração e desigualdade contribuíram para gerar uma força criativa, combativa e plena de esperanças. A juventude se converteu em dominante das economias – internacionalizada por meio da televisão, rádio, universidades e turismo internacional (HOBSBAWM, 1998, p. 327) – e estabeleceu um programa, no qual se definia o ser revolucionário ao expressar sua visão de mundo, questionar a realidade, promover ciência e arte, lutar com armas opondo á violência criminal a violência justa (Volpi,2001, p.101-102). O ano 1968 foi, sobre todo, o Maio Francês, com sua consigna ‘*é proibido proibir*’ simbolizou a luta contra o autoritarismo e pela transformação da sociedade (TARAZONA, 2006, p.180).

Figura 1 – Ano 1968- Maio Francês



Fonte: Maio Frances em 1968:Disponível in: <https://virtualia.blogs.sapo.pt/16286.html> Acesso, 11/04/2021.

No Brasil, depois do golpe militar de 1964, estudantes realizaram manifestações em diversas cidades protestando contra a política educacional⁵ e o governo.

Figura 2 – Brasil-1968



Fonte: 1968 Brasil, disponível in: <https://movimentorevista.com.br/2018/06/1968-um-velho-mundo-que-ficou-para-tras/> Acesso 05/04/2021

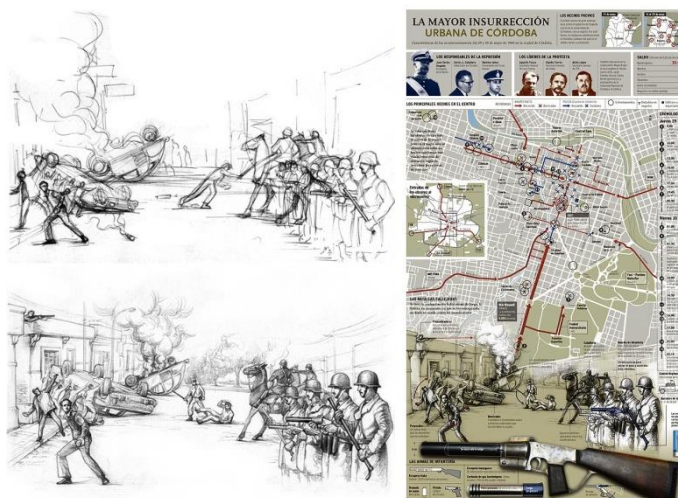
Na Argentina, com o golpe militar de 1966, protestos estudantis tomaram uma dimensão massiva e, no meio da repressão, universidades foram fechadas, perdendo autonomia.

Em 1968, em Córdoba, estudantes de arquitetura lutaram para participar de concurso com o tema “habitação de interesse social” e em maio de 1969 eclodiu o *Cordobazo*⁶, com características de insurreição popular.

⁵ A intromissão dos Estados Unidos expressa-se no acordo MEC- USAID. Em Rio de Janeiro uma passeata de protesto reuniu 100 mil pessoas. Em São Paulo, manifestações estudantis transformaram a rua Maria Antonia em um campo de batalha e o edifício da Faculdade de Filosofia da USP foi ocupado diversas vezes.

⁶ O golpe militar de 1966 realizou uma política de congelamentos salariais, proibição de greves e perseguição de dirigentes sindicais. No dia 29 de maio de 1969, depois de um mês de intensas mobilizações populares em todo o país, os três maiores sindicatos da cidade de Córdoba acertaram uma paralisação de 36 horas, que resultou no “Cordobazo”, uma insurreição operária e popular, a partir da qual se forjou a unidade operário-estudantil.

Figura 3 – Infografia do Cordobazo publicada no jornal La Voz del Interior. Esboço e desenho final para a história do Cordobazo, Realizados por Juan Colombato (Chefe de Infografia de La Voz del Interior, 2010).



Fonte: Cordobazo, imagem disponível em:
http://zavekainfografica.blogspot.com.br/2010_08_01_archive.html Acesso: 27/11/2020.
 Também disponível em: <https://tallertotal2021.wixsite.com/5encontro/eventos-relacionados>
 Acesso: 27/04/2021.

No México, em outubro de 1968, a Praça de Tlatelolco foi campo de batalha por horas, expressando a tensão entre o movimento estudantil e o governo, com o giro à direita do PRI (Partido Revolucionário Institucional). O saldo do conflito foi de cem feridos, 39 mortos, quase 500 detentos e a repressão de ‘caça às bruxas’ aos intelectuais e políticos que apoiaram esse movimento por uma reforma universitária democrática em um país onde o conservadorismo de seus dirigentes tinha-se aliado ao capital hegemônico norte-americano. (TARAZONA, 2006,p. 180).

Figura 4 – Manifestação de 1 de agosto de 1968 na Cidade do México, encabeçada pelo reitor da UNAM, Javier Barros Sierra.



Fonte: 1968 em México: Disponível in: <https://www.esquerda.net/artigo/mexico-o-inicio-do-movimento-estudantil-de-1968/56398> acesso 10 /04/2021.

Nesse contexto, esses anos foram palco de reflexões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo em América Latina e o mundo e a escola Bauhaus era uma referência emblemática.

REVALORIZAÇÃO DA ESCOLA *BAUHAUS*

No contexto da República de Weimar, a Bauhaus⁷ultrapassava as barreiras do ensino abstrato, entendendo a aprendizagem não só como informação, mas como formação – em que reflexão e ação são partes de um todo, – com a ideia de que o artista cresce e se desenvolve na interação com os outros, incluindo processos de interdisciplinaridade, ateliers integrados e inter- níveis, assim como a prática unida à teoria.

⁷ A República de Weimar, primeira democracia parlamentar de Alemanha, durou quatorze anos, terminando com a ascensão dos nazistas ao poder. Foram anos efervescentes, com ideias novas em todos os domínios. Porém a escola Bauhaus e a corrente arquitetônica que representa não conseguiram resolver a questão estrutural da sociedade: quem produz e para quem se produz. Para mais detalhes, ver Dobry Pronsato, Sylvia A., 2005,p.73 a 109 y 2008,p. 136 a 168.

Taller Total, FAU-UNC, Córdoba, Argentina

Os golpes militares das décadas dos 60 e 70 tiveram como um de seus alvos as universidades públicas. No caso de Argentina, em Córdoba, o golpe militar de 1966 fechou a FAU-UNC e deixou os estudantes desamparados sem muitos de seus professores⁸, a maioria pertencente às cadeiras de Composição Arquitetônica, que defendiam uma prática da área comprometida com a realidade. Esses anos foram preparativos do Taller Total em Córdoba, Argentina. O que apressou sua criação foi o que se conheceu como ‘a noite dos bastões cumpridos’, em 1966, na Universidade de Buenos Aires, que culminou com dispensas e renúncias em todo o país, de professores suspeitos de progressistas. Segundo Federico⁹,

[...] a história da FAU UNC se divide em várias etapas: a. Antes do ano 66, época progressista e de alta excelência acadêmica. b. De 1966 a 1970, (início do Taller Total) caracterizado pelo golpe militar de Onganía, c. Do 70 até a morte de Perón (julho de 74), como a etapa do Taller Total por excelência. (Federico, Arquimedes, entrevista concedida a ELKIN; 2000, p.129).

Em fevereiro de 74, com a destituição do governo popular e democrático de Obregón Cano - Atilio López pelo golpe de direita peronista denominado “Navarrazo”, se inaugura o período em que bandas para-estaduais e depois o próprio Estado terrorista, sem instrumentos jurídico-legais, concretizaram o maior horror de sangue conhecido na Argentina. A última etapa na FAU-UNC foi “a chegada da direita reacionária e decadente [...] que prolongou seu alcance até hoje [...]”. (FEDERICO, Arquimedes. Entrevista concedida a ELKIN; 2000:129).

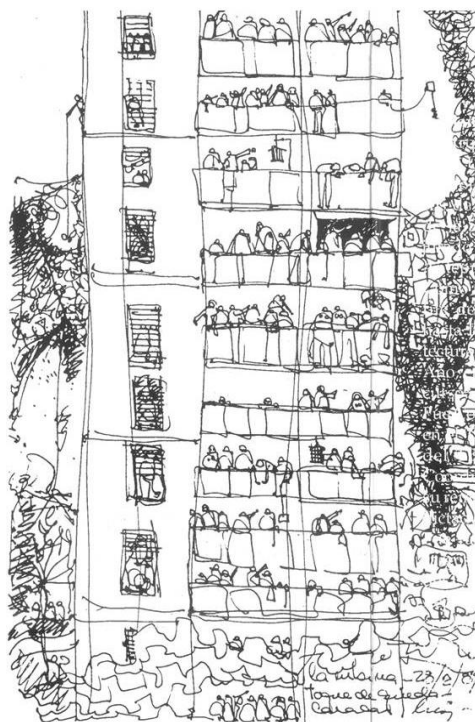
O Taller Total se desenvolveu entre 1970 e 1976, o contexto político-social exerceu forte impacto na gestação, implementação, redesenho e fechamento do projeto. Incorporou todos os professores e estudantes da faculdade, em uma gestão democrática e participativa, na construção de uma proposta interdisciplinar com um currículo inovador. Questionou a caducidade do modelo vigente e destacou a importância de

⁸ Durante o golpe militar de Onganía, 66 professores arquitetos foram demitidos na FAU-UNC (Córdoba) por ter participado de uma greve em reação à repressão instalada na universidade, da qual foi parte o assassinato do estudante Pampillón. Segundo a revista *Primera Plana*, até agosto de 1966, 14% do corpo docente da Universidade de Buenos Aires optou por renunciar, entre eles, 234 de Arquitetura. Equipes inteiros de pesquisa se mudaram para outros países, por exemplo, Estados Unidos, para o qual emigraram 6.543 professores universitários argentinos entre 1950 e 1966. (MARTINEZ, Silvia A., 2000, p. 80-81).

⁹Arquiteto participante do Taller Total e professor da FAU UNC,

inserção na realidade para entender e elaborar propostas na área de arquitetura e urbanismo¹⁰.

Figura 5 – Ocupação da FAU-UNC. Desenho de Luis Coccato, 2000



Fonte: Disponível In: <https://tallertotal2021.wixsite.com/5encontro/taller-total> Acesso: 27/04/2021.

A complexidade de diferentes saberes faz pensar na necessidade de comunicações com outras disciplinas, entre elas, as Ciências da Educação. O arquiteto docente, quando assume o ensino, precisa de outros saberes não incluídos no currículo de graduação e dificilmente poderia dominar o específico de outra área. A presença da equipe de Pedagogia foi importante na estruturação e apoio cotidiano, em especial na contribuição e assessoria à formação docente como processo continuado. Isso requer, entre outras atividades, realização de avaliações com base em critérios e procedimentos científicos, – inter-relacionando prática e teoria, – para possibilitar o amadurecimento, o redesenho do projeto pedagógico e a relação ensino-aprendizagem.

¹⁰ Na Argentina esse debate foi protagonizado em muitas faculdades de arquitetura (majoritariamente nas públicas), em Buenos Aires, La Plata, Resistencia, Rosário, Tucumán, sendo o Taller Total a experiência considerada mais avançada e integradora.

O Taller Total inseria a Extensão Universitária no interior do currículo. Pode - se citar algumas experiências extensionistas: no ateliê 6, estudantes e docentes desenvolveram os estudos e projetos arquitetônicos urbanísticos junto a Cooperativa o Huanquero, coletores e recicladores de resíduos urbanos dos bairros San Vicente e Müller. Nesse ateliê participava, entre outros, a professora e arquiteta Elsa Tania Larrauri, que ao se exilar em México, foi contratada na UAM de Xoximilco, como já dito anteriormente.

No ateliê 11, os estudantes e docentes trabalharam no ensino aprendizagem dos conteúdos, junto a Colônia Lola, um bairro operário, onde havia muitas crianças que não iam à escola, porque a mais próxima, não os recebia porque não possuíam sapatilhas. Significou uma experiência de radicalidade e aprofundou a prática e o ensino da arquitetura do Taller Total, partindo dos fundamentos básicos do mesmo, os desenvolvendo em práticas concretas modificando a relação estudante/docente/usuário e sociedade. (LASTRA, E., 2016 , p.383).¹¹

Em Soto, experiência de outro ateliê:

[...] Se trabalha interdisciplinarmente, o Ateliê de Arquitetura junto com os companheiros de Cinema, Medicina e outras disciplinas da universidade respondendo à problemática social, cultural, econômica e política do entorno. O trabalho desenvolve-se mediante convenio com a Intendência de Soto abordando a temática Saúde, investigando- se a endemia do lugar: o mal de Chagas – Mazza propondo um hábitat adequado às necessidades físico- culturais e ambientais do usuário, incorporando o desenho do hospital regional especializado. (TARTER, FARINA, VILCHES, BONINO, 2016, p. 326).

Em inícios de 1975¹², devido às perseguições políticas o diretor Bontempo teve que se exilar, e em seguida a experiência do Taller Total passou para uma etapa de esgotamento. “O diretor interventor que seguiu, foi um capitão da aviação que de arquitetura não sabia nada, e esse capitão terminou a ‘limpeza’ com os docentes que faltavam e com os administrativos”¹³. Em março de 1976, já com o golpe militar, com a Faculdade sob intervenção, consumou- se o fechamento definitivo e oficial do Taller Total, com violência física e repressão dos participantes. Nessa instituição houve 47

¹¹ O arquiteto Osvaldo Bidinost como docente, marcou o processo de ensino – aprendizagem. Também participaram deste ateliê, entre outros, os arquitetos Miguel Ángel Cuenca, Gallego Rojo, Erik R King..

¹² No contexto da *direitização* do peronismo, após da morte de Perón,

¹³ Entrevista de um participante do Taller Total concedida à LAMFRI, Nora, 2007:103.

estudantes e formandos assassinados e desaparecidos pelo terrorismo de Estado de 1975 e 1983 (NOVILLO e outros, 2008).

Durante o processo de recuperação democrática, a partir de 1983, tratou-se de apagar da memória coletiva esta experiência, deixando-a invisível e houve um retorno à estrutura tradicional fragmentada em disciplinas isoladas. Consolida-se um regime de co-governança desigual entre claustros priorizando os professores, e retornando ao modelo e perfil do profissional alienado da sociedade. Desde 2015, por iniciativa de graduados e estudantes começou-se a realizar encontros reivindicando o Taller Total e a dimensão social da profissão¹⁴.

Autogoverno-Arquitetura na FA-UNAM do México

O projeto acadêmico - político Arquitetura-Autogoverno vigorou entre 1972 e 1992 e mudou os valores do capital simbólico da arquitetura até esse momento preponderante no México, instaurou novas subjetividades acadêmicas, redefinindo a atuação de docentes, estudantes e profissionais numa perspectiva não só disciplinar, mas também política, de abertura à sociedade.

Identificaremos os elementos que determinaram essa transformação e posteriormente analisaremos como a mudança curricular impactou na vida acadêmica da universidade e que mudanças exigiram dos atores nas suas práticas cotidianas, os modos em que estes se relacionaram com o objeto específico de conhecimento e em que medida afetou as relações institucionais entre os atores e grupos de atores que operavam no interior e no exterior da instituição.

¹⁴ Para mais detalhes, pode se consultar : <https://tallertotal2021.wixsite.com/5encontro/taller-total>

Alguns antecedentes

Desde 1966, na então Escola Nacional de Arquitetura (ENA)¹⁵, um pequeno grupo de estudantes havia questionado o sistema de ensino autoritário, elitista e individualista. O movimento estudantil de 1968, deu um novo impulso à inconformidade manifestada e em 1972 com o apoio de um grupo de professores jovens, que se agrupava no Colégio de Professores de Teoria e História da Arquitetura propôs modificar o currículo questionado, não reconhecendo ao diretor, arquiteto Ramón Torres Martínez Ramón. Por meio desta luta, logram incorporar três professores da Faculdade de Economia e um de Filosofia, para romper com o monopólio dos arquitetos-empresários-professores (HIJAR, 2008). O diretor foi substituído pelo arquiteto Rene Capdeville Licastro, o mesmo que em 1973 ao se – instalar o conflito também renúncia¹⁶ e a ENA se divide em dois grupos: os que estão de acordo com as mudanças e os que decidem seguir com o modelo tradicional. Realizam-se negociações com a reitoria da UNAM¹⁷ para chegar à solução do conflito e acorda-se em que cada parte estaria presente no Plano de Estudos. Em 1976 é reconhecida essa corrente como um projeto piloto, que durou de 1972 até 2000, data em que as duas correntes (a que estava de acordo com as mudanças e a que preferia o ensino tradicional) integraram-se novamente em um só Plano de Estudos.

Entre os anos 1970 e 80 chegou, arquitetas e arquitetos argentinos, chilenos e uruguaios. Dos primeiros, alguns haviam participado na experiência do Taller Total, que se exilam no México ao serem perseguidos pela ditadura. Ao entrarem em contato com professores e estudantes do Autogoverno houve um intercambio, e adotou-se um Plano de Estudos muito parecido ao do Taller Total¹⁸. As principais “coincidências” estão em que ambos os projetos postulam:

¹⁵ Em 11 de novembro de 1981 se viabilizam é a criação dos doutorados em Arquitetura e Urbanismo, e em pós-graduação, nas que também se inclui a representação das duas linhas de pensamento.

¹⁶ O 7 de julho de 1973, apresentou sua renúncia como Diretor da Escola Nacional de Arquitetura devido à situação de conflito que prevalecia entre os diferentes grupos em pugna. Para mais detalhes, ver: GACETA UNAM TERCERA EPOCA, VOL. VII. NO. 48, CIUDAD UNIVERSITARIA 17 DE JUNIO DE 1974.

¹⁷ A comissão considera que as modalidades da organização acadêmica e administrativa que propõe o Autogoverno, são susceptíveis de se adequar-se às normas e princípios básicos da legislação universitária. Ver a Gaceta UNAM do 28 de março de 1973 com o informe da Comissão especial do H. Conselho Universitário.

¹⁸ É necessário também considerar que estas ideias eram também debatidas nos Congressos de Arquitetura e Urbanismo, o que favorecia a circulação destas ideias.

- A necessidade de rever criticamente o papel do arquiteto e a concepção da arquitetura que a determina, ministrar um ensino de acordo com os problemas sociais, assim como democratizar o ensino e as formas de gestão.
- Uma rejeição à fragmentação do conhecimento que representavam as “disciplinas” em compartimentos estanques e se opta por englobá-los em áreas de conhecimento.
- Quatro áreas: Desenho, Tecnologia, Extensão Universitária e Teoria, que inclui Ciências Sociais
- Em ambas as experiências se propõem três níveis de conhecimento.
- Trabalhar com sindicatos, organizações urbanas e/ou vicinais.

A partir de 1976 é introduzida uma série de mudanças no ensino, condizentes a uma maior integração dos conhecimentos ministrados nas áreas, que convergiam no atelier síntese ou como se denominou “Ateliê Integral”. Esta ideia inovadora representou progressos notáveis no campo do chamado “Ateliê de Arquitetura” que sempre foi o eixo da carreira. Os assessores¹⁹ de todos os campos de conhecimento em conjunto com os estudantes, participavam no processo completo do curso: programação, análise, desenvolvimento do projeto e avaliação.

Assim, o processo do Autogoverno foi o resultado de uma complexa interação entre a herança do movimento estudantil de 1968, a política educativa do governo e a ação de vários atores sociais: assessores, estudantes, trabalhadores e autoridades que com suas práticas cotidianas definiram tanto sua teoria e prática arquitetônica como o ensino e institucionalização da mesma em determinado sentido²⁰. Buscava-se lograr um perfil do arquiteto que estivesse ao serviço das classes populares, significando uma luta constante, que exigiu uma maior precisão do projeto acadêmico. Nesta tarefa os movimentos sociais urbanos vão sendo interlocutores e base permanente desta “arquitetura popular”.

O Autogoverno tinha seis objetivos²¹: totalização de conhecimentos, diálogo crítico, conhecimento da realidade nacional, vinculação ao povo, práxis e autogestão.

Estas ideias-força provinham do campo disciplinar e de posições políticas²² que se expressaram claramente na nova proposta formativa tanto no desenho como na

¹⁹ A linguagem que se utilizava nesse momento também cambiou, os alunos eram chamados estudantes, os docentes eram assessores, os habitantes, população, etc.

²⁰ A atitude não era de recepção passiva, senão de participação ativa, de igual a igual e não de subordinação

²¹ Determinados democraticamente pela comunidade do autogoverno, e que foram proclamados em assembléia plenária o 11 de abril de 1972.

instrumentação dessas ideias. Isto significava deixar a sala de aula e realizar pesquisas de campo, ir aos bairros de periferia e pequenas cidades, trabalharem a proposta projetual com os moradores e atualizando-se constantemente porque as mudanças sociais são dinâmicas e como se comenta, “os tempos acadêmicos não coincidiam com os tempos reais”.

Assim, o Autogoverno almejava formar um arquiteto em função das necessidades reais de nossa sociedade. Tarefa que implicava, no conhecimento dessas necessidades, mas também um compromisso ativo na transformação das mesmas.

Em última instancia a proposta consistia na substituição de uma prática de ensino implantada exclusivamente num eixo estético-técnico por uma estrutura que incorporava o eixo científico-social. Entendia-se que, ao se tratar do conhecimento real de nossos problemas, concernentes ao quefazer específico do arquiteto, que como profissão de caráter social não pode separar-se do conhecimento científico que fundamenta a solução efetiva e radical que se deve dar a esses requerimentos.

Brasil: FAU-USP, FAU- UnB e FAU- São José dos Campos

No IV Seminário do Curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes, em 1983, Miguel Alves Pereira (2005, p.80-82) resgatou a experiência da FAU-SJC como uma das mais importantes de ensino no Brasil bem como as experiência do *Taller Total* de Arquitetura na FAU-UNC, na Argentina, cujas ideias vieram para o Brasil a exemplo da FAU-UnB que tentou desenvolver a ideia do Ateliê Total, no contexto que se deu depois de sua reabertura de 1968.

Nos anos 1960-70, a reflexão sobre o ensino da arquitetura e urbanismo, implicava em um debate político na América Latina e uma dimensão acirrada em São Paulo: “*Foi na FAU SJC em que essas divergências foram mais profundas e explicitadas*”. (FERNANDES, 2005, em entrevista concedida à DOBRY, S.).

Com o fim dos regimes militares, tanto na Argentina quanto no Brasil, estas experiências de ensino foram esquecidas, o que marca a importância de retomar este debate.

²² Existia uma mescla de posições que iam das progressistas cristãs as anarquistas, trotskistas, maoístas, leninistas, espartaquistas, etc. Todas de esquerda.

As reflexões de Francisco de Oliveira, que foi professor da FAU-SJC, remetem à crítica da teoria desenvolvimentista e à ideia de que o subdesenvolvimento está incluído na formação capitalista e contribuem para entender as relações entre contexto, arquitetura e ensino, e para os debates acirrados, presentes nas experiências analisadas.²³

Entretanto, a interpretação à qual se associou a industrialização na América Latina privilegia as relações externas das suas economias e nesse diapasão, transforma a teoria do subdesenvolvimento em teoria da dependência. (OLIVEIRA, 2006:49). Discordando das teorias que viam no atraso da agricultura um empecilho à industrialização e no “inchaço” das cidades a condição de marginalidade, Oliveira diz que a dificuldade para a própria expansão capitalista está na má distribuição de renda.

É interessante realçar que no período em que Oliveira formulou essas ideias era professor de sociologia na Faculdade de Arquitetura de Santos – forte referência para a FAU SJC – na qual lecionavam os arquitetos Sergio Ferro e Rodrigo Lefèvre, que realizavam com outros professores uma pesquisa sobre habitação. Ali se constatava que a maioria dos favelados era proprietária de seus barracos: a pesquisa revelou que a construção da ‘propriedade’ era feita em mutirões, o que desvendou o papel do ‘exército de reserva’ das cidades, que era visto pela maioria dos teóricos como lumpen ou consumidor de excedentes. O paradoxo de que os operários e outras camadas da população de baixa renda eram proprietários de suas moradias, reduzindo o valor de sua própria reprodução, foi explicado pelo papel que o mutirão e a autoconstrução cumprem no rebaixamento do valor do trabalho. (OLIVEIRA, 2006, p.85 e 111).

As relações entre o processo de industrialização a em América Latina, a formação do ‘exército de reserva’ e a paisagem nas periferias das cidades, incluindo a habitação para as amplas massas, são questões reveladas também nas formas não resolvidas de acesso à terra.

Esses temas foram centro de debates nos anos 1960-70, o que revela a ideia de que arquitetura e urbanismo é uma profissão de caráter social, e a necessidade da busca de interdisciplinaridade, como premissas básicas.

²³ Na pós-segunda guerra mundial surgiu a teoria desenvolvimentista como matriz de uma estratégia para re-articular a hegemonia do capital – com a liderança dos Estados Unidos que quedaram em posição favorecida e o acordo das elites latino americanas –fundamentada na ideia de que ela permitiria superar o atraso dos países em “vias de desenvolvimento”. (SEVCENKO, 2001,p. 250). Nesse contexto, nos anos 1950 as FAUs nos países latino-americanos e no mundo tornaram se independentes, seja das faculdades de engenharia, seja das escolas de Bellas Artes.

Políticas públicas de ensino Superior no Brasil

A privatização de ensino,- nos anos 1960 e 1970,- contribui para entender o contexto, vinculado à região latino-americana e mundial,²⁴ em que se desenvolveram as experiências analisadas, em especial a da FAU-SJC. Nesses anos se acentua o embate entre dois paradigmas: o projeto de construção de uma universidade democrática, crítica de si mesma e da sociedade versus a concepção da universidade grande empresa, onde o saber é mercadoria.²⁵ (SILVA Jr.; SGUISSARDI, 1999, p.19)

Após a Reforma Universitária de 1968, na época do Ato Institucional nº 5, o ensino superior visa consolidar o modelo social e econômico sustentado pelo governo. O desenvolvimento do país nessa época precisava ampliar o acesso ao ensino do 3º grau. Nesse contexto, o regime visou transformar a educação para obter consenso e hegemonia; mas, priorizou o investimento nos setores ligados à acumulação direta do capital e para isso favoreceu a ampliação da privatização do ensino. (SILVA Jr.; SGUISSARDI, 1999: 177-178). A economia necessitava de mão-de-obra qualificada para as exigências dessa fase, que incluía o consumo de bens duráveis. Parte dessa política foi a criação do Banco Nacional de Habitação, que funcionou de 1966 a 1985 com base no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço²⁶.

²⁴ A atuação da OEA nesse período permite entender sua relação com o processo de reforma do sistema de educação superior em Brasil, denso e contraditório. Na criação de programas para América Latina, os interesses da OEA- Organização de Estados Americanos, estavam expressos na Carta de Punta del Este de 1961, que incluía a Aliança para o Progresso dentro da estrutura da Operação Pan-americana; a Aliança para o Progresso estabeleceu o Plano Decenal de Educação, que continha diretrizes educacionais para América Latina, reforçadas em 1967 na Declaração dos Presidentes de América por meio dos Programas Regionais da Educação. (MACHADO A, SILVA, 2006:191)

²⁵ SEGUNDO SILVA JR.; SGUISSARDI, (1999:19-20), as mudanças no ensino ocorrem no interior de um movimento que abarca a economia e a reorganização do Estado e verificam-se com maior vigor desde esses anos, inseridas no contexto: da passagem do regime de acumulação fordista para o da flexível, que implica a mundialização do capital, desemprego, financeirização, etc.; da diminuição do Estado – apresentada como privatização, tais como a dos setores da saúde e da educação; da mudança da ideia de conhecimento como bem coletivo para a de bem privado, que deriva na mercantilização da educação e do saber; • da campanha de qualificação do privado, e o desprestígio do público; da desconsideração de que a pesquisa científica não pode se realizar sem recursos do Estado e que os interesses empresariais objetivam o lucro em última instância. O documento apresentado pelos alunos e professores da FAU-SJC ao Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura em 1976 coincide com essas argumentações.

²⁶ Outro exemplo foi a Caixa Estadual de Casas para o Povo, autarquia estadual paulista que em 1967 contratou Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Fábio Penteadó para realizar o projeto de um conjunto habitacional em Guarulhos, próximo a São Paulo. O fundo de garantia correspondia a 8 % do salário, depositado todo mês. Informações fornecidas pelo arquiteto e professor Luiz Ackel em São Paulo, em 2006. Tema tratado também por ARANTES, P. F., 2002, p. 98.

FAU-USP, Sao Pablo, Brasil

Em 1965, o diretor da FAU-USP, engenheiro Pedro M. do Amaral Cruz, reinstituiu a primazia dominante nas disciplinas técnicas da época, qual seja, a aula expositiva, deixando de lado as conquistas do sistema de ateliês²⁷. Nesse embate estão representadas duas visões de ensino, já que o sistema de ateliês, em contraposição ao de aulas expositivas, possibilita a participação mais ativa do aluno, relacionando o pensar e o fazer no exercício didático da ação de projetar. Porém, restringido ao departamento de projeto, confunde, a disciplina projeto com a ação projetual, que por ser um trabalho de síntese deveria envolver todas as disciplinas.

Cruz tentou cortar toda possibilidade de ensino crítico e afastou a FAU-USP das diretrizes da Reforma de 1962, contra a opinião de professores e alunos; gerou descontentamento de tal ordem que teve como resultado seu afastamento. Assumiu Ariosto Mila, que iniciou a construção do edifício da FAU-USP, projetado por Vilanova Artigas e Cascaldi, e organizou o Fórum de 1968, com contexto e conteúdo diferentes dos de 1962 quando se acreditava que a arquitetura poderia ser um instrumento transformador da sociedade e que participaria da construção da nação²⁸. No final de 1968, com a publicação do AI-5, o regime endureceu, já que até esse momento tinha concentrado seu aparelho repressivo prioritariamente no movimento operário e político. O clima era de tensão política e muitos arquitetos passaram a duvidar do poder do projeto como instrumento de transformação social.

A transferência da FAU para a Cidade Universitária, refletiu o grande esvaziamento político que se produziu naquele momento. Seu edifício, projetado em 1962, adquiria um sentido diferente do imaginado originalmente: em vez do lugar onde seria projetada a nova sociedade, tornava-se um exílio (entre idílico e lúgubre) para os que ficaram. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 111).

²⁷ Esse embate representa a luta pelo poder entre engenheiros e arquitetos na FAU-USP, o que se relaciona também com 'reserva de mercado'. Para mais detalhes, pode se ver ARANTES, P. F., 2002, p.: 91.

²⁸ Essa ideia também está relacionada ao fato de que a tendência modernista liderada por Le Corbusier foi hegemônica no Brasil, com sua famosa frase 'Arquitetura ou Revolução', deixando à margem outras tendências modernistas. Vários autores coincidem em afirmar que a discussão internacional a partir de 1956 dentro do CIAM, com a presença das ideias do Team X, esteve ausente na FAU-USP. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos arquitetos da Equipe May imigraram para São Paulo, e contribuíram realizando arquitetura de excelente qualidade, em especial em Higienópolis, permanecendo ausente do ensino da FAU-USP, no anonimato e sem reconhecimento.

O Fórum de 1968 foi palco de discussões acirradas entre posições diferentes. Esse debate acontecia a nível mundial e latino-americano, como divisor de águas que definia a estratégia seguida por cada grupo político frente às burguesias nacionais, e a necessidade ou não da ‘etapa democrática burguesa’ como caminho para o socialismo. Isso se traduzia, no campo da arquitetura, na ilusão de que existiria uma burguesia nacional interessada no processo de industrialização da construção, perspectiva a que estavam intimamente ligados Artigas e Bastos²⁹. Os grupos que discordavam dessa caracterização pesquisaram sistemas de construção a partir de técnicas populares, tendo em vista sua racionalização e aplicação em larga escala, tais como os pré-fabricados *in situ*³⁰. O desenlace dessa divisão foi o surgimento simultâneo de duas revistas de estudantes da FAU-USP em 1970: ‘*O Desenho*’ e a ‘*Ou...*’. A primeira defendia a atividade profissional acima de outras, reproduzindo no primeiro número parte de uma aula de Artigas de 1967: “Desenhar é fazer a história como iniciativa humana”. Já a revista ‘*Ou...*’ inspirava-se nas aulas de Sergio Ferro, de 1968 e 1969, que criticava a divisão do trabalho no canteiro de obras e a separação entre trabalho manual e intelectual (ARANTES, 2002, p. 94). Para Ferro, o racha representava divergências teóricas, refletiam o debate que animou a FAU-USP destes anos: o confronto entre a busca prioritária do desenvolvimento das forças produtivas em Arquitetura contra a crítica das relações de produção e de exploração. (FERRO, entrevista concedida a SANTOS, 1988, p. 272).

Ainda com o reconhecimento profissional implícito na construção do novo edifício da FAU-USP, um dos autores do projeto, o arquiteto e professor Vilanova Artigas foi caçado em 1969 e, como muitos outros professores da USP, aposentado compulsoriamente. (ARANTES, 2002, p. 94).

FAU UnB, Brasília, Brasil

Em 1962³¹ foram atingidas: as reformas na FAU-USP, São Paulo, e na FAU-UFRGS, Rio Grande do Sul e a inauguração da UnB (Universidade de Brasília), com a

²⁹ Porém Paulo Bastos disse, (em entrevista à DOBRY, 2006), que era uma ilusão que se constatou com o tempo; e que nos anos 1970 Artigas já duvidava que pudesse realizar-se.

³⁰ Nesse grupo incluíam-se Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Flávio Império, Mayumi W. Souza Lima, Sérgio Souza Lima, Ermínia Maricato, Edgard Graeff, entre outros.

³¹ Importante lembrar que o MEC em 1962 desenvolvia o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no método de Paulo Freire. As ideias desse educador influenciaram fortemente o *Taller Total* de Arquitetura em Córdoba, Argentina, nos anos 1970, e Rodrigo Lefèvre, referência marcante nas novas propostas de ensino em São Paulo.

implantação de três cursos troncos, sendo um deles, o de Arquitetura e Urbanismo (PEREIRA, 2006, entrevista à DOBRY, S.). Por outro lado, para Fernandes,

a maioria das FAUs vivia sob a tutela dos cursos de engenharia a partir dos quais foram criadas. A exceção do período foi Brasília, onde o Curso de Arquitetura e Urbanismo pertencia ao Instituto Central de Artes (ICA)³². Ali são postas em prática, pela primeira vez em 1962, as propostas do Ateliê Integrado que os debates dos arquitetos vinham sugerindo desde a segunda metade dos anos 50. (FERNANDES, 2006, entrevista concedida DOBRY, S.)

Na UnB, a ação da ditadura foi violenta: invadida cinco vezes com a prisão e tortura de professores e estudantes, que acabaram se exilando em outros países para fugir das perseguições. Darcy Ribeiro, entre outros, teve seus direitos políticos cassados³³. Nesse contexto, em 1965, mais de duzentos professores pediram demissão, ficando o curso de arquitetura praticamente sem docentes³⁴.

Contrataram-se professores não aceitos pelos alunos, que em 1967 iniciam uma greve. Em 1968, o reitor Caio Benjamin, convidou Niemeyer para a reestruturação do curso de arquitetura, mas ele recusou o convite e sugeriu a assessoria do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB, aceita pelos estudantes³⁵. Para entender esse processo, que se relaciona com a formação posterior da FAU-SJC, é necessário lembrar que se por um lado, com a ditadura militar, o projeto de construção de uma universidade crítica de si e da sociedade sofreria modificações, por outro lado, a modernização do ensino, de que fizeram parte o ITA em São José dos Campos e a UnB, **continuou integrando e orientando a política educacional** durante o governo militar, sobretudo, para visibilidade internacional. Isto explica a coincidência de forças antagônicas em um

³² No Instituto Central de Artes, associado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ICA-FAU-UnB, participavam, entre outros, Mayumi W. e Sergio Souza Lima, Edgard Graeff e João da Gama Filgueiras Lima. Para mais detalhes, ver LIMA, Mayumi W. Souza, (1995, p.245).

³³ Destituído Anísio Teixeira é nomeado Zeferino Vaz. Nessa época, muitos docentes foram demitidos e estudantes expulsos da universidade.

³⁴ Entre os professores que renunciaram, estavam José Filgueiras Lima, Jean Claude Bernardeth, Edgard Graeff, Mayumi S. Lima e o coordenador do Instituto de Comunicação e Artes, ICA, Alcides Áquila da Rocha, segundo BASTOS, Paulo, 2006 e PEREIRA, Miguel, 2006, (em entrevista à DOBRY). Para ele, a renúncia foi um erro; já para o ex-professor do ICA Luis Humberto Martins Pereira, “o sonho já tinha acabado, havia uma inviabilidade total. Quem estava lá sentia que não havia como resistir. Se ficassemos, seria em silêncio, diluindo a universidade, em uma falsa posição de resistência. O golpe acabou com a UnB”. Apud: DOBRY, 2008.

³⁵ Neudson Braga, da Universidade Federal do Ceará, foi indicado por consenso para coordenar os trabalhos. As outras indicações do IAB foram: Paulo Mendes da Rocha, da FAU-USP, que por impossibilidade de comparecer foi substituído por Paulo Bastos; Miguel Alves Pereira, da FAU-UFRG; Liberal de Castro, da FAU-UFCEará, e Paulo Magalhães, da UnB, segundo informações de BASTOS, Paulo e PEREIRA, Miguel, 2006, em entrevistas à DOBRY, S.

mesmo projeto de reabertura da FAU-UnB. (BASTOS, e PEREIRA, 2006, em entrevistas à DOBRY, S.).

Em todo o país, eclodiram enfrentamentos entre a polícia e os estudantes, instaurando-se uma das maiores crises do governo Costa e Silva. O Ato Institucional nº5 promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais evidente da ditadura. Sobre esse período, Pereira lembra que “*vivenciou-se um período muito tenso no campus universitario. A união entre professores e estudantes permitiu a continuidade do curso [...fomos ameaçados várias vezes, tivemos que sair devido às invasões policiais. Vivemos um processo muito perigoso e atormentado [...]*”. No contexto da vigência do AI5, a coordenação convocou o Seminário de Revisão e Consolidação dos Planos de Ensino e Abertura do Projeto Cultural do ICA-FAU, como parte do processo de reflexão crítica que pretendia, entre outros temas, verificar a metodologia de trabalho a ser adotada para uma proposta cultural diferenciada. (PEREIRA, 2006, em entrevista à DOBRY, S.).

Uma das conclusões do seminário foi que “é preciso ligar o ensino de Arte à sua realização, como integração ao real, orientando e desenvolvendo a capacidade dos alunos através de um processo racional de conhecimento que forneça o instrumento necessário à criação e à atuação na cultura brasileira”³⁶. Os relatórios dos seminários e fóruns do ICA-FAU revelam ideias próprias desse momento, tais como a de que os processos racionais, na arte e na ciência ou na técnica, dariam conta da cultura brasileira, sendo possível controlar a realidade. Observa-se o parentesco com o pensamento de Kandinsky que em 1926 tentava estabelecer as bases de uma futura ciência da arte, confirmando a revalorização da Bauhaus no campo da arquitetura e seu ensino nesse período. Para Oliveira, (2006),

Também o racionalismo, que se revelava amplamente no pensamento arquitetônico, permeava, de forma diferente, nas ideias dos militares que governavam o país. Ao mesmo tempo em que praticavam uma feroz repressão, acreditavam na ciência e na técnica como instrumentos reorganizadores da sociedade. O paradigma racionalista na arquitetura e urbanismo encontrou na sobrevalorização do planejamento uma de suas expressões, entendendo que a forma poderia organizar a sociedade, o que combinava perfeitamente com “a época de ouro da Comissão

³⁶ Os fóruns do ICA-FAU-UnB se realizaram em 1968 e em 1969.(BASTOS, 2006, em entrevista à DOBRY, S.)

Econômica para a América Latina, Cepal, em que o regime estimulava a planificação das cidades (Oliveira, 2006, Declaração na banca de qualificação de doutorado de DOBRY, S.).

Após 1971, foi dividido o ICA-FAU, deslocando-se o Departamento de Música, com o nome de Departamento de Arte, para o Instituto de Comunicação e Expressão; fechado o curso de cinema e criado o Instituto de Arquitetura e Urbanismo, suprimindo-se a palavra Arte.

Numa viagem a Córdoba, Argentina, em 1971, Pereira teve contato com o *Taller Total*, e junto com estudantes e professores, desenvolveram o conceito na UnB, na medida das possibilidades que o contexto permitia. Nesse período as resoluções eram tomadas de forma paritária e, a cada seis meses havia reuniões para discutir o andamento da experiência, cujo tema era o Planalto Central e suas cidades³⁷. (PEREIRA, 2006, em entrevista concedida a DOBRY, S.) Em 1977, os estudantes de Brasília integraram-se às manifestações nacionais, na luta pelas liberdades democráticas. Seu sonho era sufocado, mas expunha para o mundo a hipocrisia e o controle das universidades pelo regime militar; no ano seguinte os professores criaram a Associação de Docentes da Universidade de Brasília³⁸.

A FAU- SJC, São José dos Campos, Estado de São Paulo

Coincidente cronologicamente com o *Taller Total* em Córdoba, (Argentina), desenvolve-se a A FAU SJC, (São José dos Campos, estado de São Paulo, Brasil), se destacando em especial, o trabalho interdisciplinar realizado no primeiro ano, no qual o debate interno na faculdade tomava a forma de uma interseção entre as problemáticas no interior do curso de graduação e a análise da comunidade na qual se inseria.

Fechada a UnB e enfraquecida a FAU-USP, com o endurecimento do regime no final de 1968 e 1969³⁹, o clima passou a ser amedrontador e desmobilizante. Nesse contexto se iniciou o processo de privatização do ensino superior, no qual se inclui a criação da FAU-SJC que se desenvolveu entre 1970 e 1976. Como diz Mayumi W.

³⁷ Um estudante de arquitetura da UnB, em entrevista a DOBRY, S., (2007), destacou que muitos dos professores de arquitetura participavam do projeto dos edifícios do campus, e levavam os alunos a essas obras: era como se estudassem no interior de um canteiro de obras, o que contribuía enormemente para o processo de ensino-aprendizagem.

³⁸ A ADUnB teria depois papel importante no questionamento da gestão e da estrutura da universidade.

³⁹ Com o AI5, Acto Institucional N°5, se suspenderam as garantias constitucionais durante o regime militar.

Souza Lima⁴⁰, a ampliação do direito à educação foi permeada pela falsa premissa que incidiu sobre todo o sistema escolar, incluindo as universidades: “**democratização = má qualidade e elitização = boa qualidade**” (LIMA, 1995,p. 59 e 60).

Entre as poucas exceções, abortadas, está a FAU-SJC que foi um “laboratório de ensino” (LACAZ, Guto, 2007, entrevista à DOBRY,S.), no qual vários modelos expressaram a relação de forças de cada momento, com um denominador comum: o de desenvolver um ensino crítico inserido na realidade e uma gestão democrática e participativa.

O processo foi abalizado pelos embates com a mantenedora, que a exemplo de outras similares, pouco sabia sobre ensino de arquitetura e tentou adequar esse curso aos modelos convencionais.

O ICA-FAU da UnB foi uma referência importante na criação do IPC - Instituto de Projeto e Comunicação, experiência inicial dessa faculdade, no contexto da privatização do ensino. O objetivo era que os alunos entrassem no universo cognitivo da arte, “descortinando-o”. Pensou-se em formatar um curso básico de dois anos, em que os estudantes fariam as primeiras experiências, contatos, observar e criar dentro da arte. Os três últimos anos seriam no campo profissional, resultando em uma formação com ampla base. Foi adotado para o ciclo profissional o Ateliê Integrado com a participação simultânea dos professores de Projeto, de História e de Tecnologia no horário do Ateliê, desenvolvendo-se um tema único. (BASTOS 2006, entrevista à DOBRY,S.)⁴¹.

A experiência de interdisciplinaridade deu forma às dificuldades que deveriam ser aprofundadas no campo da teoria e que nesses anos eram discutidas também em outras faculdades de arquitetura da América Latina e do mundo. No Ateliê, a falta de uma linguagem comum entre arquitetos, sociólogos, engenheiros, economistas e historiadores tornava o contato confuso, agravado pelas divergências frente às várias possibilidades de abordagem do tema. (FERNANDES, e outros, 1976,p. 16).

O trabalho interdisciplinar requer tempo de elaboração devido à sua complexidade. A situação de precariedade dificultava o aprofundamento da experiência,

⁴⁰ Mayumi Souza Lima participou como professora na FAU-SJC, na FAU-Santos, na FAU-UnB e na EESC-USP e foi uma das poucas arquitetas a entender o ensino de arquitetura inserido no processo geral da educação, assumindo-se como educadora, além de arquiteta, o que ainda hoje é difícil de ser compreendido nas faculdades de arquitetura. Elaborou como fruto dessas experiências, um texto no qual analisa os “mitos e impossibilidades reais nas universidades privadas e públicas”,apresentado no X Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e V Congresso da Área. Em 1973 e 1974 foi vice-diretora da FAU-SJC.

⁴¹ Fernandes, 2006, em entrevista, coincidiu com essas afirmações .

já que a “própria escola era um projeto de uma nova forma de ensino”. (LACAZ, Guto, 2007, entrevista à DOBRY, S.). O Ateliê não conseguiu ser ‘integrado’, porque prevaleceu a direção do Departamento de Projeto, atribuindo aos outros departamentos a tarefa de responder às perguntas que **surgiriam do processo de projeto**. O conflito estava colocado: repetia-se, quicá com mais força, o embate vivido na FAU-USP, muitas vezes com falta de diálogo. Entretanto, essas experiências compõem um campo fértil para a elaboração de propostas, parte de uma polêmica que permanece aberta.

A partir das críticas ao ateliê na FAU-SJC foram propostas as Unidades Interdepartamentais de ensino e pesquisa, UDIs. Estas davam ênfase à educação além da atuação profissional, para desenvolver a capacidade de analisar criticamente e identificar soluções para mudanças desejadas e necessárias: pensar para propor e não só saber fazer; ultrapassar os limites de um treinamento específico profissional alheio à realidade política social e econômica. A diferença principal das UDIs centrava-se na participação equilibrada dos três departamentos em todas as unidades. O que garantiria a interdisciplinaridade na graduação e nas atividades com a comunidade. O elemento unificador era o objeto de pesquisa, não o tema. (FERNANDES, e outros, 1976, p. 17). Porém o processo de formação das UDIs foi interrompido:

No final de 1974 a mantenedora intervém na escola nomeando diretor o engenheiro eletrônico Aroldo Borges Diniz do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. A maior parte do corpo docente é demitida e substituída às pressas acompanhada de um Regimento inadequado até para um curso de engenharia. No início de 1975 esse regimento é aprovado pela Fundação e enviado imediatamente ao Ministério de Educação e Cultura-. MEC. (FERNANDES, e outros, 1976,p. 21).

A intervenção foi derrotada pela mobilização estudantil. O MEC designou a Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo-CEAU⁴² visando salvaguardar a FAU-SJC de uma estrutura e um regimento superados. No início do ano de 1976 houve uma nova intervenção após as fracassadas tentativas de vender a escola. A Fundação Valeparaibana de Ensino, mantenedora da FAU-SJC, após seis anos de experiência, havia aperfeiçoado seus métodos: demitiu professores e funcionários sem substituí-los, transferiu a escola de seu prédio retirando seu espaço de atuação, promoveu a

⁴² A CEAU foi nomeada por Portaria Ministerial. Compunha-se de um representante do IAB, de diretores ou representantes de quatro ou cinco escolas (um de escola particular) e um representante do SERFHAU, para representar a demanda. É um órgão de assessoramento do Departamento de Assuntos Universitários, financiado por ele. (Depoimento de Nestor Goulart Reis Filho in revista *CJ Arquitetura* n° 4, 1974:15).

transferência de todos os alunos e suspendeu suas atividades com o consenso do MEC.(FERNANDES, e outros, 1976 , p. 22).

Atualidade: Argentina, México e Brasil

Em 2015 se organizou, em Córdoba, Argentina o “I Encuentro Internacional, “LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA Y LA DIMENSIÓN SOCIAL DEL PROFESIONAL” - Taller Total - FAU-UNC, 1970 – 1975. Em 2016, realizou-se o segundo encontro na mesma cidade, e em 2017 e 2018 , novos congressos foram realizados em São Paulo⁴³. Nesses encontros foram apresentadas experiências que retomaram na atualidade os eixos de organização e premissas que desenvolvidas pelos projetos pedagógicos citados. E que se desenvolveram à contramão em contextos complexos e com o avance do processo homogeneizador da internacionalização do ensino superior impulsionada pelas políticas neoliberais. Hoje estas premissas estão em poucos casos nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo nos países citados, e entre outras, apresentaremos brevemente algumas experiências: o Laboratório Hábitat Social: participação e gênero, LAHAS, (UNAM, México), o Taller Livre de Projeto Social, (FADU-UBA, Argentina), e Extensão universitária em Faculdades de Arquitetura e Urbanismo (Brasil).

Laboratório Hábitat Social: Participação e Gênero LAHAS, FA-UNAM, México

O Laboratório Hábitat Social: Participação e Gênero (LAHAS)⁴⁴ foi concebido com a ideia de “laboratório” porque expressa a espiral que vincula o conhecimento e a ação⁴⁵. No LAHAS, a participação na construção ou melhoramento do hábitat onde atua, não se orienta a um modelo único de mudança social, mas ao que cada uma das comunidades fizeram e fazem a partir de suas próprias experiências locais em continua referência de suas privações. O LAHAS tenta favorecer espaços de debate e construção

⁴³Como continuidade desses encontros se realizaram em São Paulo os I e II Seminário Internacional A DIMENSIÓN SOCIAL DA FORMAÇÃO PROFESIONAL . Para mais detalhes sobre os encontros ver: <https://tallertotal2021.wixsite.com/5encontro/eventos-relacionados>

⁴⁴ Participam arquitetas/os, urbanistas, engenheiras e geógrafas. Foi apresentado ao Programa de Cooperação Inter-universitária e Investigação Científica com Iberoamérica. A AECID, a Universidade de Barcelona e a Faculdade de Arquitetura da UNAM, que aceitam financiá-lo. Para mais detalhes ver: <http://lahas.org/>

⁴⁵ Também tratando de conservar a origem e o vínculo com o Autogoverno, cujo logotipo era uma espiral.

de conhecimentos com a intenção de gerar novas lógicas e disposições em correspondência com as aspirações reais dos grupos sociais envolvidos requerendo criatividade e participação efetiva de todos os atores das diferentes problemáticas. Promove a geração de conhecimento mediante processos de debate reflexivo entre os múltiplos participantes de um território, em situação de inclusão e equidade, com o fim de lograr uma transformação social sustentável. Pretende-se que o espaço universitário sirva de canal de interação com uma realidade urbana e arquitetônica que é muitas vezes desconhecida ou invisível: a cidade inacabada, auto gerada, a auto- produção da vivenda e equipamento, a produção social do hábitat.

O objetivo é investigar processos e metodologias de produção social do hábitat, conciliando teoria e ação numa práxis realizada com diversos grupos e equipes de: acadêmicos, estudantes, organizações culturais, comunitárias, em especial cidadãos e cidadãos unidos pelo interesse em serem protagonistas da gestão política, social e cultural de seu território e poder transmitir uma forma de projetar, de trabalhar de forma colaborativa com usuários/as. O desenvolvimento em todos os projetos urbano - arquitetônicos envolve a perspectiva de gênero⁴⁶, porque o enfoque tem como base funcionar de baixo para cima e na justiça social, pelo que deveria sustentar - se,

“pelo menos, em quatro eixos de transformação estreitamente relacionados: igualdade (de gênero), diversidade, participação e sustentabilidade, ou seja, na vontade de promover consolidar uma democracia realmente participativa e ambientalista”. (MONTANER e MUXI, 2011, p. 02).

A problemática das políticas públicas é que não respondem à **realidade** nas dimensões administrativa, burocrática e econômica. Geralmente os modelos de ordenamento territorial se inspiram em outros países e se importam de maneira acrítica, dando como resultado políticas que se aplicam na Europa e/ou América e espera-se que funcionem em México, onde a sociedade é dual e desigual, onde se encontra o homem mais rico do mundo e mais do 50% da população encontra-se em nível de pobreza e com os salários mais baixos dos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE.

⁴⁶ As organizações urbanas estão integradas na sua maioria por mulheres, são as que se envolvem no desenho ,a gestão , administração dos recursos, etc. Porém não são quem decidem nos momentos importantes de um projeto. Por isto se viu a necessidade de visibilizar e reconhecer seu trabalho.

Por isto o trabalho não só é centrado nos projetos urbanos e arquitetônicos e a partir de sistematizá-los e avaliá-los trata-se **de incidir nos programas, políticas e leis encarregadas de satisfazer as demandas sociais** de vivenda, espaço público, melhoramento de bairro e desenvolvimento urbano-ambiental. O LAHAS tem três linhas de trabalho, com a mesma hierarquia e se pretende que se incluam em todos os projetos: **1.** Capacitação e Formação a profissionais da arquitetura, urbanismo e disciplinas afins, organizações urbanas e funcionários públicos. **2.** Assessoria Social e técnica a partir do desenho participativo em projetos de vivenda e melhoramento de bairro e Consultorias a órgãos de governos, sobre todo em temas com perspectiva de gênero. **3.** Investigação e Sistematização através do método de Investigação -Ação.

Ateliê Livre de Projeto Social /FADU UBA, (Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo, Universidade de Bs. As.)

Na FADU/UBA de Argentina, onde combinam-se todos os cursos de projeto⁴⁷ o Ateliê Livre de Projeto Social desenvolve formação para todos esses cursos, como cátedra livre, disciplina optativa e especialização de pós-graduação, explicitando a referência aos eixos de organização pedagógica participativa e democrática e aos conteúdos colocados pelas experiências latino - americanas citadas anteriormente, em particular o Taller Total.

Constituiu-se por iniciativa estudantil e docente há 20 anos frente às demandas populares que colocou em evidencia a crise argentina de 2001, para abordar as problemáticas mais urgentes, em particular a da produção social do hábitat –PSH⁴⁸, (PEDRO, BANDIERI, CONTRERAS, 2016, p. 284) desenvolvendo um enfoque do projeto e o do seu processo, **fundamentado em direitos**, como resposta co-produzida e transformadora. Desenvolve iniciativas que, construindo **novos espaços** na universidade

⁴⁷ Arquitetura, desenho gráfico, industrial, de imagem e som, vestimenta e paisagem

⁴⁸ Denomina-se PSH, em sentido amplo, às complexas e heterogêneas práticas populares que impactam fortemente em nosso meio, favelas e assentamentos, edifícios ocupados, conjuntos habitacionais de diferentes escalas e degradados, bairros populares auto construídos, etc. Se expressa neles a vida e o esforço de seus habitantes que passaram por décadas de pobreza estrutural, informalidade e falta de estabilidade laboral, desocupação, migração, etc. Este setor majoritário de **produtores de vivenda e cidade** constitui um nó fundamental da problemática contemporânea de vivenda e hábitat. A imensa maioria das “novas vivendas populares”, com a gestão realizada pelos próprios usuários, sem apoio técnico e/ou financeiro, muitas vezes em forma irregular nos níveis jurídico e urbanístico e com problemáticas de emergência ambiental estão inseridas em tecidos sociais, organizacionais e vinculares que lhe deram forma e que é necessário conhecer e respeitar.

e na comunidade, **articulam ações e saberes disciplinares com a ação popular coletiva.**⁴⁹

Realizaram-se muitas experiências no habitat popular em forma integral, abordando na formação problemáticas sociais em situações reais, articulando formação, investigação e extensão,⁵⁰ que permitiram sistematizar um enfoque **projetual, integrador, multidimensional, em relação participativa, social e nacionalmente situado**, integrando saberes multidisciplinares na formação, para outra atuação profissional.

Reflexiona-se criticamente sobre o perfil hegemônico do projetar que reduz o seu resultado a objetos, a seus aspectos estéticos, técnicos, morfológicos, o entorno ao lote, só valoriza o produzido pela disciplina e a profissão e justifica não tomar posição, sobre as desigualdades sociais e os conflitos ambientais. Que reduz a história do projetar à história dos projetistas, suas obras e lógicas, ignorando e sem assumir os milhões de anos em que a humanidade abordou projetualmente a transformação da natureza para resolver suas necessidades, e desconhece o produzido socialmente.

O reconhecimento do “direito a projetar e re-projetar” o melhoramento de seu habitat em forma participativa põe em tensão as lógicas projetuais disciplinares de designers, arquitetos e urbanistas, entre outras profissões que mais visivelmente incidem no entorno material do hábitat humano e recolocam critérios e metodologias que sustentam as políticas públicas de abordagem e intervenção. O reconhecimento desse direito, baseia as concepções e práticas do **Projetar compartilhado com a comunidade**⁵¹, partindo do posicionamento de colocar em prioridade suas necessidades e a consideração de seu protagonismo para a elaboração de propostas projetuais. O Ateliê Livre de Projeto Social da FADU UBA participa desde 2005, a Rede Universitária Latino - americana de Cátedras de Vivenda, REDE ULACAV⁵² que alimentou sua prática de formação e de extensão. Esta REDE congrega um importante número de cátedras da região, as quais há mais de duas décadas contribuem refletindo e

⁴⁹ Se estudou nas comunidades da área metropolitana de B.A., experiências que abordavam as problemáticas de hábitat e a vivenda articuladas com as necessidades do trabalho, destacando a importante experiência popular acumulada de formas organizativas, de autogestão e cooperação, e questionamento de respostas hegemônicas e elaboração de programas próprios.

⁵⁰ Para mais detalhes, ver www.tlps.com.ar

⁵¹ A valorização deste processo requer ampliar a concepção do projeto, o entendendo como “a ação por meio da qual os coletivos sociais assumem a superação de obstáculos em diversos graus e constroem horizontes, mundos possíveis. Ao fazê-lo, antecipam um horizonte remoto que orienta suas ações, com o fim de construir una nova realidade mais justa, mais equitativa e mais significativa”, (GALÁN, B. 2011)

⁵² Para mais detalhes, ver : <https://redulacav.org/>

desenhando estratégias para cambiar o enfoque da formação e da atuação profissional, um campo teórico e prático, com perspectiva de produção social do hábitat e do direito à cidade.⁵³

O Brasil atual

Na contemporaneidade, no Brasil, Argentina e México, na maior parte dos casos, “o que restou” das experiências dos anos 70, cujas premissas permanecem como anseios, é a extensão universitária⁵⁴. Encontrando-se geralmente em casos isolados nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, em especial:

O campo da Extensão Universitária integrada às pesquisas acadêmicas representa uma possibilidade importante de reconstrução do conhecimento científico a partir da transposição dos muros da universidade, com inclusão de outros saberes e táticas para contribuir na construção de uma nova plataforma cognitiva e inovação tecnológica. O uso desse conhecimento coletivo e solidário possibilita criar métodos, processos ou técnicas que contribuem para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas do processo de planejamento do território, que pelas práticas de resistência configuram novas tipologias de ocupações urbanas e rurais. (Souza de Andrade, L. M.; Vânia Raquel Teles Loureiro, V. R.; Fanny Lenoir, J. A. F.; Lemos, N, da S.2019, p.192).

Há muitos exemplos, desenvolvidos em faculdades públicas e privadas que recolhem essa rica herança⁵⁵. Seleccionamos algumas, das que falaremos brevemente.

⁵³ O aporte de importantes referentes como, entre outros, os arquitetos. Enrique Ortiz (México), Víctor Pelli (Argentina), Alberto de Paula (Uruguay), Fermin Estrella (Argentina) e Gustavo Romero (México) nutrem reflexões com sua experiência.

⁵⁴ Podem se citar entre as exceções: Universidad de la República del Uruguay (UDELAR), da PUCC-Chile, da Universidad Nacional del Chile, em Colômbia a Universidad de los Andes e a Universidad Nacional de Colombia, sedes Bogotá e Medellín. Em Brasil, o curso de Arquitetura e Urbanismo, parte do Instituto das Cidades (IC), da Unifesp.(ARANTES, P.e SANTOS Jr.W.Ribeiro 2020, p.67). Em Foz de Iguaçu, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino- -Americana – CAU UNILA em Foz do Iguaçu, cujo principio é atender as demandas para a melhoria da qualidade do espaço construído e habitado na América Latina, considerando que nela cerca de 32% da população vive em bairros considerados marginais .(MOASSAB Andreia, 2020, p.36 - 38).

⁵⁵ Muitas vezes até sem saber em forma consciente dessa gênese.

Escritórios Modelo e Extensão Universitária

Entre outros, apresentaremos neste texto o Escritório Modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Fiam-Faam, Centro Universitário que completa 14 anos existência em 2021. Há dois eixos estruturadores em sua concepção: ser o principal canal de extensão universitária do curso e dar oportunidade ao aluno de apresentar a experiência, experimentar a prática profissional. Sendo um estágio interno obrigatório, o estudante desenvolve oitenta horas de trabalho. Convênios com instituições públicas e da sociedade geraram várias atividades como opção para inscrição dos alunos. Procurou-se aprofundar a formação profissional com ações dirigidas à sociedade, conectadas ao Ensino e à Pesquisa. Aproximadamente trezentos alunos realizam as atividades a cada semestre co- orientados por oito ou nove professores vinculados à área de pesquisa ou com dedicação integral. As atividades contemplam as áreas de edificações, urbanismo, paisagismo, patrimônio e interiores. O lidar com a realidade social e ambiental, a mobilidade a pé e a humanização dos espaços públicos está presente na maior parte dos temas. O problema habitacional, por exemplo, inclui projetos dirigidos à população em situação de rua, a movimentos sociais que lutam por moradia na área central ou ao lidar com áreas periféricas na franja norte da cidade mesclada às áreas de preservação. (Carvalho , M. A. J., 2017, p.708). O direito ao espaço público nas periferias foi também objeto de reflexões, debates e propostas para as zonas norte e oeste de São Paulo, junto às organizações sociais das regiões atendidas.

Entre os objetivos para a dinâmica da segunda fase, a partir de 2016, estavam:

- Ampliar a dimensão social dos trabalhos de extensão sem conflitar com o perfil da instituição;
- Reforçar o viés da preparação do aluno para a vida profissional, esclarecendo pontos significativos, seja na percepção da responsabilidade em lidar com ações e propostas reais ou forma de interagir na relação com o “cliente”;
- Diversificar os temas de atividades atuando nas quatro áreas: projeto, urbanismo, história e tecnologia
- Criar uma sistemática de trabalho que nos desse conjunto sem interferir, além do institucionalmente necessário, na condução do trabalho de cada professor;
- Incluir temas significativos da agenda social e ambiental atual;
- Dar oportunidade aos alunos de se vincular à atividade que tiver mais interesse para facilitar o caminho profissional, formação de currículo e segurança com relação ao assunto . (Carvalho , M. A. J., 2017, p. 713).

Entretanto, da mesma forma que aconteceu com as experiências dos anos 60-70, o programa de mestrado desta Instituição privada, a que pertenciam muitos dos professores que lecionavam no Escritório Modelo, foi fechado, situação que se agravou com as dispensas massivas de professores nas instituições de ensino superior privadas, nestes tempos de pandemia.⁵⁶

Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU –UnB

Outro exemplo interessante constitui a assessoria técnica em arquitetura e urbanismo realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes”, da FAU -UnB⁵⁷, em temas e tipologias espaciais rurais e urbanas (Reforma Urbana e Reforma Agrária), desenvolvidos no território do Distrito Federal e entorno. Este Grupo

[...] parte do princípio de que as práticas do interaccionismo propostas originalmente pela Pedagogia Freiriana também fazem parte da abordagem latino-americana da adequação sociotécnica - AST, como se os sujeitos do conhecimento científico pudessem compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados [...].(Souza de Andrade, L. M, et al ,2019, p.197-198).

Os trabalhos realizados se inserem na pesquisa-ação, aplicando metodologias ativas com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”, junto a comunidades da periferia, movimentos populares, entidades ambientalistas e comunidades camponesas e tradicionais.

CONCLUSÕES

Percebe-se que no período de 1970-1976, as propostas de ensino analisadas não estavam desligadas da situação política, econômica, social e cultural de cada país onde se desenvolveram. Entretanto, longe de se tratar de um reflexo mecânico, o contexto não apareceu só como referência, mas também como dialética permanente na construção dos

⁵⁶ Caberá depois fazer uma pesquisa sobre estas questões, relacionadas à precarização de trabalho docente, o que foge ao alcance deste capítulo.

⁵⁷ Sobre este Grupo, pode se consultar o site: <https://www.perifericounb.com>

processos de arquitetura e urbanismo e seu ensino, sendo ao mesmo tempo produto e processo das relações de força existentes.

Em todos os casos descritos, os planos de estudos construíam uma vivência pedagógica interativa e interdisciplinar combinada com uma prática participativa do arquiteto urbanista. As experiências estudadas são expressão do debate sobre arquitetura e urbanismo e seu ensino realizado na América Latina e no mundo nos anos 1960 e 1970. Nesse debate incluía-se a luta por um ensino crítico, o que se verifica, nas recomendações da V Conferência Latino-Americana de Faculdades de Arquitetura, CLEFA, que afirmava que a Universidade profissionalizante alienou sua capacidade real de gerar conhecimento e cultura e que, para inverter este fato, os cursos não deveriam se organizar em torno das profissões, mas com base na construção do conhecimento, para o que se faz necessário a autonomia acadêmica, econômica e administrativa.

Muitos docentes e estudantes entendem que a construção de conhecimentos se relaciona intimamente com responsabilidade social e assumem o papel do intelectual comprometido com a realidade sociopolítica, relacionando teoria e prática.

Existiam duas premissas básicas compartilhadas tanto pela Bauhaus na República de Weimar, quanto pelos casos analisados:

- A arquitetura e urbanismo é uma profissão principalmente social.
- O seu ensino deve partir da análise da sociedade e suas necessidades, numa gestão democrática e participativa.

São também procedimentos fortes, a busca de metodologias de projeto e a discussão dos novos perfis de arquitetos, definidos por sua posição na produção de arquitetura e urbanismo.

Nos anos 60 e 70 essas experiências foram possíveis devido ao ambiente político-intelectual de efervescência, de participação de estudantes e docentes, que o contexto repressivo não conseguiu silenciar. Pela época e contexto em que se desenvolveram, constituíram-se em resistência às formas autoritárias de governo, onde a relação de forças o permitiu.

Revelaram-se como processos de ensino que deram respostas criativas, enriquecedoras e inovadoras – em gestões democráticas e participativas – às contradições constantes da dialética arquitetura e sociedade.

Tanto as experiências dos anos 70 quanto as descritas correspondentes à atualidade, demonstraram que é possível integrar a participação individual e a coletiva, quando há objetivos comuns e a capacidade real de exercer coletivamente influência nas decisões, constituindo o que é geralmente designado como projeto participativo, o que exige o estabelecimento de canais de comunicação implícitos no processo de ensino.

Em certas condições conjunturais, essas experiências inovadoras, abrindo brechas, podem vir à tona. Porém, pelo fato de as condições não serem estruturais, o período de duração dessas experiências, assim como seu grau de inovação, criatividade e visão crítica podem mudar devido à relação de forças existente em cada momento.

As experiências citadas neste capítulo, contribuem para o debate atual de arquitetura e urbanismo e seu ensino. Inspiram a busca de caminhos para a construção de uma dialética entre os movimentos populares de inserção social e o processo de ensino de arquitetura e urbanismo visando discutir suas diretrizes. Essas propostas curriculares contêm o esforço de superação de ensino fragmentado, de inter-relação e integração dos conteúdos em uma busca interdisciplinar, seja nas equipes que funcionavam em determinados momentos, por níveis, seja nos trabalhos desenvolvidos por equipes compostos por alunos de vários níveis, chamados de “inter-níveis”.

Está implícita nessas experiências uma visão da ação projetual como resultado da confluência e inter-relação de todas as disciplinas que compõem o currículo dos cursos. Verifica-se também que no debate sobre ensino de arquitetura e urbanismo está inclusa a luta entre dois paradigmas: o da Universidade como crítica de si mesma e da sociedade ou o da Universidade como grande empresa, que funciona com a projeção do saber visto como mercadoria.

Os projetos pedagógicos têm-se definido como produtos da relação de forças desses paradigmas, pontuada pelas relações econômicas de produção, que relegam, na maioria das vezes, a um segundo plano questões importantes do ensino de arquitetura e urbanismo, como as relacionadas a políticas urbanas, participação popular e de percepção dos lugares de vida.

Um desafio proposto para a atualidade é o de recuperar um diálogo que permita construir, no ensino de arquitetura e urbanismo, a interdisciplinaridade em torno da ação projetual. Cada caso, com suas características próprias, contém a busca de um habitat ampliado ou uma relação cognitiva com os lugares de vida – que constrói o sentido de pertencimento e identidade.

O desenvolvimento dos países latino-americanos, atende a um processo desigual e combinado, onde convivem formas avançadas e arcaicas de produção. Isso se revela nas formas de produção da arquitetura e urbanismo e da paisagem, que ora se apóiam no ‘exército de reserva’, sem qualificação técnica, ora no mais alto nível de tecnologia (em baixa proporção). Por isso, o ensino de arquitetura e urbanismo deve atender a essa demanda complexa com alto grau de flexibilidade, abrangência e profundidade. Os modos de construir o conhecimento arquitetônico e urbanístico demandam a interdisciplinaridade e a construção conjunta do conhecimento. Reflexionar sobre as interrogações de: como, porque, para que, para quem, com quem e o que ensinar e aprender são imprescindíveis na complexa realidade a ser atendida.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Portugal. *Uma escola de Arquitetura – FAU-USP, edifício e ensino*. São Paulo: FAU-USP, 2004.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LEMOS, Natália da Silva; LOUREIRO, Vania Raquel Teles; LENOIR, Juliette Anna Fanny. Extensão e Tecnociência Solidária: Periférico no DF e Entorno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* v.26, n.38, 1º sem. 2019. Disponível em: <https://www.perifericounb.com/artigos> Acesso: 03/05/2021.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARANTES Pedro Fiori e SANTOS Jr, Wilson Ribeiro dos. Desenho, canteiro e conflitos urbanos: o curso de Arquitetura e Urbanismo no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo in MOASSAB, Andréia (Org.); NAME Leo (Org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo/* Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

CARVALHO, Maria Albertina Jorge. Escritório Modelo de Arquitetura do Fiam-Faam: Princípios e a Produção Recente. In *Anais Completos do I Seminário Internacional A DIMENSÃO SOCIAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL - Após 47 anos do “Taller Total” na FAU – UNC, 1970- 1975/V1.nº2.* / DOBRY Sylvia A.,

OLIVEIRA, Liana Paula Perez de, BARROS Mariana Cicuto (org.). São Paulo, 2017. São Paulo. SP: 25 a 28 /10/2017.

CIAMPOLI, Juan H. “El Huanquero – Relato de una experiencia”. In: TARTER Juan [et al.]; compilado por Federico, Arquímides; DOBRY, Sylvia A. *1º Encuentro Internacional La Formación Universitaria y la Dimensión Social del Profesional*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2º Ed. Revisada-2016.

DI PAULA J. “La habitación como necesidad. El hábitat como satisfactor”. Ponencia RED ULACAV 2010.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana. *Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva*. São Paulo: ed. Annablume, Fapesp, Fupam, 2005.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana. *Para quem e com quem: ensino de arquitetura e urbanismo*. São Paulo, 2008. Tese de doutorado. FAU-USP.

ELKIN, Benjamín. *Taller total, una experiencia educativa democrática en la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba (Argentina): ed. Ferreyra, 2000.

FERNANDES, Ari e outros. *Prática-investigação: um processo de trabalho em São José dos Campos*. S/ editora, 1976.

FONTAN, Juan Carlos; NOVILLO CORVALAN, Marcelo. *La facultad de Arquitectura y Urbanismo*. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 1971.

GALÁN, B. *Diseño, Proyecto y Desarrollo*. Ed. Wolkowicz. 2011.

GARCÍA VÁZQUEZ, Maria de Lourdes. Facultad de Arquitectura de la UNAM: diálogo entre Facultad, Comunidad y Estado, para la Construcción de Prácticas Públicas y Políticas Democráticas. In BOUCINHAS, Caio, [et al.] ; compilado por ABREU, Simone Rocha; LAMFRI, Nora Z.; DOBRY, Sylvia A. e URIBARREN, M. Sabina. *Libro del 2º Encuentro Internacional La Formación Universitaria y la Dimensión Social del Profesional : a 46 años del Taller Total en la UNC / 1a ed .Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2017.*

HOBSBAWM, Eric. *Mayo de 1968*, in *Gente poco corriente*. Barcelona: ed. Crítica, 1999.

HIJAR, Alberto. *La hora de la Autogestión*, artigo copigrafado.2008.

LAMFRI, Nora Z. *Urdimmbres. El Taller Total: Un estudio de caso*. Córdoba, (Argentina): Centro de Estudios Avanzados.UNC (Dissertação de mestrado),2007.

LASTRA, Eduardo O. “Taller 11-Colonia Lola” In: TARTER Juan [et al.]; compilado por FEDERICO, Arquimides; DOBRY, Sylvia Adriana. *1º Encuentro Internacional La Formación Universitaria y la Dimensión Social del Profesional*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2º Ed. Rev. 2016.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

MACHADO, Alexander da Silva. Uma reflexão sobre a Faculdade Interamericana de educação (1970-1977) in Arango, Diana de Soto; Jardimino, Rubens L. *Políticas Universitárias en Latinoamérica*. São Paulo: Emblema, 2006.

MARTINEZ, Silvia Alicia. *Memória de Professores: Experiências pedagógicas universitárias na Argentina (1968-1976)*. Rio de Janeiro:Puc-RJ,2000.

MOASSAB,Andreia. O projeto pedagógico do CAU UNILA, a América Latina e o século XXI.In MOASSAB, Andréia (Org.); NAME Leo (Org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo/* Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MONTANER, Josep María y MUXI, Zaida *Arquitectura y política. Ensayos para mundos alternativos*, Editorial Gustavo Gili. 2011.

NOVILLO, Rodolfo. (org.) *Arquitectos que no fueron*. Estudiantes y egresados de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de Córdoba asesinados y desaparecidos por el terrorismo de Estado,1975-1983. Córdoba: Imprenta de la Municipalidad de Córdoba-Comisión de Homenaje, FAUDI –UNC, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: ed. Boitempo, 2006.

PELLI, Victor. “Habitar, participar, pertenecer. Acceder a la vivienda, incluirse en la sociedad”. Ed. Nobuko. 2006.

PEDRO, BANDIERI, CONTRERAS. Cuaderno de formación N°1/TLPS. Ed. De Autor. www.tlps.com.ar. 2015.

PEDRO, BANDIERI, CONTRERAS. “Proyectar con la comunidad. Enfoque desde los derechos, articulando saberes populares con conocimientos científicos y disciplinares en la producción social del hábitat”. Pp. 284. *Revista Institucional de la Defensa Publica de la CABA*. Año 6- N°10. 2016.

PEDRO, BANDIERI, CONTRERAS. Proyecto y producción social del hábitat. Articulando saberes populares con conocimientos científicos y disciplinares. UBACYT 2016-17. www.tlps.com.ar. 2018.

PEREIRA, Miguel A. *Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional*. São Paulo, Pini, 2005.

REIS, Nestor G. Depoimento. *CJ Arquitetura*, revista de planejamento e construção, São Paulo, n.4, 1974.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA Jr, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. Bragança paulista:Edusf,1999.

TARAZONA, Alvaro Acevedo. Conflito e reforma universitária em América Latina, in ARANGO, Diana Soto; JARDILINO, R. L., *Políticas Universitárias en Latino América*. São Paulo: Emblema, 2006.

VAN EICK, Aldo. “Labyrinthine Clarity”. *World Architecture*, n. 3, 1996.

VOLPI, Jorge. *La imaginación y el poder: una historia intelectual de 1968*. México: Era, 2001.

Sites

<http://slideshare.net/tallerlibredeproyectosocial/proyecto-y-produccion-social-del-habitat-articulando-saberes-populares-con-conocimientos-cientficos-y-disciplinarios-ubacyt-2018>

www.tlps.com.ar

<https://ferminestrellaarq.wordpress.com/>

<https://www.perifericounb.com>

<https://tallertotal2021.wixsite.com/5encontro>

<http://lahas.org/>

SOBRE OS AUTORES

Adriana Mendonça Cunha

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/Fiocruz). Mestre em Educação e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: adriana@getempo.org

Alex Antônio Rosa Costa

Graduado em Direito pela FDUSP. Mestrando em filosofia na área de filosofia contemporânea pela FFLCH-USP. E-mail: alex.antonio.costa@usp.br

Ana Carolina Cangemi

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (doutorado direto) pela Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara, com período de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP) na Universidade de Lisboa (atuação no Labfon - Laboratório de Fonética e Fonologia da Universidade de Lisboa). Bacharel e Licenciada em Letras (Português - Francês) pela UNESP/Araraquara. Membro da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS). Aprovações em concurso público de professor contratado no Departamento de Linguística da UNESP/Araraquara. Aprovada em concurso público de professor contratado no Departamento de Linguística da UFTM/Uberaba. Orientadora de TCC e Iniciação Científica. Tutora de Ensino a Distância (EaD), com participação em cursos de capacitação para formação de professores. Autora de material didático para EaD FAM (Faculdade das Américas/São Paulo) com aprovação de Comitê AVA FAM. Autora de ementas para disciplinas ministradas em AVA - nível de Graduação (Morfossintaxe). E-mail: ana.cangemi@unesp.br

Ana Paula Leite Vieira

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2010), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2013) e doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2019). Atualmente é professora da rede particular de ensino básico. E-mail: leite.anapaula@yahoo.com

Bárbara Carvalho Neves

Doutoranda e Mestre pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR), Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo en América Latina y Europa (GRIDALE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8233-7309>. Agradecimento ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no.2020/04348-5a. As opiniões, hipóteses e conclusões apresentadas neste trabalho não necessariamente refletem a visão da FAPESP. E-mail: barbara.neves@unesp.br

Beatriz Pedro

Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UNLA). Doutoranda FADU-UBA. Arquiteta, Prof. Titular: Conocimiento Proyectual, Estructuras 1, 2 y 3; Taller Livre de Projeto Social da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires. (UBA). Pesquisadora UBACYT. Secretaria General da REDE Universitária Latino americana de Cátedras de Vivenda e Hábitat.(ULACAV). arqbeatrizp@gmail.com

Bruno Silva

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), com estágio junto à University of Texas (UT / Austin) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professor Adjunto de História da América na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: slvbruno@unifesspa.edu.br

Camila Vieira de Souza

Mestranda em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Amsterdam. Formada bacharel em Arte: História, Crítica e Curadoria pela PUC SP. E-mail: cartaparacamila@gmail.com

Carlos Alberto Rodríguez Gómez

Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos - Universidad Nacional Autónoma de México Es maestro en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México, dentro del área de literatura y crítica literaria en América Latina. Sus líneas de investigación son la teoría crítica y las artes visuales en relación con la literatura. Actualmente es alumno del doctorado en Estudios Latinoamericanos de la UNAM, con un proyecto de investigación sobre dos modos de hacer crítica en América Latina: la Cinemateca del Tercer Mundo y la Transculturación narrativa. E-mail: gomezrossanaisabel@gmail.com

Cícero Joao Costa Filho

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, respectivamente. Realizou os cursos de mestrado, doutorado e dois pós-doutorados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É autor dos livros Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898) (Ed. LCTE, 2016); Sívlio Romero: literatura, raça e política (1851-1914) (1851-1914) (Ed. Porto de Ideias, 2017); No limiar das raças: Sívlio Romero (1870-1914) (Ed. Todas as Musas, 2016). Forças do mal: os prejuízos raciais da figura do judeu na obra integralista de Gustavo Barroso (1932-1937). (Editora Todas as Musas, 2019). Organizador de Visões autoritárias:

reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil do século XX), À margem da História: representações e cerceamento de direitos no Brasil Contemporâneo. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. E-mail: cicerojoaofilho@gmail.com

Clara Eliana Cuevas

Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná; Atualmente é estudante de doutorado no Centro de Estudios Históricos do El Colegio de México. E-mail: cecuevas@colmex.mx

Clarissa Correa Neto Ribeiro

Pós-Doutoranda, Doutora e Mestre pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduação em Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR) e Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7653-7635>. E-mail: clarissa.ribeiro@unesp.br

Cristiane Santos de Souza Paixão

Cristiane Santos de Souza Paixão - UFBA / UNEB Doutoranda e Mestra no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista FAPESB. Integrante do Projeto de pesquisa EtniCidades: Escritoras/es afro-latinas/os 2 (ILUFBA - UFBA) e do Projeto Linguagens, Culturas e Ambientes GLICAM (IFBAIANO - CAMPUS VALENÇA). Professora da Universidade do Estado da Bahia – Brasil. E-mail: crisjcinfo@hotmail.com

Daiane Stefane Lima Antunes

Professora de História da rede estadual de ensino da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2018) e graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2015). E-mail: profadaiane1@gmail.com

Danilla Aguiar

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Educação, do Centro de Ensino Superior do Seridó (DEDUC/CERES/UFRN). Doutora em Ciências Sociais pela UFCG, realizou pesquisa de Pós-Doutorado na UFRN, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na área de Sociologia Contemporânea (PNDP/Capes). Integrante do Grupo de Trabalho Religião, neoliberalismo y pos/decolonialidad vinculado ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais/CLACSO (2019/2022) e do Comitê de Pesquisa Memória e Sociedade, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Também é pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (PPGCS/UFCG/CNPq) e do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais/LENTE (UFRN/CNPq). E-mail: danilla.aguiar@ufrn.br.

Fabián Rodrigo Magioli Núñez

Fabián Núñez é professor associado do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também é credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCine). Doutor em Comunicação pela UFF, onde é pesquisador do Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA) e líder do grupo de pesquisa CNPq PRALA – Plataforma de Reflexão sobre o Audiovisual Latino-Americano. E-mail: fabian_nunez@id.uff.br

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2001), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2004) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (2014). É professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN desde 2006, membro permanente do corpo docente do curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH/UERN, nível mestrado, desde 2016 e membro do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA/REDE/UERN, desde 2019. Foi Pró-reitor Adjunto de Extensão da UERN entre 2015 e 2021. Atualmente é chefe da Editora Universitária - Edições UERN. Desde o mestrado foca as pesquisas na relação entre a História e diversas linguagens artísticas, na produção e circulação de saberes, com o recorte temporal na história do Brasil republicano. E-mail: fabianomendes@uern.br

George Leonardo Seabra Coelho

Pós-doutor em História pela Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pertencente ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam). É líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, tecnologias e História (MITECHIS) CNPq. E-mail: george.coelho@hotmail.com

Gracia Maria Clérico

Posee licenciatura en Ciencias de la Educación (1993) y en Psicología (1995) y maestría en Investigación Educativa por la Universidad Nacional de Córdoba (1998). Es doctora en Educación por la Universidad Católica de Santa Fe (2015). Actualmente es profesora adjunta de Psicología de Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad Nacional del Litoral (UNL) y profesora de sociología y de investigación educativa en institutos terciarios. Es asistente pedagógica de la Subsecretaría de Educación Artística del Ministerio de Cultura de Santa Fe. Dirige la investigación: “Experiencias

interculturales en internacionalización curricular en casa. Aportes para la formación integral en la Educación Superior” (CAI+D 2020 - UNL) y coordina el proyecto de internacionalización curricular: “Encuentro intercultural en docencia, investigación y extensión para la internacionalización curricular de Cátedras de Psicología y Psicoanálisis aprobado por UNL. ORCID ID: orcid.org/0000-0001-5823-326X. Email: graciamariaclerico@gmail.com

Heraldo Galvão Júnior

Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS / Paris) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professor Adjunto de História da América na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: heraldogalvao@unifesspa.edu.br.

Josenildes da Conceição Freitas,

Josenildes da Conceição Freitas – UFBA Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana pela Universidade de São Paulo-USP. Integrante do projeto de pesquisa EtniCidades: Escritoras/os afro-latinas/os 2 (ILUFBA - UFBA). Professora no Setor de Espanhol do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: jdcfreitas@ufba.br

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins

Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2003), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (2015). Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH - UERN. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil

republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, Estado Novo, política externa - Brasil-EUA. E-mail: lindericy@gmail.com

Lucila Navarrete

Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos - Universidad Nacional Autónoma de México/Universidad Iberoamericana Torreón Es Maestra y Doctora en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México. Sus líneas de investigación son la literatura cubana, la crítica, la teoría literaria y los géneros literarios latinoamericanos. Cuenta con diversas publicaciones en revistas arbitradas e indexadas. Recientemente coordinó el dossier “Reflexiones epistémicas en torno a las movilidades” para la revista Cuadernos Americanos (núm. 171, enero-marzo 2020) y es autora del libro Regresar del silencio (Celosía Escritores del Noreste / Universidad Autónoma de Coahuila, 2020). E-mail: lucilnavarrete@gmail.com

Margareth dos Santos

Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (1994), mestrado em Letras (Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Letras (Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente é professora, em regime RDIDP, da Universidade de São Paulo. Suas linhas de trabalho compreendem o exame das relações entre literatura, arte e história no Século XX, tanto na Espanha como no contexto ibero-americano na produção vinculada à Guerra Civil Espanhola e à pós-guerra civil espanhola. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa pautado pelas relações entre literatura e arte. E-mail: marsanto@usp.br

Margarida Nepomuceno

Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero com especialização em Jornalismo, e em História da Arte, na FAAP. É Mestre e Doutora pelo PROLAM-Programa de Pós Graduação Integração da América Latina, da Universidade de São

Paulo e, atualmente, exerce a função de pesquisadora-colaboradora nessa Instituição. É pós-doutoranda pela UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no Departamento de História, onde desenvolve uma pesquisa sobre as relações do período Vargas na América Latina. Desde o Mestrado tem se dedicado aos estudos sobre as políticas culturais do Brasil em países da América Latina desde a criação das Missões Culturais Brasileiras, no início do século XX. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-0680>. E-mail: margaridacn@gmail.com

Maria de Lourdes Garcia Vazquez

Pós-graduação: Faculdade de Arquitetura – UNAM; Arquiteta. Coordenadora do Laboratório Hábitat Social: Participação e Género; Integrante, entre outras, das Redes: Red Latinoamericana Mujer y Hábitat de HIC - Coalición Internacional del Hábitat: HUB Gender-ONU-Mujeres, e Red Universitaria Latinoamericana de Cátedras de Vivienda (ULACAV). lourdesgarcia19@gmail.com

Mariana Martins Villaça

Mariana Villaça, doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e docente de História da América na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde coordena o Laboratório de Pesquisas de História das Américas (LAPHA). Integra os grupos de pesquisa CNPq “PRALA – Plataforma de Reflexão sobre o Audiovisual Latino-americano” (UFF) e “História e Audiovisual: circularidades e formas de comunicação” (USP). Email: mariana.villaca@unifesp.br

Maurício Guedes

Possui graduação em Psicologia (2005) e mestrado em Psicologia Clínica (2007) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com doutorado em Ciências (2016) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Campus Universitário do Araguaia - Barra do Garças) da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de formação inicial e continuada de professores, desenvolve projeto de pesquisa sobre o adoecimento

docente e estratégias de enfrentamento ao estresse em professores da educação básica. Integra o Programa de Internacionalização – Intercâmbio curricular em Casa, desenvolvido pela Universidad del Litoral (Santa Fé/Argentina) em parceria com três universidades brasileiras: UFMG – (Belo Horizonte – MG), UFVJM (Diamantina – MG), e UFMT (Barra do Garças – MT). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7670-8070>. E- mail: mausguedes@ufmt.br

Mayra Coan Lago

Professora de Relações Internacionais da Escola Superior de Relações Internacionais e do Centro Universitário Fundação Santo André. Doutora em História pelo Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2021). Mestre em Ciências da Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (2015) - área: Práticas Políticas e Relações Internacionais. Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (2013) e em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). Graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (2008-2011). Membro-fundadora do Encontro de Pesquisadores da América Latina (EPAL) e membro dos grupos/núcleos de pesquisa: LEHA (Laboratório de História das Américas, DH-FFLCH/USP), ANPHLAC (Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas) e Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq). E-mail: mcoann@hotmail.com

Mayra Moreyra Carvalho

Graduada em Letras – Português e Espanhol pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre em Teoria Literária pela Universidade de Brasília e Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, atuando nas áreas de Literatura Brasileira e Portuguesa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1580-3346>. E-mail: mayramoreyra@gmail.com

Meire Oliveira Silva

Possui graduação em Letras (Português) pela Universidade de São Paulo (2002), Mestrado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (2007) e Doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professora de Literaturas de Língua Portuguesa; Leitura, Escrita e Oralidade; e Comunicação e Expressão, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Tem experiência no ensino de Literatura, trabalha na área há 16 anos. É pesquisadora em Literatura e Cinema, com ênfase em Teoria Literária e Literatura Comparada, voltando-se para o memorialismo e a identidade cultural brasileira. É também autora de *O cinema-poesia de Joaquim Pedro de Andrade: passos da paixão mineira* (Appris Editora, 2016), *Liturgia da pedra: negro amor de rendas brancas* (Alameda Editorial, 2018) e de *o CAOS e a LIRA* (Ed. Benfazeja, 2019). Além disso, é tradutora de textos literários e acadêmicos das línguas espanhola, inglesa e francesa, e pesquisadora em História do Cinema Brasileiro, com foco em documentários. E-mail: meire_oliveira@uol.com.br

Nicolás Arenas Deleón

Doctor en Historia por la Universidad de los Andes, Chile. Magíster en Historia por la Universidad de los Andes (Chile) y Magíster de Historia en el Mundo Hispánico por la Universitat Jaume I (Espanña). Licenciado en Historia por la Universidad de Montevideo (Uruguay). Fue Investigador de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación de Uruguay (2014-2019) y de la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo de Chile (2015-2020). Actualmente se desempeña como profesor en el Instituto de Historia de la Universidad de los Andes (Chile). Sus investigaciones recientes se orientan al estudio de la historia de la edición y la historia intelectual en el Cono Sur durante la segunda mitad del siglo XIX.

Nivalter Aires

Doutor pelo Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais - UFRN (2021). Mestre pelo Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais - UFCG (2017). Bacharel em

Ciências Econômicas - UFCG (2013) e Licenciado em Ciências Sociais - FAEP (2019). Pesquisador do Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq). Tem experiência nas áreas de Economia Política e Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Marxismo, Estado, Questão Regional, Questão Nordestina, Desenvolvimento Desigual e América Latina. E-mail: aires.nivalter@gmail.com.

Regiane Nitsch Bressan

Professora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), curso Relações Internacionais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Especialista em Integração da América Latina: Doutora (2012) e Mestre (2008) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo. Bacharel em Relações Internacionais pelas Faculdades Integradas Rio Branco (2004). Coordenadora do Observatório de Regionalismo (ODR). Integrante de Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI); Grupo de Reflexión sobre Integración y Desarrollo en América Latina y Europa (GRIDALE); Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO) e Rede Brasileira de pesquisadores Latino-Americanistas e Caribbeanistas (Rede BLAC). Pesquisadora dos Programas Regionais "Alianzas para la Democracia y el Desarrollo con Latinoamérica" (ADELA) e "Red de Seguridad Ambiental en América Latina", ambos pela KAS. Foi assistente de pesquisa do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC (2002-2008), sendo bolsista do CNPq e FAPESP. Tem experiência no desenvolvimento de projetos acadêmicos na área de Política Internacional e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Integração Regional, América Latina, Mercosul, Blocos Econômicos, Parlamentos Regionais e Teorias de Integração Regional. Coautora do artigo “Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the Americas”. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (ONLINE), v. 64, p. 02-19, 2021. E-mail: regianebressan@gmail.com

Roberta Vasconcelos Leite

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), com mestrado (2011) e doutorado (2015) em Psicologia pela mesma instituição. Atualmente é Professora Adjunta da Faculdade de Medicina de Diamantina e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Integra o Programa de Internacionalização – Intercâmbio curricular em Casa, desenvolvido pela Universidad del Litoral (Santa Fé/Argentina) em parceria com três universidades brasileiras: UFMG – (Belo Horizonte – MG), UFVJM (Diamantina – MG), e UFMT (Barra do Garças – MT). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3110-0509>. E-mail: roberta.leite@ufvjm.edu.br

Sylvia Adriana Dobry

Dra. FAU USP. Arq. e Urb. Foi docente do Taller Total.(FAU UNC, Córdoba, Argentina) Pesquisadora: Grupo de Estudos MALOCA, UNILA, (Foz do Iguazu) e LABPARQ - FAU USP, (São Paulo, Brasil). sydobry@gmail.com

Talita Emily Fontes da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/Fiocruz). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: talifontes.20@gmail.com.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997), doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Atualmente, é Professor Associado junto ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

Maria Margarida Cintra Nepomuceno

Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero com especialização em Jornalismo, e em História da Arte, na FAAP. É Mestre e Doutora pelo PROLAM-Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo e, atualmente, exerce a função de pesquisadora-colaboradora nessa Instituição. É pós-doutoranda pela UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no Departamento de História, onde desenvolve uma pesquisa sobre as relações do período Vargas na América Latina. Desde o Mestrado tem se dedicado aos estudos sobre as políticas culturais do Brasil em países da América Latina desde a criação das Missões Culturais Brasileiras, no início do século XX. Atualmente, é pesquisadora junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: margaridacn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-0680>

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: gcca99@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>.